SISTEMA GERENCIADOR DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FAMURS
É no município que tudo acontece.

Rio Grande do Sul , 08 de Dezembro de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul • ANO XVII | Nº 4221

Expediente:
Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS

Diretoria da FAMURS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – GESTÃO 2025/2026

Presidente:
Adriane Perin de Oliveira (PP)
Nonoai – AMNG

Vice-Presidentes:
Ique Vedovatto (MDB)
Imbé – AMLINORTE

Volmar Telles (PP)
Saldanha Marinho – AMAJA

Geverson Zimmermann (PSDB)
Estação – AMAU

Jonas Hauschild (PDT)
Tucunduva – AMUFRON

Marcia Rodrigues (UNIÃO BRASIL)
Novo Barreiro – AMZOP

Luiz Mainardi (PT)
Bagé – ASSUDOESTE

Tiago Manoel Michelon (PL)
Vespasiano Corrêa – AMAT

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS ALTO JACUÍ E ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ

COMAJA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal dos Municípios do Alto Jacuí e Alto da Serra do Botucaraí – COMAJA. Processo: 080/2025. Pregão Eletrônico: 024/2025. Objeto: a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de equipamentos de informática para atender a demanda dos municípios consorciados ao Comaja, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Após a homologação foram firmadas as atas de registro de preço com os fornecedores:
GUSTAVO GRIGOL FERRARI, CNPJ nº 51.908.096/0001-21, R$ 5.985,00
COMERCIO NOVO RUMO, CNPJ nº 23.964.820/0001-07, R$ 25.898,40
CONCORDIA SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 05.055.328/0001-29, R$ 128.310,00
FIOPLAST ELETRO-ELETRONICOS E TELECOMUNICACOES LTDA CNPJ nº 55.073.350/0001-70, R$ 4.769,9994
IRD PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 10.402.061/0001-39, R$ 4.185,9400
MASTERTEC TECNOLOGIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ nº 01.177.978/0001-96, R$ 16.976,1285
ON LINE INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 45.462.031/0001-00, R$ 347.999,00
V M DISTRIBUIDORA DE COMPUTADORES LTDA, CNPJ nº 49.457.481/0001-58, R$ 576.999,68
WDCL COMERCIO E SERVICO LTDA, CNPJ nº 39.436.640/0001-84, R$ 115.909,81

Ibirubá/RS, 05 de dezembro de 2025.
Registre-se
Publique-se

VOLMAR TELLES DO AMARAL
Presidente do COMAJA

Publicado por:
Catherine Pedrotti
Código Identificador:46B44671

COMAJA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal dos Municípios do Alto Jacuí e Alto da Serra do Botucaraí – COMAJA. Processo: 083/2025. Pregão Eletrônico: 025/2025. Objeto: a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de MATERIAL ESCOLAR para atender a demanda dos municípios consorciados ao Comaja, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Após a homologação foram firmadas as atas de registro de preço com os fornecedores:
JOAO GABRIEL SEADY, CNPJ nº 45.612.989/0001-22, R$ 6.930,00
ROBERTO RAUBER, CNPJ nº 48.960.351/0001-70, R$ 39.543,60
CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA, CNPJ nº 60.915.736/0001-11, R$ 81.560,00
MORESCO E ANTUNES ME, CNPJ nº 23.468.106/0001-10, R$ 27.016,50
PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 57.707.826/0001-02, R$ 7.826,0000

Ibirubá/RS, 05 de dezembro de 2025.
Registre-se
Publique-se

VOLMAR TELLES DO AMARAL
Presidente do COMAJA

Publicado por:
Catherine Pedrotti
Código Identificador:5A0D6BBA

COMAJA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

O Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal dos Municípios do Alto Jacuí e Alto da Serra do Botucaraí RS – **COMAJA/RS** – inscrito sob o CNPJ nº 03.656.200/0001-95 torna público o credenciamento da empresa R & R SANTOS CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.142.883/0001-53 no Processo: 82/2025, Chamamento Público / Credenciamento nº 04/2025, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas na área de horas máquinas. Base Legal: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. Data do termo de credenciamento: 05/12/2025.

Ibirubá/RS, 05 de dezembro de 2025.

Registre-se
Publique-se

VOLMAR TELLES DO AMARAL
Presidente Do COMAJA

Publicado por:
José Roberto de Souza Silva Junior
Código Identificador:94183363

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE CREDENCIAMENTO N°37/2025

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 37/2025
CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – CM GRANPAL

Pelo presente instrumento, fazem entre si o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – CM GRANPAL**, inscrito no CNPJ nº 13.693.153/0001-03, com sede na Tv. São José, nº 455, Bairro Navegantes, Porto Alegre/RS, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. **Rafael Paganini**, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e, de outro lado, a empresa **RAC RS AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 55.478.884/0001-86, com sede na Estrada Cristino Silveira Gomes, nº 2192, Bairro Rincão do Capim, Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, representada por seu Diretor Presidente, Sr. **Norival Comandolli**, doravante denominada **CREDENCIADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO nº 37/2025**, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo tem por objeto a execução, pela CREDENCIADA, de **Serviços Técnicos Profissionais Especializados em carga e transporte de Resíduos Sólidos de Desastre Natural (RSDN)**, conforme o Edital de Chamamento Público nº 10/2025, a serem prestados ao CREDENCIANTE de acordo com a demanda dos Municípios Consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
Os serviços serão executados diretamente por profissionais da CREDENCIADA, ou por ela subcontratados nos casos admitidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS
A prestação de serviços não implica vínculo empregatício ou exclusividade entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA
A CREDENCIADA deverá executar os serviços conforme o Termo de Referência do Edital nº 10/2025, atendendo às determinações legais da CREDENCIANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL
A CREDENCIADA é responsável pelos danos decorrentes de ação ou omissão, nos termos da legislação vigente, incluindo o Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO
O pagamento será realizado pelos Municípios contratantes, conforme valores previstos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E PAGAMENTO
A CREDENCIADA deverá apresentar mensalmente a documentação prevista no Edital, observando os prazos e exigências para emissão da Certidão de Credenciamento Válida – CCV.

CLÁUSULA OITAVA – DO ISSQN
A CREDENCIADA é responsável pelo recolhimento do ISSQN no Município onde se der a prestação do serviço.

CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Os serviços poderão ser fiscalizados tanto pelos Municípios Consorciados quanto pela CREDENCIANTE, sem prejuízo da responsabilidade integral da CREDENCIADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES
Aplica-se multa prevista no art. 156, II, da Lei 14.133/21, correspondente a 10% do valor médio pago nos últimos 6 meses, sem prejuízo de demais sanções legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO
A rescisão poderá ocorrer por descumprimento das cláusulas, nos termos da legislação de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
O termo vigerá por 12 meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos mediante aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES
Qualquer alteração deverá ser formalizada por Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre/RS para dirimir controvérsias decorrentes deste termo.

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2025.

RAFAEL PAGANINI
Diretor Executivo – CM GRANPAL
Credenciante

NORIVAL COMANDOLLI
Diretor Presidente – RAC RS Ambiental LTDA
Credenciada

Publicado por:
Bruna Moreira Chaves
Código Identificador:E2C83EAD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NORDESTE DO RS

ADMINISTRAÇÃO - CIRENOR
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 876/2025.

Certifico que foi realizado no dia 05/12/2025 o seguinte Termo Aditivo figurando como Contratante o CIRENOR e de outro lado o Contratado agora identificado:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 876/2025. EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – PREGÃO ELETRÔNICO 09/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO 16/2025. Contratada**: CMV INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS LTDA pessoa Jurídica de Direito Privado, situada na, Ac Linha Miglioranza, s/n, bairro Interior na cidade de Cacique Doble, inscrita no CNPJ sob o nº 55.707.120/0001-15,** firmam o presente ato conforme segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO
O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado Pelo Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste do Rio Grande do Sul - CIRENOR, através da Ata de Registro de Preços nº 009/2025 e na proposta vencedora, conforme termo de homologação datado de 05 de dezembro de 2025 e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (inclusive nos casos omissos), suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento dos itens abaixo, pela CONTRATADA, conforme Ata de Registo de Preços.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Valor R$
001	Pó de Brita (dimensões até 4,8 mm)	Tonelada	50.000	84,00
002	Pedrisco (dimensões de 4,8 mm a 9,5 mm)	Tonelada	20.000	75,00
003	Brita 01 – ¾ (dimensões de 19 mm)	Tonelada	20.000	82,00
			VALOR TOTAL R$	**7.340.000,00**

CLÁUSULA TERCEIRA - II - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo como prazo inicial dia 05/12/2025 e prazo final dia 05/12/2025.

E por estarem, as partes, justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.
Sananduva – RS, 5 de dezembro de 2025

MARCIO CAPRINI
Presidente do CIRENOR

Publicado por:
Ulisses Cecchin
Código Identificador:8064DB27

ADMINISTRAÇÃO - CIRENOR
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 017/2025

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 017/2025

O Presidente do CIRENOR, comunica aos interessados que está procedendo licitação, na modalidade CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, conforme descrição supracitada para atendimento aos municípios Consorciados na área da saúde e correlatos. Abertura: dia 08/12/2025, às 9:00 horas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações no site: https://www.cirenor.rs.gov.br/ e/ou telefone: (54) 3343-3668.

Sananduva/RS, 05 de dezembro de 2025

MARCIO CAPRINI
Presidente do CIRENOR

Publicado por:
Ulisses Cecchin
Código Identificador:19A4777C

ADMINISTRAÇÃO - CIRENOR
PORTARIA N° 037/2025 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA N° 037/2025 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025

DESIGNA FISCAL DE CONVÊNIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIO CAPRINI, Presidente do CIRENOR – Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste, inscrito no CNPJ sob o nº 15.344.304/0001-43, com sede na Av. Fiorentino Bacchi, n° 932, Centro na cidade de Sananduva/RS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Diretor Executivo Sr. **ULISSES CECCHIN** portador da Cédula de Identidade nº 1022407173 e do CPF nº 373.815.550-34, para atuar como **fiscal** e exercer as atividades de acompanhamento, registro e fiscalização dos contratos com terceiros para a execução do objeto do **Convênio n° 2325/2025** firmado entre o CIRENOR e a SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL.

Art. 2° - Fica **MARIANA GOMES VEDANA** portador da Cédula de Identidade nº 9101708262 e CPF nº 014.523.260-37, para atuar como **Suplente de Fiscal** do **Convênio nº 2325/2025** firmado entre o CIRENOR e a SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANANDUVA RS, 4 DE DEZEMBRO DE 2025

MARCIO CAPRINI
Presidente do CIRENOR

Publicado por:
Ulisses Cecchin
Código Identificador:C79DA698

ADMINISTRAÇÃO - CIRENOR
PORTARIA N° 038/2025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

PORTARIA N° 038/2025, de 05 de dezembro de 2025.

NOMEIA CRISTIANE COPPI GIASSON PARA EXERCER CARGO DE FARMACÊUTICA JUNTO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NORDESTE – CIRENOR.

MARCIO CAPRINI, Presidente do **CIRENOR – Consórcio de Intermunicipal da Região Nordeste**, com sede na Av. Fiorentino Bacchi, nº 932, Centro, Sananduva /RS, no uso de suas atribuições legais, **NOMEIA** a servidora abaixo relacionada:

Art. 1º - É nomeada, a partir de 5 de dezembro de 2025, **CRISTIANE COPPI GIASSON**, inscrita no CPF sob o n° 016.623.130-47, para exercer o cargo de FARMACÊUTICA, com carga horária de 40 horas a fim de responder pelo cargo de farmacêutica junto ao Consórcio, de acordo com as atribuições atinentes ao cargo, percebendo para tanto o vencimento fixado no Plano de Cargos e funções, conforme processo seletivo 001/2025 e contrato administrativo 875/2025.

Art. 2º - A nomeada acima terá suas despesas custeadas sempre que precisar se deslocar da cidade na forma do regimento interno da instituição.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 5 de dezembro de 2025.

Sananduva RS, 05 de dezembro de 2025.

MARCIO CAPRINI
Presidente do CIRENOR

Publicado por:
Ulisses Cecchin
Código Identificador:8BCC7FFE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE DO TAQUARI

DIRETORIA EXECUTIVA
AVISO DE LICITAÇÃO

O CONSISA torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 10/2025 para contratação de **SEGURO** para toda a frota de veículos oficiais do CONSISA e ambulâncias utilizadas no programa SAMU do Vale do Taquari, tendo a sua abertura às 08 horas do dia 18/12/2025. O edital pode ser obtido junto aos sites www.consisa.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP. Demais informações podem ser solicitadas pelo e-mail licitacoes@consisa.rs.gov.br ou pelo telefone (51) 3710-2706 com o Setor de Licitações.

TIAGO MANOEL FERREIRA MICHELON
Presidente do CONSISA
Prefeito de Vespasiano Corrêa/RS

Publicado por:
Julia Marieli da Costa
Código Identificador:87840267

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE AGUDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL nº 57/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA. Objeto: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada global, compreendendo o fornecimento de materiais e a execução dos serviços de mão de obra necessários à **construção de uma passagem molhada na localidade denominada Volta dos Balsan, interior do Município de Agudo/RS.** A área a ser executada corresponde a 47,60 m². Os serviços serão custeados com recursos próprios do Município, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha Orçamentária e demais anexos que integram o presente edital. **Abertura dia: 23/12/2025**, às 09h00min. Cópia do Edital nos sites www.agudo.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.gov.br/pncp/pt-br.

Agudo/RS, 05 de dezembro de 2025.

LUÍS HENRIQUE KITTEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos Buske
Código Identificador:DE3A23BE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PROCESSO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 59/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de sistema de software para informatização integrada de comunicação interna, externa, gestão documental e central de atendimento, módulos do Plano 1Doc Essencial +, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos deste processo, por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 04/2024 - Pregão Eletrônico nº 02/2024 – Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba - CISPAR, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Agudo. Cópia do Processo nos sites www.agudo.rs.gov.br.

Agudo/RS, 05 de dezembro de 2025.

LUÍS HENRIQUE KITTEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Magdiel Luiz Dickow
Código Identificador:1A9C36DA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE CONTRATO

CONTRATO nº 107/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Contratada: 1DOC TECNOLOGIA S.A. Objeto: O presente Contrato, oriundo do Processo nº 59/2025 – Inexigibilidade de Licitação, tem por objeto Adesão a Ata de Registro de Preços do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO PARANAÍBA - CISPAR, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 02/2024, REGISTRO DE PREÇOS, para fornecimento de sistema de software para informatização integrada de comunicação interna, externa, gestão documental e central de atendimento, módulos do Plano 1Doc Essencial +.. Cópia do Contrato nos sites www.agudo.rs.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br.

Agudo/RS, 05 de dezembro de 2025.

LUÍS HENRIQUE KITTEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Magdiel Luiz Dickow
Código Identificador:7DA45492

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EDITAL nº 52/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO - SRP. Objeto: A presente licitação a **locação de concentradores de oxigênio**, que serão utilizados pelos pacientes de oxigenoterapia domiciliar, com previsão de consumo conforme a demanda da Secretaria da Saúde, sendo que a Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em consonância com o Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme **Termo de Referência – Anexo I**. Cópia dos Termos de Adjudicação e Homologação no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Agudo/RS, 05 de dezembro de 2025.

LUÍS HENRIQUE KITTEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Lisandra Wilhelm
Código Identificador:8E6CF670

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOSSOROCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOSSOROCA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2025

SÚMULA DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2025
O PREFEITO MUNICIPAL DE BOSSOROCA TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que se encontra aberta licitação, na modalidade de **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA**, do tipo menor preço no item, objetivando REGISTRO DE PREÇO, para futuras aquisições de óleo diesel s-10 e aditivo estabilizador de diesel, para uso das Secretarias Municipais de Bossoroca/RS, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2025.** A sessão virtual do Pregão Eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.bnc.org.br, no dia **22 de dezembro de 2025 às 8 horas**, podendo as propostas serem enviadas até às **7h 30min** do mesmo dia. Cópia do Edital e Informações: endereço www.bossoroca.rs.gov.br, (55) 3356-4000 Ramal: 4017 whatsapp (55) 99631-2603, e-mail licitacao@bossoroca.rs.gov.br. Bossoroca, - RS, 05 de dezembro de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iria Claudia Gonçalves
Código Identificador:6C87F269

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAPÃO DO LEÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 160/ 2025 RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capão do Leão, Sr. Vilmar Motta Schmitt, no uso de suas atribuições legais **RETIFICA** o Edital 158/2025, *corrigindo o número do edital de 158/2025 para 160/2025*, passando a vigorar com a seguinte redação:

O Prefeito Municipal de Capão do Leão, Sr. Vilmar Motta Schmitt, **NOMEIA** aprovado no Concurso Público, Edital nº 01 de 10 de março de 2023 e homologado em 09 de novembro de 2023, que conforme classificação, deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração para providenciar documentação necessária à posse, o qual tem o prazo de **30 (trinta) dias** a contar da publicação.

ODONTÓLOGO
10° CLASSIFICADO – BERNARDO DA FONSECA ORCINA

Capão do Leão, 08 de dezembro de 2025

VILMAR MOTTA SCHMITT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yuliane Naine Felcher Bandeira
Código Identificador:4EC7A868

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 161/ 2025 NOMEAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capão do Leão, Sr. Vilmar Motta Schmitt, **NOMEIA** aprovado no Concurso Público, Edital nº 01 de 10 de março de 2023 e homologado em 09 de novembro de 2023, que conforme classificação, deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração para providenciar documentação necessária à posse, o qual tem o prazo de **30 (trinta) dias** a contar da publicação.

ESCRITURÁRIO
47° CLASSIFICADO – FERNANDO CAMPELLO VOLCAO

Capão do Leão, 08 de dezembro de 2025

VILMAR MOTTA SCHMITT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yuliane Naine Felcher Bandeira
Código Identificador:151401A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 666

EXTRATO DA PORTARIA nº 666/2025

OBJETO: Instauração de Sindicância Investigatória para apurar os fatos narrados pela servidora Rita de Cássia Ribeiro da Silva, matrícula nº 5220, operadora de máquinas, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Viação e Trânsito e designa a Comissão Permanente de Sindicâncias, Processo Administrativo Disciplinar e Especial, nomeada pela Portaria nº 166/2025.

Prazo: 30 (trinta) dias.

PREFEITURA DE CAPÃO DO LEÃO, em 02 de dezembro de 2025.

VILMAR MOTTA SCHMITT
Prefeito Municipal

Registre-se e Cumpra-se

ILZA SOARES LEMOS FURTADO
Secretária de Governo

Publicado por:
Samira Alves Dorneles
Código Identificador:4DE496DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 667

EXTRATO DA PORTARIA Nº 667/2025

OBJETO: Abertura de Processo Administrativo de Responsabilização envolvendo a empresa INOVA COMÉRCIO E SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 52.702.804/0001-94 e designa a Comissão Permanente de Sindicâncias, Processo Administrativo Disciplinar e Especial, nomeada pela Portaria nº 166/2025.

Prazo: 30 (trinta) dias.

PREFEITURA DE CAPÃO DO LEÃO, em 02 de dezembro de 2025.

VILMAR MOTTA SCHMITT
Prefeito Municipal

Registre-se e Cumpra-se

ILZA SOARES LEMOS FURTADO
Secretária de Governo

Publicado por:
Samira Alves Dorneles
Código Identificador:2C204D60

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 668

PORTARIA nº668 de 02 de dezembro de 2025

O Prefeito Municipal de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal 1848 de 27 de abril de 2017.

R E S O L V E

Art. 1º Renovar a concessão de redução de carga horária de trabalho em 50%, sem prejuízo de seus vencimentos, nos termos das disposições contidas na Lei 1848, de 27 de abril de 2017, à servidora **VIVIANE MOTTA COSTA,** mat. 3668, professora, área II – Ciências, com 100 horas mensais lotada na Secretaria Municipal de Educação – Escola Margarida Gastal, ficando o horário assim disposto:

Quartas-feiras: das 13:00 h às 16:00 h
Quintas-feiras: das 13:00 h às 16:00 h
Sextas-feiras: das 13:00 h às 17:00 h – Hora atividade

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de 12 meses, a contar de 02 dezembro de 2025, podendo ser renovada sucessivamente, por iguais períodos, observando sempre o disposto no § 2º da Lei 1848/2017.

GABINETE DO PREFEITO DE CAPÃO DO LEÃO, em 02 de dezembro de 2025.

VILMAR MOTTA SCHMITT
Prefeito Municipal

Registre-se e Cumpra-se

ILZA LEMOS FURTADO
Secretária de Governo

Publicado por:
Samira Alves Dorneles
Código Identificador:20D98D70

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 669

Portaria n° 669 de 02 de dezembro de 2025

Designa servidores para atuarem como Fiscais na dispensa de licitação para execução da reforma da EMEF Profa. Margarida Gastal, para a Secretaria

Municipal de Educação, de acordo com o art. 117, Lei 14.133/2021.

O Prefeito Municipal de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, determina:

Art. 1º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme estabelecidos no art. 117 da Lei 14.133/2021, ou pelos seus respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los ou subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
Art. 2º. Ficam designados os servidores Matheus Vareira Castro, Matr. 5285 (titular) e/ou Yasmin Colvara de Almeida Lemes, Matr. 9409 (Suplente), como Fiscais de dispensa de Licitação para Execução da Reforma da EMEF Profa. Margarida Gastal, para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do art.117, §1º da Lei 14.133/2021.
Art. 4º. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, §2º, Lei 14.133/2021.
Art. 5º. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, nos termos do art. 117, §3º, Lei 14.133/2021.
Art. 6º. Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput do art. 117, da Lei 14.133/2021, bem como no art. 1º desta Portaria, deverão ser observadas as seguintes regras, conforme dispõe o art. 117, §4º, incisos I e II da Lei Federal 14.133/2021:

a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria exclusiva de fiscal de contrato, nos termos do inciso I,
§4º do Art. 117 da Lei 14.133/2021.

a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidos do terceiro contratado, nos termos do inciso II do §4º do art. 117 da Lei 14.133/2021.
Art. 7º. Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria n°490/2025.

GABINETE DO PREFEITO DE CAPÃO DO LEÃO, em 02 de dezembro de 2025.

VILMAR MOTTA SCHMITT
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ILZA SOARES LEMOS FURTADO
Secretária de Governo

Publicado por:
Samira Alves Dorneles
Código Identificador:B8C6F6E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 670

Portaria n° 670 de 03 de dezembro de 2025

Designa servidores para atuarem como Fiscais na Dispensa de Licitação para aquisição de mobiliário planejado para a Casa de Acolhimento da Criança e do Adolecente, para a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, de acordo com o art. 117, Lei 14.133/2021.

O Prefeito Municipal de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, determina:

Art. 1º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme estabelecidos no art. 117 da Lei 14.133/2021, ou pelos seus respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los ou subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
Art. 2º. Ficam designadas as servidoras Jacqueline Bigliardi Bandeira, Matr. 4378 (Titular) e/ou Franciele Bosel Pacheco, Matr. 5129 (Suplente), como Fiscais na Dispensa de Licitação para aquisição de mobiliário planejado para a Casa de Acolhimento da Criança e do Adolescente - CCA, para a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.

Art. 3º. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do art.117, §1º da Lei 14.133/2021.
Art. 4º. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, §2º, Lei 14.133/2021.
Art. 5º. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, nos termos do art. 117, §3º, Lei 14.133/2021.
Art. 6º. Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput do art. 117, da Lei 14.133/2021, bem como no art. 1º desta Portaria, deverão ser observadas as seguintes regras, conforme dispõe o art. 117, §4º, incisos I e II da Lei Federal 14.133/2021:

a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria exclusiva de fiscal de contrato, nos termos do inciso I,
§4º do Art. 117 da Lei 14.133/2021.

a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidos do terceiro contratado, nos termos do inciso II do §4º do art. 117 da Lei 14.133/2021.
Art. 7º. Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CAPÃO DO LEÃO, em 03 de dezembro de 2025.

VILMAR MOTTA SCHMITT
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ILZA SOARES LEMOS FURTADO
Secretária de Governo

Publicado por:
Samira Alves Dorneles
Código Identificador:8E32CD1B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAPIVARI DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 827-2025

SECRETARIA DE OBRAS
CONTRATO N° 827/2025
CONTRATANTE:MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: WILGES SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E COMERCIO DE PEÇAS LTDA, CNPJ: 35.929.861/0001-33
OBJETO: Referente a contratação de empresa especializada para aquisição cerdas de nylon, cerdas de aço e cabo de limpeza para a mini carregadeira, conforme pregão eletrônico n° 58/2025
VALOR: R$ 32.726,40 (Trinta e dois mil setecentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:EA5B9795

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 828-2025

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 828/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA, CNPJ: 91.803.212/0001-35
OBJETO: Referente a contratação de empresa para aquisição de material odontológico, conforme pregão eletrônico n° 60/2024
VALOR: R$ 6.659,92 (Seis mil seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:50634A3C

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 829-2025

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 829/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS ME, CNPJ: 21.504.525/0001-34
OBJETO: Referente a contratação de empresa para aquisição de material odontológico, conforme pregão eletrônico n° 60/2024
VALOR: R$ 1.916,60 (Um mil novecentos e dezesseis reais e sessenta centavos)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:DCDCA3D6

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 830-2025

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 830/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: MAQUIRA IN DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS SA, CNPJ: 05.823.205/0001-90
OBJETO: Referente a contratação de empresa para aquisição de material odontológico, conforme pregão eletrônico n° 60/2024
VALOR: R$ 3.244,05 (Três mil duzentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:9F1E20BE

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 831-2025

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 831/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSP. LTDA, CNPJ: 00.802.002/0001-02
OBJETO: Referente a contratação de empresa para aquisição de material odontológico, conforme pregão eletrônico n° 60/2024
VALOR: R$ 162,37 (Cento e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:C3531D02

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 832-2025

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 832/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: SOMA/RS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 06.294.126/0001-00
OBJETO: Referente a contratação de empresa para aquisição de material odontológico, conforme pregão eletrônico n° 60/2024
VALOR: R$ 4.350,00 (Quatro mil trezentos e cinquenta reais)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:A4B1DD97

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 833-2025

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 833/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: CIRURGIA BIOMEDICA LTDA, CNPJ: 11.215.901/0001-17
OBJETO: Referente a contratação de empresa para aquisição de material odontológico, conforme pregão eletrônico n° 60/2024
VALOR: R$ 181,20 (Cento e oitenta e um reais e vinte centavos)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:6C720516

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 834-2025

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
CONTRATO N° 834/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: VALTAIR DA SILVA PINTO & CIA LTDA, CNPJ: 17.309.062/0001-82

O**BJETO:** Referente a contratação de empresa para manutenção elétrica dos prédios públicos municipais, conforme pregão eletrônico n° 35/2024.
VALOR: R$ 1.148,00 (Mil cento e quarenta e oito reais)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:AEC71286

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 870-2025

SECRETARIA DE OBRAS
CONTRATO N° 870/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: HELPFIX ATACADO DE PAPELARIA LTDA ME, CNPJ: 20.992.564/0001-65
OBJETO: Referente a contratação de empresa para aquisição de material de expediente, conforme pregão eletrônico n° 48/2025
VALOR: R$ 30,00 (Trinta reais)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:D24D1E84

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 871-2025

SECRETARIA DE OBRAS
CONTRATO N° 871/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: VANINHA UTILIDADES LTDA, CNPJ: 58.421.861/0001-23
OBJETO: Referente a contratação de empresa para aquisição de material de expediente, conforme pregão eletrônico n° 48/2025
VALOR: R$ 14,00 (Quatorze reais)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:E69E1940

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 92/2025

Dispõe sobre a antecipação de férias regulamentares aos profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino, visando à adequação ao calendário escolar, e dá outras providências.

ALEXANDRE MODEL EVALDT, Prefeito Municipal de Dom Pedro de Alcântara, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 93, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o poder discricionário da Administração Pública para organizar os períodos de gozo de férias de seus servidores, visando sempre a supremacia do interesse público e a eficiência administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de compatibilizar o período de férias dos profissionais da Educação com o recesso escolar, a fim de evitar a interrupção das atividades pedagógicas durante o ano letivo;

CONSIDERANDO que a concessão de férias durante o período de aulas acarretaria prejuízo ao aprendizado dos alunos, além de gerar ônus excessivo ao Município com a necessidade de substituições;

CONSIDERANDO o princípio da economicidade e o melhor interesse da Administração Municipal em aproveitar o período de recesso escolar para a concessão do benefício, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica determinada a antecipação do gozo de férias regulamentares a todos os profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino de Dom Pedro de Alcântara, incluindo professores, monitores, motoristas, auxiliares de serviços gerais e demais servidores vinculados à área, a serem usufruídas no período de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - A concessão das férias de que trata este Decreto ocorrerá independentemente de o servidor ter completado o período aquisitivo de 12 (doze) meses de efetivo exercício.
Parágrafo único. A medida visa adequar o fluxo de pessoal às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, garantindo o pleno funcionamento dos serviços durante os dias letivos previstos no calendário escolar.

Art. 3º - Fica assegurado aos servidores o pagamento do terço constitucional de férias, calculado sobre a remuneração do período, a ser pago conforme cronograma da Secretaria de Fazenda, Administração e Planejamento.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e façam-se as devidas comunicações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Pedro de Alcântara, em caráter administrativo, em 05 de dezembro de 2025.

ALEXANDRE MODEL EVALDT
Prefeito Municipal

RAQUEL MODEL EVALDT HAHN
Secretária Municipal da Fazenda, Adm. e Planejamento

Publicado por:
Renato Nunes Borges
Código Identificador:5CEBCCDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 151/2025

Designa fiscal titular e fiscal suplente para o acompanhamento e fiscalização do Termo de Convênio FPE nº 2770/2025.

ALEXANDRE MODEL EVALDT, Prefeito Municipal de Dom Pedro de Alcântara, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 93, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º - O servidor Jaime Mattos Bernsts, Agente Administrativo, como fiscal titular do Termo de Convênio FPE nº 2770/2025 – Processo PROA nº 25/3200-0000665-3, firmado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional; e a servidora Vinícia Dimer Biasi, Assessora Administrativa, como fiscal suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e façam-se as devidas comunicações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Pedro de Alcântara, em 5 de dezembro de 2025.

ALEXANDRE MODEL EVALDT
Prefeito Municipal

RAQUEL MODEL EVALDT HAHN
Secretária Municipal da Fazenda, Adm. e Planejamento

Publicado por:
Renato Nunes Borges
Código Identificador:C3E3608C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ENGENHO VELHO

MUNICIPIO DE ENGENHO VELHO
EXTRATO CONCORRENCIA 06 2025

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 93/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2025

O MUNICÍPIO DE ENGENHO VELHO/RS, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com **Modo de disputa Aberto,** pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob o Regime de Execução **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, compreendendo mão-de-obra e materiais, **para a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, orgânicos e seletivos do Município de Engenho Velho/RS, abrangendo a área urbana e o interior, com utilização de veículo coletor adequado, guarnição composta por motorista e coletores, e demais recursos necessários, sendo a entrega obrigatória de todo o material coletado ao CONIGEPU – Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, no município de Trindade do Sul/RS, responsável pela triagem, reciclagem e destinação final ambientalmente adequada**, caracterizada e especificada no Termo de Referência – Anexo I do Edital e no Projeto Básico e seus anexos, na forma da lei. Edital disponível no site do portal www.portaldecompraspublicas.com.br, e www.engenhovelho.rs.gov.br e no junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Engenho Velho/RS, sito no Centro Administrativo Municipal, na Rua Antônio Trombettta, 35, Centro, CEP: 99.698-000, neste Município, pelo telefone (54) 3363-9600 ou nos e-mails: adm@engenhovelho.rs.gov.br, licitacoes@engenhovelho.rs.gov.br ou compras@engenhovelho.rs.gov.br, no horário das 07h00min às 11h30min. A sessão pública será realizada observando-se os seguintes horários (Brasília/DF) e datas para os procedimentos: **Data do Certame: 23/12/2025. Recebimento das Propostas: Início: 17h00min do dia 08/12/2025 e Fim: 07h59 min do dia 23/12/2025. Início da Sessão de Disputa de Preços 08h00 min do dia 23/12/2025.**

Engenho Velho/RS, em 05 de dezembro de 2025.

PAULO ANDRÉ DAL ALBA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oilson Pastorio
Código Identificador:E809F1BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 119/2025
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N.º 031/2025

O Município de Entre-Ijuís, torna público que no dia **19 de dezembro de 2025**, às **08h**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, fará realizar licitação na modalidade de **Pregão ELETRONICO**, **Registro de preços,** do tipo **menor preço por item,** para **Aquisição de brinquedos educativos confeccionados em madeira, destinados aos alunos matriculados na Educação Infantil na rede municipal de Entre-Ijuís/RS, pelo período de 12 meses.**

Edital: https://www.entreijuis.rs.gov.br/licitacao e https://www.portaldecompraspublicas.com.br
Maiores informações:
Prefeitura Municipal: de segunda à sexta-feira
Horário: das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h.
Endereço: Rua Francisco Richter, n.º 601
Telefone para contato: (55) 2120-2779.
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br

Entre-Ijuís/RS, 05 de dezembro de 2025

BRASIL ANTONIO SARTORI -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Doberstein
Código Identificador:C8FFFF51

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 315/2025
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N° 03/2025 – PROCESSO 024/2025
Credenciante: **MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS/RS.**
Credenciado: **GRUPO SEPE TIARAJU DE COMUNICAÇÕES LTDA**
CNPJ Credenciado: **07.982.466/0001-89**
Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSORAS QUE OPEREM EM RADIOFUSÃO, RÁDIO AM/FM, PARA INSERÇÕES DE INFORMATIVOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO.**
Valor: **R$ 20.076,00**
Verba: Recurso Próprio

BRASIL ANTONIO SARTORI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Doberstein
Código Identificador:240CA78B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ESTAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2025

A Prefeitura Municipal de Estação TORNA PÚBLICO a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° 044/2025, tipo, menor preço por item, modo de disputa aberto, com seu processamento nos termos da Lei Federal n° 14.133 de 1° de Abril de 2021, que tem como OBJETO - **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar terrestre, em caráter terceirizado, destinado a atender estudantes da rede pública municipal e estadual de ensino, residentes na zona rural e/ou urbana, visando garantir o acesso às unidades escolares do Município de Estação/RS.** A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada na plataforma online no seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **19 de dezembro de 2025 as 09h**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Centro Administrativo Municipal, pelo telefone (54) 99602-9449, pelo

e-mail licitacao02.pmestacao@gmail.com ou no portal www.pmestacao.rs.gov.br.
Estação, RS, 08 de dezembro de 2025.

GEVERSON ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaçanã Lermen Casanova
Código Identificador:2D35C797

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE FONTOURA XAVIER

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
CREDENCIAMENTO 06-2025 SERVIÇO DE MECÂNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FONTOURA XAVIER-RS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FONTOURA XAVIER-RS
AVISO DE LICITAÇÃO

Torno público a abertura do Credenciamento 06/2025, para contratação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS. As inscrições ocorrerão na sede do setor de Compras da Prefeitura Municipal, situado à Av. 25 de abril, 920, em horário de expediente, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 08-12-2025. O Edital e informações complementares encontram-se a disposição dos interessados, junto à Comissão de Licitações, Fone: 54 3389-1105, e no Site www.fontouraxavier.rs.gov.br.

LUIZ ARMANDO TAFFAREL
Prefeito

Publicado por:
Sandro Pedroso
Código Identificador:4E771045

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAARA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO N° 3191/2025

Suplementa Dotação Orçamentária no Valor de R$ 30.000,00.

Zenir dos Santos Oliveira, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 3º, inciso I, da Lei Municipal n° 2023 de 26 de dezembro de 2024,
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO	CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO/ATIVIDADE	VALOR
04.01.25.752.0013.2.017	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00

Art. 2º. Servirá de cobertura para a suplementação de que trata o Art. 1º, redução orçamentária conforme segue:

PROGRAMA DE TRABALHO	CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO/ATIVIDADE	VALOR
04.01.15.451.0011.2.013	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 4 dias do mês de Dezembro do ano de 2025.

ZENIR DOS SANTOS OLIVEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
EM _____/_____/2025.

LUCAS DE CECCO CAVALHEIRO
Secretário Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:82C8FA72

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO N° 3192/2025

Suplementa Dotação Orçamentária no Valor de R$ 2.000,00.

Zenir dos Santos Oliveira, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 3º, inciso I, da Lei Municipal n° 2023 de 26 de dezembro de 2024,
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO	CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO/ATIVIDADE	VALOR
03.01.04.121.0002.2.009	3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$ 2.000,00

Art. 2º. Servirá de cobertura para a suplementação de que trata o Art. 1º, redução orçamentária conforme segue:

PROGRAMA DE TRABALHO	CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO/ATIVIDADE	VALOR
03.01.04.121.0002.2.009	3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 4 dias do mês de Dezembro do ano de 2025.

ZENIR DOS SANTOS OLIVEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
EM _____/_____/2025.

LUCAS DE CECCO CAVALHEIRO
Secretário Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:D4E38A4B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO N° 3193/2025

Suplementa Dotação Orçamentária no Valor de R$ 32.700,00.

Zenir dos Santos Oliveira, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 3º, inciso I, da Lei Municipal n° 2023 de 26 de dezembro de 2024,
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO	CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO/ATIVIDADE	VALOR
05.01.04.121.0002.2.018	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 700,00
07.01.12.361.0002.2.009	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00
09.01.08.244.0002.2.055	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 2.000,00

Art. 2º. Servirá de cobertura para a suplementação de que trata o Art. 1º, redução orçamentária conforme segue:

PROGRAMA DE TRABALHO	CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO/ATIVIDADE	VALOR

05.02.28.843.0002.2.018	4.6.90.71.00.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	R$ 700,00
07.01.12.122.0002.2.009	3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	R$ 2.600,00
07.01.12.122.0002.2.009	3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$ 4.600,00
07.01.12.122.0002.2.032	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.000,00
07.01.12.361.0002.2.009	3.3.90.40.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	R$ 5.000,00
07.01.12.361.0029.2.039	3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R$ 1.000,00
07.01.12.361.0029.2.039	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 5.800,00
07.01.12.361.0029.2.039	3.3.90.40.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	R$ 10.000,00
09.03.08.244.0044.1.044	3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 4 dias do mês de Dezembro do ano de 2025.

ZENIR DOS SANTOS OLIVEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
EM _____/_____/2025.

LUCAS DE CECCO CAVALHEIRO
Secretário Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:8AE7977A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA POR LIMITE

Ratificação da DISPENSA POR LIMITE Nº 314/2025, PROCESSO Nº 524/2025, nas seguintes condições:

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento do Kit Reparo do Cilindro Estabilizador da Retroescavadeira MULLER MR406, placa JCM-8J75, pertencente à Secretaria de Infraestrutura e Serviços do Município de Itaara/RS.

CONTRATADA:
• MAIS TRATORES IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA
• **CNPJ:** 34.376.112/0002-44

VALOR TOTAL: 350,00 (Trezentos e cinquenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

DATA: 04/12/2025.

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:82CABCD9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7648/25

Altera a Portaria nº 7454, de 16 de julho de 2025, que Designa membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itaara – CONDEMA.

Zenir dos Santos Oliveira, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR as designações dos representantes do 2° Batalhão Ambiental da Brigada Militar (2° BABM), **2º Sargento Tiago Maciel Felisberto** e **SD PM Jean Carlos Cunha da Silva**, como Titular e Suplente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itaara – CONDEMA, respectivamente.

Art. 2°. DESIGNAR os representantes **2ª Sargento PM Sarita De Cássia Dos Santos Leske** e **2º Sargento Tiago Maciel Felisberto**, como Titular e Suplente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itaara – CONDEMA, respectivamente.

Art. 3º. Os demais servidores designados seguem inalterados.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação legal.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itaara, aos 05 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:EEAC9036

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA
CRIA ROTEIROS ISENTOS DE TARIFA DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL URBANO E RURAL (TRANSCOMAPI) NOS DIAS 06 E 19 DE DEZEMBRO 2025.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2024, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

CRIA ROTEIROS ISENTOS DE TARIFA DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL URBANO E RURAL (TRANSCOMAPI) NOS DIAS 06 E 19 DE DEZEMBRO 2025.

JOEL GHISIO, Prefeito Municipal de Mariana, no uso de suas atribuições legais descritas no art. 66 e art. 80 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a realização do evento Mariana Festa e Luz 2025 agendada para os dias 06 e 19 de dezembro de 2025, junto ao Ginásio Municipal, localizado no Centro do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de organização administrativa, logística e de segurança para a adequada realização do evento, bem como a mobilização de servidores públicos e estrutura municipal;

CONSIDERANDO o interesse público na ampla participação da comunidade e de agentes públicos no referido evento,

DECRETA:

Art. 1º A criação de roteiros isentos de tarifa de Transporte Coletivo Municipal Urbano e Rural (TRANSCOMAPI) nos dias 06 e 19 de dezembro de 2025:

Dia	Roteiro	Horário	Retorno embarque no Parque Municipal
06/12/2025	Linha Estrada Geral	18h30min saída da BR 116	00h00min (meia-noite).
06/12/2025	Terra dura, Boqueirão baixo, Boqueirão alto.	18h30min da Terra dura	00h00min (meia-noite).
19/12/2025	Linha Estrada Geral	18h30min saída da BR 116	00h00min (meia-noite).
19/12/2025	Terra dura, Boqueirão baixo, Boqueirão alto	18h30min da Terra dura	00h00min (meia-noite).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA PIMENTEL/RS, em 04 de dezembro de 2025.

JOEL GHISIO,
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

Publicação:
Período: 30 (trinta) dias, a contar da data de 04/12/2025
Local: site oficial da FAMURS e mural de exposições deste órgão.

Publicado por:
Delci Antonia Wienskowski Dietrich
Código Identificador:4BC83343

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA
EDITAL N°. 39/2025 – HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N°. 36/2025, RETIFICADO PELO EDITAL N° 37/2025.

EDITAL N°. 39/2025 – HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N°. 36/2025, RETIFICADO PELO EDITAL N° 37/2025.

JOEL GHISIO, Prefeito Municipal de Mariana Pimentel, no uso de suas atribuições legais, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, amparado em excepcional interesse público devidamente reconhecido, com fulcro no art. 37, IX, da Constituição da República, e arts. n°. 246 a n°. 250 da Lei Municipal n°. 544/2008, torna público o RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES, dos candidatos inscritos homologados na etapa 01, no Processo Seletivo Simplificado, regido pelas normas estabelecidas no Edital n°. 36/2025, retificado pelo Edital de n° 37/2025 e no Decreto n°. 1.943, de 23 de janeiro de 2025 e alteração posterior, conforme abaixo relacionados:

Função: MOTORISTA

INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
01	SERGIO JUNIOR RANGEL BEDNAREK	HOMOLOGADA
03	WAGNER LUIZ MACHADO DOS SANTOS	HOMOLOGADA
04	RENI SOUZA DE SOUZA	HOMOLOGADA
05	DEROCI LOPES DA SILVA	HOMOLOGADA
06	ADAIR ANTONIO SILVA	HOMOLOGADA
07	JEFERSON BATTOCHIA DO PRADO	HOMOLOGADA
08	CLOVIS ROMANO OLHEINIK	HOMOLOGADA
09	LUIS TAVARES	HOMOLOGADA
10	ROSANGELA AZAMBUJA DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
11	JULIANO DE MELLO	HOMOLOGADA
14	JUNIOR CESAR DA SILVA TAVARES	HOMOLOGADA
15	JONAS MENEZES DE BORBA	HOMOLOGADA
16	MARCO AURELIO AUGUST	HOMOLOGADA
17	PAULO RICARDO CAMARGO DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
18	LUIS FERNANDO MOREIRA SILVA	NÃO HOMOLOGADA NÃO ATENDEU AO ITEM 4.1.8 DO EDITAL DE ABERTURA
19	ALEX DE SOUZA PRZIBILSKI	HOMOLOGADA

Função: OPERADOR DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
02	RODRIGO SOUZA DE SOUZA	HOMOLOGADA
12	FELIPE DORNELES STEFANIAK	HOMOLOGADA
13	JACSON ALFONSO PEREIRA	HOMOLOGADA

2. A abertura do período recursal ocorrerá no dia **08/12/2025**, sendo esse o prazo para a interposição de recursos contra o resultado preliminar. O recurso deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Mariana Pimentel, para a comissão Executora do Processo Seletivo Simplificado, conforme item 6.2 do Edital de abertura.
Mariana Pimentel, 05 de dezembro de 2025.

JOEL GHISIO,
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Delci Antonia Wienskowski Dietrich
Código Identificador:130C3183

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA CANDELÁRIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PUBLICAÇÕES LEGAIS

SÚMULA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1) Ata de Registro de Preços 53/2025. PARTES: Município de Nova Candelária e detentoras da ata:

DETENTORAS DA ATA	CNPJ	R$ ESTIMADO
LUCIANO M. GOTTEMS LTDA	20.891.176/0001-98	R$431.129,60
MAGALI ECKERT HENTGES LTDA	28.530.827/0001-26	R$71.907,20
TOTAL ESTIMADO		**R$503.036,80**

OBJETO: formação de ARP para eventual e futura contratação de prestação de serviços de locação de brinquedos infláveis com monitores, cama elástica, máquina de algodão doce e pipoca, pintura de rosto. VALOR ESTIMADO: R$503.036,80. LICITAÇÃO: Pregão Presencial 32/2025. DATA DE ASSINATURA/VIGÊNCIA: 05/11/2025.

Publicado por:
Marcio Cristiano Feyh
Código Identificador:099AE756

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA PÁDUA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE NOVA PÁDUA - RS** torna público a abertura de licitação na modalidade: **Pregão Eletrônico nº 040/2025**. Objeto: registro de preços para eventual aquisição de pneus e câmaras de ar para a frota de veículos e máquinas pesadas do município. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 09 horas do dia 08 de dezembro de 2025 até às 09 horas do dia 18 de dezembro de 2025. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09 horas do dia 18 de dezembro de 2025. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 10h do dia 18 de dezembro de 2025. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília (DF). O certame será realizado no seguinte endereço eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br. Editais e retificações disponíveis em www.novapadua.rs.gov.br, www.pregaobanrisul.com.br e www.pncp.gov.br. NOVA PÁDUA - RS, 08 de dezembro de 2025.

ITAMAR BERNARDI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilnei Bianchin Gonçalves
Código Identificador:96A5F766

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO

PREFEITURA DE PAULO BENTO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 330/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO N°175/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N° 330/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°175/2025

O Município de Paulo Bento/RS, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 175/2025, sem contrato, em favor da empresa MOACIR PAULO DARIVA (AUTO ELÉTRICA DARIVA) inscrito no CNPJ sob o nº 00.782.928/0001-75. Objeto: Manutenção e conserto do veículo Micro Ônibus placa JAS4J69. Valor total de R$ 2.771,00 (Dois mil setecentos e setenta e um reais). Período de validade: 30 dias de garantia das peças e serviço. Fundamentação legal: Fundamentação legal: Art.75, §7º da Lei nº. 14.133/2021, e suas alterações.

Paulo Bento/RS, 05 de dezembro de 2025.

EVANDRO BARATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Tederke
Código Identificador:132A36E4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SÚMULAS DE 01/12/2025 A 05/12/2025

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA, Estado do Rio Grande do Sul, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **TORNA PÚBLICO** para fins de cumprimento do disposto no Art. 94 da Lei n.º 14.133/2021 com as alterações posteriores, que o Município de Presidente Lucena/RS, firmou os seguintes contratos e/ou aditivos contratuais no **período de 01 de dezembro de 2025 a 05 de dezembro de 2025:**

CONTRATOS

NADA CONSTA.

TERMOS DE CONVÊNIO

NADA CONSTA.

TERMOS DE FOMENTO

NADA CONSTA.

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 030/2025 **PROMITENTE VENCEDORA:** CONSTRUOBRAS ENGENHARIA LTDA **CNPJ Nº**: 93.932.739/0001-12 **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS COM DINAMITES, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS PARA A SATISFATÓRIA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. **VALOR:** R$74.900,00 **PRAZO:** 12 MESES **GESTOR DO CONTRATO:** VALMIR ECKARDT **FISCAL DO CONTRATO:** ANDRÉ AGOSTINI **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 091/2025 **MODALIDADE**: PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 045/2025 **DATA**: 05/12/2025 **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

TERMO DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO

NADA CONSTA.

TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS
MAJORAÇÃO
SUPRESSÃO
PRAZO

TERMO ADITIVO: 003 **CONTRATO Nº**: 138/2022 **CONTRATADO:** PAUSE & PERIN – ADVOGADOS ASSOCIADOS **CNPJ Nº**: 92.885.888/0001–05 **OBJETO**: PRESTAÇÃO, PELA CONTRATADA, AO PODER EXECUTIVO, DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA JURÍDICA EM DIREITO PÚBLICO **PRAZO**: 01/12/2026 **MAJORAÇÃO**: R$37.794,48 **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 110/2022 **MODALIDADE DE LICITAÇÃO**: INEXIGIBILIDADE Nº 006/2022 **DATA**: 01/12/2025 **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

TERMO ADITIVO: 001 **CONTRATO Nº**: 211/2024 **CONTRATADO:** TELEFONIA BRASIL S/A **CNPJ Nº**: 02.558.157/0001-62 **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL E SERVIÇO DE GESTÃO DE DISPOSITIVOS, PARA USO DOS SERVIDORES DA CONTRATANTE EM ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, COM O FORNECIMENTO DE LINHAS DE ACESSO MÓVEL PÓS-PAGO E CHIP EM COMODATO **PRAZO**: 01/12/2026 **MAJORAÇÃO**: R$10.800,00 **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 073/2024 **MODALIDADE DE LICITAÇÃO**: DISPENSA N.º 519/2024 **DATA**: 02/12/2025 **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

TERMO ADITIVO: 002 **CONTRATO Nº**: 031/2025 **CONTRATADO:** CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA LTDA **CNPJ Nº**: 04.071.210/0001-21 **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ANÁLISE E EMISSÃO DE LAUDOS DE ELETROCARDIOGRAMA **MAJORAÇÃO**: R$360,00 **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 012/2025 **MODALIDADE DE LICITAÇÃO**: DISPENSA N.º 077/2025 **DATA**: 03/12/2025 **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

TERMOS ADITIVOS AOS TERMOS DE CONVÊNIO

NADA CONSTA.

TERMOS ADITIVOS AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

NADA CONSTA.

TERMOS ADITIVOS AOS TERMOS DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO

NADA CONSTA.

Publicado por:
Lucineia Gubert
Código Identificador:70E35E6C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PROTÁSIO ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMPENSA DIAS DE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 556/2025

COMPENSA DIAS DE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais COMPENSA dias de férias concedidas na Portaria nº. 473/2025, à servidora ROCHELE THOMÉ DALLACORT, matrícula 300, nos dias 11 de dezembro de 2025 e 12 de dezembro de 2025, período integral, em razão de convocação das mesmas através da Portaria nº. 492/2025, de 23 de outubro de 2025.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 27 de novembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:E1DD8F64

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMPENSA DIAS DE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 574/2025

COMPENSA DIAS DE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais COMPENSA dias de férias concedidas na Portaria nº. 236/2025, à servidora JULIA CASSOL ANDRIGHETTI DE LIMA, matrícula 508, nos dias 11 de dezembro de 2025 e 12 de dezembro de 2025, período integral, em razão de convocação das mesmas através da Portaria nº. 237/2025, de 14 de maio de 2025.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 04 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:27A0E041

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMPENSA UM DIAS DE CONVOCAÇÃO DE TRABALHO DA JUSTIÇA ELEITORAL.

PORTARIA Nº. 557/2025

COMPENSA UM DIAS DE CONVOCAÇÃO DE TRABALHO DA JUSTIÇA ELEITORAL.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais COMPENSA o dia 28 de novembro de 2025, período integral, à servidora ANGELITA SCARTÃO MARINHO DOS SANTOS, matrícula 543, em razão de convocação de trabalho da Justiça Eleitoral – Eleições Municipais 2024, trabalhado em 05 de agosto de 2024 , referente a função de Presidente de Mesa, conforme disposto no artigo 98 da Lei Federal nº. 9.504, de 30 setembro de 1997, combinado com o artigo 16 da Resolução nº. 23.736, de 27 de fevereiro de 2024.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 27 de novembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:CD45B4DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

PORTARIA Nº. 558/2025

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 86, da Lei Municipal nº. 552, de 28 de setembro de 2001, e em consonância com o artigo 8º da Lei Complementar nº. 173/2020, de 27 de maio de 2020, CONCEDE a partir de dezembro do corrente ano, mais cinco por cento (5%) de Adicional por Tempo de Serviço, perfazendo um total de vinte por cento (20%), para a servidora MICLÉIA STELLA, matrícula 299, relativo ao período aquisitivo de 27 de novembro de 2022 a 26 de novembro de 2025.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 27 de novembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/_____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:0098DD68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

PORTARIA Nº. 563/2025

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 86, da Lei Municipal nº. 552, de 28 de setembro de 2001, e em consonância com o artigo 8º da Lei Complementar nº. 173/2020, de 27 de maio de 2020, CONCEDE a partir de dezembro do corrente ano, mais cinco por cento (5%) de Adicional por Tempo de Serviço, perfazendo um total de vinte por cento (20%), para a servidora ROCHELE THOMÉ DALLACORT, matrícula 300, relativo ao período aquisitivo de 30 de novembro de 2022 a 29 de novembro de 2025.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 01 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:A987E41D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 560/2025

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, alterada pela Lei Municipal nº. 1.798/2025 de 19 de fevereiro de 2025, CONCEDE dez (10) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 02 de junho de 2023 a 01 de junho de 2024, ao servidor ODAIR STELLA, matrícula 195, no período de 01 de dezembro de 2025 a 10 de dezembro de 2025.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 28 de novembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:DDEF1451

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 564/2025

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, CONCEDE trinta (30) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 22 de maio de 2023 a 21 de maio de 2024, ao servidor DEORACI CERATTO, matrícula 302, no período de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 01 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:89AC24E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 565/2025

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, CONCEDE trinta (30) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 09 de junho de 2024 a 08 de junho de 2025, ao servidor BRUNO CHERUBIN, matrícula 355, no período de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 01 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:6805551E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 566/2025

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, CONCEDE trinta (30) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 23 de abril de 2024 a 22 de abril de 2025, à servidora MICLÉIA STELLA, matrícula 299, no período de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 01 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:07C9E656

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 567/2025

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, alterada pela Lei Municipal nº. 1.124/2013, de 04 de dezembro de 2013, CONCEDE vinte (20) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 19 de janeiro de 2023 a 18 de janeiro de 2024, ao servidor THALISSON LORENCET, matrícula 331, no período de 05 de janeiro de 2026 a 24 de janeiro de 2026.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 01 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/____.

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:5E0397BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 570/2025

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, alterada pela Lei Municipal nº. 1.124/2013, de 04 de dezembro de 2013, CONCEDE vinte (20) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2024 a 31 de agosto de 2025, à servidora JULIANA BESSEGATO, matrícula 291, no período de 05 de janeiro de 2026 a 24 de janeiro de 2026.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 02 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:79565C3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 571/2025

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, alterada pela Lei Municipal nº. 1.798/2025 de 19 de fevereiro de 2025, CONCEDE dez (10) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2024 a 17 de fevereiro de 2025, ao servidor RAFAEL PADILHA DEVOS, matrícula 483, no período de 05 de janeiro de 2026 a 14 de janeiro de 2026.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 02 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:B131CE36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 575/2025.

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552/2001 de 28 de setembro de 2001, CONCEDE trinta (30) dias de férias regulamentares, a qual faz jus os Professores Municipais lotados na Escola Municipal de Ensino Infantil Recanto do Saber, a partir de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026, referente seus respectivos períodos aquisitivos e matrículas:

Nome	Mat.	Período Aquisitivo
FABIANA FLORES	532	05/02/2024 a 04/02/2025
LETICIA LORENCET	414	21/08/2023 a 20/08/2024
LUCIANE MARIA DEFAVERI	500	01/03/2024 a 28/02/2025
MORGANA SOCCOL	498	23/02/2024 a 22/02/2025

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 04 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:3946CC6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 576/2025.

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, alterada pela Lei Municipal nº. 1.124/2013, de 04 de dezembro de 2013, CONCEDE quinze (15) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 25 de janeiro de 2021 a 24 de janeiro de 2022, à servidora GISELE DONADELO MENDO, matrícula 374, no período de 05 de janeiro de 2026 a 19 de janeiro de 2026.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 04 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:D08BB395

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 577/2025

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552/2001 de 28 de setembro de 2001, CONCEDE trinta (30) dias de férias regulamentares, a qual faz jus as Servidoras Municipais, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, lotadas na Escola Municipal de Ensino Infantil Recanto do Saber, a partir de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026, referente seus respectivos períodos aquisitivos e matrículas:

Nome	Mat.	Período Aquisitivo
Carla Maria Moura	432	13/06/2024 a 12/06/2025
Cintia Lia Gnadt	522	11/09/2024 a 10/09/2025
Denise Defaveri	375	04/03/2024 a 03/03/2025
Maristela Marangoni	342	15/04/2024 a 14/04/2025

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 04 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:144E5F2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 578/2025.

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, alterada pela Lei Municipal nº. 1.124/2013, de 04 de dezembro de 2013, CONCEDE vinte (20) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 10 de abril de 2023 a 09 de abril de 2024, à servidora ALESSANDRA BRUXEL RODRIGUES, matrícula 337, no período de 05 de janeiro de 2026 a 24 de janeiro de 2026.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 04 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:B51524A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS.

PORTARIA Nº. 579/2025

CONCEDE FÉRIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552/2001 de 28 de setembro de 2001, CONCEDE trinta (30) dias de férias regulamentares à servidora LUCIRA STELLA, matrícula 295, no período de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026, referente ao período aquisitivo de 08 de março de 2023 a 07 de março de 2024.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 04 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:28537C60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS COMPLEMENTARES.

PORTARIA Nº. 583/2025

CONCEDE FÉRIAS COMPLEMENTARES.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, CONCEDE dias de férias complementares, no período de 10 de dezembro de 2025 a 12 de dezembro de 2025, totalizando três(03) dias, para o servidor OSÉIAS FREITAS DE LIMA, matrícula 501, referente ao período aquisitivo de 06 de março de 2024 a 05 de março de 2025, interrompidas pela portaria nº. 233/2025, de 12 de maio de 2025.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 05 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:4E1746B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO.

PORTARIA Nº. 580/2025

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 93, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, e em consonância com o artigo 8º da Lei Complementar nº. 173/2020, de 27 de maio de 2020:

1- CONCEDE sessenta dias de licença-prêmio a servidora BRUNA TAVARIOL MARTELLO BOLSONI, matrícula 440, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2019 a 22 de setembro de 2025;

2- AUTORIZA o gozo de trinta dias da licença-prêmio, a partir de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026;

3- CONVERTE trinta dias em prêmio pecuniário de igual valor ao vencimento de seu cargo efetivo.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 04 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:2D25665D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO.

PORTARIA Nº. 581/2025

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 93, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, e em consonância com o artigo 8º da Lei Complementar nº. 173/2020, de 27 de maio de 2020:

1- CONCEDE sessenta dias de licença-prêmio a servidora LETICIA LORENCET, matrícula 324, referente ao período aquisitivo de 21 de setembro de 2018 a 25 de abril de 2025;

2- AUTORIZA o gozo de trinta dias da licença-prêmio, a partir de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026;

3- CONVERTE trinta dias em prêmio pecuniário de igual valor ao vencimento de seu cargo efetivo.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 04 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:7A964315

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO.

PORTARIA Nº. 582/2025

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 93, da Lei Municipal n°. 552, de 28 de setembro de 2001, e em consonância com o artigo 8º da Lei Complementar nº. 173/2020, de 27 de maio de 2020:

1- CONCEDE sessenta dias de licença-prêmio a servidora MORGANA INÊS BOLZAN, matrícula 426, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2018 a 18 de outubro de 2024;

2- AUTORIZA o gozo de trinta dias da licença-prêmio, a partir de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026;

3- CONVERTE trinta dias em prêmio pecuniário de igual valor ao vencimento de seu cargo efetivo.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 04 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:73320A10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DESIGNA SERVIDORES PARA CUMPRIR REGIME DE SOBREAVISO NO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM.

PORTARIA Nº. 572/2025

DESIGNA SERVIDORES PARA CUMPRIR REGIME DE SOBREAVISO NO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.690/2023 de 16 de agosto de 2023, que institui o Sistema de Sobreaviso no Sistema Municipal de Saúde, para os profissionais da enfermagem do Município de Protásio Alves-RS.
Art. 1º- DESIGNA os servidores a seguir identificados para integrarem a escala de sobreaviso na Secretaria Municipal da Saúde no mês de DEZEMBRO2025/JANEIRO de 2026, de acordo com documento em anexo:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÕES	PERÍODO/ESCALA	HORÁRIO
MANOELA CAVALHEIRO DA FONTOURA	581	Enfermeiro	01/12/2025 a 08/12/2025	07h00 min às 07h00 min
JULIANA GRION CARRA	294	Técnico em Enfermagem	08/12/2025 a 15/12/2025	07h00 min às 07h00 min
CAMILA RODRIGUES DE MELLO FRANCISCON	306	Técnico em Enfermagem	15/12/2025 a 22/12/2025	07h00 min às 07h00 min
CARLA	197	Técnico em	22/12/2025 a 29/12/2025	07h00 min às

CAMPAGNOLLO STELLA		Enfermagem		07h00 min
MANOELA CAVALHEIRO DA FONTOURA	581	Enfermeiro	29/12/2025 a 05/01/2026	07h00 min às 07h00 min

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir do dia 01 de dezembro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 04 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:30564CDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGA AFASTAMENTO DE CONSELHEIRA TUTELAR ATÉ PERÍCIA MÉDICA NO INSS, NOS TERMOS DA COMUNICAÇÃO DO CMDCA.

PORTARIA Nº. 569/2025

HOMOLOGA AFASTAMENTO DE CONSELHEIRA TUTELAR ATÉ PERÍCIA MÉDICA NO INSS, NOS TERMOS DA COMUNICAÇÃO DO CMDCA.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO, que o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, nos termos do ofício nº 15/2025 anexo, deferiu o afastamento da Conselheira Tutelar por motivo de tratamento de saúde;
CONSIDERANDO, que o Conselheiro Tutelar é contribuinte individual do Regime Geral da Previdência Social, nos moldes do que preceitua o art. 36 da Lei Municipal nº 1.655/23, que Dispõe Sobre a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, e o Fundo Municipal para a Criança e Adolescente do Município de Protásio Alves, RS; cujos afastamentos por motivo de saúde devem passar por perícia médica junto a Autarquia Previdenciária;
CONSIDERANDO o atestado médico emitido em 26 de novembro de 2025, que recomenda a manutenção do afastamento das atividades laborais da Conselheira Tutelar;
CONSIDERANDO o novo agendamento de perícia médica para o dia 03 de fevereiro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º- HOMOLOGAR o afastamento por motivo de saúde da Conselheira Tutelar Raquel Oliveira da Silva Zanin, matrícula 556, do dia 30 de novembro de 2025 até a data da perícia médica agendada para 03 de fevereiro de 2026, conforme comprovante do protocolo de agendamento em anexo.

Art. 2º- Durante o período de afastamento de suas atividades referido no artigo anterior, a remuneração da servidora caberá exclusivamente ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, não havendo ônus ao Município.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 01 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:3B3196C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº. 555/2025

HOMOLOGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 206 da Lei Municipal nº. 552, de 28 de setembro de 2001, HOMOLOGA licença para tratamento de saúde à servidora MARINES OLIVEIRA RODRIGUES, matrícula 575, no dia 25 de novembro de 2025, período integral, conforme atestado médico em anexo.
REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 26 de novembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:D66359BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº. 559/2025

HOMOLOGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 206 da Lei Municipal nº. 552, de 28 de setembro de 2001, HOMOLOGA licença para tratamento de saúde à servidora EVELYN LUISA LOPES, matrícula 446, no dia 27 de novembro de 2025, período integral, conforme atestado médico em anexo.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 28 de novembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:3FD55BC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº. 561/2025

HOMOLOGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 206 da Lei Municipal nº. 552, de 28 de setembro de 2001, HOMOLOGA licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO LUIZ STELLA, matrícula 557, no dia 28 de novembro de 2025, período integral, conforme atestado médico.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 28 de novembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/____.

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:4251B886

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOMEIA FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PORTARIA Nº. 562/2025

NOMEIA FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves/RS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente com fundamento no Decreto Executivo nº 990/2024, de 02 de janeiro de 2024, que regulamenta as funções relativas à gestão e fiscalização de contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º- NOMEAR os servidores JUCELENE FURLAN, matrícula nº 175, EDINARA GUADAGNIN matrícula nº 552, MICLÉIA STELLA matrícula nº 299, JULIANA BESSEGATO, matrícula nº 291, BRUNA TAVARIOL MARTELLO BOLSONI, matrícula nº 440, SANDRA MARA DALLACORT, matrículas nº 229 e 416, CAMILA CARNEVALLI matrícula nº 555, BRUNA TURANI DALLACORT matrícula nº 569, para exercer a função de Fiscais da Ata de Registro nº 21/2025, firmados entre o Município de Protásio Alves/RS e as empresas HELPFIX ATACADO DE PAPELARIA LTDA-ME, DAGEAL - COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA, INOVARE COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA, PAPIRO COMERCIO DE PAPEIS LTDA, N. J. L. NEUBARTH & CIA. LTDA, 48.960.351 LTDA, GRANDIOSA SUPRIMENTOS & TRANSPORTES LTDA, CARLOS ENRIQUE LUSSANI ME, CC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA, M3. BUSINESS GROUP LTDA, CS DISTRIBUIDORA DE MATERIAL ESCOLAR LTDA, HELLA COMERCIO E SERVICOS LTDA, RM SUPRIMENTOS ESCOLAR E ESCRITORIO LTDA, LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA, BRINQUEDOLANDIA COMERCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA, 60.503.550 ALEXIA VERNIZE ALVES ALEXANDRE.

Art. 2º- Compete aos fiscais ora nomeados acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos contratos, em conformidade com as atribuições estabelecidas no Capítulo V do Decreto Executivo nº 990/2024, zelando pelo cumprimento integral das cláusulas contratuais, registrando ocorrências e adotando as providências necessárias, conforme previsto na legislação vigente.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 28 de novembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:F9572D47

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOMEIA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PORTARIA Nº. 573/2025

NOMEIA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves/RS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente com fundamento no Decreto Executivo nº 990/2024, de 02 de janeiro de 2024, que regulamenta as funções relativas à gestão e fiscalização de contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º- NOMEAR o servidor EVERTON SEBASTIÃO DOS SANTOS, matrícula nº 357, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro nº 22/2025, firmados entre o Município de Protásio Alves/RS e as empresas MK PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA, MABE FARMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, FARMÁCIA SERRASUL LTDA.
Art. 2º- Compete ao fiscal ora nomeado acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos contratos, em conformidade com as atribuições estabelecidas no Capítulo V do Decreto Executivo nº 990/2024, zelando pelo cumprimento integral das cláusulas contratuais, registrando ocorrências e adotando as providências necessárias, conforme previsto na legislação vigente.
Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 04 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:FDBADEA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOMEIA FISCAL DE CONTRATO.

PORTARIA Nº. 568/2025

NOMEIA FISCAL DE CONTRATO.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves/RS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente com fundamento no Decreto Executivo nº 990/2024, de 02 de janeiro de 2024, que regulamenta as funções relativas à gestão e fiscalização de contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º- NOMEAR a servidora JULIA CASSOL ANDRIGHETTI DE LIMA, matrícula nº 508, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 53/2025, firmados entre o Município de Protásio Alves/RS e a empresa FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE CAXIAS DO SUL.
Art. 2º- Compete ao fiscal ora nomeada acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, em conformidade com as atribuições estabelecidas no Capítulo V do Decreto Executivo nº 990/2024, zelando pelo cumprimento integral das cláusulas contratuais, registrando ocorrências e adotando as providências necessárias, conforme previsto na legislação vigente.
Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 01 de dezembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:EE851EE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUSPENDE GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA A SERVIDORA QUE DESIGNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 554/2025

SUSPENDE GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA A SERVIDORA QUE DESIGNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Itamar Antônio Girardi, Prefeito Municipal de Protásio Alves-RS, no uso de suas atribuições;
CONSIDERANDO a Portaria nº 1.892/2024, que designa a servidora MAIKELI STELLA, matrícula nº 519, para integrar a Equipe de Apoio do Agente de Contratação e do Pregoeiro;
CONSIDERANDO o art. 2º da Lei Municipal nº 1.745/2024, que assegura gratificação mensal aos servidores que atuarem efetivamente na Equipe de Apoio;
CONSIDERANDO a Portaria nº 551/2025, que concedeu licença gestante à servidora;

RESOLVE:
Art. 1º - Suspender, a partir de 24 de novembro de 2025, o pagamento da gratificação prevista no art. 2º da Lei Municipal nº 1.745/2024 à servidora MAIKELI STELLA, matrícula nº 519, enquanto perdurar seu afastamento por licença gestante, incluída sua prorrogação legal.

Art. 2º – Com o retorno as atividades a servidora em razão do desempenho da função prevista no art. 2º da Lei Municipal nº 1.745/2024 fará jus a percepção da gratificação pelo desempenho da função.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES-RS, em 26 de novembro de 2025.

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Efetuada a Publicação.
_____/____/_____

BRUNA TURANI DALLACORT
Secretária de Administração.

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:F251BF48

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria de Município de Compras e Licitações, informa que está aberto o prazo de 8 dias úteis, a contar da data desta publicação, para manifestação de interesse das secretarias deste município em participar do Registro de Preço para aquisição de freezer e frigobar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Os Interessados devem enviar solicitação através do e-mail: pregaorg@gmail.com.

A Prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria de Município de Compras e Licitações, informa que está aberto o prazo de 8 dias úteis, a contar da data desta publicação, para manifestação de interesse das secretarias deste município em participar do Registro de Preço para aquisição de material de ferragem, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. . Os Interessados devem enviar solicitação através do e-mail: pregaorg@gmail.com.

Publicado por:
Maria Helena Rodrigues Gomes
Código Identificador:4B93227B

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE REGISTRO PREÇOS

A Prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria de Município de Compras e Licitações, informa que está aberto o prazo de 8 dias úteis, a contar da data desta publicação, para manifestação de interesse das secretarias deste município em participar do Registro de Preço para aquisição de material de consumo – material para manutenção de bens imoveis, pertencente a SMSU. Os Interessados devem enviar solicitação através dos e-mail: pregaorg@gmail.com e geovanicompras@riogrande.rs.gov.br

Publicado por:
Geovani Moreira de Lima
Código Identificador:32AEB4C1

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABETURA DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 202/2025 SMS – Aquisição de Fechadura - barra antipânico para unidade vinculada a SMS, conforme especificações do Termo de Referência. Abertura: 11/12/2025, às 08:30hs. O EDITAL está disponível em https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/, https://bll.org.br/ e PNCP.

Publicado por:
Maria Helena Rodrigues Gomes
Código Identificador:F6792830

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADO PRELIMINAR

A prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria de Compras e Licitações - SMCLIC, torna público para conhecimento dos interessados, que está publicado nos sítios oficiais a Ata contendo o Resultado Preliminar do CHAMAMENTO PÚBLICO 17/2025 – SMPLANH – Credenciamento para seleção de empresas do ramo da construção civil, a manifestarem interesse na construção de unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida, Faixa I, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). – SMPLANH.. O resulado está disponível no site desta Prefeitura https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/ e PNCP.

Publicado por:
Veridiane da Costa Gomes
Código Identificador:8EA59404

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE 12 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 015/2023

EXTRATO DE 12 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 015/2023

Contrato: nº 015/2023
Termo Aditivo nº. 12

Processo Administrativo nº. 41247/2025 – 12 Termo Aditivo ao Contrato 015/2023, assinado em 05/12/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretário (a) Municipal Juliana Acosta Santorum (SMS). Contratada: PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA ME.; inscrita no CNPJ sob nº: 10.439.655/0001-14. Objeto do termo aditivo: Acréscimo de valores e serviços ao contrato original. Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.

Publicado por:
Regiane Paes Gibbon
Código Identificador:F0D447DF

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE 13 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 935/2022

EXTRATO DE 13 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 935/2022

Contrato: nº 935/2022
Termo Aditivo nº. 13

Processo Administrativo nº. 44719/2025 – 13 Termo Aditivo ao Contrato 935/2022, assinado em 05/12/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretário (a) Municipal Cleuza Maria Sobral Dias (SMED). Contratada: CONSTRUTORA COTREFE LTDA.; inscrita no CNPJ sob nº: 01.448.425/0001-20. Objeto do termo aditivo: Prorrogação de prazo ao contrato original. Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.

Publicado por:
Regiane Paes Gibbon
Código Identificador:CA4CDCCD

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE 1 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 220/2025

EXTRATO DE 1 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 220/2025

Contrato: nº 220/2025
Termo Aditivo nº. 1

Processo Administrativo nº. 39522/2025 – 1 Termo Aditivo ao Contrato 220/2025, assinado em 05/12/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretário (a) Municipal Dianelisa Amaral Peres (SMADH). Contratada: JCI SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº: 34.588.767/0001-03 Objeto do termo aditivo: Prorrogação de prazo ao contrato original. Fundamentação Legal: Lei 14.133/21.

Publicado por:
Regiane Paes Gibbon
Código Identificador:169C9ED7

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE 4 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 748/2021

EXTRATO DE 4 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 748/2021

Contrato: nº 748/2021
Termo Aditivo nº. 4

Processo Administrativo nº. 54914/2025 – 4 Termo Aditivo ao Contrato 748/2021, assinado em 05/12/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretário (a) Municipal Ricardo de Biasi Amaral (SMGA). Contratada: COMERCIAL BUFFON COMBUSTÍVEIS DE TRANSPORTES LTDA.; inscrita no CNPJ sob nº: 93.489.243/0067-42. Objeto do termo aditivo: Prorrogação de prazo ao contrato original. Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.

Publicado por:
Regiane Paes Gibbon
Código Identificador:CBC99DE8

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE 4 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 749/2021

EXTRATO DE 4 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 749/2021

Contrato: nº 749/2021
Termo Aditivo nº. 4

Processo Administrativo nº. 54911/2025 – 4 Termo Aditivo ao Contrato 749/2021, assinado em 05/12/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretário (a) Municipal Ricardo de Biasi Amaral (SMGA). Contratada: PETROFFÁCIL COMBUSTÍVEIS LTDA.; inscrita no CNPJ sob nº: 05.537.296/0001-06. Objeto do termo aditivo: Prorrogação de prazo ao contrato original. Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.

Publicado por:
Regiane Paes Gibbon
Código Identificador:FBB97168

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 05 AO CONTRATO 088/2024

Contrato: nº. 088/2024
Termo de Apostilamento nº:05

Processo Administrativo nº. 57046/2025 – Termo de Apostilamento 05 ao Contrato 088/2024, assinado em 28/11/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretário Municipal Ricardo de Biasi Amaral (SMGA). Contratada: COMPUCOM SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA; CNPJ 92.225.739/0001-10.Objeto do termo de Apostilamento: Inclusão de saldo de dotação. Vigência: Acompanha o contrato original. Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.

Publicado por:
Chimene da Rosa Dutra
Código Identificador:AA52EA6A

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 521/2025

Processo Administrativo nº. 35911/2025 – Contrato nº 521/2025,

assinado em 24/11/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Nilson Roberto da Rosa Pinheiro (SMAP).
Contratado: Tecchio Ambiental LTDA CNPJ: 06.324.639/0001-09
Representante Legal, Sr(a). Fatima Ines Giacomini Tecchio
Objeto: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços, para Contratação de empresa para Fornecimento e instalação de cisterna com capacidade para 60.000 litros, com Geomembrana
Vigência: 01/12/2025 até 01/03/2026.
Valor total: R$ 49.299,00 (quarenta e nove mil e duzentos e noventa e nove reais).
Fundamentação Legal: Dispensa Eletrônica nº 141/2025, com base na Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Carolina Troca Carvalho
Código Identificador:DB463613

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 547/2025

Processo Administrativo nº. 56013/2025 – Contrato nº 547/2025, assinado em 04/12/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Cleuza Maria Sobral Dias (SMED).
Contratado: Enterprise Comércio e Solucoes em TI LTDA CNPJ: 22.777.689/0001-06
Representante Legal, Sr(a). Valdir Lúcio Teixeira Speziali
Objeto: Constitui objeto deste contrato a aquisição de materiais de informática com
fornecimento parcelado.
Vigência: 04/12/2025 até 04/12/2026.
Valor total: **R$ 798.450,00 (setecentos e noventa e oito mil quatrocentos e cinquenta reais).**
Fundamentação Legal: Adesão nº 09/2025, com base na Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Carolina Troca Carvalho
Código Identificador:929ADFA6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ROLANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO DE CENTRAL DE ALARME DE INCÊNDIO

A Secretaria Municipal de Educação de Rolante está realizando pesquisa de preço para contração de empresa especializada para fornecimento de materiais e prestação de serviço de manutenção em central de alarme de incêndio.

Interessados poderão solicitar informações através do e-mail financeirosmee@rolante.rs.gov.br e enviar seu orçamento até o dia 10/12/2025.

Rolante, 05 de Dezembro de 2025.

LÍSIA C. PETRY
Diretora Departamento Financeiro
SME/Rolante-RS

Publicado por:
Lisia Cristiana Petry
Código Identificador:2578FFBE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE ADITIVO

Contratada: HOSPITAL ANA NERY SANTA CRUZ DO SUL (104º). Objeto: inclui-se o Parágrafo Centésimo Quarto na Cláusula Terceira do presente Contrato (“Dos Repasses Excepcionais”), referente ao repasse de recurso financeiro. Fundamento: Portaria GM/MS nº 8.935, de 24/11/2025. Contrato nº 365/PGM/2021. Processo Administrativo nº 170/COMPRAS/2021. Data: 03/12/2025.

Contratada: WERMUTH & CIA LTDA. (2º). Objeto: Prorroga o prazo inicialmente contratado por mais 12 (doze) meses. Fundamento: Cláusula Terceira, alínea “a”, do Contrato original e no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. Contrato nº 333/PGM/2023. Processo Administrativo nº 181/COMPRAS/2023. Data: 03/12/2025.

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA CRUZ DO SUL – APAE (6º). Objeto: inclui-se a alínea “i” na Cláusula Sexta do presente Contrato, referente a Emenda Complementar Individual nº 40400003, Deputado Marcelo Moraes, Proposta 36000.713845/2025-00. Fundamento: Portaria GM/MS nº 8.543 de 24/10/2025. Contrato nº 315/PGM/2023. Processo Administrativo nº 166/COMPRAS/2023. Data: 01/12/2025.

Contratada: UNINTER EDUCACIONAL S.A. (1º). Objeto: Prorroga o prazo inicialmente contratado por mais 12 (doze) meses. Fundamento: Arts. 105, 106, inciso I e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021; e de acordo com a Cláusula Segunda do Acordo de Cooperação Técnica original. Acordo de Cooperação Técnica nº 009/PGM/2024. Processo Administrativo nº 008/SEAD/2024. Data: 20/10/2025.

Publicado por:
Chayene Guterres Costa
Código Identificador:B4F5EC1A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE PATROCÍNIOS

Patrocínio nº 087/PGM/2025: ASSOCIAÇÃO DO CAMPEONATO DE FUTEBOL SETE INTEGRAÇÃO SÃO MARTINHO – PAREDÃO**.** Objeto: patrocínio ao evento **“9ª Edição do Campeonato Integração São Martinho Paredão”**. Fundamento: Edital de Seleção Pública de Patrocínio a Eventos nº 001/2025. Processo Administrativo de Parcerias nº 098/2025. Data 05/12/2025.

Publicado por:
Claiton Bolzan Michelotti
Código Identificador:B683ECB6

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 39.501, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o inciso I, do artigo 1º, da Portaria nº 36.206, de 18 de julho de 2024, que passa a viger com a seguinte redação:

“Art. 1º …
I – ANIKE HUBNER VIRGILI, Química, matrícula nº 18.486;
[…]**”**

Art. 2º Ficam mantidas as demais designações constantes na Portaria nº 36.206, de 18 de julho de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 05 de dezembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:DDE8D89E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 39.491, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR**, a contar de 02 de dezembro de 2025, o Sr. **ALEXANDRE POLETTO KERN**, para o cargo de Subsecretário Municipal – (CC3) da Secretaria Municipal de Bem Estar Animal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de dezembro de 2025.

Santa Cruz do Sul, 02 de dezembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:FF3A2B59

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E INCLUSÃO
EDITAL DE PROCLAMAÇÃO DE RESUTLADO - CMAS

EDITAL DE PROCLAMAÇÃO DE RESULTADO Nº 04/2025
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CRUZ DO SUL/RS
1. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Municipal n° 7.056, de 24 de junho de 2014, torna público o resultado da eleição das Organizações da Sociedade Civil realizado no dia 04 de dezembro de 2025, nos segmentos de Prestadores de Serviços, Representantes de Usuários e Profissionais da Área, que obtiveram suas inscrições homologadas pela Comissão Eleitoral, em conformidade com o previsto nos Editais 01, 02, 03/2025 do CMAS.

1.1 Segmento: Representantes Dos Prestadores de Serviços
1° TITULAR: Centro Social, Cultural e Educacional Gideões – GIDEÕES
1° SUPLENTE: Ordem Auxiliadora de Senhoras da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana Santa Cruz do Sul - OASE
2° TITULAR: Associação Comunitária Pró Amparo do Menor - COPAME
2° SUPLENTE: Centro Social Marista Nossa Senhora da Boa Esperança - MARISTA
1.2 Segmento: Representantes dos Usuários
1° TITULAR: Associação de Auxílio aos Necessitados e Idosos de Santa Cruz do Sul - ASAN
1° SUPLENTE: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR
2° TITULAR: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
2° SUPLENTE: Associação Pró Ensino de Santa Cruz do Sul -APESC
1.3 Segmento: Profissionais da Área
1° TITULAR: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul - CRC
1° SUPLENTE: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
2° TITULAR: Conselho Regional de Psicologia - CRP

2. A Organização da Sociedade Civil, uma vez eleita, tem até o dia 12 de dezembro de 2025 para apresentar ofício assinado por seu representante legal indicando o nome de quem deverá representá-la perante o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, na Sala dos Conselhos, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social, situada na Rua Coronel Oscar Jost n° 1576 das 8h às 13h.

Santa Cruz do Sul, 05 de dezembro de 2025.

NEEMIAS DA SILVA JÚNIOR
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Sul

Publicado por:
Cristine Gass
Código Identificador:E718B78C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Santa Cruz do Sul-RS, torna público, a realização da seguinte licitação:
Concorrência nº 013/25 – Construção da EMEI Santa Maria. DATA: 21/01/26. Recebimento/abertura das propostas: às 08h15Início da disputa: 08h30. Edital e anexos no site: www.santacruz.rs.gov.br. Inf.: (51) 3120-4200, e-mail: licitacao@santacruz.rs.gov.br.

SÉRGIO MORAES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcos Luís Diehl
Código Identificador:B8C3D6FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA
DECRETO Nº 12.629, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas leis em vigor e em conformidade com o artigo 5º, da Lei nº 9.808, de 23 de dezembro de 2024,

DECRETA:

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 148.369,81 (cento e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos), com o objetivo de atender as despesas do orçamento em execução, conforme as dotações a seguir especificadas:

07.01.04.123.0002.2011
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
3.3.90.46.00.00.00.00.1500
AUXILIO-ALIMENTACAO R$ 5.000,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

08.01.26.782.0034.2016
CONSERV. E MANUT DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEM. RODOVIÁRIOS
3.3.90.39.00.00.00.00.1500
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$ 6.000,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

10.02.12.361.0016.2037
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE
3.3.90.30.00.00.00.00.1500
MATERIAL DE CONSUMO R$ 60.000,00
1001020 0020-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

12.01.10.302.0023.2433
MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRANSPORTES DA SAÚDE
3.3.90.30.00.00.00.00.1500
MATERIAL DE CONSUMO R$ 47.000,00
1002040 0040-ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE - ASPS

3.3.90.39.00.00.00.00.1500
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$ 9.000,00
1002040 0040-ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE - ASPS

16.01.13.392.0020.2463

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E
ECONOMIA CRIATIVA
3.3.90.33.00.00.00.00.1500
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$ 1.369,81
0000001 0001-RECURSO LIVRE

17.01.04.122.0002.2466
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
3.3.90.30.00.00.00.00.1500
MATERIAL DE CONSUMO R$ 20.000,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

TOTAL R$ 148.369,81
Art. 2º Servirá de recurso para o crédito aberto no Art. 1º deste decreto a redução das dotações orçamentárias:

07.01.04.123.0002.2011
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
3.3.90.40.00.00.00.00.1500
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ R$ 11.000,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

10.02.12.361.0016.2037
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE
4.4.90.52.00.00.00.00.1500
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 60.000,00
1001020 0020-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

12.01.10.122.0026.2450
MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO
3.3.90.46.00.00.00.00.1500
AUXILIO-ALIMENTACAO R$ 9.000,00
1002040 0040-ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE - ASPS

12.01.10.301.0022.2473
MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
3.3.90.46.00.00.00.00.1500
AUXILIO-ALIMENTACAO R$ 47.000,00
1002040 0040-ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE - ASPS

16.01.13.392.0020.2463
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E
ECONOMIA CRIATIVA
3.3.90.40.00.00.00.00.1500
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ R$ 1.369,81
0000001 0001-RECURSO LIVRE

17.01.04.122.0002.2466
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
3.1.90.16.00.00.00.00.1500
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL R$ 10.000,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

3.3.90.33.00.00.00.00.1500
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$ 10.000,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

TOTAL R$ 148.369,81

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, em 04 de dezembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAS
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Adriele Pedrollo Maraschin
Código Identificador:C76C40EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E PROJETOS
PCE Nº 68/2025

Tipo: menor preço por item. Modo de disputa: aberto. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de pesagem de caminhões utilizados na coleta de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) no município de São Borja. Data da sessão: 05/01/2026, às 08h30min. Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações, bem como cópia do Edital, poderão ser obtidas através dos e-mails licita@saoborja.rs.gov.br e licitacoes.saoborja@gmail.com e no site: www.saoborja.rs.gov.br, fone (55) 3431-9428.

São Borja, RS 05/12/2025.

JOSÉ LUIZ RODRIGUES MACHADO
Prefeito de São Borja.

Publicado por:
Evellyn Bar Noremberg
Código Identificador:365E962D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL

SETOR DE LICITAÇÕES
RESCISÃO 012/2025

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL
RESCISÃO CONTRATUAL Nº 012/2024

Contratante: Município de São Domingos do Sul
CNPJ do contratante: 92.406.453/0001-30
Modalidade de licitação: Chamamento Público/Credenciamento
Número: 004/2023
Objeto: Serviços de conserto de pneus, vulcanização de pneus e lavagem veicular celebrado
Contratado: BASSI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
CNPJ/CPF do contratado: 05.107.942/0001-97
Data de assinatura do contrato: 04/12/2025
Data de publicação do contrato: 04/12/2025
Valor: conforme tabela inserida no contrato

São Domingos do Sul, 04 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Eunice Kovaleski Canal
Código Identificador:35E95791

SETOR DE LICITAÇÕES
RESCISÃO 013

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL
RESCISÃO CONTRATUAL Nº 013/2024

Contratante: Município de São Domingos do Sul
N° do contrato e/ou Aditivo: RESCISÃO

CNPJ do contratante: 92.406.453/0001-30
Modalidade de licitação: Chamamento Público/Credenciamento
Número: 004/2023
Objeto: Serviços de conserto de pneus, vulcanização de pneus e lavagem veicular celebrado
Contratado: AUTO POSTO BASSI LTDA
CNPJ/CPF do contratado: 07.272.704/0001-62
Data de assinatura do contrato: 04/12/2025
Data de publicação do contrato: 04/12/2025
Valor: conforme tabela inserida no contrato

São Domingos do Sul, 04 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Eunice Kovaleski Canal
Código Identificador:18373F53

SETOR DE LICITAÇÕES
RESCISÃO 014/2025

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL
I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2024

Contratante: Município de São Domingos do Sul
N° do contrato: 014/2024 **Aditivo:** I
CNPJ do contratante: 92.406.453/0001-30
Modalidade de licitação: Chamamento Público/Credenciamento
Número: 004/2023
Objeto: Serviços de vulcanização de pneus
Contratado: REDE PNEU – RENOVADORA DE PNEUS LTDA
CNPJ/CPF do contratado: 87.550.315/0001-90
Data de assinatura do contrato: 22/01/2025
Data de publicação do contrato: 22/01/2025
Valor: conforme tabela inserida no contrato

São Domingos do Sul, 22 de Janeiro de 2025.

Publicado por:
Eunice Kovaleski Canal
Código Identificador:39FF851E

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 1/2022

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL
I ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2025

Contratante: Município de São Domingos do Sul
N° do contrato: 085/2025 **Aditivo:** I
CNPJ do contratante: 92.406.453/0001-30
Modalidade de licitação: PREGÃO PRESENCIAL
Número: 022/2025
Objeto: Aquisição de poliguindaste
Contratado: INDUCAPE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA
CNPJ/CPF do contratado: 97.484.471/0001-54
Data de assinatura do aditivo: 04/12/2025
Data de publicação do contrato: 04/12/2025
Prazo/Validade: Até 26/01/2026
Valor: R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais)

São Domingos do Sul, 04 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Eunice Kovaleski Canal
Código Identificador:BCFE777D

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 1/2025

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL
I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2025

Contratante: Município de São Domingos do Sul
N° do contrato: 035/2025 **Aditivo:** I
CNPJ do contratante: 92.406.453/0001-30
Modalidade de licitação: DISPENSA
Número: 030/2025
Objeto: Contrato de Prestação de Serviços de Monitoramento e tratamento de água em poços artesianos
Contratado: SANTOS & VALIATTI LTDA
CNPJ/CPF do contratado: 10.534.503/0001-09
Data de assinatura do contrato: 04/12/2025
Data de publicação do contrato: 04/12/2025
Data de início da Vigência: 04/12/2025
Prazo/Vigência: -
Valor: R$ 46.414,00

São Domingos do Sul, 04 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Eunice Kovaleski Canal
Código Identificador:3F075E14

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SENTINELA DO SUL

PM DE SENTINELA DO SUL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2025

AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Eletrônico n° 033/2025. Abertura: Dia **19 de dezembro de 2025 às 09h000min**. Objeto: **REGISTRAR PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM TIPO ÔNIBUS ESCOLAR,** a realizar-se através do Portal de Compras Públicas, site: www.portaldecompraspublicas.com.br. Download do Edital no Portal www.portaldecompraspublicas.com.br e no site do Município: www.sentineladosul.rs.gov.br. Informações Fone: (51) 2349.0051.

JULIO CESAR CARVALHO,
Prefeito de Sentinela do Sul.

Publicado por:
Claudia Viviane Barcellos Silva Seidel
Código Identificador:CD869319

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SINIMBU

SECRETARIA FINANÇAS E PLANEJAMENTO
3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 133/2024

CONTRATANTE: Município de Sinimbu-RS. CONTRATADA: **TRANSALVA EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA**. OBJETO: Prestação de Serviços de Atendimento Por Profissionais/Equipes, Nos Locais de Ocorrência da Urgência ou Emergência, Inclusive Domiciliares, Bem Como O Gerenciamento e a Execução Das Atividades a Serem Desenvolvidos No Serviço de Atendimento Móvel Às Urgências – Samu Básico do Município De Sinimbu/Rs VALOR MENSAL: R$ 70.614,99. PROCESSO: Concorrência Eletrônica nº 003/2024. TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 133/2024. ASSINATURA: 05.11.2025.

Publicado por:
Ricardo Morales Wisniewski
Código Identificador:28F07DFB

SECRETARIA FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 111/2025

O Prefeito Municipal de Sinimbu-RS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal no 14.133/2021 e suas alterações posteriores, AUTORIZA a Contratação Direta disposta no processo de **Dispensa de Licitação nº 111/2025**, com base no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e no Parecer Jurídico, apresentados para atender as exigências legais, declarando assim DISPENSÁVEL a licitação para a **contratação de empresa especializada em manutenção de câmaras de**

refrigeração a ser executado por **Preventecno Serviços Tecnicos LTDA, CNPJ: 53.042.565/0001-06.** Valor Total: 8.265,00. Publique-se e cumpra-se.
Sinimbu, 04 de dezembro de 2025.

WILSON MOLZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Morales Wisniewski
Código Identificador:F1EE831C

SECRETARIA FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Município de Sinimbu-RS. CONTRATADA: **ENSEG ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA**. OBJETO: Prorrogação do contrato de prestação de serviços técnicos especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho. VALOR TOTAL: R$ 35.172,78. PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 135/2024. SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO: 190/2024. ASSINATURA: 03.12.2025.

Publicado por:
Rômulo Reckziegel
Código Identificador:FBFA2801

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE UNISTALDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 14/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 40/2025
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ITENS DIVERSOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, HABITAÇÃO E ESPORTES.
CONTRATADA: CARLOS ANSELMO FONTANELLA, CNPJ n° 42.338.388/0001-85
Data da Assinatura: 05 de dezembro de 2025.
Vigência do contrato: 05 de dezembro de 2025 a 05 de dezembro de 2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
Valor Contratado: R$ 427,35 (quatrocentos e vinte sete reais e trinta e cinco centavos).
Unistalda/RS, 08 de dezembro de 2025.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francieli de Melo Strazzabosco
Código Identificador:71FA121C

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 14/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 40/2025
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ITENS DIVERSOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, HABITAÇÃO E ESPORTES.
CONTRATADA: B9 BEBEDOUROS E COMERCIO LTDA, CNPJ n°05.490.249/0001-46.
Data da Assinatura: 05 de dezembro de 2025.
Vigência do contrato: 05 de dezembro de 2025 a 05 de dezembro de 2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
Valor Contratado: R$ 1.849,88 (um mil oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos).
Unistalda/RS, 08 de dezembro de 2025.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francieli de Melo Strazzabosco
Código Identificador:DC5042B3

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 14/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 40/2025
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ITENS DIVERSOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, HABITAÇÃO E ESPORTES.
CONTRATADA: GUILHERME XAVIER PIVA LTDA, CNPJ n° 18.136.904/0001-04.
Data da Assinatura: 05 de dezembro de 2025.
Vigência do contrato: 05 de dezembro de 2025 a 05 de dezembro de 2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
Valor Contratado: R$ 3.969,80 (três mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos).
Unistalda/RS, 08 de dezembro de 2025.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francieli de Melo Strazzabosco
Código Identificador:97E8EC80

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM ROMPEDOR HIDRÁULICO, INSTALADO, COMPATIVEL COM A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA HYUNDAI 140LC9S, PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO DO MUNICIPIO DE UNISTALDA/RS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025**. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/2025. Tipo MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO. **Recebimento de propostas financeiras: até às 08h29min do dia 19/12/2025. Abertura das propostas ás 8h30min do dia 19/12/2025. Início da fase de disputa de preço: 8h31min do dia 19/12/2025.** Local: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital: www.unistalda.rs.gov.br. Informações no Setor de Licitações da Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br ou licitacao1@unistalda.rs.gov.br, ou pelo fone: 5599613-2414. Unistalda, 08/12/2025.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francieli de Melo Strazzabosco
Código Identificador:074426ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 559, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNISTALDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal vigente e,

CONSIDERANDO o que preconizam os artigos 81 a 89 da Lei Municipal 550/2022, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO o MEMO. nº 077/2025, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

R E S O L V E

Art. 1° CONCEDER 30 (trinta) dias de Férias, ao Senhor **JARDEL DE MOURA PARAGINSKI, Pedreiro,** matrícula nº 1253, lotado na Secretaria Municipal de Obras, correspondente ao período aquisitivo 12/06/2024 a 11/06/2025, a contar do dia 05/01/2026 a 03/02/2026.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
UNISTALDA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal de Unistalda

Publicado por:
Vandiele Lopes Martins
Código Identificador:00517612

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 560, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

DESIGNA SERVIDORA PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNISTALDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal vigente,

R E S O L V E

Art. 1°. DESIGNAR a servidora **MAIARA DA COSTA RAMOS,** Auxiliar Administrativo, Matrícula nº 1059, para fiscalizar o QUINTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE ESTÁGIOS DE ESTUDANTES, referente ao Contrato Administrativo nº 060/2020, a contar desta data.

Art. 2°. O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato**,** determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§1º as decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento dos contratos, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§2º em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, apara adoção de providencias necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3º compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previsto nos contratos administrativos nº 060/2020 e em conformidade com o art. 73 da lei federal nº 8.666/1993.

Art. 4º o fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atuações.

Parágrafo único. O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnico ou jurídico, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
UNISTALDA, 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal de Unistalda

Publicado por:
Vandiele Lopes Martins
Código Identificador:52807073

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 561, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNISTALDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal vigente e,

CONSIDERANDO o que preconizam os artigos 81 a 89 da Lei Municipal 550/2022, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO, o MEMO Nº 079/2025, da Secretaria de Municipal de Obras e Serviços Públicos,

R E S O L V E

Art. 1° CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao senhor **RODRIGO DE MATOS FREDERICH,** Operador de Máquinas, matrícula nº 1075, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do período aquisitivo correspondente 18/10/2024 a 17/10/2025, a contar do dia 05/01/2026 a 03/02/2026.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
UNISTALDA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal de Unistalda

Publicado por:
Vandiele Lopes Martins
Código Identificador:38E3CEF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 562, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNISTALDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal vigente e,

CONSIDERANDO o que preconizam os artigos 81 a 89 da Lei Municipal 550/2022, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO o MEMO. nº 080/2025, da Secretaria Municipal de Obras,

R E S O L V E

Art. 1° CONCEDER 30 (trinta) dias de Férias, ao Senhor **ROBISON NICH DE SOUZA,** Eletricista, matrícula nº 1254, lotado na Secretaria Municipal de Obras, correspondente ao período aquisitivo 12/06/2024 a 11/06/2025, a contar do dia 05/01/2026 a 03/02/2026.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
UNISTALDA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal de Unistalda

Publicado por:
Vandiele Lopes Martins
Código Identificador:176646F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 563, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNISTALDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal vigente e,

CONSIDERANDO o que preconizam os artigos 81 a 89 da Lei Municipal 550/2022, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO, o MEMO Nº 078/2025, da Secretaria de Municipal de Obras e Serviços Públicos,

R E S O L V E

Art. 1° CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao senhor **LUIS CARLOS VIANA RODRIGUES,** Operário, matrícula nº 106, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do período aquisitivo correspondente 12/01/2024 a 11/01/2025, a contar do dia 05/01/2026 a 03/02/2026.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
UNISTALDA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal de Unistalda

Publicado por:
Vandiele Lopes Martins
Código Identificador:75BF78F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO EDITAL
MUNICÍPIO DE ALEGRIA-RS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

O Município de Alegria torna público o edital do Pregão Eletrônico nº 019/2025, tipo, **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa aberto, com seu processamento nos termos da Lei Federal n° 14.133 de 1° de abril de 2021, que tem como OBJETO - **EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO NAS RUAS TRAVESSA LEONEL R. DREWS E RUA OSÓRIO R. NARDES, RUA DO CEMITÉRIO EVANGÉLICO, SAÍDA ESPÍRITO SANTO EM DIREÇÃO CEMITÉRIO MUNICIPAL E RUA CASEMIRO KOCHEWITZ.** A sessão virtual do Pregão eletrônico será realizada na plataforma online no seguinte endereço: www.pregaoolinebanrisul.com.br, no dia 19 de dezembro de 2025, às 8h:00min Dúvidas/informações podem ser enviadas para pmalegrialicitacoes@gmail.com ou (55) 3195-0685. Alegria/RS, 05 de dezembro de 2025.

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Eduarda Wisch
Código Identificador:E5A19784

ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA-RS
AVISO DERETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025

O MUNICÍPIO DE ALEGRIA-RS, torna publica a retificação edital do do Pregão Presencial n° 012/2025. OBJETO – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE). SERÃO EXECUTADOS 2.229,76M² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (CBUQ) SOBRE O PAVIMENTO DE BASALTO EXISTENTE**. Licitação, do tipo **menor preço global**. DATA, HORÁRIO e LOCAL DE ABERTURA: **Dia 11 de dezembro de 2025, às 08:30 (oito) horas e (trinta) minutos**, Sala de Reuniões no prédio da Prefeitura Municipal de Alegria, com endereço na Rua 7 de Setembro, 1171, na cidade de Alegria –RS. Edital e maior informação poderá ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração, no mesmo endereço Rua 7 de setembro n° 1171, centro, Alegria/RS, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou ainda por e-mail pmalegrialicitacoes@gmail.com. Alegria –RS, 05 de dezembro de 2025.

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Eduarda Wisch
Código Identificador:AE1D590B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 96/2025
A Prefeita Municipal de Almirante Tamandaré do Sul, acolhendo o parecer exarado no processo nº 223.07.10/2025, reconhece ser dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, e ratifica a contratação, nos termos do art. 72 do mesmo diploma legal, da empresa DIONATA ISAIAS VIEIRA LUFT GRAFICA, inscrita no CNPJ nº 20.650.351/0001-55 no valor global de R$57.910,00 (cinquenta e sete mil, novecentos e dez reais).
Almirante Tamandaré do Sul, 05 de dezembro de 2025.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Paola Reisdorfer
Código Identificador:9AA1E583

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 97/2025
A Prefeita Municipal de Almirante Tamandaré do Sul, acolhendo o parecer exarado no processo nº 224.07.10/2025, reconhece ser dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, e ratifica a contratação, nos termos do art. 72 do mesmo diploma legal, da empresa DUALLI INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.861.938/0001-57 no valor global de R$4.418,10 (quatro mil, quatrocentos e dezoito reais e dez centavos).
Almirante Tamandaré do Sul, 05 de dezembro de 2025.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Paola Reisdorfer
Código Identificador:6CF42DE1

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL
EXTRATO CONTRATO Nº 140/2025
Contratante: Município de Almirante Tamandaré do Sul/RS. **Contratada:** empresa RIOGRANDENSE POCOS ARTESIANOS LTDA**,** inscrita sob o CNPJ nº. 18.143.021/0001.-21. **Objeto:** O objeto da presente licitação é a contratação de empresa, em regime de empreitada por preço global, para prestação de serviços, com fornecimento de materiais para perfuração de **poço artesiano tubular** na localidade de Rincão do Segredo, Distrito de Almirante Tamandaré do Sul, no imóvel rural de matrícula 20337, nas coordenadas geográficas: UTM 22 J 0318825Ms 6885732mE. A obra será executada com recursos provenientes do Termo de Convênio FPE nº 1605/2023, do programa Avançar na Agropecuária-Poços, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Pagamento:** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo objeto contratado o valor global de R$ 29.700,00 (vinte e sete mil e setecentos), sendo R$3.650,00 (três mil, seiscentos e cinquenta reais) de material e R$26.050,00 (vinte e seis mil e cinquenta reais) de mão de obra.
Almirante Tamandaré do Sul, 03 de dezembro de 2025.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Paola Reisdorfer
Código Identificador:A3FA9BE5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA
PUBLICAÇÃO OFICIAL

EXTRATO DO ADITIVO 03 AO CONTRATO Nº 06/2022
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Alvorada
CONTRATADA: LVM VIAGENS E TURISMO LTDA – CNPJ 08.052.666/0001-03
FINALIDADE: Atender às necessidades da Câmara Municipal, para o próximo exercício.
OBJETO: Contratação de serviços de passagens aéreas de todas as companhias de transporte aéreo, incluindo reserva, emissão, transferência, marcação/remarcação e reembolso de bilhetes de passagens aéreas nacionais.
PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA: de 08 de dezembro de 2025 a 07 de dezembro de 2026.
FISCALIZAÇÃO – Portaria nº 373/2023
VALOR DO CONTRATO: estimado em R$ 30.000,00/ano - taxa de administração -5,06 % -
Esta prorrogação de vigência baseia-se na pesquisa de preços (taxa de administração) realizada junto aos bancos de dados oficiais, comprovando-se a vantajosidade para a manutenção dos serviços.
ENQUADRAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, art. 57, inciso II e Cláusula Quinta do Contrato.

Alvorada, 05 de dezembro de 2025.

MARCOS PAULO BARBOSA DA SILVA
Presidente
Câmara Municipal de Alvorada.

Publicado por:
Ricardo Silva de Oliveira
Código Identificador:5EBDFA9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
COTAÇÃO DE PREÇOS ELETRÔNICA Nº 30/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 81/2025

O Município de Alvorada comunica aos interessados que se encontra aberta a **COTAÇÃO DE PREÇOS ELETRÔNICA – DISPENSA DE LICITAÇÃO**, cujo objeto é a aquisição de equipamento de equipamentos de filmagem aéreas - DRONE DJI MINI 4 PRO FLY COMBO PLUS COM TELA.
Início do recebimento das propostas: dia 08 de dezembro de 2025, às 10 horas. Limite de entrega das propostas: dia 12 de dezembro de 2025, às 08 horas e 59 minutos. Início da fase de lances: dia 12 de dezembro de 2025, às 09 horas. Encerramento da fase de lances: 12 de dezembro de 2025, às 14 horas e 59 minutos. Encerramento da sessão: dia 12 de dezembro de 2025, às 15 horas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.
O termo de cotação encontra-se à disposição no site alvorada.atende.net e www.portaldecompraspublicas.com.br, também podendo ser solicitado pelo e-mail licitacoes-alvorada@alvorada.rs.gov.br.
Maiores informações no Departamento de Compras, Licitações e Contratos; Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2266, telefone (51) 3044-8563 ou por meio do e-mail licitacoes-alvorada@alvorada.rs.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 8 horas e 15 minutos às 11 horas e 45 minutos e das 13 horas e 15 minutos às 16 horas e 45 minutos.

Alvorada, 05 de dezembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thierri Rech
Código Identificador:8D9A4FEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 797/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, convoca o candidato aprovado no **Concurso Público n° 01/2021** abaixo relacionado, para assumir o respectivo cargo. Comparecer na Prefeitura Municipal de Alvorada/Secretaria Municipal de Administração, Inovação e Transparência, situada na Av. Presidente Getúlio Vargas, 2266, **no prazo máximo de 05 dias, a contar do dia seguinte desta publicação**.

Concurso Público – Edital 01/2021

Nome	Colocação	Cargo
Vanessa Dos Santos Queiroz	46º Geral	Enfermeiro

Alvorada, 05 de dezembro de 2025

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publicado por:
Gabrielle Texeira Monteiro
Código Identificador:14209C39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Presidente da Comissão do Processo Administrativo Especial nº 4985/2025, instaurado pela Portaria Municipal nº 5965/2024, para apuração de possível descumprimento das cláusulas e/ou inexecução da Ata de Registro de Preços nº 254/2023, **INTIMA**, conforme previsto no artigo 32, § 4º da Lei Municipal nº 3293/2019, pelo presente edital, a empresa **A. PACHECO DEL SENT – EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO**, inscrita no CNPJ nº 30.805.502/0001-50, para tomar ciência da decisão final que determina a aplicação de penalidades de multa e declaração de inidoneidade. A empresa fica intimada também para, querendo, apresentar recurso, em conformidade com o art. 67 da Lei Municipal nº 3293/2019, no prazo de 10 (dez) dias úteis. Visando assegurar o direito ao contraditório e ampla defesa, a Comissão comunica que o Processo Administrativo Especial está à disposição para vista e obtenção de cópias. Informações através do e-mail: fabiana-alves@alvorada.rs.gov.br ou pad@alvorada.rs.gov.br.

FABIANA SUELI FRELICH ALVES
Presidente da Comissão Processante

Publicado por:
Cristiane Pereira Peres
Código Identificador:8E4CCAAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°149/2025

Objeto: Curso sobre Gestão e fiscalização dos contratos, no dia 09 de dezembro de 2025, carga horária de 8h, no auditório da Prefeitura, sito, Av. Presidente Getúlio Vargas 2266.

Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	CURSO Curso sobre Gestão e fiscalização dos contratos, no dia 09 de dezembro de 2025,carga horária de 8h.	SERV	1	R$12.000,00	R$12.000,00

Contratada: INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ORGAOS PUBLICOS LTDA
Valor Total: R$12.000,00 (doze mil reais)
Alvorada, 05 de dezembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Elidiane Martins Costa da Silva
Código Identificador:23F15181

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°149/2025

Objeto: Aquisição de 50 metros de Mangueira Lava Auto Jato Alta Pressão 1000 PSI ¾.

Contratada: FELIPE PIRES BUDIN
Valor Total: R$1.331,35 (um mil, trezentos e trinta e um reais e trinta e cinco centavos)
Alvorada, 05 de dezembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Elidiane Martins Costa da Silva
Código Identificador:8A2E1460

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL 5111/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 5111/2025

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais,

Resolve
Desconstituir a Portaria Municipal nº 2813/2025, que concede a SILVIANE VIEGAS MARTINS, secretário de escola, matrícula 2011105104, averbação de tempo de serviço para fins de aposentadoria.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alvorada, aos 03 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Alvorada

Publique-se:

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Gilson Mauro Saucedo Moraes
Código Identificador:FEB0C78F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 5128/2025

Douglas Martello de Souza Silveira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a C.I nº 555/2025 e o Processo nº 74137/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como Gestores do Termo de Colaboração entre a Prefeitura Municipal de Alvorada, através da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS e a Agência Adventista de Recursos Assistenciais – ADRA, com o objetivo de executar entrevistas sociais e atualizar os dados dos usuários junto ao Cadastro Único. O serviço visa atender as diretrizes do Cadastro Único, com inclusões e/ou atualizações cadastrais realizadas nos postos de atendimento, em domicílio e/ou em ações itinerantes, conforme segue:

•
Titular: Arlei Menna Barreto Bueno – Servidora pública Auxiliar Administrativa - matrícula nº 2012106325;

•
Suplente: Maurício Souza Rosa – Servidor público Assessor Técnico CC III - matrícula nº 2025112495.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alvorada, aos 05 dias do mês de dezembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publicado por:
Henrique Silva de Lima
Código Identificador:B829E61B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 5134/2025

Douglas Martello de Souza Silveira, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Nomear o(a) candidato(a), abaixo relacionado(a), aprovado(a) no Concurso Público n.º **01/2021**, nos termos da Lei n.º 3670/2022 e suas alterações.

Nome	Colocação	Cargo
Vanessa Dos Santos Queiroz	46º Geral	Enfermeiro

Gabinete do Prefeito Municipal de Alvorada, aos 05 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publicado por:
Gabrielle Texeira Monteiro
Código Identificador:237B8333

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 798/2025 – RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

A Secretaria Municipal de Educação, através do seu representante legal, o Senhor Secretário ITALO MAINIERI JUNIOR, tornam pública a presente divulgação para informar o que segue:

1. RETIFICA-SE no ANEXO I - CRONOGRAMA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 737/2025, passando a vigorar, a partir da publicação deste documento, **as novas datas** passando a ser conforme segue:

ANEXO I
CRONOGRAMA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 737/2025

Descrição	Período
Publicação do Edital	19/11/2025
Período de Impugnação ao Edital: via e-mail **editalparceriasedinf@alvorada.rs.gov.br**	21/11/2025 à 24/11/2025
Análise da Impugnação	25/11/2025
Divulgação do Resultado da Impugnação	26/11/2025
Período de Inscrição com a entrega da documentação via e-mail: **editalparceriasedinf@alvorada.rs.gov.br**	**27/11/2025 à 02/01/2026**
Análise das Inscrições e Documentação	**05/01/2026 a 06/01/2026**
Divulgação do resultado preliminar das inscrições	**07/01/2026**
Período de Interposição de Recurso do Indeferimento da Inscrição e da Documentação para o Credenciamento: **editalparceriasedinf@alvorada.rs.gov.br**	**08/01/2026 e 09/01/2026**
Análise de Recursos	**12/01/2026 e 13/01/2026**
Divulgação do Resultado dos Recursos	**14/01/2026**
Publicação do Resultado Final	**15/01/2026**

As datas previstas neste cronograma poderão sofrer alterações tendo em vista o tempo referente aos trâmites processuais.

Publicado por:
Mirella Marques Meirelles
Código Identificador:6C7B22B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

A Comissão Temática Impulsora e Ampliada do Conselho Municipal dos Povos de Terreiros de Alvorada- Sociedade Civil Organizada, juntamente com o apoio dos órgãos governamentais, tem a honra de convocá-los para participar da **Conferência Municipal dos Povos de Terreiros de Alvorada,** de acordo com a Lei Municipal n° 3.008/2016, art. 2°, I e VI, art. 4°, II e III , § 4°, Art. 9°, I e IV, art.14, a realizar-se á no **dia: 19 de dezembro de 2025, no horário: 8:00 horas, no local: Câmara Municipal de Alvorada, sito a Rua: Contabilista Vitor Brum, n° 21- Bairro: Maringá, Alvorada/RS,** para tratar sobre a seguinte ordem do dia:

1°-Cadastramento e Apresentação;

2°-Palestras;

3°-Eleição de 11 (onze) Terreiros Titulares e seus respectivos suplentes que comporão a nova representação não governamental (Sociedade Civil Organizada) no Conselho Municipal dos Povos de Terreiros de Alvorada;

4°- Endosso das 02 (duas) Organizações e de Instituição não governamental com trabalho de reconhecimento dos Terreiros de Alvorada e seus respectivos suplentes que comporão a nova representação não governamental (Sociedade Civil Organizada) no Conselho municipal dos Povos de Terreiros de Alvorada.

Comissão Impulsora/Ampliada

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA

Publicado por:
Luana Angelica da Rosa Nunes
Código Identificador:316593F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 163, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2025.

"REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 4.173/2025, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR E DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR NO MUNICÍPIO DE ALVORADA, REVOGA AS LEIS MUNICIPAIS N° 55/1971, 1869/2007, 1870/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais, e conforme art. 49, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e considerando as diretrizes da Lei Municipal nº 4173/2025;

DECRETA:

CAPÍTULO I -
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 4.173/2025, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, revoga as leis municipais nº 55/1971, 1869/2007 e 1870/2007 e dá outras providências, definindo normas complementares para sua organização e funcionamento.

Art. 2º. A execução da política municipal de turismo será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SMDET, órgão ao qual ficam vinculados o COMTUR e o FUMTUR.

CAPÍTULO II -
DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO (COMTUR)

Art. 3º. O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR é órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador das ações relativas à política municipal de turismo.

Art. 4º. O COMTUR será composto por 06 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 03 (três) representantes do Poder Público Municipal e 03 (três) representantes da sociedade civil organizada:
I – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento Orçamentário (SMFPO);
II – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDET);
III – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude (SMCEJ);
IV – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Alvorada (ACIAL);
V – Instituto Ecovox Alvorada;
VI – Centro Cultural Africano e Beneficente Manoel Ireno Cardoso Filho.
§ 1º Os membros do COMTUR serão designados por ato do Prefeito Municipal, mediante indicação das entidades e órgãos representados.
§ 2º O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 5º. O COMTUR reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por, no mínimo, metade de seus membros.

Art. 6º. Compete ao COMTUR:

I – propor diretrizes e metas da Política Municipal de Turismo;
II – colaborar na elaboração e revisão do Plano Municipal de Turismo;
III – opinar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;
IV – propor projetos e parcerias público-privadas voltadas ao desenvolvimento do turismo;
V – acompanhar e avaliar programas e ações de promoção turística;
VI – elaborar seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após sua instalação.

CAPÍTULO III
DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO (FUMTUR)

Art. 7º. O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR tem por finalidade financiar programas, projetos e ações destinados ao desenvolvimento turístico de Alvorada, observadas as diretrizes do COMTUR.

Art. 8º. Constituem receitas do FUMTUR:
I – dotações orçamentárias do Município;
II – transferências e convênios com a União, Estado e entidades privadas;
III – doações e legados;
IV – receitas provenientes de eventos e promoções turísticas;
V – outras receitas legalmente destinadas ao turismo.

Art. 9º. A gestão do FUMTUR caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SMDET, sob orientação e controle do COMTUR.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O COMTUR e o FUMTUR observarão os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e participação social, devendo suas decisões e prestações de contas serem publicadas no Portal da Transparência Municipal.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Luana Angelica da Rosa Nunes
Código Identificador:E7FEFECA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 164, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2025.

DECRETO MUNICIPAL Nº 164, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2025.

"Dispõe sobre a permissão de uso, a título precário, de fração de área pública destinada à servidão de passagem para fins de esgotamento sanitário, e dá outras providências."

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, art. 84, § 3º, considerando a necessidade pública de implantação de coletor de esgoto no local descrito no memorial técnico, consistente em área pertencente ao Município de Alvorada;

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso, a título precário, de fração de áreas públicas localizadas na Área Verde nº 04 do Conjunto Habitacional Salomé, registrada sob a Matrícula nº 43.239 do Registro de Imóveis de Alvorada/RS, destinadas à servidão de passagem para implantação da rede coletora de esgoto, trechos 21, 22 e 23, que recaem sobre a Matrícula 43.239, conforme as especificações constantes nos Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º As áreas mencionadas no artigo anterior possuem as seguintes descrições e confrontações:
I – A área objeto da permissão possui 23,66 m², com a seguinte descrição e confrontações, cujos ângulos foram medidos no sentido horário: Ponto L01: E 495145.702 / N 6682017.411. Do L01, azimute 62°27'35" e distância 7,93 m até o vértice L02 (E 497552.568 / N 6680127.759), confrontando com a Rua Querência, ao sul. Do L02, azimute 99°22'07" e distância 3,38 m até o vértice L03 (E 497549.207 / N 6680128.146), confrontando com área verde. Do L03, azimute 81°47'59" e distância 7,85 m até o vértice L04 (E 497546.396 / N 6680135.474), confrontando com lote vizinho. Do L04, azimute 116°22'19" e distância 3,35 m até o ponto L01, fechando o perímetro.
II – Área com 24,22 metros quadrados, localizada na Rua Querência, 13, Bairro Maria Regina, Alvorada/RS, com a finalidade de servidão de passagem, com a seguinte descrição e confrontações, onde os ângulos foram medidos no sentido horário. O ponto L01, nas coordenadas E: 495142.864 e N: 6682024.811. Daí, com azimute de 188°03'38" e distância de 3,32 metros, chega-se ao vértice L02 (E: 495139.5137 e N: 6682025.1272); confrontando a Rua Querência. Deste ponto, com azimute de 164°19'42" e distância de 7,99 metros, chega ao vértice L03 (E: 495136.827, N: 6682032.6346), confrontando com a mesma área verde. Daí, com azimute de 97°11'13" e distância de 3,25m, chega ao vértice L04 (E: 495140.075, N: 6682032.481), confrontando com o Lote em questão. A partir deste ponto, com azimute de 93°06'18" e distância de 8,16m, encontrando o L01. Os ângulos foram medidos no sentido horário.
III – Área com 50,54 metros quadrados, localizada na Rua Querência, 21, Bairro Maria Regina, Alvorada/RS, com a finalidade de servidão de passagem, com a seguinte descrição e confrontações, onde os ângulos foram medidos no sentido horário: O ponto L01, nas coordenadas E: 495133.345 e N: 6682047.916, na esquina entre a Rua Querência e Rua Fátima. Daí, com azimute de 99°24'47" e distância de 3,35 metros, chega-se ao vértice L02 (E: 495129.9952 e N: 6682048.0923), confrontando a mesma área verde. Deste ponto, com azimute de 88°56'53" e distância de 16,66 metros, chega ao vértice L03 (E: 495136.7344, N: 6682032.639), confrontando com a mesma área verde. Daí, com azimute de 107°53'25" e distância de 3,35

metros, chega ao vértice L04 (E: 495140.075, N: 6682032.481), confrontando com o Lote 13. A partir deste ponto, com azimute de 63°44'55" e distância de 16,84 metros, encontra-se o L01. Os ângulos foram medidos no sentido horário.

Art. 3º A permissão de uso é concedida à Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, exclusivamente para implantação, operação e manutenção de servidão de passagem destinada ao coletor de esgoto sanitário.

Art. 4º A permissão tem caráter precário, unilateral e revogável a qualquer tempo, sem direito a indenização, salvo quanto a benfeitorias necessárias previamente autorizadas pelo Município.

Art. 5º Constituem obrigações da permissionária:
I – utilizar a área apenas para a finalidade descrita;
II – manter o local limpo e preservado;
III – garantir acesso de agentes públicos;
IV – reparar danos decorrentes de sua atuação;
V – observar normas técnicas, ambientais e urbanísticas;
VI – não ceder ou transferir o uso sem autorização do Município;
VII – arcar integralmente com quaisquer ônus decorrentes da utilização da área, incluindo despesas com escrituração e/ou registro, quando aplicáveis.

Art. 6º A permissão será revogada em caso de descumprimento das condições estabelecidas, desvio de finalidade, encerramento das atividades da permissionária ou interesse público superveniente. Parágrafo único. A revogação produzirá efeitos após despacho do Prefeito Municipal.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Luana Angelica da Rosa Nunes
Código Identificador:F29A30ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 165, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2025.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 078, DE 19 DE JUNHO DE 2023, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DESTINADA A INTERCEPTOR DE ESGOTO, PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM.”

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 078, de 19 de junho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa de passagem, a área destinada à implantação de interceptor de esgoto, com extensão superficial de 183,89m², parte do todo da área constante da Certidão nº 2.366, fl. 31, do livro 3-H do Serviço de Registro de Imóveis e Especiais da Comarca de Viamão, definida pelas seguintes medidas e confrontações: A origem do levantamento é do vértice V1 de coordenadas N 6.680.108,522 m e E 491.550.150,200m, situado no limite com faixa de servidão da CORSAN; deste segue com azimute de 143º27’10’’ e distância de 91,90 m, confrontando nesse trecho com faixa de servidão da CORSAN, até o vértice V2, de coordenadas N 6.680.034,694 m e E 491.204,924 m; deste segue, com azimute de 232º39’20’’ e distância de 2,00 m, confrontando neste trecho com a Av. Getúlio Vargas, até o vértice V3, de coordenadas N 6.680.033,481 m e E 491.203,334 m; deste segue com azimute de 323º27’10’’ e distância de 91,99 m, confrontando neste trecho com terras de Antônio Carlos Dihl Duarte, até o vértice V4, de coordenadas N 6.680.107,384 m e E 491.148,554 m; deste segue com azimute de 55º20’41’’ e distância de 2,00 m, confrontando neste trecho com terras de Antônio Carlos Dihl Duarte, até o vértice V1, de coordenadas N 6.680.108,522 m e E 491.550.150,200 m, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação da RBMC de Porto Alegre (POAL), de coordenadas E= 488.457,545 e N= 6.673.004,053, e encontram-se no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano central 51º WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes, distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A servidão administrativa de passagem referida no artigo anterior destina-se à implantação e manutenção do interceptor de esgoto, integrante do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Alvorada, a ser executado pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

Art. 3º Fica a CORSAN autorizada a promover os atos necessários à constituição da servidão administrativa de passagem sobre a área descrita no art. 1º, podendo realizá-la por via amigável ou judicial, nos termos da legislação vigente, arcando com todos os ônus decorrentes, inclusive eventuais indenizações pela limitação de uso imposta ao imóvel.

Art. 4º Eventuais despesas com escrituras, registros e demais atos necessários à formalização da servidão administrativa de passagem correrão por conta da entidade beneficiária – CORSAN.”

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 078, de 19 de junho de 2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Luana Angelica da Rosa Nunes
Código Identificador:14CD9C38

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 166, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2025.

“Dispõe sobre a permissão de uso, a título precário, à sociedade espírita mensageiros da luz, de área pública situada no município de alvorada.”

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º É concedida permissão de uso à Sociedade Espírita Mensageiros da Luz de uma área de terras localizada em zona urbana do Município de Alvorada, a seguir descrita e caracterizada.

"Um terreno com seiscentos e quarenta e dois metros quadrados e setenta decímetros quadrados (642,70m2), situado no Município de Alvorada, RS, na zona urbana, medindo vinte e cinco metros e setenta e cinco centímetros (25,75m), pela frente, ao SE com a Rua Eduardo da Silva Peixoto; por um lado, ao SO, mede vinte e cinco metros e trinta e oito centímetros (25,38m) com a área Verde e Para Uso Institucional número um (01); pelos fundos, ao NO, mede vinte e cinco metros e oitenta centímetros (25,80m) com a área Verde e Para Uso Institucional número um (01), e, por fim, ao NE, mede vinte e cinco metros e oitenta e cinco centímetros (25,85m) com a área Verde e Para Uso Institucional número um (01). Distando duzentos e quarenta e dois metros (242,00m) da esquina formada pela Rua Eduardo da Silva Peixoto e Avenida Zero-Hora."

§ 1º As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, exercidas por agentes públicos ou por equipe de fiscalização, assegurada a distinção das atividades.
§ 2º A distinção das atividades de que trata o § 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

Art. 2º A permissão constante do Art 1º terá por finalidade atender a um Projeto Religioso com programas assistenciais de distribuições de benefícios.

Art. 3º A presente permissão será feita pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da data de assinatura do presente, condicionada à utilização da área, nos exatos termos do presente, ficando estabelecido que sua inobservância acarretará na sua retomada, não cabendo a permissionária direito a indenização ou retenção por benfeitorias ou acessões a qualquer título.

Art. 4º A presente permissão será feita a título gratuito e precário, devendo a permissionária apresentar relatórios semestrais de atividades.

Art. 5º O Termo de Permissão de Uso a ser firmado entre as partes faz parte integrante deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Luana Angelica da Rosa Nunes
Código Identificador:C9C2835A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 167, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

"ESTABELECE O CRONOGRAMA DE FERIADOS OFICIAIS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O ANO DE 2026, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL."

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito de Alvorada, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o cronograma oficial de feriados e pontos facultativos no âmbito das repartições públicas da Administração Municipal para o ano de 2026, conforme segue:

DATA	DIA DA SEMANA	EVENTO	SITUAÇÃO	EXPEDIENTE
1º de janeiro	Quinta-feira	Confraternização Universal	Feriado Nacional	Sem expediente
2 de janeiro	Sexta-feira		Ponto facultativo	Sem expediente
16 de fevereiro	Segunda-feira		Ponto facultativo	Sem expediente
17 de fevereiro	Terça-feira	Carnaval	Feriado Nacional	Sem expediente
18 de fevereiro	Quarta-feira	Quarta-Feira de Cinzas	Expediente especial	13h às 17h
2 de abril	Quinta-feira	Semana Santa	Expediente especial	8hrs às 12hs
3 de abril	Sexta-feira	Paixão de Cristo	Feriado Nacional	Sem expediente
20 de abril	Segunda-feira		Ponto facultativo	Sem expediente
21 de abril	Terça-feira	Tiradentes	Feriado Nacional	Sem expediente
1º de maio	Sexta-feira	Dia do Trabalho	Feriado Nacional	Sem expediente
4 de junho	Quinta-feira	Corpus Christi	Feriado Nacional	Sem expediente
5 de junho	Sexta-feira		Ponto facultativo	Sem expediente
7 de setembro	Segunda-feira	Independência do Brasil	Feriado Nacional	Sem expediente
17 de setembro	Quinta-feira	Aniversário do Município	Feriado Municipal	Sem expediente
20 de setembro	Domingo	Revolução Farroupilha	Feriado Estadual	Sem expediente
12 de outubro	Segunda-feira	Nossa Senhora Aparecida	Feriado Nacional	Sem expediente
26 de outubro	Segunda-feira	Dia do Servidor Público (antecipação)	Ponto facultativo	Sem expediente
2 de novembro	Segunda-feira	Finados	Feriado Nacional	Sem expediente
15 de novembro	Domingo	Proclamação da República	Feriado Nacional	Sem expediente
20 de novembro	Sexta-feira	Dia da Consciência Negra	Feriado Nacional	Sem expediente
24 de dezembro	Quinta-feira	Véspera de Natal	Expediente especial	8h às 12h
25 de dezembro	Sexta-feira	Natal	Feriado Nacional	Sem expediente
31 de dezembro	Quinta-feira	Véspera de Ano Novo	Expediente especial	8h às 12h

Art. 2º. O disposto no artigo 1º não se aplica aos serviços essenciais e ininterruptos, tais como guardas, cemitérios, urgência e emergência, SAMU, remoções, e outros que, por sua natureza, não possam ser interrompidos, os quais funcionarão em regime de plantão ou escala definida pelas secretarias competentes.
§1º. Ficam mantidos todos os serviços de urgência e emergência, conforme escalas divulgadas.
§2º. Centros de pronto atendimento funcionarão conforme divulgação prévia da SMS.
§3º. Secretarias envolvidas em atividades essenciais poderão regulamentar seus fluxos internos.

Art. 3º. A antecipação do ponto facultativo do Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro de 2026, fica transferida para 26 de outubro de 2026, aplicando-se exclusivamente à Administração Pública Municipal.

Art. 4º. Compete aos titulares das pastas promover a divulgação do presente Decreto em local visível e acessível ao público e aos servidores, além de sua publicação no site oficial da Prefeitura.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Luana Angelica da Rosa Nunes
Código Identificador:84A5FCFF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARICÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL Nº 015/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2025

O Município de Araricá torna público que estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº 013/2025, regido pelo Edital nº 015/2025, visando contratação temporária e formação de cadastro reserva para diversos cargos das áreas da educação, saúde, obras, administrativo e outras, conforme descrição constante no edital completo.

As inscrições são gratuitas e deverão ser realizadas exclusivamente pelo site oficial do Município (https://ararica.rs.gov.br/), no período de 05 a 11 de dezembro de 2025.

A seleção ocorrerá por avaliação curricular, segundo critérios estabelecidos no edital. O edital completo está disponível no Painel de Publicações da Prefeitura e no site oficial do Município, no menu: Portal da Transparência → Processos Seletivos Simplificados → 2025.

Araricá/RS, 2 de Dezembro de 2025.

OSEAS GARCIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrei Luan da Silva
Código Identificador:56175BF5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATIBA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 0116/25

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ARATIBA
CONTRATO Nº: 0116/25
PROCESSO LICITATÓRIO: 000103/25
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
Nº MODALIDADE: 0010/25
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A28INLL(Art. 28, inc. I, da Lei nº 14.133/21)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARATIBA
CNPJ: 87.613.469/0001-84 - ENDEREÇO: RUA LUIZ LOESER
NÚMERO: 287 CIDADE: ARATIBA/RS
FORNECEDOR: RIKA COMERCIAL DE PRODUTOS GOVERNAMENTAIS LTDA
CNPJ: 46.728.867/0001-69 - ENDEREÇO: ROD VIA GOIO-EN
NÚMERO:365 CIDADE: ERVAL GRANDE/RS
OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS DE COZINHA E ELETRODOMÉSTICOS DESTINADOS À REESTRUTURAÇÃO DA COZINHA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE ARATIBA
VALOR: 20.817,36
Data Início da Vigência: 05/12/2025
Data Final da Vigência: 04/12/2026

Aratiba, 05 de dezembro de 2025.

JOAREZ ANTONIO MIECHUANSKI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Lucas André Barbieri
Código Identificador:CB615439

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 0117/25

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ARATIBA
CONTRATO Nº: 0117/25
PROCESSO LICITATÓRIO: 000103/25
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
Nº MODALIDADE: 0010/25
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A28INLL(Art. 28, inc. I, da Lei nº 14.133/21)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARATIBA
CNPJ: 87.613.469/0001-84 - ENDEREÇO: RUA LUIZ LOESER
NÚMERO: 287 CIDADE: ARATIBA/RS
FORNECEDOR: RW COMERCIO E SERVICOS ELETRONICOS LTDA
CNPJ: 54.572.923/0001-47 - ENDEREÇO: PEDRO ADAMS FILHO
NÚMERO:4942 CIDADE: Novo Hamburgo/RS
OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS DE COZINHA E ELETRODOMÉSTICOS DESTINADOS À REESTRUTURAÇÃO DA COZINHA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE ARATIBA
VALOR: 1.276,81
Data Início da Vigência: 05/12/2025
Data Final da Vigência: 04/12/2026

Aratiba, 05 de dezembro de 2025.

JOAREZ ANTONIO MIECHUANSKI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Lucas André Barbieri
Código Identificador:A9A4E19F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 032 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 3.843, 21 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE A INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO, CRIA O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - S.I.M E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso iv, vi e viii dalei orgânicado município, **DECRETA:**

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ÂMBITO DE ATUAÇÃO

Art. 1°O presente Regulamento institui as normas que regulam a obrigatoriedade da prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal produzidos no Município de Arroio dos Ratos e destinados ao consumo humano dentro dos limites de sua área geográfica, nos termos do art. 23, VIII da Constituição Federal e em consonância com a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, bem como a Lei Municipal Nº 3.843, 21 de dezembro de 2016.

Art. 2°A Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal será exercida em todo o território do Município de Arroio dos Ratos, em relação às condições higiênico-sanitárias a serem preenchidas pelos abatedouros, indústrias e estabelecimentos comerciais, que se dediquem ao abate, industrialização e comércio de carnes e derivados cárneos, pescado e seus derivados, leite, lácteos, queijos, ovos, mel e produtos de abelhas, e demais produtos de origem animal, acrescidos ou não de produtos vegetais, no comércio municipal.
Parágrafo único. A inspeção e a fiscalização a que se refere este artigo abrangem, sob o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção ante mortem e post mortem dos animais, a recepção, a manipulação, o

beneficiamento, a industrialização, o fracionamento, a conservação, o acondicionamento, a embalagem, a rotulagem, o armazenamento, a expedição e o trânsito de quaisquer matérias-primas e produtos de origem animal.

Art. 3°A implantação do Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M. obedecerá a estas normas, em consonância com as prioridades de Saúde Pública e abastecimento da população.

Art. 4°Ficará a cargo do coordenador do Serviço de Inspeção Municipal fazer cumprir estas normas, além de outras que possam ser implantadas, desde que por meio de dispositivos legais, que digam respeito à Inspeção Industrial e Sanitária dos estabelecimentos a que se refere o art. 2º deste Regulamento.

§ 1°A função de coordenador do Serviço de Inspeção Municipal será exercida por Médico Veterinário.

§ 2°A inspeção municipal de produtos de origem animal abrangerá também as seguintes áreas:

a)classificação do estabelecimento;

b)as condições e exigências para registro;

c)a higiene dos estabelecimentos;

d)a inspeção "ante" e "post-mortem" dos animais destinados ao abate;

e)a inspeção e reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal, durante as diferentes fases da industrialização;

f)padronização dos produtos industrializados de origem animal;

g)o registro de produtos e rótulos;

h)as análises laboratoriais;

i)o trânsito de produtos, subprodutos e matérias-primas;

j)a carimbagem de carcaças e cortes de carnes, bem como a identificação e demais dizeres a serem impressos nas embalagens de outros produtos de origem animal;

k)quaisquer outros detalhes que se tornarem necessários para maior eficiência da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

Art. 5°Ficam sujeitos à inspeção e fiscalização previstas neste Regulamento:

a)os animais de todas as espécies destinadas ao abate, seus produtos e subprodutos e matérias primas;

b)o pescado e seus derivados;

c)o leite e seus derivados;

d)o ovo e seus derivados;

e)o mel e cera de abelha e seus derivados.

Art. 6°A fiscalização e inspeção sanitária de que trata este Decreto far-se-á:

a)nos estabelecimentos industriais especializados e nas propriedades rurais com instalações adequadas para o abate de animais e seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo;

b)nos estabelecimentos industriais e nas propriedades rurais em condições de processar o pescado;

c)nas usinas de beneficiamento de leite e nas propriedades rurais com instalações e condições de receber, manipular e beneficiar o leite e seus derivados;

d)nos entrepostos de ovos e mel de abelhas e nas fábricas de produtos derivados;

e)nos entrepostos, que, de modo geral, recebem, manipulam, armazenam, conservam ou condicionam produtos de origem animal;

f)nas propriedades rurais;

Parágrafo ÚnicoA fiscalização e inspeção será dentro dos limites do Município de Arroio dos Ratos.

Art. 7º Para os fins deste Decreto, entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal, sob inspeção municipal, qualquer instalação industrial na qual sejam abatidos ou industrializados animais produtores de carnes e onde sejam obtidos, recebidos, manipulados, beneficiados, industrializados, fracionados, conservados, armazenados, acondicionados, embalados, rotulados ou expedidos, com finalidade industrial ou comercial, a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, os ovos e seus derivados, o leite e seus derivados ou os produtos de abelhas e seus derivados.

Art. 8º Para os fins deste Decreto, entende-se por produto ou derivado, o produto ou a matéria-prima de origem animal.

Art. 9º Para os fins deste Decreto, são adotados os seguintes conceitos:

I - Análise de autocontrole - análise efetuada pelo estabelecimento para controle de processo e monitoramento da conformidade das matérias-primas, dos ingredientes, dos insumos e dos produtos;

II - Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC - sistema que identifica, avalia e controla perigos que são significativos para a inocuidade dos produtos de origem animal;

III - Análise fiscal - análise efetuada por Laboratório credenciado ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou credenciado pela Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos em amostras coletadas pelos servidores do SIM;

IV - Boas Práticas de Fabricação - BPF - condições e procedimentos higiênico-sanitários e operacionais sistematizados, aplicados em todo o fluxo de produção, com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos produtos de origem animal;

V - Padrão de identidade - conjunto de parâmetros que permite identificar um produto de origem animal quanto à sua natureza, à sua característica sensorial, à sua composição, ao seu tipo de processamento e ao seu modo de apresentação, a serem fixados por meio de Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade;

VI - Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO - procedimentos descritos, desenvolvidos, implantados, monitorados e verificados pelo estabelecimento, com vistas a estabelecer a forma rotineira pela qual o estabelecimento evita a contaminação direta ou cruzada do produto e preserva sua qualidade e integridade, por meio da higiene, antes, durante e depois das operações;

VII - Programas de autocontrole - programas desenvolvidos, procedimentos descritos, desenvolvidos, implantados, monitorados e verificados pelo estabelecimento, com vistas a assegurar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos, que incluam, no mínimo, BPF e PPHO;

VIII - Qualidade - conjunto de parâmetros que permite caracterizar as especificações de um produto de origem animal em relação a um padrão desejável ou definido, quanto aos seus fatores intrínsecos e extrínsecos, higiênico-sanitários e tecnológicos;

IX - Rastreabilidade - é a capacidade de identificar a origem e seguir a movimentação de um produto de origem animal durante as etapas de produção, distribuição e comercialização e das matérias-primas, dos ingredientes e dos insumos utilizados em sua fabricação;

X - Aproveitamento condicional - destinação dada pelo serviço oficial à matéria-prima e ao produto que se apresentar em desconformidade com a legislação para elaboração de produtos comestíveis, mediante submissão a tratamentos específicos para assegurar sua inocuidade;

XI - Condenação - destinação dada pela empresa ou pelo serviço oficial às matérias-primas e aos produtos que se apresentarem em desconformidade com a legislação para elaboração de produtos não comestíveis, assegurada a inocuidade do produto final, quando couber;

XII - Descaracterização - aplicação de procedimento ou processo ao produto ou à matéria-prima de origem animal com o objetivo de torna-lo visualmente impróprio ao consumo humano;
XIII - Desnaturação - aplicação de procedimento ou processo ao produto ou à matéria-prima de origem animal, com o uso de substância química, com o objetivo de torná-lo visualmente impróprio ao consumo humano;
XIV - Destinação industrial - destinação dada pelo estabelecimento às matérias-primas e aos produtos, devidamente identificados, que se apresentem em desconformidade com a legislação ou não atendam às especificações previstas em seus programas de autocontrole, para serem submetidos a tratamentos específicos ou para elaboração de outros produtos comestíveis, asseguradas a rastreabilidade, a identidade, a inocuidade e a qualidade do produto final;
XV - Inutilização - destinação para a destruição, dada pela empresa ou pelo serviço oficial às matérias-primas e aos produtos que se apresentam em desacordo com a legislação;

Art. 10 Para o funcionamento de qualquer estabelecimento que abata ou industrialize produtos de origem animal, obrigatoriamente deverá requerer aprovação e registro prévio ao S.I.M. de seus projetos e localização.

Art. 11A inspeção industrial e sanitária realizada pelo S.I.M. deverá ser instalada de forma permanente nos abatedouros e periódica nos demais.

Art. 12 Os produtos de origem animal em natura ou derivados deverão atender aos padrões de identidade e qualidade previstos pela legislação em vigor, bem como pelo Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Único Os estabelecimentos registrados no S.I.M. ficam sujeitos às obrigações contidas nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, do art. 102, do Decreto Federal nº 30.691, de 29.03.1952, alterado pelo Decreto nº 1.255, de 25.06.1962.

Art. 13 Os estabelecimentos industriais e entrepostos de produtos de origem animal somente poderão funcionar mediante prévio registro, na forma deste Regulamento ou na forma das legislações federal e estadual vigentes.

Art. 14A produção de leite com fins comerciais ficará condicionada à realização de exames periódicos da sanidade do rebanho, sendo obrigatória a vacina, quando a Legislação Federal ou Estadual assim o determinar.

§ 1°O não cumprimento a essa determinação sujeitará o produtor à imediata suspensão da entrega do leite e derivados.

§ 2°Estará habilitado à comercialização de queijo o produtor que estiver em acordo com os artigos anteriores e cujas instalações sejam consideradas em boas condições de higiene pelo S.I.M., que fará as inspeções periódicas na propriedade.

§ 3°Todo produtor será cadastrado pelo S.I.M.

§ 4°O Município promoverá, periodicamente, cursos de treinamento dos produtores de leite e queijo visando a sua adaptação à Lei e a este Regulamento.

§ 5°Será concedido prazo de cento e oitenta (180) dias aos produtores em atividades para que se adaptem à presente legislação.

Art. 15A fiscalização e a inspeção de que trata o presente Regulamento serão exercidas em caráter periódico ou permanente, segundo a necessidade do serviço.

Art. 16É proibida a duplicidade de fiscalização e inspeção industrial e sanitária em qualquer estabelecimento industrial ou entreposto de origem animal, que será exercida por um único órgão.

Parágrafo ÚnicoA concessão de fiscalização e inspeção federal ou estadual isenta, bem como impede o estabelecimento de solicitar a inspeção municipal, a não ser que venha a comercializar seus produtos somente dentro da área do Município de Arroio dos Ratos.

Art. 17 Será cobrada taxa de inspeção dos estabelecimentos registrados no serviço de inspeção municipal, nos termos da Lei Municipal nº 3.843, de 21 de dezembro de 2016, bem como da legislação tributária vigente.

CAPÍTULO II
DA APROVAÇÃO DO PROJETO E OBTENÇÃO DO REGISTRO
Art. 18 Os seguintes estabelecimentos de produtos de origem animal, que devem estar sob inspeção industrial e sanitária a nível municipal, de acordo com a Lei Federal 7.889, de 23.11.89, obrigam-se a obter registro junto ao S.I.M. na Secretaria Municipal da Agricultura:
a) Nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal;
b) Nos estabelecimentos que recebam as diferentes espécies de animais previstas neste Decreto para abate ou industrialização;
c) Nos estabelecimentos que recebam o pescado e seus derivados para manipulação, distribuição ou industrialização;
d) Nos estabelecimentos que produzem e recebem ovos e seus derivados para distribuição ou industrialização;
e) Nos estabelecimentos que recebam o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização e
f) Nos estabelecimentos que extraiam ou recebam produtos de abelhas e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;

Art. 19 Os estabelecimentos a que se referem os artigos 18 receberão números de registro.

§ 1°Estes números obedecerão a série própria e independente fornecidos pelo S.I.M.

§ 2°O número de registro constará, obrigatoriamente, nos rótulos, certificados e carimbos de inspeção dos produtos e demais documentos.

§ 3°Por ocasião da concessão do número de registro, será fornecido o respectivo Título de Registro no qual constará o nome da firma, localização do estabelecimento, classificação e outros elementos julgados necessários.

Art. 20O processo de obtenção do registro junto ao S.I.M., deverá ser encaminhado através dos seguintes documentos:

I -requerimento simples de registro do estabelecimento por empresa ou produtor autônomo dirigido ao Serviço de Inspeção Municipal, contendo, obrigatoriamente, razão social ou dados pessoais do interessado e descrição básica do escopo da empresa;

II -termo de compromisso indicando a adoção de boas práticas de fabricação;

III -CNPJ ou a inscrição do produtor rural na Secretaria da Fazenda Estadual ou CPF no caso de pessoa física;

IV -plantas de situação e localização;

V -plantas baixas de todos os prédios e pavimentos;

VI -plantas de cortes e fachadas;

VII -plantas hidrossanitárias, com detalhes sobre rede de esgoto e abastecimento de água;
VIII -memorial descritivo da obra;

IX -memorial técnico econômico sanitário;
X -formulários de registro de produtos contendo os rótulos;

XI -análise de potabilidade de água de abastecimento, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e físico-químicos oficiais;

XII -certificado de curso de boas práticas de fabricação e manipulação em instituição reconhecida;
XIII -indicação do responsável técnico pela produção, que deverá ser devidamente habilitado junto ao respectivo conselho regional;

XIV -para os produtos de origem láctea, exames certificadores de ausência de tuberculose e brucelose, a cada ano, para as propriedades livres das mesmas, e a cada seis meses para as propriedades diagnosticadas positivas;

XV -licença/alvará de funcionamento expedida pela Prefeitura Municipal;

XVI -certidão negativa de tributos e taxas municipais;

XVII -comprovante de recolhimento da taxa de fiscalização conforme disposto no Código Tributário do Município.

XVIII -cronograma de execução de projetos para serem aprovados;

XIX-licença ambiental, prévia ou de instalação ou de operação, ou isenção da mesma;

XX -manual de boas práticas de fabricação e programas de autocontrole;
XXI – plano APPCC, quando aplicável.

Parágrafo ÚnicoO encaminhamento dos pedidos de registro de estabelecimento de produtos de origem animal, deve ser precedido de inspeção prévia e aprovação do local e terreno, solicitado ao SIM.

Art. 21 Aprovados os projetos e o cronograma de execução, o requerente poderá dar início às obras.

Art. 22 Concluídas as obras e instalados os equipamentos, de acordo com o cronograma, será requerido ao S.I.M. a vistoria prévia e autorização do início dos trabalhos.

Parágrafo Único Após deferido, compete ao S.I.M. instalar de imediato a inspeção nos estabelecimentos.

Art. 23 Será deferida a concessão de registro em caráter experimental, até a data de conclusão das demais obras e instalações, de acordo com o cronograma aprovado, atendendo aos seguintes requisitos:

I-nenhuma etapa do cronograma poderá ter duração superior a 01 (um) ano;

II-não será aprovada proposta de cronograma em que a conclusão da implantação do projeto ultrapasse 02 (dois) anos;

III-as exigências mínimas para o início da operação do estabelecimento serão fixadas na vistoria prévia, realizada pelo S.I.M.

Art. 24O registro definitivo de Inspeção Industrial e Sanitária somente será concedido aos estabelecimentos que estiverem devidamente registrados no órgão fiscalizador do exercício legal da atividade.

CAPÍTULO III
DA TRANSFERÊNCIA
Art. 25 Nenhum estabelecimento previsto neste Decreto pode ser alienado, alugado ou arrendado sem que, concomitantemente, seja feita a transferência do registro junto ao SIM.
§ 1º No caso do adquirente, locatário ou arrendatário se negar a promover a transferência, o fato deverá ser imediatamente comunicado por escrito ao SIM pelo alienante, locador ou arrendador.
§ 2º Os responsáveis por esses estabelecimentos devem notificar os interessados na aquisição, na locação ou no arrendamento a situação em que se encontram, durante as fases do processamento da transação comercial, em face das exigências deste Decreto.
§ 3º Enquanto a transferência não se efetuar, o responsável legal em nome do qual esteja registrado o estabelecimento continuará responsável pelas irregularidades que se verifiquem no estabelecimento.
§ 4º No caso do alienante, locador ou arrendante ter feito a comunicação a que se refere o § 1º, e o adquirente, locatário ou arrendatário não apresentar, dentro do prazo máximo de trinta dias, os documentos necessários à transferência, será cassado o registro do estabelecimento.
§ 5º Assim que o estabelecimento for adquirido, locado ou arrendado, e for realizada a transferência do registro, o novo responsável legal será obrigado a cumprir todas as exigências formuladas ao anterior responsável, sem prejuízo de outras que venham a ser determinadas.
§ 6º As exigências de que trata o § 5º incluem aquelas:
I - relativas ao cumprimento de prazos de:
a) notificações;
b) planos de ação;
c) intimações; ou
d) determinações sanitárias de qualquer natureza; e
II - de natureza pecuniária, que venham a ser estabelecidas em decorrência da apuração administrativa de infrações cometidas pela antecessora em processos pendentes de julgamento.
Art.26 O processo de transferência obedecerá, no que for aplicável, o mesmo critério estabelecido para o registro.

CAPÍTULO IV
DO REGISTRO DAS INSPEÇÕES E FISCALIZAÇÕES

Art. 27 Fica estabelecido o uso do Relatório de Não Conformidades (RNC) como documento de notificação escrita das falhas em atender às exigências regulamentares deste Decreto e normas complementares, que será utilizado como documento padrão para registro das inspeções e fiscalizações in loco realizadas pelo Serviço de Inspeção Municipal de Arroio dos Ratos.
Art. 28 O RNC deve ser claro e preciso, sem emendas, e deve descrever a não conformidade verificada e o prazo que o estabelecimento tem para a correção.
§ 1º Caso o prazo para a correção da não conformidade não tenha sido estabelecido no RNC, o estabelecimento terá até 10 (dez) dias consecutivos para propor o prazo através de apresentação de plano de ação.
Art. 29. A assinatura e a data apostas no RNC por parte do responsável pelo estabelecimento ou de 2 (duas) testemunhas, ao receber sua cópia, caracterizam notificação válida para todos os efeitos legais.
§ 1º O responsável pelo estabelecimento pode indicar um representante.
§ 2º Quando da recusa do responsável em assinar o RNC, o fato deve ser consignado no próprio documento.

CAPÍTULO V
DA CLASSIFICAÇÃO GERAL
Art. 30 Os estabelecimentos de produtos de origem animal são classificados em:
I - de carnes e derivados;
II - de pescado e derivados;
III - de ovos e derivados;
IV - de leite e derivados e
V - de produtos de abelhas e derivados.

CAPÍTULO VI
DOS ESTABELECIMENTOS DE CARNES E DERIVADOS

Art. 31 Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:
I - abatedouro frigorífico; e
II - unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos.
§ 1º Para os fins deste Decreto, entende-se por abatedouro frigorífico o estabelecimento destinado ao abate dos animais produtores de carne, à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos oriundos do abate, dotado de instalações de frio industrial, que pode realizar o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos comestíveis.
§ 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos o estabelecimento

destinado à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de carne e produtos cárneos, que pode realizar a industrialização de produtos comestíveis.

CAPÍTULO VII
DOS ESTABELECIMENTOS DE PESCADOS E DERIVADOS

Art. 32 Os estabelecimentos de pescado e derivados são classificados em:
I - abatedouro frigorífico de pescado e
II - unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado.
§ 1º Para os fins deste Decreto, entende-se por abatedouro frigorífico de pescado o estabelecimento destinado ao abate de anfíbios e répteis, à recepção, à lavagem, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos oriundos do abate, que pode realizar o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos comestíveis.
§ 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado o estabelecimento destinado à recepção, à lavagem do pescado recebido da produção primária, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de pescado e de produtos de pescado, que pode realizar também sua industrialização.

CAPÍTULO VIII
DOS ESTABELECIMENTOS DE OVOS E DERIVADOS

Art. 33 Os estabelecimentos de ovos são classificados em:
I - granja avícola; e
II - unidade de beneficiamento de ovos e derivados.
§ 1º Para os fins deste Decreto, entende-se por granja avícola o estabelecimento destinado à produção, à ovoscopia, à classificação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de ovos oriundos, exclusivamente, de produção própria destinada à comercialização direta.
§ 2º É permitida à granja avícola a comercialização de ovos para a unidade de beneficiamento de ovos e derivados.
§ 3º Para os fins deste Decreto, entende-se por unidade de beneficiamento de ovos e derivados o estabelecimento destinado à produção, à recepção, à ovoscopia, à classificação, à industrialização, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de ovos e derivados.
§ 4º É facultada a classificação de ovos quando a unidade de beneficiamento de ovos e derivados receber ovos já classificados.
§ 5º Se a unidade de beneficiamento de ovos e derivados destinar-se, exclusivamente, à expedição de ovos, poderá ser dispensada a exigência de instalações para a industrialização de ovos.
§ 6º Caso disponha de estrutura e condições apropriadas, é facultada a quebra de ovos na granja avícola, para destinação exclusiva para tratamento adequado em unidade de beneficiamento de ovos e derivados, nos termos do disposto neste Decreto e em normas complementares.

CAPÍTULO IX
DOS ESTABELECIMENTOS DE LEITE E DERIVADOS
Art. 34 Os estabelecimentos de leite e derivados são classificados em:
I - granja leiteira;
II - posto de refrigeração;
III - unidade de beneficiamento de leite e derivados; e
IV - queijaria.
§ 1º Para os fins deste Decreto, entende-se por granja leiteira o estabelecimento destinado à produção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, ao envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, podendo também elaborar derivados lácteos a partir de leite exclusivo de sua produção, envolvendo as etapas de pré-beneficiamento, beneficiamento, manipulação, fabricação, maturação, ralação, fracionamento, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição.
§ 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por posto de refrigeração o estabelecimento intermediário entre as propriedades rurais e as unidades de beneficiamento de leite e derivados destinado à seleção, à recepção, à mensuração de peso ou volume, à filtração, à refrigeração, ao acondicionamento e à expedição de leite cru refrigerado, facultada a estocagem temporária do leite até sua expedição.
§ 3º Para os fins deste Decreto, entende-se por unidade de beneficiamento de leite e derivados o estabelecimento destinado à recepção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, ao envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, facultada a transferência, a manipulação, a fabricação, a maturação, o fracionamento, a ralação, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de derivados lácteos, permitida também a expedição de leite fluido a granel de uso industrial.
§ 4º Para os fins deste Decreto, entende-se por queijaria o estabelecimento destinado à fabricação de queijos, que envolva as etapas de fabricação, maturação, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição, e que, caso não realize o processamento completo do queijo, encaminhe o produto a uma unidade de beneficiamento de leite e derivados.

CAPÍTULO X
DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ABELHAS E DERIVADOS
Art. 35 Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados são classificados em:
I - unidade de beneficiamento de produtos de abelhas.
§ 1º Para os fins deste Decreto, entende-se por unidade de beneficiamento de produtos de abelhas o estabelecimento destinado à recepção, à classificação, ao beneficiamento, à industrialização, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de produtos e matérias-primas pré-beneficiadas provenientes de outros estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados, facultada a extração de matérias-primas recebidas de produtores rurais.
§ 2º É permitida a recepção de matéria-prima previamente extraída pelo produtor rural, desde que atendido o disposto na legislação vigente.

CAPÍTULO XI
DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS

DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS
Art. 36 Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento que não esteja completamente instalado e equipado para a finalidade a que se destina, conforme o projeto aprovado pelo SIM.
Parágrafo único. As instalações e os equipamentos de que trata o caput compreendem as dependências mínimas, os equipamentos e os utensílios diversos, em face da capacidade de produção de cada estabelecimento e do tipo de produto elaborado.
Art. 37 O estabelecimento de produtos de origem animal deve dispor das seguintes condições básicas e comuns, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis, sem prejuízo de outros critérios estabelecidos em normas complementares:
I - localização em pontos distantes de fontes emissoras de mau cheiro e de potenciais contaminantes;
II - localização adequada para circulação e fluxo de veículos de transporte, de acordo com o fluxo de produção;
III - área delimitada e suficiente para construção das instalações industriais e das demais dependências;
IV – pátio, vias de circulação e perímetro industrial em bom estado de conservação e limpeza;
V - dependências e instalações compatíveis com a finalidade do estabelecimento e apropriadas para obtenção, recepção, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, acondicionamento, embalagem, rotulagem, armazenamento ou expedição de matérias-primas e produtos comestíveis;
VI - dependências e instalações industriais de produtos comestíveis separadas por paredes inteiras daquelas que se destinem ao preparo de produtos não comestíveis e daquelas não relacionadas com a produção;
VII - dependências e instalações para armazenagem de ingredientes, aditivos, coadjuvantes de tecnologia, embalagens, rotulagem, materiais de higienização, produtos químicos e substâncias utilizadas no controle de pragas;
VIII - ordenamento das dependências, das instalações e dos equipamentos, para evitar estrangulamentos no fluxo operacional e prevenir a contaminação cruzada;

IX - paredes e separações revestidas ou impermeabilizadas e construídas para facilitar a higienização;
X - pé-direito com altura suficiente para permitir a disposição adequada dos equipamentos e atender às condições higiênicosanitárias e tecnológicas específicas para suas finalidades;
XI - forro nas dependências onde se realizem trabalhos de recepção, manipulação e preparo de matérias-primas e produtos comestíveis;
XII - pisos impermeabilizados com material resistente e de fácil higienização, construídos de forma a facilitar a coleta das águas residuais e a sua drenagem para seus efluentes sanitários e industriais;
XIII - ralos de fácil higienização e sifonados;
XIV - barreiras sanitárias que possuam equipamentos e utensílios específicos nos acessos à área de produção e pias para a higienização de mãos nas áreas de produção;
XV - janelas, portas e demais aberturas construídas e protegidas de forma a prevenir a entrada de vetores e pragas e evitar o acúmulo de sujidades;
XVI - luz natural ou artificial e ventilação adequadas em todas as dependências;
XVII - equipamentos e utensílios resistentes à corrosão, de fácil higienização e atóxicos que não permitam o acúmulo de resíduos;
XVIII - equipamentos ou instrumentos de controle de processo de fabricação calibrados e aferidos e considerados necessários para o controle técnico e sanitário da produção;
XIX - local para higienização de recipientes utilizados no transporte de matérias-primas e produtos;
XX - equipamentos e utensílios exclusivos para produtos não comestíveis e identificados, preferencialmente, na cor vermelha;
XXI - rede de abastecimento de água com instalações para armazenamento e distribuição, em volume suficiente para atender às necessidades industriais e sociais e, quando for o caso, instalações para tratamento de água;
XXII - água potável nas áreas de produção industrial de produtos comestíveis;
XXIII - rede diferenciada e identificada para água não potável, quando a água for utilizada para outras aplicações, de forma que não ofereça risco de contaminação aos produtos;
XXIV - rede de esgoto projetada e construída de forma a permitir a higienização dos pontos de coleta de resíduos, dotada de dispositivos e equipamentos destinados a prevenir a contaminação das áreas industriais;
XXV - vestiários e sanitários em número proporcional ao quantitativo de funcionários, com fluxo interno adequado;
XXVI - local para realização das refeições, de acordo com o previsto em legislação específica dos órgãos competentes;
XXVII - local e equipamento adequados, ou serviço terceirizado, para higienização dos uniformes utilizados pelos funcionários nas áreas de elaboração de produtos comestíveis;
XXVIII - local para o SIM, compreendidos a área administrativa, os vestiários e as instalações sanitárias, nos estabelecimentos sob inspeção em caráter permanente;
XXIX - locais e equipamentos que possibilitem a realização das atividades de inspeção e de fiscalização sanitárias;
XXX - água fria e quente, quando necessário, nas dependências de manipulação e preparo de produtos;
XXXI - instalações de frio industrial e dispositivos de controle de temperatura nos equipamentos resfriadores e congeladores, nos túneis, nas câmaras, nas antecâmaras e nas dependências de trabalho industrial;
XXXII - instalações e equipamentos para recepção, armazenamento e expedição dos resíduos não comestíveis;
XXXIII - local, equipamentos e utensílios destinados à realização de ensaios laboratoriais, quando necessário;
XXXIV - gelo de fabricação própria ou adquirido de terceiros;
XXXV - dependência específica dotada de ar filtrado e pressão positiva;
XXXVI - equipamentos apropriados para a produção de vapor, quando necessário; e
XXXVII - laboratório adequadamente equipado, quando necessário para a garantia da qualidade e da inocuidade do produto.

Art. 38 Os estabelecimentos de carnes e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis, também devem dispor de:
I - instalações e equipamentos para recepção e acomodação dos animais, com vistas ao atendimento dos preceitos de bem-estar animal, localizados a uma distância que não comprometa a inocuidade dos produtos;
II - instalações específicas para exame e isolamento de animais doentes ou com suspeita de doença;
III - local específico para necropsia com forno crematório, autoclave ou outro método equivalente, aprovado pelo órgão ambiental competente, destinado à destruição dos animais mortos e de seus resíduos;
IV - instalações e equipamentos para higienização e desinfecção de veículos transportadores de animais; e
V - instalações e equipamentos apropriados para recebimento, processamento, armazenamento e expedição de produtos não comestíveis, quando necessário.
Parágrafo único. No caso de estabelecimentos que abatem mais de uma espécie, as dependências devem ser construídas de modo a atender às exigências técnicas específicas para cada espécie, sem prejuízo dos diferentes fluxos operacionais.

Art. 39 Os estabelecimentos de pescado e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis, também devem dispor de câmara de espera e equipamento de lavagem do pescado nos estabelecimentos que o recebam diretamente da produção primária.

Art. 40 Os estabelecimentos de ovos e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis de cada estabelecimento, também devem dispor de instalações e equipamentos para a ovoscopia e para a classificação dos ovos.

Art. 41 Os estabelecimentos de leite e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis, também devem dispor de:
I - instalações e equipamentos para a ordenha, separados fisicamente das dependências industriais, no caso de granja leiteira; e
II - instalações de ordenha separadas fisicamente da dependência para fabricação de queijo, no caso das queijarias.
Parágrafo único. Quando a queijaria não realizar o processamento completo do queijo, a unidade de beneficiamento de leite e derivados será corresponsável por garantir a inocuidade do produto por meio da implantação e do monitoramento de programas de sanidade do rebanho e de programas de autocontrole.

Art. 42 O SIM poderá exigir alterações na planta industrial, que não se confunde com a estrutural, nos processos produtivos e no fluxograma de operações, com o objetivo de assegurar a execução das atividades de inspeção e garantir a inocuidade do produto e a saúde do consumidor.

Art. 43 O estabelecimento de produtos de origem animal não poderá ultrapassar a capacidade de suas instalações e equipamentos.

Art. 44 Será permitida a armazenagem de produtos de origem animal comestíveis de natureza distinta em uma mesma câmara, desde que seja feita com a devida identificação, que não ofereça prejuízos à inocuidade e à qualidade dos produtos e que haja compatibilidade em relação à temperatura de conservação, ao tipo de embalagem ou ao acondicionamento.

Art. 45 Será permitida a utilização de instalações e equipamentos destinados à fabricação ou ao armazenamento de produtos de origem animal para a elaboração ou armazenagem de produtos que não estejam sujeitos à incidência de fiscalização de que trata a Lei nº 1.283, de 1950, desde que não haja prejuízo das condições higiênicosanitárias e da segurança dos produtos sob inspeção municipal, ficando a permissão condicionada à avaliação dos perigos associados a cada produto.
Parágrafo único. Nos produtos de que trata o caput não podem ser utilizados os carimbos oficiais do SIM.

CAPÍTULO XII
DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE

Art. 46 Os responsáveis pelos estabelecimentos deverão assegurar que todas as etapas de fabricação dos produtos de origem animal sejam realizadas de forma higiênica, a fim de se obter produtos que atendam aos padrões de qualidade, que não apresentem risco à saúde, à segurança e ao interesse do consumidor.

Art. 47 As instalações, os equipamentos e os utensílios dos estabelecimentos devem ser mantidos em condições de higiene antes, durante e após a realização das atividades industriais.
Parágrafo único. Os procedimentos de higienização devem ser realizados regularmente e sempre que necessário, respeitando-se as particularidades de cada setor industrial, de forma a evitar a contaminação dos produtos de origem animal.

Art. 48 Os estabelecimentos devem possuir programa eficaz e contínuo de controle integrado de pragas e vetores.
§ 1º Os estabelecimentos devem ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos, quaisquer outros insetos ou animais domésticos, agindo-se cautelosamente quanto ao emprego de venenos, cujo uso só é permitido nas dependências não destinadas à manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante conhecimento da Inspeção Municipal.
§ 2º Não é permitido o emprego de substâncias não aprovadas pelo órgão regulador da saúde para o controle de pragas nas dependências destinadas à manipulação e nos depósitos de matérias-primas, produtos e insumos.
§ 3º Quando utilizado, o controle químico deve ser executado por empresa especializada ou por pessoal capacitado, conforme legislação específica, e com produtos aprovados pelo órgão regulador da saúde.
Art. 49 É proibida a presença de qualquer animal alheio ao processo industrial nos estabelecimentos elaboradores de produtos de origem animal (em todo seu perímetro).
Art. 50 Para o desenvolvimento das atividades industriais, todos os funcionários devem usar uniformes apropriados e higienizados.
§ 1º Os funcionários que trabalhem na manipulação e, diretamente, no processamento de produtos comestíveis devem utilizar uniforme na cor branca que possibilite a fácil visualização de possíveis contaminações.
§ 2º É proibida a circulação dos funcionários uniformizados entre áreas de diferentes riscos sanitários ou fora do perímetro industrial.
§ 3º Os funcionários que trabalhem nas demais atividades industriais ou que executem funções que possam acarretar contaminação cruzada ao produto devem usar uniformes diferenciados por cores.
Art. 51 Os funcionários envolvidos de forma direta ou indireta em todas as atividades industriais devem cumprir práticas de higiene pessoal e operacional que preservem a inocuidade dos produtos.
Art. 52 Deve ser prevista a separação de áreas ou a definição de fluxo de funcionários dos diferentes setores nas áreas de circulação comum, tais como refeitórios, vestiários ou áreas de descanso, entre outras, de forma a prevenir a contaminação cruzada, respeitadas as particularidades das diferentes classificações de estabelecimentos.
Parágrafo único. Os funcionários que trabalhem em setores onde se manipule material contaminado, ou onde exista maior risco de contaminação, não devem circular em áreas de menor risco de contaminação, de forma a evitar a contaminação cruzada.
Art. 53 É proibido fazer refeições nos locais onde se realizem trabalhos industriais, bem como depositar produtos, objetos e material estranho à finalidade da dependência ou ainda guardar roupas de qualquer natureza, assim como é proibido cuspir ou escarrar em qualquer dependência de trabalho.
Art. 54 É proibido fumar nas dependências destinadas à manipulação ou ao depósito de matérias-primas, de produtos de origem animal e de seus insumos.
Art. 55 O SIM pode determinar melhorias e reformas nas instalações e nos equipamentos, de forma a mantê-los em bom estado de conservação e funcionamento, e minimizar os riscos de contaminação.
Art. 56 As instalações de recepção, os alojamentos de animais vivos e os depósitos de resíduos industriais devem ser higienizados regularmente e sempre que necessário.
Art. 57 As matérias-primas, os insumos e os produtos devem ser mantidos em condições que previnam contaminações durante todas as etapas de elaboração, desde a recepção até a expedição, incluído o transporte.
Art. 58 É proibido o uso de utensílios que, pela sua forma ou composição, possam comprometer a inocuidade da matéria-prima ou do produto durante todas as etapas de elaboração, desde a recepção até a expedição, incluído o transporte.
Art. 59 O responsável pelo estabelecimento deve implantar procedimentos para garantir que os funcionários que trabalhem ou circulem em áreas de manipulação não sejam portadores de doenças que possam ser veiculadas pelos alimentos.
§ 1º Deve ser apresentada comprovação médica atualizada, sempre que solicitada, de que os funcionários não apresentam doenças que os incompatibilizam com a fabricação de alimentos.
§ 2º No caso de constatação ou suspeita de que o manipulador apresenta alguma enfermidade ou problema de saúde que possa comprometer a inocuidade dos produtos, ele deverá ser afastado de suas atividades, pelo empregador.
Art. 60 Os reservatórios de água devem ser protegidos de contaminação externa e higienizados regularmente e sempre que for necessário.
Art. 61 As fábricas de gelo e os silos utilizados para seu armazenamento devem ser regularmente higienizados e protegidos contra contaminação.
Parágrafo único. O gelo utilizado na conservação do pescado deve ser produzido a partir de água potável.
Art. 62 É proibido residir nas dependências onde são realizadas atividades industriais com produtos de origem animal.
Art. 63 As câmaras frigoríficas, antecâmaras, túneis de congelamento e equipamentos resfriadores e congeladores devem ser regularmente higienizados.
Art. 64 Será obrigatória a higienização dos recipientes, dos veículos transportadores de matérias-primas e produtos e dos vasilhames antes da sua devolução.
Art. 65 Nos ambientes nos quais há risco imediato de contaminação de utensílios e equipamentos, é obrigatória a existência de dispositivos ou mecanismos que promovam a sanitização com água renovável à temperatura mínima de 85º C (oitenta e cinco inteiros de graus Celsius) ou outro método com equivalência reconhecida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO XIII
DAS OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 66 Os responsáveis pelos estabelecimentos ficam obrigados a:
I - atender ao disposto neste Decreto e em normas complementares;
II - disponibilizar, sempre que necessário, nos estabelecimentos sob inspeção em caráter permanente, o apoio administrativo e o pessoal para auxiliar na execução dos trabalhos de inspeção post mortem, conforme legislação vigente.
III - disponibilizar instalações, equipamentos e materiais julgados indispensáveis aos trabalhos de inspeção e fiscalização;
IV - fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM, enviando o mapa de produção até o quinto dia útil de cada mês subsequente ao transcorrido e sempre que solicitado;
V - manter atualizados:
a) os dados cadastrais de interesse do SIM; e
b) o projeto aprovado.
VI - quando se tratar de estabelecimento sob inspeção em caráter permanente, comunicar ao SIM a realização de atividades de abate e o horário de início e de provável conclusão, com antecedência de, no mínimo, setenta e duas horas;
VII - fornecer o material, os utensílios e as substâncias específicos para os trabalhos de coleta, acondicionamento e inviolabilidade e remeter as amostras fiscais aos laboratórios;
VIII - arcar com o custo das análises fiscais;
IX - manter locais apropriados para sequestro de matérias-primas e de produtos suspeitos ou destinados ao aproveitamento condicional;
X - fornecer as substâncias para a desnaturação ou realizar a descaracterização visual permanente de produtos condenados, quando não houver instalações para sua transformação imediata;
XI - dispor de controle de temperaturas das matérias-primas, dos produtos, do ambiente e do processo tecnológico empregado, conforme estabelecido em normas complementares;
XII - manter registros auditáveis da recepção de animais, matériasprimas e insumos, especificando procedência, quantidade e qualidade, controles do processo de fabricação, produtos fabricados, estoque, expedição e destino;
XIII - manter equipe regularmente treinada e habilitada para execução das atividades do estabelecimento;
XIV - garantir o acesso de representantes do SIM a todas as instalações do estabelecimento para a realização dos trabalhos de inspeção, fiscalização, supervisão, auditoria, coleta de amostras, verificação de documentos e outros procedimentos inerentes a inspeção e a fiscalização industrial e sanitária previstos neste Decreto e em normas complementares;
XV - dispor de programa de recolhimento dos produtos por ele elaborados e eventualmente expedidos, nos casos de:
a) constatação de não conformidade que possa incorrer em risco à saúde; e
b) adulteração;
XVI - realizar os tratamentos de aproveitamento condicional, de destinação industrial ou a inutilização de produtos de origem animal,

em observância aos critérios de destinação estabelecidos neste Decreto ou em normas competentes, e manter registros auditáveis de sua realização;
XVII - manter as instalações, os equipamentos e os utensílios em condições de manutenção adequadas para a finalidade a que se destinam;
XVIII - comunicar ao SIM:
a) com antecedência de, no mínimo, cinco dias úteis, a pretensão de realizar atividades de abate em dias adicionais à sua regularidade operacional, com vistas à avaliação da autorização, quando se tratar de estabelecimento sob caráter de inspeção permanente;
b) sempre que requisitado, a escala de trabalho do estabelecimento, que conterá a natureza das atividades a serem realizadas e os horários de início e de provável conclusão, quando se tratar de estabelecimento sob inspeção em caráter periódico ou, quando se tratar de estabelecimento sob inspeção em caráter permanente, para as demais atividades, exceto de abate; e
c) a paralisação ou o reinício, parcial ou total, das atividades industriais;
§ 1º Os materiais e os equipamentos necessários às atividades de inspeção fornecidos pelos estabelecimentos constituem patrimônio destes, mas ficarão à disposição e sob a responsabilidade do SIM.
§ 2º No caso de cancelamento de registro, o estabelecimento ficará obrigado a inutilizar a rotulagem existente em estoque sob supervisão do SIM.
Art. 67 Os estabelecimentos devem dispor de programas de autocontrole desenvolvidos, implantados, mantidos, monitorados e verificados por eles mesmos, contendo registros sistematizados e auditáveis que comprovem o atendimento aos requisitos higiênicosanitários e tecnológicos estabelecidos neste Decreto e em normas complementares, com vistas a assegurar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos, desde a obtenção e a recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos, até a expedição destes.
§ 1º A Prefeitura de Arroio dos Ratos estabelecerá em normas complementares os programas de autocontrole mínimos que os estabelecimentos devem dispor;
§ 2º Para indicação de equivalência, os programas de autocontrole devem atender aos requisitos específicos do sistema de inspeção equivalente, tais como o APPCC;
§ 3º Na hipótese de utilização de sistemas informatizados para o registro de dados referentes ao monitoramento e a verificação dos programas de autocontrole, a segurança, integridade e a disponibilidade da informação devem ser garantidas pelos estabelecimentos.
§ 4º A Prefeitura de Arroio dos Ratos estabelecerá em normas complementares os procedimentos oficiais de verificação dos programas de autocontrole dos processos de produção aplicados pelos estabelecimentos para assegurar a inocuidade e o padrão de qualidade dos produtos.
Art. 68 Os estabelecimentos devem dispor de mecanismos de controle para assegurar a rastreabilidade das matérias-primas e dos produtos, com disponibilidade de informações de toda a cadeia produtiva, em consonância com este Decreto e com as normas complementares.
Parágrafo único. Para fins de rastreabilidade da origem do leite, fica proibida a recepção de leite cru refrigerado, transportado em veículo de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas não vinculadas, formal e comprovadamente, ao programa de qualificação de fornecedores de leite.
Art. 69 Os estabelecimentos devem apresentar os documentos e as informações solicitados pelo SIM, de natureza fiscal ou analítica, e os registros de controle de recepção, estoque, produção, expedição ou quaisquer outros necessários às atividades de inspeção e fiscalização.
Art. 70 Os estabelecimentos devem possuir responsável técnico na condução dos trabalhos de natureza higiênico-sanitária e tecnológica, cuja formação profissional deverá atender ao disposto em legislação específica.
§ 1º O SIM deverá ser comunicado sobre eventuais substituições dos profissionais de que trata o caput;
Art. 71 Os estabelecimentos com reconhecimento de equivalência devem atender aos requisitos sanitários específicos do Sistema de Inspeção equivalente para recebimento de matéria prima e produto de origem animal destinado ao consumo humano.
Art. 72 Na hipótese de constatação de perda das características originais de conservação é proibida a recuperação de frio dos produtos e das matérias-primas que permaneceram em condições inadequadas de temperatura.
Parágrafo único. Os produtos e as matérias-primas que apresentarem sinais de perda de suas características originais de conservação devem ser armazenados em condições adequadas até sua destinação industrial.
Art. 73 Os estabelecimentos só podem expor à venda e distribuir produtos que:
I - não representem risco à saúde pública;

II - não tenham sido alterados ou fraudados;
III - não tenham sido adulterados;
IV - tenham assegurada a rastreabilidade nas fases de obtenção, recepção, fabricação e de expedição; e
V - atendam às especificações aplicáveis estabelecidas neste Decreto ou em normas complementares.
Parágrafo único. Os estabelecimentos adotarão as providências necessárias para o recolhimento de lotes de produtos que representem risco à saúde pública ou que tenham sido adulterados.

CAPÍTULO XIV
DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA

Art. 74 A Prefeitura de Arroio dos Ratos estabelecerá em normas complementares os procedimentos de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e desenvolverá programas de controle oficial com o objetivo de avaliar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos produtos e de seus processos produtivos.
Parágrafo único. Os programas de que trata o caput contemplarão a coleta de amostras para as análises físicas, microbiológicas, físico-químicas, de biologia molecular, histológicas e demais que se fizerem necessárias para a avaliação da conformidade de matérias-primas e produtos de origem animal.
Art.75 O SIM, durante a fiscalização no estabelecimento, pode realizar as análises previstas neste Decreto, no RTIQ, em normas complementares ou em legislação específica, nos programas de autocontrole e outras que se fizerem necessárias ou determinar as suas realizações pela empresa.
Art. 76 A inspeção ante mortem e post mortem dos animais destinados ao abate, assim como a inspeção industrial e sanitária de carne e derivados, de leite e derivados, de ovos e derivados, de pescado e derivados e de produtos de abelhas e derivados, obedecerá, no que couber, quanto à sua forma e condições, as disposições a ela relativas, previstas na Lei nº 15.027/2017, e pelo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal aprovado pelo Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017, suas alterações e regulamentos específicos.

CAPÍTULO XV
DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE

Art. 77 Os padrões de identidade e qualidade dos produtos de origem animal obedecerão, no que couber, quanto à sua forma e condições, às condições a eles relativas previstas pela Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e alterações, e pelo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal aprovado pelo Decreto Federal n.º 9.013, de 29 de março de 2017, suas alterações e regulamentos específicos.

CAPÍTULO XVI
DO REGISTRO DE PRODUTOS, DA EMBALAGEM, DA ROTULAGEM E DOS CARIMBOS DE INSPEÇÃO
TÍTULO I
DO REGISTRO DE PRODUTOS

Art. 78 Todo produto de origem animal produzido no município de Arroio dos Ratos deve ser registrado no órgão competente.
§ 1º O registro de que trata o caput abrange a formulação, o processo de fabricação e o rótulo.
§ 2º O registro de produtos comestíveis não regulamentados será concedido mediante aprovação prévia da formulação e do processo de fabricação do produto.

Art. 79 No processo de solicitação de registro, devem constar:
I - matérias-primas e ingredientes, com discriminação das quantidades e dos percentuais utilizados;
II - descrição das etapas de recepção, de manipulação, de beneficiamento, de industrialização, de fracionamento, de conservação, de embalagem, de armazenamento e de transporte do produto;
IV - croqui do rótulo a ser utilizado.
Parágrafo único. Para registro, podem ser exigidas informações ou documentação complementares, conforme critérios técnicos estabelecidos pelo SIM.
Art. 80 É permitida a fabricação de produtos de origem animal não previstos neste Decreto ou em normas complementares, desde que seu processo de fabricação e sua composição sejam aprovados pelo SIM.
§ 1º Nas solicitações de registro de produtos de que trata o caput além dos requisitos estabelecidos no caput do art. 79, o requerente deve apresentar ao SIM:
I - proposta de denominação de venda do produto;
II - especificação dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos do produto, seus requisitos de identidade e de qualidade e seus métodos de avaliação da conformidade, observadas as particularidades de cada produto;
III - informações acerca do histórico do produto, quando existentes;
IV - embasamento em legislação nacional ou internacional, quando existentes; e
V - literatura técnico-científica relacionada à fabricação do produto.
§ 2º O SIM julgará a pertinência dos pedidos de registro considerados:
I - a segurança e a inocuidade do produto;
II - os requisitos de identidade e de qualidade propostos, com vistas a preservar os interesses dos consumidores; e
III - a existência de métodos validados de avaliação da conformidade do produto final.
§ 3º Nos casos em que a tecnologia proposta possua similaridade com processos produtivos já existentes, também será considerado na análise da solicitação a tecnologia tradicional de obtenção do produto e as características consagradas pelos consumidores.
Art. 81 As informações contidas no registro do produto devem corresponder exatamente aos procedimentos realizados pelo estabelecimento.
Art. 82 Todos os ingredientes e os aditivos apresentados de forma combinada devem dispor de informação clara sobre sua composição e seus percentuais nas solicitações de registro.
Parágrafo único. Os coadjuvantes de tecnologia empregados na fabricação devem ser discriminados no processo de fabricação.
Art. 83 Nenhuma modificação na formulação, no processo de fabricação ou no rótulo pode ser realizada sem prévia atualização do registro no SIM.
Art. 84 Os procedimentos para o registro do produto e seu cancelamento serão estabelecidos em norma complementar pelo SIM.
Parágrafo único. O registro poderá ser cancelado quando houver descumprimento do disposto na legislação.

TÍTULO II
DA EMBALAGEM

Art. 85 Os produtos de origem animal devem ser acondicionados ou embalados em recipientes ou continentes que confiram a necessária proteção, atendidas as características específicas do produto e as condições de armazenamento e transporte.
§ 1º O material utilizado para a confecção das embalagens que entram em contato direto com o produto deve ser previamente autorizado pelo órgão regulador da saúde.
§ 2º Quando houver interesse sanitário ou tecnológico, de acordo com a natureza do produto, pode ser exigida embalagem ou acondicionamento específico.
Art. 86 É permitida a reutilização de recipientes para o envase ou o acondicionamento de produtos e de matérias-primas utilizadas na alimentação humana quando íntegros, perfeitos e rigorosamente higienizados.
Parágrafo único. É proibida a reutilização de recipientes que tenham sido empregados no acondicionamento de produtos ou de matérias primas de uso não comestível, para o envase ou o acondicionamento de produtos comestíveis.

TÍTULO III
DA ROTULAGEM
SEÇÃO I
DA ROTULAGEM EM GERAL

Art. 87 Para os fins deste Decreto, entende-se por rótulo ou rotulagem toda inscrição, legenda, imagem e toda matéria descritiva ou gráfica que esteja escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo, litografada ou colada sobre a embalagem ou contentores do produto de origem animal destinado ao comércio, com vistas à identificação.
Art. 88 Os estabelecimentos podem expedir ou comercializar somente matérias-primas e produtos de origem animal registrados pelo SIM ou isentos de registro, de acordo com o Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017, suas alterações e regulamentos específicos, e identificados por meio de rótulos, dispostos em local visível, quando forem destinados diretamente ao consumo ou enviados a outros estabelecimentos em que serão processados.
§ 1º O rótulo deve ser resistente às condições de armazenamento e de transporte dos produtos e, quando em contato direto com o produto, o material utilizado em sua confecção deve ser previamente autorizado pelo órgão regulador da saúde.
§ 2º As informações constantes nos rótulos devem ser visíveis, com caracteres legíveis, em cor contrastante com o fundo e indeléveis, conforme legislação específica.
§ 3º Os rótulos devem possuir identificação que permita a rastreabilidade dos produtos.
Art. 89 O uso de ingredientes, de aditivos e de coadjuvantes de tecnologia em produtos de origem animal e a sua forma de indicação na rotulagem devem atender à legislação específica.
Art. 90 Os rótulos podem ser utilizados somente nos produtos registrados ou isentos de registro aos quais correspondam.
§ 1º As informações expressas na rotulagem devem retratar fidedignamente a verdadeira natureza, a composição e as características do produto.
§ 2º Na venda direta ao consumidor final, é vedado o uso do mesmo rótulo para mais de um produto.
§ 3º Para os fins do §2º, entende-se por consumidor final a pessoa física que adquire um produto de origem animal para consumo próprio.
Art. 91 Além de outras exigências previstas neste Decreto, em normas complementares e em legislação específica, os rótulos devem conter, de forma clara e legível:
I - nome do produto;
II - nome empresarial e endereço do estabelecimento produtor;
III - carimbo oficial do SIM;
IV - CNPJ ou CPF e Inscrição Estadual, nos casos em que couber;
V - marca comercial do produto, quando houver;
VI - prazo de validade e identificação do lote;
VII - lista de ingredientes e aditivos;
VIII - indicação do número de registro do produto no SIM;
IX – classificação do estabelecimento prevista neste Decreto;
X – expressão "**INDÚSTRIA BRASILEIRA**";
XI - instruções sobre a conservação do produto;
XII - indicação quantitativa, conforme legislação do órgão competente;
XIII - instruções sobre o preparo e o uso do produto, quando necessário; e
XIV - expressão: "Registro na S.I.M de Arroio dos Ratos sob n.º", seguida do respectivo número de registro com numeração crescente e sequencial de três dígitos, sucedido do número de registro do estabelecimento.
§ 1º O prazo de validade e a identificação do lote devem ser impressos, gravados ou declarados por meio de carimbo, conforme a natureza do continente ou do envoltório, observadas as normas complementares.
§ 2º No caso de terceirização da produção, deve constar a expressão "Fabricado por", ou expressão equivalente, seguida da identificação do fabricante, e a expressão "Para", ou expressão equivalente, seguida da identificação do estabelecimento contratante.
§ 3º Quando ocorrer apenas o processo de fracionamento ou de embalagem de produto, deve constar a expressão "Fracionado por" ou "Embalado por", respectivamente, em substituição à expressão "fabricado por".

§ 4º Nos casos de que trata o § 3º, deve constar a data de fracionamento ou de embalagem e a data de validade, com prazo menor ou igual ao estabelecido pelo fabricante do produto, exceto em casos particulares, conforme critérios definidos pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
§ 5º Na rotulagem dos produtos isentos de registro deverá constar a expressão "Produto Isento de Registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento", em substituição à informação de que trata o inciso VIII do caput.
Art. 92 Nos rótulos podem constar referências a prêmios ou a menções honrosas, desde que sejam devidamente comprovadas as suas concessões na solicitação de registro e mediante inclusão na rotulagem de texto informativo ao consumidor para esclarecimento sobre os critérios, o responsável pela concessão e o período.
Art. 93 Na composição de marcas, é permitido o emprego de desenhos alusivos a elas.
Parágrafo único. O uso de marcas, de dizeres ou de desenhos alusivos a símbolos ou quaisquer indicações referentes a atos, a fatos ou a estabelecimentos deve cumprir a legislação específica.
Art. 94 Nos rótulos dos produtos de origem animal é vedada a presença de expressões, marcas, vocábulos, sinais, denominações, símbolos, emblemas, ilustrações ou outras representações gráficas que possam transmitir informações falsas, incorretas, insuficientes ou que possam, direta ou indiretamente, induzir o consumidor a equívoco, erro, confusão ou engano em relação à verdadeira natureza, composição, rendimento, procedência, tipo, qualidade, quantidade, validade, características nutritivas ou forma de uso do produto.
§ 1º Os rótulos dos produtos de origem animal não podem destacar a presença ou ausência de componentes que sejam intrínsecos ou próprios de produtos de igual natureza, exceto nos casos previstos em legislação específica.
§ 2º Os rótulos dos produtos de origem animal não podem indicar propriedades medicinais ou terapêuticas.
§ 3º O uso de alegações de propriedade funcional ou de saúde em produtos de origem animal deve ser previamente aprovado pelo órgão regulador da saúde, atendendo aos critérios estabelecidos em legislação específica.
§ 4º As marcas que infringirem o disposto neste artigo sofrerão restrições ao seu uso.
Art. 95 É facultada a aposição no rótulo de informações que remetam a sistema de produção específico ou a características específicas de produção no âmbito da produção primária, observadas as regras estabelecidas pelo órgão competente.
§ 1º Na hipótese de inexistência de regras ou de regulamentação específica sobre os sistemas ou as características de produção de que trata o caput, o estabelecimento deverá apor texto explicativo na rotulagem, em local de fácil visualização, que informará ao consumidor as características do sistema de produção.
§ 2º A veracidade das informações prestadas na rotulagem nos termos do disposto no paragrafo 1º perante os órgãos de defesa dos interesses do consumidor é de responsabilidade exclusiva do estabelecimento.
Art. 96 Poderão constar expressões de qualidade na rotulagem quando estabelecidas especificações correspondentes para um determinado produto de origem animal em regulamento técnico de identidade e qualidade específico.
§ 1º Na hipótese de inexistência de especificações de qualidade em regulamentação específica de que trata o caput e observado o disposto no art. 94, a indicação de expressões de qualidade na rotulagem é facultada, desde que sejam seguidas de texto informativo ao consumidor para esclarecimento sobre os critérios utilizados para sua definição.
§ 2º Os parâmetros ou os critérios utilizados devem ser baseados em evidências técnico-científicas, mensuráveis e auditáveis, e devem ser descritos na solicitação de registro.
§ 3º A veracidade das informações prestadas na rotulagem nos termos do disposto nos §1º e §2º perante os órgãos de defesa dos interesses do consumidor é de responsabilidade exclusiva do estabelecimento.
Art. 97 O uso de informações atribuíveis aos aspectos sensoriais, ao tipo de condimentação, menções a receitas específicas ou outras que não remetem às características de qualidade é facultado na rotulagem.
Parágrafo único. As informações de que trata o caput não se enquadram no conceito de expressões de qualidade de que trata o art. 96.
Art. 98 O mesmo rótulo pode ser usado para produtos idênticos que sejam fabricados em diferentes unidades da mesma empresa, desde que cada estabelecimento tenha o produto registrado.
§ 1º Na hipótese do caput, as informações de que tratam os incisos II, III, IV e VIII do caput do art. 91 deverão ser indicados na rotulagem para as unidades fabricantes envolvidas.
§ 2º A unidade fabricante do produto deve ser identificada claramente na rotulagem, por meio de texto informativo, código ou outra forma que assegure a informação correta.
§ 3º Alternativamente à indicação dos carimbos de inspeção das unidades fabricantes envolvidas, a empresa poderá optar pela indicação na rotulagem de um único carimbo de inspeção referente à unidade fabricante.
Art. 99 Os rótulos devem ser impressos, litografados, gravados ou pintados, respeitados a ortografia oficial e o sistema legal de unidades e de medidas.
Art. 100 Nenhum rótulo, etiqueta ou selo pode ser aplicado de modo que esconda ou encubra, total ou parcialmente, dizeres obrigatórios de rotulagem ou o carimbo do SIM.
Art. 101 Os rótulos e carimbos do SIM devem referir-se ao último estabelecimento onde o produto foi submetido a algum processamento, fracionamento ou embalagem.
Art. 102 A rotulagem dos produtos de origem animal deve atender às determinações estabelecidas neste Decreto, em normas complementares e em legislação específica.

SEÇÃO II
DA ROTULAGEM EM PARTICULAR
Art. 103 O produto deve seguir a denominação de venda do respectivo RTIQ.
§ 1º O pescado deve ser identificado com a denominação comum da espécie, podendo ser exigida a utilização do nome científico conforme estabelecido em norma complementar.
§ 2º Os ovos que não sejam de galinhas devem ser denominados segundo a espécie de que procedam.
§ 3º Os derivados lácteos fabricados com leite que não seja de vaca devem possuir em sua rotulagem a designação da espécie que lhe deu origem, exceto para os produtos que, em função da sua identidade, são fabricados com leite de outras espécies que não a bovina.
§ 4º Os queijos elaborados a partir de processo de filtração por membrana podem utilizar em sua denominação de venda o termo queijo, porém sem fazer referência a qualquer produto fabricado com tecnologia convencional.
§ 5º A farinha láctea deve apresentar no painel principal do rótulo o percentual de leite contido no produto.
§ 6º Casos de designações não previstas neste Decreto e em normas complementares serão submetidos à avaliação do SIM.
Art. 104 As carcaças, os quartos ou as partes de carcaças em natureza de bovinos, de búfalos, de equídeos, de suídeos, de ovinos, de caprinos e de ratitas, destinados ao comércio varejista ou em trânsito para outros estabelecimentos recebem o carimbo do SIM diretamente em sua superfície e devem possuir, além deste, etiqueta-lacre inviolável.
Parágrafo único. As etiquetas-lacres e os carimbos devem conter as exigências previstas neste Decreto e em normas complementares.
Art. 105 Os produtos cárneos que contenham carne e produtos vegetais devem dispor nos rótulos a indicação das respectivas percentagens.
Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos condimentos e às especiarias.
Art. 106 A água adicionada aos produtos cárneos deve ser declarada, em percentuais, na lista de ingredientes do produto.
Parágrafo único. Sempre que a quantidade de água adicionada for superior a três por cento, o percentual de água adicionado ao produto deve ser informado, adicionalmente, no painel principal da rotulagem.
Art. 107 Os produtos que não sejam leite, produto lácteo ou produto lácteo composto não podem utilizar rótulos, ou qualquer forma de apresentação, que declarem, impliquem ou sugiram que estes produtos sejam leite, produto lácteo ou produto lácteo composto, ou que façam alusão a um ou mais produtos do mesmo tipo.
§ 1º Para os fins deste Decreto, entende-se por termos lácteos os nomes, denominações, símbolos, representações gráficas ou outras formas que sugiram ou façam referência, direta ou indiretamente, ao leite ou aos produtos lácteos.

§ 2º Fica excluída da proibição prevista no caput a informação da presença de leite, produto lácteo ou produto lácteo composto na lista de ingredientes.
§ 3º Fica excluída da proibição prevista no caput a denominação de produtos com nome comum ou usual, consagrado pelo seu uso corrente, como termo descritivo apropriado, desde que não induza o consumidor a erro ou engano, em relação à sua origem e à sua classificação.
Art. 108 Quando se tratar de pescado fresco, respeitadas as peculiaridades inerentes à espécie e às formas de apresentação do produto, o uso de embalagem pode ser dispensado, desde que o produto seja identificado nos contentores de transporte.
Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica ao pescado recebido diretamente da produção primária.
Art. 109 Tratando-se de pescado descongelado, deve ser incluída na designação do produto a palavra "descongelado", devendo o rótulo apresentar no painel principal, logo abaixo da denominação de venda, em caracteres destacados, uniformes em corpo e cor, sem intercalação de dizeres ou desenhos, em caixa alta e em negrito, a expressão "NÃO RECONGELAR".
Art. 110 Na rotulagem do mel, do mel de abelhas sem ferrão e dos derivados dos produtos das abelhas deve constar a advertência "Este produto não deve ser consumido por crianças menores de um ano de idade.", em caracteres destacados, nítidos e de fácil leitura.
Art. 111 O rótulo de mel para uso industrial, sem prejuízo das demais exigências estabelecidas em legislação específica, deve atender aos seguinte requisito:
I - conter a expressão "Proibida a venda fracionada.".
Art. 112 Os rótulos das embalagens de produtos não destinados à alimentação humana devem conter, além do carimbo do SIM, a declaração "NÃO COMESTÍVEL", em caixa alta, caracteres destacados e atendendo às normas complementares.

TÍTULO IV
DOS CARIMBOS DE INSPEÇÃO
Art. 113 O carimbo da Inspeção Municipal representa a marca oficial usada unicamente em estabelecimentos sujeitos à fiscalização oficial e constitui o sinal de garantia de que o produto foi inspecionado pelo SIM de Arroio dos Ratos.
Art. 114 O número e o registro do estabelecimento e a sigla S.I.M., com a palavra "INSPECIONADO", representam os elementos básicos do carimbo oficial da Inspeção Municipal, cujo formato e dimensões são fixados neste Regulamento.
Art. 115 Os diferentes modelos de carimbo da Inspeção Municipal, a serem usados nos estabelecimentos fiscalizados pelo S.I.M. obedecerão às seguintes especificações:

MODELO I
I - forma: circular;
II - dimensões: 6,0 cm de diâmetro;
III - dizeres: No centro deve constar o número do registro do estabelecimento "000-00", seguido da sigla S.I.M, na borda superior "INSPECIONADO" que acompanha a curva superior do círculo; em baixo as iniciais "ARROIO DOS RATOS-RS", que acompanham a curva inferior do círculo;
IV - uso: para carcaças de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos e caprinos em condições de consumo em natureza, aplicados externamente sobre as massas musculares da região do coxão (pernil), costela, lombo, paleta (1/2 carcaça). No caso de carcaças de ovinos, caprinos e suínos que forem comercializadas inteiras, pode-se utilizar somente o carimbo no pernil e paleta.

MODELO II
I - forma: Circular;
II - dimensões: 3 cm de diâmetro;
III - dizeres: Segue a mesma descrição do modelo I
IV - para embalagens, selos, etiquetas, ou similares, individuais e invioláveis de carcaça de aves e de outros pequenos animais de consumo, miúdos, para conservas de carne (linguiças, linguiças defumadas, copa, salame, mortadela, etc.) que são apenas etiquetados, pescados, ovos, leite, mel, cera de abelha e outros.

MODELO III
I - Forma: Circular;
II - Dimensões: 2 cm de diâmetro;
III - dizeres: Segue a mesma descrição do modelo I;
IV - Para embalagens pequenas de até 1kg;

Art. 116 Os carimbos oficiais em qualquer estabelecimento devem reproduzir fiel e exatamente os modelos determinados neste Decreto, sob o risco de penalização ao estabelecimento faltoso.
Art. 117 As carcaças, partes de carcaça e cortes armazenados em trânsito ou entregues ao comércio devem estar identificadas com carimbos e etiquetas, estando devidamente embalados conforme os modelos descritos neste regulamento.
Art. 118 Mediante aprovação do SIM é permitido adaptação individual das dimensões dos carimbos ao tamanho das embalagens, rótulos, selos, etiquetas e similares.

CAPÍTULO XVII
DA ANÁLISE LABORATORIAL
Art. 119 As matérias-primas, os produtos de origem animal e toda e qualquer substância que entre em suas elaborações, estão sujeitos a análises físicas, microbiológicas, físico-químicas, de biologia molecular, histológicas e demais análises que se fizerem necessárias para a avaliação da conformidade.
Parágrafo único. Sempre que o SIM julgar necessário, realizará a coleta de amostras para análises laboratoriais.
Art. 120 Os procedimentos de coleta, acondicionamento e remessa de amostras para as análises laboratoriais, bem como sua periodicidade serão estabelecidos em norma complementar pelo SIM.
Art. 121 Os critérios e requisitos para o credenciamento de laboratório pela Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos serão estabelecidos em norma complementar pelo Poder Executivo.
Art. 122 Os estabelecimentos devem arcar com os custos das análises laboratoriais.

CAPÍTULO XVIII
DO TRÂNSITO E DA CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
TÍTULO I
DO TRÂNSITO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 124 O trânsito de matérias-primas e de produtos de origem animal deve ser realizado por meio de transporte apropriado, de modo a garantir a manutenção de sua integridade e a permitir sua conservação.
§ 1º Os veículos, os contentores ou os compartimentos devem ser higienizados e desinfetados antes e após o transporte.
§ 2º Os veículos, os contentores ou os compartimentos utilizados para o transporte de matérias-primas e de produtos frigorificados devem dispor de isolamento térmico e, quando necessário, de equipamento gerador de frio, além de instrumento de controle de temperatura, em atendimento ao disposto em normas complementares.
§ 3º É proibido o transporte de pescado fresco a granel, com exceção das espécies de grande tamanho, conforme critérios definidos pelo órgão competente.
Art. 125 As matérias-primas e os produtos de origem animal fabricados em estabelecimentos sob inspeção do SIM, quando devidamente registrados ou isentos de registro:
I - têm livre comércio em território municipal, observadas:
a) as exigências do órgão de saúde animal quanto ao trânsito de produtos e
b) as demais exigências previstas neste Decreto e em normas complementares;

TÍTULO II
DA CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
Art. 126 Os certificados sanitários, as guias de trânsito e as declarações de conformidade ou de destinação industrial ou condenação emitidos para os produtos de origem animal devem atender aos modelos estabelecidos pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para serem aceitos pelo SIM.
Art. 127 É obrigatória a emissão de certificação sanitária para o trânsito de matérias-primas ou de produtos de origem animal destinados ao aproveitamento condicional determinados pelo SIM, a

emissão de documentação de destinação industrial determinada pelo estabelecimento ou o documento de condenação determinados pelo SIM ou pelo estabelecimento.
§ 1º Nas hipóteses do caput, é obrigatória a comprovação do recebimento das matérias-primas e dos produtos pelo estabelecimento de destino junto ao emitente, no prazo de quarenta e oito horas, contado do recebimento da carga.
§ 2º Nas hipóteses do caput, fica dispensada a emissão de certificação sanitária quando o estabelecimento de destino buscar a carga e o trânsito desses produtos será respaldado pela declaração de condenação de que trata o art. 126 emitida pelo SIM.
§ 3 Não serão expedidas novas partidas de matérias-primas ou de produtos até que seja atendido o disposto no § 1º.
§ 4º Nos estabelecimentos em que não seja possível separar o material condenado oriundo do Departamento de Inspeção Final e das linhas de inspeção de post mortem do material condenado pelo estabelecimento nas demais operações industriais, a certificação sanitária de que trata o caput fica dispensada e o trânsito desses produtos será respaldado pela declaração de condenação de que trata o art. 126 emitida pelo estabelecimento.

CAPÍTULO XIX
DAS SANÇÕES

Art. 128 Constituem infrações ao disposto neste Decreto, além de outras previstas na legislação vigente:
I - construir, ampliar, remodelar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do projeto quando houver aumento de capacidade de produção ou alteração do fluxo de matérias-primas, dos produtos ou dos funcionários;
II - não realizar as transferências de responsabilidade ou deixar de notificar o comprador, ou o locatário ou o arrendatário sobre esta exigência legal, por ocasião da venda, da locação ou do arrendamento;
III - utilizar rótulo que não atende ao disposto na legislação aplicável específica;
IV - expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens em condições inadequadas;
V - ultrapassar a capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;
VI - elaborar produtos que não possuam processos de fabricação, de formulação e de composição registrados no Serviço de Inspeção Municipal de Arroio dos Ratos;
VII - expedir produtos sem rótulos ou produtos que não tenham sido registrados no Serviço de Inspeção Municipal de Arroio dos Ratos;
VIII - desobedecer ou inobservar os preceitos de bem-estar animal dispostos neste Decreto e em normas complementares referentes aos produtos de origem animal;
IX - desobedecer ou inobservar as exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias primas e de produtos;
X - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
XI - receber, utilizar, transportar, armazenar ou expedir matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido da comprovação de sua procedência;
XII - utilizar processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendem ao disposto na legislação específica;
XIII - não cumprir os prazos previstos nos documentos expedidos em resposta ao Serviço de Inspeção Municipal de Arroio dos Ratos relativos a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;
XIV - adquirir, manipular, expedir ou distribuir produtos de origem animal fabricados em estabelecimento não registrado no Serviço de Inspeção Municipal de Arroio dos Ratos ou em outro serviço de inspeção competente;
XV - fabricar, expedir ou distribuir produtos de origem animal com rotulagem falsificada;
XVI - elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou em desacordo com os processos de fabricação, de formulação e de composição registrados pelo Serviço de Inspeção de Arroio dos Ratos;
XVII - utilizar produtos com prazo de validade vencida, em desacordo com os critérios estabelecidos neste Decreto ou em normas complementares;
XVIII - sonegar informação que, direta ou indiretamente, interesse ao Serviço de Inspeção Municipal de Arroio dos Ratos e ao consumidor;
XIX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo Serviço de Inspeção de Arroio dos Ratos;
XX - ceder ou utilizar de forma irregular lacres, carimbos oficiais, rótulos e embalagens;
XXI - adulterar matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;
XXII - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;
XXIII - embaraçar a ação de servidor do Serviço de Inspeção Municipal de de Arroio dos Ratos no exercício de suas funções, com vistas a dificultar, a retardar, a impedir, a restringir ou a burlar os trabalhos de fiscalização;
XXIV - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir ou tentar subornar servidor do Serviço de Inspeção de Arroio dos Ratos;
XXV - produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;
XXVI - utilizar matérias-primas ou produtos condenados, não inspecionados, sem procedência conhecida ou em desacordo com a equivalência do estabelecimento no preparo de produtos usados na alimentação humana;
XXVII- utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem apreendidos pelo Serviço de Inspeção Municipal de Arroio dos Ratos e mantidos sob a guarda do estabelecimento;
XXVIII - fraudar documentos oficiais;
XXIX - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou que tenham sido adulterados;
XXX - deixar de fornecer os dados estatísticos de interesse do Serviço de Inspeção Municipal de de Arroio dos Ratos nos prazos regulamentares;
XXXI - prestar ou apresentar informações incorretas ou inexatas referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias primas, dos ingredientes e dos produtos ao Serviço de Inspeção Municipal de Arroio dos Ratos;
XXXII - apor aos produtos novos prazos depois de expirada a sua validade;
XXXIII - iniciar atividade sem atender exigências ou pendências estabelecidas por ocasião da concessão do título de registro;
XXXIV - utilizar de forma irregular ou inserir informações ou documentação falsas, enganosas ou inexatas na plataforma de gerenciamento digital do Serviço de Inspeção Municipal de de Arroio dos Ratos;
XXXV - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ao Serviço de Inspeção Municipal de de Arroio dos Ratos;
XXXVI - receber, manipular, beneficiar, industrializar, fracionar, conservar, armazenar, acondicionar, embalar, rotular ou expedir produtos de origem animal sem possuir registro no órgão de fiscalização competente;
XXXVII - descumprir determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou outras impostas em decorrência de fiscalizações ou autuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares; e
XXXVIII - não realizar os tratamentos de destinação industrial ou de aproveitamento condicional estabelecidos neste Decreto ou em normas complementares ou não dar a destinação adequada aos produtos condenados.
Art. 129 Consideram-se impróprios para o consumo humano, na forma em que se apresentam, no todo ou em parte, as matérias-primas ou os produtos de origem animal que:
I - apresentam-se alterados;
II - apresentam-se adulterados;
III - apresentem-se danificados por umidade ou fermentação, rançosos, com características físicas ou sensoriais anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, na elaboração, na conservação ou no acondicionamento;
IV - contenham substâncias ou contaminantes que não possuam limite estabelecido em legislação, mas que possam prejudicar a saúde do consumidor;

V - contenham substâncias tóxicas ou compostos radioativos em níveis acima dos limites permitidos em legislação específica;
VI - contenham microrganismos patogênicos em níveis acima dos limites permitidos neste Decreto, em normas complementares e em legislação específica;
VII - revelam-se inadequados aos fins a que se destinam;
VIII - sejam obtidos de animais que estejam sendo submetidos a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante;
IX - sejam obtidos de animais que receberam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do produto;
X - apresentem embalagens estufadas;
XI - apresentem embalagens defeituosas, com seu conteúdo exposto à contaminação e à deterioração;
XII - estejam com o prazo de validade expirado;
XIII - não possuam procedência conhecida; ou
XIV - não estejam claramente identificados como oriundos de estabelecimento sob inspeção sanitária.
Parágrafo único. Outras situações não previstas nos incisos de I a XIV podem tornar as matérias-primas e os produtos impróprios para consumo humano, conforme critérios definidos pelo Serviço de Inspeção Municipal de Arroio dos Ratos.
Art. 130 Além dos casos previstos no art. 129, as carnes ou os produtos cárneos devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, quando:
I - sejam obtidos de animais que se enquadrem nos casos de condenação previstos neste Decreto e em normas complementares;
II - estejam mofados ou bolorentos, exceto nos produtos em que a presença de mofos seja uma consequência natural de seu processamento tecnológico; e/ou
III - estejam infestados por parasitas ou com indícios de ação por insetos ou roedores.
Parágrafo único. São ainda considerados impróprios para consumo humano a carne ou os produtos cárneos obtidos de animais ou matérias-primas animais não submetidos à inspeção sanitária oficial.
Art. 131 Além dos casos previstos no art. 129, o pescado ou os produtos de pescado devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, quando:
I - estejam em mau estado de conservação e com aspecto repugnante;
II - apresentem sinais de deterioração;
III - sejam portadores de lesões ou doenças;
IV - apresentem infecção muscular maciça por parasitas;
V - tenham sido tratados por antissépticos ou conservadores não autorizados pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal;
VI - tenham sido recolhidos já mortos, salvo quando capturados em operações de pesca; e/ou
VII - apresentam perfurações dos envoltórios dos embutidos por parasitas.
Art. 132 Além dos casos previstos no art. 129, os ovos e derivados devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se encontram, quando apresentem:
I - alterações da gema e da clara, com gema aderente à casca, gema rompida, presença de manchas escuras ou de sangue alcançando também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento;
II - mumificação ou estejam secos por outra causa;
III - podridão vermelha, negra ou branca;
IV - contaminação por fungos, externa ou internamente;
V - sujidades externas por materiais estercorais ou tenham tido contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos;
VI - rompimento da casca e estejam sujos; e/ou
VII - rompimento da casca e das membranas testáceas.
Parágrafo único. São também considerados impróprios para consumo humano os ovos que foram submetidos ao processo de incubação.
Art. 133 Além dos casos previstos no art. 134, considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru, quando:
I - provenha de propriedade interditada pela autoridade de saúde animal competente;
II - na seleção da matéria-prima, apresente resíduos de produtos inibidores, de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, de conservadores, de agentes inibidores do crescimento microbiano ou de outras substâncias estranhas à sua composição;
III - apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância; e/ou
IV - revele presença de colostro;
Parágrafo único. O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento e qualquer produto que tenha sido preparado com ele ou que a ele tenha sido misturado devem ser descartados e inutilizados pelo estabelecimento.
Art. 134 Além dos casos previstos nos art. 129 e art. 133, considera-se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru, quando não seja aprovado nos testes de estabilidade térmica estabelecidos em normas complementares.
Art. 135 Além dos casos previstos no art. 129, são considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, o mel e o mel de abelhas sem ferrão que evidenciem fermentação avançada ou hidroximetilfurfural acima do estabelecido, conforme o disposto em normas complementares.
Art. 136 Para efeito das infrações previstas neste Decreto, as matérias-primas e os produtos podem ser considerados alterados ou adulterados.
§ 1º São considerados alterados as matérias-primas ou os produtos que não apresentem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam e incorrem em risco à saúde pública.
§ 2º São considerados adulterados as matérias-primas ou os produtos de origem animal:
I - fraudados:
a) as matérias-primas e os produtos que tenham sido privados parcial ou totalmente de seus componentes característicos em razão da substituição por outros inertes ou estranhos e não atendem ao disposto na legislação específica;
b) as matérias-primas e os produtos com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de dissimular ou de ocultar alterações, deficiências de qualidade da matéria-prima ou defeitos na elaboração do produto;
c) as matérias-primas e os produtos elaborados com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de aumentar o volume ou o peso do produto; ou
d) as matérias-primas e os produtos elaborados ou comercializados em desacordo com a tecnologia ou o processo de fabricação estabelecido em normas complementares ou em desacordo com o processo de fabricação registrado, mediante supressão, abreviação ou substituição de etapas essenciais para qualidade ou identidade do produto; ou
II - falsificados:
a) as matérias-primas e os produtos em que tenham sido utilizadas denominações diferentes das previstas neste Decreto, em normas complementares ou no registro de produtos junto ao SIM;
b) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados, fracionados ou reembalados, expostos ou não ao consumo, com a aparência e as características gerais de outro produto registrado junto ao SIM e que se denominem como este, sem que o seja;
c) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados de espécie diferente da declarada no rótulo ou divergente da indicada no registro do produto;
d) as matérias-primas e os produtos que não tenham sofrido o processamento especificado em seu registro, expostos ou não ao consumo, e que estejam indicados como um produto processado;
e) as matérias-primas e os produtos que sofram alterações no prazo de validade; ou
f) as matérias-primas e os produtos que não atendam às especificações referentes à natureza ou à origem indicadas na rotulagem.
Art. 137 As infrações ao disposto na Lei, Decretos e Normas Técnicas Especiais sujeitam o infrator às seguintes sanções:

I-a advertência escrita formal, notificando o infrator da irregularidade quando este for primário;

II-multa, devendo a mesma ser aplicada em dobro no caso de reincidência. No caso de múltiplas reincidências a multa será aplicada conforme o número de reincidências registradas pela fiscalização;

III-apreensão ou condenação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem

condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulteradas ou falsificadas;

IV-suspensão da atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária;

V-apreensão dos aditivos e ingredientes não autorizados e/ou adulterados;

VI-apreensão de rotulagem impressa em desacordo com as condições legais;

VII-interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pelo órgão competente, a inexistência de condições técnicas e higiênico-sanitárias previstas na legislação vigente;

VIII-após a terceira reincidência será expedido pelos técnicos do S.I.M., Relatório de Certificação de Irregularidade Permanente, que será publicado pelo Município na imprensa local e, ensejará o cancelamento do registro do produto e perda do alvará de funcionamento do S.I.M., que estiver em desacordo com as orientações da Secretaria Municipal de Agricultura.

§ 1°Para fins deste Regulamento considera-se reincidência o cometimento de infração à legislação sanitária de produtos de origem animal, duas ou mais vezes dentro do período de um ano, contado da data da fiscalização.

§ 2°As multas previstas neste artigo e classificadas abaixo, atingirão o grau máximo, no caso de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e meios a seu alcance para cumprir a lei:

a)leves - aquelas em que o infrator for beneficiado por circunstância atenuante;

b)graves - aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;

c)gravíssimas - aquelas em que for verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

§ 3°São circunstâncias atenuantes:

I-a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

II-a errada compreensão de norma sanitária dos produtos de origem animal, admitida como escusável, quando patente a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;

III-o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde que lhe for imputado;

IV-ter o infrator sofrido coação, a que não podia resistir para a prática do ato;

V-a irregularidade cometida ser pouco significativa;

VI-ser o infrator primário.

§ 4°São circunstâncias agravantes:

I-ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé devidamente comprovada e respeitado a ampla defesa e o contraditorio;

II-ter o infrator cometido a infração para ter vantagem pecuniária decorrente de ação ou omissão que contrarie o disposto na legislação sanitária;

III-ter conhecimento do ato ou fato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo ou saná-lo;

IV-o infrator coagir outrem para a execução material da infração;

V-ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;

VI-ser, o infrator, reincidente.

§ 5°Para imposição da pena quanto a sua graduação, a autoridade da inspeção levará em conta:

I-as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II-a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III-os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

§ 6°A suspensão de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo cessará quando sanado o risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de franquia de atividade à ação fiscalizadora.

§ 7°A interdição de que trata o inciso VII do *caput* deste artigo poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 8°Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, o registro será automaticamente cancelado.

§ 9°Da decisão de cancelamento de registro de produto, caberá recurso, em que será assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 10 As penalidades previstas nos incisos deste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade da infração.

Art. 138A pena de multa será cobrada nos exatos termos da Lei Complementar 01 de 2019, Código Tributário Municipal.

Art. 139A multa será aplicada pelos servidores do Serviço de Inspeção Municipal competente, que notificará o infrator para recolhê-la dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, através de guia especial, instituída pela Secretaria Municipal da Fazenda, na qual deverá conter o nome do infrator, endereço, número do auto de infração e/ou notificação, valor e prazo para pagamento.

§ 1°A notificação será feita diretamente pelo órgão competente na forma descrita neste Decreto.
§ 2°O não recolhimento da multa, dentro do prazo estabelecido, implicará a sua inscrição em dívida ativa para cobrança, na forma estabelecida no Código Tributário Municipal.

§ 3°O pagamento da multa, em qualquer circunstância, implicará a desistência tácita de recurso em relação à sua aplicação, permanecendo o processo administrativo em relação às demais penalidades eventualmente aplicadas cumulativamente.

Art. 140 As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária dos produtos de origem animal são disciplinadas na Lei Complementar 01/2019, Código Tributário Municipal.

CAPÍTULO XX
DA INTIMAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 141 Compete à autoridade sanitária de produtos de origem animal a lavratura e expedição de termo de notificação ao inspecionado para que faça ou deixe de fazer alguma coisa, com indicação da disposição legal ou regulamentar pertinente, devendo conter a identificação completa do inspecionado.

§ 1°Quando lavrado e expedido o referido termo, o prazo concedido para o cumprimento das exigências nele contidas será de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do mesmo, podendo ser prorrogado por no máximo mais 90 (noventa) dias, a critério da autoridade sanitária, caso seja requerido pelo interessado, antes de vencido o prazo inicialmente concedido.

§ 2°Quando o infrator, além da prorrogação estipulada no parágrafo anterior, alegando motivos relevantes, devidamente comprovados pela autoridade sanitária de produtos de origem animal, pleitear nova dilatação, poderá ela ser, excepcionalmente, concedida, desde que se trate de mudanças estruturais no estabelecimento, até completar o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do recebimento da notificação inicial, improrrogáveis, computados os prazos anteriormente concedidos.

§ 3°Das decisões que concederem ou denegarem prorrogação de prazos, os interessados deverão tomar conhecimento diretamente junto à autoridade sanitária de produtos de origem animal.

Art. 142 Transcorrido o prazo concedido sem que o infrator tenha tomado as medidas necessárias à correção da irregularidade, a autoridade sanitária de produtos de origem animal aplicará as penalidades previstas neste Regulamento, de acordo com a espécie e a gravidade da infração.

Parágrafo Único No caso de terem suspensas as atividades, a mesma só poderá ser reiniciada depois de cumpridas as exigências que deram origem ao fato.

Art. 143 As intimações, notificações, autos de infração ou quaisquer outros expedientes utilizados em procedimentos administrativos serão extraídos em, no mínimo, duas vias, destinando-se a primeira ao intimado, com a indicação clara de cada providência exigida, citação das disposições legais regulamentares, por força das quais é feita essa exigência e o prazo em que deverá ser cumprida.

Art. 144 As intimações do auto de infração ou notificação serão lavradas na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração pela autoridade sanitária, devendo conter:

I-nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil;

II-local, data e hora da lavratura onde a infração foi verificada;

III-descrição da infração e menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV-penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição;

V-prazo para regularização, se couber;

VI-espaço para assinatura da autoridade sanitária;

VII-espaço para assinatura do autuado e para observação em caso de recusa do mesmo em exarar ciência;

VIII-prazo para interposição de recurso, quando cabível.

Art. 145A ciência ao infrator será dada, em qualquer caso, nas seguintes formas e sequência:

I-pessoalmente;

II-pelo correio ou via postal, com aviso de recebimento (AR);

III-por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1°Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar ciência e/ou a receber a primeira via, deverá essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que afetou a notificação, se possível, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

§ 2°Quando o autuado for analfabeto ou incapacitado para assinar o auto competente, este deverá ser assinado a rogo.

§ 3°O edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, no mural da Prefeitura Municipal e imprensa oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 146 Quando a autoridade sanitária de produtos de origem animal houver procurado o infrator, sem o encontrar, poderá, a seu critério, e havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia seguinte, voltará, a fim de efetuar a notificação, na hora que for designada.

§ 1°No dia e hora marcados, a autoridade sanitária de produtos de origem animal, independentemente de novo despacho, comparecerá ao local designado, a fim de realizar a diligência.

§ 2°Se o infrator não estiver presente, a autoridade sanitária procurará informar-se das razões da ausência, certificando a mesmo e dando por feita a notificação.

§ 3°No caso de comparecimento do infrator ao órgão competente, será dada imediata ciência, e havendo ou não recusa em receber a notificação, a mesma considerar-se-á por feita.

Art. 147. -As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração ou notificação não acarretarão nulidade do mesmo, quando do processo constarem elementos necessários à determinação da infração e do infrator.

CAPÍTULO XXI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 148.-Todo o abate de animais para consumo ou industrialização realizado em estabelecimento ou local não registrado no SIF-MAA (Serviço de Inspeção Federal/ Ministério da Agricultura e do Abastecimento), no CISPOA/ SAA (Coordenadoria de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal/Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento) e no S.I.M.-SMA (Serviço de Inspeção Municipal/ Secretaria Municipal da Agricultura), será considerado clandestino, sujeitando-se os seus responsáveis a apreensão e condenação das carnes e/ou produtos, tanto quando estiverem em trânsito ou no comércio, ficando ainda submetidos às demais penas da Lei.

Art. 149. -Os servidores do S.I.M., quando em serviço, de fiscalização ou de inspeção industrial sanitária, têm livre entrada, em qualquer dia ou hora, em qualquer estabelecimento que manipule, armazene ou transacione por qualquer forma com produtos de origem animal.

Art. 150. -Os casos omissos ou assuntos que precisem ser regulamentados para o correto funcionamento do Sistema poderão ser alvo de Resoluções, Portarias ou Normas Complementares, emitidas pelo Coordenador do Departamento de Inspeção e Desenvolvimento Rural, desde que não interfiram no disposto neste Decreto.

Art. 151. -Sempre que possível, o S.I.M. facilitará a seus técnicos a realização de estágios e cursos em laboratórios, estabelecimentos ou escolas apropriadas.

Art. 152. -O S.I.M. divulgará todas as normas que forem expedidas para conhecimento das autoridades e, conforme o caso, fará um comunicado direto aos órgãos envolvidos.

Art. 153. - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão a conta de dotação orçamentária própria.

Art. 154. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, Arroio dos Ratos - RS, 03 DE DEZEMBRO DE 2025

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Em,

MÁRIO LUIZ DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Nathalia Dos Santos Vales
Código Identificador:2C5FDC16

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°- 034 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº029.2014 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014 QUE TRATA DAS FÉRIAS COLETIVAS DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 54, INCISO IV, VI E VIII DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DECRETA:

DECRETA:

ART. 1- FICA REVOGADO O DECRETO Nº029.2014 QUE DISCIPLINOU AS FÉRIAS COLETIVAS DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNCIPIO.

ART. 2º.- ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRARIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em,

MÁRIO LUIZ DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Nathalia Dos Santos Vales
Código Identificador:516FA4BE

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA

CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR, ELABORAR, E APRESENTAR O ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul, Darci Renato Feiten, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **CONVOCA** a comunidade em geral para participar da Audiência Pública destinada à apresentação e discussão do Orçamento Anual do Município de Arroio dos Ratos para o exercício financeiro de 2026.

1. A audiência será realizada no dia 08 de Dezembro de 2025, às 09 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situado no Largo do Mineiro, nº 195, Centro, Arroio dos Ratos/RS.

2. O evento tem por finalidade garantir a transparência e a participação popular na definição do orçamento anual da Administração Municipal para o exercício de 2026, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislações pertinentes.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul,
Em 05 de Dezembro de 2025,

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathalia Dos Santos Vales
Código Identificador:B574FA04

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONCEDE FÉRIAS CONVOCADAS PARA A SERVIDORA JORDANA LAÍS DESORDI.

A Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Augusto Pestana, Estado do Rio Grande do Sul, Rosane Beck Mainardi, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições constantes no Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Concede férias convocadas referente a Portaria de convocação n°07/2025, para a Servidora Jordana Laís Desordi, matrícula n.º 48437/2, cargo de Assessora Jurídica, nos dias 01/07/2025, 02/07/2025, 03/07/2025, 26/08/2025, 24/09/2025, 06/11/2025, 11/11/2025 e 19/11/2025. Referente ao período aquisitivo de 01/01/2023 até 31/12/2023.

Sala da Presidência da Câmara de Vereadores de Augusto Pestana, aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

ROSANE BECK MAINARDI
Presidente da Câmara de Vereadores

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Jordana Lais Desordi
Código Identificador:DB331C9E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL Nº24/2025
ENFERMEIRO EDITAL DE PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL

PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL Nº24/2025
ENFERMEIRO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL

SERGIO LUIS NEUBERGER, PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA, Estado do Rio Grande Do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado final do **Processo Seletivo Emergencial Nº 24/2025**. Segue abaixo a lista da classificação final dos inscritos:

ENFERMEIRO:

1º LEILA GISLEIDE SEHN – 85 Pontos
2º ROSANE CONCEIÇÃO GONÇALVES MASTELLA – 80 Pontos
3º AUGUSTO FRITSCH – 65 Pontos
4º ALINE PIACESKI KOVALSKI – 65 Pontos
5º MICHELS DA SILVA WALMRATH – 65 Pontos
6º ALBERTO MARCELINO DA SILVA FILHO – 65 Pontos
7º CASSIO FERNANDO FURQUIM BIANCHINI – 50 Pontos
8º RUBIA MICHELE GOTTEMS SCARTON – 50 Pontos
9º GRACIELA NICOLETTI – 50 Pontos
10º KAROL TAIS STERTZ – 40 Pontos

11º GILKA SUYAME CASTE FIRMINO – 40 Pontos
12º ADRIELE MATTIONI – 25 Pontos
13º KAROLINE SILVA DA SILVA – 25 Pontos
14º ANA LIVIA LOPES LIMA – 25 Pontos
15 º CARINE VEIGA MARAFIGA – 20 Pontos
16º FRANCIELI CAROLINA NOVASKI DA SILVA – 20 Pontos
17º CARINI MARIA BANDEIRA – 20 Pontos
18º VALERIA PEDROSO STEINHAUS – 05 Pontos
19º PEDRO DOS SANTOS BORTOLAZZO – 05 Pontos
20º DANIELA DOS ANJOS – 05 Pontos
21º ANDRESSA LUISA SCHMITZ – 0 Pontos
22º TAIRANA DURKS DA ROCHA – 0 Pontos

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

SERGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

CLÓVIS ROBERTO CONRAD
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Alexandre Roberto Wrasse
Código Identificador:62039EC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO N° 5342/2025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

DECRETO EXECUTIVO N° 5342/2025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 53.932,93

SERGIO LUÍS NEUBERGER, PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA – RS, no uso de suas atribuições legais e com base nos Art. 7º e 8º da Lei Municipal nº 3837/2024, de 10 de dezembro de 2024,

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto no orçamento vigente, o seguinte crédito suplementar no valor de R$ 53.932,93 (cinquenta e três mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e três centavos).
ORGÃO: 07 – SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS
UNID. ORÇ: 01 – SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS
ATIVIDADE: 2.012 – Manutenção de Iluminação Pública
3.3.90.39.00 – 77 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 5.000,00
Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de Impostos

ATIVIDADE: 2.015 – Manutenção dos Serv. Distribuição de água
3.3.90.40.00 – 9313 – Serviços de Tecnologia da Informação E C.....R$ 200,00
Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de Impostos

OPERAÇÕES ESPECIAIS: 0.002 – Amortização da Dívida Financiamentos
3.2.90.21.00 – 90 – Juros sobre a dívida por contrato.....R$ 27.632,93
Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de Impostos

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNID. ORÇ: 04 - FUNDEB
ATIVIDADE: 2.023 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.11.00 – 192 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil.....R$ 20.000,00
Fonte de Recursos: 1540 – Transferências do FUNDEB - Impostos

ORGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNID. ORÇ: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE: 2.039 – Manutenção dos Serv. de Saúde – Rec. Municipais
3.1.90.11.00 – 289 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil.....R$ 1.100,00
Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de impostos

Art. 2º Servirá de Recurso para dar cobertura ao crédito suplementar aberto no Artigo anterior, as seguintes reduções orçamentárias:

ORGÃO: 01 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
UNID. ORÇ: 01 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
ATIVIDADE: 2.007 – Manutenção dos Serv. Administrativos e Atos Oficiais
3.1.90.11.00 – 33 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil.....R$ 33.932,93
Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de Impostos

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNID. ORÇ: 04 - FUNDEB
ATIVIDADE: 2.023 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00 – 196 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 10.000,00
4.4.90.52.00 – 198 – Equipamento e Material Permanente.....R$ 10.000,00
Fonte de Recursos: 1540 – Transferências do FUNDEB - Impostos

Art. 3º- Este Decreto Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

SERGIO LUÍS NEUBERGER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

CLÓVIS ROBERTO CONRAD
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Alexandre Roberto Wrasse
Código Identificador:87848251

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 3969/2025

LEI MUNICIPAL Nº 3969/2025

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Augusto Pestana para o exercício financeiro de 2026.

SERGIO LUÍS NEUBERGER, PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA/RS, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:
I — o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta;
II — o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta a ele vinculados;

CAPITULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I
Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de Reais).
Art. 3º - A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
1 - RECEITAS CORRENTES	46.683.200,00	11.820.600,00	58.503.800,00
1.1 - Rec. Impostos, taxas e contr. de M.	5.809.500,00	10.300,00	5.819.800,00
1.2 - Rec. de Contribuições		-	-
1.3 - Rec. Patrimonial	1.743.400,00	364.400,00	2.107.800,00
1.4 - Rec. Agropecuária		-	-
1.5 - Rec. Industrial		-	-
1.6 - Receitas de Serviços	1.845.700,00	-	1.845.700,00
1.7 - Transferências Correntes	37.236.000,00	11.437.800,00	48.673.800,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	48.600,00	8.100,00	56.700,00

ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
2 - RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	-	5.000,00
2.1 - Operações de Crédito	-	-	-
2.2 - Alienação de Bens		-	-
2.3 - Amortização de Empréstimos	5.000,00	-	5.000,00
2.4 - Transferências de Capital		-	-
2.9 - Outras Receitas de Capital	-	-	-
9 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	7.508.800,00	-	7.508.800,00
TOTAL	39.179.400,00	11.820.600,00	51.000.000,00

Seção II
Da Fixação da Despesa

Art. 4º - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de Reais).

I- No Orçamento Fiscal, em R$ 32.383.900,00 (trinta e dois milhões trezentos e oitenta e três mil e novecentos Reais);
II- No Orçamento da Seguridade Social, em R$ 16.616.100,00 (dezesseis milhões seiscentos e dezesseis mil e cem Reais);

Art. 5º - A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
3. DESPESAS CORRENTES	37.087.700,00	11.755.100,00	48.842.800,00
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.776.000,00	7.136.800,00	25.912.800,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	480.000,00	-	480.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	17.831.700,00	4.618.300,00	22.450.000,00
4. DESPESAS DE CAPITAL	1.835.900,00	61.300,00	1.897.200,00
4.4 - Investimentos	1.445.900,00	61.300,00	1.507.200,00
4.5 - Inversões Financeiras	-	-	-
4.6 - Amortização da Dívida	390.000,00	-	390.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	260.000,00	-	260.000,00
TOTAL	39.183.600,00	11.816.400,00	51.000.000,00

Art. 6º - Integram esta Lei, nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 3.957/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2026, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III
Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a abrir, em seus orçamentos, créditos suplementares, até o limite de 5% (cinco por cento) da despesa total fixada para cada poder, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, respeitadas o disposto nos artigos 29 e 30 da Lei de Diretrizes Orçamentárias e os termos da Lei Federal n.º 4.320/1964, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I — anulação parcial ou total de dotações do respectivo Poder, inclusive a reserva de contingência definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II — incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço, bem como o que for gerado em 2026 a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos;
III — excesso de arrecadação, a ser apurado nos termos do art. 43, § 3°, da Lei Federal nº 4.320/64, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos;
Parágrafo único: no caso do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares com base no limite de que trata o "caput" deste artigo, somente poderá ocorrer mediante ato próprio da Mesa Diretora da Câmara quando, para sua cobertura, forem indicados os recursos referidos no inciso I.

Art. 8º - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo, de superávit financeiro apurado no exercício anterior, provável maior arrecadação, ou de reduções totais ou parciais de outras dotações orçamentárias, respeitadas as fontes de recursos;
II — pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;
III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.
IV – insuficiências de dotações orçamentárias no Grupo Natureza da Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, modalidade de aplicação 90 – Aplicações Diretas e Elementos de Despesa 30, 39 e 40, utilizando como fonte de recursos a redução parcial ou total destes mesmos elementos de despesa, respeitadas as fontes de recursos;
V - insuficiências de dotações orçamentárias no Grupo Natureza da Despesa 4.4 – Investimentos, utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro apurado no exercício anterior, quando se destinar ao reempenho de obras em andamento, cujos contratos encontram-se vigentes.
VI - insuficiências de dotações orçamentárias nos Grupo de Natureza Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, modalidade de aplicação 90 – Aplicações Diretas e Elementos de Despesa 08, 39 e 46, utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro apurado no exercício anterior, redução orçamentária parcial ou total de qualquer natureza e provável maior arrecadação, quando se destinar a execução orçamentária de despesas com pessoal na elaboração da folha de pagamento.

CAPITULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º - A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026.
Art. 10 – Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 11 - O Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 12 - Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante das receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos no art. 2º da Lei Municipal nº 3.957/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.

Art. 13 – O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações

que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO LUÍS NEUBERGER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025

CLÓVIS ROBERTO CONRAD
Secretário Municipal de Administração

Observação: Os anexos que acompanham esta Lei encontram-se integralmente disponíveis no link: https://www.augustopestana.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7249 &cdDiploma=20253969&NroLei=3.969&Word=&Word2=

Publicado por:
Larissa Holderbaum
Código Identificador:6A1CF1B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PINHAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0041/2025

O Poder Executivo do Balneário Pinhal, por intermédio da Central de Licitações – CELIC, torna público que está instaurada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° 41/2025, do tipo menor preço por item, tendo como objeto o Registro de Preços para locação de sanitários químicos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 08/12/2025 às 13:30h até o dia 18/12/2025 às 13:29h. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13:29h do dia 18/12/2025. INÍCIO DA DISPUTA: 13:30h do dia 18/12/2025. O Edital poderá ser retirado pelos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações pelo fone: (51) 2103 6929. Ramal 205. E-mail: licitacao@balneariopinhal.rs.gov.br. Balneário Pinhal/RS, 08 de dezembro de 2025.

DELMAR ANTONIO KUNRATH
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Neuza Araujo Dos Santos
Código Identificador:BF26F7FC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COTEGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COTEGIPE
SÚMULAS

SÚMULAS DE: CONTRATOS, DISPENSAS, ADITIVOS, INEXIGIBILIDADES, ATAS, CONTRATOS FIRMADO COM O MUNICIPIO DE BARÃO DE COTEGIPE DE: 01/12/2025 a 05/12/2025.

CONTRATO: Nº 111/2025. C.A.B. CONSTRUÇÕES LTDA. Aquisição de material e mão de obra para implementação da Etapa III de execução da ampliação e reforma da EMEI Barãozinho, com área total a de 276,78m², distribuída em reforma e ampliação da cozinha e construção de uma passagem coberta para interligação do prédio existente ao prédio novo, considerando serviços de demolição de paredes, fundações superficiais, levantamento de paredes, revestimentos das paredes, pisos, instalações elétricas e hidráulicas, esquadrias, adequação do telhado da cozinha para a ampliação e todo o acabamento necessário para o perfeito funcionamento da instalação, conforme planilhas orçamentárias, projetos executivos e memorial descritivo - edificação localizada na Avenida Adão Welker, 650 Centro Município de Barão de Cotegipe/RS (mão de obra e materiais inclusos). R$ 455.300,00.
CONTRATO: Nº 112/2025. MICHELE STENKE. Contrato Administrativo de Serviço Temporário para o cargo de Farmacêutica. R$ 5172,03/mês.

ADITIVO DE CONTRATO: Nº 079/2025. RONEI GIACOMEL. Termo Aditivo Aumento de Quantitativo referente ao Contrato Administrativo nº 036/2025.
ADITIVO DE CONTRATO: Nº 080/2025. VIRTE BERNADETE FELIPETTO CZAPELA. Termo Aditivo Aumento de Quantitativo referente ao Contrato Administrativo nº 034/2025.
ADITIVO DE CONTRATO: Nº 081/2025. EDINÉIA WZIONTEK FABIAN. Termo Aditivo Aumento de Quantitativo referente ao Contrato Administrativo nº 035/2025.
ADITIVO DE CONTRATO: Nº 082/2025. VANESSA BALBINOT. Termo Aditivo referente ao Contrato Administrativo nº 064/2025.
ADITIVO DE CONTRATO: Nº 083/2025. MARINA DAL MÉDICO. Termo Aditivo referente ao Contrato Administrativo nº 065/2025.

DISPENSAS: 393/2025: AGILIZE SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA. Aquisição de equipamentos de informática, incluindo computadores e monitores visando atender às necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. R$ 14.094,00. **394/2025: ROSMARI FAGUNDES MACHADO.** Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, remoção e recolhimento de entulhos em diversas vias públicas do município próximas a Praça João Balciunas-Rádio, Loteamento Malysz e Loteamento Kania). R$ 4.500,00. **395/2025: GILVAN CARLOS PAGLIARI.** Aquisição de panetones e chocotones destinados à distribuição às famílias atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social CRAS, como parte das ações socioassistenciais realizadas no período natalino. R$ 2.520,00. **396/2025: CENTRAL BUS REFORMADORA DE ÔNIBUS LTDA.** Aquisição de peças e serviço para manutenção do veículo do transporte escolar nº 91. R$ 3.800,00. **397/2025: MALHARIA JP LTDA.** Aquisição de camisetas destinadas aos alunos da Educação Infantil e participantes do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), a fim de padronizar a identificação dos estudantes durante atividades escolares, eventos pedagógicos e ações desenvolvidas pelo programa. R$ 6.225,00. **398/2025: KUNZLER MÁQUINAS LTDA.** Aquisição de peças e serviço para manutenção do veículo nº 143 (Escavadeira Hidráulica). REVISÃO 500 HORAS. R$ 7.416,23. **399/2025: SUZANA VALENTINI TUSSI.** Aquisição de peças e serviço para conserto do ar-condicionado do veículo nº 88. R$ 2.327,91. **400/2025: SUZANA VALENTINI TUSSI.** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção corretiva no sistema de ar-condicionado do veículo nº 93. R$ 1.180,68. **401/2025: WS METAL MECÂNICA LTDA.** Aquisição de peças e serviço para manutenção do veículo nº 38. R$ 2.160,00. **402/2025: WS METAL MECÂNICA LTDA.** Aquisição de peças e serviço para manutenção do veículo nº 92. 2.180,00. **403/2025: RETIFICA MOCELLIN LTDA.** Aquisição de peças e serviço para manutenção do veículo nº 138. R$ 33.853,47. **404/2025: SCHELSKE & SCHELSKE LTDA.** Aquisição de 04 (quatro) pneus novos, de primeira linha, compatíveis com o veículo Chevrolet Onix, incluindo os serviços de geometria e balanceamento, destinados ao veículo do CRAS utilizado nas atividades relacionadas ao Programa Bolsa Família e demais ações socioassistenciais. R$ 2.200,00. **405/2025: MECÂNICA IRMÃOS TRÊS LTDA.** Aquisição de peças e serviço para manutenção do veículo nº 111. R$ 735,00. **406/2025: MECÂNICA IRMÃOS TRÊS LTDA.** Aquisição de peças e serviço para manutenção do veículo nº 140. R$ 1.704,00.

INEXIGIBILIDADE: 021/2025: D M R B PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA (GRUPO SISTEMA ANTIGO). CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA GRUPO SISTEMA ANTIGO (D M R B PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA) PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NA ABERTURA DO NATAL DE BARÃO DE COTEGIPE NA DATA DE 05 DE DEZEMBRO DE

2025, REALIZADA EM FRENTE A IGREJA MATRIZ ÀS 19:30, COM DURAÇÃO DE 01:15 HS DE SHOW. R$ 15.000,00.

Barão de Cotegipe, 05 de dezembro de 2025.

FRANCIEL TIAGO IZYCKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erajane Cristina Opszarski Iankevicz
Código Identificador:9EB778A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COTEGIPE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 464/2025 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2025

Termo de Homologação e Adjudicação de Processo de Licitação

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 e suas alterações, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão Permanente de Licitações/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município, resolve:

01 - Homologar e adjudicar a presente licitação nestes termos:

a) Modalidade Pregão Presencial (Lei 14.133) Nº: 29/2025

b) Processo Licitatório Nº: 464/2025

c) Objetivo:
Contratação de empresa para Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares recicláveis e não recicláveis não contaminantes e não industriais da área urbana da Sede do Município de Barão de Cotegipe e área rural.

d) Fornecedores e Itens:
GA AMBIENTAL COLETA DE RESIDUOS LTDA (VIADUTOS) 35.412.420/0002-40
Itens Vencedores: 1

PREFEITURA MUNICIPAL BARAO DE COTEGIPE, 5 de Dezembro de 2025.

FRANCIEL TIAGO IZYCKI,
Prefeito Municipal de Barão de Cotegipe.

Publicado por:
Fabricio Roberto Martins
Código Identificador:9C291048

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 499, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Revoga portarias de concessão de férias a servidores municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL faz saber que no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelas Leis Municipais 2.616/2006, 2340/2003 e alterações, resolve:

Art. 1º Revogar as portarias abaixo mencionadas de concessão de férias a servidores municipais:
Portaria nº 478, de 01 de dezembro de 2025- Rosinha Jacy Leite Perinetto;
Portaria nº 483, de 03 de dezembro de 2025 - Monique de Mattos Fabiane;
Portaria nº 487, de 03 de dezembro de 2025 – Rodrigo de Almeida;
Portaria nº 488, de 03 de dezembro de 2025 - Franciele da Luz Oliveira;
Portaria nº 492, de 03 de dezembro de 2025 - Afra Meres Alves Da Silva.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO,
em 05 de dezembro de 2025.

LUÍZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.
Data Supra.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:8DEDEB46

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 500, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Concede férias a servidora municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL faz saber que no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 2.616, de 2006, resolve:

Art. 1° Conceder férias, no período de 15 de janeiro a 03 de fevereiro de 2026 (20 dias), a servidora **Fernanda Paula Dalzotto,** ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, padrão 11, classe D, sendo as férias referentes ao período aquisitivo de 08 de fevereiro de 2024 a 07 de fevereiro de 2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO,
em 05 de dezembro de 2025.

LUÍZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.
Data Supra.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:21649E08

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 501, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Concede férias a servidor municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL faz saber que no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 2.616, de 2006, resolve:

Art. 1° Conceder férias, no período de 12 de janeiro a 10 de fevereiro de 2026, (30 dias), ao servidor **Maicom Brolem Padilha Vertuozo,** ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde- micro área 02, padrão 06.01, classe C, sendo as férias referentes ao período aquisitivo de 19 de junho de 2024 a 18 de junho de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO,
em 05 de dezembro de 2025.

LUÍZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.
Data Supra.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:88CE27F5

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 502, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Concede férias a servidora municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL, faz saber que no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 2.616, de 2006 resolve:

Art. 1° Conceder férias no período de 26 de janeiro a 09 de fevereiro de 2026, (15 dias), a servidora **Monique de Mattos Fabiane,** ocupante do cargo em comissão de Diretora de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo as férias referentes ao período aquisitivo de 13 de janeiro de 2025 a 12 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO,
em 05 de dezembro de 2025.

LUÍZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.
Data Supra.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:249FB38A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO AQUISIÇÃO DE PEÇAS, E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE. SPACEFOX, PLACA IQO-6E42; SPIN, PLACA JDD-0H85 E HB20 DE PLACA JCU-4F15

PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADO 458/2025

Contratada: FERNANDO BITENCOURT CNPJ: 46.517.479/0001-39

Objeto: Aquisição de peças, e serviços de manutenção para os veículos da Secretaria de Saúde. SPACEFOX, placa IQO-6E42; SPIN, placa JDD-0H85 e HB20 de placa JCU-4F15.

Autorização da Autoridade Competente: 05/12/2025

Prazo: Imediato

Dotação Orçamentária: 222 e 225

Valor: R$ 2.606,99

Barra do Guarita, 05/12/2025

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:98ACA2FD

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO AQUISIÇÃO DE PICOLÉS DE FRUTAS, SABORES DIVERSOS, PARA AS FORMATURAS QUE ACONTECEM NO DIA 08 E 15 DE DEZEMBRO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADO 468/2025

Contratada: PONTTUS SPORTS CNPJ: 88.164.744/0001-92

Objeto: Aquisição de Picolés de frutas, sabores diversos, para as formaturas que acontecem no dia 08 e 15 de dezembro. Secretaria de Educação.

Autorização da Autoridade Competente: 05/12/2025

Prazo: Imediato

Dotação Orçamentária: 112

Valor: R$ 440,00

Barra do Guarita, 05/12/2025

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:3CF891B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROS CASSAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1.858 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

LEI N° 1.858 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

ALTERA A OS ARTIGOS 1º E 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.850 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

Art. 1º - Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 1.850 de 11 de novembro de 2025 no que se refere a metragem da área urbanizada, passando o Art. 1º a ter a seguinte redação:
"Art.1º Torna a área do imóvel da matrícula nº 2.085, com área de 24.200 m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), que ora passa a ser considerado como imóvel urbano, ampliando o perímetro urbano do Município de Barros Cassal-RS.

Art. 2º - Altera o Art. 2º da Lei Municipal nº 1.850 de 11 de novembro de 2025 no que se refere a metragem da área de expansão, passando o Art. 2º a ter a seguinte redação:
"Art. 2º A área de expansão do perímetro urbano da matrícula nº 2085 é de 24.200 m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), e será incluída sem ônus ao município de Barros Cassal-RS.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barros Cassal-RS, 05 de dezembro de 2025.

JOVIANO ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Corte
Código Identificador:A850C964

SECRETARIA DA FAZENDA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 177/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 177/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Barros Cassal
CNPJ: 87.612.735/0001-54
Contratada: GUILHERME JOSE BLUME
CNPJ: 266.733.040-49
OBJETO: Contratação de profissional artesão para a confecção de uma estátua de Nossa Senhora Medianeira, produzida artesanalmente em cerâmica, com 2 (dois) metros e 10 (dez) centímetros de altura, destinada à colocação junto ao acesso principal de entrada do município de Barros Cassal/RS.
Dotações: 3331 Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$10.980,00(dez mil novecentos e oitenta reais)
Vigência: 04/12/25 até 04/01/26

Publicado por:
Edson Moraes Zinn
Código Identificador:6BA45472

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO BURICÁ

LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 033/2025 = USO PESSOAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE BOA VISTA DO BURICÁ/RS

PUBLICAÇÃO DO EDITAL

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO 033/2025 - Formalização de Registro de Preços (SRP) para futura e eventual aquisição de produtos de higiene e limpeza de uso pessoal para o munícipio de Boa Vista do Buricá durante o ano de 2026. Abertura 19/12/2025 às 09 horas. Edital disponível em www.pregaobanrisul.com.br e https://boavistadoburica.rs.gov.br/site/licitacoes.

JOAO RUDINEI SEHNEM,
Prefeito Municipal. 08/12/2025.

Publicado por:
Nelson Francisco Warken
Código Identificador:232AC679

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS
RESULTADO DEFINITIVO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

A representante legal do Poder Legislativo de Bom Jesus/RS, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e no âmbito do Concurso Público nº 01/2025, faz saber o que segue:

1. Resultado definitivo das solicitações de isenção do valor de inscrição: tendo em vista que não houve interposição de recursos, ratifica-se o resultado preliminar divulgado pelo Edital nº 02/2025, o qual passa a constar como resultado definitivo das solicitações de isenção.

1.1. A fim de garantir sua participação no certame, os candidatos que tiveram a solicitação de isenção indeferida deverão efetuar o pagamento do valor da inscrição até o prazo estabelecido no cronograma de execução do Concurso Público nº 01/2025.

2. Este edital encontra-se publicado nos seguintes meios: no Mural Público e Portal da Transparência da Câmara Municipal, no site www.camarabomjesus.rs.gov.br, e no site www.objetivas.com.br. Compete exclusivamente ao candidato acompanhar, de forma contínua e cumulativa, todos os meios oficiais de publicidade indicados. O desconhecimento do conteúdo deste edital não será aceito como justificativa para eventuais prejuízos.

3. Em caso de dúvida, os candidatos poderão esclarecê-las por meio dos canais oficiais indicados no item 10.6 do Edital de Abertura das Inscrições.

Registre-se e publique-se.

Bom Jesus/RS, 05 de dezembro de 2025.

MICHELE SOARES DE CASTILHOS,
Presidente.

Publicado por:
Oberdan Antunes Rech
Código Identificador:359CDCC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Bom Jesus/RS torna público, a quem possa interessar, que encontram-se abertas as licitações: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2025 –** Aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e eletroeletrônicos destinados ao CRAS. Propostas: até às 09:00h do dia 22/12/2025. **CHAMAMENTO PUBLICO Nº 006/2025 –** Credenciamento de empresas especializadas em exames laboratoriais para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município. Propostas: a partir do dia 23/12/2025. Editais: site www.bll.org. Os editais encontram-se publicados no site https://www.bomjesus.rs.gov.br/licitacoes, maiores informações no Setor de Licitações da Prefeitura, (54) 3084-0005.

Bom Jesus, 08 de dezembro de 2025.

FREDERICO ARCARI BECKER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Meire Tramontin da Silva
Código Identificador:4E938CAF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 65/2025
Modalidade – Pregão Eletrônico nº 37/2025

O Município de Bom Princípio/RS, por intermédio de sua Comissão de Licitações, torna público que realizará, às 9h00min do dia 23 de dezembro de 2025, a abertura do Pregão Eletrônico nº 37/2025, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
O certame tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia e assessoria em gestão pública municipal, compreendendo soluções modernas e integradas para atualização do Cadastro Imobiliário Municipal, da Base Cartográfica Municipal, do Plano Diretor e da Implantação de Sistema de Informação Geográfica (SIG) baseado exclusivamente em plataforma web, com integração ao Cadastro Imobiliário Municipal. O conjunto de serviços inclui ainda manutenção, capacitação, suporte técnico, atualizações, treinamentos e assessoria aos servidores da Prefeitura envolvidos na execução dos trabalhos, bem como a disponibilização de licença de uso do software e manutenção mensal (corretiva e adaptativa) pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável por até 60 (sessenta) meses, conforme necessidade da Secretaria de Planejamento Urbano e Fazenda, e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência. O Edital e demais documentos relativos à licitação estarão disponíveis no site oficial do Município — www.bomprincipio.rs.gov.br — e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme determina o art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Av. Guilherme Winter, 65 - Centro, Bom Princípio/RS, CEP: 95.765-000, ou pelo telefone (51) 3634-8100, no horário das 8h às 12min e das 13h às 17h30min, de segunda a quinta-feira, e das 7h às 13h, nas sextas-feiras.

Bom Princípio/RS, 05 de dezembro de 2025.

VASCO ALEXANDRE BRANDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Banzza Acosta
Código Identificador:F3B10C73

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 64/2025
Modalidade – Pregão Eletrônico nº 38/2025

O Município de Bom Princípio/RS, por intermédio de sua Comissão de Licitações, torna público que realizará, às 14h00min do dia 22 de dezembro de 2025, a abertura do Pregão Eletrônico nº 38/2025, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
O certame tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de plano de saúde aos servidores do Município de Bom Princípio. O Edital e demais documentos relativos à licitação estarão disponíveis no site oficial do Município — www.bomprincipio.rs.gov.br — e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme determina o art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Av. Guilherme Winter, 65 - Centro, Bom Princípio/RS, CEP: 95.765-000, ou pelo telefone (51) 3634-8100, no horário das 8h às 12min e das 13h às 17h30min, de segunda a quinta-feira, e das 7h às 13h, nas sextas-feiras.

Bom Princípio/RS, 05 de dezembro de 2025.

VASCO ALEXANDRE BRANDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Banzza Acosta
Código Identificador:E3571C1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO - 097/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO, CNPJ 90.873.787/0001-99
CONTRATADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE CARREIRAS PUBLICAS E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – INSTITUTO LEGALLE. – CNPJ 51.722.432/0001-47

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANCA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

VALOR: R$ 7.000,00 FIXO, ATÉ 100 INSCRIÇÕES, E ADICIONAL DE R$ 35,00/INSCRIÇÃO A PARTIR DA INSCRIÇÃO 101a.

PRAZO DE VIGÊNCIA: DE 05/12/2025 ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

FISCAL: ANDERSON WARTHA GRIEBLER

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E FORMA DE CONTRATAÇÃO: PROCESSO DE DISPENSA 2629/2025 - LEI 14.133/2025, ARTIGO 75, II.

BOM PRINCÍPIO, 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

VASCO ALEXANDRE BRANDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilmara Rodrigues da Fonseca
Código Identificador:CB9CB166

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 066/2025

Considerando a Política de austeridade com o erário e a necessidade de ação planejada e transparente, prevenindo riscos e corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, a fim de manter a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre medidas destinadas ao ajuste fiscal de contenção de despesas, à manutenção do equilíbrio entre despesas correntes frente a receitas correntes no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Retiro do Sul/RS, fixa diretrizes para otimização das despesas para atendimento ao disposto no artigo 167-A, da Constituição Federal e dá outras providências.
CELSO PAZUCH, PREFEITO MUNICIPAL DE BOM RETIRO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.
CONSIDERANDO a política de austeridade com o erário e a necessidade de ação planejada e transparente, prevenindo riscos e corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, a fim de manter a responsabilidade na gestão fiscal;
CONSIDERANDO, os princípios e normas que norteiam a conduta administrativa pautada pela responsabilidade na gestão fiscal, controle de despesas e, em especial, aqueles contidos na Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Complementar Nacional nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
CONSIDERANDO, a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa;
CONSIDERANDO, a necessidade de continuidade das ações já estão em andamento no Município com vistas à contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação do gasto público, primando pela eficiência na Gestão Pública;
CONSIDERANDO, a necessidade contínua de acompanhamento e redução das despesas com pessoal e encargos sociais, que tem um peso significativo no orçamento do Município;
CONSIDERANDO, a necessidade de continuar imprimindo processo de revisão e de controle dos gastos públicos sob pena de inviabilizar as ações essenciais e de imprescindível interesse coletivo;
CONSIDERANDO, a necessidade de se manterem os investimentos públicos indispensáveis ao incremento da economia local;
CONSIDERANDO, a necessidade de promover a racionalização dos gastos, limitando-os ao essencial para o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, objetivando não haver descontinuidade na execução dos programas sociais e demais despesas prioritárias da Administração;
CONSIDERANDO, a necessidade de dotação orçamentária e capacidade financeira para atendimento das despesas de caráter contínuo, tais como folha de pagamento e encargos dela decorrentes, inclusive 13º salário e férias, água, luz, telefone, precatórios, decisões judiciais, convênios e contratos firmados levando em conta o regime de competência da despesa, bem como, o atendimento ao disposto no artigo 167 A de CF, que visa atender ao limite de 95% da receita corrente em despesas correntes;
CONSIDERANDO, a crise fiscal e financeira que assola o país , caracterizada por um cenário de recessão sem precedentes, com acentuada desaceleração da economia, retração no produto interno bruto, desemprego elevado e, sem que com isso suspenda as ações administrativas em prol da coletividade, obrigando toda a Sociedade, e por consequência o Poder Público, a envidar mais esforços para aperfeiçoar suas ferramentas de controle e otimização de gastos;
CONSIDERANDO, que os valores repassados ao Município pelos Governos Estadual e Federal para a manutenção de programas, planos e projetos por eles criados não são suficientes para a cobertura das despesas efetivamente realizadas de tais programas, o que obriga o Município dispor de grandes valores, com recursos próprios, para complementar o custo total de diversos programas;
CONSIDERANDO, que a redução dos repasses de recursos compromete a receita do Município obrigando-o a tomar medidas compensatórias para contenção de despesas e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro que venham a acontecer;
CONSIDERANDO, os valores transferidos às entidades sem fins lucrativos, de caráter social do Município que prestam relevantes serviços à população, que possam vir a ocorrer;
CONSIDERANDO, o imperativo para que o gestor público Municipal busque medidas de contenção de gastos, cuja escolha das medidas a serem implementadas está dentro do poder discricionário do Administrador;
CONSIDERANDO, a necessidade de estabelecer diretrizes para os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal adotarem medidas efetivas de controle, contenção e redução das despesas e ampliação da receita;

CONSIDERANDO, que a adoção de medidas de contenção deverá ser de caráter obrigatório, atingindo todas as Secretarias, entidades e dependências municipais, de forma a compatibilizar o equilíbrio econômico entre receitas e despesas;
CONSIDERANDO, ser imperioso preservar os empregos e manter a regularidade dos pagamentos em dia aos servidores públicos municipais, tido como prioridade absoluta para a gestão municipal, bem como assegurar o pagamento a fornecedores, no menor prazo financeiramente possível;
CONSIDERANDO, a importância de envolver todo o funcionalismo municipal nesse objetivo comum, conscientizando e orientando para tornar a economia e a racionalização dos recursos um hábito, que deve ser praticado e observado todos os dias;
CONSIDERANDO, a necessidade de estudar medidas efetivas e específicas para a contenção de despesas e gastos correntes no âmbito da administração direta, com prazos e metas estabelecidos;
CONSIDERANDO, a legalidade, a transparência, o controle, o equilíbrio fiscal, como requisitos próprios de governabilidade democrática;
CONSIDERANDO, a necessidade do aperfeiçoamento da política de qualificação dos gastos e ampliação das receitas por conta da instabilidade econômica e da crise de saúde pública que atravessa o País, atingindo sobremaneira os Municípios brasileiros, que se veem na obrigação de reprogramar e reajustar a sua peça orçamentária de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e nas instruções do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul;
DECRETA:
Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as medidas que deverão ser implementadas no âmbito da Administração Direta destinadas ao ajuste fiscal de contenção de gastos, à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Município, estabelecendo diretrizes e restrições voltadas a redução e otimização das despesas correntes e ampliação dos investimentos públicos, implementados pela aplicação máxima de 90% das despesas correntes efetivamente arrecadas, bem como superávit financeiro do exercício anterior aplicados em despesas correntes, até 31 de dezembro de 2026.
Parágrafo único. As despesas que não sofrerão quaisquer medidas de contenção previstas neste Decreto, são aquelas derivadas de transferências específicas como alimentação escolar, assistência farmacêutica, e outros que tenham destinação obrigatória em aplicação com despesas correntes ou de capital.
Art. 2º Entende-se como medida de contenção e redução toda aquela que visa qualificar, racionalizar, otimizar e diminuir os gastos para execução e manutenção dos serviços públicos, resultando em mudança e implantação de novas rotinas e processos que garantam a sustentabilidade financeira do município no longo prazo, como processo eletrônico de documentos e outros afins.
Art. 3º A partir da publicação do referido Decreto, as Secretarias Municipais deverão promover redução das despesas correntes, de forma a objetivar um menor impacto na produtividade e na qualidade do serviço desempenhado.
Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração deverá suspender, quando o percentual de despesas correntes sobre receitas correntes ultrapassar 95%, os seguintes gastos:
I - a concessão de ampliação de jornada;
II - a concessão de diárias, hospedagens e passagens aéreas, salvo para atendimento de casos excepcionais ou urgentes e devidamente justificados;
III - o pagamento de horas extras ou suplementares, por serviços extraordinários ou sobreaviso, ressalvada a autorização expressa da Secretaria Municipal de Administração em casos específicos e pontuais, não cabendo habitualidade.
IV - as designações de servidores para compor comissão remunerada ou gratificada;
V - disposições ou cessões servidores públicos que impliquem percepção de qualquer tipo de gratificação, vantagem pessoal ou aumento de despesa da folha de pagamento;
VI - as autorizações de despesas referentes à participação em congressos, seminários, simpósios ou eventos similares.
Parágrafo único. Ficam autorizadas a realização de horas extraordinárias ou sobreaviso, apenas na Secretaria de Saúde, mediante prévia autorização pelo titular da pasta.
Art. 5º Fica determinado a cada Secretário Municipal a adoção de medidas internas eficazes para a redução e controle das despesas de custeio, como material de expediente, material de consumo, material de informática, gastos com manutenção e conservação, telefonia, energia elétrica, locações de móveis e imóveis e outras, de modo a racionalizar ao máximo a despesa pública.
Art. 6º Os Secretários Municipais deverão se reunir periodicamente com suas equipes de trabalho para estipularem medidas de contenção e redução de despesas, e também para buscar soluções que propiciem maior eficiência dos serviços.
Art. 7º Os Secretários deverão elaborar estratégias para contenção e redução de despesas, contemplando, dentre outras ações:
I - a reavaliação das licitações em curso que ainda não tenham sido homologadas ou adjudicadas, bem como aquelas ainda a serem instauradas;
II - a análise sobre celebração de novos convênios que impliquem em despesas para o Município;
III - a análise sobre gastos com pessoal;
IV - a reavaliação do espaço físico utilizado para as atividades de cada órgão e entidade, em especial os espaços físicos locados, visando redução de despesas com locação de imóveis;
V - a análise sobre gastos com material de consumo, de expediente e de informática;
VI - a análise de novas assinaturas ou renovação de assinaturas de jornais, revistas e periódicos;
VII- a redução de despesas com serviços terceirizados.
Parágrafo único: A reavaliação de licitações deverá ser ajustadas às estritas necessidades da demanda e da disponibilidade orçamentária do exercício.
Art. 8º Cabe aos titulares das secretarias municipais, no âmbito de atuação de suas respectivas unidades administrativas, o acompanhamento e fiscalização das medidas propostas para o alcance das metas projetadas.
Art. 9º Deverão ser definidas de forma clara e objetiva as medidas que serão adotadas para a redução das despesas de custeio (alimentação, combustível, locação, água, luz, telefone, material de consumo etc.) e serviços contratados, bem como o percentual projetado de redução de gasto, além de, quando da competência do órgão ou entidade municipal, medidas de ampliação de receitas, prevendo ainda, em complemento a cada medida, o respectivo prazo inicial e final de execução da mesma e o resultado a ser alcançado na forma de valor financeiro de redução de despesa ou ampliação de receitas.
Art. 10. Fica determinado aos titulares dos órgãos da administração direta, no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade, a execução das seguintes medidas:
I - quanto ao serviço de telefonia:
a) verificar a eventual existência de linhas excedentes e solicitar a sua inativação;
b) manter rígido controle dos serviços de ligações interurbanas e de telefonia fixa para celulares, privilegiando o contato por correio eletrônico, intranet ou outras tecnologias que não gerem despesas ou tarifação por parte das operadoras de telefonia móvel e fixa;
c) vedar a realização de ligações particulares, exceto em casos urgentes, autorizados pelos titulares das pastas;
II - quanto ao consumo de energia elétrica:
a) determinar o desligamento de lâmpadas em todas as dependências onde existir iluminação natural suficiente para a execução das atividades, evitando sempre que possível os trabalhos noturnos;
b) determinar o desligamento de todos os equipamentos elétricos não necessários as atividades normais;
c) determinar o desligamento, após o término do expediente, de todos os equipamentos e lâmpadas, permanecendo ligados somente os essenciais;
III - limitar a utilização de aparelhos de ar refrigerado/condicionado ao horário de funcionamento da unidade.
IV - quanto ao gasto com impressão, cópias e demais insumos de escritório, evitar o desperdício, restringindo-se o uso ao estritamente relacionado ao trabalho dos servidores no exercício de suas funções, além de limitar-se à quantidade absolutamente necessária, adotando-se, preferencialmente, a impressão frente e verso em preto e branco.
Art. 11. Os titulares dos órgãos da administração direta deverão adotar medidas administrativas para otimizar o uso dos veículos oficiais de forma corporativa.
Art. 12. O gerenciamento austero do horário de trabalho de cada unidade/servidor é de competência do seu titular, de forma a assegurar

a qualidade do serviço prestado e o funcionamento da unidade durante o período de atendimento ao cidadão.
Art. 13. Compete a Secretaria Municipal de Administração a coordenação das medidas de redução, contenção, otimização e racionalização de despesas, devendo entre outras necessidades:
I - avaliar, homologar, rever, bem como acompanhar e fiscalizar a execução das medias de contenção e redução de despesas e ampliação de receitas apresentados pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, observado as disposições deste Decreto;
II - acompanhar e fiscalizar a implantação das medidas previstas neste Decreto;
III - avaliar e propor outras ações adequadas para melhorar o controle dos gastos públicos e ampliação das receitas;
IV - expedir instruções para estabelecer metas e orientar a aplicação das medidas contidas neste Decreto;
V - acompanhar o comportamento da receita e da despesa, podendo sugerir novas medidas de adequação visando o equilíbrio fiscal do exercício;
VI - acompanhar e avaliar a evolução na redução dos gastos públicos em decorrência das medidas veiculadas neste Decreto;
VII - deliberar quanto a reposição de cargos ou empregos públicos vagos em decorrência de exoneração, demissão, dispensa, aposentadoria e falecimento;
VIII - rever, rescindir, ou deliberar sobre o retorno de servidores públicos municipais e estagiários cedidos, a qualquer título, a outros órgãos do município, entes da federação ou entidades;
IX - avaliar a pertinência da contratação ou prorrogação de contratos de consultoria e de serviços técnicos profissionais especializados que impliquem em aumento de despesas;
Art. 14. Questões emergenciais, devidamente justificadas, e pleitos que digam respeito a obras de mobilidade urbana e manutenção de serviços públicos essenciais terão tratamento especial e poderão ser autorizadas ou mantidas mediante consentimento do Prefeito Municipal.
Art. 15. Deverá ser dada prioridade por todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, o cumprimento das medidas fixadas por este Decreto.
Art. 16. A Controladoria Interna do Município deverá providenciar a ciência de todas as Unidades Administrativas Municipais, para cumprimento do presente Decreto.
Art. 17. Fica expressamente determinado aos titulares de cada pasta a estrita observação e cumprimento das disposições contidas neste Decreto, ficando a seu cargo a adoção das medidas necessárias à sua implementação.
Art. 18. Ficará sob responsabilidade pessoal dos Secretários Municipais a prática ou autorização de ato ou despesa em desacordo com o estabelecido neste Decreto.
Art. 19. Todos órgãos que integram a administração direta, dentro de suas atribuições, deverão zelar pelo cumprimento das disposições deste Decreto.
Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 05 de dezembro de 2025.

Registre-se e Publique-se.
Secretaria de Administração e Planejamento

CELSO PAZUCH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamara Eckardt
Código Identificador:8AFAC6A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL 101/2025

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 102/2025
RESULTADO DE INSCRITOS – COLOCAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 92/2025
CELSO PAZUCH, Prefeito Municipal de Bom Retiro do Sul, no uso de suas atribuições, visando à contratação de pessoal, para desempenhar a função de Motorista e Operador de Máquina, junto ao Município de Bom Retiro do Sul, formação de cadastro reserva, por prazo determinado, amparado em excepcional interesse público com fulcro no art. 37, IX, da Constituição da República, e arts. 197 e 198, III, da Lei Municipal nº 3.033, de 22 de dezembro de 2006, e com base no Processo Seletivo Simplificado, regido pelas normas estabelecidas no Edital nº 92/2025 e nos termos do Decreto 051/2025, torna público o **RESULTADO DOS INSCRITOS,** bem como, torna público a **CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS** abaixo relacionados, para que no dia **05 de dezembro de 2025, ás 07:00hrs**, compareçam a Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Trânsito, **na Avenida Ipanema, n° 110, Bairro San Diego**, Bom Retiro do Sul, para realização da avaliação da prova pratica.

CARGO : MOTORISTA		
CANDIDATO	**PONTUAÇÃO**	**COLOCAÇÃO**
Fabiano Sehn	100	1º
Clebes Joal Saraiva da Silva	100	2º
Gilmar Saldanha de Abreu	70	3º
José Valdir das Neves	60	4º
Marcelo Gorgen dos Santos	60	5º
Paulo Edilson de Oliveira	50	6º
Samuel Lucius Leindecker	0	7º
CARGO : OPERADOR DE MÁQUINA		
CANDIDATO	**PONTUAÇÃO**	**COLOCAÇÃO**
Marcio Rafael Reginaldo	90	1º
Juliano Loureiro da Silva	90	2º
Claudir Valdinei Liglinski Hanauer	30	3º
Maicon Alex Portz	30	4º
Olimar Carlos Klunck	20	5º

Abre-se prazo recursal, de acordo com o estabelecido no item do Edital nº 92/2025.
Por fim, ressalta-se que o não comparecimento na data será entendido como desistência e reprovação no teste da prova prática de habilitação.

Bom Retiro do Sul, 03 de dezembro de 2025.

CELSO PAZUCH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamara Eckardt
Código Identificador:0B60DD34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 103/2025

RESULTADO PROVA PRÁTICA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 92/2025
CELSO PAZUCH, Prefeito Municipal de Bom Retiro do Sul, no uso de suas atribuições, visando à contratação de pessoal, para desempenhar a função cargo de **Motorista e Operador de Máquina**, junto ao Município de Bom Retiro do Sul, formação de cadastro reserva, por prazo determinado, amparado em excepcional interesse público com fulcro no art. 37, IX, da Constituição da República, e arts. 197 e 198, III, da Lei Municipal nº 3.033, de 22 de dezembro de 2006, e com base no Processo Seletivo Simplificado, regido pelas normas estabelecidas no Edital nº 92/2025 e nos termos do Decreto 051/2025, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA.**
Conforme os critérios de avaliação individual foram considerados aptos ou inaptos os seguintes candidatos:
Aptos – Motorista:
Fabiano Sehn
Gilmar Saldanha de Abreu
José Valdir das Neves
Marcelo Gorgen dos Santos
Paulo Edilson de Oliveira
Inaptos – Motorista:
Clebes Joal Saraiva da Silva
Samuel Lucius Leindecker
Aptos – Operador de Máquina
Marcio Rafael Reginaldo
Juliano Loureiro da Silva
Claudir Valdinei Liglinski Hanauer
Maicon Alex Portz

Olimar Carlos Klunck
Inapto - Motorista:
Não houve candidatos inaptos
Abre-se prazo recursal, de acordo com o estabelecido no Edital nº 92/2025.
Bom Retiro do Sul, 05 de dezembro de 2025.

CELSO PAZUCH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamara Eckardt
Código Identificador:B69BFE23

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO BOM – IPASEM/CB
EXTRATO DA PORTARIA Nº 103, DE 05/12/2025

APOSENTA SERVIDORA.

KARINI PINHEIRO CIOCCARI, Superintendente Geral de IPASEMCB - INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a contar de 05/12/2025, à servidora **SUZETE LUCIANI BERZ BUENO**, matrícula 4638, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 03, classe G, regime jurídico estatutário, 44 horas semanais, com proventos mensais integrais, a ser custeada por IPASEMCB - INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM e seu reajuste será efetivado pela paridade.

CAMPO BOM, 05/12/2025.

KARINI PINHEIRO CIOCCARI
Superintendente Geral de IPASEMCB -Inst. Prev. Assist. Serv. Mun. Campo Bom

Publicado por:
Doralice Martins Blos
Código Identificador:FBBA576F

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO BOM – IPASEM/CB
EXTRATO DA PORTARIA Nº 104, DE 05/12/2025

RETIFICA ATO.

KARINI PINHEIRO CIOCCARI, Superintendente Geral de IPASEMCB - INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM, no uso de suas atribuições legais, RETIFICA o ato: Portaria nº 84/2023, e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "a", combinado com o §§ 3º e 17° da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a contar de 02/10/2023, à servidora MARIA CRISTINA GRAFF TOMAZELLI, matrícula 7811, cargo de Serviços de Cozinha e Limpeza, nível 03, classe D, regime jurídico estatutário, 44 horas semanais, com proventos mensais integrais, a ser custeada por IPASEMCB - INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM e seu reajuste será efetivado pelo valor real.

CAMPO BOM, 05/12/2025.

KARINI PINHEIRO CIOCCARI
Superintendente Geral de IPASEMCB - Inst. Prev. Assist. Serv. Mun. Campo Bom

Publicado por:
Doralice Martins Blos
Código Identificador:67354ABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2025.

A Prefeitura Municipal de Campo Bom/RS torna público aos interessados que às **08h30min do dia 18 de dezembro de 2025,** estará aberta a disputa de preços através do SITE, www.portaldecompraspublicas.com.br, para a **Aquisição de kits de material escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental**. O edital estará disponível em nossa página na Internet, no endereço eletrônico www.campobom.rs.gov.br, na Aba PORTAL LICITAÇÕES, ou diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações na Divisão de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Independência, 800, 1° andar, Centro, Campo Bom/RS.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:C92173A7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.856, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

RETIFICA O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.844, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025, QUE DESIGNOU MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – COMHAB, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIA.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, conforme os termos da Lei Municipal nº 2.006, de 24 de agosto de 1999, e suas alterações subsequentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica retificada a grafia do nome constante no Decreto Municipal nº 7.844/2025, de 21 de novembro de 2025, que designou membros para integrarem o Conselho Municipal de Habitação – COMHAB, onde se lê:

"b) Representantes dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CREA)
...
TIAGO FOERST – *Suplente – Representante do Conselho Regional de Engenharia"*

Leia-se:

"b) Representantes dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CREA)
...
TIAGO FOERSTER *– Suplente – Representante do Conselho Regional de Engenharia"*

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 04 de dezembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Admi

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:28714DA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PORTARIA Nº 65.695, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

DESIGNA SUBSTITUTO.

GIOVANI BATISTA FELTES, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar o servidor **MAICON FERREIRA KOHLER**, matrícula nº 14447, para substituir o Inspetor da Guarda Municipal, PATRICK BRENDLER CAMARGO, matrícula nº 13923, no período de 07 de janeiro de 2026 a 21 de janeiro de 2026, em virtude das férias do titular.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 04 de dezembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:6D9CFADB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PORTARIA Nº 65.696 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

MANTÉM CARGO EM COMISSÃO.

GIOVANI BATISTA FELTES, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I - Manter a servidora **LILIANE REINHEIMER**, matrícula nº 15736, com Cargo em Comissão, transferindo-a do cargo de Chefe da Seção de Cobrança Administrativa e Judicial para o cargo de Assessor Setorial de Licitações, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 1º de dezembro de 2025.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a 1º de dezembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 04 de dezembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:B00B2232

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PORTARIA Nº 65.697, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

DESIGNA SUBSTITUTO.

GIOVANI BATISTA FELTES, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar o servidor **YURE PECKE RODRIGUES**, matrícula nº 13936, para substituir o Inspetor da Guarda Municipal, ALEXANDRE RAMOS AMARANTE, matrícula nº 13934, no período de 02 de janeiro de 2026 a 21 de janeiro de 2026, em virtude das férias do titular.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 04 de dezembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:FBE67D84

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PORTARIA Nº 65.698, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

ANULA A PORTARIA Nº 65.686, de 02 de DEZEMBRO de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a desistência da nomeada em assumir o cargo para o qual foi designada,

R E S O L V E:

I - Anular a Portaria nº 65.686, de 02 de dezembro de 2025, que nomeou **JULIANE APARECIDA MASSAIA** para o Cargo em Comissão de Coordenador Administrativo de Unidade de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 02 de dezembro de 2025.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a 02 de dezembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 04 de dezembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:2B68FB16

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025.

A Prefeitura Municipal de Campo Bom/RS, torna público aos interessados que o edital em epígrafe, qual seja, **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tintas e materiais para sinalização viária**, foi retificado. A data de abertura da sessão pública fica agendada para o dia 19 de dezembro de 2025, às 08:30. A retificação está disponível diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no site do Município, na aba Licitações. Campo Bom, 4 de dezembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal**.**

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:85935BAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2025.

A Prefeitura Municipal de Campo Bom/RS, torna público aos interessados que o Edital em epígrafe, qual seja, Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para atender a demanda das Secretarias do Município, foi retificado, alterando-se o horário de abertura da sessão pública para dia 18/12/2025, às 08:30. A retificação está disponível diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no site do Município, na aba Licitações.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:BA832EA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2025.

A Prefeitura Municipal de Campo Bom/RS, torna público aos interessados que o edital em epígrafe, qual seja, **contratação de empresa para fornecimento de sistema de gerenciamento dos atendimentos clínicos e pedagógicos para o Centro Municipal de Apoio à Diversidade Escolar**, foi retificado. A data de abertura da sessão pública fica alterada para o dia 23 de dezembro de 2025, às 13:30. A retificação está disponível diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no site do Município, na aba Licitações. Campo Bom, 4 de dezembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal**.**

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:BB1F139C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 137/2025.

O Prefeito Municipal de Campo Bom, Sr. Giovani Batista Feltes, CONTRATANTE no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 75, inciso VIII da Lei Federal 14.133/21, **RATIFICA a Dispensa de Licitação nº 137/2025**, nos termos do parecer jurídico proferido nos autos do expediente em epígrafe.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos.
OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, na modalidade dispensa de licitação, para atender demanda da iluminação pública, em caráter emergencial.
FORNECEDOR: COMERCIAL UNYLUX LTDA , CNPJ 01.778.749/0001-27.
VALOR: R$ 43.178,00 (quarenta e três mil e cento e setenta e oito reais)
FORNECEDOR: J C F COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 07.105.429/0001-92.
VALOR: R$ 3.560,00 (três mil e quinhentos e sessenta reais)
FORNECEDOR: ANDRE HENRIQUE T. FERREIRA, CNPJ 10.785.128/0001-61
VALOR : R$ 528,00 (quinhentos e vinte e oito reais)
VALOR TOTAL: R$ 47.266,00 (quarenta e sete mil e duzentos e sessenta e seis reais).

Publique-se no prazo legal.
Campo Bom, 04 de dezembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:5A6D3638

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 138/2025.

O Prefeito Municipal de Campo Bom, Sr. Giovani Batista Feltes, CONTRATANTE no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 75, INCISO IV da Lei Federal 14.133/21, **RATIFICA a Dispensa de Licitação nº 138/2025**, nos termos do parecer jurídico proferido nos autos do expediente em epígrafe.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos.
OBJETO: Aquisição de peças para revisão 1000 Horas - retroescavadeira, modelo Liugong – chassis: LGC766AZCRC507860, cedida ao município para suprir as demandas, devendo a revisão ser efetuada por empresa autorizada pelo fabricante, uma vez que o equipamento ainda está em garantia.
FORNECEDOR: BERTINATTO MAQUINAS LTDA, CNPJ 11.920.102/0001-41.
VALOR TOTAL: R$ 6.458,83 (seis mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos).

Publique-se no prazo legal.
Campo Bom, 05 de dezembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:1B7EE170

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 117/2025.

O Prefeito Municipal de Campo Bom, Sr. Giovani Batista Feltes, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 74, INCISO II, da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICA a Inexigibilidade de Licitação nº 117/2025**, nos termos do parecer jurídico proferido nos autos do expediente em epígrafe.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
OBJETO: Contratação da empresa VEVETA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, para apresentação musical Show com a Banda Cia Show 4 no evento Réveillon de Campo Bom, a ser realizado no Largo Irmãos Vetter, em Campo Bom, no dia 31/12/2025.
FORNECEDOR: VEVETA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, CNPJ 30.558.310/0001-97.
VALOR TOTAL: R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

Publique-se no prazo legal.
Campo Bom, 04 de dezembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:4A1B9CCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 118/2025.

O Prefeito Municipal de Campo Bom, Sr. Giovani Batista Feltes, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 74, CAPUT, da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICA a Inexigibilidade de Licitação nº 118/2025**, nos termos do parecer jurídico proferido nos autos do expediente em epígrafe.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos.
OBJETO: Contratação de mão de obra para revisão 100 Horas – retroescavadeira – chassis: LG0766AZCRC507860, cedida ao

município para suprir as demandas, devendo a revisão ser efetuada por empresa autorizada pelo fabricante, uma vez que o equipamento ainda está em garantia.
FORNECEDOR: BERTINATTO MAQUINAS LTDA, CNPJ 11.920.102/0001-41.
VALOR TOTAL: R$ 2.276,80 (dois mil e duzentos e setenta e seis reais e oitenta centavos).

Publique-se no prazo legal.
Campo Bom, 05 de dezembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:AE9D428B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025 - MOVEIS E EQUIPAMENTOS DE SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025**. Tipo: **Menor preço por item.** Objeto: Constitui objeto da presente licitação a EVENTUAL E FUTURA contratação de empresa especializada para aquisição de moveis e equipamentos para o atendimento aos pacientes e usuários da secretaria de saúde, emenda impositiva nº 030/2024 do vereador Algemiro de Souza Martins, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I). **Edital:** disponível a partir do dia 08/12/2025, no site https://Comprasnet.gov.br no Setor de Compras e Licitações, situado junto ao Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Bento Gonçalves, n° 555, Campo Novo/RS e no site https://camponovo.atende.net/. **Sessão de Abertura:** dia 18/12/2025, às 08:30hs, Informações: Setor de Compras e Licitações, Fone (55) 2013-0080. Campo Novo/RS, 08 de dezembro de 2025.

PEDRO DOS SANTOS,
Prefeito de Campo Novo/RS

Publicado por:
Fernanda Bresolin Vieira
Código Identificador:6B8DB738

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE LIMPEZA HOSPITALAR

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025**. Tipo: **Menor preço por item.** Objeto: Constitui objeto da presente licitação a EVENTUAL E FUTURA contratação de empresa especializada para aquisição de insumos de lavanderia, desinfecção e higienização destinados para garantir a manutenção dos padrões de controle de infecção e biossegurança exigidos para o ambiente hospitalar. Emenda impositiva 024/2024 vereador Airton Canova, emenda impositiva 011/2024 vereador Marcos Moraes e emenda impositiva 020/2024 vereador Lauro Szalanski, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I). **Edital:** disponível a partir do dia 08/12/2025, no site https://Comprasnet.gov.br no Setor de Compras e Licitações, situado junto ao Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Bento Gonçalves, n° 555, Campo Novo/RS e no site https://camponovo.atende.net/. **Sessão de Abertura:** dia 18/12/2025, às 13:30hs, Informações: Setor de Compras e Licitações, Fone (55) 2013-0080. Campo Novo/RS, 08 de dezembro de 2025.

PEDRO DOS SANTOS,
Prefeito de Campo Novo/RS

Publicado por:
Fernanda Bresolin Vieira
Código Identificador:CA6422ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO GODÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 75/2025

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 75/2025

CONTRATADO: COOPERATIVA GODOIENSE DE EMPREENDIMENTOS, EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL LTDA – COOGEMEOS

CNPJ nº 05.769.409/0001-90

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, CONFORME §1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÕES DO FNDE RELATIVAS AO PNAE.

VALOR: R$ 33.346,40 (trinta e três mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos)

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Cândido Godói, RS, 05 de dezembro de 2025.

GUERINO BACKES
Prefeito

Publicado por:
Gladia Deisi Roballo
Código Identificador:03B9E44C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº139/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº139/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CÂNDIDO GODÓI

CONTRATADO: COOPERATIVA GODOIENSE DE EMPREENDIMENTOS, EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL LTDA – COOGEMEOS
CNPJ sob nº 05.769.409/0001-90

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, CONFORME §1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÕES DO FNDE RELATIVAS AO PNAE

VALOR: O valor do presente contrato é de R$ 33.346,40 (trinta e três mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).

Cândido Godói, RS, 05 de dezembro de 2025.

ELISETE MARISA GABATZ
Secretária Municipal da Educação e Cultura

Publicado por:
Gladia Deisi Roballo
Código Identificador:6FF9694C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL Nº 04 – PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINARES PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2025 TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA – SAMU

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2025
TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA – SAMU

EXTRATO DO EDITAL Nº 04 – PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINARES

O MUNICÍPIO DE CÂNDIDO GODÓI/RS, representado pelo seu Prefeito, Sr. GUERINO BACKES, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a pontuação e classificação preliminares dos candidatos do Processo Seletivo Simplificado nº 07/2025 para contratação e formação de cadastro reserva (CR), para o cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA – SAMU.** O Edital completo está disponível no mural de publicações da Prefeitura Municipal e no sítio eletrônico oficial do Município http://www.candidogodoi.rs.gov.br.

Cândido Godói/RS, 08 de dezembro de 2025.

GUERINO BACKES
Prefeito

Publicado por:
Sara Isabel Ostapiuk
Código Identificador:F7D88014

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL N 56/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
A PREFEITA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO DO SUL torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação emergencial e temporária de ENFERMEIRO. Inscrições no período de 08 a 16 de dezembro de 2025, junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, em horário de expediente. Cópia deste edital na íntegra poderá ser extraída no site www.capaobonitodosul.rs.gov.br. Maiores informações junto a Prefeitura Municipal de Capão Bonito do Sul.
Capão Bonito do Sul/RS,
05 de dezembro de 2025
Publique-se.

MARIZETE VARGAS PEREIRA RAUTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Tiago Spanholi Boeno
Código Identificador:712DDC35

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.548/2025

Número do contrato: 579/2025.
Objeto: Contratação de empresa para prestar serviço de locação de grades de contenção e geradores de energia para o evento de Réveillon nos dias 30 e 31 de dezembro de 2025, na orla marítima e largo do Baronda de Capão da Canoa, para uso da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Contratada: **59.346.962 ANDREIA CAROLINA AFFONSO RODRIGUES.**
CNPJ: 59.346.962/0001-40.
Valor: R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).
Capão da Canoa, 05 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:66D247F8

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.548/2025

Número do contrato: 580/2025.
Objeto: Contratação de empresa para locação de sonorização, palco, grades, gerador e painel de LED para o evento de Réveillon nos dias 30 e 31 de dezembro de 2025, na orla marítima e largo do Baronda de Capão da Canoa, para uso da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Contratada: **LUIZ ANTONIO OSORIO LTDA.**
CNPJ: 90.326.489/0001-89.
Valor: R$ 54.139,98 (cinquenta e quatro mil, cento e trinta e nove reais e noventa e oito centavos).
Capão da Canoa, 05 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:C211BA7E

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.548/2025

Número do contrato: 581/2025.
Objeto: Locação de pirâmides para o evento de Réveillon nos dias 30 e 31 de dezembro de 2025, na orla marítima e largo do Baronda de Capão da Canoa, para uso da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Contratada: **PR INDUSTRIA E LOCACAO DE ESTRUTURAS LTDA.**
CNPJ: 90.705.922/0001-97.
Valor: R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).
Capão da Canoa, 05 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:118E6A49

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.548/2025

Número do contrato: 582/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada em elaboração de PPCI para o evento de Réveillon nos dias 30 e 31 de dezembro de 2025, na orla marítima e largo do Baronda de Capão da Canoa, para uso da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Contratada: **RUTA SERVICOS E ENGENHARIA LTDA.**
CNPJ: 50.805.905/0001-07.
Valor: R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).
Capão da Canoa, 05 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:154B5926

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.652/2025

Número do contrato: 572/2025.

Objeto: Aquisição de equipamento para a Fisioterapia, para a Secretaria Municipal de Saúde.
Contratada: **SZ HOSPITALAR LTDA.**
CNPJ: 57.977.634/0001-16.
Valor: R$ 4.982,36 (quatro mil novecentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos).
Capão da Canoa, 04 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:77B8A1D6

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.662/2025

Número do contrato: 576/2025.
Objeto: Contratação de empresa para prestar serviço de locação de grades de contenção e geradores de energia para o evento de Réveillon nos dias 30 e 31 de dezembro de 2025, na orla marítima e largo do Baronda de Capão da Canoa, para uso da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Contratada: **RAIO SUL LOCAÇÃO DE GERADORES LTDA.**
CNPJ: 32.239.707/0001-41.
Valor: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
Capão da Canoa, 05 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:D1B61AFE

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.662/2025

Número do contrato: 577/2025.
Objeto: Contratação de empresa para locação de sonorização, palco, grades, gerador e painel de LED para o evento de Réveillon nos dias 30 e 31 de dezembro de 2025, na orla marítima e largo do Baronda de Capão da Canoa, para uso da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Contratada: **LUIZ ANTONIO OSORIO LTDA.**
CNPJ: 90.326.489/0001-89.
Valor: R$ 10.560,00 (dez mil, quinhentos e sessenta reais).
Capão da Canoa, 05 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:28EE7C53

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.664/2025

Número do contrato: 573/2025.
Objeto: Contratação de empresa para prestar serviço de locação de grades de contenção e geradores de energia para a Abertura do Natal,no dia 07 de dezembro de 2025, em frente à Prefeitura Municipal de Capão da Canoa, para uso da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Contratada: **59.346.962 ANDREIA CAROLINA AFFONSO RODRIGUES.**
CNPJ: 59.346.962/0001-40.
Valor: R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).
Capão da Canoa, 05 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:5EA1D6D2

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.664/2025

Número do contrato: 574/2025.
Objeto: Contratação de empresa para locação de sonorização, palco, grades, gerador e painel de LED, para a Abertura do Natal,no dia 07 de dezembro de 2025, em frente à Prefeitura Municipal de Capão da Canoa, para uso da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Contratada: **GERASONS SONORIZACAO LTDA.**
CNPJ: 94.083.797/0001-81.
Valor: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).
Capão da Canoa, 05 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:3FDA2BC8

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.664/2025

Número do contrato: 575/2025.
Objeto: Contratação de empresa para prestar serviço de locação de grades de contenção e geradores de energia para a Abertura do Natal,no dia 07 de dezembro de 2025, em frente à Prefeitura Municipal de Capão da Canoa, para uso da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Contratada: **RAIO SUL LOCAÇÃO DE GERADORES LTDA.**
CNPJ: 32.239.707/0001-41.
Valor: R$ 979,90 (novecentos e setenta e nove reais e noventa centavos).
Capão da Canoa, 05 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:6A901779

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.666/2025

Número do contrato: 578/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição e plantio de grama em Capão da Canoa, para uso da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Contratada: **MINAS GRASS LTDA.**
CNPJ: 49.757.536/0001-45.
Valor: R$ 30.720,00 (trinta mil, setecentos e vinte reais).
Capão da Canoa, 05 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:2AE6DA37

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13.817/2025

Número do contrato: 571/2025.
Objeto: Compra de vagas de Educação Infantil através de associações educacionais, destinadas a berçário e maternal de turno integral e pré-escola de turno parcial, e vagas para pré-escola de turno integral destinadas somente para cumprimento de demandas judiciais para oferta de integralidade, para a Secretaria Municipal de Educação.
Contratada: **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA.**
CNPJ: 60.306.550/0001-65.
Valor: R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).
Capão da Canoa, 04 de dezembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:E57A3113

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO CIPÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Pregão Eletrônico nº 64/2025. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar. Data de abertura dia 23/12/2025 às 09:00 horas através do site www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Edital em www.capaodocipo.rs.gov.br.

ADAIR FRACARO CARDOSO-
Prefeito de Capão do Cipó.

Publicado por:
Deolinda Luciane da Silva Machado
Código Identificador:54EC21A8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 469/2025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2.025

Dispõe sobre a aplicação de penalidade à empresa R7 DIGITAL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDAe dá outras providências.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAPITÃO/RS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica aplicável a este município,
Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 156, que estabelece critérios obrigatórios de dosimetria das penalidades;
Considerando o descumprimento contratual por parte da empresa R7 Digital Informática e Serviços LTDA, referente a Ata de Registro de Preço nº 115/2024;
Considerando a decisão administrativa proferida nos autos do Processo Administrativo nº 789/2025, que concluiu pela aplicação de penalidade à empresa;

R E S O L V E:

Art.1°. Aplicar à empresa R7 Digital Informática e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.788.809/0001-37, a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com o Município de Capitão/RS, conforme previsto no art. 156, I da Lei 14.133/21.

Art.2°. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Capitão/RS terá início na data de publicação desta Portaria, com duração de 1 (um) ano, extinguindo-se, portanto, em 05 de dezembro de 2026.

Art.3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão/RS, 05 de dezembro de 2.025.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;

VANUSA LORENZON
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Chaiana da Maia Cadore
Código Identificador:53AB948C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 470/2025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2.025

Dispõe sobre a aplicação de penalidade à empresa 48.960.351 LTDA e dá outras providências.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAPITÃO/RS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica aplicável a este município,
Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 156, que estabelece critérios obrigatórios de dosimetria das penalidades;
Considerando o descumprimento contratual por parte da empresa 48.960.351 LTDA, referente a Ata de Registro de Preço nº 30/2025;
Considerando a decisão administrativa proferida nos autos do Processo Administrativo nº 846/2025, que concluiu pela aplicação de penalidade à empresa;

R E S O L V E:

Art.1º. Aplicar à empresa 48.960.351 LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.960.351/0001-70, a penalidade de Advertência, conforme previsto no art. 156, I da Lei 14.133/21.

Art.2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão/RS, 05 de dezembro de 2.025.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;

VANUSA LORENZON
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Chaiana da Maia Cadore
Código Identificador:2926C663

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 471/2025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2.025

Dispõe sobre a aplicação de penalidade à empresa EF INDÚSTRIA DE PAPEISe dá outras providências.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAPITÃO/RS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica aplicável a este município,
Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 156, que estabelece critérios obrigatórios de dosimetria das penalidades;
Considerando o descumprimento contratual por parte da empresa EF Indústria de Papeis, referente a Ata de Registro de Preço nº 51/2025;
Considerando a decisão administrativa proferida nos autos do Processo Administrativo nº 936/2025, que concluiu pela aplicação de penalidade à empresa;

R E S O L V E:

Art.1°. Aplicar à empresa EF Indústria de Papeis, inscrita no CNPJ sob o nº 57.142.749/0001-90, a penalidade de Advertência, conforme previsto no art. 156, I da Lei 14.133/21.

Art.2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão/RS, 05 de dezembro de 2.025.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;

VANUSA LORENZON
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Chaiana da Maia Cadore
Código Identificador:6597FD41

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
MUNICÍPIO DE CERRO LARGO/ RS EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 111/2025

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviço de profissional com vistas à oferta e realização de curso profissionalizante de Organizer e Consultora de Limpeza na Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, conforme descrito no pedido e na proposta de prestação de serviço em anexo.
Contrato nº: 111/2025
Contratado: *MICHELE PEREIRA RIBEIRO*
CNPJ: 61.812.666/0001-39
Valor Total: R$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).

Cerro Largo, 02 de dezembro de 2025.

PROTÁSIO PEDRO BUTZEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Diego de Lira Roedel
Código Identificador:1AC59807

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
MUNICÍPIO DE CERRO LARGO/ RS EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 020/2025

Extrato de Inexigibilidade de Licitação n° 020/2025, que tem como objeto CONTRATAR SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA USO DA EQUIPE DO PROGRAMA ACOMPANHARAPS, tendo como contratada a pessoa física JOSÉ VEIGA ANSCHAU, pelo valor total de R$36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Cerro Largo, 05 de dezembro de 2025.

PROTÁSIO PEDRO BUTZEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Diego de Lira Roedel
Código Identificador:15AC2001

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARRUA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO Nº 95/2025

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO Nº 95/2025.
O Prefeito de Charrua, no uso de suas atribuições legais, conforme a autorização da Lei Municipal 2.407, de 04 de dezembro de 2025, **CONVOCA** o aprovado em **Processo Seletivo Simplificado nº 09/2025**, com Edital nº 01, Homologado através do Edital nº 05 - Resultado Final de 03 de outubro de 2025, para assumir o referido cargo através de Contrato Emergencial Temporário, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar desta data.
Para a contratação do cargo será obedecido rigorosamente os itens 11 e 12, condições para a contratação temporária do Edital n° 01 - do Processo Seletivo Simplificado n° 09/2025.
Não havendo interesse do referido cargo, o candidato perderá automaticamente a vaga.
O convocado deverá apresentar-se na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME
4º lugar	Operador de Máquinas	Vanderlei Bernart

Fica desde já advertido o candidato de que, a não apresentação da documentação exigida no momento da contratação, implica na abdicação da vaga.

Charrua-RS, 08 de dezembro de 2025.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito

Publicado por:
Gabrieli Daronch
Código Identificador:45CD3393

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO Nº 96/2025

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO Nº 96/2025.
O Prefeito de Charrua, no uso de suas atribuições legais, conforme a autorização da Lei Municipal nº 2.383, de 09 de outubro de 2025, **CONVOCA** a aprovada em **Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025**, com Edital nº 01, Homologado através do Edital nº 07 - Resultado Final em 22 de setembro de 2025, para assumir os referidos cargos através de Contrato Emergencial Temporário, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar desta data.
Para a contratação do cargo será obedecido rigorosamente os itens 12 e 13, condições para a contratação temporária do Edital n° 01 - do Processo Seletivo Simplificado n° 01/2025.
Não havendo interesse do referido cargo, a candidata perderá automaticamente a vaga.
A convocada deverá apresentar-se na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME
10º lugar	Psicólogo	Isolda Germana Nunes De Freitas

Fica desde já advertida a candidata de que, a não apresentação da documentação exigida no momento da contratação, implica na abdicação da vaga.

Charrua-RS, 08 de dezembro de 2025.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito

Publicado por:
Gabrieli Daronch
Código Identificador:9785748F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIAPETTA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRONICO nº 27/2025 - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM Objeto: Aquisição de um veículo novo, 0 km, destinado ao fortalecimento do Projeto "Proteção da Mulher", Termo de Convênio FPE nº 1162/2025 – Processo 24/2800-0002042-9. Especificações constantes no Termo de Referência, anexo ao Edital. Data Abertura Propostas: 18/12/2025, às 09:20h. Edital: Disponível

no site www.chiapetta.rs.gov.br. Local Abertura: www.bll.org.br. Informações: (55) 3195-0020. Chiapetta-RS, 08/12/2025.

OSMAR KUHN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Romildo Jose Feyh
Código Identificador:8FAE4734

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUÍ

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS
RETIFICAÇÃO CONTRATO - AQUISIÇÃO DE ULTRASSOM

RETIFICAÇÃO - SÚMULA DE CONTRATO

PROCESSO TIPO: Pregão Nº 68/2025

CONTRATO Nº 64/2025

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DO CHUÍ-RS
CNPJ Nº 01.606.399/0001-11

CONTRATADA:
SC MEDICAL INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
12.246.862/0001-88

OBJETO:
Ultrassom Diagnóstico sem Aplicação Transesofágica.

VALOR:
R$ 85.999,84
(oitenta e cinco mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos)

PAGAMENTO:
30 dias, crédito em conta bancaria

VIGÊNCIA:
05/12/25
05/01/26

Publicado por:
Matheus Ramires Flores
Código Identificador:4F3A963E

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS
RETIFICAÇÃO CONTRATO - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO NOVO

RETIFICAÇÃO - SÚMULA DE CONTRATO

PROCESSO TIPO: Pregão Nº 83/2025

CONTRATO Nº 63/2025

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DO CHUÍ-RS
CNPJ Nº 01.606.399/0001-11

CONTRATADA:
DINAMICA VEICULOS E LOCAÇÃO LTDA
CNPJ Nº 31.904.952/0001-63

OBJETO:
Veículo de passeio novo: transporte de equipe, gasolina, hidráulico ou elétrico, 4 portas, manual, distância entre eixos de 2.520m, motor de 1.0 a 1.6, trio elétrico, ar-condicionado e na cor branca. Ano modelo 2025-2026. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses para o veículo.

VALOR:
R$ 96.700,00
(noventa e seis mil e setecentos reais)

PAGAMENTO:
30 dias, crédito em conta bancaria

VIGÊNCIA:
05/12/25
05/01/26

Publicado por:
Matheus Ramires Flores
Código Identificador:EE3B9E58

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL BICACO

SECRETARIA DA FAZENDA
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 07/2025 – OBRA DE CONCLUSÃO DA COBERTURA DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA

ATO AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 07/2025 – OBRA DE CONCLUSÃO DA COBERTURA DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA
Objeto: Contratação de empresa para realização de obra de conclusão da cobertura de uma quadra poliesportiva na Escola Rosalina Diniz de Souza no município de Coronel Bicaco/RS. Realizar-se-á dia 22 de dezembro de 2025 às 08h30min, no portal de compras https://www.gov.br/compras/pt-br/. A íntegra do edital encontra-se disponível no site www.coronelbicaco.rs.gov.br.
Coronel Bicaco/RS, 05 de dezembro de 2025.

ARLEU VALADAR MACHADO -
Prefeito

Publicado por:
Marisa Niedermayer
Código Identificador:FF30C17F

SECRETARIA DA FAZENDA
CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO 02/2025

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO 02/2025 – CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE ESPAÇOS DESTINADOS A EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE COMERCIAL NO ESTÁDIO MUNICIPAL OURO VERDE
Credenciamento de pessoas jurídicas para concessão remunerada de uso de espaços destinados a exploração de publicidade comercial no Estádio Municipal Ouro Verde de Coronel Bicaco/RS. Data de início do credenciamento 08 de dezembro de 2025, na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, situada a Rua 14 abril nº86. A íntegra do edital encontra-se disponível no site www.coronelbicaco.rs.gov.br.
Coronel Bicaco/RS, 08 de dezembro de 2025.

ARLEU VALADAR MACHADO -
Prefeito

Publicado por:
Evelise Borges de Souza
Código Identificador:0E406479

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE INSCRIÇÃO PARA INTEGRANTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

EDITAL DE INSCRIÇÃO PARA INTEGRANTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

FERNANDO JUNIOR KNOP DOS SANTOS, presidente da Unidade Gestora do RPPS de Coronel Bicaco/RS, no uso de suas

atribuições que lhe conferem a Lei Nº 5068/2025 de 12 de agosto de 2025 e Regulamento do Comitê de Investimentos, abre Edital para inscrições de integrantes para o **COMITÊ DE INVESTIMENTOS** desse órgão, nos termos seguintes:

Preenchimento de **02 (duas) vagas + CR** (duas vagas para preenchimento imediato e formação de Cadastro Reserva) no Comitê de Investimentos.

Requisitos:
Ser servidor ativo, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município;
Não ser integrante do Conselho Municipal de Previdência;
Não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1ª da Lei Complementar Federal 64/1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar.

Os integrantes **poderão** receber função gratificada (equivalente a 50% do menor padrão do município), observado o limite da taxa de administração), nos termos do art. 43 da Lei Municipal 5.068/2025, se atenderem os seguintes requisitos:
Não sejam detentores de gratificação ou função gratificada;
Estejam aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais;
Que comprovem a presença em pelo menos uma reunião mensal.

São atribuições da referida função, conforme, art.44 da Lei nº 5.068/2025):
I - Garantir a elaboração da política anual de investimentos, manifestando-se sobre a proposta elaborada e encaminhando-a para aprovação pelo Conselho Municipal de Previdência;
II - Avaliar e acompanhar a aplicação da política de gestão de investimentos, manifestando-se sobre as alterações propostas pelo Gestor Administrativo e Financeiro, ou pelo Conselho Municipal de Previdência;
III - Avaliar propostas de investimentos, submetendo-as aos órgãos competentes para deliberação;
IV - Emitir parecer, com base em estudo técnico atuarial, relativamente a propostas que digam respeito a alterações do plano de custeio, com vistas a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência do Município, a ser analisado pelo Conselho Municipal de Previdência;
V - Subsidiar o Conselho Municipal de Previdência de informações necessárias às suas tomadas de decisões;
VI - Acompanhar e analisar o mercado financeiro, inclusive quanto ao grau de risco das operações, reportando ao Conselho Municipal de Previdência qualquer situação de risco elevado;
VII - Definir sobre novas aplicações e realocações de recursos, observados os limites estabelecidos pela legislação federal e a aderência dos investimentos à política de investimentos aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência;
VIII - Definir sobre os resgates necessários para o pagamento de benefícios ou despesas administrativas, zelando pelo cumprimento da meta atuarial;
IX - Analisar os cenários macroeconômicos, observando os possíveis reflexos no patrimônio;
X - Propor estratégias de investimentos para um determinado período, reavaliando-as em decorrência de fatos conjunturais relevantes;
XI - Acompanhar a política de investimentos, podendo sugerir adequações, para aprovação pelo Conselho Municipal de Previdência;
XII - Elaborar seu regimento interno, submetendo-o a aprovação pelo Conselho Municipal de Previdência; e
XIII - Conduzir quaisquer outros assuntos necessários para assegurar a prudência e eficiência em relação à política de investimento aprovada.

A escolha dos novos integrantes do Comitê de Investimentos se dará através de votação do Conselho Deliberativo do RPPS, sendo critério de desempate:
Ser servidor vinculado às áreas administrativas e contábeis;
Possuir a certificação e habilitação específica;
Possuir formação superior;
Possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;
O servidor que tiver maior nota na prova de certificação especifica.

Período de inscrições: **08/12/2025 a 15/12/2025**, com a gestora do RPPS, sra. Elaine Richert.

A inscrição se dará mediante requerimento do servidor, endereçado ao Presidente do RPPS, acompanhado das certidões específicas (alvará de folha corrida, certidões criminais do TJRS de 1º e 2º graus, certidões criminais da Justiça Federal (1º e 2º graus), certidão de crimes eleitorais (site TSE), certidão para fins eleitorais – Lei da Ficha Limpa (site STJ).

Se o postulante verificar que possui diferencial a ser considerado como critério de escolha, previsto no item 5, itens “b” a “e”, do presente edital, deverá informar no requerimento e anexar os respectivos comprovantes, sob pena de ser não considerado.

As questões omissas serão resolvidas pelo Conselho Deliberativo do RPPS.

Coronel Bicaco/RS, 05 de Dezembro de 2025.

FERNANDO JUNIOR KNOP DOS SANTOA
Presidente RPPS de Coronel Bicaco/RS

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:BE1AF7B6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 483/2025

PORTARIA Nº 483/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Concede Prêmio Assiduidade.

ARLEU VALADAR MACHADO, Prefeito de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando disposto no Art. 93 da Lei Municipal 1543/2002, de 24 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal 4314/2018, de 18 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Prêmio Assiduidade aos servidores aniversariantes do mês de dezembro, conforme segue abaixo:

Nome	Cargo	Período	Percentil
Adriano Vieira	Agente Tributário	24/01/2024 a 23/01/2025	20%
Ana Paula Moreira	Professora	03/08/2024 a 02/08/2025	30%
Ana Rubia Barcelos Martins	Merendeira	01/08/2024 a 31/07/2025	20%
Daniela Gartner Rigodanzo	Motorista	27/05/2024 a 26/05/2025	30%
Elisandra Enderle da Cruz	Tesoureira	01/12/2024 a 30/11/2025	30%
Eliziane Hermel da Silva	Professora	13/03/2024 a 12/03/2025	30%
Isabel Bueno de Lima	Servente	22/08/2024 a 21/08/2025	30%
Joceli Fátima das Chagas	Atendente de Creche	01/08/2024 a 31/07/2025	20%
Jocelia da Silva Kuhne	Professora	04/08/2024 a 03/08/2025	30%
Lidiane Fonseca dos Santos	Telefonista	01/02/2024 a 31/01/2025	20%
Lindamir de Lourdes Barcelos	Professora	17/03/2024 a 16/03/2025	20%
Manoel João Barcellos Garcia	Motorista	04/07/2024 a 03/07/2025	20%
Mara Elenir da Silva	Tec. em Enfermagem	25/03/2024 a 24/03/2025	30%
Marli Bresolin Plazido	Agente Sanitária	24/03/2024 a 24/03/2025	20%
Natália Cristina Kochenborger	Agente Administrativo	26/06/2024 a 25/06/2025	20%
Neri Dilomar Wagner	Motorista	05/03/2024 a 04/03/2025	20%
Paulo Cesar Grabin	Motorista	26/02/2024 a 25/02/2025	30%
Rosimeri de Lima Diniz	Agente Com de Saúde	03/02/2024 a 02/02/2025	30%
Sandro Enélio da Silva	Agente Com de Saúde	22/07/2024 a 21/07/2025	30%
Sara Falabrete	Monitora Educacional	04/06/2024 a 03/06/2025	30%

Art. 2º – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CORONEL BICACO-RS, AOS 05 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

ARLEU VALADAR MACHADO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

FERNANDO JÚNIOR KNOP DOS SANTOS
Secretário da Administração

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:FC837D12

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 484/2025

PORTARIA Nº 484/2025, 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

Retifica o artigo 1º da Portaria nº 433/2025.

ARLEU VALADAR MACHADO, Prefeito de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais ao conhecimento, nos termos dos artigos 157, 158 e 164 e seguintes, todos da Lei Municipal 1543, de 24 de setembro de 2002 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais,
CONSIDERANDO a necessidade de retificação do artigo 1º da Portaria nº 433/2025, de 24 de outubro de 2025, a fim de corrigir a classificação do procedimento instaurado;
RESOLVE:
Art. 1° - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº 433/2025, de 24 de outubro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1° – DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL a fim de realizar um levantamento da realidade local, em especial quanto aos locais com maior incidência de criação de animais para subsistência.
Parágrafo único – A comissão ora nomeada deverá emitir conclusão sugerindo soluções, levando em consideração o interesse público, a cultura local, bem como a necessidade ou não de eventual alteração na legislação para permitir a criação de animais no perímetro urbano para subsistência.
Art. 2º – Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 433/2025.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DE CORONEL BICACO-RS, AOS 05 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

ARLEU VALADAR MACHADO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

FERNANDO JÚNIOR KNOP DOS SANTOS
Secretário da Administração

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:709A23C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 251/2025.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: SUPERMERCADO MF SCUSSEL LTDA
CNPJ Nº 04.365.216/0001-01
FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, Art. 75, Lei Federal n° 14.133/21.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para realização de oficina com famílias do Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) acompanhadas pelo CRAS, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.
VALOR: R$ 3.166,00 (três mil cento e sessenta e seis reais)

Cotiporã, 05 de dezembro de 2025.

JOSÉ CARLOS BREDA
Prefeito

Publicado por:
Andrielle Zonta
Código Identificador:15D2D70E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 252/2025.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: ARGETEK COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
CNPJ Nº 29.892.071/0001-28
FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, Art. 75, Lei Federal n° 14.133/21.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva no equipamento de demarcação viária pertencente à Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Saneamento.
VALOR: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)

Cotiporã, 05 de dezembro de 2025.

JOSÉ CARLOS BREDA
Prefeito

Publicado por:
Andrielle Zonta
Código Identificador:FC4C4473

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 253/2025.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 253/2025.
CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
CNPJ Nº 87.124.582/0001-04
FUNDAMENTO LEGAL: Inciso IX, Art. 75, Lei Federal n° 14.133/21.
OBJETO: Prestação de serviço de porta túnel de internet individual para Acesso à rede RS(IP-Internet Protocol) de comunicação de dados administrada pela Procergs
VALOR: R$ 19,73(dezenove reais e setenta e três reais) mensal

Cotiporã, 05 de dezembro de 2025.

JOSÉ CARLOS BREDA
Prefeito

Publicado por:
Letícia Frizon
Código Identificador:9A076675

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO EDITAL N.º 01/2025

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
EXTRATO DO EDITAL N.º 01/2025
O **Município de Cotiporã**, representado pelo Prefeito Sr. José Carlos Breda, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO a realização de CONCURSO PÚBLICO, sob Regime Estatutário, para provimento de vagas legais e formação de Cadastro Reserva (CR) do Quadro Geral dos Servidores do Município, com a execução técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Carreiras Públicas e Desenvolvimento Institucional – Instituto Legalle, inscrito no CNPJ sob o nº 51.722.432/0001-47, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e nas demais disposições legais vigentes.
CARGOS PÚBLICOS: Assistente Administrativo, Assistente Social 20h, Assistente Social 30h, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Educação Infantil 20h, Auxiliar de Educação Infantil 40h, Auxiliar em

Saúde Bucal, Contador, Enfermeiro 40h, Engenheiro Civil, Fiscal Ambiental, Fiscal Sanitário, Fiscal Tributário, Fisioterapeuta 30h, Fonoaudiólogo, Mecânico, Merendeira, Monitor Escolar I 40h, Monitor Escolar II 20h, Monitor Escolar II 40h, Motorista, Odontólogo 40h, Operador de Máquinas, Operário, Nutricionista 30h, Professor/Graduação, Psicólogo 20h, Psicólogo 40h, Psicopedagogo, Secretário de Escola, Técnico em Enfermagem, Técnico em Manutenção, Turismólogo e Tesoureiro.
CRONOGRAMA: Publicação do Edital do Concurso Público: 08/12/2025; Período de inscrições pela internet, através do site:*www.institutolegalle.org.br* de 08/12/2025 a 06/01/2026, até 18h; Aplicação da Prova Teórico-Objetiva: 29/03/2026; Aplicação da Prova de Títulos: de 23/04/2026 a 27/04/2026; Aplicação da Prova Prática: 03/05/2026 e, Homologação dos Resultados Finais: A partir de 13/05/2026.
DIVULGAÇÃO: É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e/ou comunicados referentes a este Concurso Público publicados na internet, no site do Instituto Legalle: *www.institutolegalle.org.br* e do Município: *www.cotipora.rs.gov.br*.

Cotiporã, 08 de dezembro de 2025.

JOSÉ CARLOS BREDA,
Prefeito Municipal de Cotiporã/RS.

Publicado por:
Letícia Frizon
Código Identificador:376FA82C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO EDITAL N.º 01/2025

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS
MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
EXTRATO DO EDITAL N.º 01/2025
O **Município de Cotiporã**, representado pelo Prefeito, Sr. José Carlos Breda, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO a realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, sob Regime da CLT, para provimento de vagas legais e formação de Cadastro Reserva (CR) do Quadro Geral dos Servidores do Município, com a execução técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Carreiras Públicas e Desenvolvimento Institucional – Instituto Legalle, inscrito no CNPJ sob o nº 51.722.432/0001-47, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e nas demais disposições legais vigentes.
EMPREGOS PÚBLICOS: Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias, Fisioterapeuta, Nutricionista e Terapeuta Ocupacional.
CRONOGRAMA: Publicação do Edital do Processo Seletivo Público: 08/12/2025; Período de inscrições pela internet, através do site:*www.institutolegalle.org.br* de 08/12/2025 a 06/01/2026, até 18h; Aplicação da Prova Teórico-Objetiva: 29/03/2026; e, Homologação dos Resultados Finais: A partir de 23/04/2026.
DIVULGAÇÃO: É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e/ou comunicados referentes a este Processo Seletivo Público publicados na internet, no site do Instituto Legalle: *www.institutolegalle.org.br* e do Município: *www.cotipora.rs.gov.br*.

Cotiporã, 08 de dezembro de 2025.

JOSÉ CARLOS BREDA
Prefeito Municipal de Cotiporã/RS.

Publicado por:
Letícia Frizon
Código Identificador:D69D8D6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 417, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: SUPERMERCADO MF SCUSSEL LTDA
CNPJ Nº 04.365.216/0001-01
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para realização de oficina com famílias do Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) acompanhadas pelo CRAS, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.
VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 251/2025.
FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, Art. 75, Lei Federal n° 14.133/21.
PRAZO/VIGÊNCIA: 15 (quinze) dias
VALOR: R$ 3.166,00 (três mil cento e sessenta e seis reais)

Cotiporã, 05 de dezembro de 2025.

ELISANDRA SCUSSEL
Sec. Municipal de Administração

Publicado por:
Andrielle Zonta
Código Identificador:239DD2CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 418, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 418, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025
CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
CNPJ Nº 87.124.582/0001-04
OBJETO: Prestação de serviço de porta túnel de internet individual para Acesso à rede RS(IP-Internet Protocol) de comunicação de dados administrada pela Procergs.
VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 253/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Inciso IX, Art. 75, Lei Federal n° 14.133/21.
PRAZO/VIGÊNCIA: 60 meses
VALOR: R$ 19,73(dezenove reais e setenta e três reais)

Cotiporã, 05 de dezembro de 2025.

ELISANDRA SCUSSEL
Sec. Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Frizon
Código Identificador:5FC469E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 419, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: ARGETEK COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
CNPJ Nº 29.892.071/0001-28
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva no equipamento de demarcação viária pertencente à Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Saneamento.
VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 252/2025.
FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, Art. 75, Lei Federal n° 14.133/21.
PRAZO/VIGÊNCIA: 20 (vinte) dias
VALOR: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)

Cotiporã, 05 de dezembro de 2025.

ELISANDRA SCUSSEL
Sec. Municipal de Administração

Publicado por:
Andrielle Zonta
Código Identificador:0C9BA07E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LICITAÇÃO COMPARTILHADA Nº 205/2025 PREGÃO ELETRÔNICO - CIRAU 018/2025

MUNICÍPIO DE COXILHA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
LICITAÇÃO COMPARTILHADA Nº 205/2025
PREGÃO ELETRÔNICO - CIRAU 018/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA/RS
CONTRATADAS: GARBIN & BERGAMO LTDA EPP E FM PNEUS LTDA
VALOR DO PROCESSO: R$ 43.936,71 (QUARENTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E TRINTA E SEIS REAIS COM SETENTA E UM CENTAVOS).
OBJETO: RECAPAGEM DE PNEUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COXILHA, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI (CIRAU).
INICIO: 05/12/2025 VIGÊNCIA: 05/12/2026
COXILHA/RS, 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:AC391EE2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 172/2025

Contrato N° 172/2025
Licitação: 35/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL
Contratada: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A INFANCIA E A ADOLESCENCIA - POUSADA DA CRIANCA.
Valor: 116.817,00
Vigência: Início: 08/12/2025 Término: 08/12/2026
Objeto da Contratação: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ADOLESCENTE DKG DE ACORDO COM A EXECUÇÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE Nº 50001767-98.2024.8.21.0094.

Crissiumal, 04 de Dezembro de 2025.

MARCO AURÉLIO NEDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:CCC2CBBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 021/2025

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 021/2025: O município de Crissiumal torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade *concorrência presencial*, cujo objeto é a ***contratação de empresa especializada para execução do projeto de banheiros na Praça 25 de Julho conforme memorial descritivo e demais anexos***. Data da abertura das propostas no dia **22 de dezembro 2025 às 08:30 horas**. Edital e informações pelo fone: 55 3524 1180, via e-mail: licitacoes@crissiumal-rs.com.br ou pelo site: www.crissiumal-rs.com.br**.**

Crissiumal, 05 de dezembro de 2025.

MARCO AURÉLIO NEDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:A436B36B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 129/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 129/2025: O município de Crissiumal torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade *Pregão Eletrônico*, cujo objeto é o *registro de preços unitários para a* ***contratação de empresa especializada para elaboração de PPCIs e aquisição de respectivos materiais***. Data da abertura das propostas no dia **23 de dezembro 2025 às 08:30 horas**. Certame e Edital: https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Crissiumal, 05 de dezembro de 2025.

MARCO AURÉLIO NEDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:71F63120

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 273/2024

Contrato nº: 273/2024
Dispensa: 2100/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL
Contratada: USE COMÉRCIO E CONSULTORIA EM TELEFONIA LTDA
Valor: R$ 18.719,30
Vigência: Início: 06/12/2025 – Término: 05/12/2026
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação de prazo e reajuste de valores do contrato referente à contratação de sistema de rastreamento veicular, com tecnologia 4G e plataforma com acesso em tempo real, com equipamentos em comodato.

Crissiumal, 04 de dezembro de 2024.

MARCO AURÉLIO NEDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:388D2D17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 289/2024

Contrato nº: 289/2024
Licitação: Concorrência Presencial nº 030/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL
Contratada: BOA FÉ CONSTRUÇÕES LTDA – EPP
Valor: Sem alteração
Vigência do Aditivo: 10/12/2025 a 24/01/2026
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo contratual relativo à contratação de serviços com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma do Museu Municipal.

Crissiumal, 04 de dezembro de 2025.

MARCO AURÉLIO NEDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:E63842A1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DERRUBADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 043, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

Convoca os candidatos inscritos para a realização da prova objetiva, do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas temporárias junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, consoante ao Edital nº 038/2025 e dá outras providências.

MIRO MÜLBEIER, Prefeito Municipal de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, CONVOCA os candidatos inscritos para a realização da prova objetiva, do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas temporárias junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, referente ao Edital nº 038/2025, a ser realizada na data, local e horário abaixo:

Data da Prova: 06/12/2025
Local da Prova: Escola Municipal de Ensino Fundamental Salto Grande.
Endereço: Rua Passo Fundo, nº 243 – Centro – Derrubadas/RS
Ingresso nas salas de prova: das 07h30min às 08h
Início das provas: 08h30min
Término das Provas: 11h30min (duração 3 horas)

As provas objetivas terão ao total 20 (vinte) questões, sendo: 5 (cinco) de português, 5 (cinco) de matemática, 5 (cinco) de legislação municipal e 5 (cinco) de conhecimentos específicos do cargo.

Para realização da prova objetiva o candidato deverá OBRIGATORIAMENTE apresentar um documento de identificação com foto, caneta esferográfica preta ou azul. Será permitido levar garrafa com água, mas deve estar sem rótulo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas/RS, 04 de dezembro de 2025.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito de Derrubadas

Registre-se e Publique-se.
Aos 04/12/2025.

Publicado por:
Ramon Ulisses Agnoletto
Código Identificador:2F7626A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 049, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPEDE, institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência FUMPEDE, e dá outras providências.

MIRO MÜLBEIER, Prefeito Municipal de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:
Art. 1º Fica criado, no âmbito do Município de Derrubadas/RS, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPEDE, órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo, consultivo, fiscalizador e paritário, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social, com a finalidade de propor, fiscalizar e monitorar as políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, assegurando o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos da Pessoa com Deficiência, na forma da Lei Orgânica de Assistência Social, Lei nº 8.742 de 07.12.1993.
Art. 2º Compete ao COMPEDE estabelecer diretrizes que visem a implementação dos planos e programas de apoio às pessoas com deficiência, propondo medidas de defesa dos seus direitos, articulação e fiscalização de políticas públicas.
Art. 3º Compete ao COMPEDE:
I - Propor diretrizes para a formulação e implementação das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência;
II - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução das politicas públicas para esse segmento;
III - Estimular a participação da sociedade civil na formulação e acompanhamento das ações;
IV - Estimular e apoiar a realização de estudos e pesquisas sobre a temática da deficiência;
V - Zelar pela integração intersetorial das ações governamentais;
VI - Promover a articulação entre órgãos públicos e entidades da sociedade civil;
VII - Fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
VIII - Deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FUMPEDE;
IX - Aprovar o plano de aplicação dos recursos do FUMPEDE;
X - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
XI - Exercer outras atribuições compatíveis com sua finalidade.
Art. 4º O COMPEDE será composto por número paritário, sendo 08 (oito) membros titulares, com igual número de suplentes, representantes do Poder Público e da sociedade civil, cabendo cada entidade indicar seus representantes.
§1° Representantes do Poder Público:
I- 01 representante da Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social;
II-01 representante da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;
III-01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
IV-01 representante da Secretaria Municipal de Administração.
§2º Representantes da Sociedade Civil:
I - 01 representante do Grupo de Idosos;
II - 01 representante de Igreja;
III - 01 representante do Sindicato dos Servidores Municipais;
IV - 01 representante da Escola Estadual de Ensino Médio Getúlio Vargas de Derrubadas.
§3° Os membros do Conselho serão nomeados por ato do Prefeito Municipal com mandato de dois anos, permitida uma recondução.
§4° A função de conselheiro será considerada serviço público relevante, não remunerada.
Art. 5º O funcionamento do COMPEDE será estabelecido, em seu Regimento Interno, respeitando as seguintes disposições:
I - As plenárias serão públicas e abertas à participação de todo e qualquer cidadão;
II - As suas decisões serão divulgadas através dos órgãos competentes;
III - As deliberações das plenárias serão registradas em livro de atas, disponíveis para consulta pública.
Art. 6º O COMPEDE terá a seguinte estrutura:
I - Plenária Geral;
II - Núcleo Gestor.

Art. 7° A Plenária Geral é o órgão deliberativo do COMPEDE, necessitando a presença de dois terços (2/3) de seus integrantes para a validade das suas deliberações nos termos do seu Regimento Interno.

Parágrafo Único. A Plenária Geral será composta por todos os integrantes do Conselho e reunir-se-á ordinariamente a cada semestre, e extraordinariamente por convocação do Núcleo Gestor ou da maioria absoluta de seus membros, sempre que houver necessidade, respeitando o horário convencionado das reuniões ordinárias.

Art. 8° Núcleo Gestor será constituído pelo Presidente, Vice Presidente e Secretário, escolhidos entre os membros do Conselho, conforme disposto no Regimento Interno.

Parágrafo Único. Ao Núcleo Gestor, além das atribuições do Regimento Interno, compete;
I - Dirigir as reuniões da Plenária Geral;
II - Encaminhar as decisões e resoluções da Plenária Geral;
III - Representar o Conselho em todas as instâncias governamentais e não governamentais.

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 9° Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - FUMPEDE, instrumento de captação e aplicação de recursos, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social, destinado a financiar programas, projetos e ações voltadas à promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.
Art. 10 Constituem receitas do FUMPEDE:
I - Recursos orçamentários do Município:
II - Doações, auxílios, subvenções e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;
III - Transferências da União, Estado ou outros entes federativos;
IV - Receitas advindas de convênios e parcerias;
V - Rendimentos de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;
VI - Outras receitas que lhe forem destinadas:
Art. 11 A gestão administrativa e financeira do FUMPEDE caberá à Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social, cabendo ao COMPEDE o controle e a deliberação sobre a aplicação dos recursos.
Art. 12 Os recursos do FUMPEDE serão utilizados segundo plano de aplicação aprovado pelo COMPEDE, ações que assegurem os direitos da pessoa com deficiência, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), observadas as prioridades do COMPEDE e legislação orçamentária vigente, atendendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Parágrafo Único. Os recursos que compõem o FUMPEDE serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial e específica sob a denominação "Fundo Municipal das Pessoas com Deficiência - FUMPEDE".
Art. 13 Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em relação ao FUMPEDE:
I - Acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo;
II - Avaliar e aprovar os balancetes periódicos e o balanço anual do Fundo;
III - Fiscalizar os programas desenvolvidos com os recursos do Fundo;
IV - Elaborar o Plano de Aplicação dos recursos.
Art. 14 O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias, inclusive quanto ao funcionamento do COMPEDE e à operacionalização do FUMPEDE.
Art. 15 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas, 04 de dezembro de 2025.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito de Derrubadas

Registre e publique-se.
Aos 04/12/2025.

LUIS CARLOS SEFFRIN
Secretário Municipal de Administração.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS - PROJETO DE LEI Nº 049/2025
Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPEDE, institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência FUMPEDE, e dá outras providências.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Ilustres Vereadores que compõem esta Casa Legislativa.

O presente Projeto de Lei visa instituir a Politica Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Município de Derrubadas/RS, estabelecendo diretrizes e instrumentos para a promoção, proteção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, em conformidade com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009), e com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
A proposta justifica-se pela necessidade de sistematizar e fortalecer, em âmbito municipal, as ações voltadas à inclusão social, acessibilidade, autonomia e participação plena das pessoas com deficiência. Atualmente, o município carece de um marco legal específico que norteie políticas públicas integradas e permanentes voltadas a essa população, dificultando a consolidação de direitos e a articulação intersetorial.
A criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência possibilita o controle social e a participação efetiva da sociedade civil na formulação, fiscalização e avaliação das políticas públicas voltadas ao segmento, promovendo a transparência e a democratização da gestão pública.
Adicionalmente, a instituição do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência representa um importante instrumento para garantir a captação, gestão e aplicação de recursos financeiros destinados ao custeio e financiamento das ações e programas definidos no âmbito da política municipal.
A proposta é tecnicamente viável, juridicamente fundamentada e socialmente necessária, considerando os princípios da dignidade da pessoa humana, da equidade e da inclusão social. Sua aprovação representará um avanço significativo na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência em Derrubadas/RS, promovendo o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e acessível para todos.
Contamos com a sensibilidade dos nobres vereadores para a célere aprovação desta proposição, em benefício direto da nossa comunidade, especialmente diante da necessidade de encaminhamento de documentos ao Estado e União, ainda no decorrer deste mês de dezembro, para fins de habilitação em projetos e ações de interesse desta municipalidade.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DERRUBADAS, 04 de dezembro de 2025.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito de Derrubadas

Publicado por:
Ramon Ulisses Agnoletto
Código Identificador:FCBE07C0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES

SECRETARIA MUN DA FAZENDA
EXTRATO CONTRATO

Processo Administrativo nº 75/2025
Dispensa de Licitação nº 23 /2025

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS NO MUNICIPIO DE DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES/RS.**

CONTRATO Nº 62/2025- VISÃO PESQUISAS DE OPINIAO LTDA, inscrito no CNPJ n° 07.331.137/0001-78.

Vigência: 05/12/2025 até 90 dias.

MAURO PROCÓPIO FORTES DE QUADROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana da Silva Dallabrida
Código Identificador:34133719

SECRETARIA MUN DA FAZENDA
EXTRATO CONTRATO

Processo Administrativo nº 76/2025
Dispensa de Licitação nº 24 /2025

Objeto: **AQUISIÇÃO DE ENFEITES NATALINO PARA ORNAMENTAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL E PRAÇA MUNICIPAL JOÃO ALBERTO DE OLIVEIRA DO MUNICIPIO DE DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES/RS.**

CONTRATO Nº 63/2025- LUZES & DECOR LTDA, inscrito no CNPJ n° 19.786.942/0001-75.

Vigência: 05/12/2025 até 30 dias.

MAURO PROCÓPIO FORTES DE QUADROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana da Silva Dallabrida
Código Identificador:F3385515

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS LAJEADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E DESPORTO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2025

O Município de Dois Lajeados torna pública a realização da seguinte licitação: Concorrência Eletrônica n° 004/2025, cujo objeto é a reforma do Centro de Eventos João de Pizzol no município de Dois Lajeados, com fornecimento de material e mão-de-obra, conforme Contrato de Repasse n° 973420/2024 e Operação nº 1099828-03, celebrado entre o Município de Dois Lajeados e a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e contrapartida do Município. Início do recebimento de propostas às 14h do dia 09/12/2025 e término às 07h59min do dia26/12/2025. Data e horário da sessão virtual: 26/12/2025, às 08h. Endereço virtual: www.bllcompras.org.br.Edital e maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (54) 3471-1122 – Ramal 4. Edital e anexos estão disponíveis no site: www.doislajeados.rs.gov.br, no Portal da Transparência, nas abas Licitações e/ou Publicação de Editais de Licitações / Ano 2025 ou www.bllcompras.org.br. Dois Lajeados, RS, 05 de dezembro de 2025.

FABIANA GIACOMIN,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Juliana Denardi
Código Identificador:6C554EFE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM FELICIANO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contratante: Câmara de Vereadores de Dom Feliciano;
Contratada: Alberto A. Balczarek, CNPJ nº 92.342.229/0001-22.
Objeto: Aquisição de pastilhas de freio e serviço de montagem para o veículo automotor pertencente a Câmara Municipal de Vereadores de Dom Feliciano.
Valor: R$ 300,00 (Trezentos reais).

Dom Feliciano - RS, 04 de dezembro de 2025.

JOSÉ JAIRO WOLOWSKI
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Camila Daiane Oliveira da Silva
Código Identificador:DD4AB6AA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
EXTRATO CONTRATUAL

– MR COMERCIO SERVIÇOS TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA– CNPJ nº 19.129.945/0001-36 Termo aditivo nº 001/2025. Contrato Administrativo nº 330/2025– Pregão Eletrônico – Adição de Quantidade e Valor, aditando o valor de R$ 728,01. Assinatura: 05/12/2025.

LAURI JOSÉ ELY
Prefeito

Publicado por:
Marciane Tais Ames
Código Identificador:200A4FCD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL

PROCURADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ANULAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 13.25

ANULAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2025
O Município de Eldorado do Sul torna público a anulação, do edital acima referido.

Secretaria de Obras e Infraestrutura

Publicado por:
Rosa Maria Cordeiro Sanches
Código Identificador:A588FB07

PROCURADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ANULAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 48.25

ANULAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2025
O Município de Eldorado do Sul torna público a anulação, do edital acima referido.

Secretaria de Obras e Infraestrutura

Publicado por:
Rosa Maria Cordeiro Sanches
Código Identificador:134B65A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO SUL

SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUMULA DE CONTRATOS 8ªPAGINA

SÚMULA DE CONTRATOS- 8ª pagina-novembro/25

Contratante: Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul.
Contratada: ADC4 INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA
Contrato Adm.: 228/2025
Edital de Licitação Modalidade: Pregão Presencial nº015/2025
Objeto: aquisição de mochilas escolares para os alunos da rede pública municipal de ensino.
Valor: 14.949,15
Data Assinatura: 09.10.25

Entre Rios do Sul-RS, 30 de Novembro de 2025.

IRSON MILANI -
Prefeito

Publicado por:
Carla Lizane Chaves Katafesta
Código Identificador:FA3CE320

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico (Lei 14.133)Nº 216/2025 Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de PPCI junto a EMEI São Cristóvão, através da Secretaria Municipal de Educação, com Recursos Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR e Recursos não Vinculados de Impostos. Abertura:29/12/2025 às 08:30 horas através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital está à disposição dos interessados nos seguintes endereços eletrônicos: www.pmerechim.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.gov.br/pncp/pt-br. Erechim, 05 de dezembro de 2025.

ALINE DA COSTA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Andressa Carla Camilotto
Código Identificador:366FF833

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico (Lei 14.133)Nº 227/2025 Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, através da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Administração com Recursos não Vinculados de Impostos, EXCLUSIVO ME/EPP. Abertura: 30/12/2025 às 08:30 horas através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital está à disposição dos interessados nos seguintes endereços eletrônicos: www.pmerechim.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.gov.br/pncp/pt-br. Erechim, 05 de dezembro de 2025.

ALINE DA COSTA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Andressa Carla Camilotto
Código Identificador:90A1C12C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO.Pregão Eletrônico (Lei 14.133)Nº 203/2025 Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecer serviços de saúde remota, telemedicina, incluindo profissionais médicos para realização de consultas, através da Secretaria Municipal de Saúde com Recursos não Vinculados de Impostos. Abertura: 05/01/2026 às 08:30 horas através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital está à disposição dos interessados nos seguintes endereços eletrônicos: www.pmerechim.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.gov.br/pncp/pt-br. Erechim, 05 de dezembro de 2025.

ALINE DA COSTA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Andressa Carla Camilotto
Código Identificador:1C836856

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETOS

Aline da Costa, Secretária Municipal de Administração, torna público que foram expedidos os seguintes Decretos:

DECRETO N.º 6.072, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025 – Altera o Decreto n.º 5.832/2025, que Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Saúde.
DECRETO N.º 6.073, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber, através de doação sem encargos, bens móveis para sorteio em comemoração ao Novembro Azul.

Erechim/RS, 05 de dezembro de 2025.

ALINE DA COSTA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
William Dino Castanho
Código Identificador:E65932B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA EXCETO PEQUENO VALOR, Nº 724/2025, PROCESSO 32670/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS; CONTRATADA: **R.M.C. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO LTDA.** Aquisição de materiais de construção, devido a situação de emergência conforme Decreto 6.067 de 23 de Novembro de 2025, para atender as famílias afetadas pelo Temporal de Granizo.. Valor total de R$ **1.575.100,00**. Fundamento Art. 75, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21. Ato de Autorização em 04/12/2025.

EDGAR MARMENTINI,
Secretário Municipal de Gestão e Governança.

Publicado por:
Jenifer Cieslak
Código Identificador:EC15DED2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA EXCETO PEQUENO VALOR, Nº 725/2025, PROCESSO 32668/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS; CONTRATADA: **COMÉRCIO E TRANSPORTES GRIEBLER LTDA.** Aquisição de materiais de construção, devido a situação de emergência conforme Decreto 6.067 de 24 de Novembro de 2025, para atender as famílias afetadas pelo Temporal de Granizo. Valor total de **R$19.200,00**. Fundamento Art. 75, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21. Ato de Autorização em 04/12/2025.

EDGAR MARMENTINI,
Secretário Municipal de Gestão e Governança.

Publicado por:
Jenifer Cieslak
Código Identificador:26B83870

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA EXCETO PEQUENO VALOR, Nº 726/2025, PROCESSO 32667/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS; CONTRATADA: **J.R. COMÉRCIO DE CIMENTO E CONCRETO LTDA*.** Aquisição de materiais de construção, devido a situação de emergência conforme Decreto 6.067 de 23 de Novembro de 2025, para atender as famílias afetadas pelo Temporal de Granizo. Valor total de **R$1.838.470,00**. Fundamento Art. 75, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21. Ato de Autorização em 04/12/2025.

EDGAR MARMENTINI,
Secretário Municipal de Gestão e Governança.

Publicado por:
Jenifer Cieslak
Código Identificador:F0F95A3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA EXCETO PEQUENO VALOR, Nº 727/2025, PROCESSO 32638/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS; CONTRATADA: **COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA.** Aquisição de materiais de construção, devido a situação de emergência conforme Decreto 6.067 de 24 de Novembro de 2025, para atender as famílias afetadas pelo Temporal de Granizo.. Valor total de **R$924.000,00**. Fundamento Art. 75, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21. Ato de Autorização em 04/12/2025.

EDGAR MARMENTINI,
Secretário Municipal de Gestão e Governança.

Publicado por:
Jenifer Cieslak
Código Identificador:6360AB15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA EXCETO PEQUENO VALOR, Nº 728/2025, PROCESSO 32666/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS; CONTRATADA: **CAMPMED SOLUÇÃO EM PRODUTOS PARA SAUDE LTDA e CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA*.** Aquisição de curativos cancelados no PE 147/2025. Valor total de R$**10.000,00**. Fundamento Art. 75, inc. III, alínea "b" da Lei n° 14.133/21. Ato de Autorização em 04/12/2025.

VIANEI RÓBINSON MUELLER,
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Jenifer Cieslak
Código Identificador:1429B58C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA EXCETO PEQUENO VALOR, Nº 736/2025, PROCESSO 32825/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS; CONTRATADA: **MASTER ATS SUPERMERCADOS LTDA.** Aquisição emergencial de água mineral. Valor total de **R$45.000,00**. Fundamento Art. 75, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21. Ato de Autorização em 05/12/2025.

EDGAR MARMENTINI,
Secretário Municipal de Gestão e Governança.

Publicado por:
Jenifer Cieslak
Código Identificador:D055B3C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 276/2025 - EDITAL 299/2025

EDITAL Nº. 299/2025
EDITAL DE CHAMADA DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO

A Secretária Municipal de Administração de Erechim, torna público, para conhecimento dos Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 276/2025, a convocação para Contrato Temporário, para o preenchimento de vaga no Cargo de:

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	
NOME	**CLASSIFICAÇÃO**
1 – Alisson Adilson do Prado	5º Lugar

O candidato chamado deverá comparecer na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Erechim, no prazo de 03 (três) dias, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h, a contar da publicação do presente Edital, nos sites: https://www.diariomunicipal.com.br/famurs e https://www.pmerechim.rs.gov.br/concursos.
No caso de aceitação, para a avaliação do Laudo Admissional, conforme Decreto nº 5.591/2023, é necessário os seguintes exames, por responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a): Avaliação psicológica de aptidão mental, Avaliação Oftalmológica, Audiometria, Eletrocardiograma de repouso, Eletroencefalograma, Hemograma Completo, Hemoglobina Glicada, Tóxicológico Larga Janela (180 dias) para detecção de maconha e derivados; cocaína e derivados; anfetaminas; ecstasy; opiáceos e PCP, Raio X de Coluna Cervical AP+P com laudo, Raio X de Coluna Lombo Sacra AP+P com laudo, Raio X - Tórax PA + P com laudo PA+P, Ultrassonografia de Joelhos Direito e Esquerdo, Ultrassonografia de Ombros Direito e Esquerdo. Estes exames deverão ser entregues dentro do prazo especificado, conforme declaração em anexo.
O não comparecimento ou a falta de pronunciamento do interessado implicará na Exclusão Automática do Processo.
Registre-se e Publique-se.
Erechim,05 de Dezembro de 2025.

ALINE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Didoné Mascarello Galina
Código Identificador:D034CFC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÍNTESE PROCESSO SELETIVO 300/2025 - EDITAL 001/2025

SÍNTESE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 300/2025
EDITAL 001/2025

A Secretária Municipal de Administração de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 5111/2021, torna público, para conhecimento de todos os interessados que estão abertas as inscrições para **Contratação por Tempo Determinado**, através de processo seletivo simplificado, conforme Lei Municipal nº 7.731/2025, como segue:

- ATÉ 40 (QUARENTA) EDUCADORES ASSISTENTES 40H;

O Edital com todas as informações necessárias, encontra-se publicado no site: https://www.pmerechim.rs.gov.br//concursos/96/processos-seletivos-e-contratos-temporarios---2025.
As inscrições serão realizadas nos dias 09/12/2025 a 11/12/2025, na Secretaria Municipal de Educação, Avenida Farrapos, nº 603 - Bairro Centro - Erechim - RS, conforme Item 1 do presente Edital.

Erechim, 05 de Dezembro de 2025.

Registre-se e Publique-se

ALINE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Daiana Carla Bresolin
Código Identificador:EAA4391E

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E ECONOMIA CRIATIVA
HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 018/2025

O Município de Erechim/RS, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Economia Criativa, comunica aos interessados a publicação da homologação do Edital de Chamamento Público nº 018/2025 para a seleção de expositores de Economia Criativa para participação nas Feirinhas de Natal durante a programação do Natal Erechim 2025, conforme segue:
- Cleusa Maria Dienstman de Morais
- Rachel Antunes Moreira Ramos
- Catia Menezes Cobalchini
Erechim, 05 de dezembro de 2025

WALLACE AUGUSTO SOARES
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Economia Criativa

Publicado por:
Giovana Braggio
Código Identificador:37F47081

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL SECO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 17/2025 PROCESSO Nº 118/2025

CONVENIENTE: MUNICIPIO DE ERVAL SECO/RS.
CONVENIADA: CÍRCULO DE PAIS E MESTRES- CPM, DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL OLEGÁRIO FALCÃO

OBJETO: O MUNICÍPIO COMPROMETE-SE A REPASSAR O VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), EM PARCELA ÚNICA, AO CÍRCULO DE PAIS E MESTRES- COM, DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL OLEGÁRIO FALCÃO, COMO AUXÍLIO FINANCEIRO PARA CUSTEAR A REFORMA DA QUADRA DE ESPORTES DA ESCOLA.

O PRAZO DO REPASSE SERÁ ATÉ O MÊS DE MARÇO DE 2026.

VALOR TOTAL: R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REIAS).
VIGÊNCIA: 31/03/2026

EDERSON WINK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Meisner Wegner
Código Identificador:FB68A589

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 20/2025 PROCESSO Nº 117/2025

CONVENIENTE: MUNICIPIO DE ERVAL SECO/RS.
CONVENIADA: SOCIEDADE CULTURAL RECREATIVA SEMPRE ALEGRE- SCRESA

OBJETO: O MUNICÍPIO COMPROMETE-SE A REPASSAR O VALOR DE R$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS), EM PARCELA ÚNICA, A SOCIEDADE CULTURAL RECREATIVA SEMPRE ALEGRE- SCRESA, COMO AUXÍLIO FINANCEIRO PARA QUE A ENTIDADE VIABILIZE A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA
O PRAZO DO REPASSE SERÁ ATÉ O MÊS DE MARÇO DE 2026.

VALOR TOTAL: R$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINEHNTOS REAIS)
VIGÊNCIA: 31/03/2026

EDERSON WINK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Meisner Wegner
Código Identificador:63BAF305

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 23/2025 PROCESSO Nº 121/2025

CONVENIENTE: MUNICIPIO DE ERVAL SECO/RS.
CONVENIADA: LAR SAMARITANO DE ERVAL SECO

OBJETO: O MUNICÍPIO COMPROMETE-SE A REPASSAR O VALOR DE R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), EM PARCELA ÚNICA, AO LAR SAMARITANO DE ERVAL SECO, CONFORM LEI MUNICIPAL 3471/2025.

O PRAZO DO REPASSE SERÁ ATÉ O MÊS DE MARÇO DE 2026.

VALOR TOTAL: R$ R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS).
VIGÊNCIA: 31/03/2026

EDERSON WINK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Meisner Wegner
Código Identificador:6675432C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
EXTRATO DE ATA PE 66-2025

EXTRATO DE ATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 373/2024
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE ÓTICAS PARA CIRURGIA.
ATA Nº 213/2025
CONTRATA: Stan Comercio de Produtos Medicos Ltda.
CNPJ: 38.405.762/0001-40
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 54.269,96 (cinquenta e quatro mil duzentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos).
Vigência: DOZE (12) meses
Data da assinatura: 02/12/2025
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
FSPSCE

Publicado por:
Patricia Viskow de Borba
Código Identificador:3E638E25

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
EXTRATO DE ATA PE 80-2025

EXTRATO DE ATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 708/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE CARNES E DERIVADOS.
ATA Nº 221/2025
CONTRATA: Comercial de Carnes Ter Sorelle Ltda.
CNPJ: 28.494.567/0001-80
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 627.505,50 (seiscentos e vinte e sete mil quinhentos e cinco reais e cinquenta centavos).
Vigência: DOZE (12) meses
Data da assinatura: 03/12/2025
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021

ATA Nº 222/2025
CONTRATA: Canarin Carnes e Alimentos.
CNPJ: 93.702.249/0001-20
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 181.515,00 (cento e oitenta e um mil quinhentos e quinze reais).
Vigência: DOZE (12) meses
Data da assinatura: 03/12/2025
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021

ATA Nº 223/2025
CONTRATA: Natufish Piscicultura Ltda.

CNPJ: 05.255.426/0001-00
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 53.520,00 (cinquenta e três mil quinhentos e vinte reais).
Vigência: DOZE (12) meses
Data da assinatura: 03/12/2025
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
FSPSCE

Publicado por:
Patricia Viskow de Borba
Código Identificador:F2D9E0B4

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
RESULTADO FINAL PE 55/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NO BLOCO CIRÚRGICO EM TODOS OS PROCEDIMENTOS E ESPECIALIDADES.
A Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteiotorna público que se encontra à disposição dos licitantes e demais interessados, nosetor de licitações o **RESULTADO FINAL** do Processo em epígrafe.
FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
FSPSCE

Publicado por:
Luciana Polly
Código Identificador:CC6C8B0D

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ESTEIO - PREV-ESTEIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025
CONTRATANTE: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Esteio - PREV-Esteio.
MODALIDADE: Dispensa de Licitação.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar-condicionado com capacidades de 12.000, 24.000 e 30.000 BTUs.
VALOR: R$ 33.780,00 (trinta e três mil, setecentos e oitenta reais)
CONTRATADA: CONFORT CLIMA - COMÉRCIO E INSTALAÇÃO AR CONDICIONADO LTDA.
CNPJ: 12.144.144/0001-09.

NAHIENE CLOSS DE ANDRADE SILVA
Diretora Geral

Publicado por:
Laiz Mafassioli Machado
Código Identificador:8B890974

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ESTEIO - PREV-ESTEIO
EXTRATO DE ADENDO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 01/2024
Nono Adendo
Tomada de Preços nº 1/2023

Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Esteio – PREV-ESTEIO.
Contratada: SANRAUPP MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ:25.308.286/0001-06
Objeto: Ficam acrescidos aditivos equivalentes a 6,03% referentes a serviços extras e a 1,82% do valor do objeto do contrato. O valor referente aos aditivos e serviços extras é de R$ 193.269,75 (cento e noventa e três mil reais, duzentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos).
Assinatura: 21/11/2025

NAHIENE CLOSS DE ANDRADE SILVA
Diretora Geral

Publicado por:
Laiz Mafassioli Machado
Código Identificador:920B05D4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE DECRETO Nº 8.791 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Abre crédito suplementar no Orçamento da Administração Direta do Município de Esteio.

Prefeitura Municipal de Esteio, 05 de dezembro de 2025.

FELIPE COSTELLA
Prefeito Municipal de Esteio

Publicado por:
Raquel Marques Nunes
Código Identificador:44C7D921

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
EXTRATO DA PORTARIA 9526/2025

Felipe Costella, Prefeito Municipal de Esteio, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,RESOLVE, INDICIAR o servidor Ademilson Zerwes, Motorista, sob matrícula nº 50.621, e Regime Jurídico Estatutário, de acordo com o relatório preliminar da Comissão Permanente de Sindicâncias Investigatórias e de Processos Administrativos Disciplinares e Especiais da Prefeitura Municipal de Esteio (Portaria nº 1981/2022).

Esteio, 05 de dezembro de 2025

FELIPE COSTELLA
Prefeito Municipal de Esteio

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:B35CE1CF

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9436/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Maira Tiele da Silva, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula n° 41802, 01 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 13/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:43B53190

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9437/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Beatriz Alexsandra dos Santos, Agente Comunitário PSF - UT - 9, Estatutário,

matrícula nº 50701, 01 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 14/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:3C2BAC49

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9438/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Simone de Azevedo Moura, Gestor Pedagógico, Estatutário, matrícula nº 47745, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 04/11/2025 até 07/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:774C92AD

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9439/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Daiane de Oliveira Garcia, Agente Comunitário PACS 5, matrícula nº 3934, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 06/11/2025 até 19/12/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:1D2DADB6

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9440/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Liliane Iguariaca Pinto, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula n° 41449, licença por incapacidade temporária para o trabalho, nos períodos de 05/11/2025 até 06/11/2025, 17/11/2025 até 26/11/2025 e 02/12/2025 até 19/12/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:2189E3F4

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9441/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Marlene Fiatte, Professor de Anos Iniciais, Estatutário, matrícula nº 31476, licença por incapacidade temporária para o trabalho, nos dias 06/11/2025, 14/11/2025 e 19/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:F72D6012

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9442/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Fabio Meyr, Vigia, Estatutário, matrícula n° 50249, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 18/11/2025 até 21/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:12504051

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9443/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Angelita Aparecida Nunes Rodrigues, Servente Escolar, Estatutário, matrícula nº 7125, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 16/09/2025 até 15/03/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:1A648151

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9444/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Andreia Farias da Conceição, Servente Escolar, Estatutário, matrícula nº 50666, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 12/11/2025 até 18/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:876DC29A

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9445/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de

07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Marcela Stumpf Ribeiro, Professor de Anos Iniciais, Estatutário, matrícula nº 47843, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 02/12/2025 até 03/12/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

Daniel Jair Grassmann
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:79B232F5

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9446/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Daniela Cristina Cozer Lutz, Professor, Estatutário, matrícula n° 40087, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 25/9/2025 até 06/10/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:DC40B3E0

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9447/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Cristina de Souza Bortolini, Supervisor Escolar, Estatutário, matrícula nº 47026, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 06/11/2025 até 08/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:5C89D6AD

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9448/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Bernardo Lopes Maya de Bem, Professor de Educação Física, Estatutário, matrícula n° 47706, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 21/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:C3018C48

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9449/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Gelson Luiz Ambrosi, Professor Educação Física, Estatutário, matrícula nº 47234, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 24/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:F3189D6D

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9450/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Marisa Antônia Soares Fiuza Mendonça, Assistente Social, Estatutário, matrícula nº 30831, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 18/11/2025 até 19/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:63C6F8FD

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9451/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Josele Regina Kraemer, Professor de Educação Infantil 30h, Estatutário, matrícula nº 47137, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 21/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:FB2D2B91

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9452/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Priscilla Reichel Pereira, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 41358, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 24/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:FAB7B8DA

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9453/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Viviani Silva de Oliveira Barbieri Homem, Técnico em Enfermagem, Estatutário,

matrícula n° 30456, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 21/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:2DB0084B

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9454/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Cristiane Machado Bernardes, Professor Português, matrícula nº 50685, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 21/11/2025 até 22/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:87F555D1

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9455/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Adrise Ferreira de Souza, Professor de Artes, Estatutário, matrícula nº 49087, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 24/11/2025 até 25/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:7FDC284B

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9456/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Leila Borges, Professor de Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 41272, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 24/11/2025 até 27/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:44AE1A63

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9457/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Miriam Hoerlle, Auxiliar de Educador Social, Estatutário, matrícula nº 47965, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 21/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:9FB98BC9

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9458/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Samara Gomes Pinto, Auxiliar de Educação, Estatutário, matrícula n° 31188, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 24/11/2025 até 26/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:31C65641

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9459/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Estela Mares Swiatovy, Professor, Estatutário, matrícula nº 4644, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 24/11/2025 até 25/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:C26DEA14

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9460/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Denise Godoy Ferreira, Servente Escolar, Estatutário, matrícula nº 7159, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 21/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:A21F9DF5

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9461/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Andrea Cristina

de Brito Freire, Servente Escolar, Estatutário, matrícula nº 7152, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 24/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:79CCE6B8

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9462/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Clarice Baldasso, Professor de Anos Iniciais , matrícula nº 47045, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 21/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:7235B791

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9463/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Katiussa Andresa da Silva Guns, Professor de Séries Iniciais, Estatutário, matrículas nº 40341/41788, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 21/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:37D764BA

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9464/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Mara Rejane Leandro de Lima, Professor de História, Estatutário, matrícula nº 45659, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 24/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:3E30C0F0

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9465/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Aline Teixeira dos Santos, Professor de Português, Estatutário, matrícula n° 47900, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 21/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:CD21A3E5

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9466/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Denise Garcia da Silva, Enfermeira, Estatutário, matrícula nº 30018, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 25/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/20211 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:3F4C144C

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9467/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Franciele Campos Borges, Professor de Educação Infantil 36h, Estatutário, matrícula nº 47855, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 12/11/2025 até 13/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:89DEBC77

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9468/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Carla Adriana Rodrigues Fontela, Educador Social, Estatutário, matrícula nº 50734, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 25/11/2025 até 26/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:91FECB36

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9469/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Luciane Abreu Aguiar, Servente, Estatutário, matrícula nº 50418, licença por

incapacidade temporária para o trabalho, no dia 21/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:EE8784EA

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9470/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Ana Paula Domingues Rijo, Agente Comunitário de Saúde, Estatutário, matrícula nº 31665, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 25/11/2025 até 27/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:6052796D

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9471/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Michelle Loskar Souza, Fiscal de Trânsito, Estatutário, matrícula nº 30393, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 22/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:98322A03

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9472/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Ariana da Silva Peirot, Professor de Educação Infantil, matrícula nº 49038, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 24/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:EDF67238

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9473/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Vera Lucia Rocha Vianna, Servente Merendeira, Estatutário, matrícula nº 7234 , licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 25/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:52B9B7B0

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9474/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Carla Soares Roque, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 41172, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 25/11/2025 até 26/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:44BA56F6

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9475/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Laice dos Santos Oliveira, Assistente Social, Estatutário, matrícula 30872, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 24/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:25A08B0D

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9476/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Natcha Priscila Loureiro, Professor de Educação Infantil, Estatutário, matrículas nº 41407/49069, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:632DB22E

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9477/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Alexandra Machado Schaun, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 41302, 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa

da família, partir de 20/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:13D8DE16

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9478/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Cesar Alexandre Parreira da Rosa, Enfermeiro Assistencial, Estatutário, matrícula nº 31542, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 21/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:D3E2F525

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9479/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Denise Garcia da Silva, Enfermeira, Estatutário, matrícula nº 30018, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 26/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/20211 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:34FBB995

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9480/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Gisele Silva Flores, Professor de Matemática, Estatutário, matrícula nº 47827, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 16/11/2025 até 17/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:ECF9472A

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9481/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Dionysius Dias de Mattos, Professor de História, Estatutário, matrícula n° 47076, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 24/11/2025 até 25/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:BCB1C7DB

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9482/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Jaqueline Santos dos Reis, Servente Escolar, Estatutário, matrícula nº 50595, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 24/11/2025 até 25/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:CAC244BF

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9483/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Carlos Alberto Braz Zago, Professor de Educação Física, Estatutário, matrícula nº 46268, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 26/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:5DEBF247

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9484/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Mauro Alberto Machado dos Santos, Servente, Estatutário, matrícula n° 5900, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 25/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:7145915D

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9485/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Wagner dos Santos Chagas, Professor História, Estatutário, matrícula nº 45673, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de

04/11/2025 até 09/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/20211 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:B9749B30

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9486/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Darlaine Ramires Schauer, Professor de Anos Iniciais, Estatutário, matrícula n° 47187, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 03/11/2025 até 09/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:B07A76FE

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9487/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Gislaine Rodrigues Costa, Técnico Enfermagem, Estatutário, matrícula nº 30458, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 25/10/2025 até 04/12/2025 , com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:90EC2E9E

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9488/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Isabel Maria Ramos Martins, Professor Anos Iniciais/Professor Educação Infantil, Estatutário, matrículas nº 41434/47131, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 04/11/2025 até 09/12/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:47AA9896

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9489/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Margueri Regina Rodrigues, Servente Escolar, Estatutário, matrícula nº 7142, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 16/10/2025 até 15/01/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:3F3884F8

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9490/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Juliana Rosa, Técnico de Enfermagem do Trabalho, Estatutário, matrícula nº 31898, 11 (onze) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, sendo 01 (um) dia a partir de 07/11/2025 e 10 (dez) dias a partir de 10/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:840B1E0C

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9491/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Marriene Francisca Machado Picchi Pereira, Agente Comunitário da Saúde, Estatutário, matrícula 31776, 01 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 14/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:9549351E

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9492/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Camila Guntzel, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 41351, por 05 dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir 17/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:DCA79014

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9493/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Gisele Carolina Flores, Professor de Anos Iniciais, Estatutário, matrícula n° 41374, 01 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, a

partir de 12/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:EAA7EE24

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9494/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Thalis Neckel Miguel, Professor Artes Musicais, Estatutário, matrícula n° 46937, 01 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 07/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:BCECFC71

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9495/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Clarice dos Santos, Contínuo, Estatutário, matrícula n° 3297, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 07/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:0510107F

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9496/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Lilian Catieli Chitolina, Educador Social, Estatutário, matrícula nº 50732, 01 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 18/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:10DD34E0

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9497/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Estela Mares Swiatovy, Professor, Estatutário, matrícula nº 4644, 04 (quatro) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 11/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:D72B325A

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9498/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Simone Elisa Bender, Assistente Administrativo, Estatutário, matrícula nº 30858, 01 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 14/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:D7700066

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9499/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Alexandra Machado Schaun, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 41302, 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, sendo 10 (dez) dias a partir do dia 20/11/2025, com remuneração e 20 (vinte) dias a partir de 30/11/2025, sem remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:613B6137

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9500/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Marlene da Cruz Zanetti, Servente Escolar, Estatutário, matrícula n° 7154, a licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 26/11/2025 até 28/11/2025, com remuneração, com base no art. 140, § 2° da Lei Complementar nº 5231/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:81772A83

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9501/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Maria Madalena Wilborn Rodrigues, Técnica de Enfermagem, matrícula nº 30865, Estatutário, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 26/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 -

E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:BEF4B935

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9502/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Magda Beatriz da Silva Ribeiro, Professor, Estatutário, matrícula nº 40129, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 22/11/2025 até 23/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/20211 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:CDBBEA8B

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9503/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Vanessa da Silva Borges, Professor de Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 41370, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 25/11/2025 até 27/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:055759B5

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9504/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Liliane Lindohl Rebelo, Agente Comunitário de Saúde, Estatutário, matrícula nº 31462, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 27/11/2025 até 28/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:12FEFA0D

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9505/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Giane Uczak Ayres, Professora de Educação Infantil, Estatutário, matrícula n°47136, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 28/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:3A02F28D

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9506/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Cheyenne Martins, Servente Escolar, Estatutário, matrícula nº 50622, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 24/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:6A2A1421

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9507/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Kauana Guimaraes Bico, Enfermeiro Assistencial, 40h, Estatutário, matrícula 31883, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 26/11/2025 até 27/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:578CF987

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9508/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Daniela Martins de Oliveira, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 41100, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 15/09/2025 até 14/12/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:0B52353C

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9509/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Luciane Boeno da Gama, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 41117, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 22/10/2025 até 04/11/2025, com remuneração, com base

no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:9F6BE2C9

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9510/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Germano Wirvas de Antoni, Assistente Administrativo, Estatutário, matrícula nº 31777, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 09/10/2025 até 23/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:89D232C1

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9511/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Roberta Moraes Felix, Professor de Educação Infantil 30 h, Estatutário, matrícula nº 47091, 02 (dois) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 17/11/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:C9AB9B38

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9512/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Mariana Dall Agnol Brandão, Nutricionista, Estatutário , matrícula nº 31855, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 04/11/2025 até 05/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:A3B68E23

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9513/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Simone de Azevedo Moura, Gestor Pedagógico, Estatutário, matrícula nº 47745, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 17/11/2025 até 19/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:C27C698A

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9514/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Simone de Azevedo Moura, Gestor Pedagógico, Estatutário, matrícula nº 47745, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 21/11/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:26D11E66

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9515/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Magda Beatriz da Silva Ribeiro, Professor, Estatutário, matrícula nº 40129, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 22/10/2025 até 23/10/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/20211 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:B99AF5A4

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9516/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Rosi Frandoloso Machado, Professor, Estatutário, matrícula n°40366, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 20/09/2025 até 18/03/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:B93C9940

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9517/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Graziele da Luz de Lima, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 47122, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 04/11/2025 até 13/11/2025., com remuneração, com base no art. 151 -

E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:BD602E05

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9518/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Eugênio Roberto Link, Professor de Português, Estatutário, matrícula nº 47971, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 31/10/2025 até 10/11/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:77FDE67C

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9519/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Leandro Holstein, Motorista, Estatutário, matrícula nº 50404, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 10/11/2025 até 28/02/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:0DA2AC52

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9520/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Leandro Holstein, Motorista, Estatutário, matrícula nº 50404, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 10/11/2025 até 28/02/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Felipe Costella , Prefeito Municipal de Esteio, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, RESOLVE, RECOMPOR, a partir de 21/11/2025, o Conselho Municipal de Saúde – CMS, conforme Lei n° 8.953/2025, ficando assim a representação:

- Segmento gestão/prestadores:

1º Titular: Gilson Abreu de Menezes
1º Suplente: Monica Sabrine Munari

2º Titular: Angélica de Oliveira Pacheco
2º Suplente: Juliana Vessozi Pereira

3º Titular: Flávia Roberta da Silva Scariot Viecelli
3º Suplente: Cristiane Salete Lopes Mertins

4º Titular: Rosane Costa Bordinhão
4º Suplente: Viviane Belleboni Antich

5º Titular: Carla Lucia Andretta Moreira Neves
5º Suplente: Carla Muller

6º Titular: Jonatã Carvalho da Silva
6º Suplente: Guilherme Gomes Teixeira

7º Titular: Daniela Luciana Germano
7º Suplente: Paula Adriana Mendonça da Silva

8º Titular: Mariana Westphalen dos Santos
8º Suplente: Daniele Meister Arenhart

- Segmento trabalhadores de saúde:

1º Titular: Grasiela Santos Vieira de Andrade
1º Suplente: Deise Cristiane Dutra da Silva

2º Titular: Jaqueline Lorscheitter
2º Suplente: Ana Letícia Camargo Abreu

3º Titular: Loiva Pacheco de Oliveira
3º Suplente: Andreia Marx Ferreira

4º Titular: Adalto Machado da Silva
4º Suplente: Rafael Alves

5º Titular: Claudia Gorety Costa
5º Suplente: Gislaine Rodrigues Costa

6º Titular: Pedro Ruaro
6º Suplente: Jerusa Prestes Guimarães

7º Titular: Francisca Magalhães
7º Suplente: Daniel Hilário da Silva

8º Titular: Kelle Lisiane Moura Correa
8º Suplente: Sandra dos Anjos Gomes

- Segmento usuários:

1º Titular: Jorge Henrique da Silva Mackenzie
1º Suplente: Roberto Costa de Mattos

2º Titular: Enio Florêncio da Silva
2º Suplente: Flávio Seixas de Melo

3º Titular: Carlos Augusto Soares Brito
3º Suplente: Ana Paula Mendonça dos Santos

4º Titular: Horaide Lucas Rodrigues
4º Suplente: Maria Claudete Portela Pereira

5º Titular: Maria do Mar Patricio de Bettencourt Faria Ribeiro Martins
5º Suplente: Sulmar Menezes Duarte

6º Titular: Marian Renate Hubscher
6º Suplente: Jose Luiz Zonatto

7º Titular: Julio de Araújo
7º Suplente: Michele Vidal dos Santos da Silva

8º Titular: Jorge Nunes Dias
8º Suplente: Karine Stefanello Boeira

9º Titular: Iolanda Dannus
9º Suplente: Luciana Moraes

10º Titular: Angela Moura Linck

10º Suplente: Maria Libia Witchs Flores

11º Titular: Moizés Rodrigues dos Santos
11º Suplente: Michele Silveira de Freitas

12º Titular: Silvia Regina Klein
12º Suplente: Sandra Muller Nunes

13º Titular: Janaína Beatriz Machado dos Santos
13º Suplente: Naisa Luz

14º Titular: Franciele Lindohl Pinto
14º Suplente: Norma de Lima Marcon

15º Titular: Janete Batista da Rosa
15º Suplente: Inara Funcke

16º Titular: Enio Luis Ferreira Chaves
16º Suplente: Maria Juliana Schmidt

FELIPE COSTELLA
Prefeito Municipal

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:3B11DEF2

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9521/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021,RESOLVE, DECLARAR a extinção do contrato individual de trabalho da empregada Maria Veronica Schneider Cima, Servente Escolar, matrícula 4062, Celetista, a contar de 17/11/2025, em virtude de seu falecimento.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:C0C3A67B

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9522/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021,RESOLVE, EXONERAR, a pedido, Gisele Lima da Silva, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula n° 41364, a partir de 11/12/2025, com base na Lei Municipal nº 5231/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:40FCCA1A

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9523/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021,RESOLVE, ENQUADRAR no Nível III, Aline Rodrigues da Silva, Professor de Anos Iniciais, Estatutário, matrícula nº 49079, a partir de 01/01/2026, com base na Lei Municipal nº 7.013/2018.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:58A13461

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9524/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021,RESOLVE, DESIGNAR William da Silva Papi, Biologo, Estatutário, matrícula nº 30149, para substituir, sem prejuízo de suas funções, Jose Francisco Alves Pereira, Secretário Municipal, CC Estatutário, matrícula n° 8769, durante seu afastamento por motivo de férias, no período de 05/01/2026 a 24/01/2026, atuando como Secretário Municipal Desenvolvimento Económico e Meio Ambiente Interino.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:F8F0BA38

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 9525/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021,RESOLVE, DESIGNAR Raquel Farias Dias, Agente Comunitário PSF UT-12, Estatutário, matrícula nº 31368, para substituir, sem prejuízo de suas funções, Cristiane Backes, Enfermeiro PSF, Estatutário, matrícula nº 31394, durante seu afastamento por motivo de férias, no período de 05/01/2026 a 09/01/2026, sem percepção proporcional de FG em conformidade com o art. 40 da Lei Municipal n° 5.231/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:5DE80114

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO N° 004

Apostilamento ao Contrato Nº 182/2022
004 Apostilamento
Pregão Eletrônico N° 127/2022
Ordem de Compra Nº 5119/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Esteio.
Contratada: BARZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA
CNPJ/MF: 38.652.979/0001-55
Instrumento vinculante: Processo Administrativo nº 2655/2022. Pregão Eletrônico N° 127/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE SERVENTES DE OBRA E PEDREIROS – SMOSU.
Fundamento: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 004, cujo objetivo é a inclusão da Ordem de Compra nº 5119/2025, referente à correção do pagamento atrasado da Nota Fiscal nº 1035,com recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento alocado no seguinte código orçamentário:
● 05.01.04.122.0014.2025-3.3.90.39.99.99.00.00/2503
Assinatura: 02 de dezembro de 2025.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdez Francisco Chaves Anunciação
Código Identificador:D9C5DA75

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES VARELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: 797/2025
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 041/2025
Objeto: Contratação de instituição financeira ou cooperativa de crédito para prestação de serviços bancários, incluindo:

• Emissão de boletos com registro (juros, multa e correção calculados automaticamente);
• Inclusão de QR Code para pagamento via PIX;
• Arrecadação por toda a rede bancária e meios eletrônicos;
• Prestação de contas diária por arquivo magnético (arquivo retorno);
• Remuneração por boleto liquidado.

Data de abertura das propostas: 23/12/2025 às 08h30
Data da disputa do pregão: 23/12/2025 às 09h00
Local da sessão eletrônica: Avenida Alfredo Reali, nº 300, Centro Administrativo, sala de licitações – Fagundes Varela/RS
Site para participação: www.portaldecompraspublicas.com.br
Retirada do edital:

• Setor de Licitações: segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h45 e das 13h15 às 17h00
• Online: www.portaldecompraspublicas.com.br e https://www.fagundesvarela.rs.gov.br
Contato: (54) 3445-1066

Legislação: Lei Federal nº 14.133/2021 e normas correlatas.
Assinatura: Nelton Carlos Conte – Município de Fagundes Varela

Publicado por:
Aline Sangali Giaretta Ghidin
Código Identificador:B7A5E87D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 780/2025 – DISPENSA POR LIMITE Nº 673/2025
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da empresa **FABIO RIGO LTDA**, CNPJ nº 00.699.493/0001-08: **Objeto**: Locação, montagem e instalação de canhões de luz para a ambientação do Baile do Município, a realizar-se no dia 06 de dezembro de 2025, no Clube dos Motoristas de Fagundes Varela. Inclui a entrega dos equipamentos, sua instalação e configuração técnica prévia ao evento, garantindo pleno funcionamento e efeitos visuais adequados no momento da realização do baile, sem suporte técnico durante o evento. **Valor:** R$ 375,00 O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 799/2025 – DISPENSA POR LIMITE Nº 672/2025
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da empresa **CASA LIMPA DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ nº 11.568.891.00001-01: **Objeto**: A aquisição de utensílios de cozinha para equipar a cozinha do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), oferecendo melhores condições de trabalho aos profissionais que atuam no local. **Valor:** R$ 707,46 **Prazo:** 10 dias. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 798/2025 – DISPENSA POR LIMITE Nº 671/2025
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da empresa **METAL GIACHINI LTDA**, CNPJ nº 24.298.472/0001-30: **Objeto**: Aquisição de ferro chato 1/8 x 1/2 , destinado à confecção de adornos natalinos, abrangendo a produção, montagem e fixação de estruturas decorativas utilizadas na ornamentação natalina do município. **Valor:** R$ 621,06 **Prazo:** 05 dias. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

Fagundes Varela, 05 de dezembro de 2025.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Sangali Giaretta Ghidin
Código Identificador:8FA408E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SÚMULA DE ADITIVO

ADENDO 02 - CONTRATO Nº 123 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023
Processo Administrativo nº 782/2023 – Inexigibilidade nº 86/2023
O MUNICÍPIO DE FAGUNDES VARELA torna público o extrato do Adendo 02 ao Contrato nº 123 de 18 de dezembro de 2023, firmado entre o Município de Fagundes Varela e a Associação de Turismo da Serra Nordeste – CNPJ nº 90.481.227/0001-99.
Objeto: Prorrogação de prazo contratual e demais alterações previstas no Termo Aditivo.
CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogação: Fica prorrogada a vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 18 de dezembro de 2025.O Contratante pagará à Contratada o valor mensal de R$ 800,00 (oitocentos reais). O Gestor do Contrato passa a ser a Sra. Aline Moreschi Vivan, e a responsável pela fiscalização passa a ser a Sra. Janete Denise Ecco, Coordenadora de Turismo, ou seus substitutos legais. A despesa passa a onerar a seguinte dotação:
05 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Turismo
05.04 – Departamento de Turismo
05.04.23.695.0150.2.059 – Vivências que Conectam
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos
O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

Fagundes Varela, 05 de dezembro de 2025.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Aline Sangali Giaretta Ghidin
Código Identificador:9AF186EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SÚMULA DE ADITIVO

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 639/2024 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2024
FORNECEDOR: **ABASTECEDORA BOSIO LTDA**, CNPJ: 05.021.618/0001-51;
OBJETO: A Ata de Registro de Preços nº 067/2024 fica prorrogada por 12 meses**, a contar de 01 de janeiro de 2026.**
Os quantitativos registrados na ata de Registro de Preços nº 067/2024, nos termos do previsto na cláusula 2.1 e no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão entregues de acordo com a necessidade dos órgãos Municipais, nas seguintes condições:

ITEM	OBJETO	QUANT. MIN	QUANT. MAX	VALOR LITRO
01	GASOLINA COMUM	10.000 LTS	50.000 LTS	**R$ 6,21**

O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

Fagundes Varela, 05 de dezembro de 2025.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Aline Sangali Giaretta Ghidin
Código Identificador:678D82A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 169/2025 – Processo nº 1709/2025, dispensa nº 1499/2025. Contratado: BEVILAQUA ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 09.567.359/0001-10. Valor: R$15.000,00 (quinze mil reais). Lei 14.133/2021.

LOURENÇO DOMINGOS MORO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tobias Giacomini Prevedello
Código Identificador:0FA2CECA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GIRUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
EXTRATO DE DISPENSA 120 E EXTRATO DE CONTRATO 357

I - EXTRATO DE DISPENSAS DE LICITAÇÃO:

PROCESSO Nº 120/2025. Base Legal: Art. 75,VIII, da Lei nº 14.133/2021. Objeto: Aquisição emergencial de medicamento, tendo em vista a necessidade da paciente m.c.s. Secretaria Municipal de Saúde de Giruá. **ARENHARDT FARMACIA LTDA., empresa inscrita no CNPJ sob Nº 18.958.564/0001-05**, no **valor total de R$ 420,00.**

II – EXTRATO DE CONTRATOS:

CONTRATO Nº 357/2025 - ARENHARDT FARMACIA LTDA., empresa inscrita no CNPJ sob Nº 18.958.564/0001-05. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 120/2025. Objeto: Aquisição emergencial de medicamento, tendo em vista a necessidade da paciente m.c.s. Secretaria Municipal de Saúde de Giruá, no valor total de R$ 420,00**.** Lei nº 14.133/2021.

Informações pelo telefone (55) 3361-2000 em horário de expediente, ou pelo site www.girua.rs.gov.br

Giruá-RS, 05 de dezembro de 2025.

DARI PAULO PRESTES TABORDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Raquel de Lima de Matos
Código Identificador:87254FEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
DECRETO MUNICIPAL Nº 8.538/2025

Abre crédito suplementar no valor de R$ 5.490,00 (cinco mil quatrocentos e noventa reais) por Recursos de Anulação de Dotação.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea A da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 5.490,00 (cinco mil quatrocentos e noventa reais), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
06.01.10.302.0036.2.117	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 5.490,00

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado a redução das seguintes dotações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
04.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 5.490,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 4 de Dezembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:F42C8291

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
DECRETO MUNICIPAL Nº 8.539/2025

Abre crédito suplementar no valor de R$ 6.732,06 (seis mil setecentos e trinta e dois reais e seis centavos) por Recursos de Anulação de Dotação.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea A da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 6.732,06 (seis mil setecentos e trinta e dois reais e seis centavos), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
03.01.04.122.0007.2.013	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 6.732,06

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado a redução das seguintes dotações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
03.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO	R$ 5.891,75
03.02.18.541.0055.2.174	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 540,31
03.02.18.542.0055.2.177	3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO	R$ 300,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 4 de Dezembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:08273297

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
DECRETO MUNICIPAL Nº 8.540/2025

Abre crédito suplementar no valor de R$ 20,00 (vinte reais) por Recursos de Anulação de Dotação.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea A da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 20,00 (vinte reais), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
02.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 20,00

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado a redução das seguintes dotações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
02.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 4 de Dezembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:60748A91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.663/2025
Dispensa por Justificativa nº 407

Fica Dispensada de Licitação, nos termos da **Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. IV, alínea "a"**, cujo objeto é , para a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO conforme parecer jurídico acostado nos autos.

NOME	VALOR R$
Transrio Caminhoes, Onibus, Maquinas e Motores Ltda CNPJ: 11.726.521/0005-70 ENDEREÇO: ROD BR 290, KM 108, 0, ELDORADO DO SUL/RS	5.079,36

Glorinha, 05 de dezembro de 2025

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:6F6A464F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.821/2025
Dispensa por Justificativa nº 406

Fica Dispensada de Licitação, nos termos da **Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. IV, alínea "a"**, cujo objeto é , para a SECR.MUN.DE OBRAS E INFRAESTRUTURA conforme parecer jurídico acostado nos autos.

NOME	VALOR R$
NOTRE DAME VEICULOS LTDA. CNPJ: 10.658.023/0010-32 ENDEREÇO: EDU CHAVES, 280, PORTO ALEGRE/RS	618,00

Glorinha, 05 de dezembro de 2025

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:E158CCE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
PORTARIA 1.204/2025

concede férias ao servidor.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

resolve:

Conceder à servidora **Rafaela Santos da Silveira – Agente de Combate às Endemias**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **10 (dez)** dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo de 08 de julho de 2023 a 07 de julho de 2024, com **início em 05 de janeiro de 2026 e término em 14 de janeiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glorinha/RS, 03 de dezembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:592D08C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
PORTARIA 1.205/2025

concede férias ao servidor.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

resolve:

Conceder ao servidor **Luciano Santos da Silva – Agente de Combate às Endemias**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **10 (dez)** dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo de 03 de dezembro de 2023 a 02 de dezembro de 2024, com **início em 06 de julho de 2026 e término em 15 de julho de 2026**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glorinha/RS, 04 de dezembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:9ABFF37E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
PORTARIA 1206/2025

concede férias ao servidor.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

resolve:

Conceder ao servidor **Anderson Santos da Silva – Agente Comunitário de Saúde**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze)** dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo de 02 de maio de 2024 a 01 de maio de 2025, com **início em 18 de dezembro de 2025 e término em 01 de janeiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glorinha/RS, 04 de dezembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:CB11E7B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
PORTARIA 1.207/2025

concede férias ao servidor.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

resolve:

1 - Conceder à servidora **Nara Teresinha Correa Moller – Coordenadora de Unidade**, lotado na Secretaria Municipal de Cidadania e Desenvolvimento Social, **19 (dezenove)** dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo de 22 de janeiro de 2025 a 21 de janeiro de 2026, com **início em 26 de janeiro de 2026 e término em 13 de fevereiro de 2026**.

2 – Revoga-se a Portaria nº 1.100/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glorinha/RS, 03 de dezembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:EB8DCFC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
PORTARIA 1.208/2025

concede férias ao servidor.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

resolve:

Conceder à servidora **Carla Regina D'Ávila** – **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotada no Gabinete do Prefeito/SINE, **20 (vinte)** dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo de 14 de agosto de 2024 a 13 de agosto de 2025, com **início em 09 de fevereiro de 2026 e término em 28 de fevereiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glorinha/RS, 04 de dezembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:4BC81EAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO DOS LOUREIROS

SETOR DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 153/2025

ARTUR CEREZA, Prefeito Municipal de Gramado dos Loureiros, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art., 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação acostada nos autos do Processo Administrativo nº 214/2025, Dispensa 153/2025, autorizo a seguinte contratação da empresa **ECONOMICA MOVEIS,** inscrita no CNPJ nº 03008527/0001-50, com sede na Rua Av. José Pedro Loureiro de Melo, n° 230, Centro, Gramado dos Loureiros/RS, pelo valor total de **R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)**, para Decoração para formatura das Escolas de Ensino de Educação Infantil do Município; com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Gramado dos Loureiros/RS, 05/12/2025.

ARTUR CEREZA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jaísa Batista
Código Identificador:03909714

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 155/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 155/2025

A Prefeitura Municipal de Guaíba/RS comunica que está aberta a Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objeto: **Aquisição de vinte e quatro kits de robótica, oito kits para torneios e oito horas de formação presencial de educadores, formação esta a ser realizada no formato presencial na Secretaria Municipal de Educação de Guaíba,** cujas especificações constam no edital. Recebimento de propostas até às **08h50min do dia 18/12/2025.** Abertura da sessão: às **09 horas do dia 18/12/2025, através do portal** www.portaldecompraspublicas.com.br**.** O Edital está disponível nos **sites** www.portaldecompraspublicas.com.br e **guaiba.atende.net**. Maiores informações pelos fones **(51) 3480-7020, ramal 3359** ou pelo **e-mail** fernanda.gil@guaiba.rs.gov.br.

MAGDA CARBONI
Secretário de Licitações e Contratos

Publicado por:
Tiago Dablo Corrêa
Código Identificador:C70A1969

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 691/2023

INSTRUMENTO: Oitavo Aditivo do Contrato 691/2023
LICITAÇÃO: Concorrência Eletrônica nº. 013/2023

CONTRATADO: **IZYDROS ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.925.458/0001-14

OBJETO: 1.1.1. **REAJUSTA**R o valor do contrato conforme SINAPI 09/2024 a partir dopresente termo, correspondente ao valor de R$ 75.725,07 (setenta e cinco mil e setecentos evinte e cinco reais e sete centavos)

VALOR: **R$ 75.725,07**(setenta e cinco mil e setecentos e vinte e cinco reais e sete centavos).
DATA DA ASSINATURA: 28/11/2025
PROCESSO DIGITAL: 58879/2025

Publicado por:
Pedro Eduardo Plocharski Calegari
Código Identificador:8EBB30F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 691/2023

INSTRUMENTO: Sétimo Aditivo do Contrato 691/2023
LICITAÇÃO: Concorrência Eletrônica nº. 013/2023

CONTRATADO: **IZYDROS ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.925.458/0001-14

OBJETO: 1.1.1. **PRORROGAR** o prazo de execução do objeto contratual, com fundamento no artigo 111, da Lei n.º 14133, de 1º de abril de 2021, por mais **120 (CENTO E VINTE) dias**,contemplando-se, nesta ocasião, o período de 07/07/2025 a 03/11/2025.
1.1.2. Em razão da prorrogação do prazo de execução, **PRORROGAR** o prazo da vigência do Contrato por igual período, **120 (CENTO E VINTE) dias**, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 02/09/2025 a 30/12/2025.
1.1.3. A alteração quantitativa do objeto contratado para fins de **ACRÉSCIMO** de**R$443.683,40** (quatrocentos e quarenta e três mil seiscentos e oitenta e três reais e quarenta centavos), correspondente 11,52% do valor inicial atualizado do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, moldes do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

VALOR: **519.408,47** (quinhentos e dezenove mil quatrocentos e oito reais e quarenta e setecentavos)
DATA DA ASSINATURA: 28/11/2025
PROCESSO DIGITAL: 61839/2025

Publicado por:
Pedro Eduardo Plocharski Calegari
Código Identificador:5C456B87

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 083/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

Inexigibilidade de Licitação 083/2025

O Prefeito Municipal de Guaíba-RS, **nos termos do art. 74, inciso III da Lei 14.133/2021, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, torna pública a** INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE TRABALHOS EM JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme processo administrativo nº 25409/2025 e contrato nº. 505/2025, sendo a contratada** – LUCIANA NOBREGA VIEIRA LIMITADA - ARVORECER CNPJ 45491686/0001-07 – Valor total da aquisição: R$ **R$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais)**

MARCELO MARANATA SOARES REINALDO
Prefeito Municipal de Guaíba

Publicado por:
Tiago Dablo Corrêa
Código Identificador:BBED9679

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI DAS MISSÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SANEAMENTO E TRÂNSITO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 076/2025

A Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS, comunica as empresas interessadas que estará recebendo cotação de preços para a contratação de empresa para aquisição de peças e a prestação de serviços especializados para manutenção do conjunto diferencial e redutor da Motoniveladora New Holland RG140B.

Item	Quantidade	Código	Descrição
01	01	71103528	Coroa
02	02	75253782	Anel
03	01	75288833	Retentor
04	01	79071417	Engrenagem
05	Serviços de limpeza do diferencial, substituição das peças, montagem do redutor e montagem da máquina.		

As propostas poderão ser encaminhadas com a descrição detalhada, com as respectivas marcas (peças de primeira linha), com a identificação da Empresa e assinatura do responsável, a partir do dia 09 de dezembro de 2025 ao dia 11 de dezembro de 2025, junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS ou através do e-mail: licitacoespmguarani@hotmail.com
A empresa vencedora da cotação de preços deverá realizar os serviços junto a Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Trânsito, sito a Rua Pindaí, S/N, Centro, na cidade de Guarani das Missões/RS, porém se for necessário realizar o deslocamento da motoniveladora deverá ser realizado com veículo adequado e sem custo adicional ao Município de Guarani das Missões/RS.
Esta cotação de preços está em conformidade com o artigo 75, § 3º da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.102/2021.
Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS, 05 de dezembro de 2025.

Setor de Licitações

Publicado por:
João Victor Rycerz
Código Identificador:019ABBEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SANEAMENTO E TRÂNSITO
EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025

O Prefeito em Exercício de Guarani das Missões/RS, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, comunica aos interessados que fará licitação, modalidade Pregão Eletrônico, objetivando a *aquisição de 01 (um) caminhão caçamba novo, para a Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Trânsito*, conforme descrições do edital. O edital encontra-se disponível no site www.guaranidasmissoes.rs.gov.br e junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS, à Rua Boa Vista, 265, fone (55) 2120-9030.

***SANDRO SELVINO DOS SANTOS* –**
Prefeito em Exercício

Publicado por:
João Victor Rycerz
Código Identificador:3FE8CB05

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HARMONIA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, TRÂNSITO, SERVIÇOS COMUNITÁRIOS E MEIO AMBIENTE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 133/2025
CONTRATADA: PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
CNPJ: 87.124.582/0001-04
OBJETO: REFERENTE À ESTIMATIVA DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO ESTADO DO RS - DOE, PELO PERÍODO DE SESSENTA MESES, A CONTAR DE DEZEMBRO DE 2025.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 34.921,25
DATA DE EMISSÃO: 05/12/2025
EMBASAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, ART. 75, INCISO IX.

Harmonia/RS, 08 de dezembro de 2025.

Nota: processo disponível no Portal da Transparência do Site Municipal para consulta.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tífane Pletsch
Código Identificador:7FE94B3B

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 131/2025
FORNECEDOR: ADHESIVE LABEL LTDA
CNPJ: 15.011.402/0001-69
OBJETO: REFERENTE À AQUISIÇÃO DE 50.000 ETIQUETAS E 16 RIBBONS PARA USO NA MÁQUINA INSTALADA NA EMATER DO MUNICÍPIO DE HARMONIA.
VALOR TOTAL: R$ 7.330,00
DATA DE EMISSÃO: 03/12/2025
EMBASAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, ART. 75, INCISO II.

Harmonia/RS, 08 de dezembro de 2025.

Nota: processo disponível no Portal da Transparência do Site Municipal para consulta.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tífane Pletsch
Código Identificador:1EE08AD8

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO
CONTRATO Nº 131/2025
CONTRATADA: BASTOS CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 60.115.638/0001-08
OBJETO: INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA 11877.
DATA DE EMISSÃO: 02/12/2025
PROCESSO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2025

Harmonia/RS, 08 de dezembro de 2025.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Löff
Código Identificador:35F5C872

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO
EXTRATO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE Nº 059/2025
ENTIDADE: SOCIEDADE GUARANI ASSISTENCIA SOCIAL CULTURA ESP RECR
CNPJ: 92.123.785/0001-08

OBJETO: CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO E A SOCIEDADE GUARANI ASSISTÊNCIA SOCIAL CULTURA ESP RECR, VISANDO O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA REALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS.
VALOR TOTAL: R$ 1.500,00
DATA DE EMISSÃO: 04/12/2025
EMBASAMENTO LEGAL: LEI Nº 13.019/2014, ART. 31.

Harmonia/RS, 08 de dezembro de 2025.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tífane Pletsch
Código Identificador:6C7F439F

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 132/2025
FORNECEDOR: AC METALURGICA LTDA
CNPJ: 27.879.289/0001-17
OBJETO: REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA A CONFECÇÃO DE TRÊS GRADES PARA MELHORIA DO ESCOAMENTO PLUVIAL NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE HARMONIA.
VALOR TOTAL: R$ 5.960,00
DATA DE EMISSÃO: 03/12/2025
EMBASAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, ART. 75, INCISO II.

Harmonia/RS, 08 de dezembro de 2025.

Nota: processo disponível no Portal da Transparência do Site Municipal para consulta.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tífane Pletsch
Código Identificador:D8406C12

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAIARAS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 96/2025 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Convocação Para Contratação Seleção Pública para Contratação Temporária

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com fulcro na Lei Municipal nº 1.492/2002 e suas alterações, nos termos da Lei Municipal nº 2.763/2025, e de acordo com a ordem classificatória do PSS 07/2025, homologado pelo Edital nº 092/2025, por este ato **convoca** candidata aprovada, conforme especificações abaixo descritas:

Nome	Cargo	Lotação	Turno	Ordem
SANDRA BOFF	Doméstica Servente	SMAP Contratos Emergências	Normal	2º Lugar

Tendo prazo de **2 (dois) dias**, contados do Ato de convocação, para comparecer ao Setor de Pessoal a fim de comprovar que cumpre todos os requisitos para a investidura no cargo, apresentar todos os documentos necessários para a contratação e de até 10 (dez) dias consecutivos para submeter-se aos exames médicos, sob pena de perda da vaga.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
IBIRAIARAS - RS, 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 05 de dezembro de 2025.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Ivaneza Simioni
Código Identificador:44117062

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º 141/2024 - ADITIVO N.º I

Município de Ibiraiaras, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.584/0001-59, estabelecida na Rua João Stella, n.º 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, informa a celebração do seguinte aditivo ao contrato de credenciamento no mês de dezembro de 2025:

Aditivo n.º I ao Contrato de Credenciamento n.º 141/2024; Chamamento Público n.º 03/2024; Credenciada: **BANCO COOPERATIVO DO BRASIL – CNPJ: 02.038.232/0001-64;** objeto: prorrogação do prazo contratual por mais 12 meses, com manutenção nos valores originalmente contratados; Data de confecção: 05/12/2025.

Ibiraiaras/RS, em 05 de dezembro de 2025

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonilce Audiberte
Código Identificador:6BD7BC5A

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 705/2025 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Concede férias a Servidores Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 1.492/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos Servidores Municipais abaixo relacionados:

Matrí.	Nome	Dias Férias	Dias de Abono	Período Aquisitivo	Data Inicio
399-9	Leonir Paulo Piton	20	10	01/06/2023 a 31/05/2024	15/12/2025
3853-9	Marcio Teles Tosini	30	-	02/08/2024 a 01/08/2025	22/12/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 05 de dezembro de 2025.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Ivaneza Simioni
Código Identificador:DC42591E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 704/2025 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Concede Prêmio por Assiduidade a Servidora Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 1.492/2002 e conforme P.A. nº 404/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 1 mês (30 dias) de Prêmio por Assiduidade, em espécie, a Servidora Municipal **Geana Capellari**, matricula nº 3398-7, conforme Art. 93 da Lei Municipal nº 1.492/2002, referente ao período aquisitivo de 05/03/2009 à 04/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 05 de dezembro de 2025.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Ivaneza Simioni
Código Identificador:2F7C5E23

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 4969-2025

DECRETO Nº 4.969/2025
De 01 de setembro de 2025

Abre crédito suplementar com recursos provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, por Excesso de Arrecadação no exercício corrente e por Excesso de Arrecadação proveniente de Auxílios e Convênios.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita de Ibirubá-RS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 03 de abril de 1990 e suas alterações e conforme Lei Municipal nº 3.155/2024, de 19 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual para o exercício 2025),
DECRETA
Art. 1º- Fica aberto crédito adicional suplementar no montante de **R$ 70.660,08** (Setenta mil, seiscentos e sessenta reais e oito centavos), com utilização de recursos de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

Atividade:	**2056**	**Atividades de Ensino Fundamental**
Elemento:	3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG:	22250	FNDE - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - LEI 14.640/2023
Recurso:	2569	Outras Transferências de Recursos do FNDE
Valor:		**R$ 40.000,00**
Atividade:	**2067**	**Transporte Escolar - Ensino Fundamental**
Elemento:	3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG:	22250	FNDE - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - LEI 14.640/2023
Recurso:	2569	Outras Transferências de Recursos do FNDE
Valor:		**R$ 30.660,08**
Total das Suplementações por Superávit financeiro:		**R$ 70.660,08**

Art. 2º - Fica aberto crédito suplementar no montante de **R$ 428.034,60** (Quatrocentos e vinte e oito mil, trinta e quatro reais e sessenta centavos), com utilização de recursos do Excesso de Arrecadação no exercício corrente, para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

Atividade:	**1018**	**Ampliação e Adequação de Unidades Básicas de Saúde**
Elemento:	4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG:	4294	FES - Construções e Ampliações
Recurso:	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:		**R$ 14.459,35**
Atividade:	**1024**	**Ampliação e Manutenção de Centros Comunitários**
Elemento:	4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG:	2260	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL 202428580010 - ACOLHIMENTO IDOSOS
Recurso:	706	Transferência Especial da União
Valor:		**R$ 10.401,37**
Atividade:	**2052**	**Atividades de Educação Infantil - Creches**
Elemento:	3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG:	30	FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO VAAR
Recurso:	543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
Valor:		**R$ 150.000,00**
Atividade:	**2129**	**Atendimento à Saúde - Média e Alta Complexidade**
Elemento:	3.3.93.00.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO DE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL COM CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUAL O ENTE PARTICIPE
RG:	4501	ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMB. E HOSPITALAR
Recurso:	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor:		**R$ 152.500,00**
Total das Suplementações por Excesso de Arrecadação:		**R$ 428.034,60**

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar no montante de **R$ 100.000,00** (cem mil reais), com utilização de recursos do Excesso de Arrecadação, oriundos de auxílios e convênios entre o Município e outros entes governamentais, para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

Atividade:	**2104**	**Praças, Parques e Jardins**
Elemento:	4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG:	2272	CONVÊNIO RS FPE 967/2025 - REMODELAÇÃO DE PRAÇAS
Recurso:	701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados
Valor:		**R$ 100.000,00**
Total das Suplementações por Excesso de Arrecadação (Auxílios e Convênios):		**R$ 100.000,00**

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de em 01 de setembro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ-RS, em 01 de setembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita Municipal

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN
Secretário da Administração e Planejamento

Publicado por:
Eder Luis Donato
Código Identificador:95B3FE14

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 134/2025

DIVULGA AS NOTAS OFICIAIS DO PROCESSO SELETIVO DE MÉDICO(A) PEDIATRA.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita Municipal de Ibirubá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para os interessados, as **NOTAS OFICIAIS** do Processo Seletivo para Contratação de **MÉDICO(A) PEDIATRA**, de acordo com o Edital de Abertura nº 126/2025:

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO(A) INSCRITO(A)	NOTAS PRELIMINARES
001	LUCIANE REGINA WILDGRUBE	14
002	AMANDA PINTO SOBROSA LOPES	72
003	FILIPE AUGUSTO LIMA DE ASSIS	68

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ-RS,
em 05 de dezembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita Municipal.

Registre-se e Publique-se.
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Daniel Brune
Código Identificador:BC782BB0

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 135/2025

DIVULGA AS NOTAS OFICIAIS DO PROCESSO SELETIVO DE FONOAUDIÓLOGO (A).

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita Municipal de Ibirubá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para os interessados, as **NOTAS OFICIAIS** do Processo Seletivo para Contratação de **FONOAUDIÓLOGO(A)**, de acordo com o Edital de Abertura nº 128/2025:

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO(A) INSCRITO(A)	NOTAS PRELIMINARES
001	DARA KERNER DE SOUZA	50

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ-RS,
em 05 de dezembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita Municipal.

Registre-se e Publique-se.
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Daniel Brune
Código Identificador:3320B82C

GABINETE DA PREFEITA
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA E ADJUDICA a Dispensa de Licitação 324-2025 – Processo 476-2025, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal, nº 14133/21, para fins de contratação da empresa 03.986.363 PAULO PEREIRA DA SILVA – CNPJ 03.986.363/0001-36, para realização de serviços de manutenção e regulagem de equipamentos de impressão, pelo valor total de R$ 870,00 (oitocentos e setenta reais), conforme documentos e solicitação da Secretaria da Saúde e em conformidade com o Parecer Jurídico Referencial n.º 004-2025.

Ibirubá - RS, 05 de dezembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Vania Teresinha Rodrigues Löser
Código Identificador:7B43DF45

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 17.361/2025

Instaura Procedimento Administrativo para apuração de eventual aumento de despesa com pessoal decorrente de nomeações realizadas no último semestre de 2024 e designa Comissão.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Notícia de Fato nº 01782.001.008/2024, em tramitação junto à Promotoria de Justiça de Ibirubá/RS;
CONSIDERANDO os ofícios expedidos pelo Ministério Público requisitando informações acerca das nomeações realizadas no último semestre de 2024 e eventual aumento de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
CONSIDERANDO a necessidade de apuração técnica, formal e documentada quanto aos impactos financeiros das referidas nomeações;

R E S O L V E

Art. 1º - Instaurar Procedimento Administrativo com a finalidade de apurar se as nomeações realizadas no último semestre de 2024, referentes às servidoras abaixo nominadas, acarretaram aumento de despesa com pessoal em desacordo com o artigo 21 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

I – **Daniela Maria de Moraes**;
II – **Janete Aparecida L. de Moura**;
III – **Leticia Santos de Mello**;
IV – **Maiara Camila Santos de Souza**;
V – **Marlise Matiello**;
VI – **Vanessa Both**;
VII – **Viviane Carina Braatz Both**.

Art. 2º - Fica designada **Comissão Especial de Apuração**, composta pelos seguintes servidores:

• ÉDER LUIS DONATO – Presidente;
• RICARDO FORGERINI – Membro;
• CAMILA FOIATO – Membro.

Art. 3º - Compete à Comissão:

I – analisar as Portarias de Nomeação das servidoras listadas no art. 1º;
II – levantar os valores das despesas com pessoal antes e após as nomeações;
III – verificar eventual impacto nos limites legais de despesa com pessoal;
IV – analisar a conformidade dos atos com a Lei de Responsabilidade Fiscal;
V – elaborar **Relatório Conclusivo**, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, prorrogável mediante justificativa.

Art. 4º - A Comissão poderá requisitar documentos, informações, dados contábeis, demonstrativos financeiros e pareceres técnicos ou jurídicos necessários à completa apuração dos fatos.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ-RS,
em 05 de dezembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita Municipal.

Registre-se, Publique-se,
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Daniel Brune
Código Identificador:AC608ED8

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibirubá/RS, incluindo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, conforme demanda utilizada pelas Secretarias da Prefeitura Municipal de Ibirubá-RS, mediante autorização prévia do setor responsável, conforme Edital de Chamamento Público n° 015-2025 e seus anexos, habilitando a empresa: **RONI SCHIEFELBEIN** – CNPJ: **93.609.972/0001-69**, para o item 13 do edital, tudo em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos da Lei Federal Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Ibirubá-RS, 05 de dezembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Daniel Rodrigues da Silva
Código Identificador:60E4D781

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibirubá/RS, incluindo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, conforme demanda utilizada pelas Secretarias da Prefeitura Municipal de Ibirubá-RS, mediante autorização prévia do setor responsável, conforme Edital de Chamamento Público n° 015-2025 e seus anexos, habilitando a empresa: **DIERINGS & MOTTA LTDA** – CNPJ: **00.490.628/0001-12**, para os itens 1; 2; 9; 24 e 28 do edital, tudo em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos da Lei Federal Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Ibirubá/RS, 05 de dezembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Lucas Piccinin Pegoraro
Código Identificador:403CE9CD

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibirubá/RS, incluindo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, conforme demanda utilizada pelas Secretarias da Prefeitura Municipal de Ibirubá-RS, mediante autorização prévia do setor responsável, conforme Edital de Chamamento Público n° 015-2025 e seus anexos, habilitando a empresa: **KADERLI MOTOR PECAS LTDA**– CNPJ: **03.024.502/0001-40**, para os itens 2; 3; 4; 9; 11; 12; 16 e 23 do edital, tudo em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos da Lei Federal Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Ibirubá-RS, 05 de dezembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Daniel Rodrigues da Silva
Código Identificador:6960904C

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibirubá/RS, incluindo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, conforme demanda utilizada pelas Secretarias da Prefeitura Municipal de Ibirubá-RS, mediante autorização prévia do setor responsável, conforme Edital de Chamamento Público n° 015-2025 e seus anexos, habilitando a empresa: **MECANICA SAND LTDA** – CNPJ: **29.233.141/0001-36** para os itens 2; 3 e 4 do edital, tudo em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos da Lei Federal Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Ibirubá-RS, 05 de dezembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Daniel Rodrigues da Silva
Código Identificador:067EB95C

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibirubá/RS, incluindo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, conforme demanda utilizada pelas Secretarias da Prefeitura Municipal de Ibirubá-RS, mediante autorização prévia do setor responsável, conforme Edital de Chamamento Público n° 015-2025 e seus anexos, habilitando a empresa: **EVERTON SANTOS SILVA – PRE MOLDADOS** – CNPJ: **32.987.910/0001-04** para os itens 12 e 23 do edital, tudo em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos da Lei Federal Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
Ibirubá-RS, 05 de dezembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Lucas Piccinin Pegoraro
Código Identificador:2916FB5C

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO

Torno público abertura do **Processo Licitatório n° 470/2025**, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2025**, para Contratação de empresa para execução em regime de empreitada integral, (material e mão de obra) destinada a ampliação e reforma do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, localizado na rua Firmino de Paula, nº 1011, Bairro Centro, Ibirubá/RS, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronogramas que fazem parte do Edital e em conformidade com o Programa Avançar Mais SUAS 2025 com o Governo Estadual**. Início das Propostas: 14:00h do dia 08/12/2025 até às 07:59h do dia 20/01/2026. Início**

da sessão Pública: às 08hs do dia 20/01/2026, todos via portal www.bll.org.br, no horário de Brasília – DF. Os interessados deverão acessar os endereços eletrônicos: www.bll.org.br / www.ibiruba.rs.gov.br / Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - www.gov.br/pncp/pt-br e baixar de forma gratuita o edital e seus anexos.

Ibirubá - RS, 08 de dezembro de 2025.

VANIA TERESINHA RODRIGUES LÖSER
Agente de Contratação

Publicado por:
Vania Teresinha Rodrigues Löser
Código Identificador:92939C08

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DA ATA Nº 43-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53-2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e ferramentas de consumo, de uso contínuo e essencial, destinados à realização de serviços operacionais, manutenção de áreas públicas, pequenos reparos, jardinagem, obras civis, e segurança dos servidores, atendendo as necessidades da Secretaria de Obras e Viação, de forma parcelada.
Vinculado ao Pregão Eletrônico PMI 53-2025

Empresa: BERWANGER & CIA LTDA
CNPJ 89.117.907/0001-49
Itens: 4 e 9
Valor: R$ 2.984,90

Empresa: COMÉRCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ 29.322.621/0001-73
Item 12
Valor: R$ 634,00

Empresa: J.J.VITALLI
CNPJ 08.658.622/0001-13
Itens: 5, 6, 7, 11 e 13
Valor: R$ 3.897,60

Empresa: MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
CNPJ 18.274.923/0001-05
Itens: 8 e 10
Valor: R$ 2.565,00

Empresa: PINHEIRO MÓVEIS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ 58.753.217/0001-52
Itens: 1 e 3
Valor: R$ 2.565,00

Empresa: AGRO COMERCIAL GES LTDA
CNPJ 22.011.004/0001-08
Item 2
Valor: R$ 7.216,50

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:361ACA64

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 53-2025 - BOOL ENGENHARIA LTDA - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 04-2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Contratada: BOOL ENGENHARIA LTDA
CNPJ sob o nº 21.460.676/0001-38
Vinculado a Concorrência Eletrônica 004-2025
Objeto: Altera a Cláusula Primeira e Quinta do contrato datado de 13/05/2025, sendo necessário supressão e acréscimo de quantitativos, conforme Parecer Técnico e Planilhas do Setor de Projetos, resultando assim um aditivo de supressão no valor de R$ 37.129,77 (trinta e sete mil, cento e vinte e nove reais e setenta e sete centavos), totalizando o valor global do contrato em R$ 661.870,23 (seiscentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta reais e vinte e três centavos).
Lote: 01

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:973A29DF

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 015-2025

Contratante: Município de Ibirubá.
Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibiruba/RS, inclundo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, de acordo com a necessidade e demanda gerada, em forma de rotatividade de credenciados, de acordo com a necessidade e demanda gerada.
Prazo: 04/12/2025 a 03/12/2026
Valor R$: conforme serviços realizados
Vinculado ao Edital de Chamada Pública 15-2025

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 86-2025
Contratada: 38.142.281 CELSO RITTER CORREA
CNPJ 38.142.281/0001-90
Itens: 32 ao 50

Contratante: Município de Ibirubá.
Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibiruba/RS, inclundo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, de acordo com a necessidade e demanda gerada, em forma de rotatividade de credenciados, de acordo com a necessidade e demanda gerada.
Prazo: 04/12/2025 a 03/12/2026
Valor R$: conforme serviços realizados
Vinculado ao Edital de Chamada Pública 15-2025

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 87-2025
Contratada: PAULO S BESKOW E CIA LTDA
CNPJ 88.678.453/0001-12
Itens: 28 ao 46

Contratante: Município de Ibirubá.
Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibiruba/RS, inclundo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, de acordo com a necessidade e demanda gerada, em forma de rotatividade de credenciados, de acordo com a necessidade e demanda gerada.
Prazo: 04/12/2025 a 03/12/2026
Valor R$: conforme serviços realizados
Vinculado ao Edital de Chamada Pública 15-2025

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 88-2025
Contratada: RENATO O.RISTOW & CIA LTDA
CNPJ 13.686.411/0001-24
Itens: 02,03,09,11,12,16 e 17

Contratante: Município de Ibirubá.
Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibiruba/RS, inclundo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, de acordo com a necessidade e demanda gerada, em forma de

rotatividade de credenciados, de acordo com a necessidade e demanda gerada.
Prazo: 04/12/2025 a 03/12/2026
Valor R$: conforme serviços realizados
Vinculado ao Edital de Chamada Pública 15-2025

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 89-2025
Contratada: LAUXEN PNEUS & CIA LTDA
CNPJ 94.006.210/0001-30
Itens: 51 ao 54

Contratante: Município de Ibirubá.
Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibiruba/RS, inclundo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, de acordo com a necessidade e demanda gerada, em forma de rotatividade de credenciados, de acordo com a necessidade e demanda gerada.
Prazo: 04/12/2025 a 03/12/2026
Valor R$: conforme serviços realizados
Vinculado ao Edital de Chamada Pública 15-2025

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 90-2025
Contratada: 13.134.610 ROSANGELA LACORTE DE LIMA
CNPJ 13.134.610/0001-20
Itens:11,12,32, 33, 34,35, 37 ao 50

Contratante: Município de Ibirubá.
Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibiruba/RS, inclundo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, de acordo com a necessidade e demanda gerada, em forma de rotatividade de credenciados, de acordo com a necessidade e demanda gerada.
Prazo: 04/12/2025 a 03/12/2026
Valor R$: conforme serviços realizados
Vinculado ao Edital de Chamada Pública 15-2025

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 91-2025
Contratada: ROGERIO GILBERTO KONRAD DE MOURA
CNPJ 95.121.687/0001-20

Itens: 05 ao 09

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:07DB9650

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 015-2025

Contratante: Município de Ibirubá.
Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços mecânicos e elétricos nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município de Ibiruba/RS, inclundo o fornecimento de peças, bem como serviços de guincho, de acordo com a necessidade e demanda gerada, em forma de rotatividade de credenciados, de acordo com a necessidade e demanda gerada.
Prazo: 04/12/2025 a 03/12/2026
Valor R$: conforme serviços realizados
Vinculado ao Edital de Chamada Pública 15-2025

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 92-2025
Contratada: TITANIUM HIDRÁULICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ 21.025.757/0001-00
Itens: 04, 15 e 16

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:9047027D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025 PROCESSO Nº 851/2025 EDITAL Nº 74/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO POLIÉDRICO EM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, às 08 horas e 30 minutos do dia 26 de dezembro de 2025, através do site www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações do Município, pelo fone: (55) 3539-4224, e o edital completo no site www.independencia.rs.gov.br.
Independência, 5 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Felipe Vogt
Código Identificador:8BAF37DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 677/2025 PROCESSO Nº 849/2025.

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ABRAÇADEIRA DE NYLON,** sendo a empresa contratada CENTRALPAR COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.089.067/0001-56, no valor de R$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais).
Independência, 5 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Felipe Vogt
Código Identificador:9220231B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 678/2025 PROCESSO Nº 850/2025.

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA,** sendo a empresa contratada FELIPE BATISTA, inscrita no CNPJ nº 38.335.492/0001-49, no valor de R$ 925,00 (novecentos e vinte e cinco reais).
Independência, 5 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Felipe Vogt
Código Identificador:736730BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 679/2025 PROCESSO Nº 853/2025.

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE BOBINA PARA RELÓGIO**

PONTO, sendo a empresa contratada VITALE PROMOTORA DE VENDAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.783.106/0001-41, no valor de R$ 327,00 (trezentos e vinte e sete reais).

Independência, 5 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:B2BC4337

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 680/2025 PROCESSO Nº 854/2025.

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DIVULGAÇÃO DE MENSAGEM EM RÁDIO,** sendo a empresa contratada RADIO COLONIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 98.036.148/0001-80, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais).

Independência, 5 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:0AE1C947

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 99/2025
PROCESSO Nº 852/2025.

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 74, Inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULO NATALINO,** sendo a empresa contratada ASSOCIACAO CULTURAL E ARTISTICA CIDADE DOS ANJOS ACACIA, inscrita no CNPJ nº 33.942.955/0001-17, no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Independência, 5 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:CDA0F692

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO Nº 77/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, CNPJ Nº 87.612.826/0001-90.

CONTRATADA: ANA CRISTINA MANJABOSCO, CNPJ nº 10.688.308/0001-25.

OBJETO: Contratação de empresa visando fornecimento de implementos agrícolas.

VALOR: R$ 71.000,00 (setenta e um mil reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é a partir de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2026.

Com base no Processo nº 768/2025, Pregão Eletrônico nº 61/2025 e na Lei n° 14.133/21.

Data de assinatura: GABINETE DO PREFEITO DE INDEPENDÊNCIA – RS, 5 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:279CC8B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO Nº 78/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, CNPJ Nº 87.612.826/0001-90.

CONTRATADA: G.ST MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 13.172.645/0001-53.

OBJETO: Contratação de empresa visando fornecimento de implementos agrícolas.

VALOR: R$ 38.190,00 (trinta e oito mil, cento e noventa reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é a partir de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2026.

Com base no Processo nº 768/2025, Pregão Eletrônico nº 61/2025 e na Lei n° 14.133/21.

Data de assinatura: GABINETE DO PREFEITO DE INDEPENDÊNCIA – RS, 5 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:D846504B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO Nº 79/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, CNPJ Nº 87.612.826/0001-90.

CONTRATADA: IKIGAI COMERCIO LTDA, CNPJ nº 50.160.181/0001-91.

OBJETO: Contratação de empresa visando fornecimento de implementos agrícolas.

VALOR: R$ 64.400,00 (sessenta e quatro mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é a partir de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2026.

Com base no Processo nº 768/2025, Pregão Eletrônico nº 61/2025 e na Lei n° 14.133/21.

Data de assinatura: GABINETE DO PREFEITO DE INDEPENDÊNCIA – RS, 5 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:A0E0B5CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO Nº 80/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, CNPJ Nº 87.612.826/0001-90.

CONTRATADA: J.V. FINARDI MÁQUINAS, CNPJ nº 44.251.233/0001-32.

OBJETO: Contratação de empresa visando fornecimento de implementos agrícolas.

VALOR: R$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é a partir de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2026.

Com base no Processo nº 768/2025, Pregão Eletrônico nº 61/2025 e na Lei n° 14.133/21.

Data de assinatura: GABINETE DO PREFEITO DE INDEPENDÊNCIA – RS, 5 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:9C988B31

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO Nº 81/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, CNPJ Nº 87.612.826/0001-90.

CONTRATADA: ALBANI MATTE INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 34.124.663/0001-30.

OBJETO: Contratação de empresa visando fornecimento de implementos agrícolas.

VALOR: R$ 47.700,00 (quarenta e sete mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é a partir de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2026.

Com base no Processo nº 768/2025, Pregão Eletrônico nº 61/2025 e na Lei n° 14.133/21.

Data de assinatura: GABINETE DO PREFEITO DE INDEPENDÊNCIA – RS, 5 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:D3BEFD6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 50/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, CNPJ Nº 87.612.826.0001/90.

CONTRATADA: CLAUDIOMIRO CAMARGO RIBEIRO E CIA LTDA, CNPJ sob o nº 13.720.549/0001-00.

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de calçamento poliédrico com pedras irregulares em basalto.

DO ADITAMENTO: Fica acrescido o valor de R$ 3.404,89 (três mil, quatrocentos e quatro reais com oitenta e nove centavos) referente à acréscimo de materiais e mão de obra.

DA SUPRESSÃO: Fica suprimido o valor de R$ 2.065,35 (dois mil e sessenta e cinco reais com trinta e cinco centavos), referente à supressão de itens de materiais e mão de obra.

Data de assinatura: Independência, 05 de dezembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:D0FA2454

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI

SEC.DA FAZENDA
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº194/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Itacurubi torna pública a homologação do processo de Dispensa de Licitação Nº194/2025, Processo Administrativo N°270/2025, conforme informações abaixo:

Objeto: COMPRA DE MUDAS DE GRAMAS EM LEIVA VARIEDADE SÃO CARLOS (AXONOPUS COMPRESSUS).

Fundamento: Artigo 75, inciso II da lei 14.133/2021.

Empresa contratada: FC COMERCIO DE GRAMAS EM LEIVAS LTDA
CNPJ: 36.275.710/0001-71
Valor contratado: R$ 6.200,00

Homologação: 04/12/2025

GELSO DOS SANTOS SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Prestes Spindola
Código Identificador:DA82B757

SEC.DA FAZENDA
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº196/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Itacurubi torna pública a homologação do processo de Dispensa de Licitação Nº196/2025, Processo Administrativo N°273/2025, conforme informações abaixo:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PARA MOTONIVELADORA 140K DA FROTA DA SMOTU.

Fundamento: Artigo 75, inciso II da lei 14.133/2021.

Empresa contratada: MECANICA GUSE LTDA
CNPJ: 52.797.121/0001-00
Valor contratado: R$ 6.117,90

Homologação: 04/12/2025

GELSO DOS SANTOS SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Prestes Spindola
Código Identificador:E964157D

SEC.DA FAZENDA
PREGÃO ELETRÔNICO N°51/2025

AVISO DE EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2025. Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos para a UBS e para os ESFS, do programa para a qualificação das ações do cuidado materno-

paterno-infantil. Abertura dia 19/12/2025, às 08.30h, Sessão eletrônica no site: https://bll.org.br/ .
Edital e anexos no site: www.itacurubi.rs.gov.br

GELSO DOS SANTOS SOARES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lucieli Lourenço da Rocha
Código Identificador:112236C9

SEC.DA FAZENDA
PREGÃO ELETRÔNICO N°52/2025

AVISO DE EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO N° 52/2025. Objeto; Aquisição de Implementos Agrícolas. Abertura dia 22/12/2025, às 08:30h, Sessão eletrônica no site: https://bll.org.br/
Edital e anexos no site: www.itacurubi.rs.gov.br

GELSO DOS SANTOS SOARES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lucieli Lourenço da Rocha
Código Identificador:7DE8059E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 082/2025 – **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR: AMBULÂNCIA TIPO B – REMOÇÃO BÁSICA.** Ampla Concorrência.
Sessão virtual: https://www.portaldecompraspublicas.com.br
Sessão dia 22/12/2025, às 08:00, horário de Brasília.
Envio das Propostas: Até as 07:59 do dia 22/12/2025.
Íntegra do Edital: www.itaqui.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br
Maiores Informações: (55) 3432-1100, ramal 231.

Publicado por:
Emanuele Leites de Souza Rios
Código Identificador:6AAD49CE

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 084/2025 – Registro de Preços de Cargas de Gás de Cozinha e Vasilhames. Ampla Concorrência.
Sessão virtual: https://www.portaldecompraspublicas.com.br
Sessão dia 18/12/2025, às 08:00, horário de Brasília.
Envio das Propostas: Até as 07:59 do dia 18/12/2025.
Íntegra do Edital: www.itaqui.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br
Maiores Informações: (55) 3432-1100, ramal 231

Publicado por:
Veridiana Velasque Ferner
Código Identificador:D7D41EB5

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1096/2025

Contratado: **MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A**
CNPJ: **07.752.236/0001-23**
Objeto: Aquisição de MATERIAL AMBULATORIAL
Valor: **R$ 352,00** (Trezentos e cinquenta e dois reais)
Pregão Eletrônico nº 053/2024
Datado de 04.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

CONTRATO Nº 1097/2025

Contratado: **SOMA/RS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – PORTE DEMAIS**
CNPJ: **06.294.126/0001-00**
Objeto: Aquisição de MATERIAL AMBULATORIAL
Valor: **R$** 2.000,00 (Dois mil reais)
Pregão Eletrônico nº 053/2024
Datado de 04.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

CONTRATO Nº 1098/2025

Contratado: **RAPIDA INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA ME**
CNPJ: **34.883.104/0001-03**
Objeto: Aquisição de MATERIAL AMBULATORIAL
Valor: **R$ 27.600,00** (Vinte e sete mil e seiscentos reais)
Pregão Eletrônico nº 053/2024
Datado de 04.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

CONTRATO Nº 1099/2025

Contratado: **DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – PORTE DEMAIS**
CNPJ: **02.520.829/0001-40**
Objeto: Aquisição de MATERIAL AMBULATORIAL
Valor: **R$ 15.000,00** (Quinze mil reais)
Pregão Eletrônico nº 053/2024
Datado de 04.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

CONTRATO Nº 1100/2025

Contratado: **GENIAL PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA EPP**
CNPJ: **04.415.316/0002-86**
Objeto: Aquisição de MATERIAL AMBULATORIAL
Valor: **R$** 8.360,00 (Oito mil trezentos e sessenta reais)
Pregão Eletrônico nº 053/2024
Datado de 04.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

CONTRATO Nº 1101/2025

Contratado: **CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – PORTE DEMAIS**
CNPJ:**03.652.030/0001-70**
Objeto: Aquisição de MATERIAL AMBULATORIAL
Valor: **R$ 3.275,00** (Três mil duzentos e setenta e cinco reais)
Pregão Eletrônico nº 053/2024
Datado de 04.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:14D707FC

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1103/2025

Contratado: **ANDREALAN IND E COMERCIO CEREAIS LTDA**
CNPJ: **03.218.323/0001-44**
Objeto: Aquisição de RAÇÃO PARA ANIMAIS
Valor: **R$ 10.200,00** (Dez mil e duzentos reais)**.**
Pregão Eletrônico nº 077/2025
Datado de 05.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

CONTRATO Nº 1104/2025

Contratado: **ANDREALAN IND E COMERCIO CEREAIS LTDA**
CNPJ: **03.218.323/0001-44**
Objeto: Aquisição de RAÇÃO PARA ANIMAIS
Valor: **R$** 28.275,00 (Vinte e oito mil duzentos e setenta e cinco reais) **.**
Pregão Eletrônico nº 077/2025
Datado de 05.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:8B102828

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1105/2025

Contratado: **FARMAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP**
CNPJ: **92.037.480/0001-83**
Objeto: Aquisição de FRALDAS DESCARTÁVEIS
Valor: **R$** 9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais)
Pregão Eletrônico nº 023/2025
Datado de 05.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:7811D0B8

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1106/2025

Contratado: **GLAUCO GIODA MARQUES ME**
CNPJ: **05.453.320/0001-10**
Objeto: Aquisição de TRANSPORTE DE PACIENTES
Valor: **R$** 1.173,60 (Um mil cento e setenta e três reais e sessenta centavos)
Pregão Eletrônico nº 065/2024
Datado de 05.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

CONTRATO Nº 1107/2025

Contratado: **GLAUCO GIODA MARQUES ME**
CNPJ: **05.453.320/0001-10**
Objeto: Aquisição de TRANSPORTE DE PACIENTES
Valor: **R$** 1.304,00 (Um mil e trezentos e quatro reais)
Pregão Eletrônico nº 065/2024
Datado de 05.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:7553DCD0

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1108/2025

Contratado: **MBS SOLUÇÕES LTDA**
CNPJ: **53.879.469/0001-09**
Objeto: Contratação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO
Valor: **R$** 456,00 (Quatrocentos e cinquenta e seis reais).
Pregão Eletrônico nº 006/2025
Datado de 05.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:47E92503

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1109/2025

Contratado: **FABIO RIGO LTDA**
CNPJ: **00.699.493/0001-08**
Objeto: Aquisição de LOCAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA PARA OS EVENTOS OFICIAS DO MUNICÍPIO DE ITAQUI/RS
Valor: **R$** 12.099,00(Doze mil e noventa e nove reais) .
Pregão Eletrônico nº 056/2025
Datado de 05.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:F127B9E0

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1110/2025

Contratado: **ATHENAS AUTOMAÇÃO LTDA**
CNPJ: **01.425.676/003-51**
Objeto: Aquisição de MICROCOMPUTADORES
Valor: **R$** 11.980,00 (Onze mil e novecentos e oitenta reais)
Pregão Eletrônico nº 034/2025
Datado de 05.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:D7C8B39C

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1111/2025

Contratado: **ALPHA VISION SERVICE ME**
CNPJ: **38.486.397/0001-46**
Objeto: Contratação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL
Valor: **R$** 1.765,00 (Um mil, setecentos e sessenta e cinco reais)
Pregão Eletrônico nº 034/2024
Datado de 05.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:CC1A33BF

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1112/2025

Contratado: **REPREMIG – REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA**
CNPJ: **65.149.197/0002-51**
Objeto: Aquisição de impressoras multifuncionais monocromáticas e coloridas
Valor: **R$** 6.807,00 (Seis mil oitocentos e sete reais).
Pregão Eletrônico nº 069/2025
Datado de 05.12.2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:8B279039

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 183/2025

Contratado: **KOPU BRINDES LTDA EPP,**
CNPJ: **20.621.038/0001-99**
Objeto: Altera-se a quantidade e valor e valor unitário dos itens.
ERP nº 035/2025
Datado de 27/11/2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:956859B7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVORÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N° 25/2025

INEXIGIBILIDADE N° 25/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 496/2025

A Prefeitura de Ivorá/RS torna público **a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE PRESTE SERVIÇOS DE CITY TOUR PARA ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL E ESTADUAL DA REDE DE ENSINO** com fulcro no Art. 74, inciso I da Lei 14.133/2021.

FORNECEDOR: CAMINHOS DE IVORÁ;
CNPJ n°: 35.126.917/0001-11.
VALOR: R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

Ivorá - RS, 05 de dezembro de 2025

JOSEMAR ZORZI OSMARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Fillipin
Código Identificador:7EDEDD84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 130/2025

PRD N° 130/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 465/2025

A Prefeitura de Ivorá/RS torna público a **PERÍCIAS MÉDICAS, ATRAVÉS DE JUNTA,** pela Secretaria de Administração com fulcro no Art. 75 II da Lei 14.133/2021.

FORNECEDOR: GESA GESTÃO EM SAÚDE LTDA; CNPJ N° 20.043.210/0001-74

VALOR: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ivorá - RS, 05 de dezembro de 2025.

JOSEMAR ZORZI OSMARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Fillipin
Código Identificador:25E1F8EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUTINGA

LICITAÇÕES
EXTRATO DISPENSA Nº 60/2025

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 60/2025

ADEMIR MÁRCIO SAKREZENSKI, Prefeito Municipal de Jacutinga - RS, torna público a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 60/2025,** em favor da empresa **LUMANTI ILUMINAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **06.171.042/0001-71**. **OBJETO:** Contratação de Empresa que forneça materiais para a decoração natalina municipal de 2025. **VALOR TOTAL:** R$ 18.728,35 (dezoito mil, setecentos e vinte e oito reais com trinta e cinco centavos). **PERIODO DA CONTRATAÇÃO:** 30 dias, prorrogáveis. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Jacutinga, RS, 05 de dezembro de 2025.

ADEMIR MÁRCIO SAKREZENSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tais Tortelli
Código Identificador:370DB181

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE DL 171/2025.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2025

Osnei dos Santos Azeredo, Prefeito Municipal de Jari, acolhendo Parecer Jurídico nº 255/2025, reconhece ser **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2025**, para contratação da empresa **ANA**

QUELI SILVA DIAS CNPJ Nº 18.599.315/0001-62, visando a contratação a prestação de serviço de sonorização e Banda Adonai, Evento de Natal/Evento da Bíblia, a realizar-se no dia 06/12/2025, a partir das 18 horas e 30 minutos, no valor total de **R$ 3.000,00 (três mil reais)**, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**. Jari, 05 de dezembro de 2025.

OSNEI DOS SANTOS AZEREDO
Prefeito Municipal de Jari

Publicado por:
Cristian André Wagner
Código Identificador:686A3DE4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOLFO COLLOR

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 075/2025

O **MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR** torna público para conhecimento dos interessados que no dia e hora abaixo indicados será realizada a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas no presente edital e seus anexos para aquisição do objeto abaixo descrito.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR - 2026 DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 055/2025 – EDITAL 0075/2025
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até às 07h59 do dia 18/12/2025.
ABERTURA DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: às 08h do dia 18/12/2025.
INÍCIO DA SESSÃO E DISPUTA DE PREÇOS: às 08h15min do dia 18/12/2025.
REALIZAÇÃO: Portal do BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul, www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
EDITAL E ANEXOS: https://www.lindolfocollor.rs.gov.br/editais

Lindolfo Collor, 05 de dezembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thuane Vagner
Código Identificador:40971B4F

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 076/2025

O **MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR** torna público para conhecimento dos interessados que no dia e hora abaixo indicados será realizada a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas no presente edital e seus anexos para aquisição do objeto abaixo descrito.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA NAS ESCOLAS DA REDE DO MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 056/2025 – EDITAL 0076/2025
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até às 07h59 do dia 19/12/2025.
ABERTURA DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: às 08h do dia 19/12/2025.
INÍCIO DA SESSÃO E DISPUTA DE PREÇOS: às 08h15min do dia 19/12/2025.
REALIZAÇÃO: Portal do BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul, www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
EDITAL E ANEXOS: https://www.lindolfocollor.rs.gov.br/editais

Lindolfo Collor, 05 de dezembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thuane Vagner
Código Identificador:4F3E8F8E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
PREGÃO ELETRÔNICO 045/2025 - SRP

Pregão Eletrônico 045/2025 – Sistema de Registro de Preços Eletrônico
Processo Administrativo PRO15343/2025

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, Prefeito Municipal de Maquiné/RS, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a ***Lei Federal 14.133/2021***, torna pública o presente **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 045/2025 - SRP,** que se realizará através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

O objeto do presente edital é a seleção de propostas visando **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DOS POÇOS ARTESIANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO/RS, CONFORME CONTEÚDO, EM SUA FORMA E TEOR, DESCRITO NO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

A disputa por lances ocorrerá a partir das **10horas do dia 19 de Dezembro de 2025.**

Maiores informações poderão ser prestadas, **EXCLUSIVAMENTE** no site www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital e seus Anexos, encontram-se disponíveis no Portal de Transparência (https://transparencia.maquine.rs.gov.br/licitacoes), no LicitaCon (https://portal.tce.rs.gov.br/Licitacon) e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), além da publicação no **MURAL** oficial do Município de Maquiné/RS.

Declaro para os fins da ***Lei 14.133/2021***, bem ***como Art. 90 da Lei Orgânica do Município de Maquiné/RS (2015) e Lei Municipal 1302/2017***, que foi publicado e afixado no mural oficial desta instituição.

Maquiné/RS, 02 de Dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Maquiné/ RS
CNPJ 94.436.342/0001-00
LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidinei Eberhardt
Código Identificador:8AB5AA4A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
PREGÃO ELETRÔNICO 046/2025 - SRP

Pregão Eletrônico 046/2025 – Sistema de Registro de Preços Eletrônico
Processo Administrativo Eletrônico PRO13548/2025

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, Prefeito Municipal de Maquiné/RS, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a ***Lei Federal 14.133/2021***, torna pública o presente **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 046/2025 - SRP,** que se realizará através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

O objeto do presente edital é a seleção de propostas visando **REGISTRO DE PREÇOS,** para eventual ***aquisição de EPIs para atendimento das demandas das escolas municipais e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura***, conforme justificado e descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da ***Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 4.171/2023 e da Portaria Municipal nº 902/2025*.**

A disputa por lances ocorrerá a partir das **10horas do dia 29 de Dezembro de 2025.**

Maiores informações poderão ser prestadas, EXCLUSIVAMENTE no site www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital e seus Anexos, encontram-se disponíveis no Portal de Transparência (https://transparencia.maquine.rs.gov.br/licitacoes), no LicitaCon (https://portal.tce.rs.gov.br/Licitacon) e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), além da publicação no **MURAL** oficial do Município de Maquiné/RS.

Declaro para os fins da ***Lei Federal 14.133/2021***, bem como ***Art. 90 da Lei Orgânica do Município de Maquiné/RS (2015) e Lei Municipal 1302/2017***, que foi publicado e afixado no mural oficial desta instituição.

Maquiné/RS, 02 de Dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Maquiné/RS
CNPJ 94.436.342/0001-00
LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidinei Eberhardt
Código Identificador:F3B4A434

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO CASTELHANO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 848, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre Concessão de Licença por Motivo de doença em Pessoa da Família.

O Prefeito Municipal de Mato Castelhano, Senhor **ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA,** no uso legal de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto na Legislação Municipal,

R E S O L V E:

CONCEDER, 30 (trinta) dias de licença para cuidar de Pessoa da Família (filho), à Servidora Senhora **SOELI ALÉRICO,** os efeitos desta Portaria retroagem a data de 28 de novembro de 2025, conforme previsto em Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mato Castelhano, 04 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

CLAUDETE DE FATIMA DA ROSA NASCIMENTO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Josué Andrei Graboski
Código Identificador:ED954F8F

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 850, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre Interrupção de Férias.

O Prefeito Municipal de Mato Castelhano, Senhor **ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA**, no uso legal de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto na Legislação Municipal,

R E S O L V E:

INTERROMPER, o gozo de férias do Servidor Senhor **GUSTAVO FRACASSO VIEIRA,** a partir de 04 de dezembro de 2025, por motivo de necessidade de seus serviços junto ao setor, restando 20 (vinte) dias para gozar posteriormente, conforme previsto em Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mato Castelhano, 04 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

CLAUDETE DE FATIMA DA ROSA NASCIMENTO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Josué Andrei Graboski
Código Identificador:C16568AD

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 851, DE 05 DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre Licença Saúde.

O Prefeito Municipal de Mato Castelhano, Senhor **ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA,** no uso legal de suas atribuições, conferido pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto na Legislação Municipal,

R E S O L V E:

CONCEDER, 01 (um) dia de licença saúde que tem direito à Servidora Senhora **LIDIANE ROCHA ARAUJO,** os efeitos desta Portaria retroagem a data de 02 de dezembro de 2025, conforme previsto em Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mato Castelhano, 05 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

CLAUDETE DE FATIMA DA ROSA NASCIMENTO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Josué Andrei Graboski
Código Identificador:ADA75CDE

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 852, DE 05 DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre Licença Saúde.

O Prefeito Municipal de Mato Castelhano, Senhor **ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA,** no uso legal de suas atribuições, conferido

pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto na Legislação Municipal,

R E S O L V E:

CONCEDER, 01 (um) dia de licença saúde que tem direito à Servidora Senhora **KAROLINE FATIMA BOSCARDIN,** conforme previsto em Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mato Castelhano, 05 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

CLAUDETE DE FATIMA DA ROSA NASCIMENTO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Josué Andrei Graboski
Código Identificador:6E388699

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO – LICITAÇÕES EXTRATO DE CONTRATO 119/2025

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 119/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO.

CONTRATADA: CAVASOLA E ORO ADVOGADOS ASSOCIADOS.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de Prestação de serviços profissionais técnicos especializados (advocatícios/jurídicos), com propositura de ação judicial em face da União e FNDE, para atuar na defesa dos interesses do Município, objetivando: viabilizar o recebimento dos recursos financeiros dos instrumentos jurídicos.

VALOR: A remuneração da sociedade profissional de advogados será realizada única e exclusivamente pelos honorários de sucumbência, se houver, no caso da demanda ser julgada favorável ao CONTRANTE, a serem pagos pela(s) ré(s) União e/ou FNDE

ASSINAM:

PELO MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO: Senhor Prefeito, ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA.

PELA CONTRATADA: Cleber Oro.

Mato Castelhano, 05 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ingrid Prado Dos Santos
Código Identificador:569EAF16

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS

MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS
EDITAL 114/2025

EDITAL Nº 114/2025

SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Monte Alegre dos Campos, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Art. 37, IX da Constituição Federal c/c a **Lei Municipal nº 1804/2025** e Decreto Nº 1302/2017 de 16 de janeiro de 2017 e posteriores alterações, torna público para todos os interessados, a **HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL** para Processo de Seleção Pública Simplificada destinada contratação temporária de **ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL,** conforme Edital de 112/2025.

CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
LARISSA VIEIRA DE MORAES	60 PONTOS	1º LUGAR
JUCIELI BATISTA VAZ	42 PONTOS	2º LUGAR
AGNARA GATTERMANN CABRAL	26 PONTOS	3º LUGAR
BRUNIELI PAIM DOS SANTOS	15 PONTOS	4º LUGAR
FABIANA DA SILVA BOEIRA	0 PONTOS	5º LUGAR

Monte Alegre dos Campos- RS, 08 de dezembro de 2025.

ONILTON JOÃO CAPELINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lisiane Pertile de Camargo
Código Identificador:2B568BB1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO REUTER

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
SÚMULA DE CONTRATO

Inexigibilidade de Licitação n° 109/2025. Contrato Administrativo nº 186/2025. Objeto: Contratação de empresa para execução do "Projeto Raízes Final de Ano",direcionado às Escolas, com objetivo de proporcionar vivência cultural e festival de final de ano, com foco nas tradições germânicas e na valorização da história local, por meio de atividades interativas, lúdicas e educativas. Contratada: **CARLOS ALBERTO KLEIN CURTO ARTES**. Valor: R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). Vigência: O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2025, a contar da celebração do contrato. Data do documento: 02/12/2025.

Morro Reuter/RS, 02 de dezembro de 2025.

AIRTON BOHN,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Daiane Perius
Código Identificador:166CC001

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
SÚMULA DE CONTRATO

Concorrência Eletrônica n° 09/2025. Contrato Administrativo nº 188/2025. Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de construção de infraestrutura no Parque Carlos Bertholdo Feltes, no Município de Morro Reuter/RS. Integram o objeto: Desenvolvimento de projeto criativo, executivo, fornecimento e instalação completa e acabada de *playground* com brinquedos em área externa, inclusive fundações e pisos com fornecimento de documento de responsabilidade técnica de projeto e de execução, conforme memorial descritivo. Contratada: **EBAPLAY - DESIGN DE ESPAÇOS INFANTIS LTDA**. Valor: R$ 1.000.007,00 (um milhão e sete reais). Vigência: O Contrato passará a vigorar a partir da Ordem de Início emitida pelo Setor de Engenharia do Município, pelo período de 02 (dois) meses, conforme cronograma. Data do documento: 05/12/2025.

Morro Reuter/RS, 05 de dezembro de 2025.

AIRTON BOHN,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Daiane Perius
Código Identificador:A294CDA8

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
SÚMULA DE CONTRATO

Adesão à Ata de Registro de Preço (carona) n° 07/2025. Contrato Administrativo nº 189/2025. Objeto: Aquisição do item descrito no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2025, mediante adesão à Ata de Registro de Preços promovida pelo Consórcio Público do Extremo Sul COPES Retroescavadeira Tipo D, marca LIUGONG, modelo 766A. Contratada: **M. CORNELLI BERTINATTO**. Valor: R$ 367.900,00 (trezentos e noventa e sete mil e novecentos reais). Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses, a contar da celebração do contrato. Data do documento: 05/12/2025.

Morro Reuter/RS, 05 de dezembro de 2025.

AIRTON BOHN,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Daiane Perius
Código Identificador:3D882332

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
SÚMULA DE CONTRATO

Chamamento Público/Credenciamento n° 11/2025. Termo de Credenciamento nº 186/2025. Objeto: Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de serviços de borracharia, que envolvem, essencialmente, consertos, montagens e desmontagem de pneus veículos pesados, (escavadeiras hidráulicas, retroescavadeiras, motoniveladoras e tratores). Credenciada: **LEANDRO HENRIQUE WEILER**. Valor: Conforme tabela constante no Termo de Credenciamento. Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua celebração, sem possibilidade de prorrogação. Data do documento: 03/12/2025.

Morro Reuter/RS, 05 de dezembro de 2025.

AIRTON BOHN,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Daiane Perius
Código Identificador:577D4766

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº221/2025

Contratante: Município de Mostardas.
Contratada: MONTE SIÃO ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA LTDA
CNPJ nº 51.018.898/0001-66
Objeto: Pagamento de vaga de acolhimento para o adolescente J.H.N. por Ordem Judicial conforme determinado no processo número 5000608-11.2020.8.21.011/RS.

Valor Contratual: R$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais)
INEX N°117

Mais informações pelo telefone (51) 3673-1166 (ramal: 239)
www.mostardas.rs.gov.br ou via correio eletrônico:
licitacoes@mostardas.rs.gov.br.

Mostardas, 05 de dezembro de 2025.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordano Pires Lopes
Código Identificador:5E9054B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DISPENSA POR INEXIGIBILIDADE Nº117/2025

Contratante: Município de Mostardas.
Contratada: MONTE SIÃO ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA LTDA
CNPJ nº 51.018.898/0001-66
Objeto: Pagamento de vaga de acolhimento para o adolescente J.H.N. por Ordem Judicial conforme determinado no processo número 5000608-11.2020.8.21.011/RS.

Valor Contratual: R$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais)

Mais informações pelo telefone (51) 3673-1166 (ramal: 239)
www.mostardas.rs.gov.br ou via correio eletrônico:
licitacoes@mostardas.rs.gov.br.

Mostardas, 05 de dezembro de 2025.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordano Pires Lopes
Código Identificador:3F5899F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRTAO SÚMULA DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APLICAÇÃO DE PELÍCULA NOS VEÍCULOS D GRANDE PORTE PERTENCENTES A SMOSTT

Contratante: Município de Mostardas.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APLICAÇÃO DE PELÍCULA NOS VEÍCULOS D GRANDE PORTE PERTENCENTES A SMOSTT, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

*Arquivos disponíveis no ícone Licitações e Dispensas, link de acesso: https://www.mostardas.rs.gov.br/licitacao

*Aberto para recebimento de proposta no período de 08/12/2025 até o dia 10/12/2025.

*A proposta deverá ser enviada para o e-mail: comprasmostardas2018@gmail.com
Mais informações pelo telefone (51) 3673-1166 (ramal: 240)
www.mostardas.rs.gov.br

Mostardas, 05 de dezembro de 2025.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordano Pires Lopes
Código Identificador:4CDC8B40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA CONSERTO DA NISSAN FRONTIER PLACA IZQ4F97

Contratante: Município de Mostardas.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA CONSERTO DA NISSAN FRONTIER PLACA IZQ4F97, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, GLOBAL.

*Arquivos disponíveis no ícone Licitações e Dispensas, link de acesso: https://www.mostardas.rs.gov.br/licitacao

*Aberto para recebimento de proposta no período de 08/12/2025 até o dia 10/12/2025.

*A proposta deverá ser enviada para o e-mail: comprasmostardas2018@gmail.com
Mais informações pelo telefone (51) 3673-1166 (ramal: 240)
www.mostardas.rs.gov.br

Mostardas, 05 de dezembro de 2025.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordano Pires Lopes
Código Identificador:BC417434

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA HARTZ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
PREGAO ELETRONICO 28.2025

SUSPENSÃO NA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2025
O **MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ**, sediado na Rua Emilio Jost, n.º 387, comunica aos interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ABASTECIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DAS ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENDIMENTO DE PACIENTES EM DOMICÍLIO, E PARA SOLDA MIG MISTURA GASOSA ARG + CO^2 PARA A SECRETARIA DE OBRAS, EM CONFORMIDADE COM OS TERMOS DE REFERÊNCIA ANEXO V E VII DO EDITAL,** ficará suspensa para reanálise a abertura da sessão agendada para o dia 12/12/2025, a nova data será agendada e publicada brevemente, e estará disponível no site: www.novahartz.rs.gov.br e www.pregaobanrisul.com.br. Nova Hartz, 05 de dezembro de 2025.

NERI CARLOS BUENO CHICATTO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simoni Rejane da Costa Luft
Código Identificador:CA77C408

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SÚMULA DISPENSÁVEL N.º 212/2025

O Município de Nova Hartz, através do Prefeito Municipal, acolhendo parecer exarado no processo n° 5126/2025 e no parecer jurídico n.º 467/2025 e reconhece ser dispensa, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n° 14.133/2021, ratifica a dispensa para a contratação da empresa **FERNANDES & LUMERTZ INDUSTRIA E COMERCIO DE TAPETES LTDA**, para a aquisição de tapetes (capachos) personalizados para as UBS do município.
O valor total da contratação é de R$1.028,07 (um mil, vinte e oito reais e sete centavos).
Nova Hartz, 4 de dezembro de 2025.

NERI CARLOS BUENO CHICATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Studt
Código Identificador:4092D513

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SÚMULA DISPENSÁVEL N.º 213/2025

O Município de Nova Hartz, através do Prefeito Municipal, acolhendo parecer exarado no processo n° 5411/2025 e no parecer jurídico n.º 464/2025 e reconhece ser dispensa, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n° 14.133/2021, ratifica a dispensa para a contratação da empresa **ELMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, para a aquisição de cortinas hospitalares, seladora e campos cirúrgicos para a rede pública de saúde do município.
O valor total da contratação é de R$36.111,00 (trinta e seis mil, cento e onze reais).
Nova Hartz, 4 de dezembro de 2025.

NERI CARLOS BUENO CHICATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Studt
Código Identificador:2EBFE57B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO - EXTRATO DO EDITAL N.º 02/2025

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO - MUNICÍPIO DE NOVA PRATA
EXTRATO DO EDITAL N.º 02/2025 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA E INSCRIÇÕES
O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE NOVA PRATA, representado pelo Presidente, Sr. Arthur Sbroglio Ochi, no uso de suas atribuições legais, em razão do Concurso Público n.º 01/2025, regido pelo Edital n.º 01/2025, de 18 de novembro de 2025, torna público o presente Edital para comunicar o que segue: 1. Retifica-se o Edital de Abertura e Inscrições: 1.1. para incluir os subitens 1.13, 1.14 nas Disposições Preliminares, bem como 11.35 na Prova Teórico-objetiva; 1.2. para alterar a redação dos subitens 1.10, 8.14, 11.5, 12, 15.1 e 16.8; 1.3. para incluir o período de Impugnação Cronograma do Concurso Público; e 1.4. para incluir o mínimo de acertos em cada área dos conhecimentos na Tabela 3.1. O edital na íntegra pode ser conferido nos sites da Legalle Concursos: *www.legalleconcursos.com.br* e do Município: *www.novaprata.rs.gov.br*. Nova Prata/RS, 05/12/2025. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARTHUR SBROGLIO OCHI,
Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Nova Prata.

Publicado por:
Camile Klaus Berlatto
Código Identificador:58335930

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 133/25

De 04 de dezembro de 2025.

ABRE UM CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 110.000,00 A CÂMARA MUNICIPAL

O PREFEITO MUNICIPAL, DE NOVA SANTA RITA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2030 de 20 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Câmara Municipal um Crédito Suplementar no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), sob a seguinte classificação:

0100 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
0101 – SECRETARIA ADMINISTRATIVA
0101.01.031.0111.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas
3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil---------- R$ 110.000,00
Recurso – 05000001 – RECURSO LIVRE
TOTAL---------- R$ 110.000,00

Art. 2º Servirá de recurso para a cobertura do crédito suplementar aberto no art. 1º no valor R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), a redução de dotação orçamentária, conforme abaixo especificado.

0100 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
0101 – SECRETARIA ADMINISTRATIVA
0101.01.031.0111.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas
3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado---------- R$ 20.000,00
3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia e Comunicação---------- R$ 75.000,00
3.3.90.46 – Auxílio Alimentação---------- R$ 7.000,00
3.3.90.49 – Auxílio Transporte---------- R$ 8.000,00
Recurso – 05000001 – RECURSO LIVRE
TOTAL---------- R$ 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (04.12.2025).

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDUARDO IVANOWSKI DA SILVA
Resp. p/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Marcela Soares
Código Identificador:6E781C2E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2144/2025

De 03 de Dezembro de 2025.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM O CONSELHO COMUNITÁRIO PRÓ SEGURANÇA PÚBLICA – CONSEPRO DE NOVA SANTA RITA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no artigo 62, inciso IV, daLei Orgânicado Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Nova Santa Rita autorizado a firmar Termo de Fomento com o Conselho Comunitário Pró Segurança Pública do Município de Nova Santa Rita – CONSEPRO, inscrito sob CNPJ n° 01.274.006/0001-10, com sede na Rua Hélio Fraga de Moraes Sarmento, nº 90 – Centro, nesta cidade de Nova Santa Rita.

Parágrafo único. O Termo de Fomento tem o objetivo de auxiliar financeiramente na aquisição de equipamentos, materiais para manter as atividades da Segurança Pública no âmbito do Município e auxílio permanência para os servidores das corporações da Brigada Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares, conforme disposto na Lei Federal n° 13.019/2014, Decreto Municipal nº 42/2019e Decreto Municipal nº05/2022.

Art. 2º O valor a ser repassado ao CONSEPRO é de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a ser pago em parcela mensal para ações na área de segurança pública atuando junto a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul e Bombeiros Militares do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. Os recursos deverão ser aplicados, conforme necessidade dentro do Plano de Trabalho, para melhorar a qualidade dos serviços de segurança pública prestados no Município, através do suprimento de combustível e lubrificantes para viaturas, manutenção e reforma de prédios e viaturas, aquisição e manutenção de equipamentos de informática e eletrônicos, aquisição e manutenção de mobiliários, podendo ainda ser aplicados na realização de cursos, palestras, conferências, seminários, fóruns, debates, campanhas educativas e de conscientização e no pagamento de auxílio permanência para os servidores das corporações da Brigada Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares.

Art. 3º O CONSEPRO fica obrigado a prestar contas dos recursos recebidos da municipalidade, na forma doDecreto Municipal nº 05/2022.

§ 1ºA falta da prestação de contas pelo CONSEPRO no prazo estipulado implicará na devolução do valor repassado pelo município, atualizado monetariamente por índice oficial de correção.

§ 2º Eventual saldo remanescente deve ser informado especificadamente na prestação de contas e poderá compor o cumprimento das metas para os meses subsequente.

Art. 4º O Termo de Fomento terá o prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, tendo como data de início a data de assinatura do termo.

Parágrafo único. O primeiro repasse mensal se dará em até 30 dias após a assinatura do termo de fomento mediante deposito em conta bancária do CONSEPRO, sendo o restante em parcelas mensais sucessivas.

Art. 5º As despesas resultantes da presente Lei correrão à conta de dotações próprias constantes no orçamento municipal.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (03.12.2025).

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDUARDO IVANOWSKI DA SILVA
Resp. p/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Marcela Soares
Código Identificador:0FA05A2F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2145/2025.

De 03 de Dezembro de 2025.

Altera O ART. 3º da Lei Municipal nº 2.141, de 19 de NOVEMBRO de 2025, que Altera DISPOSITIVOS da Lei Municipal nº 1.741, de 12 de janeiro de 2022, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O SISTEMA DE CARTÃO ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA RITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica alterado o art. 3º da Lei 2.141, de 19 de novembro de 2025, que Altera Dispositivos da Lei Municipal nº 1.741 que: Autoriza o Poder Executivo a Instituir o Sistema de Cartão Alimentação no Âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Santa Rita e dá Outras Providências, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2025.**"**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (03.12.2025).

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDUARDO IVANOWSKI DA SILVA
Resp. p/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Marcela Soares
Código Identificador:3A29FD04

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 006/2025

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2025

O Município de Novo Barreiro/RS, por intermédio de sua Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 107/2025, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, com Modo de disputa (Art. 56, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021) ABERTO, pelo critério de julgamento (Art. 33, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021) MENOR PREÇO GLOBAL, sob o Regime de Execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, compreendendo mão-de-obra e materiais, **visando a execução de pavimentação com pedra irregular em estradas vicinais, na área rural do Município de Novo Barreiro/RS, abrangendo uma área total de 26.115,18 m², com recursos próprios e oriundos do Convênio de Repasse nº 948127/2023 - MIDR/CAIXA,** caracterizada e especificada no Termo de Referência, no Projeto Executivo e no Edital e seus anexos, na forma da lei.
Data do certame: 23 de dezembro de 2025
Abertura da Sessão: às 14h00min.
Recebimento das Propostas: de 09 de dezembro às 14h00min, até 23 de dezembro de 2025 às 13h59min.
O edital e seus anexos poderão ser obtidos por meio de "*download"* no site do Município: www.novobarreiro.rs.gov.br, no Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br ou no PNCP.
Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações do Município de Novo Barreiro/RS, sito a na Avenida São João Batista, 415, Bairro Centro, neste Município, CEP: 98.338-000, neste Município, ou pelo telefone (55) 3757.1100 ou no endereço eletrônico prefeituranovobarreiro@hotmail.com, no horário compreendido entre as 08h00 as 12h00 e das 13h00min às 17h00min, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para Início da Sessão de Disputa de Preços.

Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, em 08 de dezembro de 2025.

DIEGO CORLASSOLI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Trânsito

Publicado por:
Marcia Raquel Rodrigues Presotto
Código Identificador:87398B49

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PE 061 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO
EXTRATO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 061/2025

O MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO/RS, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com Modo de disputa Aberto, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM,** cujo objeto é o **Registro de Preço para a futura e eventual aquisição PARCELADA de câmaras de ar e protetores para pneus, bem como, de câmeras dianteiras de monitoramento e câmeras traseiras de ré, conforme demanda das Secretarias Municipais de Novo Barreiro/RS**, caracterizada e especificada no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, na forma da lei. Edital disponível no site http://www.novobarreiro.rs.gov.br, no portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Informações pelo tel. XX (55) 3757.1100, das 8h às 12h e das 13h às 17 ou pelo e-mail: prefeituranovobarreiro@hotmail.com. A sessão pública será realizada observando-se os seguintes horários (Brasília/DF) e datas para os procedimentos: **Data do Certame: 19/12/2025 às 09h00min. Recebimento das Propostas: Início: 09h00min do dia 09/12/2025 e Fim: 08h59min do dia 19/12/2025. Início da Sessão de Disputa de Preços 09h01min do dia 19/12/2025.**

Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, em 05 de dezembro de 2025.

DIEGO CORLASSOLI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Trânsito

Publicado por:
Marcia Raquel Rodrigues Presotto
Código Identificador:B7BBB608

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PE 062 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO
EXTRATO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 062/2025

O MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO/RS, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com Modo de disputa Aberto, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é o **Registro de Preço para a futura e eventual contratação de empresa especializada visando a aferição de tacógrafo e inspeção veicular dos veículos pertencentes às Secretarias Municipais do Município de Novo Barreiro/RS, para o fornecimento de materiais e realização de serviços**, caracterizada e especificada no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, na forma da lei. Edital disponível no site http://www.novobarreiro.rs.gov.br, no portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações

da Prefeitura Municipal. Informações pelo tel. XX (55) 3757.1100, das 8h às 12h e das 13h às 17 ou pelo e-mail: prefeituranovobarreiro@hotmail.com. A sessão pública será realizada observando-se os seguintes horários (Brasília/DF) e datas para os procedimentos: **Data do Certame: 22/12/2025 às 09h00min. Recebimento das Propostas: Início: 09h00min do dia 08/12/2025 e Fim: 08h59min do dia 22/12/2025. Início da Sessão de Disputa de Preços 09h01min do dia 22/12/2025.**

Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, em 05 de dezembro de 2025.

DIEGO CORLASSOLI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Trânsito

Publicado por:
Marcia Raquel Rodrigues Presotto
Código Identificador:A2624E68

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PE 063 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO
EXTRATO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 063/2025

O MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO/RS, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com Modo de disputa Aberto, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto é o **Registro de Preço para a futura e eventual aquisição PARCELADA de equipamentos e materiais esportivos para o Conselho Municipal de Desporto, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Novo Barreiro/RS**, caracterizada e especificada no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, na forma da lei. Edital disponível no site http://www.novobarreiro.rs.gov.br, no portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Informações pelo tel. XX (55) 3757.1100, das 8h às 12h e das 13h às 17 ou pelo e-mail: prefeituranovobarreiro@hotmail.com. A sessão pública será realizada observando-se os seguintes horários (Brasília/DF) e datas para os procedimentos: **Data do Certame: 23/12/2025 às 09h30min. Recebimento das Propostas: Início: 09h30min do dia 11/12/2025 e Fim: 09h29min do dia 23/12/2025. Início da Sessão de Disputa de Preços 09h31min do dia 23/12/2025.**

Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, em 05 de dezembro de 2025.

DIEGO CORLASSOLI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Trânsito

Publicado por:
Marcia Raquel Rodrigues Presotto
Código Identificador:19463656

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5199/2025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Abre crédito suplementar por redução no orçamento vigente, autorizado pela Lei Nº 2704/2024, de 20 de dezembro de 2024.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com **a Lei Municipal nº 2704/2024, de 20 de dezembro de 2024.**
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar por redução no valor de R$ 35.550,00 (trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2025, nas seguintes classificações orçamentárias:
Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 01 GABINETE DO PREFEITO
Classif: 04.122.0110.2.006 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
Fonte Recurso: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 34
Elem. Desp: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 1.800,00
Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 03 DEPARTAMENTO DE DESPORTO E CULTURA
Classif: 13.392.0240.2.076 Manutenção das atividades artísticas e culturais
Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 4318
Elem. Desp: 3.3.90.45.00.00.00 SUBVENÇÕES ECONÔMICAS.....R$ 6.000,00
Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Classif: 08.244.0360.2.109 Manutenção das Ações Socioassistenciais Básicas
Fonte....: 1662 Transferências de Recursos dos Fundos Municipais de Assistência Social
Desdobr. 1204 – FMAS – Aporte Recurso Livre
Conta: 719
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU.....R$ 3.850,00
Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçament.: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - ASPS
Classif: 10.301.0280.2.130 Manutenção de Veículos de Atenção Primária à Saúde
Fonte....: 2500 - Recursos não vinculados de Impostos
Detalhamento da Fonte: 0040 – ASPS
Cód. da despesa: 3786
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 7.000,00
Cód. da despesa: 3787
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 16.900,00
Art. 2º - Servirá de suporte para abertura do crédito suplementar do Artigo anterior, a redução em igual montante das seguintes classificações orçamentárias:
Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 03 DEPARTAMENTO DE DESPORTO E CULTURA
Classif: 27.812.0410.1.019 Construção de Espaços Desportivos
Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 121
Elem. Desp: 4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 11.650,00
Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade Orçament.: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - ASPS
Classif: 10.301.0280.2.117 Despesa com Pessoal e Encargos Sociais da ESF
Fonte....: 2500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0040 - ASPS
Cód. da despesa: 4088
Elem. Desp: 3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOA CIVIL.....R$ 23.900,00
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Novo Cabrais, 05 de dezembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:B014040E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 899 - 2025 - DISPENSA REGIME SUPLEMENTAR DE TRABALHO

PORTARIA Nº 899/2025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025
DISPENSA REGIME SUPLEMENTAR DE TRABALHO.
O Prefeito Municipal de Novo Cabrais, no Estado do Rio Grande do Sul, fazendo uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal n.º 665/2005 de 27 de julho de 2005 e Lei Municipal n.° 2.825/2025 de 11 de novembro de 2025, e,
Considerando o Memorando n.° 2.598/2025, de 01 de dezembro de 2025, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:
Art. 1° - **Dispensar Regime Suplementar de Trabalho**, a contar de **30 de dezembro de 2025**, aos professores abaixo relacionados:

Matrícula	Nome	Regime Suplementar
172-4	Arlesiane dos Santos Marques	20 horas semanais
1385-4	Diego Jung	16 horas semanais
1532-6	Andressa Daiane de Oliveira Machado	4 horas semanais

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2025.
Novo Cabrais, 05 de dezembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Everton Bessow Alves
Código Identificador:DE55BA46

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MACHADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2025

O MUNICÍPIO DE NOVO MACHADO RS, sediado na Rua Tuparendi n° 111 - Centro comunica que estará realizando o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2025 visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE HORA MECÂNICA, TORNO, SCANNER, BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, CONSERTO DE AR-CONDICIONADO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULAS**. O Pregão ocorrerá no dia **22 de DEZEMBRO de 2025 às 08:00 horas**. Maiores informações junto a Secretaria de Administração através do telefone 55 2211-0042 e no site www.novomachado.rs.gov.br. Novo Machado RS, 08 de dezembro de 2025.

VALDECI NATALINO DALLENOGARE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Kittlaus
Código Identificador:49802ECC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo GM ONIX PLUS LTZ TURBO AT 116 CV. SEDAN. Zero KM; Ano/Modelo 2025/2026. **VALOR:** R$ 381.000,00. **FORNECEDOR:** SPONCHIADO JARDINE VEICULOS LTDA, CNPJ: 00.485.542/0001-00. **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CISA, CNPJ nº 02.231.696.0001-92. **DATA:** 03/12/2025.

VALDECI NATALINO DALLENOGARE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Kittlaus
Código Identificador:0E4D60EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 53/2025: OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo GM ONIX PLUS LTZ TURBO AT 116 CV. SEDAN. Zero KM; Ano/Modelo 2025/2026. **VALOR:** R$ 381.000,00. **FORNECEDOR:** SPONCHIADO JARDINE VEICULOS LTDA, CNPJ: 00.485.542/0001-00. **DATA:** 03/12/2025.

VALDECI NATALINO DALLENOGARE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Kittlaus
Código Identificador:0282201E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

EDITAL Nº 274/2025
ROMILDO BOLZAN JÚNIOR, Prefeito Municipal de Osório, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, classificado no Chamamento Público aberto pelo Edital nº 251/2025, para Estágio Remunerado na Prefeitura Municipal de Osório.
O CIEE-Osório entrará em contato com o estagiário, que terá o prazo de **02 (dois) dias úteis** após o comunicado para se apresentar na Secretaria de Administração, localizada na Av. Jorge Dariva, nº 1251, 5º andar, Centro, Osório/RS.

ADMINISTRAÇÃO
GUILHERME CASTRO DE ÁVILA
JOÃO PAULO LEANDRO COMIOTTO
PSICOLOGIA
RAFAEL MOLFLONA DOS S. SOARES
RAYAN MARCHESINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Victoria Lima Dos Santos
Código Identificador:CF66592A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

EDITAL Nº 273/2025
ROMILDO BOLZAN JÚNIOR, Prefeito Municipal de Osório, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, classificados no Chamamento Público aberto pelo Edital

nº 062/2025, para Estágio Remunerado na Prefeitura Municipal de Osório.
O CIEE-Osório entrará em contato com o estagiário, que terá o prazo de **02 (dois) dias úteis** após o comunicado para se apresentar na Secretaria de Administração, localizada na Av. Jorge Dariva, nº 1251, 5º andar, Centro, Osório/RS.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS
JOÃO MARCOS SILVA OLIVEIRA

DIREITO
WILLIAN GABRIEL REIS PADILHA

ENSINO MÉDIO
RAFAELA FEIJÓ DOS S. DA SILVA
PEDRO HENRIQUE GRASSI GOMES
LUCIELLE LOPES DE ANDRADE
WIDEMAELLE SIMEON

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Victoria Lima Dos Santos
Código Identificador:A3796D76

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO

2º APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.º 036/2025
OBJETO: Contratação emergencial para aquisição de vagas em instituição educacional privada.
CONTRATADO: JULIANO DA SILVA BARBOSA LTDA
DO OBJETO: O presente Apostilamento tem por objeto a inclusão de dotação orçamentária referente ao Contrato n.º 036/2025, cujo objeto é a contratação emergencial para aquisição de vagas em instituição educacional privada.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fica incluída a seguinte dotação orçamentária:
05.004.0012.0365.0195.2222.33390390000000000000.15000020 – 605
EXPEDIENTE: 39765/2025

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Keilah Pinto Gularte
Código Identificador:2E309C6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

RESCISÃO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 042/2025
CREDENCIADA: DAIANE FERLIN
DA RESCISÃO: Fica rescindido o presente Termo de Credenciamento, que tem por objeto a prestação de serviços de auxiliar de transporte escolar, nos termos da Cláusula Décima, item 10.1, alínea II, a contar de 16 de setembro de 2025.
EXPEDIENTE: 32213/2025

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Keilah Pinto Gularte
Código Identificador:A48B19A3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 186/2025
CREDENCIADA: REFRIGESA REFRIGERAÇÕES LTDA
CNPJ: 08.165.994/0001-08
DO OBJETO: O objeto deste instrumento é o CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS EM PRESTAR SERVIÇOS DE manutenção preventiva e corretiva em ar-condicionado, freezer, refrigeradores e bebedouros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e anuência do CREDENCIADO, por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.
EXPEDIENTE: 38325/2025

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Keilah Pinto Gularte
Código Identificador:B7A22745

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2129/2025

PORTARIA Nº 2129/2025

Designa membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de Osório-RS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 6857/2023 e processo nº 39146/2025, designa os membros relacionados abaixo para compor o **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de Osório-RS:**

Representantes da Sociedade Civil:
I – Movimento Sindical, de empregados e patronal, urbano e rural:
Titular: Edson Ricardo de Souza (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Osório)
Suplente: Nadir Airoldi Dias (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Osório)

II – Associação de classes profissionais e empresariais:

Titular: Rafaela Bertoli de Medeiros Ibanez Marques (Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Osório – ACIO)
Suplente: Édina Tidra (Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Osório – ACIO)

III – Instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município:

Titular: Estela Maris Nunes da Silva (Sociedade Beneficente e Cultural Ilê Obá e Oxum)
Suplente: Karen Martinez (Sacerdote-afro da Tenda de Umbanda e Quimbanda Mareluz)

IV – Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais:

Titular: Rita de Cássia Pinheiro dos Santos Castanheira (Liga Feminina de Combate do Câncer de Tramandaí – Núcleo Osório)
Suplente: Neusa Campos Cardoso (Liga Feminina de Combate do Câncer de Tramandaí – Núcleo Osório)

Titular: Suzana Nunes Machado (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASCAR)
Suplente: Claudionir Fernandes da Rosa Ávila (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASCAR)

Titular: Sandra Regina da Silva Kaeur (COOPVIVA)
Suplente: Daniela Silva Barsalini (COOPVIVA)

Titular: Sandra Maria Giannastasio (Associação de Empreendedores em Turismo Rural – Osório Rural)
Suplente: Márcia Rodrigues (Associação de Empreendedores em Turismo Rural – Osório Rural)

Titular: Ana Paula Antônio dos Santos (Associação Religiosa e Cultural Maçambique de Osório)
Suplente: Francisca Dias (Associação Religiosa e Cultural Maçambique de Osório)

Representantes Governamentais:

I – Secretaria de Assistência Social e Habitação:
Titular: Haroldo Araujo Filho
Suplente: Josicleide Mazzetti Reis

II – Secretaria de Saúde:
Titular: Anne Andrea Dockhorn Marth
Suplente: Patricia Hejazi Pereira

III – Secretaria de Educação:
Titular: Natalia Rocha Gomes
Suplente: Bianca da Silva Agliardi

IV – Secretaria de Desenvolvimento, Turismo, Cultura e Juventude:

Titular: Regina Celia Navarro Sessim do Amaral
Suplente: Camila Jordão Knack

V – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca:
Titular: Guilherme Hammarstrom Dobler
Suplente: Lucas Ulisses Marques Gonçalves Garcia

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 02 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:0384A7A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2130/2025

PORTARIA Nº 2130/2025

Concede Promoção por Merecimento à servidora FERNANDA DE MELO SOUZA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 12 e 16 Lei nº 3.853, de 07 de junho de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO À SERVIDORA FERNANDA DE MELO SOUZA,** matrícula nº 5924-03, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo da servidora, passando da Classe A para Classe B, a contar de 05 de novembro de 2025, de acordo com o processo nº 36178/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 02 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:991B4DE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2131/2025

PORTARIA Nº 2131/2025

Designa servidores para exercerem a fiscalização da CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA Nº 89/2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais da **CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA Nº 89/2025,** entre o Município de Osório e a empresa **OLIVIERA BUSINESS GESTAO, COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 57.148.767/0001-80, devendo ser observado as atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 35073/2025:

Titular: **CRISTIANO SOUZA CAMARGO**, matrícula 1839-02
Suplente: **DANIEL RODRIGUES ACOSTA,** matrícula 6990-01

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 02 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:D973B4C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2132/2025

PORTARIA Nº 2132/2025

Concede Promoção por Merecimento à servidora CIBEREN QUADROS OURIQUES**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 12 e 16 Lei nº 3.853, de 07 de junho de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO À SERVIDORA CIBEREN QUADROS OURIQUES,** matrícula nº 6229-02, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo da servidora, passando da Classe A para Classe B, a contar de 18 de novembro de 2025, de acordo com o processo nº 37944/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:1A011958

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2133/2025

PORTARIA Nº 2133/2025

Concede Promoção por Merecimento à servidora RAMONI DE CASSIA DA SILVA BARBOSA**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 12 e 16 Lei nº 3.853, de 07 de junho de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO À SERVIDORA RAMONI DE CASSIA DA SILVA BARBOSA,** matrícula nº 5919-02, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo da servidora, passando da Classe A para Classe B, a contar de 13 de novembro de 2025, de acordo com o processo nº 37292/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:63094C7E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2134/2025

PORTARIA Nº 2134/2025

Concede Promoção por Merecimento à servidora ALINE MODEL HIEGER**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 12 e 16 Lei nº 3.853, de 07 de junho de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO À SERVIDORA ALINE MODEL HIEGER,** matrícula nº 6569-01, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo da servidora, passando da Classe A para Classe B, a contar de 28 de outubro de 2025, de acordo com o processo nº 35010/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:899BECB4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2135/2025

PORTARIA Nº 2135/2025

Reduz a carga horária da servidora DAIANE RODRIGUES DOS SANTOS.

O **PREFEITO MUNICÍPIO DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei 2.351/91, artigo 134-A, **REDUZ A CARGA HORÁRIA DE 20 PARA 10 HORAS SEMANAIS** da servidora **DAIANE RODRIGUES DOS SANTOS,** matrícula 5862-02, do cargo de professora, nível 03, lotada na Secretaria de Educação, que possui dependente socioeconômico com deficiência física, sensorial ou mental, sem prejuízo da remuneração, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 13 de novembro de 2025, de acordo com o processo nº 28294/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:4D1B57F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2136/2025

PORTARIA Nº 2136/2025

Faz uma designação.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 5.185/2013, de 25 de junho de 2013, **DESIGNA** a servidora **RITA DA COSTA MICHELS,** matrícula 3542-01, do cargo de auxiliar de administração, para responder como Membro Titular na Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, durante o período de afastamento da titular do cargo **LIANE VON SALTIEL WEBBER,** matrícula 3025-01, a contar de 01 de dezembro de 2025, fazendo jus a remuneração, conforme processo nº 39175/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:88141197

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2137/2025

PORTARIA Nº 2137/2025

Transfere de Lotação o servidor LUIS CESAR CARVALHO DE OLIVEIRA**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 41 da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, transfere de lotação o servidor **LUIS CESAR CARVALHO DE OLIVEIRA,** matrícula 2949-01, do cargo de Operário, padrão 01, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca para a Secretaria de Obras, Saneamento e Trânsito, com posto de trabalho na Garagem da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2025, conforme processo nº 35420/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:B87AFE95

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2138/2025

PORTARIA Nº 2138/2025

Convoca para o trabalho em Regime Suplementar o servidor HAROLDO ARAUJO FILHO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei Municipal nº 5.873/2017, convoca o servidor **HAROLDO ARAUJO FILHO**, matrícula 5312-01, do cargo de Nutricionista, padrão 08, para o trabalho em Regime Suplementar de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de dezembro de 2025, de acordo com o processo nº 38460/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:E847E081

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2139/2025

PORTARIA Nº 2139/2025

Concede Licença Prêmio a um servidor.

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 111 da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, alterado pela Lei nº 2.537, de 15 de julho de 1993, **CONCEDE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO** ao servidor **EVERSON OLIVEIRA DA LUZ,** do cargo de Vigilante, matrícula 6073-01, correspondente ao 1º período de efetividade, compreendido entre 09 de agosto de 2018 a 08 de agosto de 2023, cujo gozo fica condicionado à conveniência do serviço, de acordo com o processo nº 36739/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:CD1942E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2140/2025

PORTARIA Nº 2140/2025

Averbação de tempo de serviço.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 85, § 2º, artigo 86, § 1º, artigo 111, parágrafo único e artigo 137, ambos da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Osório, **AVERBA NA FICHA FUNCIONAL DA SERVIDORA TANARA DA SILVA DIAS,** do cargo de Secretária de Escola, matrícula 5804-01, o tempo de serviço público prestado ao Município de Osório, correspondente a 2221 (dois mil, duzentos e vinte e um) dias que deverá ser contado para fins de aposentadoria, avanços, adicional por tempo de serviço, licença prêmio e disponibilidade, conforme Declaração nº 014/2025, expedida pelo Fundo de Previdência Social do Município de Osório, anexa ao processo nº 30518/2025, a contar de 25 de setembro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:2CA6AC77

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2141/2025

PORTARIA Nº 2141/2025

Averbação de tempo de serviço.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 85, § 2º, artigo 86, § 1º, artigo 111, parágrafo único e artigo 137, ambos da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Osório, **AVERBA NA FICHA FUNCIONAL DA SERVIDORA JULIANA GONCALVES OLIVEIRA,** do cargo de Técnica em Enfermagem, matrícula 4845-01, o tempo de serviço público prestado ao Município de Osório, correspondente a 2505 (dois mil, quinhentos e cinco) dias que deverá ser contado para fins de aposentadoria, avanços, adicional por tempo de serviço, licença prêmio e disponibilidade, conforme Declaração nº 007/2025, expedida pelo Fundo de Previdência Social do Município de Osório, anexa ao processo nº 16230/2025, a contar de 28 de maio de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 03 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:9DE8A7B6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2142/2025

PORTARIA Nº 2142/2025

Designa servidores para compor comissão especial.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e conforme processo nº 26950/2025, **DESIGNA** os seguintes servidores para compor comissão especial para acompanhar e organizar os trabalhos, referente as comissões designadas pelas portarias nº 479/2025, 1996/2025, 2126/2025 e 2127/2025:

MARINA ROSA NUNES, matrícula 3252-01;
IVONETE FERNANDES MATEUS, matrícula 974-01;
VALDENIRO RIBEIRO DA SILVA, matrícula 3177-01.
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 04 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:1C882543

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2143/2025

PORTARIA Nº 2143/2025

Convoca para o trabalho em Regime Suplementar a servidora MARILUCI FOFONKA**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13, inciso 1º e 2º e artigo 14 da Lei Municipal nº 5.873/2017, convoca a servidora **MARILUCI FOFONKA**, matrícula 3814-01, do cargo de Assistente Social, padrão 08, para o trabalho em Regime Suplementar de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 02 de janeiro de 2026, de acordo com o processo nº 38394/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 04 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:4BFFFCA0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2144/2025

PORTARIA Nº 2144/2025

Designa servidores para exercerem a fiscalização dos termos de credenciamento oriundos do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CREDENCIAMENTO Nº 19/2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais dos termos de credenciamento de interessados em prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva em ar-condicionado, freezer, refrigeradores e bebedouros, oriundos do processo licitatório do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CREDENCIAMENTO Nº 19/2025**, observando as atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 32821/2025:

Representantes da Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito:
Titular: **CLAUDIO MORO**, matrícula 5179-03
Suplente: **EDUARDO SILVEIRA DOS SANTOS**, matrícula 5299-01

Representantes da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca:
Titular: **VOLNEI DE MELO**, matrícula 7495-01
Suplente: **RAFAEL NUNES PEREIRA**, matrícula 7368-01

Representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Territorial:
Titular: **ROGER FLORES FRANCISCO**, matrícula 6544-01
Suplente: **JULIERME JUSTIN CARASSAI**, matrícula 2926-03

Representantes da Secretaria de Saúde:
Titular: **SILVIA LUCIANE MACHADO DE OLIVEIRA**, matrícula 5752-09
Suplente: **ANA PAULA GOSSMANN BORTOLETTI**, matrícula 6609-02

Representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação:
Titular: **VICENTE DE PAULO SILVA DE JESUS**, matrícula 4539-10
Suplente: **MIRIAM COSTA SANTOS SANTANA**, matrícula 3547-01

Representantes da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo, Cultura e Juventude:
Titular: **ALECXANDRO FERREIRA DA SILVA**, matrícula 7364-01
Suplente: **DEISY JAMARA MOREIRA PEREIRA**, matrícula 6128-03

Representantes da Secretaria de Educação:
Titular: **MAILOR CRISTINA KINGESKI**, matrícula 1029-02
Suplente: **MATEUS NEGRINI**, matrícula 7252-01

Representantes da Secretaria de Obras, Saneamento e Trânsito:
Titular: **JOSEANE HOFFMANN DE OLIVEIRA**, matrícula 5827-03
Suplente: **ALEXANDRE DAS CHAGAS BORDIN**, matrícula 2455-01

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 04 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:24F75CA0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2145/2025

PORTARIA Nº 2145/2025

Converte tempo especial em tempo comum do servidor CARLOS HOWES DE MESQUITA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da sentença judicial proferida nos autos da ação judicial n° 5007578-52.2021.8.21.0059 e artigo 25, § 2º de Emenda Constitucional nº 103/2019, Notas Técnicas SEI nºs 792 e 9178/2021/ME e tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Recurso Extraordinário – RE nº 1014286, representativo do Tema nº 942 da Repercussão Geral, **CONVERTE O TEMPO ESPECIAL DE 3507 (TRÊS MIL, QUINHENTOS E SETE) DIAS**, prestado ao Município de Osório, referente ao período de 07 de abril de 2010 a 12 de novembro de 2019, multiplicado pelo fator de conversão 1,4, **EM TEMPO COMUM**, totalizando 4909 (quatro mil, novecentos e nove) dias, em que deverá ser somado ao tempo comum 1402 **(um mil, quatrocentos e dois) dias**, correspondente a **03 (três) anos, 10 (dez) meses e 07 (sete) dias** ao tempo de serviço do servidor **CARLOS HOWES DE MESQUITA**, matrícula 4843-01, de acordo com o processo nº 37676/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 04 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:3961B38A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2146/2025

PORTARIA Nº 2146/2025

Converte tempo especial em tempo comum do servidor CARLOS HOWES DE MESQUITA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da sentença judicial proferida nos autos da ação judicial n° 5007578-52.2021.8.21.0059 e artigo 25, § 2º de Emenda Constitucional nº 103/2019, Notas Técnicas SEI nºs 792 e 9178/2021/ME e tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Recurso Extraordinário – RE nº 1014286, representativo do Tema nº 942 da Repercussão Geral, **CONVERTE O TEMPO ESPECIAL DE 2016 (DOIS MIL E DEZESSEIS) DIAS**, prestado ao Município de Osório, referente ao período de 06 de maio de 2014 a 12 de novembro de 2019, multiplicado pelo fator de conversão 1,4, **EM TEMPO COMUM**, totalizando 2822 (dois mil, oitocentos e vinte e dois) dias, em que deverá ser somado ao tempo comum 806 **(oitocentos e seis) dias**, correspondente a **02 (dois) anos, 02 (dois) meses e 16 (dezesseis) dias** ao tempo de serviço do servidor **CARLOS HOWES DE MESQUITA**, matrícula 4843-02, de acordo com o processo nº 37676/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 04 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:B22C23C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2147/2025

PORTARIA Nº 2147/2025

Restabelece a contagem de tempo de serviço.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais, nos termos do Decreto nº 195/2022 e suas alterações posteriores e processo nº 30324/2025, **RESOLVE**:
Art. 1º **RESTABELECE A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO**, compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, da servidora **SANDRA REGINA MUTTES MEDEIROS,** matrícula 604-01, cargo de Psicóloga para fins aquisição de adicional por tempo de serviço, avanços e licença prêmio, a contar de 18 de setembro de 2025.
Art. 2º Os valores retroativos a receber devem serem pagos nos autos do processo judicial, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.
Art. 3º No caso em que o servidor não possuir processo judicial que trate do restabelecimento da contagem de tempo de serviço objeto desta portaria, o pagamento retroativo deverá ser solicitado em expediente protocolado para esse fim, devidamente instruído com os documentos pertinentes, e dependerá da disponibilidade orçamentaria.
Art. 4º A retificação dos atos administrativos que sofrerem alterações em razão do restabelecimento da contagem de tempo de serviço objeto desta portaria será efetivado pela Secretaria de Administração de ofício.
Art. 5º Essa portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 04 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:1F16B83B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2148/2025

PORTARIA Nº 2148/2025

Concede Licença Prêmio a uma servidora.

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 111 da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, alterado pela Lei nº 2.537, de 15 de julho de 1993, **CONCEDE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO** à servidora **MARI TERESINHA ALMINHANA PANNI,** do cargo de Professora, matrícula 4857-01, correspondente ao 2º período de efetividade, compreendido entre 02 de maio de 2019 a 06 de dezembro de 2025, cujo gozo fica condicionado à conveniência do serviço, de acordo com o processo nº 39671/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 04 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:741F18D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2149/2025

PORTARIA Nº 2149/2025

Faz uma designação.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 39 e 40 da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, designa a servidora **VALERIA DE LIMA MITTMANN ARMICHI,** matrícula 6781-01, do cargo de Oficial de Administração, para responder como Dirigente de Equipe de Processamento de Folha de Pagamento, no período de licença paternidade do titular do cargo **LUDIANO BITTENCOURT FERREIRA,** matrícula 4278-02, a contar de 14 de novembro de 2025 a 03 de dezembro de 2025, devendo perceber o valor correspondente ao padrão CC3/FG3, conforme processo nº 37375/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 04 de dezembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:C5EB11A3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 244/2025

O SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE OSÓRIO INFORMA:

Protocolo: 38471/2025

Valor: R$ 7.500,00
Credor: BIANCA QUINCOSES DOS SANTOS
Objeto:Contratação de espetáculo teatral para crianças e adolescentes com cunho educativo, conforme art. 74, II, da lei 14133/21. M**ais** informações pelo e-mail pmo.compras2022@gmail.com.

Osório/RS, 06 de dezembro de 2025.

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Simone Rosa
Código Identificador:DA6E0D6E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 245/2025

O SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE OSÓRIO INFORMA: EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
Protocolo: 37817 e 39050/2025
Valor: R$ 2.000,00
Credor: HENRIQUE GUEDES MACHADO
Objeto: Contratação do Henrique Guedez (Clow de Natal) para apresentação artística no "Brique das Carretas - Edição Especial de Natal" que ocorrerá no dia 14 de dezembro na Praça das Carretas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Art. 74, inciso II da lei 14133/21. Mais informações pelo e-mail pmo.compras2022@gmail.com

Osório, 08 de dezembro de 2025.

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Raoni Santos de Oliveira
Código Identificador:28E2EDDB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025

O SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES INFORMA:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025: Registro de preços para fornecimento com instalação de cobertura de policarbonato fixada em estrutura metálica, restando vencedora a seguinte empresa: ADRIANA GOMES DE SOUZA EIRELI, CNPJ 34.018.918/0001-80, o preço registrado, bem como a ata, pelo período de 12 meses a contar de 08/12/2025, estão disponíveis para consulta no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

Mais informações pelo e-mail rprecososorio@gmail.com

Osório, 8 de Dezembro de 2025.

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Renata Rodrigues Ribeiro
Código Identificador:7CE50496

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMARES DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISOS DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2025
Objeto: Aquisição de veículo SUV. Abertura que será às 14h30min do dia 18/12/2025 (horário de Brasília). No portal www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2025
Objeto: Aquisição de pracinhas. Abertura que será às 09h30min do dia 18/12/2025 (horário de Brasília). No portal www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2025 – REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: Fornecimento de Materiais para Abrigo Institucional. Abertura que será às 14h30min do dia 18/12/2025 (horário de Brasília). No portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2025
Objeto: Aquisição de Equipamentos Médico Hospitalar. Abertura que será às 14h30min do dia 18/12/2025 (horário de Brasília). No portal www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2025
Objeto: Aquisição de Móveis. Abertura que será às 09h30min do dia 19/12/2025 (horário de Brasília). No portal www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2025 – REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: Serviços de Exames – Diagnóstico por Imagem. Abertura que será às 09h30min do dia 22/12/2025 (horário de Brasília). No portal www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2025
Objeto: Serviços para Programa SAMU. Abertura que será às 14h30min do dia 22/12/2025 (horário de Brasília). No portal www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
Os editais estarão à disposição dos interessados no portal de realização e no site www.palmaresdosul.rs.gov.br

REGIS BAUERMANN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciane Terra Lioti
Código Identificador:C9A6FFBD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITINHO

SECRETARIA DA FAZENDA
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIFIAL Nº 32/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 183/2025

O Município de Palmitinho/RS, torna público a quem possa interessar, a RETIFICAÇÃO DO OBJETO do Pregão Presencial nº 32/2025, para aquisição de um veículo novo, zero km, tipo SUV para Secretaria Municipal da Educação e Cultura do município de Palmitinho/RS, conforme descritivo completo no Anexo I, do referido edital, a se realizar às **09:00 horas do dia 15/12/2025** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitinho/RS. Os demais itens permanecem inalterados. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (55) 3791-1123/Ramal 216, ou junto ao Setor de Licitações, sendo que o edital está disponível no site: palmitinho.atende.net

Palmitinho/RS, 05 de dezembro de 2025

BENHUR DAILOR BARTH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Francisco Pedon
Código Identificador:116D1277

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍ

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação n° 75/2025. Fundamento no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21. Objeto: Compra de calendários personalizados do ano de 2026. Valor: R$ 10.920,00 (dez mil novecentos e vinte reais). Contratada: Gráfica Agetra LTDA. Maiores informações no site **www.parai.rs.gov.br** ou pelo fone (54) 3477-1233, ou diretamente na Prefeitura Municipal de Paraí/RS.

GILBERTO ZANOTTO,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Venicius José Fochesatto
Código Identificador:46F4BF79

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato Administrativo nº. 313/2025. Objeto: *Contratação de empresa para prestação de Serviços Médicos, na área de Urologia, para atendimentos na Unidade Básica de Saúde de Paraí, referente a Campanha Novembro Azul***.** Contratada: Rodrigo Balotin Urologia Ltda. Valor total: R$ 13.000,00 (treze mil reais). Vigência do contrato: 60 (sessenta) dias. Processo Licitatório nº 155/2025, modalidade Dispensa de Licitação nº. 0069/2025.

Contrato Administrativo nº. 314/2025. Objeto: *Contratação de empresa para realização de Estudo Hidrológico em pontes do interior do município.* Contratada: Maurício Gabana Zucchetti. Valor: R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Vigência do contrato: 06 (seis) meses. Processo Licitatório nº 160/2025, modalidade Dispensa de Licitação nº. 071/2025.

Contrato Administrativo 315/2025. Objeto: *Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquina para obras públicas e para destinação a produtores beneficiários da lei de Incentivo e outros.* Contratada: Eduardo Bordignon (MEI). Prazo do contrato: 12 (doze meses). Processo Licitatório nº. 019/2025, Chamamento Público/Credenciamento nº 001/2025.

Contrato Administrativo 316/2025. Objeto: *Contratação de empresa para a prestação de serviços de instalação e manutenção de decoração em eventos festivos.* Contratada: Neo Eletricidade Ltda. Prazo do contrato: 12 (doze meses). Processo Licitatório nº. 093/2024, Chamamento Público/Credenciamento nº 005/2024.

Contrato Administrativo nº. 318/2025. Objeto: *Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de software de gerenciamento das informações do IPM – Índice de Participação dos Municípios no ICMS.* Contratada: Essencial Assessoria Tributária Ltda. Valor total: R$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais). Vigência do contrato: 12 (doze) meses. Processo Licitatório nº 163/2025, modalidade Dispensa de Licitação nº. 0074/2025.

Termo Aditivo n° 01 ao Contrato Administrativo n° 198/2025. Objeto: Acréscimo de quantidade. Contratada: Padaria e Confeitaria Tia Marilete Ltda. Valor do acréscimo: R$ 743,90 (setecentos e quarenta e três reais e noventa centavos). Processo Licitatório nº 79/2025, Pregão Eletrônico nº 016/2025.

Termo Aditivo n° 02 ao Contrato Administrativo n° 060/2024. Objeto: *Prorrogação de prazo.* Contratada: Douglas Henrique Bortolon Artes e Eventos ME. Prazo da prorrogação: 12 (doze) meses. Processo Licitatório nº 06/2024, Dispensa de Licitação nº. 004/2024.

Termo Aditivo n° 02 ao Contrato Administrativo n° 202/2023. Objeto: *Prorrogação de prazo.* Contratada: Infinity Health Serviços Médicos Eireli. Prazo da prorrogação: 12 (doze) meses. Processo Licitatório nº 73/2023, Tomada de Preço nº. 014/2023.

Termo Aditivo n° 03 ao Contrato Administrativo n° 103/2023. Objeto: *Prorrogação de prazo e reajuste econômico financeiro.* Contratada: Associação de Artes Marciais Cavalheiro Team. Prazo da prorrogação: 03 (três) meses. Valor após reajuste: R$103,63 (cento e três reais e sessenta e três centavos) por hora. Processo Licitatório nº 013/2023, Pregão Presencial nº. 006/2023.

Termo Aditivo n° 03 ao Contrato Administrativo n° 111/2023. Objeto: *Prorrogação de prazo e reajuste econômico financeiro.* Contratada: Foco Cursos e Idiomas Ltda. Prazo da prorrogação: 12 (doze) meses. Valor após reajuste: R$151,75 (cento e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos) por hora. Processo Licitatório nº 23/2023, Pregão Presencial nº. 09/2023.

Termo Aditivo n° 03 ao Contrato Administrativo n° 217/2023. Objeto: *Prorrogação de prazo e reajuste econômico financeiro.* Contratada: Renata Lazzari-ME. Prazo da prorrogação: 12 (doze) meses. Valor mensal após reajuste: R$198,74 (cento e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos) mensais. Processo Licitatório nº 116/2022, Dispensa de Licitação nº. 037/2022.

Termo Aditivo n° 04 ao Contrato Administrativo n° 201/2023. Objeto: *Prorrogação de prazo.* Contratada: Castro & Dambrós Ltda. Prazo da prorrogação: 12 (doze) meses. Processo Licitatório nº 70/2023, Pregão Presencial nº. 016/2023.

Termo Aditivo n° 05 ao Contrato Administrativo n° 117/2022. Objeto: *Prorrogação de prazo.* Contratada: Hospital Beneficente São Pedro. Prazo da prorrogação: 12 (doze) meses. Processo Licitatório nº 027/2022, Credenciamento nº. 01/2022.

Termo Aditivo n° 10 ao Contrato Administrativo n° 102/2023. Objeto: *Prorrogação de prazo.* Contratada: Ivaldino José Vanzo Eireli. Prazo da prorrogação: 12 (doze) meses. Processo Licitatório nº 017/2023, Pregão Presencial nº. 08/2023.

Termo Aditivo n° 01 ao Contrato Administrativo n° 277/2025. Objeto: *Acréscimo de quantidade.* Contratada: Paludo Industria de Carrocerias Ltda. Valor do acréscimo: R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Processo Licitatório nº 110/2025, Pregão Eletrônico nº 0025/2025.

Termo Aditivo n° 01 ao Contrato Administrativo n° 196/2024. Objeto: *Prorrogação de prazo e reajuste econômico financeiro.* Contratada: Referência Gestão e Risco Ltda. Prazo da prorrogação: 12 (doze) meses. Valor mensal após reajuste: R$ 862,07 (oitocentos e sessenta e dois reais e sete centavos) mensais. Processo Licitatório nº 87/2024, Inexigibilidade nº. 0007/2024.

Termo Aditivo n° 16 ao Contrato Administrativo n° 177/2025. Objeto: *Repasse dos recursos referentes a Portaria SES nº. 1078/2025.* Contratada: Hospital beneficente Nossa Senhora Aparecida. Valor do repasse: R$ 6.062,89 (seis mil e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos). Processo licitatório nº. 66/2023, Inexigibilidade nº. 004/2023.

Termo Aditivo n° 01 ao Contrato Administrativo n° 174/2025. Objeto: *Acréscimo e Supressão de quantidade.* Contratada: Exatus Construtora Ltda. Valor do acréscimo: R$ 65.739,32 (sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos). Valor da supressão: R$ 28.097,85 (vinte e oito mil e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos). Processo Licitatório nº 119/2025, Dispensa de Licitação nº 0052/2025.

Publicado por:
Venicius José Fochesatto
Código Identificador:E5995BAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECI NOVO

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025

AVISO DE LICITAÇÃO. Concorrência nº 04/2025. Objeto: Obras e serviços de engenharia com fornecimento de materiais, para contratação de empresa em regime de empreitada global, no fechamento lateral da quadra de esportes da EMEF Catharina Fridolina Weissheimer, referente a Emendas Impositivas da Câmara Municipal de Vereadores, conforme descrição nos anexos do Edital. Abertura dia 22 de dezembro 2025, às 09h, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital disponível no sitio https://www.parecinovo.rs.gov.br. Informações telefone (51) 99646-3873 ou pelo e-mail: licitacao@parecinovo.rs.gov.br.

LORENI CRISTINA REINHEIMER,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Malu Pereira
Código Identificador:644A063E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PRD 130-2025

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 130/2025
Homologo o resultado da Dispensa nº 130/2025, que tem por objeto a **aquisição de peças** para manutenção corretiva da motoniveladora NEW HOLLAND, modelo RG140B, placa IWT 5991, conforme especificações constantes no Termo de Referência, e adjudico o objeto à empresa **MERCANTE DIESEL EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 93.395.960/0001-89, com valor global de **R$ 9.606,40 (nove mil e seiscentos e seis reais e quarenta centavos)**, conforme documentação constante no processo administrativo nº 7386/2025. A decisão está fundamentada no Parecer Jurídico nº 491/2025 e embasada no artigo 75, inciso I, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.
Parobé/RS, 05 de dezembro de 2025.

GILBERTO MIGUEL GOMES JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tairone Dal Castel
Código Identificador:9BAE7AC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PRD 133-2025

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 133/2025
Homologo o resultado da Dispensa nº 133/2025, que tem por objeto a **aquisição e instalação de uma bomba submersa** nas dependências da EMEF Jorge Fleck, conforme especificações constantes no Termo de Referência, e adjudico o objeto à empresa **A. PERES DA SILVA,** inscrita no CNPJ nº 11.172.952/0001-09, com valor global de **R$ 9.112,00 (nove mil e cento e doze reais),**conforme documentação constante no processo administrativo nº 7440/2025. A decisão está fundamentada no Parecer Jurídico nº 492/2025 e embasada no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Parobé/RS, 05 de dezembro de 2025.

GILBERTO MIGUEL GOMES JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tairone Dal Castel
Código Identificador:454A3191

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2025

Processo nº 7144/2025
Modo de Disputa: ABERTO.
Tipo de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.
Orçamento Sigiloso: NÃO.
Data e Hora: Conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios e DOM.
Site: www.portaldecompraspublicas.com.br

O Município de Parobé/RS comunica a suspensão da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 126/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de limpeza de praças, roçadas, manutenção de áreas verdes, serviços gerais na central de resíduos inertes, apoio a sepultamentos e produção de mudas no horto florestal.
A suspensão ocorre em razão da necessidade de análise das impugnações e dos esclarecimentos solicitados, visando garantir segurança e regularidade ao procedimento.
Nova data será informada oportunamente pelos mesmos meios de divulgação.

Parobé, 05 de dezembro de 2025.

GILBERTO MIGUEL GOMES JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Pedro Pineiro Holderbaum
Código Identificador:6FA7DD42

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

CONTRATANTE: Município de Pedras Altas
CONTRATADO: A H SERVICOS DE ENGENHARIA E MANUTENCAO LTDA
OBJETO;CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINA
MODALIDADE: Chamamento Público/Credenciamento 1/2024
CONTRATO: 129/2025.
VALOR: R$ 5.049,90 (cinco mil e quarenta e nove reais e noventa centavos)
VIGÊNCIA 04/12/25 a 04/03/26.
DOTAÇÃO: 339039170000

Pedras Altas, 04 de dezembro de 2025

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Bernardo Hessel Rijo
Código Identificador:94E2A6C2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 9467 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA N.º 9.467 de 05 de Dezembro de 2025.

Designa servidores para atuarem como fiscais do Contrato Administrativo 129/2025.

A Prefeita Municipal do Município de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e considerando**,** o processo administrativo 10213/2025, via sistema GOV.

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para fiscalizar o Contrato Administrativo 129/2025.

Titular: Alexandre Forgiarini Firpo, Coordenador Frotas, Matricula n° 1910-0:

Suplente: Julio Cezar Garcia Dos Santos, Agente Administrativo, Matricula n° 619-0:

Art. 2º O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços referentes a o contrato Administrativo 129/2025, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1º As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.
§ 2º Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências

necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o Compete ao fiscal realizar relatório das atividades que foram realizadas, assinado pelas partes, na forma e no prazo previsto no contrato.

Art. 4o O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.
Parágrafo único: O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 05 de Dezembro de 2025.

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Gabinete da Prefeita

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Bernardo Hessel Rijo
Código Identificador:4BD23600

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DL 514/2025

Contratante: Município de Pedras Altas- RS
Contratado: Cirúrgica Santa Cruz Com. de Produtos Hospitalares LTDA.
Objeto: Material para monitoramento de taxas de glicemia.
Valor: R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais)
Modalidade: Dispensa por Limite 514/2025
Amparo Legal: Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. II
Pedras Altas, 03 de dezembro de 2025

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Daniele Goulart Oliveira
Código Identificador:977F13C5

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 9.456 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

Concede adicional por tempo de serviço a servidores.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art. 84 da Lei Municipal nº 161/2002;
Considerando, Memorando nº 2629/2025;
RESOLVE:
Art. 1° Conceder **4º (Quarto)** Adicional por Tempo de Serviço, **período aquisitivo 02/04/2019 a 05/11/2025**, ao servidor **Leandro Lemos Lopes**, Serviços Gerais, matrícula nº 679-3.
Art. 2º Conceder **4º (Quarto)** Adicional por Tempo de Serviço, **período aquisitivo 06/04/2019 a 11/11/2025,** ao servidor **Luis Alberto Pinheiro Pereira**, Professor de Anos Iniciais, matrícula nº 687-4.
Art. 3° Conceder 4**º (Quarto)** Adicional por Tempo de Serviço, **período aquisitivo 02/04/2019 a 05/11/2025**, a servidora **Maria da Graça Ferreira Nobre,** Supervisor Escolar, matrícula nº 680-7.
Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de novembro de 2025.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos,
Em 25 de Novembro de 2025.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Maria Luciana Gimenes Rochel
Código Identificador:B8204B62

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 9.471 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

Concede licença por motivo de falecimento de familiar a servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art.121, IV, b, da Lei Municipal nº 161/2002;
Considerando, Art. 473, I, da CLT;
Considerando, Memorando Interno nº 2636/2025;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder licença por motivo de falecimento da mãe, a servidora **Vaine Teresinha Garcia Machado**, Atendente Consultório Dentário, matrícula nº 1741-8, **no período de 14/11/2025 a 18/11/2025.**
Art. 2° Conceder licença por motivo de falecimento da avó, ao servidor **Claudio Tafarel Machado Costa**, Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 1597-0, **no período de 14/11/2025 a 15/11/2025.**
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos,
Em 02 de dezembro de 2025.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Maria Luciana Gimenes Rochel
Código Identificador:654418EB

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 9.473 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

Concede prorrogação da licença para tratamento de saúde à servidora.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art.108 e seguintes da Lei Municipal nº 161/2002;
Considerando, Memorando nº 996/2025, despacho nº 21;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar a licença para tratamento de saúde a servidora **Rosane de Fátima Santos dos Santos,** Professor de Língua Portuguesa, matrícula nº 1358-7, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, **no período compreendido entre 01/11/2025 a 30/11/2025.**
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos,
Em 03 de dezembro de 2025.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Maria Luciana Gimenes Rochel
Código Identificador:3440A32A

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 9.475 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

Libera férias suspensas de servidor lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art. 92 e seguintes da Lei Municipal nº 161/2002;
Considerando, Processo Administrativo nº 028/2024, despacho nº 25;
RESOLVE:
Art. 1º Liberar 15 (quinze) dias de férias suspensas no Art. 1º da Portaria n° 9.458 de 26 de novembro de 2025, concedidas no Art. 1º da Portaria nº 9.392 de 03 de outubro de 2025, do servidor **Airton Mateus Xavier Londero,** Operador de Máquinas, matrícula nº 1438-9, **no período de 25/11/2025 a 09/12/2025.**
Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos,
Em 03 de dezembro de 2025.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Maria Luciana Gimenes Rochel
Código Identificador:4BED1D6F

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 9.476 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

Prorroga licença para tratamento de saúde à servidor.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art.108 e seguintes da Lei Municipal nº 161/2002;
Considerando, Protocolo nº 895/2025, despacho nº 8;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar a licença para tratamento de saúde do servidor **Leandro Goulart Bento,** Professor Geografia, matrículas nº 1227-0 e nº 1359-5, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, **no período compreendido entre 07/12/2025 a 24/12/2025.**
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos,
Em 03 de dezembro de 2025.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Maria Luciana Gimenes Rochel
Código Identificador:581C742C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 045 - ASSOCIAÇÃO CASA DO TRABALHADOR

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 045/2025

O MUNICÍPIO DE PELOTAS, através da Secretaria Municipal de Cultura (Secult), e a ASSOCIAÇÃO CASA DO TRABALHADOR DE PELOTAS, vem celebrar o Termo de Fomento nº 045/2025, por meio de dispensa de chamamento público, consoante o regramento trazido pelas Leis Federais 13.019 e 13.204, bem como o Processo Administrativo Memorando nº Mem/009841/2025, a fim de destinar recursos para realização do Projeto Ponto de Cultura Casa do Trabalhador, para a aquisição de equipamentos de acordo com o que fora estabelecido no Plano de Trabalho.

O montante do recurso público a ser repassado e empregado na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), que será pago conforme cronograma de desembolso do Município e estabelecido no Termo de Fomento, vinculado à Dotação Orçamentária abaixo:

Orçamento 2025
Projeto/atividade: 13.392.0134.2198.00
Fonte de Recursos: 3.3.50.43.00.00
Fonte: 1501
Emenda Impositiva/Valor:
360/2024 - R$ 50.000,00
Valor Total de R$ 50.000,00

Pelotas, 05 de dezembro de 2025.

CARMEM VERA ROIG,

Publicado por:
Lizandra Marcia Cardoso
Código Identificador:7006FB01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna público que realizará dispensa de licitação eletrônica para as Secretarias abaixo descrita:

DE Nº 181/2025 – SAS, Aquisição de Estrado Modular. Abertura: 9h do dia 12/12/2025.

DE Nº 179/2025 – SSUI, Aquisição de Material Elétrico. Abertura: 9h do dia 12/12/2025.

Outras informações poderão ser obtidas no D.C.G., e-mail: licitacaopmpelotas@gmail.com ou no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pelotas.com.br

Pelotas, 05 de dezembro de 2025.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:AC5D60A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Homologado: MEM/012020/2024 – Concorrência 024/2024 – SEPLAG. OBJETO: execução de obras de requalificação dos canteiros da Avenida República do Líbano, contemplando a implementação de quadra poliesportiva, quadra de tênis, academia ao ar livre, chimarródromo, espaço pet, pracinha, iluminação, mobiliário, caminhos em concreto e madeira e quadra de beach tennis no município de Pelotas/RS. Empresa Adjudicatária: ROMULO BALMER CHAMORRA ME, CNPJ/MF 36.021.786/0001-70. Valor: R$ 1.377.000,00.
Pelotas, 23 de setembro de 2025.

FERNANDO MARRONI,
Prefeito Municipal de Pelotas

Publicado por:
Camila Farias Ferreira Pereira
Código Identificador:E291EAF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - ALTERAÇÃO NOVA DATA – PE 078/2025 - SQA

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna público que **alterou a data** da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico:

PE Nº 078/2025 – **SQA,** Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Castração e Microchipagem em fêmeas e

machos das espécies cães e gatos do município de Pelotas. **Nova Data de Abertura:** 09h do dia 22/12/2025.

Outras informações poderão ser obtidas no D.C.G., localizado na rua Santos Dumont nº 149 2º Andar, pelo e-mail: licitacaopmpelotas@gmail.com, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pelotas.com.br

Pelotas, 05 de dezembro de 2025.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais.

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:AB296991

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO N.º MEM/012020/2024. LICITAÇÃO: Concorrência nº 024/2024. OBJETO: execução de obras de requalificação dos canteiros da Avenida República do Líbano, contemplando a implementação de quadra poliesportiva, quadra de tênis, academia ao ar livre, chimarródromo, espaço pet, pracinha, iluminação, mobiliário, caminhos em concreto e madeira e quadra de beach tennis no município de Pelotas/RS. CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010/2025. DATA DE ASSINATURA: 23 de setembro de 2025. CONTRATADA: ROMULO BALMER CHAMORRA ME, CNPJ/MF 36.021.786/0001-70. Valor: R$ 1.377.000,00. PRAZO DE EXECUÇÃO: 4 meses. Pelotas, 05 de dezembro de 2025.

FERNANDO MARRONI,
Prefeito Municipal de Pelotas.

Publicado por:
Camila Farias Ferreira Pereira
Código Identificador:02F30BCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025 - GPM

MEM:002022/2025.

Dispensa 000351/2025

OBJETO:Prestação de serviço de telefonia fixa e internet para a Junta de Serviço Militar pelo período de 12 meses.
Artigo 75 Inciso II da Lei 14.133/2021.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º38/2025- GPM
DATA DE ASSINATURA: 24 de outubro de 2025.

CONTRATADA: OSIRNET INFO TELECOM LTDA (CNPJ: 10.773.501/0001-64).
Valor: R$1.558,80 (hum mil quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).
PRAZO: 12 meses.

Pelotas, 05 de dezembro de 2025.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito Municipal de Pelotas.

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:729BF3AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 1.657, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

1. A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais, conforme Parágrafo único do Art.18º da Lei Municipal n.º 3.008 de 19 de dezembro de 1986, tendo em vista o não comparecimento e/ou desistência do candidato, **TORNA SEM EFEITO** a nomeação abaixo relacionada:

CARGO	**ENGENHEIRO CIVIL – CONCURSO Nº 17/19**
CLASS.	**CANDIDATO**
26°	GABRIEL TERRA FERON
CARGO	**OFICIAL ADMINISTRATIVO – CONCURSO Nº 06/19**
CLASS.	**CANDIDATO**
415°	ALEXANDRA DA SILVA RODEGHIERO
419°	PAULO JOSÉ DA SILVA ALVES JUNIOR
427°	LAURA SINOTT CARVALHO
448°	ALINE MACHADO PEREIRA
453°	SILVANA LEMOS GONCALVES
455°	FABIANA FEDATTO BERNARDON
457°	MARIANA MOREIRA DE AGUIAR
461°	EDMILSON MACHADO FERNANDES
CARGO	**DENTISTA – CONCURSO Nº 14/19**
CLASS.	**CANDIDATO**
57°	BIANCA DE ANDRADES MANJABOSCO
CARGO	**ECONOMISTA – CONCURSO Nº 15/19**
CLASS.	**CANDIDATO**
11°	EWERTON DA SILVA QUARTIERI

2. **A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PELOTAS,** no uso de suas atribuições legais, **NOMEIA**, a contar de 04 de dezembro de 2025, conforme Decreto n.º 1.657 de 04 de dezembro de 2025, para exercer em estágio probatório o cargo abaixo, em razão de ter sido aprovado em concurso público aberto pelo Edital n.º 134/2019, nos termos da Lei Municipal n.º 4.449, de 13 de dezembro de 1999:

REPOSIÇÃO DO EDITAL N° 510/2025

CARGO	**ENGENHEIRO CIVIL – CONCURSO Nº 17/19**
30°	THAINA RENARD DE OLIVEIRA

REPOSIÇÃO DO EDITAL N° 538/2025

CARGO	**OFICIAL ADMINISTRATIVO – CONCURSO Nº 06/19**
CLASS.	**CANDIDATO**
488°	VINICIUS QUEVEDO VALADAO
489°	GABRIEL PINTO AMARO DA SILVEIRA
490°	CARLOS EDUARDO FREITAS FAGUNDES
491°	*CANDIDATO JÁ NOMEADO PELA CLASSIFICAÇÃO PRETOS E PARDOS*
492°	PABLO DOS SANTOS GONDRAN
493°	CAMILA MARTINS VELLAR
494°	CAROLINE DE OLIVEIRA PRADEL BOND
495°	CAROLINA BACCHIERI DUARTE FALCAO
496°	ALONSO SANCHES CORDEIRO
CARGO	**DENTISTA – CONCURSO Nº 14/19**
CLASS.	**CANDIDATO**
60°	CAROLINA MAIA RAMALHO
CARGO	**ECONOMISTA – CONCURSO Nº 15/19**
CLASS.	**CANDIDATO**
12°	RAQUEL ALVES PEREZ

CONVOCAÇÃO

CARGO	**DENTISTA – CONCURSO Nº 14/19**
CLASS.	**CANDIDATO**
61°	BRUNO COMPAGNONI
CARGO	**PSICÓLOGO – CONCURSO Nº 24/19**
CLASS.	**CANDIDATO**
57°	GICELMA FOSSATI KASTER

DANIELA RODRIGUES BRIZOLARA
Prefeita Municipal em Exercício

CARLA DA SILVA CASSAIS
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Registre-se e publique-se.

Publicado por:
Paulo Roberto Alves da Cunha
Código Identificador:3FDEE54A

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 297/2025

FERNANDO STEPHAN MARRONI, Prefeito de PM DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a contar de 01/12/2025, à servidora **PATRICIA SALVADOR BOSCHETTI**, matrícula 17575, identidade funcional NS-08-A-37, cargo de Dentista, padrão 37, classe A, regime jurídico

estatutário, 30 horas semanais, com proventos mensais integrais no valor de R$ 8.238,60 composto das seguintes vantagens: Padrão - Lei Municipal nº 7441 de 2025; Média Adicional de Saúde da Família - Lei Municipal nº 5726 de 2010; Gratificação de Difícil Acesso 50% Incorporada - Lei Municipal nº 4049 de 1996; Incentivo 30% NS1 - Lei Municipal nº 5728 de 2010; Avanços 7 24,5% - Lei Municipal nº 3008 de 1986; Adicional Por Tempo de Serviço 15% - Lei Municipal nº 3008 de 1986; Média Adicional de Insalubridade 18,41% - Lei Municipal nº 5726 de 2010 a ser custeada por PREVPEL - INST. PREV. DOS SERV. PÚBL. MUN. - PELOTAS e seu reajuste será efetivado pela paridade.

PELOTAS, 05/12/2025.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito de PM de Pelotas

Publicado por:
Wanderson Fernando Rossales de Vasconcelos
Código Identificador:E5A81A26

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 304/2025

FERNANDO STEPHAN MARRONI, Prefeito de PM DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "a", combinado com o §§ 3º e 17º da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a contar de 01/12/2025, à servidora **ROSALIA ANDRZEJEWSKI YUK**, matrícula 37466, identidade funcional NS-39-A.37, cargo de Médico Perito, padrão 37, classe A, regime jurídico estatutário, 20 horas semanais, com proventos mensais integrais no valor de R$ 7.072,46 de acordo com a média das contribuições nos termos da Lei Federal nº 10.887 de 18/06/2004, a ser custeada por PREVPEL - INST. PREV. DOS SERV. PÚBL. MUN. - PELOTAS e seu reajuste será efetivado pelo valor real.

PELOTAS, 05/12/2025.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito de PM De Pelotas

Publicado por:
Wanderson Fernando Rossales de Vasconcelos
Código Identificador:6A0274D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 548/2025 – PSS – CONVOCAÇÃO MÉDICO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2023

1. O **MUNICÍPIO DE PELOTAS**, por meio da **Secretaria de Recursos Humanos**, **CONVOCA**, em **08/12/2025,** para admissão em contrato administrativo temporário na função de **Médico**, para atuação na **rede pública municipal de saúde**, os profissionais credenciados conforme Edital nº 005, de 02 de janeiro de 2023, nos termos da Lei Municipal nº 5.011, de 23 de dezembro de 2003 e da Lei Municipal nº 7.135, de 7 de dezembro de 2022.

CONVOCAÇÃO

FUNÇÃO: MÉDICO		
CANDIDATO	**DATA DA ADMISSÃO: 12/12/2025**	
	HORÁRIO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL	HORÁRIO EXAME PSICOLÓGICO ADMISSIONAL
ISABELLE MORAES DALLASTA	09:30	09:10
PAOLA MOLON TERRA	09:30	09:10

•OS EXAMES MÉDICOS E PSICOLÓGICOS OCORRERÃO NAS DATAS E HORÁRIOS AGENDADOS, CONFORME

•O CANDIDATO ENCAMINHAR A DOCUMENTAÇÃO PARA O E-MAIL: SARH.ADMISSAO@PELOTAS.RS.GOV.BR.

•NO DIA AGENDADO, O CANDIDATO DEVERÁ COMPARECER MUNIDO DOS EXAMES LABORATORIAIS E JÁ TER ENVIADO A DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO PELO E-MAIL SARH.ADMISSAO@PELOTAS.RS.GOV.BR.

•NÃO HAVENDO INTERESSE NA VAGA, O CANDIDATO DEVE COMUNICAR, IMEDIATAMENTE, PELO E-MAIL SARH.ADMISSAO@PELOTAS.RS.GOV.BR.

•A DOCUMENTAÇÃO DEVE SER ENVIADA IMEDIATAMENTE PELO E-MAIL SARH.ADMISSAO@PELOTAS.RS.GOV.BR.

•A CÓPIA DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA DEVE SER ENTREGUE NO ATO DA ADMISSÃO.

2. DA CONVOCAÇÃO:
2.1 A convocação prevista neste Edital destina-se a cumprir o disposto no art.8º da Lei Municipal nº 7.135, de 7 de dezembro de 2022.
2.2 Os candidatos convocados deverão encaminhar, em formato "pdf", de acordo com o **cronograma**, os documentos abaixo especificados (frente e verso), em **e-mail único para** sarh.admissao@pelotas.rs.gov.br, constando no resumo de assunto do e-mail **"Nome Completo + Convocação Médico"** e no corpo do e-mail os candidatos deverão transcrever a declaração, devidamente preenchida, conforme modelo do Anexo I. **Os arquivos devem ser anexados separadamente, estar nomeados de acordo com a lista abaixo e ter o tamanho máximo de 2MB - a cópia de toda documentação também deve ser entregue no ato da admissão:**
a) Carteira de Identidade;
b) Comprovante de situação cadastral no CPF, disponível no site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp;
c) Título de eleitor;
d) Certidão de quitação eleitoral, retirada pelo *site:* http://www.tse.gov.br;
e) Carteira de trabalho + PIS/PASEP ativo;
f) Certificado de quitação militar;
g) Certidão de nascimento dos dependentes declarados no anexo III deste Edital;
h) Carteira de vacinação (filhos menores de 5 anos);
i) Comprovante de frequência escolar dos filhos até 14 anos;
j) Certidão de casamento, divórcio ou união estável (nesse caso, deverá ser anexado também o documento de identidade do(a) companheiro(a));
k) Comprovante de residência atual no nome do candidato (água, luz ou telefone fixo) ou comprovante de residência com declaração simples do titular da conta acrescida da cópia do documento de identidade (água, luz ou telefone fixo);
l) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Graduação, conforme exigência da função;
m) Comprovante de inscrição (cédula profissional) e regularidade financeira no Conselho Profissional, conforme exigência da função;
n) Alvará judicial de folha corrida expedido pelo Foro, retirada pelo site: https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes// ;
o) Certidão Judicial Criminal expedido pelo Foro, retirada pelo site: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php ;
p) Certidão de antecedentes policiais, expedida pela Polícia Civil e retirada pelo site: http://www.pc.rs.gov.br;
q) Declaração de bens, conforme modelo anexo;
r) Certidão negativa de processo administrativo disciplinar, no caso de candidato que tem ou já teve vínculo de cargo ou emprego público nas esferas Municipal, Estadual ou Federal;
s) Foto em formato 3x4;
t) Número de agência e conta-corrente no Banco Banrisul. Na hipótese de ainda não ter conta bancária junto ao Banrisul, favor informar;
u) Declarações disponíveis no Anexo II;
v) Ficha de Identificação disponível no Anexo III;
x) Exames laboratoriais e demais documentos para o exame de saúde, considerando:
I) hemograma com plaquetas;
II) glicemia de jejum;
III creatinina;
IV) EQU;

V) VDRL;
VI) VHS;
VII) vacinas: tríplice viral (até 49 anos); tétano, hepatite b e covid-19.
2.2.1 Os candidatos que tem ou já tiveram vínculos em cargo ou emprego público com o Município de Pelotas deverão solicitar a emissão de certidão negativa de processo administrativo disciplinar, emitida pela Procuradoria Geral dos Municípios, situada na Av. Ferreira Viana, nº 1135.
2.2.2 Toda a comunicação para o processo admissional dar-se-á exclusivamente para o e-mail recebido dos candidatos, ficando estes cientes e responsáveis pelo acompanhamento das informações e procedimentos que serão encaminhados.
2.2.3 Os candidatos deverão apresentar, no ato da admissão, os documentos, certificados e/ou comprovantes considerados na avaliação curricular, ficando a contratação condicionada ao atendimento deste item.
2.2.4 Os candidatos deverão comparecer na data agendada, acompanhados de todos os documentos originais, inclusive exames laboratoriais, ou seja, devem apresentar os documentos físicos no ato da admissão.
2.2.5 Os exames admissionais, médico e psicológico, ocorrerão na Secretaria de Recursos Humanos, Rua General Osório, nº 938. Após a realização dos referidos exames, os candidatos deverão dirigir-se ao Setor de Admissão de Pessoal, situado na rua General Osório, nº 918, horário de funcionamento das 08:00h às 14:00h, portando os laudos de aptidão médica e psicológica.
2.2.6 O **prazo para a contratação** se encerra em **27 de dezembro de 2025**, conforme estabelecido no Art.18 da Lei Municipal nº 3.008/86 (Estatuto) e nos termos da Lei Municipal nº 3.775/93. Os candidatos só serão contratados, na forma da lei, se preencherem os requisitos exigidos para a função e apresentarem toda a documentação, informações e laudos de aptidão da avaliação médica e psicológica até a referida data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pelotas, 08 de dezembro de 2025.

RENATA DE VARGAS RIBEIRO
Diretora de Recursos Humanos

CARLA DA SILVA CASSAIS
Secretária de Recursos Humanos

Publicado por:
Luciane Maria Medina Avila
Código Identificador:D7E92E79

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no Art. 37 da lei Federal 6.437, de 20 de Agosto de 1977, a Chefia de Departamento da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas do Estado do Rio Grande do Sul, torna pública a(s) seguinte(s) DECISÃO(ÕES) FINAL(IS) em Processos Administrativos Sanitários:

Autuada(o): **LUIZ ANTONIO VIEIRA COELHO LTDA**
Nome fantasia: **XXX**
Data de Autuação: **08/10/2025**
CNPJ/CPF/RG: **92.706.647/0001-51**
Endereço: **RUA SÃO PAULO, 601, TRÊS VENDAS, PELOTAS, RS**
Localidade: **Pelotas - RS**
Processo nº.: **0193/2025**
Data da Decisão: **12/11/2025**
Tipificação da Infração: **itens 4.4, 4.5.2, 4.5.4, 4.6, 4.7.2, 5.3.4, 5.3.10, 5.3.14, 5.3.15, 6.1, 6.2.2, 6.2.3, 7.5 todos da Portaria 326/1997 ANVISA e artigos 355 caput, 357, caput, 421, "a", "b", "d", 423, caput, I, II, VI, 424 caput, 425 caput, 432 caput e parágrafo único, 433 I, IV, V, VI, XII, XIV, 435, VI, 436 caput todos do Decreto RS 23.430/1974 c/c artigo dez inciso XXIX da lei federal 6437/1977.**

Decisão Final: **ADVERTÊNCIA**

Penalidade Imposta: **ADVERTÊNCIA**

Pelotas, 05 de dezembro de 2025

SIDNEI LOURO JORGE JÚNIOR
Vigilância Sanitária/SMS/Pelotas

Publicado por:
Sidnei Louro Jorge Junior
Código Identificador:4E6BACB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no Art. 37 da lei Federal 6.437, de 20 de Agosto de 1977, a Chefia de Departamento da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas do Estado do Rio Grande do Sul, torna pública a(s) seguinte(s) DECISÃO(ÕES) FINAL(IS) em Processos Administrativos Sanitários:

Autuada(o): **ADILON COLOMBY**
Nome fantasia: **XXX**
Data de Autuação: **09/09/2025**
CNPJ/CPF/RG: **03.828.025/0001-76**
Endereço: **RUA RAUL POMPEIA, 1466, TRÊS VENDAS, PELOTAS, RS**
Localidade: **Pelotas - RS**
Processo nº.: **0194/2025**
Data da Decisão: **12/11/2025**
Tipificação da Infração: **itens 4.5.2, 4.5.4, 4.6, 4.7.2, 5.3.4, 5.3.5, 5.3.7, 5.3.11, 5.3.14, 5.4.1, 6.1, 6.2.2, 6.2.4, 6.3, 6.9, 7.6, 7.7 todos da Portaria 326/1997 ANVISA e artigos 355 caput, 357 caput, 423 caput, 424 caput, 433 caput, VI, 435 IV, V e VI, 436 caput todos do Decreto 23.430/1974 RS c/c artigo 10 inciso XXIX da lei federal 6437/1977**

Decisão Final: **ADVERTÊNCIA**

Penalidade Imposta: **ADVERTÊNCIA**

Pelotas, 05 de dezembro de 2025

SIDNEI LOURO JORGE JÚNIOR
Vigilância Sanitária/SMS/Pelotas

Publicado por:
Sidnei Louro Jorge Junior
Código Identificador:B6AF36E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no Art. 37 da lei Federal 6.437, de 20 de Agosto de 1977, a Chefia de Departamento da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas do Estado do Rio Grande do Sul, torna pública a(s) seguinte(s) DECISÃO(ÕES) FINAL(IS) em Processos Administrativos Sanitários:

Autuada(o): **ELISSANDRA RODRIGUES DA SILVA LTDA**
Nome fantasia: **DOCE LAR NOSSA SENHORA APARECIDA**
Data de Autuação: **16/09/2025**
CNPJ/CPF/RG: **54.003.838/0001-68**
Endereço: **AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 588, FRAGATA, PELOTAS, RS**
Localidade: **Pelotas - RS**
Processo nº.: **0179/2025**
Data da Decisão: **10/11/2025**
Tipificação da Infração: **artigos 8,14,16,21,29 e 40 da RDC ANVISA 502/2021, artigo 842 parágrafo primeiro alínea "c" do Decreto Estadual RS 23.430/1974, artigo 48 inciso I da lei 10.741/2003 c/c artigo 10 inciso XXIX da lei federal 6437/1977**

Decisão Final: **ADVERTÊNCIA e MULTA NO VALOR DE R$4.000,00 (quatro mil reais)**

Penalidade Imposta: **ADVERTÊNCIA e MULTA NO VALOR DE R$4.000,00 (quatro mil reais)**

Pelotas, 05 de dezembro de 2025

SIDNEI LOURO JORGE JÚNIOR
Vigilância Sanitária/SMS/Pelotas

Publicado por:
Sidnei Louro Jorge Junior
Código Identificador:C52AF2A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONVÊNIO 03/2025 - HEP

O Município de Pelotas-RS torna público o convênio n.º 03/2025, celebrado entre o Município de Pelotas e o HOSPITAL ESPÍRITA DE PELOTAS, CNPJ n° 922024980001/93, de comum acordo, em 05 de dezembro de 2025, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei n° 8.080, de 19.09.1990, normas gerais da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista, ainda, a Lei 7.015 de 23 de dezembro de 2021, e a Portaria MS/GM n.º 1.263 de 18/06/2021, no que couber, mediante as cláusulas e condições previstas, tendo por objeto o repasse de recursos financeiros oriundos das Emendas impositivas do legislativo municipal n.º 116, 240, 254, 319 e 611/2024, para a aquisição de materiais permanentes para a CONVENIADA, a fim de, qualificar a estrutura do parque tecnológico do hospital, fortalecendo a qualidade do atendimento prestado aos usuários conforme o Plano Operativo apresentado pela instituição, o qual é parte integrante deste termo de convênio, independente de transcrição.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito

Registre-se. Publique-se.

ANGELA MOREIRA VITÓRIA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Katherin de Almeida Medeiros
Código Identificador:7F8F739A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01 AO TERMO DE COLABORAÇÃO 04/2024 - CERENEPE

O Município de Pelotas-RS torna público o Termo Aditivo 01 ao Termo de Colaboração n.º 04/2024, em que celebram o Município de Pelotas e o CENTRO DE REABILITAÇÃO DE PELOTAS/RS - CERENEPE de comum acordo, em 03 de dezembro de 2025, que reger-se-á de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações posteriores, no que couber, tendo por objeto o repasse de recursos financeiros provenientes da PORTARIA GM/MS N.º 6.464/2024, que estabelece recursos financeiros ao Bloco de Manutenção, Ações e Serviços Públicos de Saúde.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

ANGELA MOREIRA VITÓRIA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Katherin de Almeida Medeiros
Código Identificador:57E937AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 07 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 048/2022

O Município de Pelotas-RS torna público o 7° Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 048/2022, firmado entre o Município de Pelotas e a Associação Educacional Louis Braille, CNES Nº 6521053 e CNPJ Nº 92236249/0001-19 , de comum acordo, em 07 de outubro de 2025, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, mediante as cláusulas e condições previstas, tendo por objeto prorrogar o Contrato Administrativo 048-2022, por 12 (meses), bem como seu plano de trabalho, a contar de 07 de outubro de 2025.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

ANGELA MOREIRA VITÓRIA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Katherin de Almeida Medeiros
Código Identificador:E90C3AE4

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 1403.1/2025

DFD 30/2025 – DELO

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- MATHEUS PEREIRA DE SOUZA: (CNPJ: 52.699.940/0001-14). No valor total de R$ 1.450,00 (Mil e quatrocentos e cinquenta reais), através do Empenho N S004447/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 1403/2025.

Pelotas, 05 de dezembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:AB7599B3

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 1403.2/2025

DFD 30/2025 – DELO

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Contratação de Serviços de Terceiros, em favor da seguinte empresa:

- MATHEUS PEREIRA DE SOUZA: (CNPJ: 52.699.940/0001-14). No valor total de R$ 1.560,00 (Mil e quinhentos e sessenta reais) através do Empenho N S004451/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 1403/2025.

Pelotas, 5 de dezembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:62B76610

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 054/2025

Marcio Manetti Porto, Prefeito Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** as pessoas abaixo relacionadas para entrar em contato com a Secretaria Municipal de Administração de Piratini, na Rua Comendador Freitas nº 255 ou pelo telefone (53) 991707849, a fim de assumir Contrato Temporário, conforme Leis n° 2.514/2025 e 2.515/2025. **O não comparecimento no prazo de 05 dias a contar desta data será entendido que o candidato desistiu do contrato.**

Professor Educação Infantil
57° - Alessandra Duarte de Ávila Valadão
58° - Cristine Lohmann da Rosa

Odontólogo
2° - Luciana Rodrigues Perrone Azambuja Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PIRATINI, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

MARCIO MANETTI PORTO
Prefeito Municipal

MÁRCIO DE FARIAS LUÇARDO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Michele Alves Cruz
Código Identificador:43396432

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 82/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 82/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATINI, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar 123/06 torna público que a partir das 11**h00min** do dia **22/12/2025** através do portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, realizar-se-á o Pregão Eletrônico **nº82/2025** referente a Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização e manejo/expurgo de morcegos, com fornecimento de mão-de-obra e insumos a ser realizada em diversas edificações sob responsabilidade das secretarias municipais de cidadania e assistência social, educação e desporto e saúde**,** conforme condições e especificações contidas no TR que é parte integrante e inseparável do processo.
Maiores informações serão prestadas pelo e-mail contrato.piratini@gmail.com.

Piratini-RS, 05 de dezembro de 2025.

MARCIO MANETTI PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Caetano Fabres Borges
Código Identificador:5BCC4315

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 84/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 84/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATINI, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar 123/06 torna público que a partir das 14**h00min** do dia **18/12/2025** através do portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, realizar-se-á o Pregão Eletrônico **nº84/2025** referente a Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** para registro de preços dos produtos de gêneros alimentícios usados na sede da prefeitura de Piratini**,** conforme condições e especificações contidas no TR que é parte integrante e inseparável do processo.
Maiores informações serão prestadas pelo e-mail contrato.piratini@gmail.com.

Piratini-RS, 05 de dezembro de 2025.

MARCIO MANETTI PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Caetano Fabres Borges
Código Identificador:F98D075D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 86/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 86/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATINI, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar 123/06 torna público que a partir das 11**h00min** do dia **19/12/2025** através do portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, realizar-se-á o Pregão Eletrônico **nº86/2025** referente a Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORAS E CÂMARAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA OBRAS E DESENVOLVIMENTO RURAL DA PREFEITURA DE PIRATINI-RS**,** conforme condições e especificações contidas no TR que é parte integrante e inseparável do processo.
Maiores informações serão prestadas pelo e-mail contrato.piratini@gmail.com.

Piratini-RS, 05 de dezembro de 2025.

MARCIO MANETTI PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Caetano Fabres Borges
Código Identificador:50508A82

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 88/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 88/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATINI, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar 123/06 torna público que a partir das 09**h00min** do dia **22/12/2025** através do portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, realizar-se-á o Pregão Eletrônico **nº88/2025** referente a Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS NA FROTA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI**,** conforme condições e especificações contidas no TR que é parte integrante e inseparável do processo.
Maiores informações serão prestadas pelo e-mail contrato.piratini@gmail.com.

Piratini-RS, 05 de dezembro de 2025.

MARCIO MANETTI PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Caetano Fabres Borges
Código Identificador:699793C0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 74/2025

Dispensa de Licitação 74/2025
O prefeito municipal de Porto Mauá no uso de suas atribuições legais torna público a dispensa de licitação, referente à contratação de empresa s e quarenta ara manutençpara fornecimento de peças e mão de obra para o veículo micro-ônibus placa IZF2E48, usado para o transporte de alunos da rede municipal de ensinos e quarenta ara manutenç, com valor previsto de R$ 8.470,00 (oito mil quatrocentos e setenta reais) solicitado pela Secretaria de Educação e Cultura, feito com base no artigo 75, §7°da lei 14.133/2021.

Porto Mauá, 05 de dezembro de 2025

CARLOS CESAR DINON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Pereira
Código Identificador:1F413CA7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 28/2025

Inexigibilidade de Licitação 28/2025
O Município de Porto Mauá torna público a inexigibilidade de licitação referente à contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção com fornecimento de peças para central telefônica da prefeitura municipal de Porto Mauá, com valor previsto de R$ 3.862,25 (três mil oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), conforme solicitado pela Secretaria de Administração e Finanças e feito com base no Art. 74, inc. I da Lei n° 14.133/21.
Porto Mauá, 05 de dezembro de 2025

CARLOS CESAR DINON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Pereira
Código Identificador:7542ECD9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 107/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ
CONTRATADO: PEDRO MESQUITA DA CRUZ
OBJETO: Termo de rescisão do contrato administrativo n.º 107/2021, firmado entre o município de Porto Mauá, com o leiloeiro Pedro Mesquita da Cruz, originário do certame na modalidade concorrência n° 01/2021
BASE LEGAL: Lei 8.666/93

Porto Mauá, 05 de dezembro de 2025.

CARLOS CESAR DINON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Pereira
Código Identificador:67A84ADA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO NOVO

SECRETARIA DA AGRICULTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO NOVO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025
O MUNICÍPIO DE POUSO NOVO, com endereço na Rua Domingos Bonacina, 125 - centro, Pouso Novo/RS, torna público, que estará recebendo a documentação da habilitação e proposta para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS,** no dia 22 de dezembro de 2025, ás 09:00 h. Mais informações sobre o edital no endereço supra e/ou pelo telefone (51) 3775-1100 ou pelo e-mail: compras@pousonovo.rs.gov.br ou pelo site: **www.portaldecompraspublicas.com.br** e http://www.pousonovo.rs.gov.br/. Pouso Novo, 08 de dezembro de 2025.

CARLOS ALBERTO BONACINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Derly Henrique Ferla
Código Identificador:D5C62729

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO ELETRÔNICA

AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO ELETRÔNICA
O Município de Pouso Novo, Estado do Rio Grande do Sul**,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal**, Sr. Carlos Alberto Bonacina**, em atendimento ao art. 75, II, da Lei 14.133/2021, torna público aos interessados, ABERTURA, do processo de Dispensa de Licitação Eletrônica:
Tipo: Dispensa por Limite
Dispensa de Licitação Eletrônica nº 78/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para a locação, montagem e desmontagem de estruturas destinadas ao evento de Natal do Município de Pouso Novo, a ser realizado no dia 19 de dezembro de 2025, incluindo:
a) 01 palco para apresentações musicais e DJ, com dimensões de 8,00m x 6,00m e 1m de altura;
b) 01 tablado para pista de dança, com dimensões de 15,00m x 8,00m;
c) 25 mesas com 04 cadeiras cada, a serem montadas no local indicado pela Administração;
d) Serviços completos de montagem e desmontagem de toda a estrutura, bem como retirada das mesas e cadeiras, executados exclusivamente por profissionais da empresa contratada. Demais especificações constam no Termo de Referência Anexo II do processo
Regência: Com fundamento no Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.
Recebimento das propostas: a partir do dia 08/12/2025.
Data da sessão: 11/12/2025.
Horário da fase de lances: das 09:01h às 15:01h através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br
Tempo da Disputa: 6 horas
O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município.
POUSO NOVO, 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

CARLOS ALBERTO BONACINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Derly Henrique Ferla
Código Identificador:69B361F2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO: O MUNICÍPIO DE QUARAÍ torna público que estará realizando nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis a seguinte licitação: **modalidade pregão, na forma eletrônica, pelo sistema de REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2025:** Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para aquisição futura, eventual e parcelada de **materiais elétricos, destinados para a iluminação pública**, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, Transportes e Infraestrutura, cujas especificações mínimas estão detalhadas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e demais anexos. **INÍCIO DA DISPUTA: às 09h 00min do dia 19/12/2025. LOCAL:** Na internet, no Portal: www.portaldecompraspubicas.com.br. Informações deverão ser formalmente solicitadas, observando o prazo legal, através do e-mail: licitacoes@quarai.rs.gov.br ou pelo telefone (55) 3423-1001 / Ramal 215.
Quaraí/RS, 05 de dezembro de 2025.

JEFERSON DA SILVA PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcio de Oliveira Menna Barreto
Código Identificador:B79BDE42

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO: O MUNICÍPIO DE QUARAÍ torna público que estará realizando nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis a seguinte licitação: **modalidade pregão, na forma eletrônica, pelo sistema de REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2025:** Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para aquisição futura, eventual e parcelada de **gêneros de padaria e embalagens**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, cujas especificações mínimas estão detalhadas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e demais anexos. **INÍCIO DA DISPUTA: às 09h 00min do dia 19/12/2025. LOCAL:** Na internet, no Portal: www.portaldecompraspubicas.com.br. Informações deverão ser formalmente solicitadas, observando o prazo legal, através do e-mail: licitacoes@quarai.rs.gov.br ou pelo telefone (55) 3423-1001 / Ramal 215.
Quaraí/RS, 05 de dezembro de 2025.

JEFERSON DA SILVA PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcio de Oliveira Menna Barreto
Código Identificador:7654667D

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO RESULTADO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Eletrônico, pelo sistema Registro de Preços nº 061/2025. **Data de Abertura:** 02/09/2025. **Tipo**: MENOR PREÇO POR ITEM. **Objeto:** Registro de preços, pelo período de12(doze)meses,para fornecimento futuro, eventual e parcelado de**MedicamentosBásicos**,para atender as necessidadesda Secretaria Municipal de Saúdee das Unidades de Saúde do Município,de acordo com as especificações dos medicamentos e condições constantesnoTermo de Referência, Anexo I deste Edital e demais anexos. **Empresas vencedoras:** 1-Altermed Material Medico Hospitalar Ltda | CNPJ nº 00.802.002/0001-02. **Item:** 94-R$ 0,219; 2-Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda | CNPJ nº 03.652.030/0001-70. **Itens:** 01-R$ 0,170, 02-R$ 2,199, 05-R$ 1,080, 11-R$ 0,189, 12-R$ 4,479, 19-R$ 6,631, 23-R$ 7,499, 39-R$ 0,999, 45-R$ 1,600, 46-R$ 0,044, 65-R$ 0,114, 76-R$ 2,694, 83-R$ 0,389, 85-R$ 0,164, 98-R$ 2,149; 3-CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | CNPJ nº 05.782.733/0001-49. **Itens:** 81-R$ 1,225, 99-R$ 2,900, 112-R$ 0,873, 115-R$ 0,132; 4-COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA | CNPJ nº 67.729.178/0005-72. **Item:** 54-R$ 14,400; 5-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | CNPJ nº 12.418.191/0001-95. **Item:** 100-R$ 6,150; 6-Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda | CNPJ nº 02.520.829/0001-40. **Itens:** 10-R$ 0,310, 20-R$ 0,650, 21-R$ 19,500; 7-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA | CNPJ nº 25.279.552/0001-01. **Itens:** 58-R$ 0,811, 59-R$ 0,786, 66-R$ 1,141, 97-R$ 5,240; 8-FORCE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | CNPJ nº 39.749.232/0001-82. **Itens:** 38-R$ 0,880, 91-R$ 0,257; 9-ILG COMERCIAL LTDA | CNPJ nº 20.657.155/0001-02. **Itens:** 07-R$ 0,216, 13-R$ 15,152, 18-R$ 0,043, 29-R$ 0,078, 30-R$ 0,078, 31-R$ 0,061, 37-R$ 1,472, 41-R$ 7,961, 43-R$ 0,144, 51-R$ 0,067, 52-R$ 0,157, 55-R$ 0,202, 63-R$ 0,648, 64-R$ 1,870, 67-R$ 0,177, 68-R$ 0,285, 69-R$ 0,342, 77-R$ 8,065, 78-R$ 0,304, 79-R$ 0,714, 86-R$ 0,303, 103-R$ 0,098, 107-R$ 0,095, 110-R$ 2,857, 116-R$ 0,218; 10-INOVAMED HOSPITALAR LTDA | CNPJ nº 12.889.035/0001-02. **Itens:** 72-R$ 0,120, 73-R$ 0,080, 74-R$ 0,095, 75-R$ 0,060, 88-R$ 2,529, 96-R$ 0,049, 106-R$ 0,060, 109-R$ 0,138, 114-R$ 0,228; 11-JT MEDICAMENTOS LTDA | CNPJ nº 51.892.897/0001-46. **Itens:** 70-R$ 0,216, 84-R$ 4,999; 12-MCW Produtos Medicos e Hospitalares | CNPJ nº 94.389.400/0001-84. **Itens:** 06-R$ 0,430, 57-R$ 0,047; 13-Medicamentos de Az EIRELI-ME | CNPJ nº 09.676.256/0001-98. **Itens:** 24-R$ 3,548, 89-R$ 0,116; 14-MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A | CNPJ nº 07.752.236/0001-23. **Item:** 105-R$ 9,399; 15-METTA FARMACEUTICA LTDA | CNPJ nº 42.496.258/0001-70. **Item:** 47-R$ 0,138; 16-NUNESFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA | CNPJ nº 75.014.167/0001-00. **Item:** 111-R$ 1,400; 17-NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRICAO, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA | CNPJ nº 46.381.269/0001-66. **Itens:** 22-R$ 5,400, 25-R$ 31,060, 53-R$ 7,230; 18-PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | CNPJ nº 81.706.251/0001-98. **Item:** 36-R$ 0,160; 19-SOMA/RS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | CNPJ nº 06.294.126/0001-00. **Itens:** 03-R$ 0,026, 04-R$ 0,035, 08-R$ 0,122, 09-R$ 0,222, 32-R$ 6,199, 33-R$ 0,539, 34-R$ 3,987, 40-R$ 1,550, 42-R$ 0,723, 44-R$ 0,838, 49-R$ 0,519, 50-R$ 1,028, 61-R$ 2,999, 80-R$ 0,049, 82-R$ 0,539, 87-R$ 7,806, 90-R$ 4,864, 95-R$ 1,049, 108-R$ 5,786; 20-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | CNPJ nº 09.944.371/0001-04. **Itens:** 016-R$ 0,047, 17-R$ 0,025, 101-R$ 0,136, 102-R$ 0,056; 21-TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI - ME | CNPJ nº 22.862.531/0001-26. **Itens:** 26-R$ 0,021, 27-

R$ 0,044, 28-R$ 0,044, 35-R$ 4,200, 48-R$ 0,107, 93-R$ 0,063, 104-R$ 0,650, 113-R$ 0,035; 22-VITALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME | CNPJ nº 42.441.595/0001-60. **Itens:** 60-R$ 0,509, 62-R$ 6,879; 23-Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda | CNPJ nº 04.372.020/0001-44. **Item:** 56-R$ 0,399. **Valor Total Estimado:** R$ 618.261,700.
Data da Homologação: 31/10/2025.
Data da Homologação (Item 111): 03/12/2025.
Quaraí, 05 de dezembro de 2025.

JEFERSON DA SILVA PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcio de Oliveira Menna Barreto
Código Identificador:5B46DAC7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEVEDOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PE 77/2025 - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DESKTOP ALL IN ONE

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEVEDOS
SÚMULA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2025

A Prefeita de Quevedos - RS, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Pregoeira Tiéli Lautenschlaeger Braz, designada pela Portaria Municipal de nº 03/2025, de 07/01/2025, receberá a documentação e propostas para o**PREGÃO ELETRÔNICO nº 77/2025**, conforme fixado no Edital e seus anexos, sendo a licitação do tipo**"MENOR PREÇO POR ITEM"**, com **INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES** às **14:00 horas**do dia**1 9/12/2025**, cujo**OBJETO**é a**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPUTADORES DESKTOP ALL IN ONE, DESTINADOS AO USO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), CONFORME PADRONIZAÇÃOPARA OS COMPUTADORES DESKTOPS E NOTEBOOKS DE USO INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL(DECRETO MUNICIPAL Nº 1.168/2025, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025).**conforme especificações do Edital. Edital disponível no site da Prefeitura**www.quevedos.rs.gov.br** (aba licitações – pregão eletrônico) e na plataforma do pregão pertencente ao Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br). Informações adicionais: Setor de Licitações – Rua Humaitá, 69, Centro, Quevedos – RS, telefones 0800-090-1083 ou e-maillicitacao@quevedos.rs.gov.br.

Quevedos, 05 de dezembro de 2025.

TAIS FABIANE DA MAIA FLORES ROSA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Tieli Lautenschlaeger Braz
Código Identificador:D7207B90

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº3795/2025, DE 10/11/2025

Abre crédito adicional no valor de R$ 1.071.193,17 e dá outros recursos.

O(A) Prefeito(a) municipal de SALTO DO JACUI, Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal 2966/2024,

Decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional no valor de R$ 1.071.193,17 (Um Milhão e Setenta e Um Mil, Cento e Noventa e Três Reais e Dezessete Centavos), destinado a suplementar as seguintes dotações, discriminados pela funcional programática, do orçamento vigente:

02 - GABINETE DO PREFEITO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DO GABINETE
2005 - Manutenção da atividades do Gabinete do Prefeito
704 - 3390.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 1.346,00

- LIVRE- 500
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA ADMINISTRAÇÃO
2007 - Manutenção Atividades da Secretaria da Administração

R$ 1.346,00

506 - 3390.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA R$ 11.000,00

3 - LIVRE - RECURSOS HIDRICOS
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
2015 - Manutenção das Atividades do Departamento de Meio Ambiente

R$ 11.000,00

704 - 3390.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 500,00

- LIVRE - 501
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA FAZENDA
1004 - Reaparelhamento da Secretaria da fazenda

R$ 500,00

827 - 4490.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 2.300,00

- LIVRE - RECURSOS HIDRICOS
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA FAZENDA
2012 - Manutenção Atividades da Secretaria da Fazenda

R$ 2.300,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 900,00

3 - LIVRE - RECURSOS HIDRICOS
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA FAZENDA
2171 - Manutenção das Atividades do Departamento Tributário, cadastro e fiscalização

R$ 900,00

704 - 3390.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 100,00

1 - LIVRE- 500
05 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2014 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Transportes

R$ 100,00

1069 - 3390.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇ R$ 2.000,00
3 - LIVRE - RECURSOS HIDRICOS R$ 2.000,00

05 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2014 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Transportes
648 - 3390.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO R$ 10.000,00

- LIVRE- 500
05 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2016 - Conservação e manutenção da Iluminação Publica

R$ 10.000,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 50.000,00

20005 - LIVRE- ILUMINAÇÃO PÚBLICA
05 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2021 - Manutenção e conservação das Estradas Municipais do Interior

R$ 50.000,00

819 - 4490.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 161.662,05

1012 - Repasse Extraordinário Defesa Civil
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2023 - Manutenção do Ensino Fundamental - MDE

R$ 161.662,05

648 - 3390.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO R$ 3.000,00

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2031 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação e Cultura

R$ 3.000,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 43.306,89

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2031 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação e Cultura

R$ 43.306,89

704 - 3390.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 500,00

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2158 - Manutenção Ed. Inf. Creche - MDE

R$ 500,00

648 - 3390.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO R$ 11.527,50

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2025 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

R$ 11.527,50

648 - 3390.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO R$ 42.708,90

31 - FUNDEB
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2029 - Manutenção Classe Educação Especial

R$ 42.708,90

1180 - 3390.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRE R$ 4.000,00
31 - FUNDEB R$ 4.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2156 - Manutenção da Educação Infantil - PRÉ-ESCOLA - FUNDEB
36 - 3190.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO R$ 17.100,00

31 - FUNDEB
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
03 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - EDUCAÇÃO
2032 - Manutenção das Atividades do PNAE- Ens Fundamental

R$ 17.100,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 8.723,19

1003 - PNAE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
03 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - EDUCAÇÃO
2036 - Manutenção das atividades do Salário Educação - União

R$ 8.723,19

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 21.500,00

1049 - SALARIO EDUCAÇÃO - FEDERAL
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
03 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - EDUCAÇÃO
2173 - Manutenção das atividades do PNAE - Educ.Infantil Creche

R$ 21.500,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 2.516,45

1003 - PNAE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
03 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - EDUCAÇÃO
2174 - Manutenção das Atividades do PNAE - Educ. Infantil Pré - escola

R$ 2.516,45

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 2.465,25

1003 - PNAE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
04 - CULTURA
2085 - Manutenção das atividades da Cultura, Biblioteca e Museu

R$ 2.465,25

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 4.400,00

- LIVRE - 501

07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2041 - Manutenção das atividades da Sec. Trabalho e Ação Social

R$ 4.400,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 18.000,00

1 - LIVRE- 500
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2041 - Manutenção das atividades da Sec. Trabalho e Ação Social

R$ 18.000,00

704 - 3390.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 780,00

21144 - PRIMEIRA INF SUAS - CRIANÇA FELIZ
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2055 - Manutenção das atividades do Programa Auxilio Brasil-Bolsa Família

R$ 780,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 4.200,00
21135 - BL- GBF FNAS R$ 4.200,00

07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2096 - Manutenção das atividades do FMAS - PBFI
423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 2.800,00

1137 - BL- PSB FNAS
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2134 - Manutenção das Atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

R$ 2.800,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 2.000,00

1137 - BL- PSB FNAS
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2134 - Manutenção das Atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

R$ 2.000,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 6.000,00
1137 - BL- PSB FNAS R$ 6.000,00
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 5.050,00

21137 - BL- PSB FNAS
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2161 - Manutenção das Atividades do Programa Primeira Infância SUAS - Criança Feliz

R$ 5.050,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 100,00

1144 - PRIMEIRA INF SUAS - CRIANÇA FELIZ
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2188 - PROGRAMA DE FORT EMERG. PROCAD SUAS

R$ 100,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 5.000,00

1177 - PROGRAMA DE FORT EMERG. PROCAD SUAS PORT MDS 871/2023
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2058 - Manutenção das atividades da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

R$ 5.000,00

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 12.319,03

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2058 - Manutenção das atividades da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

R$ 12.319,03

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 10.935,00

1 - LIVRE- 500
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2058 - Manutenção das atividades da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

R$ 10.935,00

648 - 3390.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO R$ 71.405,80

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2059 - Manutenção das Atividades da Saúde Bucal

R$ 71.405,80

08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2059 - Manutenção das Atividades da Saúde Bucal
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 10.000,00

4500 - CUSTEIO - Atenção Básica
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2063 - Manutenção das atividades dos Agentes Comunitários da Saúde PACS - União

R$ 10.000,00

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 30.198,93

24512 - PACS FEDERAL
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2067 - Manutenção as atividades da Vigilancia Sanitária

R$ 30.198,93

1069 - 3390.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇ R$ 700,00

4502 - CUSTEIO - Vigilância em Saude
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2125 - Manutenção das Atividades Incentivo Atenção Básica Estadual

R$ 700,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 4.000,00

4011 - INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2128 - Incentivo Programas Apoio Hospitais Públicos

R$ 4.000,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 77.683,00

4230 - HOSPITAIS PUBL. MUNICIPAIS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2189 - Manutenção das Atividades do Programa TEAcolhe

R$ 77.683,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 6.000,00

4011 - INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2189 - Manutenção das Atividades do Programa TEAcolhe

R$ 6.000,00

827 - 4490.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 6.000,00

4011 - INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
03 - HOSPITAL
2075 - Manutenção das Atividades do Hospital

R$ 6.000,00

1180 - 3390.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRE R$ 171.508,69

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
03 - HOSPITAL
2075 - Manutenção das Atividades do Hospital

R$ 171.508,69

648 - 3390.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO R$ 18.296,90
40 - ASPS R$ 18.296,90

09 - SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA AGRICULTURA
2076 - Manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 12.675,00

2 - LIVRE - 501
11 - SEC. MUN DE MINERAÇÃO, INDÚSTRIA, COMERCIO, TURISMO E DESPORTOS
01 - UNID SUB. MIN., IND, COM, SERV, TUR
2083 - Manutenção das atividades da Mineração, Indust., Comer., Serv.

R$ 12.675,00

1023 - 3360.45.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS R$ 15.000,00

1 - LIVRE- 500
12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
0002 - Atender os Encargos Gerais do Municipio

R$ 15.000,00

194 - 3191.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 5.000,00

1 - LIVRE- 500
12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
0002 - Atender os Encargos Gerais do Municipio

R$ 5.000,00

674 - 3390.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS R$ 173.984,59
1 - LIVRE- 500 R$ 173.984,59

Art. 2º O Crédito adicional aberto pelo artigo anterior será coberto da seguinte forma:

4230)

R$ 90.228,93 - Suplementar por Superávit Financeiro (Recursos 20005, 21135, 21137, 21144, 24512)
R$ 319.742,39 - Suplementar por Excesso de Arrecadação (Recursos 31, 1003, 1012, 1049, 1177,
R$ 661.221,85 - Suplementar por Redução de Verba, discriminado pela funcional programática:

02 - GABINETE DO PREFEITO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DO GABINETE
2005 - Manutenção da atividades do Gabinete do Prefeito
125 - 3190.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 1.346,00

1 - LIVRE- 500
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA ADMINISTRAÇÃO
2121 - Conservação e Manutenção dos Prédios Públicos da Administração

R$ 1.346,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 11.000,00

3 - LIVRE - RECURSOS HIDRICOS
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
2015 - Manutenção das Atividades do Departamento de Meio Ambiente

R$ 11.000,00

511 - 3390.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 500,00

2 - LIVRE - 501
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA FAZENDA
2012 - Manutenção Atividades da Secretaria da Fazenda

R$ 500,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA FAZENDA
2012 - Manutenção Atividades da Secretaria da Fazenda
423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 900,00
3 - LIVRE - RECURSOS HIDRICOS R$ 900,00
1069 - 3390.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇ R$ 4.400,00

2 - LIVRE - 501
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA FAZENDA
2013 - Manutenção dos Veículos da Fazenda

R$ 4.400,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 2.300,00

3 - LIVRE - RECURSOS HIDRICOS
- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA FAZENDA
2171 - Manutenção das Atividades do Departamento Tributário, cadastro e fiscalização

R$ 2.300,00

412 - 3390.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL R$ 100,00

1 - LIVRE- 500
- SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2016 - Conservação e manutenção da Iluminação Publica

R$ 100,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 2.000,00

3 - LIVRE - RECURSOS HIDRICOS
- SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2020 - Manutenção da Frota Municipal

R$ 2.000,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 10.000,00
1 - LIVRE- 500 R$ 10.000,00
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 18.296,90

1 - LIVRE- 500
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2023 - Manutenção do Ensino Fundamental - MDE

R$ 18.296,90

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 10.000,00
20 - MDE R$ 10.000,00
423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 3.000,00

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2024 - Ampliação, conservação e melhoramento dos Prédios da Educação

R$ 3.000,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 13.306,89

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2031 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação e Cultura

R$ 13.306,89

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2031 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação e Cultura
94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 10.000,00
20 - MDE R$ 10.000,00
395 - 3390.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SE R$ 500,00

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2158 - Manutenção Ed. Inf. Creche - MDE

R$ 500,00

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 10.000,00
20 - MDE R$ 10.000,00
194 - 3191.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 11.527,50

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
1033 - Ampliação e Melhoramento dos Prédios da Educação

R$ 11.527,50

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 200,00
31 - FUNDEB R$ 200,00
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 200,00
31 - FUNDEB R$ 200,00
801 - 4490.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 200,00
31 - FUNDEB R$ 200,00
819 - 4490.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 500,00

31 - FUNDEB
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2022 - Manutenção do Transporte Escolar - Ens. Fundamental-FUNDEB

R$ 500,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 3.000,00

31 - FUNDEB
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2025 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

R$ 3.000,00

412 - 3390.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL R$ 500,00
31 - FUNDEB R$ 500,00
423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 1.500,00
31 - FUNDEB R$ 1.500,00

1180 - 3390.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRE R$ 1.000,00
31 - FUNDEB R$ 1.000,00
827 - 4490.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 1.000,00

31 - FUNDEB
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2029 - Manutenção Classe Educação Especial

R$ 1.000,00

395 - 3390.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SE R$ 4.000,00
31 - FUNDEB R$ 4.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2155 - Manutenção do Transporte Escolar - Pré-Escola- FUNDEB
423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 6.000,00
31 - FUNDEB R$ 6.000,00
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 3.000,00

31 - FUNDEB
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
03 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - EDUCAÇÃO
2175 - Manutenção das atividades do PNAE - Educ. Especial

R$ 3.000,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 2.516,45

1003 - PNAE
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2041 - Manutenção das atividades da Sec. Trabalho e Ação Social

R$ 2.516,45

125 - 3190.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 18.000,00

- LIVRE- 500
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2096 - Manutenção das atividades do FMAS - PBFI

R$ 18.000,00

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 6.000,00
1137 - BL- PSB FNAS R$ 6.000,00
194 - 3191.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 2.800,00
1137 - BL- PSB FNAS R$ 2.800,00
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 2.000,00

1137 - BL- PSB FNAS
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2161 - Manutenção das Atividades do Programa Primeira Infância SUAS - Criança Feliz

R$ 2.000,00

395 - 3390.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SE R$ 100,00

1144 - PRIMEIRA INF SUAS - CRIANÇA FELIZ
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2058 - Manutenção das atividades da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

R$ 100,00

704 - 3390.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 10.935,00

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2059 - Manutenção das Atividades da Saúde Bucal

R$ 10.935,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 10.000,00

4500 - CUSTEIO - Atenção Básica
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2176 - Participação em Consórcio Público de Contrato de Rateio

R$ 10.000,00

08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2176 - Participação em Consórcio Público de Contrato de Rateio
1035 - 3393.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO R$ 71.405,80

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2067 - Manutenção as atividades da Vigilancia Sanitária

R$ 71.405,80

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 700,00

4502 - CUSTEIO - Vigilância em Saude
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2125 - Manutenção das Atividades Incentivo Atenção Básica Estadual

R$ 700,00

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 4.000,00

4011 - INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2189 - Manutenção das Atividades do Programa TEAcolhe

R$ 4.000,00

487 - 3390.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB R$ 6.000,00
4011 - INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL R$ 6.000,00
1180 - 3390.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRE R$ 6.000,00

4011 - INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL
09 - SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA AGRICULTURA
2080 - Manutenção da Assistência a Agricultura Familiar

R$ 6.000,00

487 - 3390.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB R$ 12.675,00

- LIVRE - 501
11 - SEC. MUN DE MINERAÇÃO, INDÚSTRIA, COMERCIO, TURISMO E DESPORTOS
01 - UNID SUB. MIN., IND, COM, SERV, TUR
2019 - Conservação, manutenção e arborização de Praças e Jardins

R$ 12.675,00

819 - 4490.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 15.000,00

1 - LIVRE- 500
12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
0002 - Atender os Encargos Gerais do Municipio

R$ 15.000,00

163 - 3190.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS R$ 173.984,59
1 - LIVRE- 500 R$ 173.984,59
650 - 3390.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIV R$ 5.000,00

1 - LIVRE- 500
13 - RESERVA DE CONTINGENCIA
01 - RESERVA DE CONTINGENCIA
9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

R$ 5.000,00

1131 - 9999.99.99.01.00.00 - RESERVA RISCOS FISCAIS R$ 183.827,72
1 - LIVRE- 500 R$ 183.827,72

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicado e registrado na data supra.

RONALDO O. PEREIRA DE MORAES
Prefeito

CATIA DA ROSA
Contadora

CACIANA CALEGARO
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Barbara Rosa
Código Identificador:13942C94

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº3799/2025, DE 25/11/2025.

Abre crédito adicional no valor de R$ 7.000,00 e dá outros recursos.

O(A) Prefeito(a) municipal de SALTO DO JACUÍ, Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal 2966/2024,

Decreta:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional no valor de R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais), destinado a suplementar as seguintes dotações, discriminados pela funcional programática, do orçamento vigente:

21 - RPPS
01 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL
2160 - Manutenção das Atividades Administrativas do RPPS

190 - 3190.96.00.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL R$ 7.000,00
51 - RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO R$ 7.000,00

Art. 2º O Crédito adicional aberto pelo artigo anterior será coberto da seguinte forma:
a) R$ 7.000,00 - Suplementar por Excesso de Arrecadação (Recurso 51)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicado e registrado na data supra.

Ronaldo Olimpio Pereira de Moraes Prefeito

CATIA DA ROSA CACIANA CALEGARO
Secretario da Fazenda

Publicado por:
Barbara Rosa
Código Identificador:7BC5543E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº3800/2025, DE 26/11/2025.

Abre crédito adicional no valor de R$ 1.918.366,17 e dá outros recursos.

O(A) Prefeito(a) municipal de SALTO DO JACUI, Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal 2966/2024,

Decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional no valor de R$ 1.918.366,17 (Um Milhão, Novecentos e Dezoito Mil, Trezentos e Sessenta e Seis Reais e Dezessete Centavos), destinado a suplementar as seguintes dotações, discriminados pela funcional programática, do orçamento vigente:

02 - GABINETE DO PREFEITO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DO GABINETE
2005 - Manutenção da atividades do Gabinete do Prefeito
94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 51.493,21

1 - LIVRE- 500
02 - GABINETE DO PREFEITO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DO GABINETE
2005 - Manutenção da atividades do Gabinete do Prefeito

R$ 51.493,21

194 - 3191.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 400,00

1 - LIVRE- 500
02 - GABINETE DO PREFEITO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DO GABINETE
2005 - Manutenção da atividades do Gabinete do Prefeito

R$ 400,00

395 - 3390.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SE R$ 130,00

1 - LIVRE- 500
02 - GABINETE DO PREFEITO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DO GABINETE
2005 - Manutenção da atividades do Gabinete do Prefeito

R$ 130,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 1.000,00

1 - LIVRE- 500
02 - GABINETE DO PREFEITO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DO GABINETE
2130 - Manutenção das atividades do Controle Interno

R$ 1.000,00

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 300,00

1 - LIVRE- 500
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA ADMINISTRAÇÃO
2007 - Manutenção Atividades da Secretaria da Administração

R$ 300,00

140 - 3190.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL C R$ 2.334,65

1 - LIVRE- 500
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA ADMINISTRAÇÃO
2007 - Manutenção Atividades da Secretaria da Administração

R$ 2.334,65

194 - 3191.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 10.000,00
1 - LIVRE- 500 R$ 10.000,00

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA ADMINISTRAÇÃO
2007 - Manutenção Atividades da Secretaria da Administração
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 8.431,00

20001 - LIVRE- 500
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
2098 - Manutenção das atividades do Conselho Tutelar

R$ 8.431,00

125 - 3190.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 3.000,00

1 - LIVRE- 500
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA FAZENDA
2012 - Manutenção Atividades da Secretaria da Fazenda

R$ 3.000,00

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 92.413,57

1 - LIVRE- 500
- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA FAZENDA
2171 - Manutenção das Atividades do Departamento Tributário, cadastro e fiscalização

R$ 92.413,57

194 - 3191.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 1.500,00

1 - LIVRE- 500
- SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2014 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Transportes

R$ 1.500,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 34.900,00

20001 - LIVRE- 500
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2031 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação e Cultura

R$ 34.900,00

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 23.257,59

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2031 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação e Cultura

R$ 23.257,59

125 - 3190.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 3.391,36

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2031 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação e Cultura

R$ 3.391,36

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 129.901,24

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2157 - Manutenção Ed. Inf. Pré-Escola - MDE

R$ 129.901,24

395 - 3390.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SE R$ 9.631,22
20 - MDE R$ 9.631,22

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2158 - Manutenção Ed. Inf. Creche - MDE
395 - 3390.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SE R$ 1.697,20

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2172 - Manutenção Classe Educ Especial - MDE

R$ 1.697,20

194 - 3191.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 2.000,00

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2172 - Manutenção Classe Educ Especial - MDE

R$ 2.000,00

395 - 3390.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SE R$ 29.016,29

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2025 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

R$ 29.016,29

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 167.135,35

31 - FUNDEB
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2025 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

R$ 167.135,35

140 - 3190.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL C R$ 11.129,95

31 - FUNDEB
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2027 - Manutenção da Educação Infantil CRECHE - FUNDEB

R$ 11.129,95

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 97.604,36

31 - FUNDEB
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2027 - Manutenção da Educação Infantil CRECHE - FUNDEB

R$ 97.604,36

194 - 3191.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 13.059,28

31 - FUNDEB
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB)
2156 - Manutenção da Educação Infantil - PRÉ-ESCOLA - FUNDEB

R$ 13.059,28

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 98.403,87

31 - FUNDEB
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2041 - Manutenção das atividades da Sec. Trabalho e Ação Social

R$ 98.403,87

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 54.809,72
1 - LIVRE- 500 R$ 54.809,72

07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2041 - Manutenção das atividades da Sec. Trabalho e Ação Social
395 - 3390.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SE R$ 800,00

1 - LIVRE- 500
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2058 - Manutenção das atividades da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

R$ 800,00

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 281.530,51

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2058 - Manutenção das atividades da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

R$ 281.530,51

125 - 3190.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 9.403,62

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2058 - Manutenção das atividades da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

R$ 9.403,62

140 - 3190.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL C R$ 41.058,68

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2058 - Manutenção das atividades da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

R$ 41.058,68

182 - 3190.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHI R$ 29.398,13

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2058 - Manutenção das atividades da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

R$ 29.398,13

194 - 3191.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 46.892,41

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2056 - Manutenção das atividades da Saúde da Família PSF - ESTADO

R$ 46.892,41

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 18.485,46

4090 - PSF ESTADUAL
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2063 - Manutenção das atividades dos Agentes Comunitários da Saúde PACS - União

R$ 18.485,46

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 25.553,17

4512 - PACS FEDERAL
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2167 - Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU Federal

R$ 25.553,17

36 - 3190.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO R$ 17.043,96
4501 - Custeio - Atenção de média e alta comp amb e hosp R$ 17.043,96

08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2168 - Manutençao das Açoes e Serviços Públicos de Saúde
94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 242.718,16

4500 - CUSTEIO - Atenção Básica
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2168 - Manutençao das Açoes e Serviços Públicos de Saúde

R$ 242.718,16

125 - 3190.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 721,67

4500 - CUSTEIO - Atenção Básica
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2168 - Manutençao das Açoes e Serviços Públicos de Saúde

R$ 721,67

140 - 3190.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL C R$ 18.056,40

4500 - CUSTEIO - Atenção Básica
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2168 - Manutençao das Açoes e Serviços Públicos de Saúde

R$ 18.056,40

182 - 3190.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHI R$ 29.398,13

4500 - CUSTEIO - Atenção Básica
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2168 - Manutençao das Açoes e Serviços Públicos de Saúde

R$ 29.398,13

194 - 3191.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 5.814,95

4500 - CUSTEIO - Atenção Básica
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2168 - Manutençao das Açoes e Serviços Públicos de Saúde

R$ 5.814,95

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 29.449,54

4500 - CUSTEIO - Atenção Básica
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
03 - HOSPITAL
2075 - Manutenção das Atividades do Hospital

R$ 29.449,54

36 - 3190.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO R$ 96.736,79

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
03 - HOSPITAL
2075 - Manutenção das Atividades do Hospital

R$ 96.736,79

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 143.618,77

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
03 - HOSPITAL
2075 - Manutenção das Atividades do Hospital

R$ 143.618,77

140 - 3190.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL C R$ 17.922,36
40 - ASPS R$ 17.922,36

08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
03 - HOSPITAL
2075 - Manutenção das Atividades do Hospital
194 - 3191.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 15.679,20

40 - ASPS
- SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
03 - HOSPITAL
2075 - Manutenção das Atividades do Hospital

R$ 15.679,20

395 - 3390.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SE R$ 444,40

40 - ASPS
- SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA AGRICULTURA
2076 - Manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura

R$ 444,40

395 - 3390.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SE R$ 700,00
1 - LIVRE- 500 R$ 700,00

Art. 2º O Crédito adicional aberto pelo artigo anterior será coberto da seguinte forma:
R$ 43.331,00 - Suplementar por Superávit Financeiro (Recursos 20001)
R$ 726.639,25 - Suplementar por Excesso de Arrecadação (Recursos 31, 4500, 4501, 4512)
R$ 1.148.395,92 - Suplementar por Redução de Verba, discriminado pela funcional programática:

02 - GABINETE DO PREFEITO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DO GABINETE
2005 - Manutenção da atividades do Gabinete do Prefeito
125 - 3190.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 5.000,00
1 - LIVRE- 500 R$ 5.000,00
140 - 3190.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL C R$ 2.656,19
1 - LIVRE- 500 R$ 2.656,19
423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 779,00
1 - LIVRE- 500 R$ 779,00
779 - 4450.42.00.00.00.00 - AUXÍLIOS R$ 24.000,00

1 - LIVRE- 500

02 - GABINETE DO PREFEITO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DO GABINETE
2006 - Manutenção do Veículo do Gabinete

R$ 24.000,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 769,00
1 - LIVRE- 500 R$ 769,00
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 505,00

1 - LIVRE- 500
02 - GABINETE DO PREFEITO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DO GABINETE
2130 - Manutenção das atividades do Controle Interno

R$ 505,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 65,00
1 - LIVRE- 500 R$ 65,00

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA ADMINISTRAÇÃO
2007 - Manutenção Atividades da Secretaria da Administração
506 - 3390.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA R$ 11.561,17

1 - LIVRE- 500
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA ADMINISTRAÇÃO
2008 - Manutenção dos Veículos da Administração

R$ 11.561,17

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 1.971,35
1 - LIVRE- 500 R$ 1.971,35
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 480,00

1 - LIVRE- 500
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA ADMINISTRAÇÃO
2121 - Conservação e Manutenção dos Prédios Públicos da Administração

R$ 480,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 2.506,56

1 - LIVRE- 500
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
2098 - Manutenção das atividades do Conselho Tutelar

R$ 2.506,56

412 - 3390.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL R$ 437,50
1 - LIVRE- 500 R$ 437,50
511 - 3390.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 3.300,00

1 - LIVRE- 500
- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA FAZENDA
2171 - Manutenção das Atividades do Departamento Tributário, cadastro e fiscalização

R$ 3.300,00

412 - 3390.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL R$ 325,00

1 - LIVRE- 500
- SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2014 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Transportes

R$ 325,00

140 - 3190.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL C R$ 26.836,41
1 - LIVRE- 500 R$ 26.836,41
423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 2.525,49
1 - LIVRE- 500 R$ 2.525,49
704 - 3390.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 3.000,00

1 - LIVRE- 500
05 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2017 - Manutenção e Pavimentação das Vias Urbanas

R$ 3.000,00

801 - 4490.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 100,00
1 - LIVRE- 500 R$ 100,00

05 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2018 - Manutenção da Limpeza Publica, estação de tratamento de esgoto e usina de reciclagem.
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 5.699,52

1 - LIVRE- 500
05 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2020 - Manutenção da Frota Municipal

R$ 5.699,52

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 27.958,19
1 - LIVRE- 500 R$ 27.958,19
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 10.728,00

1 - LIVRE- 500
05 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
01 - UNIDADES SUBORD. OBRAS E TRANSITO
2169 - Manutenção das Câmeras de Vigilância

R$ 10.728,00

794 - 4471.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCI R$ 500,00

1 - LIVRE- 500
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2023 - Manutenção do Ensino Fundamental - MDE

R$ 500,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 8.536,64
20 - MDE R$ 8.536,64
511 - 3390.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 100,00
20 - MDE R$ 100,00
827 - 4490.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 3.696,00

20 - MDE

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2024 - Ampliação, conservação e melhoramento dos Prédios da Educação

R$ 3.696,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 3.066,60

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2028 - Manutenção dos Veículos da Educação

R$ 3.066,60

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 15.000,00
20 - MDE R$ 15.000,00
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 5.000,00

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2031 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação e Cultura

R$ 5.000,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 12.012,07
20 - MDE R$ 12.012,07

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2154 - Manutenção das Atividades dos Conselhos vinculados à Secretaria Mun. da Educação
423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 1.650,00

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2158 - Manutenção Ed. Inf. Creche - MDE

R$ 1.650,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 6.594,25

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - MDE
2163 - Manutenção das atividades da Equoterapia

R$ 6.594,25

511 - 3390.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 200,00
20 - MDE R$ 200,00
704 - 3390.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 200,00

20 - MDE
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
03 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - EDUCAÇÃO
2030 - Manutenção das atividades da Merenda Escolar - Recursos Próprios

R$ 200,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 500,00
1 - LIVRE- 500
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
04 - CULTURA
1102 - Reaparelhamento da Cultura

R$ 500,00

827 - 4490.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 500,00

1 - LIVRE- 500
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
04 - CULTURA
2085 - Manutenção das atividades da Cultura, Biblioteca e Museu

R$ 500,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 15.033,46

1 - LIVRE- 500
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
01 - TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
2048 - Manutenção do Cemiterio Municipal e casa Velatória

R$ 15.033,46

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 911,80
1 - LIVRE- 500 R$ 911,80
819 - 4490.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 977,57

1 - LIVRE- 500
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
- TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

R$ 977,57

2148 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICA PARA AS MU
423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 1.000,00
1 - LIVRE- 500 R$ 1.000,00

07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
- FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2041 - Manutenção das atividades da Sec. Trabalho e Ação Social
140 - 3190.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL C R$ 5.413,09
1 - LIVRE- 500 R$ 5.413,09
423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 8.161,75

1 - LIVRE- 500
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2042 - Manutenção dos Veículos da Assistência Social

R$ 8.161,75

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 4.000,00

1 - LIVRE- 500
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
2124 - Assistencia Social a População Carente

R$ 4.000,00

487 - 3390.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB R$ 44.198,65
1 - LIVRE- 500 R$ 44.198,65

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 11.558,28

1 - LIVRE- 500
07 - SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
04 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
2052 - Assistência e Proteção a Criança e Adolescente

R$ 11.558,28

487 - 3390.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB R$ 18.678,21
1 - LIVRE- 500 R$ 18.678,21
511 - 3390.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 1.000,00
1 - LIVRE- 500 R$ 1.000,00
801 - 4490.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 200,00

1 - LIVRE- 500
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2058 - Manutenção das atividades da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

R$ 200,00

334 - 3350.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS R$ 20.000,00
1 - LIVRE- 500 R$ 20.000,00
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 10.935,00

1 - LIVRE- 500
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
01 - ASPS
2176 - Participação em Consórcio Público de Contrato de Rateio

R$ 10.935,00

1035 - 3393.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO R$ 90.000,00

40 - ASPS
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2056 - Manutenção das atividades da Saúde da Família PSF - ESTADO

R$ 90.000,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 8.998,48
4090 - PSF ESTADUAL R$ 8.998,48

08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2126 - Manutenção das Atividades do Incentivo PSF Indigena - Estadual
487 - 3390.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB R$ 9.486,98

4090 - PSF ESTADUAL
08 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
02 - GASTOS NÃO COMPUTADOS - SAÚDE
2168 - Manutençao das Açoes e Serviços Públicos de Saúde

R$ 9.486,98

182 - 3190.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHI R$ 29.449,54

4500 - CUSTEIO - Atenção Básica
09 - SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA AGRICULTURA
2077 - Manutenção dos Veículos da Secretaria da Agricultura

R$ 29.449,54

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 12.980,42
1 - LIVRE- 500 R$ 12.980,42
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 54.880,00

1 - LIVRE- 500
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA COORD. E PLANEJ
2081 - Manutenção das atividades da Secretaria de Coordenação e Planejamento

R$ 54.880,00

125 - 3190.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 10.000,00

1 - LIVRE- 500
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
01 - UNIDADES SUBORDINADAS DA COORD. E PLANEJ
2082 - Manutenção dos Veículos da Coordenação e Planejamento

R$ 10.000,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 2.000,00
1 - LIVRE- 500 R$ 2.000,00
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 500,00

1 - LIVRE- 500
11 - SEC. MUN DE MINERAÇÃO, INDÚSTRIA, COMERCIO, TURISMO E DESPORTOS
01 - UNID SUB. MIN., IND, COM, SERV, TUR
2019 - Conservação, manutenção e arborização de Praças e Jardins

R$ 500,00

819 - 4490.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 20.444,65

1 - LIVRE- 500
11 - SEC. MUN DE MINERAÇÃO, INDÚSTRIA, COMERCIO, TURISMO E DESPORTOS
01 - UNID SUB. MIN., IND, COM, SERV, TUR
2083 - Manutenção das atividades da Mineração, Indust., Comer., Serv.

R$ 20.444,65

94 - 3190.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO R$ 10.000,00

1 - LIVRE- 500
11 - SEC. MUN DE MINERAÇÃO, INDÚSTRIA, COMERCIO, TURISMO E DESPORTOS
01 - UNID SUB. MIN., IND, COM, SERV, TUR
2087 - Manutenção das atividades do Turismo

R$ 10.000,00

361 - 3371.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCI R$ 8.443,00
1 - LIVRE- 500 R$ 8.443,00

11 - SEC. MUN DE MINERAÇÃO, INDÚSTRIA, COMERCIO, TURISMO E DESPORTOS
01 - UNID SUB. MIN., IND, COM, SERV, TUR
2090 - Manutenção das atividades do Desporto e Lazer

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 2.976,00

1 - LIVRE- 500
11 - SEC. MUN DE MINERAÇÃO, INDÚSTRIA, COMERCIO, TURISMO E DESPORTOS
01 - UNID SUB. MIN., IND, COM, SERV, TUR
2106 - Manutenção do Berçario Industrial

R$ 2.976,00

565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 2.000,00

1 - LIVRE- 500
11 - SEC. MUN DE MINERAÇÃO, INDÚSTRIA, COMERCIO, TURISMO E DESPORTOS
01 - UNID SUB. MIN., IND, COM, SERV, TUR
2122 - Manutenção dos Eventos do Municipio

R$ 2.000,00

423 - 3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 1.004,16
1 - LIVRE- 500 R$ 1.004,16
565 - 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$ 1.000,34

1 - LIVRE- 500
12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
0001 - Amortização e Encargos das Dívidas Internas

R$ 1.000,34

966 - 4690.71.00.00.00.00 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGA R$ 50.000,00

1 - LIVRE- 500
13 - RESERVA DE CONTINGENCIA
01 - RESERVA DE CONTINGENCIA
9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

R$ 50.000,00

1131 - 9999.99.99.01.00.00 - RESERVA RISCOS FISCAIS R$ 503.405,60
1 - LIVRE- 500 R$ 503.405,60

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicado e registrado na data supra.

RONALDO O. PEREIRA DE MORAES
Prefeito

CATIA DA ROSA
Contadora

CACIANA CALEGARO
Secretária Da Fazenda

Publicado por:
Barbara Rosa
Código Identificador:04476490

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.985 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com autorização contida no **Art. 7º** da **Lei Municipal nº. 3.582 de 21/11/2024**, fixo o seguinte **DECRETO:**

Art. 1º - Abre **CRÉDITO SUPLEMENTAR** nas seguintes Dotações Orçamentárias:
07.01.10.302.0702.**2.026 – Manutenção da Média e Alta Complexidade Ambul. e Hospitalar**
3.3.90.39.00.00.00 **(612) -** Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... R$ 5.000,00
RECURSO: 1621 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS
08.01.20.608.0807.**2.112 – Manutenção do Programa Patrulha Agrícola**
3.3.90.30.00.00.00 **(933) –** Material de Consumo..... R$ 40.000,00
RECURSO: 2500 – Recursos não vinculados de Impostos

TOTAL DO ARTIGO PRIMEIRO..... R$ 45.000,00

Art.2º - Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o art. 1º. a seguinte redução orçamentária.
07.01.10.302.0702.**2.057 – Manutenção do Pronto Atendimento**
3.3.90.39.00.00.00 **(630) –** Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... R$ 5.000,00
RECURSO: 1621 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS
08.01.20.608.0807.**2.112 – Manutenção do Programa Patrulha Agrícola**
4.4.90.52.00.00.00 **(876) –** Equipamentos e Material Permanente..... R$ 40.000,00
RECURSO: 2500 – Recursos não vinculados de Impostos

TOTAL DO ARTIGO SEGUNDO..... R$ 45.000,00

Art. 3º – Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação**.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA,

EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

JANICE DA SILVA KAIZER
Secretária Municipal da Fazenda

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:00DB4DC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 002/2025

GARLENO ALVES DA SILVA – Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA MARCIELE CORREA DE OLIVEIRA**, na condição de 2ª suplente de Conselheiro Tutelar, conforme Edital nº 01/2024, para comparecer na Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista no prazo de 2 (dois) dias, para confirmar que assumirá o cargo de Conselheiro Tutelar no

período de **01.01.2026 a 01.03.2026,** tendo em vista o gozo de férias das conselheiras: Roselma Bitencourth (01.01.2026 a 30.01.2026) e Cristiane Prado (31.01.2026 a 01.03.2026).

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA

EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:2FF3BBB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 327/2025

Contrato: nº 327/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA - RS
Contratada: **UVEL UNISUL VEICULOS LTDA**
CNPJ/CPF: 11.149.423/0001-94
Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção e reparação de veículos automotores, para prestação de serviços de revisão e substituição de peças obrigatórias para manter a garantia do veículo Tracker placa TOH4C18 ano 2025, do Gabinete Municipal.

Vinculação: Dispensa de Licitação nº 100/2025

Valor total do contrato: **R$ 1.681,24** (mil seiscentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos).

Vigência: A vigência deste contrato será pelo período de 06 (seis) meses, com início em 03/12/2025 e término em 02/06/2026.

Data da Assinatura: 04/12/2025

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista, 05 de dezembro de 2025.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:D13961EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 352/2025

Contrato: nº 352/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA - RS
Contratada: **BERTINATTO MAQUINAS LTDA**
CNPJ/CPF: 11.920.102/0001-41
Objeto: Tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de revisão das 100 horas trabalhadas do maquinário Retroescavadeira Liugong 766A ano 2025, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente.

Vinculação: processo de inexigibilidade nº 27/2025

Valor total do contrato: **R$ 10.165,02** (dez mil cento e sessenta e cinco reais com dois centavos).

Vigência: A vigência deste contrato será pelo período de 06 (seis) meses, com início em 04/12/2025 e término em 03/06/2026.

Data da Assinatura: 05/12/2025

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista, 05 de dezembro de 2025.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:D282E6E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL Nº 05/2025 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025 - CONVOCAÇÃO PARA COMPARECIMENTO

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto na Lei Municipal n.º 5824/2010, alterada pela Lei n.º 6.687/2014, que dispõem sobre as diretrizes da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sant'Ana do Livramento – RS, na Lei Federal n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e suas alterações, na Resolução CONANDA n.º 231/2022, torna pública a presente Convocação de Comparecimento, em razão do interesse e necessidade da Administração e;
Considerando o pedido de chamamento de suplência de Conselheiro (a) Tutelar, constante no Ofício n.º 636/2025, do Conselho Tutelar de Sant'Ana do Livramento, para a cobertura do período de férias dos membros titulares: Vitória Ramires Machado (mat.funcional n.º 821891) - de 12 de janeiro ao 10 de fevereiro de 2026; Ademir Martins de Olivera (mat. funcional n.º 811945) - de 11 de fevereiro ao 12 de março de 2026 e Maria Glória Andrade (mat. funcional n.º 821881) - de 13 de março ao 11 de abril de 2026.

Considerando o inciso I, do art. 103 da Lei Municipal n.º 5824, de 21 de julho de 2010, que dispõe: Convocar-se-ão os Suplentes de Conselheiros Tutelares nos seguintes casos: I. Durante as férias dos Conselheiros Titulares.

RESOLVE:

Art.1°. CONVOCAR os(as) candidatos(as) suplentes no Processo de Eleição para Conselheiros Tutelar, conforme descrito na tabela abaixo, para comparecerem **PESSOALMENTE,** na sede deste Conselho de Direitos, situada junto ao prédio do Centro de Referência da Mulher Professora Deise, 2.º Andar, Rua dos Andradas, 1.157 – Bairro Centro, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir do ato de publicação deste Edital, no horário das 07h30m às 13h30min, para **MANISFESTAREM** o interesse de cobrir o período de férias dos Conselheiros Tutelares Titulares.

Art.2º. O não comparecimento do suplente para a devida manifestação de interesse no prazo previsto neste Edital, gerará a convocação do candidato subsequente na relação de classificação conforme segue:

RELAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES SUPLENTES

VALDIRENE MUNHOZ DA ROSA	*7.º*
ELISANA MACHADO TABAREZ	*9.º*
NADIA ELIETE PINA VAZ	*10.º*
JULIA ANDREA DOS SANTOS DA SILVA	*11.º*
JOCE ELLEN DA SILVA DOS SANTOS	*13.º*
ALANA SOUZA REMEDI	*14.º*
JOEL RODRIGUES DE ALMEIDA	*15.º*

FABRÍCIO NUNES DUARTE
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:E7FE60DF

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
AVISO DE NOVA DATA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0072/2025

O Departamento de Licitações e Contratos, no uso de suas atribuições legais, torna público:

Processo Administrativo nº 9863/2025

Objeto: Contratação de serviço de Empresa Especializada no Fornecimento de Serviço de Internet Via Satélite de Órbita Baixa Homologada pela ANATEL, para atender a Secretaria do Municipal de Educação e Secretaria do Municipal de Saúde.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO

Respondidos todos os pedidos de esclarecimento no site do Pregão Online Banrisul, o **certame ficará reagendado** para o dia ***18/12/2025***, às 09h01min.

Sessão Pública: www.pregaobanrisul.com.br

Editais à disposição: www.sdolivramento.com.br
Informações: E-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br.

Sant'Ana do Livramento, 05 de dezembro de 2025.

LIANE FERREIRA MORA
Pregoeiro - Portaria 127/2025
Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Liane Ferreira Mora
Código Identificador:58DFAF29

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO - INEXIGIBILIDADE N° 0047/2025

O Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, no uso de suas atribuições torna público::

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N° 0047/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10668/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES DO EXECUTIVO MUNICIPAL EM SISTEMA TV ABERTA.

CONTRATO Nº 0200/2025
EMPRESA: RBS TV BAGE LTDA.
Item 01 - Valor Unit. R$ 20.000,00
Validade: 31 de dezembro de 2025.
Data de assinatura: 02 de dezembro de 2025.

Sant'Ana do Livramento, 05 de dezembro de 2025.

TIAGO BATISTA DE LOS SANTOS
Chefe do Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Thais de Freitas do Nascimento e Silva
Código Identificador:6278D11F

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
EXTRATO DE RESULTADO E CONTRATAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0034/2025

O Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, no uso de suas atribuições torna público::

EXTRATO DE RESULTADO E CONTRATAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0034/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8822/2025
CONTRATADO: SYSNOVA INFORMÁTICA LTDA - EPP
OBJETO: LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E MIGRAÇÃO DE DADOS DE SOFTWARE DE GESTÃO AMBIENTAL, PARA ATENDER A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO – RS.

CONTRATO Nº 0195/2025
Item 01 – Valor Unitário R$ 2.196,00
Item 02 – Valor Unitário R$ 647,00
Validade: 12 meses.
Data de assinatura: 27 de novembro de 2025.

Sant'Ana do Livramento, 03 de dezembro de 2025.

TIAGO BATISTA DE LOS SANTOS
Chefe do Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Thais de Freitas do Nascimento e Silva
Código Identificador:D510B78C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL Nº 8/2025 – DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS -CONCURSO PÚBLICO N° 1/2025

A Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS, representada por sua Prefeita, a Sra. Ana Luiza Moura Tarouco, no uso de suas atribuições legais, torna de conhecimento público, por este Extrato, que se encontra no site da FUNDATEC: www.fundatec.org.br, o Edital de Divulgação dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas do concurso em epígrafe.

Sant'Ana do Livramento/RS, 08 de dezembro de 2025.

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:C5C4CA46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1916/2025

Institui a Comissão de Patrimônio Cultural do Município de Sant'Ana do Livramento e dá outras providências.

O PREFEITO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 45, de 10 de outubro de 2006, especialmente no Capítulo V – Da Qualificação Urbana;

CONSIDERANDO o Memorando nº 189/2025, oriundo do Departamento de Plano Diretor – DPD, que solicita a criação de Comissão de Patrimônio Cultural para atendimento ao previsto na referida Lei Complementar;

CONSIDERANDO o Memorando nº 411/2025/SEPLAMA, que encaminha a solicitação e apresenta justificativa para criação da Comissão de Patrimônio Cultural;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Municipal, a Comissão de Patrimônio Cultural de Sant'Ana do Livramento, com a

finalidade de analisar, propor, acompanhar e executar ações voltadas à preservação, proteção, valorização e promoção do patrimônio histórico, cultural, arquitetônico, paisagístico e ambiental do Município, nos termos da Lei Complementar nº 45/2006.

Art. 2º Compete à Comissão de Patrimônio Cultural, dentre outras atribuições decorrentes da legislação municipal:
I – Conduzir o processo de criação do Instituto do Patrimônio Cultural de Sant'Ana do Livramento – IPC, com fundo próprio;
II – Utilizar a legislação para proteger bens tombados e inventariados no município;
III – Mapear e inventariar bens culturais e o patrimônio ambiental, constituindo e mantendo atualizado um cadastro informatizado de dados;
IV – Assegurar o adequado controle da interferência visual nas áreas envoltórias de imóveis preservados;
V – Elaborar estudos e fixar normas para as áreas envoltórias de bens tombados e de interesse histórico e cultural, contribuindo para a preservação da paisagem urbana e para a racionalização do processo de aprovação de projetos e obras;
VI – Incentivar a preservação do patrimônio por meio de mecanismos como a transferência de potencial construtivo, a implementação de políticas de financiamento de obras de restauração e conservação, bem como a concessão de isenções fiscais;
VII – Criar mecanismos de captação de recursos em áreas de interesse histórico ou cultural, visando à sua preservação e revitalização;
VIII – Promover, por meio de pareceres e análises técnicas, a identificação, preservação e promoção do patrimônio histórico, cultural, ambiental e arqueológico;
IX – Organizar um sistema de informações e divulgação da vida cultural e da história da cidade, incluindo a inserção do tema no currículo escolar da rede municipal;
X – Promover a instalação de centros de memória nos bairros, favorecendo a preservação da identidade, da história e da cultura locais;
XI – Desenvolver políticas de preservação e valorização do patrimônio;
XII – Buscar parcerias institucionais, públicas e privadas, para a preservação e promoção do patrimônio histórico e cultural;
XIII – Elaborar e implementar o Plano Municipal de Preservação Patrimonial.

Art. 3º A Comissão de Patrimônio Cultural será composta por 03 (três) membros, sendo 02 (dois) arquitetos(as) e 01 (um) engenheiro(a) civil, designados dentre servidores do quadro municipal, ficando nomeados os seguintes membros:
I – Helena Farias Benites, arquiteta, membro;
II – Andrea Hillarraz Hamilton Ilha, arquiteta, membro;
III – Elda Nicolini, engenheira, membro.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 25 de novembro de 2025.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:7DB0783E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1989/2025

DETERMINA A SUSPENSÃO PREVENTIVA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA APURAÇÃO DE FATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.620, de 27 de abril de 1990;

CONSIDERANDO que o servidor abaixo qualificado já responde ao Processo Administrativo Disciplinar (PAD) instaurado pela Portaria nº 622/2023;

CONSIDERANDO o fato novo noticiado pelo Memorando nº 1974/2025 da Secretaria Municipal de Educação, datado de 03 de dezembro de 2025, referente à apresentação de Alvará de Soltura concomitantemente à apresentação de atestado médico;

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de garantir a ordem pública administrativa e a correta instrução processual, evitando interferências na apuração dos fatos, nos termos do Art. 181 da Lei Municipal nº 2.620/90;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a SUSPENSÃO PREVENTIVA do servidor DIEGO EMANOEL VEIS BENTANCOURT, Matrícula nº 228331, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 03 de dezembro de 2025.

Parágrafo Único. O prazo estabelecido no *caput* poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, caso persista a necessidade do afastamento para a conclusão da apuração, conforme Art. 181 da Lei nº 2.620/90.

Art. 2º Determinar a remessa imediata dos documentos que originaram esta medida (Memorando nº 1974/2025 e anexos) à Comissão Processante responsável pelo PAD instaurado em desfavor do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a contar de 03 de dezembro de 2025.
Sant'Ana do Livramento, 04 de novembro de 2025.

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:259DC283

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO N° 33/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO E O LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: **1435/2025**

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.124.961/0001-59, estabelecido na Rua Rivadávia Correa, 858, neste ato representado por sua Prefeita, Srª. ANA LUIZA MOURA TAROUCO, portadora do RG nº 8071484471, CPF nº 990.629.250-49, doravante denominada CONCEDENTE e, de outro lado o LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ, inscrita no CNPJ nº 89.422.653/0001-72, estabelecida na rua Moisés Viana, nº 300, baiiro Hidráulica, nesta cidade, neste ato representada por seu Representante Legal, Lúcia Freitas Marques, brasileira, portadora do CPF nº 352.331.680-49, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores e no Decreto Municipal nº 9.708/2021, bem como nos Princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO

Fica alterado o número da conta-corrente do Termo de Fomento nº 33/2025, que anteriormente correspondia ao número 62204-7, passando a vigorar o número 68204-7, agência 0035-3 Banco do Brasil.

ANEXO I DO INSTRUMENTO – COMPLEMENTAR – Plano de Trabalho complementar da Organização da Sociedade Civil;

Ao final, permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do ajuste.
Sant'Ana do Livramento – RS, 05 de Dezembro de 2025.

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita

Lar da Infância Daniel Albornoz
LÚCIA FREITAS MARQUES

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

FELIPE VAZ GONÇALVES
Procurador-Geral do Município

LAURA F. JARDIM MORAES
Secretária Municipal de Assistência e Inclusão Social

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:5872D1B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE COLABORAÇÃO N° 05/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO E A LIESA – LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:8466/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.124.961/0001-59, estabelecido na Rua Rivadávia Correa, 858, neste ato representado por sua Prefeita, Srª ANA LUIZA MOURA TAROUCO, portadora do RG nº 8071484471, CPF nº 990.629.250-49, doravante denominada CONCEDENTE e, de outro lado a LIESA – LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA, inscrita no CNPJ nº 03.348.312/0001-89, estabelecida na Rua General Camara, n° 2038, nesta cidade, neste ato representada por seu Representante Legal, Jaime Ruiz Dos Santos, brasileiro, portador do RG nº 40331440516, CPF nº 475.953.610-87, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores e no Decreto Municipal nº 9.708/2021, bem como nos Princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.1. Este instrumento tem por objeto a execução do *CARNAVAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO 2026*, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho em anexo a este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL
2.1. O presente Termo, tem a sua fundamentação legal na Lei Federal nº 13.019/2014 Decreto Municipal nº 9.708 de 01 de dezembro de 2021, bem como as demais normas regulamentadoras da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO
3.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho;
3.2. O valor global dos recursos públicos da parceria é de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais);
3.3. A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Cultura, esporte e lazer.
Unidade Orçamentária: 13.01 – Fomentar diversas modalidades culturais.
Função: 13.01.13 – Cultura.
Subfunção: 13.01.13.392– Difusão cultural.
Programa: 13.01.13.392.0251 – Te expressa Santana.
Projeto/Atividade: 4667 – Fomentar diversas modalidades culturais.
Rubrica: 3.3.3.5.0.41.00.00.00 – Contribuições.
Redução: 92759-7
Recurso 2501.
3.4. Os recursos serão liberados na seguinte conta-corrente: Banco 041, Conta-Corrente: 06.137163.0.4, agência: 0280, sendo que os referidos valores serão liberados quando da entrega e apresentação da íntegra da documentação da Entidade, perante a Secretaria Municipal da Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO DA DATA DO EVENTO
4.1. O presente instrumento terá vigência a contar da data da liberação do recurso até 90 dias após o recebimento.
4.2. A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e Site Oficial da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 30 (trinta) dias após a assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
5.1. O repasse de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso, em consonância com o cronograma de execução da parceria;
5.2. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria;
5.3. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas ao término de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA – CONTRAPARTIDA
6.1. O detalhamento da forma de cumprimento da contrapartida está contido no Plano de Trabalho;

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES
7.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
7.1.1. Acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal 9.708/2021 e nos demais atos normativos aplicáveis;
7.1.2. Transferir à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos financeiros da parceria, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;
7.1.2.1. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, condicionar a liberação das parcelas à apresentação da prestação de contas anual;
7.1.3. Apreciar as solicitações apresentadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL no curso da execução da parceria;
7.1.4. orientar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quanto à prestação de constas; e
7.1.5. analisar e julgar as contas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
7.2. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
7.2.1. executar o objeto da parceria de acordo com o Plano de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei Federal n° 13.019/2014, no Decreto Municipal 9.708/2021 e nos demais atos normativos aplicáveis;
7.2.1.1.com exceção dos compromissos assumidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste instrumento, responsabilizar-se por todas as providências necessárias à adequação execução do objeto da parceria;
7.2.2. cumprir a contrapartida;

7.2.3. apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o comprovante de abertura da conta bancária específica, isenta de tarifa bancária, destinada exclusivamente a receber e movimentar os recursos provenientes deste termo, bem como apresentar o comprovante de fechamento ao término da parceria;
7.2.4. responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
7.2.5. na realização das compras e contratações de bens e serviços, adotar métodos usualmente utilizados pelo setor privado, zelando pela observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;
7.2.6. realizar a movimentação de recursos da parceria mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e realizar pagamentos por crédito na conta bancária dos fornecedores e prestadores de serviços;
7.2.6.1. demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, desde que devidamente justificado pela organização da sociedadecivilno plano de trabalho;
7.2.7. solicitar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, caso seja de seu interesse, remanejamentos de recursos e o uso dos rendimentos de ativos financeiros no objeto da parceria, indicando a consequente alteração no Plano de Trabalho, desde que ainda vigente este instrumento;
7.2.8. responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria;
7.2.9. prestar contas;
7.2.10. realizar devolução de recursos quando receber notificação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA com essa determinação;
7.2.11. devolver à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA os saldos financeiros existentes após o término da parceria, inclusive os provenientes das receitas obtidas de aplicações financeiras, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste termo, sob pena de imediata instrução de tomada de contas especial;
7.2.12. permitir o livre acesso dos agentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução desta parceria, bem como aos locais de execução do objeto;
7.2.13. manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;
7.2.14. Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como, a relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos do presente Termo;
7.2.15. Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;
7.2.16. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos aos recursos recebidos;
7.2.17. Ressarcir à CONCEDENTE os recursos recebidos, através deste termo, quando se comprovar a sua inadequação em relação à utilização;
7.2.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;
7.2.19. Submeter-se a supervisão e orientação técnica promovida pelo CONCEDENTE, fornecendo as informações necessárias a sua execução.
7.2.20. Arcar com o pagamento de toda despesa excedente aos recursos transferidos pelo CONCEDENTE;
7.2.21. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, danos causados e terceiros e pagamento de seguro em geral, eximindo o CONCEDENTE de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

CLÁUSULA OITAVA – DESPESAS
8.1. Poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:
8.1.1. remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, alusivas ao período de vigência da parceria, conforme previsto no Plano de Trabalho;
8.1.2. diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução da parceria o exija;
8.1.3. custos indiretos necessários à execução do objeto, tais como internet, transporte, aluguel, telefone, taxas e tarifas, consumo de água e energia elétrica;
8.1.4. bens de consumo, tais como alimentos (quando demonstrada a necessidade no Plano de Trabalho, de acordo com a natureza ou o território da atividade ou projeto), material de expediente, material pedagógico, produtos de limpeza, combustível e gás;
8.1.5. aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais, conforme o disposto no Plano de Trabalho aprovado;
8.1.5.1. como serviços de adequação de espaço físico, a execução de obras voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;
8.1.6. contratação de serviços de terceiros, tais como limpeza, manutenção, segurança de instalações físicas, capacitação e treinamento, informática, design gráfico, desenvolvimento de softwares, contabilidade, auditoria e assessoria jurídica;
8.1.7. outros tipos de despesa que se mostrarem indispensáveis para a execução do objeto;
8.2. O pagamento de despesas com equipes de trabalho somente poderá ser autorizado quando demonstrado que tais valores:
8.2.1. correspondem às atividades e aos valores constantes do Plano de Trabalho, observada a qualificação técnica adequada à execução da função a ser desempenhada;
8.2.2. são proporcionais ao tempo de trabalho efetivamente dedicado à parceria, devendo haver memória de cálculo do rateio nos casos em que a remuneração for paga parcialmente com recursos da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
8.2.4. não estão sendo utilizados para remunerar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:
– administrador, dirigente ou associado com poder de direção da Organização da Sociedade Civil celebrante da parceria ou, nos casos de atuação em rede, executante;
– agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela execução da parceria no órgão ou entidade pública; ou
– agente público cuja posição no órgão ou entidade pública municipal seja hierarquicamente superior à chefia da unidade responsável pela execução da parceria.
8.3. Não poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:
8.3.1. despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;
8.3.2. pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na lei de diretrizes orçamentárias;
8.3.3. pagamento de juros, multas e correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, salvo quando as despesas tiverem sido causadas por atraso da administração pública na liberação de recursos;
8.3.4. despesas com publicidade, salvo quando previstas no Plano de Trabalho como divulgação ou campanha de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
8.3.5. pagamento de despesa cujo fato gerador tiver ocorrido em data anterior ao início da vigência da parceria;
8.3.6. pagamento de despesa em data posterior ao término da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante a vigência do termo de fomento ou de colaboração.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
9.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá propor ou autorizar a alteração do Plano de Trabalho, desde que preservado o objeto, mediante justificativa prévia, por meio de termo aditivo ou termo de apostilamento.

9.2. Será celebrado termo aditivo nas hipóteses de alteração do valor global da parceria e em outras situações em que a alteração for indispensável para o atendimento do interesse público.
9.2.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA providenciará a publicação do extrato dos termos no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e Site Oficial da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento.
9.2.2. Caso haja necessidade de termo aditivo com alteração do valor global da parceria, sua proposta deve ser realizada com antecedência mínima de trintas dias do término da vigência deste instrumento.
9.3. Será editado termo de apostilamento pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA quando necessária a indicação de crédito orçamentário de exercícios futuros e quando a Organização da Sociedade Civil solicitar remanejamento de recursos ou alteração de itens do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – GESTOR DA PARCERIA
10.1. Designa-se como o agente público responsável pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, a Fernanda Monteiro Martins, Matrícula 231361, designada por ato publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.
10.1. Compete ao Gestor da parceria durante o período de execução deste instrumento:
10.1.1. Acompanhar a execução do Plano de Trabalho da parceria, devendo ser realizada visita no local de execução da parceria, preferencialmente, de acordo com os marcos executores indicados no Plano de Trabalho;
10.1.2. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação e encaminhar à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para homologação.
10.1.2.1. O relatório técnico de Monitoramento e Avaliação deverá conter os requisitos previstos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014:
I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
III. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;
V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
10.2. Compete ao Gestor da parceria durante a fase de prestação de contas deste instrumento:
10.2.1. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração a análise dos relatórios previstos no artigo 66 da Lei Federal nº 13.019/2014, contendo:
I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II – relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
IV – relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
V – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.
10.2.2. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:
I. os resultados já alcançados e seus benefícios;
II. os impactos econômicos ou sociais;
III. o grau de satisfação do público-alvo;
IV. a passibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
11.1. Designa-se como órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, as servidoras: Kelli da Rosa Mendes - Mat. 821323, Kelen Guimaraes Siqueira - Mat. 224281 e Júlia Andréa dos Santos da Silva - Mat. 822101, constituídos por ato específico publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.
11.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.
11.3. Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará até o dia 11 de maio de 2025 o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela gestora da parceria, que conterá:
I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
III. valores efetivamente transferidos pela administração pública;
IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;
V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ATUAÇÃO EM REDE
12.1. Não será possível a execução da parceria pela sistemática de atuação em rede prevista na Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PRESTAÇÃO DE CONTAS
13.1. A prestação de contas será um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria, voltado à demonstração e verificação do cumprimento de metas e resultados, que observará o disposto na Lei Federal n° 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 9.708/2021.
13.2. A prestação de contas dos recursos financeiros de que tratam as cláusulas terceira e quinta, deverá ser apresentada ao CONCEDENTE até 30 dias contados do término da vigência, para parcerias com prazo de vigência igual ou inferior a 1 (um) ano, ficando condicionada a aprovação, com a apresentação dos seguintes documentos:
I. relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedadecivil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, conforme modelo anexo a este Instrumento;
II. na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;
III. comprovante ou demonstração de execução financeira, assinada pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;
IV. cópia das notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, todos datados, valorados, específicos à organização da sociedadecivile à parceria a que se referem;
V. extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria, acompanhado de relatório sintético de conciliação bancária com indicação de despesas e receitas;
VI. comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;
VII. material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;
VIII. relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
IX. lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

X. a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
13.2.1. O relatório de execução do objeto deverá conter:
I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados;
II – comprovação do cumprimento do objeto, por documentos como listas de presença, fotos, depoimentos, vídeos e outros suportes;
III – comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver essa exigência; e
IV – documentos sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderão consistir em resultado de pesquisa de satisfação realizada no curso da parceria ou outros documentos, tais como declaração de entidade pública ou privada local, ou manifestação do conselho setorial.
13.3. O parecer técnico da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA sobre o relatório de execução do objeto, considerando o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação, consistirá na verificação do cumprimento do objeto, podendo o gestor da parceria:
– concluir que houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial com justificativa suficiente quanto às metas não alcançadas; ou
– concluir que o objeto não foi cumprido e que não há justificativa suficiente para que as metas não tenham sido alcançadas, o que implicará emissão de parecer técnico preliminar indicando glosa dos valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.
13.3.1. Caso haja a conclusão de que o objeto não foi cumprido ou caso haja indícios de irregularidades que possam ter gerado dano ao erário, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada para apresentar, em até 90 (noventa) dias, relatório de execução financeira, que conterá:
– relação das despesas e receitas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do Plano de Trabalho;
– relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
– comprovante de devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;
– extrato da conta bancária específica, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;
– cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e do fornecedor, além da indicação do produto ou serviço;e
– memória de cálculo do rateio das despesas, nos casos em que algum item do Plano de Trabalho for pago proporcionalmente com recursos da parceria, para demonstrar que não houve duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item.
13.3.2. Com fins de diagnóstico, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA conheça a realidade contemplada pela parceria, o parecer técnico abordará o cumprimento das metas, os impactos econômicos ou sociais das ações, o grau de satisfação do público - alvo e a possibilidade de sustentabilidade das ações.
13.4. Caso tenha havido notificação para apresentação de relatório de execução financeira, sua análise será realizada mediante parecer técnico que examinará a conformidade das despesas constantes na relação de pagamentos com as previstas no Plano de Trabalho, considerando a análise da execução do objeto; e verificará a conciliação bancária, por meio da correlação entre as despesas da relação de pagamentos e os débitos na conta.
13.5. A análise da prestação de contas final ocorrerá no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de apresentação:
– do relatório de execução do objeto, quando não for necessária a apresentação de relatório de execução financeira; ou
– do relatório de execução financeira, quando houver.
13.5.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante decisão motivada.
13.6. O julgamento final das contas, realizado pela autoridade que celebrou a parceria ou agente público a ela diretamente subordinado, considerará o conjunto de documentos sobre a execução e o monitoramento da parceria, bem como o parecer técnico conclusivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO E DENÚNCIA
14.1. O presente termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante comunicado formal com 30 (trinta) dias de prazo e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer umas de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou fortemente inexequível.
14.2. Constituem particularmente motivos de rescisão a constatação de descumprimento de quaisquer exigências fixadas nas normas técnicas e diretrizes, constante deste termo e seus anexos, bem como a legislação que rege o presente ajuste.
14.3. Quando ocorrer a denúncia ou rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigora este instrumento, creditando-lhes, igualmente os benefícios adquiridos nos mesmos períodos.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO
15. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a PROPONENTE compromete-se a restituir os valores transferidos pelo CONCEDENTE, podendo ser por meio de ações compensatórias de interesse público, ou quando for o caso pela restituição integral dos recursos, conforme dispõe o parágrafo 5º do Artigo 51 do Decreto Municipal nº 9.708/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
16. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas do Decreto Municipal nº 9.708/2021 e o art. 73 da Lei Federal nº 13.019/14, o CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao PROPONENTE as seguintes sanções:
I – advertência;
II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a PROPONENTE ressarcir o órgão pelos prejuízos resultantes.
16.1. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS AÇÕES PROMOCIONAIS
17.1. Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na cláusula primeira deste termo, bem como a confecção de *folders*, cartazes, faixas e *banners*, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de Sant´Ana do Livramento, com os respectivos logos e marcas de governo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO
18. A presente contratação dar-se-á em atendimento ao Edital de Chamamento Público da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer nº 07/2025 (Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 20/10/2025. Edição 4187.) na modalidade de Termo de Colaboração, visto que é o instrumento por meio do qual são formalizadas parcerias propostas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recurso financeiro, nos termos do artigo 3 do Decreto Municipal nº 9.708/2021 e do artigo 16 da Lei Federal 13.019/2014.
E, por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Colaboração em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, elegendo-se o Foro desta Comarca para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes a execução do presente termo.
Sant'Ana do Livramento-RS, 04 de Dezembro de 2025.

ANEXO I DO INSTRUMENTO – Plano de Trabalho da Organização da Sociedade Civil;

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita

LIESA – LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA
Jaime Ruiz Dos Santos

MARIA UMBELINA DREKENER
Secretária Municipal de Administração

FELIPE VAZ GONÇALVES
Procurador-Geral do Município

SANDRA PONTES
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:B92B03B8

SISTEMA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
ATO CONCESSOR DE APOSENTADORIA ESPECIAL VOLUNTÁRIA POR AGENTES NOCIVOS

Relatório gerado pelo SAPIEM
Versão: 7.0.06
Data: 04/12/2025
Hora: 11:27
Portaria nº 191/2025

ANA CRISTINA RODRIGUES ASEFF, Diretora Geral de SISPREM - SISTEMA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - S. LIVRAMENTO, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o art. 40, § 4º-C, da CF, c/c art. 3º, III, § 3º da LCM 73/2022, CONCEDE APOSENTADORIA ESPECIAL VOLUNTÁRIA POR EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS, a contar de 01/12/2025, ao servidor **CLÁUDIO ALBERTO ICART HERBERT**, matrícula 222181, cargo de ODONTÓLOGO, padrão 11, classe D, regime jurídico estatutário, 30 horas semanais, com proventos mensais integrais no valor de R$ 10.363,68 de acordo com a média das contribuições, a ser custeada por Sistema de Previdência Municipal de SantAna do Livramento, Lei Municipal 5066/2006 e seu reajuste será efetivado pelo valor real.
Aposentadoria concedida em cumprimento à Sentença Judicial do processo n° 5001979-69.2023.8.21.0025/RS.

Santana do Livramento, 04/12/2025.

ANA CRISTINA RODRIGUES ASEFF
Diretora Geral de SISPREM -Sistema de Previdência Municipal - S. Livramento

OBS.: Ato sujeito a exame para fins de registro.

Publicado por:
Beatriz Gabriel Flores
Código Identificador:379EF4ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

CÂMARA DE VEREADORES
EXTRATO DE DISPENSA 58/2025

OBJETO: Publicidade institucional alusivo ao natal e fim de ano. Empresas: Grupo Sepe Tiaraju de comunicações LTDA - 07.982.466/0001-89 total do fornecedor R$ 1.000,00.
Radio Novos Horizontes LTDA - 90.371.535/0001-61 total do fornecedor r$ 350,00.
Radio Santo Ângelo LTDA - 90.289.356/0001-80 R$ 1000,00.

JONATAS DUTRA TOLEDO
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Alcides Balzan
Código Identificador:3FE73AC9

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
AVISO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 021/2025

Concorrência Eletrônica nº. 021/2025. Objeto: contratação de empresa pelo regime de empreitada global para execução de obras de iluminação do estacionamento do Aeroporto Regional Sepé Tiaraju, mediante convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul FPE n.º 1330/2025. Propostas: deverão ser postadas das 08 horas do dia 09/12/2025 às 08 horas do dia 22/12/2025, no Sistema Eletrônico no sítio: www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Sessão de lances: dia 22/12/2025 às 09 horas. Informações pelo telefone (055) 3312-0136, e-mail licitacao@santoangelo.rs.gov.br. O edital poderá ser acessado através do sítio www.santoangelo.rs.gov.br

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Silmar Maciel Dos Santos
Código Identificador:FC05AC39

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
AVISO DE ALTERAÇÃ E REAGENDAMENTO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 016/2025

Concorrência Eletrônica nº. 016/2025. Objeto: contratação de empresa pelo regime de empreitada global para execução de obras de pavimentação do pátio de estacionamento externo do aeroporto Sepé Tiaraju, pavimentação da estrada vicinal de acesso e pavimentação do acesso à ERS-218, mediante Convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul FPE n.º 1330/2025; Alteração: Exclusão da meta 04, alteração na forma de julgamento, alteração no item 5.7. Relativos à qualificação técnica Propostas: deverão ser postadas até as 08 horas do dia 22/12/2025, no Sistema Eletrônico no sítio: www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Sessão de lances: dia 22/12/2025 às 09 horas. Informações pelo telefone (055) 3312-0136, e-mail licitacao@santoangelo.rs.gov.br. O edital poderá ser acessado através do sítio www.santoangelo.rs.gov.br.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Silmar Maciel Dos Santos
Código Identificador:6EF50A52

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DO 1° ADITIVO DO CONTRATO 048/2025 DA INEXIGIBILIDADE 078/2025

Extrato do 1° Aditivo do Contrato 048/2025 da Inexigibilidade 078/2025 que tem como objeto acomodar o Grupo familiar de KAMILA PEREIRA DA SILVA DE OLIVEIRA, tendo como locadora ANA VERONICA MUSIALOWSKI, fica ajustado a prorrogação é pelo período de 06 meses a contar de 30 de novembro de 2025 a 30 de maio de 2026, o contrato não sofrerá reajuste, pois ainda não decorreu o período de 12 meses necessários, permanecendo nos atuais R$ 700,00 (setecentos reais).

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Eduarda Pietczak de Lima
Código Identificador:67860F70

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DO 1° ADITIVO DO CONTRATO 531/2024 DA DISPENSA 311/2024

Extrato do 1° Aditivo do Contrato 531/2024 da Dispensa 311/2024 que tem como objeto a internação da Idosa IOLANDA DA SILVA QUADROS, em instituição de longa permanência, ficando responsável por fornecer qualidade de vida, dignidade, tratamento ético e profissionalismo através de alimentação adequada, cuidados higiênicos, estadia com supervisão de profissionais da área de saúde, técnico em enfermagem 24 horas com administração de medicamentos, funcionários orientados e treinados para bem servir ao residente, enfermeira responsável técnica, tendo como contratado RESIDENCIAL VIDA E SAÚDE Ltda, fica ajustado a prorrogação

do prazo do contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar de 29 de novembro de 2025 até 29 de novembro de 2026, fica também ajustado entre as partes o reajuste do valor do contrato em 4,68% conforme o índice do IPCA do período dos últimos 12 meses, passando dos atuais R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para R$ 4.710,6 0 (quatro mil setecentos e dez reais e sessenta centavos) mensais.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Eduarda Pietczak de Lima
Código Identificador:6131592F

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DO 4° ADITIVO DO CONTRATO 077/2024 DA INEXIGIBILIDADE 039/2024

Extrato do 4° Aditivo do Contrato 077/2024 da Inexigibilidade 039/2024 que tem como objeto acomodar o Grupo familiar de familiar de Gislaine dos Santos Carvalho Braz Sanches, tendo como locadora ANA VERONICA MUSIALOWSKI, fica ajustado a prorrogação é pelo período de 03 meses a contar de 04/12/2025 a 04/03/2026, o valor do contrato não será reajustado, pois ainda não decorreu o período de 12 meses necessários, permanecendo nos atuais R$ 627,36 (seiscentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos) mensais.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Eduarda Pietczak de Lima
Código Identificador:6AE63CFE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO MICKAEL PEIXOTO MORAES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 057/2025
MODALIDADE: DISPENSA 050/2025
CONTRATADA: MICKAEL PEIXOTO MORAES, CNPJ 33.949.177/0001-98
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA GELADEIRAS FROST FREE.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3.790,00
PRAZO: 01 ANO OU ATÉ A ENTREGA DO MATERIAL

Publicado por:
Suzana Barbieri Belloli
Código Identificador:54F1FF64

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL N.° 003/2025 - INSTRUTOR EDUCACIONAL - ARTES - ARTESANATO - 30H

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAF)
NOTIFICAÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO
EDITAL N.° 003/2025

Edital de notificação de contratação temporária, conforme classificação do Processo Seletivo Simplificado previsto no Edital n.° 017/2025.
Prefeito Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53 da Lei Orgânica do Município, notifica o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a) para se manifestar sobre o interesse em uma contração temporária (emergencial) pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período, junto a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SMTDS, conforme disposições do Processo Seletivo Simplificado previsto no Edital n.° 017/2025, em conformidade com a Lei Municipal n.° 10.716 de 24 de setembro de 2025, conforme segue:

CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
INSTRUTOR EDUCACIONAL - ARTES - ARTESANATO - 30H	**DANIELA PEREIRA ROSA BRAGA**	2.°

I - O (A) candidato (a) tem um prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da publicação, para manifestação sobre o interesse na contratação, podendo ser por meio digital (WhatsApp 51 99159-4815 ou e-mail: administrativo@santoantoniodapatrulha.rs.gov.br) e 15 (quinze) dias corridos para providenciar a referida documentação, realizar biometria médica de ingresso e iniciar as atividades.
II - As informações sobre documentos a serem apresentados e procedimento para biometria médica de ingresso, para contratação, poderão ser obtidas pelo telefone (51) 3662-8405.
III - O contrato firmado em decorrência desta Lei poderá ser rescindido a qualquer tempo.

Santo Antônio da Patrulha, 05 de dezembro de 2025.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Adriana Beatriz Lopes Avila Fischer
Código Identificador:68E76985

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
NOVA ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2025.

Comunicamos aos interessados que o Pregão Eletrônico n°128/2025, do tipo menor preço por item para aquisição de uma ambulância, tipo furgão, com recurso de emenda parlamentar do Deputado Federal Alceu Moreira para a SEMSA, possúí nova data de abertura, tendo em vista deferimento de impugnação. O credenciamento e a sessão pública serão realizados no site www.portaldecompraspublicas.com.br com abertura no dia 19/12/2025 às 14h01min.
As propostas das empresas interessadas deverão ser anexadas até às 14h do mesmo dia.
Santo Antônio da Patrulha, 05 de Dezembro de 2025.

RODRIGO GOMES MASSULO,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jerônimo da Silveira Borba
Código Identificador:09341952

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°3200, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

PORTARIA N°3200, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

Homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado constante no Edital n° 021/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, regido pelas normas estabelecidas no Decreto Municipal n° 982, de 24 de dezembro de 2010, o qual "Institui o regulamento para a realização de Processo Seletivo Simplificado no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município", com alterações posteriores e no **Edital n° 021/2025**, para contratação temporária dos cargos de CUIDADOR SOCIAL - 40H e PROFESSOR ÁREA I - EDUCAÇÃO INFANTIL - 32H**,** de acordo com legislação vigente e

conforme relatório com a respectiva classificação final que fica fazendo parte integrante da presente Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Santo Antônio da Patrulha, 05 de dezembro de 2025.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Adriana Beatriz Lopes Avila Fischer
Código Identificador:05E21F4F

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA CONTRATO

CONTRATO: Contrato Prestação de Serviços nº. 188/2025.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 082/2025.
CONTRATADO: André Fabiano Salazar dos Santos, CNPJ n.º 42.688.685/0001-50
OBJETO: Contratação da empresa André Fabiano Salazar dos Santos, para produção e apresentação do artista André Salazar e banda no 4º Natal dos Sonhos, com recursos oriundos do Edital SEDAC 12/2025 FAC RS
VALOR TOTAL: R$ 6.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado

Publicado por:
Luiza da Silva Vargas
Código Identificador:746AE790

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA CONTRATO

CONTRATO: Contrato Prestação de Serviços nº. 189/2025.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 084/2025.
CONTRATADO: Loma Berenice Gomes Pereira, CNPJ n.º 23.394.937/0001-94
OBJETO: Contratação da empresa Loma Berenice Gomes Pereira, para produção e apresentação da artista Loma e banda no 4º Natal dos Sonhos, com recursos oriundos do Edital SEDAC 12/2025 FAC RS
VALOR TOTAL: R$ 10.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado

Publicado por:
Luiza da Silva Vargas
Código Identificador:A10C6998

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2022.

Extrato Aditivo 003 - Prorrogação Prazo de Vigência - Contrato Nº: 136/2022. Contratante..: MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO. Contratada...: LF FACILITIES LTDA. Valor: R$ 56.314,92 (cinquenta e seis mil, trezentos e quatorze reais e noventa e dois centavos). Dotação Orçamentária: 3390/22-79. Vigência.....: Início: 06/12/2025. Término: 06/12/2026. Licitação.....: Pregão Eletrônico n° 075/2022, de 10/08/2022 (Processo Administrativo nº 230/2022). Objeto.....: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, com dedicação de mão de obra, a serem prestados ao Município de Santo Augusto, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que passam a fazer parte do presente contrato para todos os efeitos legais. **Do Aditivo:** Prorrogação do prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 06/12/2025 até 06/12/2026, mediante previsão contratual constante no item 4 (quatro) e com fundamento no art. 57, inciso ll e §2º, da Lei nº 8.666/93, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Administração, através do Memorando n° 089/2025/SEAD, Parecer da Advogada do Município e despacho do Sr. Vice-Prefeito, que passam a fazer parte do presente aditivo para todos os efeitos legais. Santo Augusto – RS, 05 de dezembro de 2025.

DILMAR ANTONIO MATTIONI,
Vice-Prefeito.

Publicado por:
Fabio Skalski do Amaral
Código Identificador:4AE99DB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2022.

Extrato Aditivo 003 - Prorrogação Prazo de Vigência - Contrato Nº: 137/2022. Contratante..: MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO. Contratada...: LF FACILITIES LTDA. Valor: R$ 56.314,92 (cinquenta e seis mil, trezentos e quatorze reais e noventa e dois centavos). Dotação Orçamentária: 3390/84-702. Vigência.....: Início: 06/12/2025. Término: 06/12/2026. Licitação.....: Pregão Eletrônico n° 075/2022, de 10/08/2022 (Processo Administrativo nº 230/2022). Objeto.....: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, com dedicação de mão de obra, a serem prestados ao Município de Santo Augusto, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que passam a fazer parte do presente contrato para todos os efeitos legais. **Do Aditivo:** Prorrogação do prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 06/12/2025 até 06/12/2026, mediante previsão contratual constante no item 4 (quatro) e com fundamento no art. 57, inciso ll e §2º, da Lei nº 8.666/93, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Habitação, Assistência Social e Cidadania, através do Memorando n° 262/2025/SEHAS, Parecer da Advogada do Município e despacho do Sr. Vice-Prefeito, que passam a fazer parte do presente aditivo para todos os efeitos legais. Santo Augusto – RS, 05 de dezembro de 2025.

DILMAR ANTONIO MATTIONI,
Vice-Prefeito.

Publicado por:
Fabio Skalski do Amaral
Código Identificador:536C80F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2022.

Extrato Aditivo 003 - Prorrogação Prazo de Vigência - Contrato Nº: 138/2022. Contratante..: MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO. Contratada...: LF FACILITIES LTDA. Valor: R$ 56.314,92 (cinquenta e seis mil, trezentos e quatorze reais e noventa e dois centavos). Dotação Orçamentária: 3390/61-471. Vigência.....: Início: 06/12/2025. Término: 06/12/2026. Licitação.....: Pregão Eletrônico n° 075/2022, de 10/08/2022 (Processo Administrativo nº 230/2022). Objeto.....: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, com dedicação de mão de obra, a serem prestados ao Município de Santo Augusto, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que passam a fazer parte do presente contrato para todos os efeitos legais. **Do Aditivo:** Prorrogação do prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 06/12/2025 até 06/12/2026, mediante previsão contratual constante no item 4 (quatro) e com fundamento no art. 57, inciso ll e §2º, da Lei nº 8.666/93, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito, através do Memorando n° 200/2025/SMOV, Parecer da Advogada do Município e despacho do Sr. Vice-Prefeito, que passam a fazer parte do presente aditivo para todos os efeitos legais. Santo Augusto – RS, 05 de dezembro de 2025.

DILMAR ANTONIO MATTIONI,
Vice-Prefeito.

Publicado por:
Fabio Skalski do Amaral
Código Identificador:E053F681

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa de Licitação Presencial n° 66/2025 (Processo Administrativo nº 266/2025). Objeto: Contratação de serviço de Técnicos Especializados em Segurança para as partidas da semifinal e final do Campeonato Municipal de Futebol de Campo Categoria Sênior 35. EMPRESA: FALCÃO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, (CNPJ nº 31.151.530/0001-64): Item: 1. Valor Total: R$ 4.960,00; Artigo 75; Dispositivo VIII; nos casos de emergência ou calamidade, caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade de serviços ou segurança de pessoas/obras/serviços. Santo Augusto-RS, 5 de dezembro de 2025.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Marcio Vargas Fontoura
Código Identificador:733F7A37

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SÚMULA DE CONTRATO

CONTRATO nº 301/2025 – DISPENSA POR LIMITE nº 1273/2025 – contratação de ônibus para transporte, com no mínimo 30 lugares, com ar condicionado e banheiro, visando a condução dos alunos e seus responsáveis para o encontro anual da Fábrica de Gaiteiros, na cidade de Barra do Ribeiro, com saída às 6 h da manhã da frente do prédio do Conservatório Municipal - Praça Dr. Fernando Abbott e com retorno às 17 horas, no dia 07/12/2025 - **R$ 6.500,00 (total)** – **Transportes Reckur Ltda**.

São Gabriel, 05 de dezembro de 2025.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:30443DD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SÚMULA DE CONTRATO

CONTRATO nº 287/2025 – DISPENSA POR LIMITE nº 1168/2025 - contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para realização de estudo hidrológico com levantamento topográfico e batimetria dos rios das pontes na localidade de Azevedo Sodré, Três Divisas e Faxinal, no interior deste município – **R$ 20.000,00 – Technisan Engenharia Ltda.**

São Gabriel, 05 de dezembro de 2025.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:84FAEDC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SÚMULA DE CONTRATO

CONTRATO nº 288/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 064/2025 – aquisição de equipamentos e de material permanente para as Unidades Básicas de Saúde, conforme Proposta n°12340821000123012 – **R$ 3.440,00 – Alci N. Becker & Cia Ltda.**

CONTRATO nº 290/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 064/2025 – aquisição de equipamentos e de material permanente para as Unidades Básicas de Saúde, conforme Proposta n°12340821000123012 – **R$ 850,00 – Cirúrgica São Felipe Produtos Para a Saúde Ltda.**

CONTRATO nº 295/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 064/2025 – aquisição de equipamentos e de material permanente para as Unidades Básicas de Saúde, conforme Proposta n°12340821000123012 – **R$ 4.683,46 – SZ Hospitalar Ltda.**

São Gabriel, 05 de dezembro de 2025.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:C4C6A288

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILA

TERMO DE APOSTILA n° 002/2025 AO CONTRATO nº 180/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO n° 046/2025 – inclusão da rubrica/desdobramento n° **13985/13986** ao Contrato n° 180/2025 – **Kenya Oliveira Fernandes Lima Soares.**

São Gabriel, 05 de dezembro de 2025.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:B356A153

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILA

TERMO DE APOSTILA n° 001/2025 AO CONTRATO nº 085/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNCA n° 002/2025 – correção de erro de digitação, no Contrato n° 085/2025 – **LT Construções Ltda..**

Onde se lê:

"[...] Prorrogação de Prazo [...]"

Leia-se:

"**[...] Acréscimo de serviços e Valores [...]**"

Permanecem inalteradas as demais disposições no referido contrato.

São Gabriel, 05 de dezembro de 2025.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:B5285CAA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO 09 AO CONTRATO Nº 18/2021

Aditivo 09 ao Contrato 18/2021 – Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação, treinamento, conversão de dados, parametrização, atualização, manutenção e suporte técnico de software para gestão pública, em Web ou Nuvem, da Prefeitura e Câmara Municipal de Vereadores, com uma mesma plataforma de

Banco de Dados Relacional, com vistas ao atendimento da legislação e das necessidades dos Poderes Executivo, Legislativo municipal e Gestão de Saúde. – **Processo** n° 02/2021, **Pregão Presencial nº** 01/2021. **Contratado:** IPM SISTEMAS LTDA**.**, inscrita sob o CNPJ 01.258.027/0001-41. **Valor mensal**: R$ **27.028,05** (vinte e sete mil, vinte e oito reais e cinco c centavos). **Vigência:** Em caráter excepcional, será prorrogado pelo prazo de até 90 (noventa) dias, com base no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

São João do Polêsine, RS, 05 de dezembro de 2025.

JAQUELINE MARIA SCHMITZ MILANESI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Julia Dalllanora
Código Identificador:FA889909

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL 138/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 09/2025

ADEMIR JOSÉ SCHNEIDER, Prefeito Municipal de São José do Inhacorá, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, **TORNA PÚBLICO** que estarão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** para contratação por prazo determinado**,** no **período de 08 a 19 de dezembro de 2025,** no horário de atendimento da prefeitura, conforme segue:

Cargos	Vagas	Escolaridade e exigências mínimas	Carga Horária Semanal (horas)	Salário Base Mensal (R$)
Nutricionista	01	Curso Superior de Nutrição e inscrição na entidade de classe.	20h semanais	2.532,74

A remuneração acima se refere ao mês de dezembro de 2025.
Requisitos para inscrição:
Original e fotocópia de documento de identidade com foto;
Número do CPF;
Formulário de Inscrição, devidamente preenchido e assinado pelo candidato;
Currículo profissional digitado de acordo com o modelo apresentado no anexo II do presente edital, acompanhado dos originais e fotocópias dos títulos;
Diploma/Certificado devidamente registrado;
A fotocópia dos títulos deverá estar numerada conforme ordem descrita no currículo.

Maiores informações e a íntegra do presente Edital poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, sito à Rua Frei Leonardo Braun, n° 50, São José do Inhacorá – RS, e pela internet, no *site* http://www.saojosedoinhacora.rs.gov.br ou pelo fone 55 98158-0069.

São José do Inhacorá, 05 de dezembro de 2025.

ADEMIR JOSÉ SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Gräf
Código Identificador:D5B75319

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO OURO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGA ADESÃO ATA DE REGISTRO Nº 05/2025

O Prefeito do Município de São José do Ouro/RS, no uso das suasatribuições legais, torna público o resultado e HOMOLOGAÇÃO do processo de Adesão à Atade Registro de Preços Nº 46/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 46/2024, realizado pelo CIRAU, para aquisição de um veículo Fiat Strada Freedom, cabine dupla, conforme especificações do item 003 da Ata, na condição de Órgão Não-Participante.

Órgão Gerenciador: CIRAU
Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai
CNPJ Nº 11.074.898/0001-69

Detentor do Registro: Via Porto Veículos Ltda
CNPJ Nº 02.266.596/0005-25
01 (UM) VEÍCULO PICK-UP FIAT STRADA 1.3 CABINE DUPLA
TOTAL: R$ 125.650,00 (cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais)

Resultado do processo homologado em 05 de dezembro de 2025.
Fundamento Legal: Art. 86, § 2º, Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

VILMAR DE BIASI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cinara Ribeiro Gelain
Código Identificador:83822A8B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO
AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO 11/2025 – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO torna público que está CANCELADA a Licitação regida nas disposições da Lei n° 14.133/2021, Decreto Municipal 10.470/2023, Lei Municipal n° 7.324/2010 e LC n° 147/2014 – PREGÃO ELETRÔNICO 11/2025 cujo objeto é a Contratação de pessoa jurídica para disponibilização de profissionais médicos para atendimento na Rede de Atenção Psicossocial de Saúde (RAPS), na Atenção Primária à Saúde (APS) e na Rede de Urgência e Emergência (RUE) de São Leopoldo nos serviços sob gestão da Fundação de Saúde de São Leopoldo . O CANCELAMENTO se dá por alterações no edital onde foi necessário o cancelamento do lote.

ALEXANDRA FABIOLA RIBEIRO CAMARGO
–Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo

São Leopoldo, Berço da colonização Alemã no Brasil
Publicado por:
Rafael Maciel Fernandes
Código Identificador:42894C63

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO
PREGÃO ELETRÔNICO 12/2025 – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO torna público que está instaurada a Licitação regida nas disposições da Lei n° 14.133/2021, Decreto Municipal 10.470/2023, Lei Municipal n° 7.324/2010 e LC n° 147/2014 – PREGÃO ELETRÔNICO 12/2025 – Menor preço mensal. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para disponibilização de profissionais médicos para atendimentos na Rede de Atenção Psicossocial, Atenção Primária à Saúde e Rede de Urgência e Emergência de São Leopoldo, nos serviços sob gestão da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo. Data de abertura das propostas: 22/12/2025, às 09h.

ALEXANDRA FABIOLA RIBEIRO CAMARGO
Diretora-Presidente – Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo

São Leopoldo, Berço da colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Rafael Maciel Fernandes
Código Identificador:FA1A5333

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 24/2025/SEDETTEC

Aos 04 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco, às 09 h 00 min, na Sala de Reuniões da SEDETTEC, situada na Av. Dom João Becker, 754, andar TÉRREO, Centro, nesta cidade, reuniu-se a Comissão de Seleção, nomeada pela Portaria nº 138.458 com vigência a partir do dia 04 de dezembro de 2025, formada pelos servidores Mário Rosito (componente) e Denir Machado (componente) e para análise técnica, o servidor da SEDETTEC Mário Rosito, para abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta de parcerias, referentes ao Chamamento Público, tombado sob o N° 24/2025 SEDETTEC, tendo por finalidade selecionar Instituições, na condição de instituição habilitada no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado – PNMPO para o desenvolvimento do Serviço de Operacionalização de Microcrédito no Município de São Leopoldo, em conformidade com a Lei nº 13.636/2018. Participam desta seleção as seguintes Instituições:

	INSTITUIÇÃO	DATA DE RECEBIMENTO
01	Instituição de Crédito Solidário - CREDISOL	30/10/2025
02	COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO COM INTERACAO SOLIDARIA RAIZ - CRESOL RAIZ	12/11/2025

A Comissão de Seleção recebe os documentos das proponentes e passa analisar apenas as Propostas técnicas (plano de trabalho). Após análise, a Comissão de Seleção, declara APTA a CREDISOL e INAPTA a CRESOL RAIZ, que não apresentou o Plano de Trabalho. A seguir, a Comissão de Seleção passou a analisar os documentos das INSTITUIÇÕES participantes. A participante CRESOL RAIZ não apresentou CERTIDÃO DE CADASTRO NO PNMPO, sendo declarada INAPTA. A participante CREDISOL não apresentou AS DECLARAÇÕES DE INIDONEIDADE E DE FUNCIONAMENTO, bem como apresentou COMPROVANTE DE ENDEREÇO desatualizado do Sr. Júlio Cesar Correa Burigo, sendo declarada INAPTA. As participantes CRESOL e CREDISOL serão notificadas e terão prazo, conforme edital, para fazer as adequações. Sem mais nada, a presente ata vai assinada pelos membros da Comissão de seleção.

MÁRIO ROSITO	*DENIR MACHADO*
SEDETTEC	SEDETTEC

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:A73A9013

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.222 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - REPUBLICAÇÃO

Regulamenta o processo de regularização de edificações a que se refere o Programa de Regularização de Edificações, instituído pela Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O processo de regularização de edificações a que se refere o Programa de Regularização de Edificações, instituído pela Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025, obedecerá o disposto neste Decreto.
Art. 2º A expedição da carta de habitação (habite-se) ocorrerá de forma consecutiva ao processo de regularização de edificações.

Art. 3º Nos termos da Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025, são passíveis de regularização, as edificações:
I - destinadas:
a) às residências unifamiliares ou multifamiliares, inclusive os acréscimos e reformas nelas executados;
b) a atividades não residenciais, os acréscimos e reformas nelas executados, desde que observados os zoneamentos e usos estabelecidos pela legislação vigente;
II - que estejam em conformidade com a legislação ambiental;
III - que possuam acesso por via pública ou servidão de passagem averbada no Ofício de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. Poderá ser utilizada as informações de zoneamento obtida por meio da plataforma GEO São Leo ou por manifestação do Conselho Técnico Permanente Multidisciplinar - CPTM, assegurada a possibilidade de revisão pelo Poder Público.

Art. 4º Nos termos da Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025, não serão passíveis de regularização, as edificações:
I - cujos lotes estiverem em áreas de risco definidas pelos órgãos oficiais competentes, ou estiverem em Área de Preservação Permanente (APP), conforme as legislações afetas à área ambiental, ou estiverem na Planície de Inundação da Bacia do Rio dos Sinos, com exceção dos casos em que exista legislação específica;
II - que estiverem localizadas sobre recuo do sistema viário ou sobre logradouro público com previsão de alargamento viário na Lei Municipal nº 9.041, de 2019 (Plano Diretor Municipal);
III - que invadam o alinhamento nos termos da Lei Municipal nº 9.041, de 2019 (Plano Diretor Municipal);
IV - que não possuam acesso a logradouro público oficializado ou não possuam servidão de passagem ou de uso averbada no Ofício de Registro de Imóveis;
V - que estiverem sobre áreas de domínio público;
VI - que estiverem localizadas sobre faixa non aedificandi de qualquer natureza;
VII - que causem dano ao meio ambiente ou ao patrimônio histórico e/ou cultural;
VIII - que possam oferecer riscos aos moradores e vizinhos;
IX - que possuam parede externa de material inflamável a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da divisa do lote;
X - que não estejam de acordo com as normas de acessibilidade e com a Lei Municipal nº 7.737, de 1º de agosto de 2012;
XI - que tenham sido embargadas, após a data da publicação desta Lei;
XII - que tenham sido concluídas após 2023, salvo exceções legais.

Art. 5º A regularização das edificações ficará condicionada ao recolhimento de compensação pecuniária a ser calculada com base na metragem quadrada da área que contrariar o respectivo regramento vigente, nos termos da Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025.

§ 1º A compensação pecuniária não afasta a incidência das taxas estabelecidas na Lei Municipal nº 6.628, de 2008 (Código de Obras do Município de São Leopoldo) e as eventuais multas decorrentes de autos de infração instaurados antes da vigência da Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025.

§ 2º Na hipótese dos §2º e § 3º do art. 5º da Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025, o valor da compensação pecuniária será de 5 (cinco) UPMs por abertura, independentemente do material utilizado ou do formato da abertura.

Art. 6º A regularização de edificação não implicará no reconhecimento de uso ou de destinação vedados, ou no licenciamento de atividades vedadas ou irregulares, porventura existentes no imóvel.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO

Art. 7º O processo de regularização de edificações deverá ser solicitado pelo proprietário, por meio de requerimento protocolizado no Protocolo-Geral do Município de São Leopoldo.
§ 1º O requerimento pode ser protocolado por meio do sistema eletrônico oficial de tramitação de processos em meio digital da Administração Direta do Município de São Leopoldo.

§ 2º O requerente poderá autorizar que a solicitação seja realizada pelo profissional responsável técnico pela regularização.

§ 3º Quando exigido por legislações específicas, o processo deverá anexar:
I - licenciamento ambiental do órgão competente.
II - estudo de impacto de vizinhança (EIV) aprovado ou dispensa, quando aplicável.
III - sistema de retenção de águas pluviais aprovado pelo órgão competente ou dispensa, quando aplicável.
IV - parecer favorável à regularização emitido pelo órgão competente quando se tratar de imóveis tombados ou listados como de interesse histórico devem apresentar.

Art. 8º O requerimento de regularização deverá contemplar toda e qualquer edificação constante no lote e considerará todos os requisitos urbanísticos previstos na Lei Municipal nº 9.041, de 12 de agosto de 2019 (Plano Diretor Municipal) e na Lei Municipal nº 6.628, de 16 de maio de 2008 (Código de Obras do Município de São Leopoldo), salvo as exceções dispostas na Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025.

Art. 9º O requerimento de regularização de edificações residenciais unifamiliares será instrumentalizado com a seguinte documentação:
I - requerimento padrão;
II - matrícula atualizada do Registro de Imóveis, emitida há, no máximo, 12 (doze) meses contados da data do requerimento de regularização;
III - planta de situação/localização com selo e tabelas de parâmetros urbanísticos e quadros de áreas totalmente preenchidos;
IV - laudo técnico, conforme Anexo I, com fotos externas contemplando todas as fachadas e áreas permeáveis do imóvel;
V - Documento de Responsabilidade Técnica, na forma de:
a) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, de regularização de arquitetônico, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, estrutural e de fundações, quando couberem;
b) Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, de laudo técnico, e no campo "Descrição", contendo Regularização de arquitetônico, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, estrutural e de fundações, quando couberem;
c) Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, nos termos da Lei Federal nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, regulamentada nos termos do Decreto Federal nº 90.922, de 06 de fevereiro de 1985, para edificações de até 80m²;
VI - informação de zoneamento;
VII - declaração, conforme Anexo II, na qual o proprietário se responsabiliza por qualquer irregularidade que venha a ferir os direitos de vizinhança em razão do prédio objeto de regularização, acompanhado de cópia de documento para reconhecimento de firma;
VIII - Certidão de alinhamento do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre - DNIT ou da Empresa Concessionária da Rodovia Estadual e de anuência de acesso direto às rodovias, quando couber.

Art. 10. Para a regularização de edificações residenciais multifamiliares, não residenciais e de uso misto, independentemente da área, será necessária a seguinte documentação:
I - requerimento padrão;
II - matrícula atualizada do Registro de Imóveis, emitida há, no máximo, 12 (doze) meses contados da data do requerimento de regularização;
III - planta de situação/localização com selo e tabelas de parâmetros urbanísticos e quadros de áreas totalmente preenchidos;
IV - laudo técnico, conforme Anexo I, com fotos externas contemplando todas as fachadas e áreas permeáveis do imóvel;
V - Documento de Responsabilidade Técnica, na forma de:
a) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, de regularização de arquitetônico, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, estrutural e de fundações, quando couberem;
b) Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, de laudo técnico, e no campo "Descrição", contendo Regularização de arquitetônico, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, estrutural e de fundações, quando couberem;
c) Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, nos termos da Lei Federal nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, regulamentada nos termos do Decreto Federal nº 90.922, de 06 de fevereiro de 1985, para edificações de até 80m²;
VI - informação de zoneamento;
VII - planta Baixa de todos os pavimentos que serão regularizados, em escala adequada, sendo dispensados cortes e fachadas quando substituídos por imagens que proporcionem a compreensão da edificação a ser regularizada, sendo facultada ao setor de aprovação a solicitação de cortes e fachadas desde que devidamente justificado;
VIII - declaração, conforme Anexo II, na qual o proprietário se responsabiliza por qualquer irregularidade que venha a ferir os direitos de vizinhança em razão do prédio objeto de regularização, acompanhado de cópia de documento para reconhecimento de firma;
IX - certidão de alinhamento do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre - DNIT ou da Empresa Concessionária da Rodovia Estadual e de anuência de acesso direto às rodovias, quando couber;
X - quadro de áreas da NBR da ABNT, com áreas de cada pavimento e a área global, bem como o cálculo das áreas das unidades autônomas, definindo a fração ideal e o rateio das áreas comuns para cada unidade, para edificações multifamiliares;
XI - APPCI (Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio), expedido pelo Corpo de Bombeiros, dentro do prazo de validade.

§ 1º O imóvel que tiver desocupado poderá ser dispensado do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio, desde que o proprietário declare, com firma reconhecida, que o imóvel não será ocupado antes do respectivo alvará de Prevenção contra Incêndio, constatada a desocupação quando da vistoria do setor de habite-se.

§ 2º As edificações já aprovadas deverão ser representadas em planta de implantação, sem necessidade de detalhamento, informando a palavra "existente com o respectivo número do protocolo de aprovação" e devidamente cotada, com o respectivo número do protocolo de aprovação ou habite-se.

Art. 11. No trâmite do processo de regularização de edificações:
I - para primeira análise do processo é facultada a apresentação de apenas uma via do projeto e documentação;
II - quando todas as pendências forem sanadas, será necessário anexar, no mínimo, mais uma via da documentação, idêntica à documentação analisada, para arquivamento no setor competente;
III - não serão admitidas rasuras, devendo ocorrer a substituição das plantas e vias, quando solicitadas;
IV - será admitida assinatura eletrônica avançada, baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora não credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil, inclusive as assinaturas eletrônicas originadas através da Plataforma gov.br, prevista no Decreto Federal nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016;
V - esclarecimentos sobre as pendências somente serão tratadas com o responsável técnico, sendo necessário agendamento prévio;
VI - as incorreções eventualmente não apontadas na primeira análise realizada, poderão ser objeto de nova notificação, com base no poder de autotutela da administração pública.

Art. 12. As pendências apontadas na análise do processo de regularização deverão ser atendidas no prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. Na hipótese do prazo fixado no caput esgotar de forma injustificada, sem que as pendências sejam atendidas, o processo de regularização será encerrado e arquivado.

Art. 13. Encerrado o processo de regularização, o requerente poderá solicitar o encaminhamento ao setor responsável pela expedição da

carta de habite-se, para os trâmites devidos, quando da realização do pagamento de, pelo menos, 30% do valor da compensação pecuniária, independentemente da forma de pagamento escolhida, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025.

Art. 14. Para a expedição do habite-se, será realizada vistoria para verificar se a obra foi executada conforme projeto aprovado.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Para demonstrar o atendimento da exceção prevista no art. 15 da Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025, será admitido atestado emitido pela Defesa Civil ou por outro setor Poder Público Municipal com competência para o reconhecimento, que comprove que o imóvel foi atingido diretamente pelas águas da enchente de maio de 2024.

Parágrafo único. A exceção estabelecida no art. 15 da Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025, afasta, unicamente, o disposto no inciso XII do art. 5º da art. 15 da Lei, permanecendo hígida a exigência do inciso I do art. 5º da Lei.

Art. 16. Os processos de regularização submetidos ao disposto na Lei Municipal nº 8.664, de 16 de agosto de 2017, cujo processo tenha encerrado antes da entrada em vigência da Lei Municipal nº 10.401, de 03 de novembro de 2025, não serão alcançados pelo disposto neste Decreto.

§ 1º Considera-se encerrado o processo quando iniciado o pagamento do valor da multa a que se refere o art. 15 da Lei Municipal nº 8.664, de 16 de agosto de 2017.

§ 2º O requerente de processo de regularização submetido ao disposto na Lei Municipal nº 8.664, de 16 de agosto de 2017, poderá requerer o encaminhamento ao setor responsável pela expedição da carta de habite-se, para os trâmites devidos, quando da realização do pagamento de, pelo menos, 30% do valor da multa, independentemente da forma de pagamento escolhida.

Art. 17. Fica revogado o Decreto nº 5.290, de 05 de outubro de 2007.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 04 de dezembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

ANEXO I

LAUDO DE REGULARIZAÇÃO

Art. 2º da Lei Municipal de nº 10.401/2025

Venho, pelo presente instrumento e na melhor forma de Direito, atestar que o imóvel localizado no endereço:_____, objeto da Inscrição Municipal nº _____ e Matrícula nº_____ com requerimento de Regularização de Projeto e Habite-se a ser aberto nesta Prefeitura, atende a todos os requisitos exigidos pelas Normas Técnicas vigentes e pela legislação pertinente, com documento de Responsabilidade Técnica emitida de nº_____ para os itens:

- Integridade e Estabilidade Estrutural;
- Instalações Elétricas;
- Instalações Hidros sanitários, com reservatório adequado a demanda;
- Instalações de gás (quando couber);
- Acessibilidade (quando couber).

garantindo assim a segurança, estabilidade e plenas condições de habitabilidade da edificação, comprometendo-me a sanear e corrigir qualquer anormalidade que a edificação vir a apresentar após a regularização, seguindo as determinações que o poder público solicitar.

São Leopoldo,_____de_____ 20____

_____
Responsável Técnico

Registro nº:_____

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Art. 2º da da Lei Municipal de nº 10.401/2025

Pelo presente instrumento, nesta e na melhor forma de Direito, **DECLARO** para os devidos fins, que assumo única e exclusivamente a total responsabilidade por eventuais problemas que venham a surgir e ferir os direitos de vizinhança em decorrência da regularização do prédio, conforme Lei Municipal nº 10.401/2025, mediante requerimento protocolado sob o nº _____, referente ao imóvel situado na quadra: _____, lote: _____, e Matrícula nº_____ ou descrito na certidão de matrícula nº _____.

São Leopoldo/RS, _____ de _____ de 20____.

_____
Proprietário

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO

Art. 8º, § 1º da Lei Municipal de nº 10.401/2025

Declaro que estou ciente que a regularidade da edificação é precária em razão da construção sobre recuo, razão pela qual reconheço a inaplicabilidade de indenização em relação à edificação em caso de intervenção ou desapropriação pelo Município de São Leopoldo nas hipóteses autorizadas e/ou determinadas pela Lei Municipal nº 9.041, de 2019 (Plano Diretor Municipal).

Proprietário: CPF:
Endereço: Bairro:
Protocolo de Regularização: nº _____, referente ao imóvel situado na quadra: _____, lote: _____, Matrícula nº_____ ou descrito na certidão de matrícula nº _____.

Área Irregular sobre o recuo: _____ m²

São Leopoldo, de_____de 202__.

_____
Proprietário

ANEXO IV

TERMO DE ANUÊNCIA

Art. 5º, § 2º da Lei Municipal de nº 10.401/2025

Eu,(Nome)_____,
(nacionalidade)_____, (estado civil)_____,
(profissão)_____,
RG_____, CPF_____, residente e domiciliado na Av./Rua (endereço)_____
_____, proprietário do imóvel registrado junto ao Cartório de registro de imóveis sob matrícula nº_____, situado na Av./Rua_____ _____, declaro para fins de regularização administrativa junto a Prefeitura Municipal de

São Leopoldo **que não me oponho a permanência das aberturas (janelas, portas, sacadas, varandas) localizadas a menos de 1,50 metros (um metro e cinquenta centímetros) da divisa** entre o lote de minha propriedade e o lote nº_____ de propriedade de (nome)_____, localizado na Av./Rua (endereço)_____ _____, inscrito junto ao registro de imóveis sob matrícula nº_____.

Esta anuência é de caráter precário e pode ser revista a qualquer momento por ambas as partes.

São Leopoldo RS, _____ de _____ de 20____.

_____
Proprietário Anuente
reconhecer firma

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:C53DA3FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DO DECRETO Nº 11.218, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso de suas atribuições legais, indica a presença de equívoco no art. 4º, caput, incisos II e III e no parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 11.218, de 28 de novembro de 2025, conforme segue:

Onde se lê:

"Art. 4º A compensação do horário referente ao artigo 2º ocorrerá nos órgãos públicos que funcionam no Centro Administrativo, conforme incisos I, II e III, com compensação de uma hora diária a mais, totalizando 16 (dezesseis) horas, com uma hora de intervalo para o almoço, para quem cumpre turno único de 6 horas, ressaltando que as horas devendo ser compensadas durante dos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026:
...
II – 31 de dezembro de 2025, compensação de 4 horas nos dias 17, 18, 19 e 22 de dezembro de 2025;
III – 02 de janeiro de 2026, compensação de 6 horas nos dias, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025 e 05, 06 e 07 de janeiro de 2026.

Parágrafo único. Os demais órgãos públicos que desenvolvem suas atividades fora do Centro Administrativo, e que não cumprem turno único, dispõem de autonomia para determinar seu horário de compensação, conforme incisos I, II e III, totalizando 20 (vinte) horas, com uma hora de intervalo para o almoço, ressaltando que as horas deverão ser compensadas, durante os meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026.
I – 26 de dezembro de 2025, compensação de 8 horas;
II – 31 de dezembro de 2025, compensação de 4 horas;
III – 02 de janeiro de 2026, compensação de 8 horas."

Leia-se:

Art. 4º A compensação do horário referente ao artigo 2º ocorrerá nos órgãos públicos que funcionam no Centro Administrativo, conforme incisos I, II e III, com compensação de uma hora diária a mais, totalizando 18 (dezoito) horas, com uma hora de intervalo para o almoço, para quem cumpre turno único de 6 horas, ressaltando que as horas devendo ser compensadas durante dos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026, através de expediente interno:
...
II – 31 de dezembro de 2025, compensação de 6 horas nos dias 17, 18, 19, 22, 23 e 29 de dezembro de 2025;
III – 02 de janeiro de 2026, compensação de 6 horas nos dias, 30 de dezembro de 2025 e 05, 06, 07, 08 e 09 de janeiro de 2026.

Parágrafo único. Os demais órgãos públicos que desenvolvem suas atividades fora do Centro Administrativo, e que não cumprem turno único, dispõem de autonomia para determinar os dias e horários para compensação, conforme incisos I, II e III, totalizando 24 (vinte e quatro) horas, com uma hora de intervalo para o almoço, ressaltando que as horas deverão ser compensadas, durante os meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026, mediante expediente interno.
...
II – 31 de dezembro de 2025, compensação de 8 horas;
..."

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 05 de dezembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:2E07D2CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 138.479, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

PROTOCOLO N.º 23/2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO**, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no artigo n.º 178 da Lei Municipal n.º 6.055, de 14 de setembro de 2006, **DETERMINA** a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, com o intuito de apurar a prática de ato ilícito administrativo disciplinar atribuído a conduta da servidora **JULIANA VASCONCELOS DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de Agente Administrativo II, registrada na Fundação Hospital Centenário sob matrícula n.º 4303, enquanto no exercício de suas funções.Outrossim, designa as servidoras Cláudia Bohn Bervian, matrícula n.º 84.525, Gisele Maria de Lima, matrícula n.º 81.106 e Luzimara Silveira Motta, matricula n.º 82045, que constituem a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância Administrativa Disciplinar para, sob a presidência da primeira, conduzirem os trabalhos e após encaminharem relatório conclusivo ao Prefeito Municipal no prazo de 60 (sessenta dias).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:7EFA4790

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 138.505 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2025.

PROTOCOLO N.º 48/2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO**, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no artigo n.º 178 da Lei Municipal n.º 6.055, de 14 de setembro de 2006 **DETERMINA** a abertura de **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR**, para apurar possível insubordinação, assédio moral e discriminação racial que vem sofrendo no ambiente de trabalho, por parte de duas servidoras públicas lotadas na Secretaria Municipal de Mobilidade e Serviços Urbanos (SEMURB), conforme protocolo nº 48/2025, de 30-/07/2025. Outrossim, designa as servidoras Cláudia Bohn Bervian, matrícula n.º 84.525, Gisele Maria de Lima, matrícula n.º 81.106 e Luzimara Silveira Motta, matricula n.º 82045, que constituem a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância Administrativa Disciplinar para, sob a presidência da primeira, conduzirem os trabalhos e após encaminharem relatório conclusivo ao Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta dias).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:352F993D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 138.561 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

PROTOCOLO N.º /2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO**, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no artigo n.º 178 da Lei Municipal n.º 6.055, de 14 de setembro de 2006, **DETERMINA** a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, com o objetivo de apurar a conduta funcional do servidor **GCM THIAGO ZANOTELLI**, especialmente quanto aos fatos ocorridos no dia 24/10/2025, assegurando-lhe contraditório e ampla defesa, nos termos da legislação vigente. Diante da gravidade dos fatos narrados e com fundamento no artigo 180 da Lei Municipal nº 6.055/2006, que dispõe sobre o afastamento preventivo do servidor quando o seu afastamento se revelar necessário para assegurar a lisura da apuração, fica determinado o **AFASTAMENTO PREVENTIVO** do servidor **TIAGO ZANOTELLI,** pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Outrossim, designa as servidoras Cláudia Bohn Bervian, matrícula n.º 84.525, Gisele Maria de Lima, matrícula n.º 81.106 e Luzimara Silveira Motta, matricula n.º 82045, que constituem a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância Administrativa Disciplinar para, sob a presidência da primeira, conduzirem os trabalhos e após encaminharem relatório conclusivo ao Prefeito Municipal no prazo de 60 (sessenta dias).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:53750D57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 10.422, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 7.805, de 29 de novembro de 2012, que "Dispõe sobre a instituição da Semana Municipal de Ações Integrativas do Homem", para incluir a Semana no Calendário Oficial de Eventos do Município e dar outras providências.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO, Prefeito Municipal de São Leopoldo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Altera a Lei nº 7.805, de 29 de novembro de 2012 para incluir a data no calendário de eventos do município e para otimizar as disposições.

Art. 2º Fica alterado o art. 1º da Lei municipal nº 7.805, de 29 de novembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** Fica instituída, no Município de São Leopoldo, a Semana Municipal de Ações Integrativas do Homem, a ser comemorada anualmente na semana que compreender o dia 19 de novembro, data em que se celebra o Dia Internacional do Homem, com o objetivo de promover a saúde integral, o bem-estar e a valorização da vida do homem em todas as fases."

Art. 3º O art. 2º, da Lei Municipal nº 7.805/2012 passa a vigorar com nova redação nos incisos I e II e acrescido dos incisos IV a VIII, com a seguinte redação:

"**Art. 2º** .....
I – promover ações, estudos, debates e campanhas educativas voltadas à saúde física, mental e emocional do homem;
II – fomentar a conscientização sobre a importância da prevenção de doenças e da busca por atendimento médico regular;
III - .....
IV – incentivar a paternidade responsável e o envolvimento masculino nas relações familiares e comunitárias;
V – estimular hábitos saudáveis de vida, como prática de atividade física, alimentação equilibrada e prevenção ao uso abusivo de álcool, tabaco e outras drogas;
VI – integrar as políticas públicas de saúde, educação, assistência social, cultura e esportes em prol da atenção integral ao homem.
VII – promover a conscientização sobre o papel do homem na prevenção e no enfrentamento à violência contra a mulher, incentivando o respeito, a igualdade de gênero e a cultura da paz;
VIII - promover a igualdade, o respeito à diversidade e o combate a todas as formas de discriminação, incluindo aquelas baseadas em orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero, garantindo direitos, dignidade e acesso equitativo a serviços de saúde e bem-estar para todos os homens"

Art. 4º O art. 3º da Lei Municipal nº 7.805/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 3º** Durante a Semana Municipal de Ações Integrativas do Homem, poderão ser promovidas ações intersetoriais como:
I – palestras, conferências, oficinas, cursos, atividades culturais, esportivas e recreativas voltadas à promoção da saúde e da qualidade de vida do homem;
II – campanhas educativas e informativas, incluindo as ações alusivas ao movimento nacional "Novembro Azul", voltadas à prevenção e ao diagnóstico precoce do câncer de próstata, à promoção da saúde mental e à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade e outras enfermidades, com atividades de orientação médica, exames preventivos e ações educativas integradas;
III – mutirões de saúde, vacinação, triagens médicas e exames preventivos adequados a cada faixa etária;
IV – ações educativas sobre direitos reprodutivos, paternidade ativa e combate à violência doméstica;
V – atividades de conscientização sobre o papel do homem na prevenção da violência contra a mulher, incluindo palestras, rodas de conversa e campanhas integradas à Campanha do Laço Branco, voltadas à promoção da igualdade de gênero e ao incentivo à cultura da paz e do respeito;
VI – divulgação de materiais informativos, campanhas em escolas, unidades de saúde e espaços públicos;
VII - realização de palestras, rodas de conversa, oficinas e campanhas educativas voltadas à promoção da igualdade, respeito à diversidade sexual e de gênero, e ao combate a todas as formas de preconceito e discriminação contra homens LGBTQIA+, incluindo orientação sobre direitos, saúde mental e acesso a serviços públicos.

§1º .....

§ 2º .....

Art. 4º Fica incluída a Semana Municipal de Ações Integrativas do Homem no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Leopoldo, na semana do dia 19 de novembro Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 05 de dezembro de 2025.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:18C3A1B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 10.423, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

Institui a Semana Municipal da Bíblia no Município de São Leopoldo.

HELIOMAR FRANCO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal da Bíblia no Município de São Leopoldo.

Art. 2º O evento terá seu desenrolar, anualmente, no período de 7 (sete) dias que antecede ao segundo domingo de dezembro – Dia Nacional da Bíblia.

Art. 3º Fica o Poder Executivo municipal autorizado a incluir a Semana Municipal a Bíblia no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Leopoldo.

Art. 4º O Município, se necessário poderá fazer contato prévio com os órgãos de segurança estaduais e municipais para que efetuem acompanhamento das atividades, bem como apoio logístico das mesmas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 05 de dezembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:6F11C940

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 138.491

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152 da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Memorando nº 615/2025,

R E S O L V E

Art. 1º. Alterar na Portaria nº 136.238, de 28 de maio de 2025, membro no **Comitê de Governança em Tecnologia da Informação (CGTI)**, renomeando os demais, na forma abaixo relacionada:

...

Anexo I **Composição do Comitê de Governança em Tecnologia da Informação (CGTI)**	
1. Gabinete do Prefeito – GP / Superintendência de Comunicação (SCOM)	
Maurício Bexiga Júnior - Coordenador	Superintendência de Comunicação
2. Secretaria Geral de Governo (SGG)	
Rubens Selinke	Diretoria de Gestão Estratégica
Marcelo Rodrigues de Fraga	Fiscalização de Obras e Alvarás
3. Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFA)	
Luis Tadeu Belloni	Secretário Adjunto da Fazenda
Márcio de Deus	Diretoria da Dívida Ativa
Cláudio Vaz Pinto Monteiro	Diretoria da Receita e Arrecadação Tributária
Rudinei da Silva Nunes	Diretoria da Receita e Arrecadação Tributária
4. Secretaria Municipal de Administração (SEMAD / TI)	
Flávio Duarte	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Maricler Sobral	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Paulo Rogerio Arnoud Goularte	Gabinete da Secretaria de Administração
Tiago Vieira	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
5. Secretaria Municipal de Compras e Licitações (SECOL)	
Cláudio Machado	Pregoeiro
Rochele Steffen	Departamento de Dispensas e Inexigibilidades
6. Procuradoria Geral do Município (PGM)	
Paulo Rohr	Procurador Adjunto da Procuradoria
7. Secretaria Municipal de Educação (SMED)	
Kátia Coelho da Rocha	NTM
Luciana Domingues Ramos	NTM
Diego Guilherme Van Oudheusden	DIMEE
Giovane Dornelles Correa	DIMEE
8. Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAD)	
Tiago Sperb Machado	Diretoria de Políticas Públicas de Saúde
Gustavo Beuren	Departamento de Tecnologia da Informação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 28 de novembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:A6A9A483

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 138.492

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Memorando nº 632/2025, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico,

R E S O L V E

Nomear os membros da **COMISSÃO DE SELEÇÃO,** para analisar os projetos e planos de trabalho, propostas, documentos e recursos que serão propostos, conforme Edital nº 025/2025de instituição operadora de microcrédito, conforme Edital nº 025/2025, da SEDETTEC, tendo por finalidade a qualificação e seleção de propostas com o objetivo de firmar contrato de doação com a iniciativa privada para a reforma e revitalização da Casa do Marco Zero, na forma abaixo relacionada:

- PATRÍCIA GUIDALI – matrícula 84207 – DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES E PROJETOS
- MARIO FERREIRA ROSITO - matrícula 82283 - SEDETTEC

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 28 de novembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:0342DFC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 138.513

Inclui membro na Comissão Processante, em Processo Administrativo Disciplinar.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO**, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 138.190, de 03 de novembro de 2025, INCLUI o servidor **ÉMERSON LUIS DOS ANJOS LIMA,** matrícula nº 84.699, ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal, para atuar como membro suplente da Comissão Processante, que exercerá suas atribuições em caso de ausência, impedimento ou necessidade de substituição de qualquer integrante titular da Comissão, observando-se, em todos os atos, as disposições legais pertinentes e o dever de sigilo processual,.em conformidade com o disposto nos artigos 185 e 186 da Lei Municipal nº 6.055/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Leopoldo).

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 02 de dezembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:B492F835

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 138.543

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Ofício 002/2025, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

R E S O L V E

Nomear os membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO LEOPOLDO – COMSEA,** de acordo com a Lei Municipal vigente e com base no Edital nº 01/2025, no Regimento Eleitoral aprovado pela Resolução nº 02/2025 e em consonância com o resultado oficial publicado no dia 30 de outubro de 2025, para a gestão 2025-2027, na forma abaixo relacionada:

ENTIDADES TITULARES:

1 - Associação Artecultura para a Paz Isaura Maia
2 - Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais – APAE-SL
3 - AMMEP – Associação Meninos e Meninas de Progresso – AMMEP
4 - Banco de Alimentos Vale do Sinos
5 - Cozinha Social Arcanjo São Miguel
6 - Cozinha Social Barriguinha Cheia
7 - Cozinha Social do Reino
8 - Cozinha Social Sopa Solidária

ENTIDADES SUPLENTES:

1 - Centro Medianeira
2 - ASCAR/EMATER
3 - Fundação Casa Aberta
4 - Cozinha Social Fazer o Bem Sem Olhar a Quem
5 - Cozinha Magdala

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL:

Reconhecer, como representantes do segmento governamental que exerceram mandato no COMSEA, gestão 2024-2025, as seguintes Secretarias Municipais:

1 – Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS
2 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – SEDETTEC
3 – Secretaria Municipal de Educação – SMED
4 – Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAD

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 02 de dezembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:7ECE82C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 138.544

Designa os representantes do Grupo Técnico Municipal do Programa Primeira Infância Melhor (GTM).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Ofício nº 015/2025, da Secretaria Municipal de Saúde,

CONSIDERANDO a necessidade de compor o Grupo Técnico Municipal da Primeira Infância Melhor,

D E S I G N A

Art. 1º Os representantes que irão compor o Grupo Técnico Municipal da Primeira Infância Melhor (GTM), que deverão cumprir carga horária de 8 horas semanais de trabalho, no respectivo Grupo.

I – Da Secretaria Municipal de Saúde: CAMILA HOFMANN, matrícula 85424 (titular) e FABIANA MORALES FARIAS, matrícula 85360 (suplente);

II - Da Secretaria Municipal de Educação: DALMA PRICILA ARAÚJO SILVEIRA, matrícula 83639 (titular) e PATRÍCIA DA COSTA KUSMA, matrícula 85934 (suplente);

III - Da Secretaria Municipal de Assistência Social: LUCIANE WARNAVA, matrícula 85499 (titular) e JOELMA DE FRAGA OLIVEIRA, matrícula 88058 (suplente).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 03 de dezembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:BE581623

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
RETIFICA O EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SEDETTEC Nº 024/2025

ERRATA Nº 01/2025
RETIFICA O EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SEDETTEC Nº 024/2025

A Prefeitura Municipal de São Leopoldo, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico, comunica aos interessados que retifica o Edital de Chamada Pública Nº 024/2025, para firmar termo de parceria com instituição operadora de microcrédito, para consecução de finalidades de interesse público e realizar ações previstas na Operacionalização do Microcrédito Produtivo e Orientado, bem como da Sala do Empreendedor no Município de São Leopoldo, para a concessão de créditos para público-alvo de micro empreendedores formais (individuais, micro empresas) e informais. Os interessados podem consultar o edital, seu regulamento e a errata no site www.saoleopoldo.rs.gov.br ou, para maiores informações, contatar a SEDETTEC através do telefone (51) 2200 0332 ou pessoalmente no térreo do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal.

REGINA DUTRA OLIVEIRA CAETANO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Luis Claudio Chaves Madruga
Código Identificador:A5CA31D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO Nº 37/2025

MODALIDADE:DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL 13/2025
CONTRATADA: PARQUE ENCOSTA DA SERRA LTDA, CNPJ 11.308.080/0001-63
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Inclui-se no item 3.2 da cláusula terceira do contrato supra, o seguinte recurso orçamentário: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SAS - 12.01.08.243.0013.2186 MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES - 827 3.3.90.33.00.00.00.00 1500.0000000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO.

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Silvana Epifânio de Camargo
Código Identificador:C95B20C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO Nº 96/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 06/2025
CONTRATADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS, CNPJ
57.494.031/0001-63
DO GESTOR: Altera-se a cláusula nona, no subitem 9.19 do contrato supra, para fazer constar que passa a ser Gestor, o servidor Nilton de Oliveira Di Pietro – matricula nº081.641, para acompanhar a execução do objeto contratado e prestar informações cabíveis, a partir de 01º de novembro de 2025.

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil
Publicado por:
Silvana Epifânio de Camargo
Código Identificador:5D2FE637

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2021

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 80/2021
CONTRATADA: NC KLEIN INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA**,** CNPJ 89.298.921/0001-96.
DO PRAZO: Renova-se o prazo de locação elencado na cláusula segunda do contrato supra, por mais 12 (doze) meses, contado do término contratual, qual seja, 06 de dezembro de 2025.

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Silvana Epifânio de Camargo
Código Identificador:5C962C23

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2023

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2023
CONTRATADA: VILA RICA NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ 87.235.123/0009-47
DA FISCAL : Altera-se o item 7.1 da Cláusula Sétima do contrato supra, para fazer constar que passa a ser FISCAL a servidora Helen Teixeira de Souza, matrícula nº. 87083, responsável por fiscalizar a execução do objeto contratado e prestar as informações cabíveis, a partir de 01 de novembro de 2025.

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Silvana Epifânio de Camargo
Código Identificador:8F574C22

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO EXTRATO DA ATA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025 - SRP

A SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SECOL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO – RS torna público os preços registrados no **PREGÃO ELETRÔNICO 31/2025 – SRP, Aquisição Futura de Materiais Auxiliares (Itens 1,2 e 3), Braços para Iluminação Pública (Itens 4 e 5) e Luminárias para Iluminação Pública com tecnologia LED (Itens 6,7 e 8)** destacando as empresas vencedoras conforme lista infra disposta, na seguinte ordem: NÚMERO DO LOTE e PREÇO respectivamente**.** A ata do Pregão Eletrônico, na íntegra está disponível no sítio https://grp.saoleopoldo.rs.gov.br/transparencia/portal/#/

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

DFER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA **CNPJ: 23.143.410/0001-97** Lote/ Descrição	**Preço Unitário**
Item 0003 - FITA ISOLANTE ROLO COM 18MMX10M ISOLAÇÃO 750V	R$ 3,56
ELETRICLINE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA **CNPJ: 41.063.040/0001-60** Lote/Descrição	**Preço Unitário**
Item 0002 - CABO DE COBRE PP (BIPOLAR) 2X1,5 MM² COM ISOLAÇÃO PVC 750V	R$ 2,86
LENDARIO COM E IMPORTACAO DE MATS ELETRICOS LTDA **CNPJ: 52.203.880/0001-05** Lote/Descrição	
Item 0001 - RELÉ FOTO CONTROLADOR ELETRÔNICO, LIGA DE NOITE (LN), FALHA DESLIGADO (FD/FAIL OFF), CONFORME ABNT NBR 5123, EM POLICARBONATO COM PROTEÇÃO UV, CAPACIDADE DE CARGA DE 1000W RESISTIVO, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO DE 220V E 60HZ, PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE 2KA, ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP 65, TOMADA PADRÃO NEMA COM 3 PINOS EM LATÃO ESTANHADO, FUNCIONAMENTO COM HISTERESE E RETARDO PARA EVITAR ACIONAMENTO POR PICOS DE LUMINOSIDADE TRANSITÓRIOS, GARANTINDO TOTAL DE 2 ANOS. CABO DE COBRE PP (BIPOLAR)	R$ 9,70
SATURNO COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO LTDA **CNPJ: 48.936.631/0001-43.** **Lote/Descrição**	**Preço Unitário**
Item 0006 -LUMINÁRIA LED PÚBLICA VIÁRIA POTÊNCIA MÁXIMA 120W 4000K COM SELO PROCEL	R$ 280,00
Item 0007 -LUMINÁRIA LED PÚBLICA VIÁRIA POTÊNCIA MÁXIMA 100W 4000K COM SELO PROCEL	R$ 210,00
Item 0008 -LUMINÁRIA LED PÚBLICA VIÁRIA POTÊNCIA MÁXIMA 60W 4000K COM SELO PROCEL	R$ 180,00
VM COMERCIO LTDA **CNPJ: 47.136.740/0001-13** **Lote/Descrição**	**Preço Unitário**
Item 0004 - BRAÇO EM TUBO DE AÇO CARBONO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 2500 MM, (Ø) NOMINAL DE 48MM E ÂNGULO DE MONTAGEM DE 0º A 5º NO PONTO DA LUMINÁRIA.	R$ 77,22
Item 0005 - BRAÇO EM TUBO DE AÇO CARBONO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 3500 MM, (Ø) NOMINAL DE 48MM E ÂNGULO DE MONTAGEM DE 0º A 5º NO PONTO DA LUMINÁRIA.	R$ 105,93

Publicado por:
Silvana Epifânio de Camargo
Código Identificador:24A71667

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO EXTRATO DA ATA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO - RS, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SECOL torna público o preço registrado no **PREGÃO ELETRÔNICO 46/2025 – SRP** para Registro de preços para a: Registro de preços para a aquisição futura de uniformes para os agentes que atuam na área de Defesa Civil Municipal de São Leopoldo/RS, conforme especificações técnicas constantes no Edital e Anexos, conforme lista infra disposta, na seguinte ordem: NÚMERO

DO LOTE e PREÇO respectivamente**.** A ata do Pregão Eletrônico, na íntegra está disponível no sítio ***www.saoleopoldo.rs.gv.br/serviço/licitações.com.br.***

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

BM COMERCIO DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA CNPJ: 10.960.641/0001-41. Lote/Descrição	**Preço Unitário (R$)**
LOTE 0001/ITEM 0001 - Jaqueta Parká reversível- De acordo com o descritivo que conta no adendo I do anexo III- Termo de referência	525,00
LOTE 0001/ITEM 0002 - Camisa combate manga longa modelo (UNISEX) De acordo com o descritivo que conta no adendo I do anexo III- Termo de referência	260,00
LOTE 0001/ITEM 0003 - Calça operacional (UNISEX). De acordo com o descritivo que conta no adendo I do anexo III- Termo de referência	200,00
LOTE 0001/ITEM 0004 - Camiseta manga curta gola redonda. De acordo com o descritivo que conta no adendo I do anexo III- Termo de referência	70,00
LOTE 0001/ITEM 0005 - Camiseta manga curta gola polo. De acordo com o descritivo que conta no adendo I do anexo III- Termo de referência	80,00
LOTE 0001/ITEM 0006 - Touca de lã. De acordo com o descritivo que conta no adendo I do anexo III- Termo de referência	80,00
LOTE 0001/ITEM 0007 - Boné (cobertura operacional) De acordo com o descritivo que conta no adendo I do anexo III- Termo de referência.	60,00
LOTE 0002/ITEM 0001 - Tarjeta/Crachá. De acordo com o descritivo que conta no adendo I do anexo III- Termo de referência.	25,00
LOTE 0003/ITEM 0001 - Colete de Defesa Civil. De acordo com o descritivo que conta no adendo I do anexo III- Termo de referência.	265,00
LOTE 0004/ITEM 0001 - Cinto em nylon De acordo com o descritivo que conta no adendo I do anexo III- Termo de referência	44,50

Publicado por:
Silvana Epifânio de Camargo
Código Identificador:D612EF9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2021

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 41/2021
CONTRATADA: Instituto Gamma de Assessoria a Orgãos Público Ltda, CNPJ
01.484.706/0001-39
DO PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência elencado no item 2.2 da cláusula segunda do contrato por mais 12 (doze) meses, contado do término contratual, qual seja, 02 de dezembro de 2025.

.***RAFAEL DE ALMEIDA***
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Silvana Epifânio de Camargo
Código Identificador:C836C23D

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
ADITIVO Nº 001/2025 AO CONTRATO Nº 3047/2022.

SÚMULA DO TERMO ADITIVO N° 001/2025 AO CONTRATO Nº 3047/2022.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022

CONTRATADO: ESTRATEGIA IT LTDA – EPP. - CNPJ Nº:15.813.403/0001-27

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de serviço de solução integrada de Firewall Next Generation composta de Hardaware e Software de segurança da informação do tipo UTM(Unified Threat Management) entendendo-se como tais o conjunto de serviços e rescuros de: Filtro de aplicações, Controle da Web, Inspeção com proteção contra ataques de Malwares, Ransomware, Exploit, Vírus, Worm, e aplicativos maliciosos, integrar soluções do tipo(IPS, QoS, alta disponibilidade, redundância de links, SD-WAN, VPN, DHCP e DNS). Com a capacidade de integrar todos os recursos em um único dispositivo, conforme o Termo de Referência – Anexo III do Edital.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica renovado por mais 12(doze) meses, a contar de **20/12/2025.**

CLADIS MAGNANI.
Diretor-Geral do SEMAE

São Leopoldo, berço da colonização alemã no Brasil.

Publicado por:
Márcia Simone Guimarães Machado
Código Identificador:D8678919

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de São Luiz Gonzaga, Poder Executivo, torna público que irá realizar as seguintes licitações:
Concorrência Eletrônica nº 90015/2025- Proc. Adm. nº 2.367/2025, do tipo menor preço global, destinado a obras de engenharia para instalação de nova rede elétrica do CNEC. **Data da Sessão: 23/12/2025, às 09 horas**, no endereço eletrônico Compras.gov.br.
Concorrência Eletrônica nº 90016/2025- Proc. Adm. nº 2.480/2025, do tipo menor preço global, destinado a serviços de engenharia para reforma do Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga. **Data da Sessão: 23/12/2025, às 10 horas**, no endereço eletrônico Compras.gov.br.
Os Editais estão disponíveis no site www.saoluizgonzaga.rs.gov.br ou no Setor de Licitações, e ainda no site Compras.gov.br relativo ao Pregão Eletrônico. Maiores informações serão obtidas no órgão acima indicado ou pelo fone 55 3352 9316.

Gabinete do Prefeito, São Luiz Gonzaga, RS, em 05 de dezembro de 2025.

JOSÉ ANTÔNIO FLACH WERLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vagner Rambo de Ávila
Código Identificador:F4CC5433

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSITRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2025

A Prefeitura Municipal de São Martinho/RS torna público para conhecimento dos interessados, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** nº 018/2025, que tem por Objeto: **CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA FESTIVIDADES NATAL E FINAL DE ANO.** *Processo licitatório* INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO *Nº*

018/2025. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Administração, no mesmo endereço, e pelos fones: (55) 3533-1170/1728, de segunda-feira das 08h00min às 11h45min das 13h30min às 17h09min e sexta-feira das 07h00min às 13h00min.

São Martinho – RS, 05 de dezembro de 2025.

JEANCARLO HUNHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Katiane Boeno
Código Identificador:21DEA2AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSITRAÇÃO
PREGAO ELETRONICO Nº 017/2025

A Prefeitura Municipal de São Martinho – RS, torna público para conhecimento dos interessados, o Processo de Pregão Eletrônico n° 017/2025, que tem por **OBJETO – aquisição de livros para as escolas municipais** . Licitação do tipo menor preço unitário. DATA, HORÁRIO e LOCAL DE ABERTURA: **17 de dezembro de 2025, às 09h00min, no site de compras eletrônicas do Banrisul, https://pregaobanrisul.com.br/.** Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Administração, no mesmo endereço, e pelos fones: (55) 3533-1170/1178, e de segunda a quinta feira das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h10min e sexta-feira das 07h00min às 13h00min, ou através do site www.saomartinho.rs.gov.br.

São Martinho-RS, 05 de dezembro de 2025.

JEANCARLO HUNHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Katiane Boeno
Código Identificador:B721A4F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 1145/2025, 05 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA DP Nº 1145/2025, 05 DE DEZEMBRO DE 2025

EXONERA CARGO EM COMISSÃO

FERNANDO PILAR CÉZAR Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

EXONERA, JESSICA MARTINS PAZ, matrícula 4292, nomeada pela PORTARIA DP Nº 1017/2023, 14 de agosto de 2023, para o Cargo em Comissão de ENFERMEIRA RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO SERVIÇO DE ENFERMAGEM, a contar de 02.12.2025.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria retroage seus efeitos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

BRUNA DE PAULA VAZ
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Bruna de Paula Vaz
Código Identificador:9F156787

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 1146/2025, 05 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA DP Nº 1146/2025, 05 DE DEZEMBRO DE 2025

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONCEDE a servidora **JULIANA REOLON PUJOL ,** matrícula 1872 , detentora do cargo efetivo de Enfermeira, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, nos termos do Artigo nº 136 e 254-A da Lei Municipal n° 313-89/92, conforme atestado médico e laudo apresentado, no período de **13.11.2025 a 04.12.2025.**

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria retroage seus efeitos a contar de **13.11.2025.**

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

BRUNA DE PAULA VAZ
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Jenniffer Pereira Pinheiro
Código Identificador:80A59B07

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 1147/2025, 05 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA DP Nº 1147/2025, 05 DE DEZEMBRO DE 2025

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONCEDE a servidora **THANISE BORDIN DA SILVA ,** matrícula 4333 , detentora do cargo efetivo de Odontóloga, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, nos termos do Artigo nº 136 e 254-A da Lei Municipal n° 313-89/92, conforme atestado médico e laudo apresentado, no período de **13.11.2025 a 15.01.2026.**

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria retroage seus efeitos a contar de **13.11.2025.**

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

BRUNA DE PAULA VAZ
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Jenniffer Pereira Pinheiro
Código Identificador:086BDF59

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 1148/2025, 05 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA DP Nº 1148/2025, 05 DE DEZEMBRO DE 2025

PROMOVE SERVIDORA PARA CLASSE "C"

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

PROMOVE, para **Classe "C"**, a servidora **MARIA EDUARDA DA SILVA TRINDADE,** matrícula 2747, nos termos dos Artigos 24 ao 32 da LEI MUNICIPAL Nº 314, DE 17/10/1990, detentora do cargo em provimento efetivo de Enfermeira, tendo entrado em exercício em 26/05/2017 tendo implementado a mudança de Classe em 26/05/2024, com direito à percepção da remuneração correspondente, a contar de **JUNHO DE 2024,** por preencher todos os requisitos, conforme levantamento realizado em sua pasta funcional.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria retroage seus efeitos à **JUNHO DE 2024**.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

BRUNA DE PAULA VAZ
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Bruna de Paula Vaz
Código Identificador:ADA2B68D

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4.547, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

DESIGNA FISCAL DE CONVÊNIO FPE N 132-2025 – PROJETO – CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA REDUÇÃO DE SÃO JOSÉ ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL E O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E DÁ PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DESIGNA

Art. 1º A servidora MARIANA BINATO DE SOUZA para atuar como fiscal do convênio FPE N 132-2025 – PROJETO – CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA REDUÇÃO DE SÃO JOSÉ entre o Município de São Pedro do Sul e o Estado do Rio Grande do Sul, o qual tem por objeto a construção e implementação do Centro de Interpretação da Redução Jesuítica de São José.

Art. 2º A fiscal tem a responsabilidade de acompanhar, registrar e fiscalizar o andamento das atividades constantes no convênio, bem como cientificar órgãos superiores a respeito de eventuais descumprimentos do convênio.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Dê-se ciência a servidora designada.

Gabinete do Prefeito de São Pedro do Sul, aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

MARIANE BRAIBANTE PEREIRA	*FREDERICO REZER BAYER*
Procuradora Municipal	Secretário de Administração

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:8AE7A110

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4.548 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DESIGNADA PARA ATUAR NA SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA INSTAURADA PELA PORTARIA MUNICIPAL Nº 4.540/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

D E T E R M I N A

Art. 1º A alteração da Comissão Temporária e Extraordinária designada no art. 3º da Portaria Municipal nº 4.540/2025, passando a ser composta pelas servidoras abaixo designadas:
I – JENNIFFER PEREIRA PINHEIRO PACHE, Agente Administrativo, Matrícula nº 4506;
II – TACIANE LEMOS RHODES PINHEIRO, Auxiliar de Agente Administrativo, Matrícula nº 4270;
III – SILVANA TASSINARI TASCHETTO, Fiscal, Matrícula nº 2350.

Art. 2º As demais disposições da Portaria Municipal nº 4.540/2025 permanecem inalteradas, mantendo os seus efeitos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São Pedro do Sul, aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

MARIANE BRAIBANTE PEREIRA	*FREDERICO REZER BAYER*
Procuradora Municipal	Secretário de Administração

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:893019E2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Eletrônico nº 60/2025

O Prefeito Municipal de São Sepé comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual locação de caminhões, para atender as necessidades do Município de São Sepé/RS, sendo a data de abertura das propostas no dia 23/12/2025, às 9 horas. O Edital se encontra à disposição no endereço eletrônico www.saosepe.atende.net e www.bllcompras.org.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sepé, em 5 de dezembro de 2025.

MARCELO FARIA ELLWANGER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elias Jacob Haddad
Código Identificador:4CCA5964

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL
DECRETO MUNICIPAL Nº 068, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R$ 55.268,33 (CINQÜENTA E CINCO MIL DUZENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), APONTA RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL - RS, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Artigo 8, inciso IV, II (projeto/atividade) e III (Superávit), Artigo 9º, I (despesa de pessoal) da Lei 2310 de 04 de novembro de 2024.

DECRETA:

Art 1º Abre Crédito Suplementar no Orçamento de 2025 no valor de R$ 55.268,33 (Cinquenta e Cinco Mil Duzentos e Sessenta e Oito Reais e Trinta e Três Centavos) nos seguintes Programas e Atividades:

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E TURISMO
0601.12.361.0001.2028 - Transporte de Alunos do Ensino Fundamental
31901100000000:1543(946) - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL ... R$ 1.700,00

0603.13.392.0007.2042 - Festividades e Comemorações
33903200000000:1500(393) - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ... R$ 7.000,00
33903900000000:1500(395) - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA ... R$ 13.000,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
0701.26.782.0036.2051 - Pavimentação e Manutenção da Malha Viária
33903900000000:1720(898) - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA ... R$ 30.000,00

08 - SECRETARIA DA SAÚDE, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
0801.10.301.0019.2057 - Manutenção das Atividades Ambulatoriais
44905200000000:2600(957) - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE ... R$ 161,86
44905200000000:2601(913) - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE ... R$ 806,47

0801.10.302.0019.2060 - Aquisição e Manutenção de Veículos para a Secretaria da Saúde
33901400000000:2600(856) - DIARIAS - PESSOAL CIVIL ... R$ 2.600,00

Art 2º Os recursos para atender o Art. 1º do presente Decreto originam-se conforme especificação abaixo:

Superávit Financeiro ... Fonte 600/4500 - Recursos CUSTEIO - Atenção Básica - 4500 ... R$ 161,86
Superávit Financeiro ... Fonte 601/4505 - Recursos INVESTIMENTO - Atenção Básica ... R$ 806,47
Redução de Verbas
05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
0501.20.608.0024.2021 - Apoio à Infraestrutura Rural
33903900000000:1720 (869) - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA ... R$ 30.000,00

0502.17.512.0020.2023 - Canalização de Esgotos
44905100000000:1500 (178) - OBRAS E INSTALAÇÕES ... R$ 20.000,00

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E TURISMO
0601.12.365.0001.2035 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil Pré Escola
31900400000000:1543 (317) - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO ... R$ 1.700,00

08 - SECRETARIA DA SAÚDE, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
0801.10.122.0023.2052 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Saúde
33903900000000:2600 (857) - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA ... R$ 1.348,78

0801.10.302.0019.2060 - Aquisição e Manutenção de Veículos para a Secretaria da Saúde
33903000000000:2600 (854) - MATERIAL DE CONSUMO ... R$ 1.251,22

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO VALENTIM DO SUL, AOS 04 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

MOISES CAVANUS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ALEXANDRE REIS GARGIONI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Gabriela Borges Bassani
Código Identificador:B663AC6D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL
SÚMULAS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA RP n.° 042/2025. Período 2025. Contratante: Município de São Valentim do Sul/RS, CNPJ sob n.º 92.902.055/0001-05. Contratada: MASTERTEC TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.177.978/0001-96, estabelecida na Rua R2000, n.º 1585, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC. Objetivo: aquisição de material e equipamentos de informática. Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 004/2025/RP. Valor Unitário: Item 1 Roteador Routerboard R$ 592,05; Item 18 Ssd 240gb R$ 117,10. Vigência: 19.11.2025 a 18.11.2026. Fundamento legal: Lei n.º 14.133/21 e suas alterações. Fiscais: Natan Vidal dos Santos e Juciléia Marcolin, designados através da Portaria n.º 731/2024.
ATA RP n.° 043/2025. Período 2025. Contratante: Município de São Valentim do Sul/RS, CNPJ sob n.º 92.902.055/0001-05. Contratada: I9 COM. DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.232.530/0001-42, localizado na Rua Elírio Antônio Presotto, nº 968, Centro, Serafina Corrêa/RS. Objetivo: aquisição de material e equipamentos de informática. Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 004/2025/RP. Valor Unitário: Item 5 Switch Pro 48 portas R$ 5.346,04; Item 6 Adaptador PoE (15W) R$ 79,90; Item 7 Adaptador PoE (30W) R$ 140,90; Item 15 Limpa contato R$ 18,00; Item 16 Rotulador eletrônico portátil R$ 427,90; Item 19 Cabo Cat.6 U/UTP 24AWGX4P CMX R0HS (305M) AZ Cabo U/UTP Cat.6 100% cobre, 24AWGX4P R$ 835,50. Vigência: 19.11.2025 a 18.11.2026. Fundamento legal: Lei n.º 14.133/21 e suas alterações.

Fiscais: Natan Vidal dos Santos e Juciléia Marcolin, designados através da Portaria n.º 731/2024.
ATA RP n.° 044/2025. Período 2025. Contratante: Município de São Valentim do Sul/RS, CNPJ sob n.º 92.902.055/0001-05. Contratada: VERLIN TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.894.828/0003-56, estabelecida na Rua Francisco Sousa dos Santos, nº 3, Sala 223, Bairro Jardim Limoeiro, na cidade de Serra/ES. Objetivo: aquisição de material e equipamentos de informática. Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 004/2025/RP. Valor Unitário: Item 10 Desktop corporativo R$ 5.550,00; Item 11 Notebook corporativo R$ 3.960,00; Item 12 Monitor IPS de, no mínimo, 23,8" (60,4cm) R$ 950,00; Item 13 Nobreak (UPS) 1200 VA R$ 1.386,00. Vigência: 19.11.2025 a 18.11.2026. Fundamento legal: Lei n.º 14.133/21 e suas alterações. Fiscais: Natan Vidal dos Santos e Juciléia Marcolin, designados através da Portaria n.º 731/2024.
ATA RP n.° 045/2025. Período 2025. Contratante: Município de São Valentim do Sul/RS, CNPJ sob n.º 92.902.055/0001-05. Contratada: INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.441.686/0001-20, estabelecida na Rua Waldemar Loureiro de Campos, nº 3991, 1º andar, sala 03, Bairro Xaxim, na cidade de Curitiba/PR. Objetivo: aquisição de material e equipamentos de informática. Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 004/2025/RP. Valor Unitário: Item 2 Access Point Wi-Fi 6Mesh R$ 1.594,40; Item 4 Switch 24 portas R$ 3.285,00; Item 22 Impressora térmica de etiquetas R$ 2.554,20. Vigência: 19.11.2025 a 18.11.2026. Fundamento legal: Lei n.º 14.133/21 e suas alterações. Fiscais: Natan Vidal dos Santos e Juciléia Marcolin, designados através da Portaria n.º 731/2024.
ATA RP n.° 046/2025. Período 2025. Contratante: Município de São Valentim do Sul/RS, CNPJ sob n.º 92.902.055/0001-05. Contratada: MARATTI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.800.931/0001-04, estabelecida na Rua Maria Sandi Zanandrea, nº 78, sala 01, Bairro São Pedro, na cidade de Flores da Cunha/RS. Objetivo: aquisição de material e equipamentos de informática. Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 004/2025/RP. Valor Unitário: Item 29 LICENÇA DE USO PARA SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS SERVER R$ 12.305,00; Item 30 LICENÇA DE USO PARA CAL DE ACESSO (DEVICE) R$ 465,00. Vigência: 19.11.2025 a 18.11.2026. Fundamento legal: Lei n.º 14.133/21 e suas alterações. Fiscais: Natan Vidal dos Santos e Juciléia Marcolin, designados através da Portaria n.º 731/2024.
ATA RP n.° 047/2025. Período 2025. Contratante: Município de São Valentim do Sul/RS, CNPJ sob n.º 92.902.055/0001-05. Contratada: ECOWSOLAR ENERGIAS SUSTENTÁVEIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 35.613.151/0001-08, estabelecida na Rua Bonn, nº 287, Bairro Pousada da Neve, na cidade de Nova Petrópolis/RS. Objetivo: aquisição de material e equipamentos de informática. Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 004/2025/RP. Valor Unitário: Item 3 Switch Lite 8 PoE R$ 1.035,00; Item 8 Canaleta para superfície dexson 20x12mm branca com adesivo 2m dxn10051 R$ 20,15; Item 9 Conector RJ45 Macho de passagem cat. 6 para cabo sólido R$ 5,54. Vigência: 19.11.2025 a 18.11.2026. Fundamento legal: Lei n.º 14.133/21 e suas alterações. Fiscais: Natan Vidal dos Santos e Juciléia Marcolin, designados através da Portaria n.º 731/2024.
ATA RP n.° 048/2025. Período 2025. Contratante: Município de São Valentim do Sul/RS, CNPJ sob n.º 92.902.055/0001-05. Contratada: AUGUSTO TORRES NEDEL, inscrita no CNPJ sob o nº 07.155.217/0001-10, estabelecida na Rua Conselheiro Saraiva, nº 141, Bairro Areal, na cidade de Pelotas/RS. Objetivo: aquisição de material e equipamentos de informática. Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 004/2025/RP. Valor Unitário: Item 23 Leitor de código de barras R$ 562,43; Item 28 Impressora Térmica Portátil ZQ521 R$ 7.289,00. Vigência: 19.11.2025 a 18.11.2026. Fundamento legal: Lei n.º 14.133/21 e suas alterações. Fiscais: Natan Vidal dos Santos e Juciléia Marcolin, designados através da Portaria n.º 731/2024.
ATA RP n.° 049/2025. Período 2025. Contratante: Município de São Valentim do Sul/RS, CNPJ sob n.º 92.902.055/0001-05. Contratada: GRIEBLER E GRIEBLER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.195.733/0001-90, estabelecida na Rua Paraguai, n.º 39, Bairro Ipiranga, na cidade de Erechim/RS. Objetivo: aquisição de equipamento eletrônico. Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 004/2025/RP. Valor Unitário: Item 24 TELEVISÃO SMART TV 4K DE 43" COMANDO DE VOZ R$ 2.248,90. Vigência: 19.11.2025 a 18.11.2026. Fundamento legal: Lei n.º 14.133/21 e suas alterações. Fiscais: Natan Vidal dos Santos e Juciléia Marcolin, designados através da Portaria n.º 731/2024.

Publicado por:
Eduardo Menzem Pauletto
Código Identificador:CB408C23

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 29/2025

O MUNICIPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL/RS, torna público, o resultado do Processo Licitatório Concorrência Eletrônica nº 29/2025.

Objeto: Edital de pregão eletrônico com cotas para microempresa e empresa de pequeno porte para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de horas máquina, utilizando recursos provenientes do convênio FPE 374/2025 firmado entre o Município e o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação.
Adjudicado e Homologado:
COMERCIAL SS ESCAVACOES LTDA, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 18.751.839/0001-27. Valor R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).
HEELLER ESCAVACOES E TRANSPORTES LTDA, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 13.263.417/0001-99, Valor R$ 35.425,00 (trinta e cinco mil quatrocentos e vinte e cinco reais).
HEELLER TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES EIRELI, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 22.440.744/0001-60, Valor R$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).
TIRADENTES ESCAVACOES LTDA, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 19.726.516/0001-46, Valor R$ 66.375,00 (sessenta e seis mil trezentos e setenta e cinco reais).
São Valério do Sul – RS, 05 de dezembro de 2025.

CLÓVIS TABORDA PADILHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Mateus Ribeiro
Código Identificador:80C791AE

GABINETE DO PREFEITO
SÚMULA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 238/2025.

SÚMULA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 238/2025.
Pregão Presencial n.º 09/2024.
Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 238/2025 – Prestação de Serviços de Oficinas Diversas, pela CONTRATADA, para a Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:. Partes: Município de São Valério do Sul/ LISELIO DE JESUS KNACHAKA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ n.º 52.331.558/0001-53.

Valor: R$ 4.964,00 (Quatro mil e novecentos e sessenta e quatro reais).

São Valério do Sul/RS, 05 de dezembro de 2025.

CLÓVIS TABORDA PADILHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvin Matheus Blass
Código Identificador:707130EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 0612025

A prefeitura de Sapucaia do Sul/RS **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados que realizará DISPENSA ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço global na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável para **"AQUISIÇÃO DE REFRIGERANTES".D**ata da sessão: **12/12/2025**Horário da Fase de Lances: **12h30min às 17h30min**O Edital da Dispensa Eletrônica e seus anexos, poderão ser visualizados no site oficial da Prefeitura https://www.sapucaiadosul.rs.gov.br/categoria/editais/dispensas-eletronicas e no Portal de Compras Públicas.Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail licitações.compras@sapucaiadosul.rs.gov.br ou pelo telefone (051) 3451-8075.

MARINDIA CARVALHO DA SILVEIRA
Diretora de Compras e Licitações

VOLMIR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Jacques
Código Identificador:BFC60C0C

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 074/2025

O Município de Sapucaia do Sul TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que realizará a seguinte Licitação na data e horário que segue: Dia 18/12/2025 às 14h PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº. 074/2025, cujo objeto é aquisição de gêneros alimentícios (carnes). O Edital de Licitação estará à disposição dos interessados, nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.sapucaiadosul.rs.gov.br/ e www.portaldecompraspublicas.com.br.
Marindia Carvalho Da Silveira
Diretora de Compras e Licitações

VOLMIR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Magalhães
Código Identificador:31A9A820

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 80/2025

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico RP nº 80/2025.O Município de Sapucaia do Sul TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que realizará o Pregão Eletrônico na data e horário que seguem: Dia 23/12/2025 às 14h00min Pregão Eletrônico RP N.º 80/2025, cujo objeto é registro de preço visando à futura contratação de empresa especializada em engenharia e tecnologia para fornecimento de sistema integrado de segurança e monitoramento em regime de comodato. O Edital de Licitação estará à disposição dos interessados, nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.sapucaiadosul.rs.gov.br/categoria/pregao-eletronico/ e www.portaldecompraspublicas.com.br.

MARINDIA CARVALHO DA SILVEIRA
Diretora de Compras e Licitações

VOLMIR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Jacques
Código Identificador:0DB35863

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA DA AMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO – N° 232/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 012/2025

O Município de Sarandi – RS através de seu **Prefeito Municipal**, torna público Licitação na Modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA –** Nº 012/2025 do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL,** cujo objeto é a ***Aquisição e instalação de bomba submersa para poço artesiano localizado na Linha Pinhalzinho, interior do Município de Sarandi/RS, contemplando também a instalação elétrica, rede de recalque e reservatório, vinculada ao Convênio nº 543/2022 celebrado entre o Município de Sarandi/RS e a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação – SEAPI*.** Data da abertura será no dia **19 de dezembro de 2025 às 08h.** A cópia do Edital e seus anexos estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Sarandi - RS, sito na Praça Presidente Vargas, S/N, Centro, Sarandi – RS, CEP: 99560 – Telefone: (54).3361.5600, no site **Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br, e no site do Município de Sarandi/RS www.sarandi.rs.gov.br.** Sarandi, 08 de dezembro de 2025.

PABLO LUIZ ALIEVI MARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Pricila Anhaia de Oliveira
Código Identificador:2CB25B81

SECRETARIA DA AMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO – N° 233/2025
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 113/2025

O Município de Sarandi – RS através de seu **Prefeito Municipal**, torna público Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** - Nº 113/2025 do **TIPO MAIOR DESCONTO GLOBAL,** cujo objeto é a ***Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de administração, gerenciamento, intermediação e controle informatizado dos abastecimentos realizados pela frota de veículos oficiais do Município de Sarandi/RS, por meio de sistema informatizado via cartão magnético ou dispositivo eletrônico com chip, abrangendo abastecimentos realizados por postos credenciados dentro e fora do município, com repasse financeiro aos fornecedores*.** Data da abertura será no dia **19 de dezembro de 2025 às 08h.** A cópia do Edital e seus anexos estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Sarandi - RS, sito na Praça Presidente Vargas, S/N, Centro, Sarandi – RS, CEP: 99560 – Telefone: (54).3361.5600, no site **Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br, e no site do Município de Sarandi/RS www.sarandi.rs.gov.br.** Sarandi, 08 de dezembro de 2025.

PABLO LUIZ ALIEVI MARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Pricila Anhaia de Oliveira
Código Identificador:C43BCE24

SECRETARIA DA AMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO – N° 234/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 013/2025

O Município de Sarandi – RS através de seu **Prefeito Municipal**, torna público Licitação na Modalidade **CONCORRÊNCIA**

ELETRÔNICA – Nº 013/2025 do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL,** cujo objeto é a ***Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de reforma no Ginásio Poliesportivo Adão Machado Neto, localizado no Bairro Vicentinos, no município de Sarandi/RS, compreendendo a substituição integral da cobertura, instalação de calha metálica lateral, troca de rufo e concretagem com tratamento anticorrosivo e pintura de oito (08) pilares metálicos situados nas fachadas frontal e lateral do edifício, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à completa execução dos serviços,***. Data da abertura será no dia **29 de dezembro de 2025 às 08h.** A cópia do Edital e seus anexos estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Sarandi - RS, sito na Praça Presidente Vargas, S/N, Centro, Sarandi – RS, CEP: 99560 – Telefone: (54).3361.5600, no site **Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br, e no site do Município de Sarandi/RS www.sarandi.rs.gov.br.** Sarandi, 08 de dezembro de 2025.

PABLO LUIZ ALIEVI MARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Pricila Anhaia de Oliveira
Código Identificador:BA409D54

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPERA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **OSVALDO HENRICH FILHO**, Prefeito Municipal, torna pública a Dispensa de Licitação nº 5615/2025 com base nos termos do artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21 referente a compra de ares condicionados e material para instalação para diversas escolas da rede municipal de ensino, com a empresa **ABDRÉ RIOS DE CARVALHO.**
Tapera, em 05 de Dezembro de 2025.

OSVALDO HENRICH FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Meda Maria Marx Kuhn
Código Identificador:CE7B3521

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **OSVALDO HENRICH FILHO**, Prefeito Municipal, torna pública a Dispensa de Licitação nº 5616/2025 com base nos termos do artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21 referente a contratação de prestação de serviço para pintura de piso, mureta, bancos e mesas, colocar 3,5m de azulejos e instalação de brinquedos na EMEB LOURINHA ISABELA MALDANER, com a empresa **ALEXANDRE ANTUNES DE OLIVEIRA.**
Tapera, em 05 de Dezembro de 2025.

OSVALDO HENRICH FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Meda Maria Marx Kuhn
Código Identificador:C82CAAD5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO FINAL AQUISIÇÃO – PREGÃO N° 154/2025

O Município de Taquara/RS torna público o resultado final da licitação supramencionada, referente aaquisição de Larvicida Biológico Bacillus Thuringiensis Israelensis - BTI Solução aquosa, com registro no Ministério da Saúde, a ser utilizado pelo setor de Vigilância Ambiental no combate do Aedes Aegypt e do borrachudo, com recursos do Programa Qualifica Vigilância, Portaria SES 847/2024, conforme demais especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, cujos preços unitários serão divulgados na Internet, com a empresa vencedora:**PES - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 68.833.227/0001-51;

Taquara, 05 de dezembrode 2025.

SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Octávio Henrique Abbady
Código Identificador:0FAF7973

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO FINAL AQUISIÇÃO – PREGÃO N° 172/2025

O Município de Taquara/RS torna público o resultado final da licitação supramencionada, referente aaquisição de eletrodomésticos, para atender a demanda das Escolas Municipais, conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, cujos preços unitários serão divulgados na Internet, com a empresa vencedora:**FRANCIELE ELETRO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 47.646.580/0001-52;
Taquara, 05 de dezembro de 2025.

SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Octávio Henrique Abbady
Código Identificador:59864332

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/5617

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS VW/NEOBUS MIN ESC, placa IXX3288, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,

nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:9134F8EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6022

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do CHEVROLET SPIN 18L MT PREMIER, placa JBC5H46, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:CA6EE31F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6023

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do CHEV/SPIN 1.8L MT PREMIER, placa IZP5F23, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:7821E132

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6024

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do CHEV/SPIN 1.8L MT PREMIER, placa IZP5F23, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:27427E90

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6025

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do CHEVROLET SPIN 18L MT PREMIER, placa JBC5H65, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:37D3F3D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6030

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do CAMINHÃO/ FURGÃO RENAULT/MASTER PRO L2, Fab./Mod. 2023/2024, placa JCE5B84, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:7E889D93

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6031

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE W-L ON, placa JBC4G60, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:4D36AADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6032

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS AGRALE/ NEOBUS THUNDER, placa ILE3A96, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:D7B1B3CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6033

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS VW/NEOBUS MIN ESC, placa IXX3288, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:BCA970D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6034

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS M. BENZ/MASCA GRANMICRO, placa IYG6804, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:412446D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6035

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto doMICRO-ÔNIBUS IVECO/BUS 10-190E, placa JAF8I57, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:F6EEFA6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6036

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS VW/NEOBUS MIN ESC, placa IXX3288, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:5184172F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6037

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS MARCOPOLO, MODELO VOLARE V8L EO, placa IUO3C72, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:E78A7468

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6038

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS MARCOPOLO, MODELO VOLARE V8L EO, placa IUO3C72, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:

- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:E8BCC995

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6049

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do ÔNIBUS M.BENZ/OF 1519 R. ORE, placa IUY5C88, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:5E64F23C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6050

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do ÔNIBUS MERCEDES BENZ,/OF 1519 R. ORE, placa IUY5C94, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:1BFD6EE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6051

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do ÔNIBUS M.BENZ/OF 1519 R. ORE, placa IUY5C62, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.

- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:21AB5379

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6052

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS IVECO/BUS 10-190E, placa JAF8I57, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:EA01769D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6053

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO, placa IUO2A37, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:013BBDD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6054

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS M. BENZ/MASCA GRANMICRO, placa IYG6804, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:FB27CBFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6055

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do ÔNIBUS VW/15.190 EOD E. HD ORE, placa IZC8G03, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:1DC2AB8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6056

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do MICRO-ÔNIBUS AGRALE/ NEOBUS THUNDER, placa ILE3A96, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:7B22B6BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/6057

Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do ÔNIBUS VW/15.190 EOD E. HD ORE, placa IZD5G12, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente edital no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações, até as 23h59min do dia 11/12/2025, acompanhadas dos seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:BC348741

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

A agente e contratação e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Tenente Portela, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 432de 13 de maio de 2024,torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 17/12/2025, às 9h, no endereço Praça Tenente Portela, nº 23, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Processo Licitatório nº 200/2025, Pregão Presencial nº 46/2025.

DATA: 17/12/2025
HORÁRIO: 09h – Horário de Brasilia

Objeto da Licitação:1.1Constitui objeto da presente licitação a Formação de Ata de Registro de Preços para futuras e eventuaisaquisição de divisórias e portas completas para adequação das estruturas físicas dasestruturas municipais, visando à criação de salas individuais para uso das equipes., cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado, bem como no site da Prefeitura Municipal de Tenente Portela – www.tenenteportela.rs.gov.br– Licitações, podendo ser solicitado via email editais@tenenteportela.rs.gov.br.

TenentePortela-RS,05 de dezembro de 2025.

ROSEMAR ANTONIO SALA-
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leana Raquel Ribeiro
Código Identificador:51508D8C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA

SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 219/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Terra de Areia
Contratado: PRIMEGRID ENERGIA LTDA.
CNPJ/CPF: 39.430.957/0001-03.
Objeto: COMPRA DE PEÇAS E A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA O CONSERTO DA BOMBA DA CAIXA D'ÁGUA, DA LOCALIDADE DO ESPIGÃO, NO DISTRITO DE SANGA FUNDA. A PRESENTE SOLICITAÇÃO É FEITA EM CARÁTER EMERGENCIAL.
Valor: R$ 14.380,00 (quatorze mil, trezentos e oitenta reais).
Fundamento legal: Art.75, inciso II, Lei n° 14.133/2021 e em conformidade com os termos do Decreto Nº 05, de 18 de janeiro de 2024.

VINICIOS DE MATTOS NEGRINI
Secretaria Municipal de Obras e Trânsito

Publicado por:
Adercides Anderson Amaro Valim
Código Identificador:52CC84EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 208/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Terra de Areia
Contratado: LILIAN SANTOS DA SILVA – ME.
CNPJ/CPF: 36.445.137/0001-05.
Objeto: CONTRATAÇÃO REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA AS CERIMÔNIAS DE FORMATURA DAS ETAPAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) E ANOS FINAIS (9º ANO) DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE TERRA DE AREIA
Valor: R$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais.
Fundamento legal: Art.75, inciso II, Lei n° 14.133/2021 e em conformidade com os termos do Decreto Nº 05, de 18 de janeiro de 2024.

JOSIELI OLIVEIRA DA SILVA BOBSIN
Secretária da Educação

Publicado por:
Adercides Anderson Amaro Valim
Código Identificador:C1C996C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Terra de Areia/RS
Contratado: LILIAN SANTOS DA SILVA – ME.
CNPJ/CPF: 36.445.137/0001-05
Objeto: CONTRATAÇÃO REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA AS CERIMÔNIAS DE FORMATURA DAS ETAPAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) E ANOS FINAIS (9º ANO) DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE TERRA DE AREIA.
Valor: R$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais.
Vigência: 45 (quarenta e cinco dias), com início na data de 04 de dezembro de 2025 e com data fim no dia 18 de janeiro de 2026.

JOSIELI OLIVEIRA DA SILVA BOBSIN
Secretária da Educação

Publicado por:
Adercides Anderson Amaro Valim
Código Identificador:AD4670E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 312/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 312/2025. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ**. CONTRATADO(A): **COOPERATIVA DOS TRABALHADORES A REFORMA AGRARIA TERRA LIVRE LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n° 10.568.281/0001-37. **Objeto:** Contratação de fornecedores individuais, detentores da DAP física, não organizados em grupos formais, detentores da DAP jurídica, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE**. Valor**:
100 kg, MEL EMBALAGEM 1kg, VALOR TOTAL: R$ 3.700,00
10.000 l, SUCO DE UVA 1 l TETRAPAK, VALOR TOTAL: R$ 133.300,00
8.000 un SUCO DE UVA CAIXINHA 200ml, VALOR TOTAL: R$ 24.480,00
1.000 kg, QUEIJO EMBALAGEM 1kg, VALOR TOTAL: R$ 58.000,00
10.000, LEITE EM PÓ, EMBALAGEM 1kg, VALOR TOTAL: R$ 431.300,00

Prazo: O prazo do contrato é de 12 (doze) meses, com início na data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual limitado ao prazo máximo de 5 (cinco) anos.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 174/2025.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:594EC401

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 313/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 313/2025. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ**. CONTRATADO(A): **METROPOLITANA DE COOPERATIVA FAMILIAR LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n° 30.963.826/0001-17. **Objeto:** Contratação de fornecedores individuais, detentores da DAP física, não organizados em grupos formais, detentores da DAP jurídica, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE**. Valor**:
5.000 kg, FEIJÃO 1kg, VALOR TOTAL: R$ 50.000,00
10.000 l, LEITE, UHT ,1l, VALOR TOTAL: R$ 69.000,00
8.000 un SUCO DE MAÇÃ CAIXINHA 200ml, VALOR TOTAL: R$ 29.280,00
5.000 kg, ARROZ PARBOILIZADO, 1kg, VALOR TOTAL: R$ 33.250,00
Prazo: O prazo do contrato é de 12 (doze) meses, com início na data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual limitado ao prazo máximo de 5 (cinco) anos.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 174/2025.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:C091D347

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/2025. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ**. CONTRATADO(A): **COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DO CAÍ SUPERIOR LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n° 91.360.420/0001-34. **Objeto:** Contratação de fornecedores individuais, detentores da DAP física, não organizados em grupos formais, detentores da DAP jurídica, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE**. Valor**:
4.000 kg, CARNE MOÍDA , VALOR TOTAL: R$ 210.680,00
6.000 kg, CARNE BOVINA EM CUBOS, VALOR TOTAL: R$ 359.940,00
Prazo: O prazo do contrato é de 12 (doze) meses, com início na data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual limitado ao prazo máximo de 5 (cinco) anos.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 174/2025.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:891B239E

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 315/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 315/2025. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ**. CONTRATADO(A): **MARISOL PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n° 02.243.109/0001-85. **Objeto**: Contratação de Empresa especializada para os serviços de decoração natalina, a ser montada na Praça Leonel Pereira, neste Município. **Valor**: R$ 197.500,00 (cento e noventa e sete mil e quinhentos reais) por 160 locações de estruturas decorativas. **Prazo**: O prazo do contrato é de 04 (quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo por Lei. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 203/2025.**

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:224E4C44

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 317/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 317/2025. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ**. CONTRATADO(A): **CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n° 52.450.206/0001-17. **Objeto**: Contratação de Pessoa Jurídica para realização de empreitada global (material e mão de obra) para execução de serviços destinados à pavimentação em blocos de concreto intertravados e drenagem urbana em diversas vias do Município. **Valor**: R$ 14.193.820,00 (quatorze milhões, cento e noventa e três mil, oitocentos e vinte reais), sendo R$ 10.645.365,00 (dez milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais) de material e R$ 3.548.455,00 (três milhões, quinhentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais) de mão de obra. **Prazo**: O prazo do contrato é de 12 (doze) meses, tendo início a partir da emissão da Carta/Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa. **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 154/2025.**

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:AA70E642

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 086/2019 Nº 07

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 086/2019 Nº 07. Contrata: EXTER PARTICIPAÇÕES LTDA. Fica alterada a Cláusula Terceira do contrato original, no tocante ao valor, para reajustá-lo conforme calculo do setor de contabilidade desse Município. Solicitação no memorando nº 779/2025 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.
PERÍODO
AGOSTO E SETEMBRO DE 2025
VALOR PERCENTUAL
R$ 4.977,14 5,379663%
ATUALIZADO R$ 5.244,89
PERÍODO
OUTUBRO 19 DIAS
VALOR PERCENTUAL
R$ 4.977,14 5,379663%
ATUALIZADO R$ 3.321,76
DISPENSA DA LICITAÇÃO Nº 039/2019.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:FE370F01

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2021 Nº 05.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2021 Nº 05. Locatários: HUMBERTO VIEIRA DE SOUZA FILHO, INÊS CLEZAR MATTOS, JORGE CLEZAR MATTOS, FERNANDA MATOS DE SOUZA, IRANI CLEZAR MATTOS E JOANES CLEZAR MATTOS. Fica alterada a Cláusula Terceira do contrato original, no tocante ao valor, para reajustá-lo conforme calculo do setor de contabilidade desse Município. Solicitação no memorando nº 232/2025 da Secretaria Municipal de Cultura.
VALOR NOMINAL R$ 6.358,37
IPCA (IBGE) 4,680811%
VALOR ATUALIZADO R$ 6.655,99
DISPENSA DA LICITAÇÃO Nº 093/2021.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:433A2C29

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2023 Nº 03

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2023 Nº 03. Contratada: OPTIX IMAGENS MÉDICAS LTDA. Fica alterada a Cláusula Terceira do contrato original, no tocante ao valor, para reajustá-lo conforme calculo do setor de contabilidade desse Município. Solicitação no memorando nº 2217/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.
PERÍODO 27/11/2024 à 01/11/2025
VALOR R$ 11.760,00
PERCENTUAL 4,328273%
ATUALIZADO R$ 12.269,00
DISPENSA DA LICITAÇÃO Nº 085/2023.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:8EF2BDDC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS COROAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

O Município de Três Coroas, torna público que firmou o **Contrato nº 154/2025**, com a empresa **SALT TECNOLOGIA LTDA.** OBJETO: comodato do licenciamento gratuito do SISTEMA ECONSIG, por parte da **CONTRATADA**, para a **CONTRATANTE**, incluindo a prestação de serviços de implantação, treinamento, processamentos, manutenções e suporte técnico operacional. Data de vigência: ~~12 meses~~ 05 anos, com possibilidade de prorrogação por igual período. Data de assinatura do contrato: 27/11/2025.

Três Coroas, 27 de novembro de 2025.

Publicado por:
Giordana Rita da Silva
Código Identificador:CB96E934

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE FORMALIZAÇÃO DE DISPENSA

FABIEL CRISTÓVÃO PORT, Prefeito Municipal de Três Coroas, FORMALIZA a Dispensa de Licitação por Limite nº 048/2025, cujo objeto é a contratação da empresa **DANIELA CASTRO MARCELINO KAISER**, para instalação da expansão do sistema de monitoramento por CFTV da EMEI Amiguinhos, no valor de R$ 12.230,82 (Doze mil, duzentos e trinta reais e oitenta e dois centavos), sendo R$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais) de mão de obra e R$ 10.930,82 (Dez mil, novecentos e trinta reais e oitenta e dois centavos) de material, com prazo de execução até 31/12/2025, com base no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Três Coroas, em 04 de dezembro de 2025.

FABIEL CRISTÓVÃO PORT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natã Mateus Marchiori Ratzlaff
Código Identificador:837C5E63

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.844/2025

DECRETO Nº 3.844, de 04 de dezembro de 2025.

Regulamenta o art. 7º da Lei Municipal nº 1.263, de 15 de abril de 1997, estabelecendo normas para a guarda, avaliação, digitalização e eliminação de documentos públicos do FAPETRI atingidos por eventos climáticos excepcionais, especialmente pela enchente de 2024, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 143, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando a Portaria nº 1.373, de 2025, que nomeia Comissão Especial de Servidores para avaliação e classificação de documentos do FAPETRI;
Considerando o disposto no art. 7º da Lei Municipal nº 1.263, de 1997, que atribui ao Poder Executivo a competência para regulamentar a guarda e a eliminação de documentos oficiais;
Considerando os arts. 7º e 9º da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que instituem a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados;
Considerando os danos causados pela enchente de 2024 aos documentos sob guarda de órgãos e entidades municipais;
Considerando a Instrução Normativa SPGG nº 10, de 2024, que disciplina o procedimento de destinação de documentos arquivísticos sinistrados durante os eventos climáticos que ensejaram o estado de calamidade pública;
Considerando o Parecer Jurídico n.º 023/2025 da Procuradoria-Geral do Município, que recomenda a constituição de Comissão Especial de Avaliação e Destinação de Documentos, nos termos do art. 6º da Lei Municipal nº 1.263, de 1997;
Considerando o estado de calamidade pública reconhecido pelos Decretos Estaduais nº 57.596 e nº 57.600, de 2024 c/c Decretos Municipais n.º 3.435 e n.º 3.645, de 2024;
Considerando o Processo Administrativo Nº 5.494/2025, de 23 de setembro de 2025,
DECRETA:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta o art. 7º da Lei Municipal nº 1.263, de 15 de abril de 1997, e estabelece normas para a guarda, avaliação, digitalização e eliminação de documentos públicos do FAPETRI atingidos por eventos climáticos excepcionais, especialmente pela enchente de 2024.
Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se:
I – documento sinistrado: aquele que sofreu dano físico em razão de enchentes, inundações ou outros eventos naturais;
II – perda total: destruição completa do suporte físico do documento;
III – dano irreversível: comprometimento que inviabilize a leitura ou recuperação do conteúdo informacional;
IV – dano reversível: comprometimento passível de recuperação mediante tratamento técnico ou digitalização.
CAPÍTULO II
DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E DESTINAÇÃO
Art. 3º. Fica instituída, por ato do Prefeito Municipal, a Comissão Especial de Avaliação e Destinação de Documentos Sinistrados do FAPETRI, com competência para examinar, classificar e propor o destino dos documentos atingidos.
§ 1º. A Comissão observará o disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Lei Municipal nº 1.263, de 1997, e nos arts. 7º e 9º da Lei Federal nº 8.159, de 1991.
§ 2º. Compete à Comissão:
I – identificar e classificar os documentos atingidos;
II – avaliar o grau de dano e a possibilidade de recuperação;
III – lavrar ata circunstanciada contendo a descrição e o destino proposto para cada conjunto documental;
IV – propor a destinação adequada, incluindo restauração, digitalização ou eliminação;
V – garantir o armazenamento digital, quando possível, preservando a integridade e autenticidade dos registros;
VI – observar a tabela de temporalidade documental prevista na Resolução nº 40, de 2014, do CONARQ;
VII – elaborar relatório conclusivo com parecer técnico sobre cada conjunto documental analisado.
§ 3º. O relatório conclusivo deverá ser apresentado no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa fundamentada.
CAPÍTULO III
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DESTINAÇÃO

Art. 4º. A destinação ou eliminação de documentos sinistrados será precedida de processo administrativo específico, que conterá, no mínimo:
I – ofício de instauração;
II – relatório técnico e fotográfico elaborado pela Comissão;
III – ata de reunião e deliberação;
IV – parecer conclusivo da Comissão;
V – termo de eliminação de documentos;
VI – edital de eliminação a ser publicado oficialmente.
§ 1º. O processo observará o princípio da publicidade e será arquivado permanentemente no Arquivo Próprio do FAPETRI.
§ 2º. As decisões da Comissão terão caráter técnico e dependerão de homologação pela autoridade competente.

CAPÍTULO IV
DA ELIMINAÇÃO DOS DOCUMENTOS SINISTRADOS

Art. 5º. A eliminação dos documentos somente ocorrerá nos casos de perda total ou dano irreversível, devidamente comprovados por relatório técnico e registro fotográfico.
Art. 6º. O procedimento de eliminação observará o disposto na Instrução Normativa SPGG nº 10, de 2024, e assegurará a destruição completa do conteúdo informacional, mediante:
I – trituração ou fragmentação mecânica;
II – incineração controlada, observadas as normas ambientais;
III – descarte em aterro sanitário devidamente licenciado.
§ 1º. O ato de eliminação será acompanhado por, no mínimo, dois servidores designados.
§ 2º. Será lavrado Termo de Eliminação de Documentos Sinistrados, conforme modelo do ANEXO I deste Decreto.

CAPÍTULO V
DA RECUPERAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO
Art. 7º. Os documentos com dano reversível deverão ser submetidos a processos de higienização, estabilização e digitalização, priorizando-se a preservação do conteúdo informacional.
Parágrafo único. A digitalização observará os princípios da integridade, autenticidade e acessibilidade dos documentos, segundo padrões técnicos definidos pelo Arquivo Público Municipal.

CAPÍTULO VI
DA GUARDA E PUBLICIDADE DOS ATOS
Art. 8º. Os relatórios, atas, pareceres, termos e editais relativos à eliminação e destinação de documentos sinistrados terão guarda permanente no Arquivo Próprio do FAPETRI.
Art. 9º. A eliminação será precedida de publicação de Edital de Eliminação de Documentos Sinistrados, conforme modelo constante do ANEXO II deste Decreto, assegurando ampla publicidade e transparência administrativa.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito Municipal, ouvida a Comissão Especial, o Arquivo Público Municipal e a Procuradoria-Geral do Município.
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, 04 de dezembro de 2025.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

ZACARIAS EDUARDO DE PONTE
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I
TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS SINISTRADOS Nº ____/202___

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de 202___, na sede do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Triunfo – FAPETRI, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Avaliação e Destinação de Documentos Sinistrados, designada pela Portaria nº _____/202___, para proceder à eliminação dos documentos relacionados neste Termo.

Conforme o disposto no Decreto Municipal nº _____/202___ e na Lei Municipal nº 1.263/1997, foram eliminados, por apresentarem **perda total ou dano irreversível**, os documentos a seguir descritos:
Tipo documental Período Quantidade Motivo da eliminação Forma de eliminação
A eliminação foi acompanhada pelos servidores abaixo assinados e realizada mediante ( ) trituração, ( ) incineração controlada, ( ) descarte em aterro sanitário licenciado.

Triunfo, ___ de _____ de 202___.

Assinaturas:

Presidente da Comissão: _____

Membro: _____

Membro: _____

Homologação: _____
(Prefeito Municipal ou autoridade competente)

ANEXO II
EDITAL DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS SINISTRADOS Nº _____/202___

O Município de Triunfo, por intermédio da Comissão Especial de Avaliação e Destinação de Documentos Sinistrados do FAPETRI, instituída pela Portaria nº _____/202___, **TORNA PÚBLICO** que procederá à eliminação de documentos arquivísticos atingidos pela enchente de 2024, conforme autorizado pelo Decreto Municipal nº _____/202___ e pela Lei Municipal nº 1.263/1997.
Os documentos a serem eliminados estão relacionados no Termo de Eliminação nº ____/202___, disponível para consulta pública junto ao Arquivo Próprio do FAPETRI, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital.
Eventuais impugnações deverão ser apresentadas, por escrito, à Comissão, no mesmo prazo.

Triunfo, ___ de _____ de 202___.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E DESTINAÇÃO DE DOCUMENTOS SINISTRADOS

FAPETRI – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TRIUNFO

Publicado por:
Viviane de Souza Maia
Código Identificador:D0AC3C1B

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.846/2025

DECRETO Nº 3.846, de 05 de dezembro de 2025.

Suspende os prazos de defesa, os prazos recursais e a realização de audiências no âmbito dos processos de sindicâncias administrativas, processos administrativos disciplinares, processos administrativos especiais e processos de responsabilização, de competência da Comissão Permanente de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar, Especial e de Responsabilização – CPADER, instituída pela Lei nº 3.284/2025, no período entre 20 de dezembro e 20 de janeiro de 2026, inclusive.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial pelo artigo 62 da Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal nº 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo Federal, aplicável subsidiariamente), e
CONSIDERANDO o recesso forense estabelecido pelo Poder Judiciário no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, conforme

previsto no art. 220 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e na Resolução CNJ nº 244/2016;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança jurídica, o contraditório e a ampla defesa, evitando a preclusão de prazos processuais e a paralisação das atividades dos advogados que atuam tanto no âmbito judicial quanto administrativo,
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 7.077, de 05 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º. Ficam suspensos os prazos de defesa e os prazos recursais nos processos de sindicâncias administrativas, processos administrativos disciplinares, processos administrativos especiais e processos de responsabilização, de competência da Comissão Permanente de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar, Especial e de Responsabilização – CPADER, nos dias compreendidos entre **20 de dezembro de 2025 e 20 de janeiro 2026**, inclusive.
Parágrafo único. A suspensão de que trata o *caput* deste artigo não obsta a prática de atos de caráter urgente ou que visem evitar o perecimento de direito, danos ao erário ou à ordem pública, os quais poderão ser praticados mediante despacho fundamentado da autoridade competente, e submetidos a posterior ratificação da comissão processante.
Art. 2º. Durante o período de suspensão, não serão realizadas audiências, sessões de oitiva, nem publicações de atos ou intimações referentes aos processos mencionados no artigo 1º, salvo as medidas de urgência previstas no parágrafo único do mesmo artigo.
Art. 3º. Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os membros da Comissão Permanente de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar, Especial e de Responsabilização – CPADER exercerão suas atribuições durante o período previsto no artigo 1º.
Art. 4º. Os prazos que se iniciarem ou vencerem no período de 20 de dezembro de 2025 a 20 de janeiro de 2026 ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, com a contagem sendo retomada a partir de então.
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, 05 de dezembro de 2025.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

ZACARIAS EDUARDO DE PONTE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Viviane de Souza Maia
Código Identificador:197EE4F6

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.847/2025

CEDE O SERVIDOR MUNICIPAL RAMSÉS GAZZOLA DE ARAÚJO, AO ESTADO DO RIO GRANDE SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e conforme solicitação contida no OF. CCC/SA Nº 182/2025, do Secretário-Chefe da Casa Civil, (Protocolo nº 7.493/2025),

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica cedido, até **31 de dezembro de 2026,** o servidor municipal **RAMSÉS GAZZOLA DE ARAÚJO,** Cirurgião Dentista, matrícula nº 3841-5, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer suas funções junto à 1ª Coordenadoria Regional de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde, sem prejuízo de seus respectivos vencimentos e demais vantagens, devendo cumprir uma jornada semanal de trabalho de **33 (trinta e três) horas.**

Parágrafo Único. A efetividade do referido servidor deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Recursos Humanos, desta Prefeitura, por meio eletrônico, até o dia 20 do mês em que será realizado o pagamento da remuneração.

Art. 2º. A presente cessão do servidor público municipal, com ônus para origem com ressarcimento, será disciplinada em Termo de Convênio para concessão da cedência.

Art. 3º. Na data de 01 de janeiro de 2027, o servidor deverá retornar às suas funções no Município de origem.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de **01 de janeiro de 2026.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, em 05 de dezembro de 2025.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

ZACARIAS EDUARDO DE PONTE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Daniana Vargas Brito
Código Identificador:8454B394

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.848/2025

DECRETO Nº 3.848, de 05 de dezembro de 2025.

Fixa o Calendário de matrícula e rematrícula para os alunos da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO,** Estado do Rio Grande do Sul, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no Inciso III do art. 11, da Lei Federal nº 9.394, de 20 dedezembro de 1996;

CONSIDERANDO o disposto no Inciso VIII do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.824, de 23 de outubro de 2003;

CONSIDERANDO a solicitação através do Memorando nº. 11.138/2025, da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a necessidade e a possibilidade de a Administração Municipal estabelecer as regras para oferta de ensino público, observada a competência de cada ente federativo;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica fixado o Calendário para matrícula e rematrícula dos alunos da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2026, no período de **08 de dezembro de 2025 a 19 de dezembro de 2025,** no horário compreendido entre às 8h30min e 11h e às 13h30min e 16h.
§1º. O responsável ou o próprio aluno, quando maior de idade, que não comparecer ao Estabelecimento de Ensino para efetivar a matrícula ou rematrícula, no período estabelecido no *caput*, poderá perder sua vaga.
§2º. Havendo disponibilidade de vaga as matrículas poderão ser realizadas a qualquer tempo, observados os requisitos legais.
Art. 2º. A **matrícula** é o ato formal, obrigatório, de ingresso na etapa ou modalidade de ensino e de vinculação do estudante à Estabelecimento de Ensino, realizada e registrada em ficha própria, individual.
Art. 3º. A **rematrícula** é o ato formal, obrigatório, de renovar a matrícula de um estudante que já está vinculado a uma instituição de

ensino, garantindo sua continuidade no período ou ano letivo seguinte, realizada e registrada em ficha própria, individual.

Art. 4º. A condução das matrículas e rematrículas escolar da Rede Municipal de Ensino é de competência da Secretaria Municipal de Educação – SME.
Parágrafo único. É de responsabilidade dos diretores dos Estabelecimentos de Ensino realizar o acompanhamento e todos os procedimentos relativos das matrículas e rematrículas de ingresso escolar da Rede Pública Municipal.
Art. 5º. As **matrículas** deverão ser realizadas na secretaria do Estabelecimento de Ensino para a qual foi designado e as **rematrículas** na secretaria do Estabelecimento de Ensino onde o aluno está vinculado, **ambas de forma presencial, no horário compreendido entre às 8h30min e 11h e às13h30min e 16h.**
Art. 6º. Para o ingresso na **Educação Infantil** e no **Ensino Fundamental**, o responsável pelo aluno ou ele próprio quando maior de idade, deverá comparecer à escola para a efetivação da matrícula ou rematrícula, de acordo com a disponibilidade de vagas em cada estabelecimento de ensino.
§1º. Será admitida matrícula no primeiro ano do Ensino Fundamental, para o aluno que completar 06 (seis) anos até 31 de março de 2026.
§2º. Prioritariamente, serão garantidas as vagas aos alunos inscritos na Chamada Pública de inscrições, nos moldes dos Decretos nº 3.838/2025 e nº 3.637/2024, observada a opção do Estabelecimento de Ensino indicada na inscição.
§3º. Na existência de maior número de alunos inscritos do que o número de vagas ofertadas em cada Estabelecimento de Ensino, a prioridade da matrícula e da rematrícula seguirá a ordem dos seguintes critérios, também estabelecidos no Decreto nº 3.838/2025:
I - rematrícula;
II - zoneamento, conforme previsto no ANEXO II do Decreto nº 3.838/2025, para educação infantil e ensino fundamental, e ANEXO ÚNICO deste Decreto, para o ensino médio;
III - irmão na escola;
IV - aluno mais novo.
Art. 7º. Para o ingresso no Ensino Médio, somente serão admitidas **rematrículas,** observada a abertura de turmas por estabelecimento de ensino, conforme segue:
I – ETM Farroupilha: 2ª e 3ª série do Ensino Médio.
II – EMEM Gonçalves Dias: 3ª série do Ensino Médio.
Parágrafo único. O aluno que não alcançar aprovação e, assim, permanecer na série em que não houver abertura de turma, deverá providenciar transferência para a outra Rede de Ensino.
Art. 8º. Para o ingresso nos **Cursos Técnicos** somente serão admitidas **rematrículas** observadas a abertura de turmas por estabelecimento de ensino da ETM Farroupilha, conforme segue:
Cursos Técnico em Segurança do Trabalho etapas III e IV;
Curso Técnico em Química para as etapas II e III.

Art. 9º. São documentos obrigatórios para matrícula e deverão ser apresentados no ato:

Certidão de Nascimento ou RG do aluno (cópia e original);
CPF do aluno (cópia e original);
Documento de Identidade com foto e CPF do responsável legal (cópia e original);
Comprovante de residência do responsável legal (cópia e original);
Cópia do cartão Auxílio Brasil (Bolsa Família, caso possua o benefício);
Cópia da Carteira de Vacina;
Cópia do Cartão do SUS ou outro documento oficial que conste o número do cartão SUS;
Número do NIS (Número de Identificação Social), para alunos com Cadúnico.
Parágrafo único. Para rematrículas será necessário a apresentação da certidão de nascimento ou documento de identidade do aluno e do responsável deste, que deverá comparecer na Escola a fim atualizar os dados do estudante e confirmar a sua pemanência.
Art. 10. A realização de matrícula ou rematrícula em Estabelecimento de Ensino fora do critério de zoneamento previsto no ANEXO ÚNICO deste Decreto, quando por opção dos pais ou responsáveis, ou dele mesmo se maior de idade, havendo vaga em Estabelecimento de Ensino dentro do zoneamento, não terá garantia de transporte escolar.
Art. 11. A abertura de turmas observará o interesse do ensino, número razoável de alunos por turma, contexto de cada território, esturura física e do estabelecimento de Ensino e localização em que o mesmo está inserido, e a realidade da comunidade escolar, podendo ocorrer turmas multiseriadas.
Art. 12. O disposto neste Decreto aplica-se, no que couber, às matrículas e rematrículas nas EEI Lírio dos Vales, EEI Doce Mel e EEI Canaã, instituições privadas que prestam serviço de ensino público mediante contratualização/parceria com o Município, integrando o Sistema Municipal de Ensino.
Art. 13. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, em 05 de dezembro de 2025.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

ZACARIAS EDUARDO DE PONTE
Secretário Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO
ZONEAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ENSINO MÉDIO

***A Tabela deste anexo consta no arquivo do Decreto publicado na íntegra no site do município www.triunfo.rs.gov.br**

Publicado por:
Viviane de Souza Maia
Código Identificador:D39512EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 198/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de Licitação, nos termos do §3º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, com critério de julgamento pelo menor preço.
ORGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
LEGISLAÇÃO: **Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso II**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor Preço**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**: 394/2025-Requisição:1118/2025**
OBJETO: **aquisição de materiais para a equipe da marcenaria da Secretaria de Educação fabricar mobília para as escolas do município de Triunfo,conforme especificações do Termo de Referência (Anexo III).**.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**: 08 de dezembro de 2025 ao dia 10 de dezembro de 2025, até as 15h**

As propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através do e-mail sclc.recebimentodepropostas@triunfo.rs.gov.br, até o prazo final de apresentação.
Informações sobre a dispensa de licitação no site https://www.triunfo.rs.gov.br (Aba publicações), constante como anexo (Termo de referência – Coleta de Preços).

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, em 5 de dezembro de 2025.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Machry de Castro
Código Identificador:B6CF7E9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 199/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de Licitação, nos termos do §3º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, com critério de julgamento pelo menor preço.
ORGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
LEGISLAÇÃO: **Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso II**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor Preço**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**: 397/2025-Requisição:1118/2025**
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE HD Externo Portátil 1T,conforme especificações do Termo de Referência (Anexo III).**.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**: 08 de dezembro de 2025 ao dia 10 de dezembro de 2025, até as 15h**

As propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através do e-mail sclc.recebimentodepropostas@triunfo.rs.gov.br, até o prazo final de apresentação.
Informações sobre a dispensa de licitação no site https://www.triunfo.rs.gov.br (Aba publicações), constante como anexo (Termo de referência – Coleta de Preços).

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, em 5 de dezembro de 2025.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Machry de Castro
Código Identificador:42125823

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 132/2025 PROC 395/2025
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA PARA ATUAÇÃO COM SERVIÇOS ATINENTES A ELETRICIDADE NA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.
O Município de Triunfo comunica que receberá no dia 18 de dezembro de 2025, às 11 horas, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br a proposta e habilitação para o edital acima citado. Informações na Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 16h36min ou no site www.triunfo.rs.gov.br.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, **EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.**

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cláudio Roberto Ehlers
Código Identificador:84307653

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 133/2025 PROC 396/2025
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA O NOVO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO DA FANTASIA.
O Município de Triunfo comunica que receberá no dia 18 de dezembro de 2025, às 14 horas, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br a proposta e habilitação para o edital acima citado. Informações na Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 16h36min ou no site www.triunfo.rs.gov.br.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, **EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.**

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cláudio Roberto Ehlers
Código Identificador:73EEBDF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 102/2025 PROC 331/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA.
O Município de Triunfo comunica que receberá no dia 22 de dezembro de 2025, às 09 horas, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br a proposta e habilitação para o edital acima citado. Informações na Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 16h36min ou no site www.triunfo.rs.gov.br.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, **EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.**

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cláudio Roberto Ehlers
Código Identificador:82428E70

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 64/2025

Divulga das Inscrições Contempladas em 1ª chamada para a Rede Municipal da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Ano Letivo 2026.

O Prefeito de Tupanciretã – RS, no uso de suas atribuições legais, torna público, Divulgação das Inscrições Contempladas em 1ª

chamada para a Rede Municipal da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Ano Letivo 2026, conforme lista em anexo.
De acordo com Edital 59/2025:
Do Período das Matrículas presenciais na escola: **05 a 19 de dezembro de 2025.**
As matrículas deverão ser realizadas nas escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.
Documentações do candidato a serem apresentadas no ato da matrícula:
Cópia da carteira de vacinação atualizada;
Cópia do cartão SUS;
Cópia Certidão de Nascimento;
Cópia do CPF;
Cópia CPF e RG dos responsáveis;
Cópia do comprovante do último recebimento do beneficiário do programa Bolsa Família;
Comprovante de endereço atualizado;
Atestado de frequência do Pré-escolar A para matrícula do Pré-escolar B da Educação Infantil.
Atestado de frequência do Pré-escolar B para matrícula do 1º ano do Ensino Fundamental.
Os responsáveis que não efetuarem a matrícula no período de 05 a 19 de dezembro de 2026, perderão a vaga, sendo chamado o próximo da lista de classificados.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ, aos 04 dias do mês de dezembro de 2025.

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:27106E81

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 5054 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

Aprova e institui a adesão do Município de Tupanciretã ao Plano Regional de Água e Esgoto do Sistema CORSAN.

O **Prefeito de Tupanciretã**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais vigentes, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e demais fontes do Estado Democrático de Direito,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica aprovada e instituída a adesão do Município de Tupanciretã ao Plano Regional de Água e Esgoto (PRAE) do Sistema CORSAN, nos termos do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei Ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ/RS, aos 03 (três) dias do mês de dezembro de 2025.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente via Sistema 1DOC)

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:C2E07DFF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32689/2025 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2432, de 17/04/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) FÁTIMA ANAMÍ OLIVEIRA DO AMARANTE, Monitor de Casa de Passagem, matrícula nº 1601-2, referente ao Exercício 2023/2024 e forte no Artigo 110 da Lei 3320/12, a contar do dia 01 de dezembro de 2025 a 15 de dezembro de 2025, devendo apresentar-se no dia 16 de dezembro de 2025.

Secretaria Municipal de Administração.
GIOVANI DALMÁS
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente Via Sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:BCA44388

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32692/2025 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2432, de 17/04/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) VANESSA CARDOSO PEREIRA, Técnico em Enfermagem, matrícula nº 1623-3 referente ao Exercício 2023/2024 e forte no Artigo 110 da Lei 3320/12, a contar do dia 01 de dezembro de 2025 a 15 de dezembro de 2025, devendo apresentar-se no dia 16 de dezembro de 2025.

Secretaria Municipal de Administração.
GIOVANI DALMÁS
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente via sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:3384CE2F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32698/2025 - REVOGA PORTARIAS DE CONVOCAÇÃO AO REGIME SUPLEMENTAR

Prefeito Municipal de Tupanciretã,no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a contar do dia 01/12/2025 a Portaria de Convocação para Regime Suplementar do(a) servidor(a) ELIZIANE DIAS ARROJO PEROBELLI, Professor de Educação Infantil, Matrícula 1510-5, convocado(a) pela Portaria 31.656 de 21 de fevereiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:412FC71C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32699/2025 - CONVOCA PARA REGIME SUPLEMENTAR

Prefeito Municipal , no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONVOCAR, a contar de 24/11/2025 a 28/11/2025 a Servidora Vera Eunice Paz do Nascimento, matrícula 2540-2, Professora, para Regime Suplementar de 16 horas semanais, para desempenhar suas atividades na EMEF Dr. Flory Druck Kruel.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:62D0F5AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 32688/2025 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2432, de 17/04/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) RODOLFO DE JESUS DAMBROSIO, Técnico em Enfermagem, matrícula nº 1576-8, referente ao Exercício 2023/2024 eforte no Artigo 110 da Lei 3320/12, a contar do dia 01 de dezembro de 2025 a 30 de dezembro de 2025, devendo apresentar-se no dia 31 de dezembro de 2025.

Secretaria Municipal de Administração.
GIOVANI DALMÁS
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente via sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:2666CBB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 32690/2025 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2432, de 17/04/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) DIRCEU SILVEIRA BARCELOS, Calceteiro, matrícula nº 2021-4, referente ao Exercício 2024/2025 e forte no Artigo 110 da Lei 3320/12, a contar do dia 01 de dezembro de 2025 a 30 de dezembro de 2025, devendo apresentar-se no dia 31 de dezembro de 2025.

Secretaria Municipal de Administração.
GIOVANI DALMÁS
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente Via Sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:8298099B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 32691/2025 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2432, de 17/04/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) ROSANA DE FATIMA MACHADO GUBIANI, Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 1435-4, referente ao Exercício 2023/2024 e forte no Artigo 110 da Lei 3320/12, a contar do dia 01 de dezembro de 2025 a 15 de dezembro de 2025, devendo apresentar-se no dia16 de dezembro de 2025.

Secretaria Municipal de Administração.
GIOVANI DALMÁS
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente Via Sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:6A5FEFC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 32693/2025 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2432, de 17/04/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) OSMAR DE ALMEIDA JUNIOR, Operário, matrícula nº 1482-6, referente ao Exercício 2024/2025 e forte no Artigo 110 da Lei 3320/12, a contar do dia 01 de dezembro de 2025 a 30 de dezembro de 2025, devendo apresentar-se no dia 31 de dezembro de 2025.

Secretaria Municipal de Administração.
GIOVANI DALMÁS
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente Via Sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:CB898C84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 32700/2025 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO EM FOLGA

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2432, de 17/04/2006,

RESOLVE:

CONCEDER a(o) servidor(a) ROSAINE DE JESUS QUEVEDO DE MORAES, Veterinario, matrícula nº 1405-2 a concessão da Licença Prêmio, relativa ao período 2010/2015, forte no Artigo 136, combinado com o Artigo 137 da Lei 3320/12. Por sua solicitação expressa e irretratável optou pelo recebimento de 50% (45 dias) em folga a contar de 01 de dezembro de2025 à 14 de janeiro de 2026.

Secretaria Municipal de Administração.
GIOVANI DALMÁS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:8AB19DF6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANDI

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNIO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, CONFORME TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO DEPUTADO FEDERAL MAURÍCIO MARCON, ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 202544280004, PLANO DE AÇÃO: 09032025-085197/2025 .

AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Eletrônico nº 23/2025. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de um veículo novo, zero quilômetro, para a Secretaria Municipal da Administração conforme

descrição nos anexos do Edital. Os recursos para cobertura dos gastos da presente aquisição são oriundos de Transferência Especial do Deputado Federal MAURÍCIO MARCON, através da Emenda Parlamentar nº 202544280004, Plano de Ação: 09032025-085197/2025. Abertura dia 18/12/2025, às 09h00min, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital disponível no Site:www.tupandi.rs.gov.br. Informações complementares pelo telefone (51) 3635-8040.

PAULINHO LUDWIG,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ivo Neumann Dhein
Código Identificador:5E75CDB0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 4.085, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

Abre créditos suplementares no montante de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e reduz dotações orçamentárias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUPARENDI, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal n.º 3.135, de 27 de novembro de 2024;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam abertos créditos suplementares no montante de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para reforço de dotação orçamentária, na seguinte unidade:

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.02 – COORD. PEDAGÓGICA – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
12.0361.0047 – 2,086 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - MDE
3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (acesso 424) R$ 200.000,00
Recurso: 0500 – Recursos não Vinculados de Impostos
CO – Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária – 1001 (Identificação das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)

06.02 – COORD. PEDAGÓGICA – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
12.0361.0047 – 2,087 – Encargos Patronais/Previdenciários dos Servidores da Educação
3191.13.00.00.00 – Obrigações Patronais (acesso 431) R$ 100.000,00
Recurso: 0500 – Recursos não Vinculados de Impostos
CO – Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária – 1001 (Identificação das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)

TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR R$ 300.000,00

Art. 2º Servirão de recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), oriundos da estimativa de excesso de arrecadação para o exercício de 2025, de acordo com o art. 43 da Lei N.° 4.320/1964.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TUPARENDI, 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

JULIO CESAR MATTIAZZI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

NEUCIR MARTINS
Sec. de Administração

Publicado por:
Talita Brun
Código Identificador:8CDD15D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 166/2025

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 166/2025, de contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos visando à regularização e obtenção de outorga para sete poços artesianos.

Termo Aditivo que entre si celebram o **Município de Tuparendi/RS,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ nº 87.613.634/0001-06, estabelecido na Av. Tucunduva, 2.617, nesta cidade, neste ato representado pelo Prefeito Julio Cesar Mattiazzi, em pleno e regular exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outra parte, GEOSUL ENGENHARIA, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA, CNPJ: 22.809.508/0001-78, com endereço à Rua 24 de Fevereiro, nº 576, Centro de Ijuí/RS, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, citadas na Dispensa de Licitação nº 39/2025,, adiante denominada CONTRATADA**,** de acordo com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, têm, entre si, certo e ajustado o presente Termo Aditivo nos termos das cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REEQUILÍBRIO
Fica ajustado ao presente contrato o valor de R$ 1.952,30 (mil novecentos e cinquenta e dois reais com trinta centavos) de desconto pelo não fornecimento de peças e o acréscimo de R$ 1.015,00 (mil e quinze reais) por custos operacionais incorridos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, que não conflitem com as disposições do presente TERMO ADITIVO.

E por assim estarem justos e contratados assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor, valor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tuparendi (RS), 04 de dezembro de 2025.

JULIO CESAR MATTIAZZI
Prefeito Municipal

GEOSUL ENGENHARIA, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA
Contratada

Publicado por:
Fabio Roberto Altenhofen Sefstrom
Código Identificador:7DF17E41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 192/2025

SÚMULA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 192/2025

O Município de Tuparendi, como parte contratante, efetivou contratação com a empresa JACKSON JONAS FRONZA LTDA EPP, CNPJ: 92.299.080/0001-46, com sede na Rua Um, nº 200, Distrito Industrial, minicípio de Tucunduva/RS, neste ato denominada **Contratada**. O Objeto da presente contratação se dá pela necessidade de locação de tendas para serem utilizados na praça Aquiles Turra, durante a realização das atividades do evento Natalino de 2025, organizado pela Secretaria de Educação e Cultura, no mês de dezembro deste ano. Dos dias 12 até 24 de Dezembro 2025. Será pago o valor total pela contratação R$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais).

Tuparendi (RS), 03 dezembro de 2025.

JULIO CESAR MATTIAZZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Roberto Altenhofen Sefstrom
Código Identificador:8F502894

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE VERDE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO Nº190/2025 DISPENSA Nº0144/2025

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO Nº190/2025
DISPENSA Nº0144/2025
RICARDO FROEMMING, Prefeito Municipal de Vale Verde, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pela lei:
Considerando a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de higienização preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Vale Verde e demais Secretarias que compõe a esfera Municipal.
Autorizo a contratação da empresa **AGNES COMERCIO DE SERVIÇOS, inscrito sob CNPJ n° 46.959.241/0001-63,** preço global estimado para contratação é de R$21.940,00 (vinte e um mil e novecentos e quarenta reais), preço compatível com o de mercado, conforme mapa demonstrativo que consta nos autos.
Determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

Vale Verde, 02 de dezembro de 2025.

RICARDO FROEMMING
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Wodarski
Código Identificador:E7D91298

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº074/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº074/2025

O **MUNICÍPIO DE VALE VERDE**, pessoa jurídica de direito público, **CNPJ N° 01.624.729/0001-00,** com prefeitura localizada na Rua Frederico Trarbach, 655, na cidade de Vale Verde, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr**. RICARDO FROEMMING**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Assis Brasil, centro, Vale Verde, RS, de agora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e, de outro lado a **PORTO CONSTRUÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o **nº55.894.483/0001-07**, localizada na RSC 405, Km 02, ala 02, s/n, interior, na Cidade de Vale Verde/RS, representada pela Senhora **GIOVANA NUNES DOS SANTOS**, portador do CPF nº05.337.680-10, RG nº1132572064 de agora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, conforme Edital de Licitação nº006/2025 – Concorrência nº002/2025, ajustam entre si o presente termo aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica por este termo, prorrogado o prazo de vigência do instrumento original, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, vigorando até 06 de fevereiro de 2026, conforme solicitação e parecer do departamento de engenharia, em anexo, como justificativa faz-se necessário a prorrogação, para finalização da obra e tramites de pagamentos finais, conforme memorando nº078/2025 do Departamento de Engenharia, representado pela Senhora Ivanca Jandrey Betti.
CLAUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas e revigoradas as demais cláusulas do contrato original.
para firmeza e validade do aqui convencionado, lavrou-se este Termo Aditivo, e vai assinado pelas partes em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

Vale Verde,05 de dezembro de 2025.

Municipio de Vale Verde/RS -
Contratante
RICARDO FROEMMING -
Prefeito Municipal

Porto Construções LTDA –
Contratada
GIOVANA NUNES DOS SANTOS -
Responsável Legal

Analisei e aprovei os aspectos formais e legais

CLAUBER LUIZ FISCHER
OAB/RS Nº 100.151

Publicado por:
Fernanda Wodarski
Código Identificador:7AAFFC57

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 21/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES, RS, HOMOLOGOU o Edital de Concorrência Eletrônica nº 21/2025, que teve por objeto a Execução de obra de Pavimentação com blocos intertravados de concreto – Programa Pavimenta Venâncio – Etapa 5 – Parte III - Bairro Coronel Brito, perímetro urbano do Município de Venâncio Aires/RS, ADJUDICANDO seu objeto à seguinte licitante vencedora: CIMENTEC PAVIMENTADORA LTDA. A licitante vencedora supracitada fica, desde já, INTIMADA para assinatura do contrato no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar deste aviso, nos termos do Item 18 do referido Edital. Venâncio Aires, 02/12/2025. Gabinete do Prefeito Municipal.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2025 – Contratante: O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS. Contratada: CIMENTEC PAVIMENTADORA LTDA, oriundo do Edital de Concorrência Eletrônica nº 21/2025, que tem por objeto: Execução de obra de Pavimentação com blocos intertravados de concreto – Programa Pavimenta Venâncio – Etapa 5 – Parte III - Bairro Coronel Brito, perímetro urbano do Município de Venâncio Aires/RS. Dotações Orçamentárias: 2025/1107 – 07.01.26.782.0013.1024 – Pavimentação de Vias Urbanas e Rurais. Vigência: A vigência contratual é a partir da assinatura deste instrumento, tendo seu término previsto para 90 (noventa) dias após o término do prazo de execução (210 dias) e entrega do objeto. Valor: O preço total para a execução da obra, objeto deste Contrato, é de R$ 1.072.775,10 (hum milhão, setenta e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e dez centavos). Data da Ass: 03/12/2025.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiquel Henn
Código Identificador:34B2A002

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, torna público, para o conhecimento dos interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade de Concorrência Presencial cujo objeto é contratação de agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços técnicos de publicidade e propaganda. A abertura das propostas será no dia 06/02/2026, às 09 horas na Sala de Reuniões, do Prédio Central da Prefeitura Municipal, situado na Rua Osvaldo Aranha, nº 634, Centro. Cópias do Edital contendo detalhes poderão ser obtidas no site www.venancioaires.rs.gov.br ou pelo fone (51) 2183-0299. Gabinete do Prefeito Municipal, em 05/12/2025.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatris Regina Vogel
Código Identificador:40373C8D

SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, veiculou na edição de 05/12/2025, o ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 142/2021 - V, porém onde **lê-se** R$ 22.519,08 (vinte e dois mil, quinhentos e dezenove reais e oito centavos) mensais, **leia-se** R$ 23.419,02 (vinte e três mil, quatrocentos e dezenove reais e dois centavos) mensais. Venâncio Aires, 05 de Dezembro de 2025.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiquel Henn
Código Identificador:B9864943

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, torna público, para fins de intimação e conhecimento dos interessados, que encontra-se disponível no Setor de Licitações, as Atas de Registro de Preços, oriundo do Edital de Pregão Eletrônico nº 72/2025, que Registrou os Preços de Medicamentos para distribuição na Farmácia Municipal aos pacientes do SUS e uso nas Unidades de Saúde do Município de Venâncio Aires/RS. Data da assinatura: 03/12/2025. Validade: 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

Setor de Licitações
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires

Publicado por:
Maiquel Henn
Código Identificador:86BAE330

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICTOR GRAEFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SETOR DE LICITAÇÕES
SÚMULA DO CONTRATO Nº 92/2025

CONTRATANTE: Município de Victor Graeff
CONTRATADO: **VIVEIROS WERLE LTDA** - CNPJ sob o nº 44.061.347/0001-10
OBJETO: Aquisição de mudas de flores de verão destinadas a ornamentação da Praça Municipal e diversos locais públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme processo Licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 23/2025.
VALOR: valor total de **R$ 21.850,00 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta**
PRAZO: 12 (doze) meses.

LAIRTON ANDRÉ KOECHE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Martins de Mello
Código Identificador:10CC1C12

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 210/2025

O Município de Xangri-Lá torna público para conhecimento dos interessados que no **dia 22 de dezembro de 2025** às **09h** ocorrerá pregão eletrônico para **AQUISIÇÃO DE BALANÇA DIGITAL E ESTRADIOMÊTRO PARA USO DOS EVENTOS DO BOLSA FAMÍLIA,** conforme Edital de nº **205/2025**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Executivo por meio dos sítios www.xangrila.rs.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br.
Xangri-Lá, 05 de dezembro de 2025.

CELSO BASSANI BARBOSA-
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Reinehr
Código Identificador:AE24DB43

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 203/2025

O Município de Xangri-Lá torna público para conhecimento dos interessados a publicação de **RETIFICAÇÃO** com **ALTERAÇÃO DO QUANTITATIVO DE VAGAS referente ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 203/2025 para CREDENCIAMENTO DE COMPRA DE VAGAS PARA O PROJETO VERÃO 2026**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Executivo por meio dos sítios www.xangrila.rs.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

Xangri-Lá, 05 de dezembro de 2025.

CELSO BASSANI BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Reinehr
Código Identificador:8F24789C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DOS SINOS

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.05

Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, São José do Hortêncio, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, Sta. Maria Do Herval, Sapiranga e FSNH.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.05

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.05 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.782.733/0001-49, domiciliado na Rua Severino Augusto Pretto, n° 560, bairro Santo Antão, Encantado/RS, CEP: 95960000, telefone n° 5137519300 e e-mail ciamed@ciamedrs.com.br/empenhos@ciamedrs.com.br, neste ato representada pela Sra. Renata Casagrande Galiotto, inscrito no CPF nº 488.351.100-68, RG nº 8043627945 emitido por SSP/DI RS, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Uni.	Valor Tot.
0015	16.000	FR	Oleo Mineral 100ml	Airela	Airela	R$ 3,00	R$ 48.000,00
TOTAL	**R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.
2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO
3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:
3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios,

defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;
3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;
3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;
3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;
3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;
3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);

3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de
prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;
3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;
3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES
4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.

4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.
4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;
4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;
4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;
4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia

da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou
6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.

8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;
8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:
9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do

contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
15	Oleo mineral 100ml	5.000	1.500	0	0	0	0	8.000	0	0	0	1.500

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.

14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP SINOS

RENATA CASAGRANDE GALIOTTO
CIAMED Distribuidora De Medicamentos LTDA
Compromitente

Testemunhas:1) RG:

Testemunha: 2) RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Chiele e Chiele Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:D7002B12

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.08

Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, São José do Hortêncio, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, Sta. Maria Do Herval, Sapiranga e FSNH.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.08

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.08

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DELLAMED S.A.

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **DELLAMED S.A.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.666.105/0003-62, domiciliado na Rua Jornalista Rui Ademar Rodrigues, nº 98, Módulos 6 e 7, bairro São Domingos, Navegantes/SC, CEP 88.370-777., telefone (54) 9971-5281 e-mail licitacoes@dellamed.com.br neste ato representada pela Sra. Tamires Leal Leffa, inscrito no CPF nº 017.903.540-13, RG nº 108.984.792-3 emitido por SJS/RS, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Uni.	Valor Tot
0016	484	Uni	Oximetro Digital Infantil - Aparelho Para Verificação Da Saturação De Oxigênio No Sangue E Da Frequência Cardíaca. Adequado Para Crianças Menores De 12 Anos, Inclusive Bebês E Recém-Nascidos. Para Utilização Em Dedo. Com Bateria De Lítio, Recarregável Através De Cabo Usb Que Acompanha O Aparelho. Inclui Cordão Para O Pescoço. Faixa De Medição Da Oximetria (Spo2) De 70% A 100%. Faixa De Medição Da Frequência Cardíaca De 30 A 240 Bpm (Batimentos Por Minuto). Deve Possuir Registro Na Anvisa.	Pediatrico	Dellamed	R$ 123,00	R$ 59.532,00
TOTAL	**R$ 59.532,00 (Cinquenta E Nove Mil E Quinhentos E Trinta E Dois Reais).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.

2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:

3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;

3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;

3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;

3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;

3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;

3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);

3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de
prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;

3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;

3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.

4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;

4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;

4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;

4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;

4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;

4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;

4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;

4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;

4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;
8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:
9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
16	Oximetro digital infantil - aparelho para verifi- cação da saturação de oxigênio no sangue e da frequência cardí- aca. Adequado para crianças menores de 12 anos, inclusive be- bês e recém-nascidos. Para utilização em dedo. Com bateria de lítio, recarregável atra- vés de cabo usb que acompanha o apare- lho. Inclui cordão para o pescoço. Faixa de medição da oximetria (spo2) de 70% a 100%. Faixa de medição da frequência cardíaca de 30 a 240 bpm (bati- mentos por minuto). Deve possuir registro na anvisa.	50	20	20	20	3	0	50	200	1	20	100

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP SINOS

TAMIRES LEAL LEFFA
Dellamed S.A.
Compromitente

Testemunhas:1) RG:

Testemunha: 2) RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Chiele e Chiele Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:8AB15CE0

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.09

Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, São José do Hortêncio, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, Sta. Maria Do Herval, Sapiranga e FSNH.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.09

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.09 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E EMPORIO KAZA COMERCIAL LTDA ME

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **EMPORIO KAZA COMERCIAL LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.276.294/0001- 53, domiciliado na Rua Constelação, n° 407, bairro Jardim Novo Embu, Embu das Artes / SP CEP: 06840-090, telefone (11) 2211 2200 / 11 9 4728 9865, e-mail gerencia@emporiokaza.com.br/comercial@emporiokaza.com.br, neste ato representada pelo Sr. Roberto Yasuo Kazama, inscrito no CPF nº 046.909.428-11, RG nº 10.669.238-0 emitido por SSP/SP, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Uni.	Valor Tot
0017	5.100	UNI	Protetor Solar 120ml - Fps 30 Ou Superior. Volume Mínimo De 120ml.	Frasco De 120 Ml	Affinitysun	R$ 6,91	R$ 35.241,00
TOTAL	**R$ 35.241,00 (Trinta E Cinco Mil E Duzentos E Quarenta E Um Reais).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.
2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO
3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:
3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros,

provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.
3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;
3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;

3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;
3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;
3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;
3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);
3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de
prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;
3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;
3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.
4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.
4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;
4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;
4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;

4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou
6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que

despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;
8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:
9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da

parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21,

bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.
11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
17	PROTETOR SOLAR 120ML - FPS 30 Ou Su-perior. Volume Mínimo De 120ml.	700	1.000	1.000	250	50	0	0	0	600	1.000	500

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do

edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP SINOS

ROBERTO YASUO KAZAMA
Emporio Kaza Comercial LTDA ME
Compromitente

Testemunhas:1) RG: Testemunha: 2) RG: Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Chiele e Chiele Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:C794F097

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.11

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E GREINER BIO-ONE BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINOS**, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **GREINER BIO-ONE BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 71.957.310/0001-47, domiciliado na Av. Affonso Pansan, n° 1967, Vila Bertini Americana /SP, CEP: 13473-620, telefone (19) 3468-9601 e-mail licitacao@gbo.com neste ato representada pelo Sr. Raul Castro de Araujo, inscrito no CPF nº 377.778.048-04, RG nº 48.824.457-2 emitido por SSP/SP, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fabr icante	Valor Uni.	Valor Tot
0024	7.850	PC	Tubo Para Coleta À Vácuo, 5ml, Edta C/ 100 Un - Tubo Para Coleta De Sangue À Vácuo, Com Edta K3. De Plástico. Volume 5ml. Valor Unitário Referente A 100 Tubos.	454036b r	Vacuette / Greiner Bio- One	R$ 42,00	R$ 329.700,00
0025	8.100	PC	Tubo Para Coleta À Vácuo, 5ml, Edta+Gel Separador C/ 100 Un - Tubo Para Coleta De Sangue À Vácuo, Com Edta K2 E Gel Separador. De Plástico. Volume 5ml. Valor Unitário Referente A 100 Tubos. Validade Mínima Na Entrega: 12 Meses. ("Bd Ppt Plus 5ml Cód. 362788", "Vacuette Cód. 456011", "Vacuette Cód. 456211" Ou Equivalente)	456211b r	Vacuette / Greiner Bio- One	R$ 52,00	R$ 421.200,00
TOTAL	**R$ 750.900,00 (Setecentos E Cinquenta Mil E Novecentos Reais)**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.

2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização

de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:

3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou

para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;

3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;

3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;

3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;

3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;

3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);

3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de
prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;

3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;

3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.

4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;

4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;

4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;

4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;

4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;

4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;
4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;

4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;
8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou

reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:
9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do

pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com

o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
24	TUBO PARA COLETA À VÁCUO, 5ML, EDTA C/ 100 UN - Tubo Para Co- leta De Sangue À Vá- cuo, Com Edta K3. De Plástico. Volume 5ml. Valor Unitário Refe- rente A 100 Tubos.	30	20	1.000	0	0	0	0	5.000		1.000	800
25	TUBO PARA COLETA À VÁCUO, 5ML, EDTA+GEL SEPARA- DOR C/ 100 UN - Tubo Para Coleta De Sangue À Vácuo, Com Edta K2 E Gel Separador. De Plástico. Volume 5ml. Valor Unitário Refe- rente A 100 Tubos. Va- lidade Mínima Na En- trega: 12 Meses. ("BD PPT Plus 5ml Cód. 362788", "VACUETTE CÓD. 456011", "VACU- ETTE CÓD. 456211" OU EQUIVALENTE)	50	50	1.000	0	0	0	200	5.000		1.000	800

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP SINOS

RAUL CASTRO DE ARAUJO
Greiner Bio- One Brasil Produtos Médicos Hospitalares LTDA
Compromitente

Testemunhas:
1)
RG:

Testemunha:
2)
RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

CHIELE E CHIELE
Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:88A8B838

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.17

Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, São José do Hortêncio, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, Sta. Maria Do Herval, Sapiranga e FSNH.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.17 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E RS– PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINOS**, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **RS - Produtos Hospitalares LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.294.126/0001 -00, localizada na Est Da Arrozeira, n° 30, bairro centro, Eldorado Do Sul/RS, CEP 92.990-000, email: comercia1.rs@somahospitalar.com.br, telefone: (051)3347-9000, neste ato representada pelo Sr. Mauricio Ciceri, CPF 612.162.590-20, RG nº 3050536501 emitido por SJS/II RS, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/F abricant e	Valor Uni.	Valor Tot
0013	118.800	CPR	Itraconazol 100mg Comprimido	Geolab	Geolab	R$ 0,72	R$ 85.536,00
0021	700	UNI	Sonda Alimentação Enteral Silicone N. 06 - Com Conexão Em Y Com Tampa, Graduada A Cada 05cm E Marcada A Cada 01cm, Linha Radiopaca, Estéril. Confeccionada Em Silicone Grau Médico. ("Medicone Ref. 6011" Ou Equivalente)	Medicone	Medicon e	R$ 26,00	R$ 18.200,00
0022	1.000	UNI	Sonda Alimentação Enteral Silicone N. 08 - Com Conexão Em Y Com Tampa, Com 5 Marcações De Posicionamento, Com Fio Guia, Estéril. Confeccionada Em Silicone Grau Médico. ("Medicone Ref. 6012" Ou Equivalente)	Medicone	Medicon e	R$ 26,00	R$ 26.000,00
0023	1.690	UNI	Sonda Alimentação Enteral Silicone N. 12 - Com Conexão Em Y Com Tampa, Com 5 Marcações De Posicionamento, Com Fio Guia, Estéril. Confeccionada Em Silicone Grau Médico. ("Medicone Ref. 7003" Ou Equivalente)	Medicone	Medicon e	R$ 26,00	R$ 43.940,00
TOTAL	**R$ 173.676,00 (Cento E Setenta E Três Mil E Seiscentos E Setenta E Seis Reais).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.
2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO
3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:
3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo

contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.
3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;
3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo

mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;
3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;
3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;
3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;
3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);
3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de
prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;
3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;
3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES
4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.
4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;
4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;
4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;
4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;

4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou
6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;

8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:
9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da

Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em

outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser

formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
13	Itraconazol 100mg comprimido	5.000	9.000	9.000	12.000	1.000	3.000	60.000	0	0	9.000	10.800
21	Sonda alimentação en- teral silicone n. 06 - com conexão em y com tampa, graduada a cada 05cm e mar- cada a cada 01cm, li- nha radiopaca, estéril. Confeccionada em sili- cone grau médico. ("medicone ref. 6011" ou equivalente)	50	200	50	200	0	0	0	50		50	100
22	Sonda alimentação en- teral silicone n. 08 - com conexão em y com tampa, com 5 marcações de posicio- namento, com fio guia, estéril. Confeccionada em silicone grau mé- dico. ("medicone ref. 6012" ou equivalente)	50	200	200	200	0	0	0	50		200	100
23	Sonda alimentação en- teral silicone n. 12 - com conexão em y com tampa, com 5 marcações de posicio- namento, com fio guia, estéril. Confeccionada em silicone grau mé- dico. ("medicone ref. 7003" ou equivalente)	50	200	200	200	30	300	0	300	10	200	200

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.

14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP SINOS

MAURICIO CICERI
RS - Produtos Hospitalares Ltda Compromitente

Testemunhas:
1)
RG:

Testemunha:
2)
RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Chiele e Chiele Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:4A393708

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°148/2025

Objeto: Consórcio dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (GRANPAL), para aquisição de medicamentos de uso humano, visando o atendimento das demandas do Município de Alvorada.

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Código	Unidade - Descrição	Quantidade - Requisição	Valores - Unitário	Valores - Total
1	36317	CEFALEXINA 500MG CÁPSULA OU COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	200.000,00	R$0,47	R$94.000,00
2	11468	FENOBARBITAL SÓDICO 100MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	150.000,00	R$0,14	R$20.850,00
3	25699	MIDAZOLAM, CLORIDRATO 5MG/ML INJETÁVEL IV E IM AMPOLA 3 ML	5	AMPOLA	400,00	R$1,60	R$640,00
4	11200	SALBUTAMOL 100MCG/DOSE, AEROSSOL ORAL FRASCO 200 DOSES	49	FRASCO	5.000,00	R$11,50	R$57.500,00
5	20347	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 G	12	BISNAGA	2.000,00	R$1,79	R$3.580,00
6	11286	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL - FRASCO 10 ML	49	FRASCO	4.000,00	R$0,97	R$3.876,00
7	18679	AZITROMICINA 500MG-COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	70.000,00	R$0,69	R$48.300,00
8	10358	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	49	FRASCO	5.000,00	R$1,85	R$9.250,00
9	32482	DIMENIDRINATO ASSOCIADO A PIRIDOXINA 25MG/ML +5MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20ML	49	FRASCO	500,00	R$5,00	R$2.500,00
10	39600	DIMENIDRINATO 3 MG/ML + PIRIDOXINA, CLORIDRATO DE, 5 MG/ML + GLICOSE 100 MG/ML + FRUTOSE 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML	5	AMPOLA	4.000,00	R$8,40	R$33.600,00
11	1912	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10MG	30	COMPRIMIDO	100.000,00	R$0,48	R$48.000,00
12	20300	FLUCONAZOL 150MG CÁPSULA	36	CÁPSULA	20.000,00	R$0,40	R$7.900,00
13	6339	IBUPROFENO 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30 ML	49	FRASCO	8.000,00	R$2,05	R$16.400,00
14	27054	NEOMICINA ASSOCIADA COM BACITRACINA 5 MG + 250UI/G POMADA BISNAGA	12	BISNAGA	5.000,00	R$2,03	R$10.125,00
15	1963	NIFEDIPINO 10MG	30	COMPRIMIDO	7.000,00	R$0,14	R$980,00
16	15974	NISTATINA 25.000UI/G, CREME VAGINAL, BISNAGA 60G + APLICADOR	12	BISNAGA	4.000,00	R$5,39	R$21.560,00
17	37802	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME BISNAGA 50 G	12	BISNAGA	1.500,00	R$5,65	R$8.475,00
18	4334	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG - COMPRIMIDO/CÁPSULA	36	CÁPSULA	550.000,00	R$0,25	R$137.500,00
19	3737	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	780.000,00	R$0,53	R$413.400,00
20	16460	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY NASAL 50MCG FRA DOSEADOR+AEROGADOR 200 DOSES	49	FRASCO	3.500,00	R$19,94	R$69.790,00
21	32505	DOXICICLINA 100MG	30	COMPRIMIDO	25.000,00	R$0,30	R$7.475,00
22	31960	LEVODOPA ASSOCIADO À BENSERAZIDA 100MG MAIS 25MG, COMPRIMIDO SIMPLES	30	COMPRIMIDO	100.000,00	R$0,69	R$69.000,00
23	22417	VARFARINA SÓDICA 5MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	150.000,00	R$0,12	R$17.850,00
24	1866	ALENDRONATO SODICO 70MG	30	COMPRIMIDO	20.000,00	R$0,16	R$3.140,00
25	10563	AMIODARONA 200MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	28.000,00	R$0,33	R$9.156,00
26	32489	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500MG + 125MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	150.000,00	R$0,73	R$109.485,00
27	1899	CLOPIDOGREL 75MG	30	COMPRIMIDO	3.000,00	R$0,20	R$614,70
28	32484	GLICAZIDA 30MG COMPRIMIDO LIBERAÇÃO CONTROLADA	30	COMPRIMIDO	150.000,00	R$0,13	R$18.750,00
29	24724	ESTRIOL CREME VAGINAL 1MG/G + APLICADOR BISNAGA COM 50G	12	BISNAGA	1.000,00	R$10,33	R$10.325,00
30	36308	NOREPINEFRINA, BITARTARATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4ML IV/IM	5	AMPOLA	400,00	R$1,67	R$667,60
31	20705	IVERMECTINA 6MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	7.000,00	R$0,19	R$1.295,00
32	8455	BIPERIDENO 2MG	114	UNIDADE	500.000,00	R$0,23	R$113.500,00
33	5204	BIPERIDENO LACTATO 5 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL IV E IM AMP 1 ML	5	AMPOLA	600,00	R$2,19	R$1.314,00
34	2119	CETOPROFENO 100MG PÓ INJETÁVEL INTRAVENOSO IV FRASCO/AMPOLA	49	FRASCO	8.000,00	R$3,50	R$28.000,00
35	25904	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	49	FRASCO	5.000,00	R$6,96	R$34.800,00
36	14898	CLORANFENICOL + COLAGENASE 10MG/G + 0.6UI/G POMADA 30G	12	BISNAGA	1.200,00	R$9,99	R$11.988,00
37	38063	CLORIDRATO DE DEXTROCETAMINA 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL IV E IM, FRASCO AMPOLA 10 ML	49	FRASCO	400,00	R$79,90	R$31.960,00

38	25149	DOPAMINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV AMPOLA 10ML	5	AMPOLA	400,00	R$2,68	R$1.072,00
39	24490	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM AMPOLA 2 ML	5	AMPOLA	600,00	R$2,34	R$1.404,00
40	27983	FENOBARBITAL SÓDICO 40MG/ML SOL ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	49	FRASCO	1.500,00	R$3,90	R$5.850,00
41	40815	FENTANILA, CITRATO DE, 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL IV E IM, AMPOLA 10 ML.	5	AMPOLA	600,00	R$3,00	R$1.800,00
42	13558	HALOPERIDOL 1MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	200.000,00	R$0,13	R$25.800,00
43	27726	HALOPERIDOL 2MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	49	FRASCO	1.000,00	R$3,10	R$3.100,00
44	32510	HALOPERIDOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML IM	5	AMPOLA	600,00	R$1,68	R$1.008,00
45	11374	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM AMP 1ML	5	AMPOLA	6.000,00	R$4,82	R$28.920,00
46	11320	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	320.000,00	R$0,41	R$130.592,00
47	31963	LEVODOPA ASSOCIADO À CARBIDOPA 250 MG MAIS 25MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	70.000,00	R$0,47	R$32.900,00
48	7286	NALOXONA, CLORIDRATO DE 0,4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV, IM E SC AMPOLA 1 ML	5	AMPOLA	400,00	R$5,21	R$2.084,00
49	11207	PROMETAZINA CLORIDRATO 25MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	60.000,00	R$0,12	R$7.200,00
50	19417	HIDROCORTISONA SUCCINATO 100 MG, AMPOLA, PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL COM DILUENTE	5	AMPOLA	3.000,00	R$3,18	R$9.540,00
51	9846	HALOPERIDOL 5MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	330.000,00	R$0,12	R$39.600,00
52	22935	ITRACONAZOL 100MG	30	COMPRIMIDO	5.000,00	R$0,72	R$3.585,00
53	1871	AMOXICILINA 500MG	36	CÁPSULA	150.000,00	R$0,17	R$25.500,00
54	8843	ANLODIPINO BESILATO 5MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	1.050.000,00	R$0,02	R$21.000,00
55	2131	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL	5	AMPOLA	1.000,00	R$0,47	R$469,90
56	10265	PREDNISONA 20MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	150.000,00	R$0,15	R$22.185,00
57	3565	PREDNISONA 5MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	150.000,00	R$0,06	R$8.385,00
58	38493	ÁCIDO FÓLICO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML	49	FRASCO	2.000,00	R$3,00	R$6.000,00
59	15869	PERMETRINA 10 MG/ML LOÇÃO FRASCO 60 ML	49	FRASCO	3.000,00	R$1,90	R$5.700,00
60	14889	PERMETRINA 50MG/ML LOÇÃO FRASCO 60 ML	49	FRASCO	10.000,00	R$2,85	R$28.500,00
61	4384	CETOPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML IIM	5	AMPOLA	10.000,00	R$1,34	R$13.350,00
62	2014	CLORETO DE SÓDIO ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO 0,9% + 0,01%SOLUÇÃO NASAL	49	FRASCO	4.000,00	R$0,90	R$3.596,00
63	13149	GLIBENCLAMIDA 5MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	600.000,00	R$0,03	R$18.000,00
64	6733	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	150.000,00	R$0,12	R$18.525,00
65	20112	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	800.000,00	R$0,11	R$84.000,00
66	23474	LORATADINA 10 MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	160.000,00	R$0,07	R$11.024,00
67	28090	SINVASTATINA 20 MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	1.400.000,00	R$0,06	R$82.460,00
68	28707	SINVASTATINA 40 MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	500.000,00	R$0,12	R$58.700,00
69	31966	LEVODOPA ASSOCIADO À BENSERAZIDA 200MG MAIS 50MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	50.000,00	R$1,06	R$53.000,00
70	4557	METOPROLOL SAL TARTARATO 100MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	700.000,00	R$0,21	R$148.330,00
71	14304	AMPICILINA 500MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	20.000,00	R$0,45	R$8.998,00
72	27606	CARBONATO DE LÍTIO 300MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	900.000,00	R$0,19	R$174.510,00
73	22065	ENALAPRIL MALEATO 10 MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	1.750.000,00	R$0,03	R$45.325,00
74	8829	CARBAMAZEPINA 200MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	1.000.000,00	R$0,15	R$154.800,00
75	32498	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	5	AMPOLA	10.000,00	R$0,93	R$9.299,00
76	2498	FUROSEMIDA 40MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	600.000,00	R$0,04	R$25.440,00
77	16585	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	1.400.000,00	R$0,02	R$24.780,00
78	6505	PROPRANOLOL CLORIDRATO 40 MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	320.000,00	R$0,03	R$8.448,00
79	1905	DIGOXINA 0,25MG	30	COMPRIMIDO	70.000,00	R$0,13	R$9.065,00
80	25112	HIDRALAZINA 25MG COMPRIMIDO OU DRÁGEA	30	COMPRIMIDO	500.000,00	R$0,36	R$181.600,00
81	21489	NITROFURANTOÍNA 100MG CÁPSULA	36	CÁPSULA	80.000,00	R$0,24	R$19.080,00
82	36313	SULFATO FERROSO 40MG DE FERRO II COMPRIMIDO OU DRÁGEA (COM REGISTRO VÁLIDO DE MEDICAMENTO NA ANVISA)	30	COMPRIMIDO	1.000.000,00	R$0,04	R$35.000,00
83	32488	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI INJETÁVEL IM FRASCO/AMPOLA + FRASCO DILUENTE	5	AMPOLA	16.000,00	R$6,17	R$98.720,00
84	31900	CEFTRIAXONA 500 MG INJETÁVEL IM FRASCO/AMPOLA	5	AMPOLA	1.000,00	R$8,25	R$8.245,00
85	36314	SUXAMETÔNIO CLORETO 100 MG INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	49	FRASCO	400,00	R$17,92	R$7.168,00
86	26818	ACICLOVIR 200MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	100.000,00	R$0,16	R$16.000,00
87	9132	ÁCIDO VALPRÓICO 50MG/ML XAROPE - FRASCO 100ML	49	FRASCO	10.000,00	R$5,49	R$54.900,00
88	27761	ALBENDAZOL 400MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	5.000,00	R$0,38	R$1.900,00
89	5473	ALOPURINOL 100MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	175.000,00	R$0,12	R$20.737,50
90	11664	ATENOLOL 50MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	245.000,00	R$0,04	R$9.775,50
91	14741	AZITROMICINA 40MG/ML PÓ PARA SUSP ORAL FRASCO 15 ML (TOTAL 600MG)	49	FRASCO	6.000,00	R$5,55	R$33.300,00
92	27100	DEXAMETASONA 0,1% CREME BISNAGA 10G	12	BISNAGA	12.000,00	R$1,29	R$15.480,00
93	27071	FLUOXETINA 20MG CÁPSULA OU COMPRIMIDO	36	CÁPSULA	2.000.000,00	R$0,05	R$100.000,00
94	2698	IBUPROFENO 600MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	500.000,00	R$0,12	R$59.450,00
95	28611	LORATADINA 1MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	49	FRASCO	5.000,00	R$2,40	R$12.000,00
96	25188	METFORMINA CLORIDRATO 850MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	1.500.000,00	R$0,10	R$153.000,00
97	6622	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM APLICADOR BISNAGA 50G	12	BISNAGA	2.000,00	R$4,79	R$9.580,00
98	6437	METRONIDAZOL 250MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	80.000,00	R$0,16	R$12.960,00
99	38497	MICONAZOL NITRATO DOSAGEM: 2%, APRESENTAÇÃO: CREME VAGINAL, BISNAGA 80G, COM MÍNIMO 10G E MÁXIMO 15G	12	BISNAGA	6.000,00	R$7,40	R$44.400,00
100	4618	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	49	FRASCO	1.500,00	R$4,81	R$7.215,00
101	1971	PARACETAMOL 500MG	30	COMPRIMIDO	700.000,00	R$0,05	R$38.150,00
102	18495	PREDNISOLONA 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 60 ML	49	FRASCO	6.000,00	R$3,80	R$22.800,00
103	7361	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	160.000,00	R$0,13	R$20.784,00
104	1860	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG	30	COMPRIMIDO	1.500.000,00	R$0,02	R$35.700,00
105	1862	ACIDO FOLICO 5MG	30	COMPRIMIDO	110.000,00	R$0,03	R$3.685,00
106	37795	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	5	AMPOLA	200,00	R$3,86	R$772,00

107	1974	LOÇÃO OLEOSA - ÁCIDOS GRAXOS + VIT A e E	49	FRASCO	20.000,00	R$2,26	R$45.200,00
108	4347	ADENOSINA 3MG/ML SOL.INJETÁVEL IV - AMP 2 ML	5	AMPOLA	600,00	R$10,38	R$6.228,00
109	11866	AMINOFILINA 24MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV E IM AMPOLA 10ML	5	AMPOLA	600,00	R$2,74	R$1.644,00
110	25606	AMITRIPTILINA CLORIDRATO 25MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	1.500.000,00	R$0,03	R$49.350,00
111	14244	ATROPINA SULFATO 0,25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV, IM E SC AMP 1ML	5	AMPOLA	200,00	R$0,75	R$150,00
112	11138	BACLOFENO 10MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	140.000,00	R$0,15	R$21.000,00
113	23269	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI INJETÁVEL FRASCO - AMPOLA IM + FRASCO DILUENTE	5	AMPOLA	2.000,00	R$7,32	R$14.640,00
114	31991	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	49	FRASCO	400,00	R$5,50	R$2.200,00
115	18950	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% SOLUÇÃO INJETÁVEL IV AMP 10 ML	5	AMPOLA	600,00	R$0,72	R$432,00
116	4337	CARVEDILOL 6,25MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	280.000,00	R$0,07	R$20.160,00
117	2120	CLORETO DE POTÁSSIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL	5	AMPOLA	600,00	R$0,31	R$187,20
118	35024	CLORETO DE SÓDIO 0,9% (0,154 MEQ/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL IV, AMPOLA 10ML	5	AMPOLA	7.000,00	R$0,22	R$1.540,00
119	22670	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA	5	AMPOLA	600,00	R$0,38	R$227,40
120	31997	DIAZEPAM 5MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	500.000,00	R$0,04	R$19.500,00
121	4553	DIAZEPAM 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV E IM AMPOLA 2 ML	5	AMPOLA	1.000,00	R$0,70	R$700,00
122	11946	DICLOFENACO SAL SÓDICO 25MG/ML INJETÁVEL/ AMPOLA 3ML	5	AMPOLA	10.000,00	R$0,73	R$7.300,00
123	32499	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	5	AMPOLA	20.000,00	R$0,65	R$13.000,00
124	8752	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	49	FRASCO	20.000,00	R$1,92	R$38.400,00
125	32512	EPINEFRINA 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	5	AMPOLA	2.000,00	R$0,93	R$1.860,00
126	22762	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOL. INJETÁVEL IV E IM AMPOLA 1 ML	5	AMPOLA	4.000,00	R$0,92	R$3.680,00
127	29259	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG/ML + 500MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5ML	5	AMPOLA	10.000,00	R$1,24	R$12.400,00
128	1915	ESPIRONOLACTONA 25MG	30	COMPRIMIDO	320.000,00	R$0,17	R$54.400,00
129	14937	FENITOÍNA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV E IM AMPOLA 5ML	5	AMPOLA	200,00	R$1,79	R$358,80
130	20470	FINASTERIDA 5MG	30	COMPRIMIDO	160.000,00	R$0,21	R$34.080,00
131	23469	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5 ML	5	AMPOLA	200,00	R$5,30	R$1.060,00
132	23061	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV E IM AMP 2 ML	5	AMPOLA	1.000,00	R$0,62	R$620,00
133	32503	HIDROCORTISONA SUCCINATO 500 MG, AMPOLA, PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL COM DILUENTE	5	AMPOLA	5.000,00	R$5,17	R$25.850,00
134	2685	IPRATRÓPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO INALAÇÃO FRASCO 20 ML	49	FRASCO	1.500,00	R$0,89	R$1.335,00
135	1936	ISOSSORBIDA SAL DINITRATO, 5MG, SUBLINGUAL	30	COMPRIMIDO	30.000,00	R$0,29	R$8.700,00
136	12666	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	110.000,00	R$0,32	R$35.200,00
137	15813	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV E IM AMPOLA 2 ML	5	AMPOLA	10.000,00	R$0,52	R$5.200,00
138	27129	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 10MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	100.000,00	R$0,05	R$5.200,00
139	23793	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100ML	49	FRASCO	400,00	R$5,44	R$2.176,00
140	38066	Ondansetrona 2mg/ml solução injetável, ampola 2ml	5	AMPOLA	5.000,00	R$0,91	R$4.550,00
141	28498	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15ML	49	FRASCO	14.000,00	R$1,05	R$14.700,00
142	10284	SULFATO DE MAGNÉSIO 50%	5	AMPOLA	200,00	R$5,77	R$1.154,00
143	36315	TERBUTALINA SULFATO 0,5MG/ML, SC, AMPOLA 1ML	5	AMPOLA	1.000,00	R$1,23	R$1.230,00
144	15923	TIMOLOL 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	49	FRASCO	1.000,00	R$2,57	R$2.570,00
145	27161	VERAPAMIL CLORIDRATO 80 MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	120.000,00	R$0,24	R$28.800,00
146	2819	CAPTOPRIL 25MG - COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	1.200.000,00	R$0,02	R$24.000,00
147	7006	CETOCONAZOL 2%, SHAMPOO FRASCO 100 ML	49	FRASCO	2.100,00	R$4,20	R$8.820,00
148	6035	NORFLOXACINO 400MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	13.000,00	R$0,28	R$3.640,00
149	26479	ÓLEO MINERAL ORAL FRASCO 100 ML	49	FRASCO	7.000,00	R$2,80	R$19.600,00
150	25342	CLONIDINA 0,100MG COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	100.000,00	R$0,25	R$24.800,00
151	27160	CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	49	FRASCO	4.000,00	R$7,01	R$28.042,40
152	41060	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100ML	49	FRASCO	6.000,00	R$7,49	R$44.940,00
153	41061	AMOXICILINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO, FRASCO 100ML	49	FRASCO	15.000,00	R$4,00	R$60.000,00
154	41062	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA, 2% + 1:200.000, INJETÁVEL, FRASCO 20 ML	49	FRASCO	700,00	R$5,92	R$4.144,00
155	41063	DOBUTAMINA, CLORIDRATO DE 12,5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL IV 20ML	49	FRASCO	600,00	R$5,23	R$3.138,00
156	41064	HEPARINA SÓDICA, 20.000 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL SUBCUTÂNEA AMPOLA 0,25ML	5	AMPOLA	600,00	R$5,34	R$3.204,00
157	41065	METOPROLOL 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV, AMPOLA 5 ML	5	AMPOLA	300,00	R$14,08	R$4.224,00
158	11555	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1.000ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	42	ENVELOPE	25.000,00	R$0,78	R$19.497,50
159	41067	ÁGUA DESTILADA, BIDESTILADA, ESTÉRIL, APIROGÊNICA PARA INJEÇÃO, AMPOLA COM 5ML	5	AMPOLA	20.000,00	R$0,21	R$4.140,00
160	41068	ÁGUA DESTILADA, ESTERIL, APIROGÊNICA PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML	5	AMPOLA	14.000,00	R$0,20	R$2.772,00
161	41069	AMOXICILINA ASSOCIADO COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 75 ML	49	FRASCO	5.000,00	R$12,76	R$63.800,00
162	41070	DOXAZOSINA MESILATO, 2 MG, COMPRIMIDO	30	COMPRIMIDO	240.000,00	R$0,06	R$15.120,00
163	41071	TOBRAMICINA 0,3 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	49	FRASCO	1.000,00	R$4,50	R$4.500,00
164	41072	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 2 % INJETÁVEL IM, FRASCO AMPOLA 20 ML	5	AMPOLA	1.000,00	R$4,01	R$4.006,10

Contratada:PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA

Contratada:CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Contratada:NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Contratada: BIOTEC BIOLOGICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
Contratada:CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contratada:LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.
Contratada:DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contratada:CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contratada:SOMA/RS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contratada:MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A
Contratada:VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
Contratada:INOVAMED HOSPITALAR LTDA
Contratada:IFAL - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
Contratada:MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
Contratada:PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
Contratada:DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
Contratada:ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA - FILIAL
Contratada:TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI - ME
Contratada:CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
Contratada:VMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Contratada:COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA
Contratada:MEDITON FARMACEUTICA LTDA
Contratada:HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA
Contratada:NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRICAO, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
Contratada:ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Contratada:CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
Valor Total: R$4.693.163,60 (quatro milhões, seiscentos e noventa e três mil, cento e sessenta e três reais e sessenta centavos)
Alvorada, 05 de dezembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Elidiane Martins Costa da Silva
Código Identificador:C6891FDB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 22/2025

Compromisso celebrado entre A **PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS**, sito à Rua da Republica, nº96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos da Lei nº 14.133/2021, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no **processo administrativo nº 1227/2025X,Pregão Eletrônico SRP 23/2025,** tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA ENTREGA PARCELADA, NOS PRAZOS E QUANTIDADES MEDIANTE SOLICITAÇÃO DO MUNICIPIO** e as empresas com propostas classificadas em 1º lugar ,doravante denominado **FORNECEDOR(A)** conforme a seguir:

- **NILSSON & CIA LTDA** , inscrita no CNPJ Nº 89.205.629/001-81, estabelecida na Rodovia RS 130,km 79,Nº 4900,Bairro Dom Pedro II, Cep: 95.940-000, na cidade de Arroio do Meio /RS;

- **TUBOLAJE TUBOS E VIDROS LTDA,** inscrita no CNPJ 02.655.417/0001-18, situada na AC LINHA 6 LESTE - CEP: 98700000 -na cidade de Ijuí/RS;

- **PROLAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA** , inscrita no CNPJ Nº 42.753.680/0001-64, estabelecida na rua Tio Bilia 340,Bairro Centro, Cep: 98.855-000, na cidade de Entre Ijuís /RS;

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº23/2025, ofertados no certame licitatório.

2. VALIDADE DA ATA
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.

2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.

3. CONTRATO

3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS

4.1 Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de acordo com as regras acerca da alteração dos preços dispostas no capítulo VII - Da Alteração dos Contratos e dos Preços, da Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

15.4.1. O pedido de revisão dos preços deverá ser devidamente justificado, ou seja, explicando quais as circunstâncias de mercado que ocasionaram o aumento ou a diminuição do preço e, comprovando, mediante apresentação de fotocópias de notas fiscais (da época da licitação e da data do aumento), tabelas de preços de fabricantes, lista de preços de matérias- primas ou outros comprovantes que confirmem o alegado na justificativa, e encaminhado ao município para análise jurídica quanto à viabilidade de reequilíbrio econômico-financeiro.

15.4.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas, sob pena de extinção contratual, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no edital.

15.5. As quantidades, *são estimativas* e representam apenas a previsão das Secretarias requisitantes, pelo prazo de vigência da ata de registro de preços que é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

15.6. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.7. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas e demais normas regulamentadoras aplicáveis aos objetos, em vigor.

15.8. Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar são devidamente registrados, conforme tabela a seguir:

Fornecedor	Item	Quant	UN	Descrição	Marca	Valor Unitário
NILSSON & CIA LTDA	1	50,00	M	Tubos de concreto, com ferro, PS2 DN 400 PB* JR, fabricado de acordo com a ABNT NBR 8890/2020.	Própria	83,60
TUBOLAJE TUBOS E VIDROS LTDA.	2	50,00	M	Tubos de concreto PS2 DN 500 MF JR, fabricado de acordo com a ABNT NBR 8890/2020	TUBOLAJE	70,00
PROLAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	3	400,00	M	Tubos de concreto PA2 DN 600 MF JR, fabricado de acordo com a ABNT NBR 8890/2020	PROLAR	132,00
PROLAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	4	200,00	M	Tubos de concreto PA2 DN 800 MF JR, fabricado de acordo com a ABNT NBR 8890/2020	PROLAR	230,00
TUBOLAJE TUBOS E VIDROS LTDA.	5	250,00	M	Tubos de concreto PA2 DN 1000 MF JR, fabricado de acordo com a ABNT NBR 8890/2020	TUBOLAJE	350,00
TUBOLAJE TUBOS E VIDROS LTDA.	6	50,00	M	Tubo de Concreto PA2 DN 1500 MF JR, fabricado de acordo com a ABNT NBR 8890/2020	TUBOLAJE	841,00
TUBOLAJE TUBOS E VIDROS LTDA.	7	20,00	M	Tubo de Concreto PA2 DN 2000 MF JR, fabricado de acordo com a ABNT NBR 8890/2020.	TUBOLAJE	1.281,00

5. **DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PAGAMENTO**

5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada serão feitas, mediante ordem de compra/fornecimento ou envio da nota de empenho,

5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data marcada para o início do prazo para o fornecimento do objeto.

5.3 **Os produtos deverão ser entregues e descarregados no seguinte endereço**:

Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas

5.3.1. O prazo de entrega é de até 20 (vinte) dias, mediante emissão da nota de empenho, contados a partir da data que será estabelecida na ordem de fornecimento - (OF).

5.3.2. Não havendo data estabelecida na OF o prazo inicia-se a contar da data de sua emissão 5.3.3. Não havendo emissão de OF o prazo inicia-se na da data de emissão da Nota de empenho.

5.4 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.

5.5 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.6 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

5.8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.8.1. O pagamento será efetuado contra empenho em até 05(cinco) dias uteis e somente após a entrega total do objeto solicitado, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.

5.8.2. Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;

b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;

e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;

6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.

6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitas por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. PENALIDADES
7.1 Os bens cujos fornecimentos vierem a ser contratados deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias, contatos a partir da data que será estabelecida na Ordem de fornecimento/ nota de empenho;
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com as sanções e penalidades previstas nos termos do Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021.
7.3. As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana-RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 5 dezembro de 2025

SERGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

NILSSON & CIA LTDA TUBOLAJE TUBOS E VIDROS LTDA
CNPJ Nº 89.205.629/001-81 CNPJ 02.655.417/0001-18

PROLAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
CNPJ Nº 42.753.680/0001-64

TESTEMUNHAS:1) _____2) _____

Publicado por:
Paulo Gonçalves Rodrigues
Código Identificador:37BB2831

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COTEGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COTEGIPE
EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2024 – ADITIVO Nº 003/2025 – PRORROGAÇÃO VALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2024

FRANCIEL TIAGO IZYCKI, Prefeito Municipal de Barão de Cotegipe/RS, ratifica adesão ao processo de licitação como Órgão Participante (Consorciado ao CIRAU com quantitativo registrado), Ata de Registro de Preços nº 017/2024 – ADITIVO Nº 003/2025 – PRORROGAÇÃO DE VALIDADE, realizado pelo Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai - CIRAU, nos seguintes termos:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS
Fornecedores:
- MF SUL COMÉRCIO DE MÓVEIS CORPORATIVOS E ESCOLARES LTDA – CNPJ: 35.173.456/0001-38

Código	Produto	MODELO	MARCA / FABRICANTE	QUANT.	VALOR UNIT.	MATERIAL
19	CADEIRA DIÁLOGO FIXA SECRETÁRIA 4 PÉS	OPERATIVA PLUS SECRETÁRIA FIXA	PLAXMETAL	02	R$ 367,25	VINIL PRETO
21	LONGARINA 03 LUGARES ESPALDAR MÉDIO	BEEZI	PLAXMETAL	02	R$ 1.529,00	VINIL PRETO

Barão de Cotegipe (RS), 05 de Dezembro de 2025.

FRANCIEL TIAGO IZYCKI,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabricio Roberto Martins
Código Identificador:098C897F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO GODÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO PROCESSO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N°09/2025

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO

O Prefeito do Município de Cândido Godói, RS, no uso de suas atribuições legais, homologa o julgamento proferido pela Comissão de Contratação, sobre o Processo de Licitação Chamamento Público n°09/2025 para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, conforme §1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE.
Ficam adjudicados os objetos desta licitação, conforme planilha abaixo.

Item	Qtd	Unid	Produtos	COOGÊMEOS CNPJ: 05.769.409/0001-90
1	120	Kg	Abobrinha verde	R$ 5,75
2	50	Maço	Agrião	R$ 4,00
3	200	Un/Pé	Alface (pé em média 100g), folhas brilhantes, firmes e frescas com coloração uniforme sem sujidades que possam alterar sua qualidade (americana, crespa, lisa)	R$ 4,00
4	20	Kg	Alho de boa qualidade	R$ 32,00
5	100	Kg	Batata doce	R$ 5,75
7	70	Kg	Beterraba	R$ 6,00
8	100	Kg	Bolacha caseira sem pintar (simples, tradicional)	R$ 31,43
11	125	Kg	Cenoura, sem ferimentos, sem brotos e de cor característica	R$ 6,00
12	100	Kg	Chuchu	R$ 6,30
13	60	Kg	Couve chinesa	R$ 7,50
14	40	Kg	Couve-brócolis	R$ 13,20
15	40	Kg	Couve-flor	R$ 13,50
16	300	Un	Cuca recheada sabor fruta, em torno de 950g. Não podem estar queimadas ou cruas. Embaladas em plástico transparente.	R$ 18,00
17	30	Kg	Feijão vagem verde	R$ 12,00
18	300	Kg	Laranja suco	R$ 6,50
20	100	Kg	Mandioca descascada, embalagem plástica transparente fechada	R$ 8,00
21	350	Un	Massa de Pizza	R$ 4,25
23	20	Kg	Moranga/abóbora (amarela redonda)	R$ 5,69
24	70	Pt	Nata/creme de leite 300g	R$ 9,48
25	100	Pct	Palitinho salgado, pct 200g	R$ 7,00
26	250	Kg	Pão de cachorro-quente	R$ 18,00
27	70	Kg	Pão de Milho	R$ 11,00
28	250	Kg	Pão fatiado de sanduíche, integral embalagem plástica com 20 fatias por pacote	R$ 16,43
29	60	Kg	Pão Francês	R$ 16,00
30	80	Kg	Pepino verde in natura	R$ 6,80
31	40	Kg	Rabanete cru	R$ 9,00
32	180	Kg	Repolho branco sem ferimentos em torno de 2kg a unidade	R$ 4,80
33	100	Un	Rúcula	R$ 4,00

Cândido Godói/RS, 05/12/2025.

GUERINO BACKES
Prefeito

GUERINO BACKES
Designado Secretário de Finanças
Portaria nº226/2025

Publicado por:
Gladia Deisi Roballo
Código Identificador:0BDBAEBC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
INEXIGIBILIDADE

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
1.815/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA ORQUESTRA JOVEM DO RIO GRANDE DO SUL (OJRS) PARA APRESENTAÇÃO ESPECIAL NA NOITE DE 21 DE DEZEMBRO DE 2025, INTEGRANDO A PROGRAMAÇÃO DA 25ª EDIÇÃO DO NATAL LUZ E GLÓRIA.
Processo : 761/**2025**
Modalidade: Inexigibilidade N° **224/2025**
Forma de Julgamento:
Forma Pgto Reajuste: **Em em até 15 dias após a conclusão dos serviços**
Prazo Entrega Exec. : **Imediato**
Local de Entrega :

Fundamento Legal...: Lei n° 14.133/2021, Art. 74, inc. II				
Fornecedor	**CNPJ/CPF**	**Endereço**	**N°**	**Telefone**
ASSOCIACAO ORQUESTRA JOVEM DO RIO GRANDE DO SUL	12.643.825/0001-03	RUA DA REPUBLICA	801	5132261966

Despesa	Descrição	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Valor Previsto
33711	Promoção de atividades culturais e artís	1701 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU IN	339039230000	6.000,00

Lote	Item	Descrição	Un.	Qtd.	Vl. Unit.	Vl. Total.
1	1	Contratação da Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul para apresentação na 25ª Edição do Natal Luz e Glória	un	1,0	6.000,00	6.000,00

Glorinha, 05 de dezembro de 2025

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:586C5C82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
INEXIGIBILIDADE

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
1.804/2025

OBJETO: SMS - AQUISIÇÃO DE DISCADOR PARA CAMARA DE CONSERVAÇAO
Processo : 762/**2025**
Modalidade: Inexigibilidade N° **225/2025**
Forma de Julgamento:
Forma Pgto Reajuste: **15 dias utéis após entrega da nota fiscal**
Prazo Entrega Exec. : **conforme a necessidade**
Local de Entrega : **ALMOXARIFADO CENTRAL**
Fundamento Legal...: Lei n° 14.133/2021, Art. 74, inc. I

Fornecedor	CNPJ/CPF	Endereço	N°	Telefone
BIOTECNO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.470.103/0001-76	RUA PIRAPO	613	

Despesa	Descrição	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Valor Previsto
33713	Manutenção da Farmácia Municipal	1601 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS	449052060000	1.014,00

Lote	Item	Descrição	Un.	Qtd.	Vl. Unit.	Vl. Total.
1	1	Módulo discador GSM com suporte a até 6 memórias de telefone (16 dígitos cada) e 1 memória de senha (4 dígitos). Realiza discagem exclusivamente via GSM e permite monitoramento remoto de eventos da central de alarme. Possui teste individual das memórias de telefone, envia relatórios por SMS do status geral da central e da PGM, além de notificações de bateria baixa, alarme ativado/desativado (via saída MON) e alarme disparado por som e/ou SMS.	un	1,0	1.014,00	1.014,00

Glorinha, 05 de dezembro de 2025

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:14D537CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAIARAS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 703/2025 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Concede férias a Servidoras Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias as Servidoras Municipais abaixo relacionadas:

Matrí.	Nome	Dias Férias	Dias de abono	Período Aquisitivo	Data Início
3472-0	Beloni Volpatto	10	-	05/04/2024 a 04/04/2025	22/12/2025
3485-1	Clarice Felipp Vazzoler	10	-	05/04/2024 a 04/04/2025	22/12/2025
3850-4	Daniela Vieira Zanchet	10	-	22/07/2024 a 21/07/2025	22/12/2025
3458-4	Deise Guidolin	10	-	01/09/2024 a 31/08/2025	22/12/2025
3706-0	Géssica Zimmer	10	-	01/04/2024 a 31/03/2025	22/12/2025
3703-6	Greicieli Dalla Giacomassa Mezzomo	10	-	21/03/2024 a 20/03/2025	22/12/2025
3475-4	Maria Aparecida Freitas	10	-	05/04/2024 a 04/04/2025	22/12/2025
3476-2	Nelci Teresinha Lazzarotto da Silva	10	-	01/11/2024 a 31/10/2025	22/12/2025
3473-8	Noemia Lucia Santini	30	-	05/04/2024 a 04/04/2025	22/12/2025
3701-0	Saionara Ossani Waltrichi	10	-	21/03/2024 a 20/03/2025	22/12/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 05 de dezembro de 2025.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Ivaneza Simioni
Código Identificador:0D5417EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 4970/2025

DECRETO Nº 4.970/2025
De 01 de setembro de 2025

Abre crédito suplementar com recursos provenientes de resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita de Ibirubá-RS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 03 de abril de 1990 e suas alterações e conforme Lei Municipal nº 3.155/2024, de 19 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual para o exercício 2025),

DECRETA

Art. 1º- Fica aberto crédito adicional suplementar no montante de **R$ 2.231.000,00** (Dois milhões, duzentos e trinta e um mil reais), com utilização de recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

Atividade: 1016	**Imóveis para Loteamento Popular**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 1024	**Ampliação e Manutenção de Centros Comunitários**
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINSLUCRATIVOS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 14.000,00**
Atividade: 1045	**Estrutura de Internet no Interior**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 80.000,00**
Atividade: 2010	**Festividades e Eventos do Município**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2010	**Festividades e Eventos do Município**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2011	**Divulgações e Publicidades**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 2.000,00**
Atividade: 2015	**Suporte da Secretaria da Administração e Planejamento**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2022	**Ampliação, Reforma e Manutenção do Centro Administrativo**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2031	**Feiras e Exposições**
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINSLUCRATIVOS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 204.000,00**
Atividade: 2032	**Manutenção e Ampliação de Redes de Água Potável**

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2258	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - ESTADO
Recurso: 759	Recursos Vinculados a Fundos - CO 3201
Valor:	**R$ 35.000,00**
Atividade: 2045	**Setor de Pessoal**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 25.000,00**
Atividade: 2055	**Transporte Escolar - Educação Infantil - Creches**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2067	**Transporte Escolar - Ensino Fundamental**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2074	**Alimentação Escolar - Educação Infantil - Pré-escola**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 70.000,00**
Atividade: 2074	**Alimentação Escolar - Educação Infantil - Pré-escola**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 15.500,00**
Atividade: 2076	**Alimentação Escolar - Ensino Fundamental**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 13.500,00**
Atividade: 2077	**Alimentação Escolar - Educação Especial**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2077	**Alimentação Escolar - Educação Especial**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 3.000,00**
Atividade: 2078	**Transporte Escolar - Educação Profissional**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 16.000,00**
Atividade: 2087	**Apoio Cultural a Eventos e Entidades Diversas**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2092	**Apoio a Entidades ou Atletas**
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINSLUCRATIVOS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 5.000,00**
Atividade: 2092	**Apoio a Entidades ou Atletas**
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINSLUCRATIVOS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 5.000,00**
Atividade: 2095	**Suporte da Secretaria de Obras e Viação**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2099	**Redes de Canalização Pluvial e Cloacal**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2101	**Serviços de Trânsito**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2	RECURSO LIVRE (exceto impostos)
Recurso: 501	Outros Recursos não Vinculados
Valor:	**R$ 165.000,00**
Atividade: 2104	**Praças, Parques e Jardins**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2110	**Serviços de Proteção Básica a Crianças e Adolescentes**
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINSLUCRATIVOS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 10.000,00**

Atividade: 2129	**Atendimento à Saúde - Média e Alta Complexidade**
Elemento: 3.3.93.00.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO DE ÓRGÃOS,FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCALE DA SEGURIDADE SOCIAL COM CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUALO ENTE PARTICIPE
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 740.000,00**
Atividade: 2133	**Estratégia de Saúde da Família**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4011	INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA
Recurso: 621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do GovernoEstadual
Valor:	**R$ 30.000,00**
Atividade: 2133	**Estratégia de Saúde da Família**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2133	**Estratégia de Saúde da Família**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4011	INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA
Recurso: 621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do GovernoEstadual
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2141	**Serviços de Abrigamento Terapêutico**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 220.000,00**
Atividade: 2146	**Serviços Odontológicos**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 12.000,00**
Atividade: 2146	**Serviços Odontológicos**
Elemento: 3.1.91.00.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTREÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOSORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2153	**Ações de Vigilância Sanitária e Prevenção de Doenças**
Elemento: 3.1.91.00.00.00.00RG: 40	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTREÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOSORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIALACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 5.000,00**
Atividade: 2169	**Administração de Resíduos Sólidos**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2	RECURSO LIVRE (exceto impostos)
Recurso: 501	Outros Recursos não Vinculados
Valor:	**R$ 261.000,00**
Total das Suplementações por Redução:	**R$ 2.231.000,00**

Art. 2º- Para dar cobertura aos créditos abertos no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial ou total das dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

Atividade: 1006	**Parque Industrial de Ibirubá**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 40.000,00**
Atividade: 2014	**Promoções de Eventos Esportivos**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 100.000,00**
Atividade: 2024	**Atividades de Estágios Remunerados**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 120.000,00**
Atividade: 2033	**Programa de Assistência ao Setor Metal Mecânico**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 60.000,00**
Atividade: 2038	**Suporte da Secretaria da Indústria, Comércio e Empreendimento**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 40.000,00**
Atividade: 2052	**Atividades de Educação Infantil - Creches**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 122.000,00**
Atividade: 2052	**Atividades de Educação Infantil - Creches**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 182.000,00**
Atividade: 2073	**Transporte Escolar - Pré-escola**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 26.000,00**
Atividade: 2098	**Conservação e Manutenção das Estradas Municipais**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2	RECURSO LIVRE (exceto impostos)
Recurso: 501	Outros Recursos não Vinculados
Valor:	**R$ 426.000,00**
Atividade: 2100	**Limpeza Pública**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2107	**Conservação e Manutenção de Ruas e Passeios Públicos**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 80.000,00**
Atividade: 2107	**Conservação e Manutenção de Ruas e Passeios Públicos**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2128	**Suporte da Secretaria da Saúde**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4011	INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA
Recurso: 621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do GovernoEstadual
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2129	**Atendimento à Saúde - Média e Alta Complexidade**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 540.000,00**
Atividade: 2131	**Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4011	INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA
Recurso: 621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do GovernoEstadual
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2138	**Oficinas Terapêuticas**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4011	INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA
Recurso: 621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do GovernoEstadual
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2144	**Atendimento à Saúde - Rede Hospitalar**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 150.000,00**
Atividade: 2144	**Atendimento à Saúde - Rede Hospitalar**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 60.000,00**
Atividade: 2169	**Administração de Resíduos Sólidos**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 100.000,00**
Atividade: 2182	**Departamento de Defesa Civil**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2258	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - ESTADO
Recurso: 759	Recursos Vinculados a Fundos - CO 3201
Valor:	**R$ 35.000,00**
Total das Reduções:	**R$ 2.231.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de em 01 de setembro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ-RS, em 01 de setembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita Municipal

Registre-se. Publique-se.
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN
Secretário da Administração e Planejamento

Publicado por:
Eder Luis Donato
Código Identificador:41AB7A6B

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 4976-2025

DECRETO Nº 4.976/2025
De 01 de outubro de 2025

Abre crédito suplementar com recursos provenientes de resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita de Ibirubá-RS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 03 de abril de 1990 e suas alterações e conforme Lei Municipal nº 3.155/2024, de 19 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual para o exercício 2025),

DECRETA

Art. 1º- Fica aberto crédito adicional suplementar no montante de **R$ 2.160.810,00** (Dois milhões, cento e sessenta mil, oitocentos e dez reais), com utilização de recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

Atividade: 1009	**Construção e Ampliação de Espaços Esportivos**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 15.000,00**
Atividade: 1016	**Imóveis para Loteamento Popular**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 1016	**Imóveis para Loteamento Popular**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 35.000,00**
Atividade: 1021	**Aquisição de Veículos - Saúde**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 5.000,00**
Atividade: 2010	**Festividades e Eventos do Município**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2010	**Festividades e Eventos do Município**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2	RECURSO LIVRE (exceto impostos)
Recurso: 501	Outros Recursos não Vinculados
Valor:	**R$ 152.000,00**
Atividade: 2013	**Manutenção da Junta de Alistamento Militar**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 5.000,00**
Atividade: 2015	**Suporte da Secretaria da Administração e Planejamento**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2015	**Suporte da Secretaria da Administração e Planejamento**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2015	**Suporte da Secretaria da Administração e Planejamento**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2015	**Suporte da Secretaria da Administração e Planejamento**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2017	**Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2022	**Ampliação, Reforma e Manutenção do Centro Administrativo**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2032	**Manutenção e Ampliação de Redes de Água Potável**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2258	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - ESTADO
Recurso: 759	Recursos Vinculados a Fundos - CO 3201
Valor:	**R$ 27.260,00**
Atividade: 2052	**Atividades de Educação Infantil - Creches**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS

RG: 31	F U N D E B -31
Recurso: 540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2056	**Atividades de Ensino Fundamental**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 31	F U N D E B -31
Recurso: 540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
Valor:	**R$ 75.000,00**
Atividade: 2056	**Atividades de Ensino Fundamental**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 35.000,00**
Atividade: 2058	**Suporte da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 1.400,00**
Atividade: 2058	**Suporte da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 150,00**
Atividade: 2058	**Suporte da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 2.500,00**
Atividade: 2058	**Suporte da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto**
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 12.500,00**
Atividade: 2067	**Transporte Escolar - Ensino Fundamental**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2079	**Setor de Engenharia e Arquitetura**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2084	**Educação Especial - APAE**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 31	F U N D E B -31
Recurso: 540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2092	**Apoio a Entidades ou Atletas**
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2092	**Apoio a Entidades ou Atletas**
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2094	**Escolinhas Esportivas**
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 6.000,00**
Atividade: 2096	**Ações do Corpo de Bombeiros**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2102	**Serviços de Iluminação Pública**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2006	CONTRIB. CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Recurso: 751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP
Valor:	**R$ 25.000,00**
Atividade: 2110	**Serviços de Proteção Básica a Crianças e Adolescentes**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 40.000,00**
Atividade: 2128	**Suporte da Secretaria da Saúde**
	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE
Elemento: 3.1.91.00.00.00.00	ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 5.000,00**

Atividade: 2129	**Atendimento à Saúde - Média e Alta Complexidade**
	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO DE ÓRGÃOS,
Elemento: 3.3.93.00.00.00.00	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL COM CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUAL O ENTE PARTICIPE
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 804.000,00**
Atividade: 2130	**Manutenção da Frota e Serviços de Transporte**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 5.000,00**
Atividade: 2130	**Manutenção da Frota e Serviços de Transporte**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2130	**Manutenção da Frota e Serviços de Transporte**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 60.000,00**
Atividade: 2131	**Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4501	ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMB. E HOSPITALAR
Recurso: 600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor:	**R$ 55.000,00**
Atividade: 2133	**Estratégia de Saúde da Família**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4500	ATENÇÃO BÁSICA
Recurso: 600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor:	**R$ 70.000,00**
Atividade: 2133	**Estratégia de Saúde da Família**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2133	**Estratégia de Saúde da Família**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 100.000,00**
Atividade: 2133	**Estratégia de Saúde da Família**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4011	INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA
Recurso: 621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2141	**Serviços de Abrigamento Terapêutico**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 20.000,00**
Atividade: 2141	**Serviços de Abrigamento Terapêutico**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 5.000,00**
Atividade: 2141	**Serviços de Abrigamento Terapêutico**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 5.000,00**
Atividade: 2146	**Serviços Odontológicos**
	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE
Elemento: 3.1.91.00.00.00.00	ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2146	**Serviços Odontológicos**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2153	**Ações de Vigilância Sanitária e Prevenção de Doenças**
Elemento: 3.1.91.00.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
RG: 40	ACOES E SERV.PUBL.SAUDE-ASPS-40
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1002
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2178	**Indenizações e Restituições**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 30.000,00**

Atividade: 2186	**Vigilância e Zeladoria de Prédios Públicos**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 15.000,00**
Atividade: 2186	**Vigilância e Zeladoria de Prédios Públicos**
Elemento: 3.1.91.00.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 10.000,00**
Total das Suplementações por Redução:	**R$ 2.160.810,00**

Art. 2º- Para dar cobertura aos créditos abertos no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial ou total das dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

Atividade: 1004	**Aquisição de Veículos, Máquinas e Implementos Agrícolas**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 37.000,00**
Atividade: 1006	**Parque Industrial de Ibirubá**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 1011	**Aquisição de Máquinas e Veículos**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 405.000,00**
Atividade: 1024	**Ampliação e Manutenção de Centros Comunitários**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 100.000,00**
Atividade: 1045	**Estrutura de Internet no Interior**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 150.000,00**
Atividade: 2028	**Manutenção de Veículos, Máquinas e Equipamentos**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 100.000,00**
Atividade: 2032	**Manutenção e Ampliação de Redes de Água Potável**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 60.000,00**
Atividade: 2052	**Atividades de Educação Infantil - Creches**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 67.500,00**
Atividade: 2052	**Atividades de Educação Infantil - Creches**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 20	M D E-20
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos - CO 1001
Valor:	**R$ 150.000,00**
Atividade: 2056	**Atividades de Ensino Fundamental**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 31	F U N D E B -31
Recurso: 540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
Valor:	**R$ 145.000,00**
Atividade: 2093	**Manutenção, Conservação e Adequação de Espaços Esportivos**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 70.000,00**
Atividade: 2098	**Conservação e Manutenção das Estradas Municipais**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2	RECURSO LIVRE (exceto impostos)
Recurso: 501	Outros Recursos não Vinculados
Valor:	**R$ 152.000,00**
Atividade: 2100	**Limpeza Pública**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 55.050,00**
Atividade: 2102	**Serviços de Iluminação Pública**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2006	CONTRIB. CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Recurso: 751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP
Valor:	**R$ 25.000,00**
Atividade: 2105	**Manutenção do Parque de Máquinas**

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 250.000,00**
Atividade: 2112	**Suporte da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Habitação**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 40.000,00**
Atividade: 2117	**Casa de Passagem**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2120	**Programa de Requalificação Profissional**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 32.000,00**
Atividade: 2128	**Suporte da Secretaria da Saúde**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4011	INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA
Recurso: 621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2129	**Atendimento à Saúde - Média e Alta Complexidade**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4501	ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMB. E HOSPITALAR
Recurso: 600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor:	**R$ 55.000,00**
Atividade: 2133	**Estratégia de Saúde da Família**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4500	ATENÇÃO BÁSICA
Recurso: 600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor:	**R$ 70.000,00**
Atividade: 2182	**Departamento de Defesa Civil**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2258	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - ESTADO
Recurso: 759	Recursos Vinculados a Fundos - CO 3201
Valor:	**R$ 27.260,00**
Atividade: 2182	**Departamento de Defesa Civil**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 1	RECURSO LIVRE
Recurso: 500	Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**R$ 60.000,00**
Total das Reduções:	**R$ 2.160.810,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de em 01 de outubro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ-RS, em 01 de outubro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita Municipal

Registre-se. Publique-se.
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN
Secretário da Administração e Planejamento

Publicado por:
Eder Luis Donato
Código Identificador:DFDEABC5

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 4977-2025

DECRETO Nº 4.977/2025 De 01 de outubro de 2025

Abre crédito suplementar com recursos provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, por Excesso de Arrecadação no exercício corrente e por Excesso de Arrecadação proveniente de Auxílios e Convênios.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita de Ibirubá-RS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 03 de abril de 1990 e suas alterações e conforme Lei Municipal nº 3.155/2024, de 19 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual para o exercício 2025),
DECRETA
Art. 1º- Fica aberto crédito adicional suplementar no montante de **R$ 25.580,30** (Vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta reais e trinta centavos), com utilização de recursos de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

Atividade: 2056	**Atividades de Ensino Fundamental**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS

RG: 22250	FNDE - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - LEI 14.640/2023
Recurso: 2569	Outras Transferências de Recursos do FNDE
Valor:	**R$ 25.580,30**
Total das Suplementações por Superávit financeiro: R$ 25.580,30	

Art. 2º - Fica aberto crédito suplementar no montante de **R$ 248.317,43** (Duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e dezessete reais e quarenta e três centavos), com utilização de recursos do Excesso de Arrecadação no exercício corrente, para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

Atividade: 1018	**Ampliação e Adequação de Unidades Básicas de Saúde**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4294	FES - Construções e Ampliações
Recurso: 621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:	**R$ 8.242,44**
Atividade: 1021	**Aquisição de Veículos - Saúde**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4505	INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE
Recurso: 601	Transf. Fundo a Fundo de Rec do SUS prov do Gov Fed - Bloco de Estrut da Rede de Serv Públ de Saúde
Valor:	**R$ 22.627,23**
Atividade: 2052	**Atividades de Educação Infantil - Creches**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 30	FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO VAAR
Recurso: 543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
Valor:	**R$ 70.000,00**
Atividade: 2052	**Atividades de Educação Infantil - Creches**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 30	FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO VAAR
Recurso: 543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2056	**Atividades de Ensino Fundamental**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2250	FNDE - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - LEI 14.640/2023
Recurso: 569	Outras Transferências de Recursos do FNDE
Valor:	**R$ 7.895,38**
Atividade: 2132	**Atendimento à Saúde - Atenção Básica**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4500	ATENÇÃO BÁSICA
Recurso: 600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor:	**R$ 50.000,00**
Atividade: 2135	**Vigilância Epidemiológica**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 4507	INVESTIMENTOS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Recurso: 601	Transf. Fundo a Fundo de Rec do SUS prov do Gov Fed - Bloco de Estrut da Rede de Serv Públ de Saúde
Valor:	**R$ 3.552,38**
Atividade: 2174	**Centro de Referência em Assistência em Social**
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2264	FNAS - INCREMENTO TEMPORÁRIO PROTEÇÃO BÁSICA - MP 1.218/2024
Recurso: 660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Valor:	**R$ 21.000,00**
Atividade: 2182	**Departamento de Defesa Civil**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2258	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - ESTADO
Recurso: 759	Recursos Vinculados a Fundos - CO 3201
Valor:	**R$ 10.000,00**
Atividade: 2182	**Departamento de Defesa Civil**
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2258	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - ESTADO
Recurso: 759	Recursos Vinculados a Fundos - CO 3201
Valor:	**R$ 5.000,00**
Total das Suplementações por Excesso de Arrecadação: R$ 248.317,43	

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar no montante de **R$ 120.000,00** (cento e vinte mil reais), com utilização de recursos do Excesso de Arrecadação, oriundos de auxílios e convênios entre o Município e outros entes governamentais, para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

Atividade: 1009	**Construção e Ampliação de Espaços Esportivos**
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS
RG: 2270	CONVÊNIO 879/2025 - ILUMINAÇÃO QUADRAS FLORESTA E PROGRESSO
Recurso: 701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados
Valor:	**R$ 120.000,00**
Total das Suplementações por Excesso de Arrecadação (Auxílios e Convênios):	**R$ 120.000,00**

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de em 01 de outubro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ-RS, em 01 de outubro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita Municipal

Registre-se. Publique-se.
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN
Secretário da Administração e Planejamento

Publicado por:
Eder Luis Donato
Código Identificador:F5FD9ED6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.° 54, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025. EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE MONITOR E PROFESSOR DE LICENCIATURA EM MÚSICA POR PRAZO DETERMINADO, COM CADASTRO RESERVA.

O Prefeito Municipal de Independência- RS, no uso de suas atribuições, visando à **contratação de monitor e professor de licenciatura em música por prazo determinado, com cadastro reserva,** para desempenhar funções, junto à Secretaria de Educação, amparado em excepcional interesse público, com fulcro no art. 37, IX, da Constituição da República, e arts.194 a 197 da Lei Municipal n° 1.700/05, de 27 de setembro de 2005, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e no DECRETO N.° 97, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023:

FUNÇÃO	VAGAS
MONITOR 40 HORAS	18+CR
MONITOR 20 HORAS	04+CR
PROFESSOR DE LICENCIATURA EM MÚSICA 30 HORAS	01+CR

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão composta por três servidores, designados através da **Portaria n.° 30, de 10 de fevereiro de 2025.**
1.1.1 As reuniões e deliberações da Comissão serão objeto de registros em atas.
1.2 Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.
1.3 O edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, sendo o seu extrato veiculado, ao menos uma vez, em jornal de circulação local, no mínimo cinco dias antes do encerramento das inscrições.
1.4 Os demais atos e decisões inerentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão publicados no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e em meio eletrônico, se houver.
1.5 Os prazos definidos neste Edital observarão o disposto no art. 199 da Lei Municipal nº 1.700/05, 27 de setembro de 2005.
1.6 O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise de currículos dos candidatos pela Comissão, conforme critérios definidos neste Edital.
1.7 A contratação será por prazo determinado conforme determinado em legislação e se regerá pelo Regime Jurídico Estatutário.

2. ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA
2.1 As funções temporárias de que trata este Processo Seletivo Simplificado corresponde ao exercício das seguintes atividades:

FUNÇÃO: MONITOR 40 HORAS
ATRIBUIÇÕES: Executar atividades diárias de recreação, de artes, entretenimento e rítmicas sob a orientação de profissional da educação; acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades sociais em auxílio ao professor; executar, orientar e auxiliar as crianças no que refere a higiene pessoal e na alimentação; servir as refeições e auxiliar as crianças menores a se alimentar, auxiliar as crianças a desenvolverem a coordenação motora, mediante exercícios e brinquedos, conforme orientação do professor responsável; observar a saúde e o bem estar das crianças comunicando ao professor qualquer alteração ajudando, quando necessário, a levá-las ao atendimento médico e ambulatorial; ajudar a ministrar os medicamentos, conforme prescrição médica sob orientação; orientar os pais quanto à higiene infantil; comunicar ao professor e à direção da escola qualquer incidente ou dificuldade ocorrida; ajudar o professor na apuração da frequência diária e mensal das crianças; incentivar nas crianças ou adolescentes hábitos de higiene, de boas-maneiras, de educação informal e de saúde; despertar nos escolares o senso de responsabilidade, guiando-os no cumprimento de seus deveres; atender as crianças ou adolescentes nas suas atividades extra-classe e quando em recreação; observar o comportamento dos alunos nas horas de alimentação; zelar pela disciplina nos estabelecimentos de ensino e áreas adjacentes; assistir à entrada e à saída dos alunos; encarregar-se de receber, distribuir e recolher diariamente os livros de chamada e outros papéis referentes ao movimento escolar em cada classe; prover as salas de aula do material escolar indispensável; arrecadar e entregar na Secretaria do Estabelecimento, livros, cadernos e outros objetos esquecidos pelos alunos; colaborar nos trabalhos de assistência aos escolares em casos de emergência, como acidentes ou moléstias repentinas; comunicar à autoridade competente os atos relacionados à quebra da disciplina ou qualquer anormalidade verificada; receber e transmitir recados; planejar e executar as ações a serem desenvolvidas nos projetos/programas oriundos de convênios que o Município mantém com o Estado e/ou a União, seguindo as orientações superiores; desenvolvendo as atividades com grupos de mães, idosos, crianças e adolescentes; orientando as famílias no sentido de buscar bem estar social e fortalecimento dos vínculos familiares, com ênfase nas crianças; Apresentar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas; repassar informações ao Setor Competente do Município acerca de eventuais providências que podem e devem ser adotadas para melhorar as condições de vida das famílias; executar outras tarefas afins.

FUNÇÃO: MONITOR 20 HORAS
ATRIBUIÇÕES: Acompanhar para acompanhar os estudantes de 03 (três) a 05 (cinco) anos no transporte escolar, e acompanhar os alunos que participam das aulas musicais (banda e instrumentos musicais) que acontecem nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, podendo também estar junto às escolas municipais exercendo as atribuições do cargo de monitor, de acordo com a demanda das mesmas.

FUNÇÃO: PROFESSOR DE LICENCIATURA EM MÚSICA
ATRIBUIÇÕES: São atribuições específicas dos ocupantes do cargo de Professor de Educação Básica em Música, o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem propriamente dito, sob a forma de atividades técnico-pedagógicas de planejamento, execução e avaliação; participação no processo de integração de educandos especiais; participação em reuniões pedagógicas; participação no processo de planejamento e avaliação, inerentes às unidades escolares e ao sistema municipal de ensino. Executar as demais atribuições dentre sua habilitação profissional, reger banda e coral infantil, acompanhar o grupo em apresentações, ministrar aulas de flauta, violão e outros instrumentos musicais.

2.2 A carga horária semanal deverá ser desenvolvida diariamente, de acordo com horário definido pela autoridade competente mediante ato próprio, na forma que segue.

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
MONITOR	40 horas

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
MONITOR	20 horas

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE LICENCIATURA EM MÚSICA	30 horas

2.3 Pelo efetivo exercício da função temporária, será pago mensalmente aos contratados os vencimentos na forma estipulada no quadro que segue, nele compreendendo-se além da efetiva contraprestação pelo trabalho, o descanso semanal remunerado.

FUNÇÃO	VENCIMENTO
MONITOR 40 horas	R$ 2.124,77

FUNÇÃO	VENCIMENTO
MONITOR 20 horas	R$ 1.062,39

FUNÇÃO	VENCIMENTO
PROFESSOR DE LICENCIATURA EM MÚSICA 30 HORAS	R$ 4.600,36

2.3.1 Além do vencimento o contratado fará jus às seguintes vantagens funcionais: horas extras na eventual extrapolação da carga horária diária e semanal, desde que previamente
convocado pelo superior hierárquico; gratificação natalina proporcional ao período trabalhado; férias proporcionais acrescidas de um terço, indenizadas ao final do contrato; inscrição no Regime Geral de Previdência.
2.3.2 Sobre o valor total da remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários.
2.4 Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários pelos arts.129 a 130 do Regime Jurídico, sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar do mesmo Diploma, no que couber.

INSCRIÇÕES
3.1 As inscrições serão recebidas junto à sede do Município, sito à Rua Senador Pinheiro, n.º 1348, **no Setor de Protocolos**, no período de **08/12/2025 à 12/12/2025 (dias úteis)**, no horário compreendido entre às 8h30min às 11h e 30min e das 13:30h às 17 horas.
3.1.1 Não serão aceitas inscrições fora de prazo.
3.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.
3.3 As inscrições serão gratuitas.

4. CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO
4.1 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, **o candidato deverá apresentar cópia dos documentos abaixo exigidos neste edital, preencher e assinar ficha de inscrição *disponibilizados no ato da inscrição; a entrega SOMENTE SERÁ ATRAVÉS DE PROTOCOLO em envelope lacrado e assinado pelo candidato,* junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura,** contendo os seguintes documentos:
4.1.1 Ficha de inscrição disponibilizada no ato pelo Setor de Protocolos, devidamente preenchida e assinada.
4.1.2 Cópia simples de documento de identidade oficial com foto, quais sejam:
-Carteiras ou cédulas de identidades expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.;
-Cópia de Certificado de Reservista; Passaporte;
-Cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97, artigo 15);
4.1.3 Currículo profissional, **conforme item 6**, de acordo com o modelo apresentado no Anexo I do presente edital, acompanhado de cópia dos títulos que comprovam as informações contidas no currículo, devidamente preenchido e assinado;
4.1.4. Os documentos apresentados são de responsabilidade do candidato.
4.1.5. As inscrições deverão obrigatoriamente ser realizadas pelo próprio candidato ou por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato e poderes especiais.

5. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
5.1 Encerrado o prazo fixado pelo item 3.1, a Comissão publicará, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e no site do Município, www.independencia.rs.gov.br, no prazo de um dia, o edital contendo a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.
5.2 Os candidatos que não tiveram as suas inscrições homologadas poderão interpor recursos escritos perante a Comissão, no prazo de um dia, mediante a apresentação das razões que ampararem a sua irresignação.
5.2.1 No prazo de um dia, a Comissão, apreciará o recurso, podendo reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de inscrições homologadas.
5.2.3 Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo de um dia.
5.2.4 A lista final de inscrições homologadas será publicada na forma do item 5.1, no prazo de um dia, após a decisão dos recursos.

6. FORMATAÇÃO DOS CURRÍCULOS
6.1 O currículo profissional deverá ser preenchido pelo candidato nos moldes do Anexo I do presente Edital.
6.2 Os critérios de avaliação dos currículos totalizarão o máximo de cem pontos.
6.3 A escolaridade exigida para o desempenho da função não será objeto de avaliação.
6.4 Somente serão considerados os títulos expedidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que atenderem os critérios definidos neste Edital.
6.5 Nenhum título receberá dupla valoração.
6.6 A classificação dos candidatos será efetuada através da pontuação dos títulos apresentados, em uma escala de zero a cem pontos, conforme os seguintes critérios:

FUNÇÃO DE MONITOR 40 HORAS

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Comprovação de experiência nas funções de **MONITOR**, mediante apresentação de anotação em carteira profissional ou declaração de empregador- pessoa jurídica.	5 pontos p/ cada ano	40
Graduação na Área de Educação	10	10
Pós-Graduação na Área de Educação	20	20
Cursos de aperfeiçoamento na área de educação, com duração mínima de 8 horas (não há somatório na duração entre um curso e outro).	05	30
TOTAL		**100**

FUNÇÃO DE MONITOR 20 HORAS

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Comprovação de experiência nas funções de **MONITOR**, mediante apresentação de anotação em carteira profissional ou declaração de empregador- pessoa jurídica.	5 pontos p/ cada ano	40
Graduação na Área de Educação	10	10
Pós-Graduação na Área de Educação	20	20
Cursos de aperfeiçoamento na área de educação, com duração mínima de 8 horas (não há somatório na duração entre um curso e outro).	05	30
TOTAL		**100**

FUNÇÃO DE PROFESSOR DE LICENCIATURA EM MÚSICA30 HORAS

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Comprovação de experiência nas funções de **PROFESSOR DE MÚSICA**, mediante apresentação de anotação em carteira profissional ou declaração de empregador- pessoa jurídica.	5 pontos p/ cada ano	40
Graduação na Área de Educação	10	10
Pós-Graduação na Área de Educação	20	20
Cursos de aperfeiçoamento na área de educação, com duração mínima de 8 horas (não há somatório na duração entre um curso e outro).	05	30
TOTAL		**100**

7. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

7.1 No prazo de três dias, a Comissão deverá proceder à análise dos currículos.

7.2 Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e em meio eletrônico, se houver, abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

8. RECURSOS

8.1 Da classificação preliminar dos candidatos é cabível recurso endereçado à Comissão, uma única vez, no prazo comum de um dia.

8.1.1 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.

8.1.2 Será possibilitada vista dos currículos e documentos na presença da Comissão, permitindo-se anotações.

8.1.3 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados.

8.1.4 Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo de um dia, cuja decisão deverá ser motivada.

9. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

9.1 Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:

9.1.1 apresentar idade mais avançada, dentre aqueles com idade igual ou superior a sessenta anos.

9.1.2 tiver obtido a maior nota no critério de experiência.

9.1.3 Sorteio em ato público.

9.2 O sorteio ocorrerá em local e horário previamente definido pela Comissão, na presença dos candidatos interessados, os quais serão convocados por telefone, correio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

9.3 A aplicação do critério de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

10. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

10.1 Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação, no prazo de um dia.

10.2 Homologado o resultado final, será lançado edital com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

11. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

11.1 Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada a contratação pelo Prefeito, será convocado o primeiro colocado, para, no prazo de 2 (dois) dias, prorrogável uma única vez, à critério da Administração, comprovar o atendimento das seguintes condições:

11.1.1 Ser brasileiro ou estrangeiro na forma da lei;

11.1.2 Ter idade mínima de 18 anos;

11.1.3 Apresentar atestado médico exarado pelo serviço oficial do Município, no sentido de gozar de boa saúde física e mental.

11.1.4 Ter nível de formação exigida conforme segue:

FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	OUTRO
MONITOR 40 HORAS	Ter concluído Magistério a Nível Médio ou Ter concluído curso de Pedagogia	-

FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	OUTRO
MONITOR 20 HORAS	Ter concluído Magistério a Nível Médio ou Ter concluído curso de Pedagogia	-

FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	OUTRO
PROFESSOR DE LICENCIATURA EM MÚSICA 30 HORAS	Ter concluído Ensino Superior, Licenciatura Plena em Música	-

11.1.5 Apresentar os demais documentos que segue:
Carteira de Identidade Civil válida que contenha o nº do Registro Geral (RG);
Comprovante de estado civil atualizado (Certidão de nascimento, casamento, ou certidão de casamento com averbação de separação, divórcio ou óbito quando for o caso);
Certificado de Reservista ou outro documento de regularidade de situação militar, se do sexo masculino;
Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
Título de Eleitor;
Certidão de Quitação Eleitoral *(https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);*
Certidão Negativa de Crimes Eleitorais: *(https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais);*
Alvará de Folha Corrida Judicial *(https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes/);*
Certidão Judicial Cível Negativa *(https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes/);*
Certidão Judicial Criminal Negativa Estadual *(https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes/)*
Certidão Judicial Cível Federal *(https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php?coderr=.5.&cpf=00791721051&tipo_cert=&string_tipo_cert=);*
Certidão Judicial Criminal Negativa Federal *(https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php?coderr=.5.&cpf=00791721051&tipo_cert=&string_tipo_cert=);*
Certidão de Antecedentes Criminais (Polícia Civil); *(https://www.pc.rs.gov.br/emitir-certidao-de-antecedentes-policiais)*
Certidão de Antecedentes Criminais (Polícia Federal); *(https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/)*
j) PIS/PASEP;
l) fotos 3 cm x 4 cm recentes e de frente;
CTPS - página da foto e dos dados pessoais;
Certidão de nascimento de filhos dependentes;
Declaração de inexistência de impedimento para assumir o cargo, consubstanciada no não exercício de outro cargo, emprego ou função pública, constitucionalmente incalculável;
Declaração atualizada dos respectivos bens;
Atestado médico de aptidão para o exercício do cargo fornecido pela junta médica designada pelo Município;
Prova da idade mínima de 18 (dezoito) anos;
Prova da escolaridade mínima completa, da habilitação específica e do preenchimento dos demais requisitos exigidos neste Edital para o cargo pretendido;
Registro no respectivo Conselho Profissional, quando exigido;
Comprovante de consulta a qualificação cadastral com situação "regular", realizada através do site (*https://consultacadastral.inss.gov.br)*, em cumprimento às disposições contidas no Decreto Federal nº 8.373/2014 e Resoluções do Comitê Gestor do eSocial (Federal) nº 1/2015 e nº 4/2015;
Comprovar o endereço por meio de entrega de cópias de conta de luz, de água, de telefone ou de IPTU, em nome do candidato, ou declaração de que o candidato reside no endereço indicado, que deverá estar assinada pelo candidato;
Declaração de ficha limpa (modelo Prefeitura).
11.2 A convocação do candidato classificado será realizada pessoalmente ou por telefone, correio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
11.3 Não comparecendo o candidato convocado no prazo estabelecido ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem cronológica crescente.
11.4 O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de dois anos, prorrogável, uma única vez, por igual período.
11.5 No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.
11.6 Após todos os candidatos aprovados terem sido chamados, havendo ainda a necessidade de contratações para as mesmas funções, novo processo seletivo deverá ser realizado.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.
12.2 Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados os seus endereços.
12.3 Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.
12.4 Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão designada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

EDUARDO MARASCA
Prefeito Municipal

MAURI GUILHERME RICHTER
Secretário de Administração

Registre-se, publique – se e cumpra-se.

ANEXO I
MODELO DE CURRÍCULO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
1. DADOS PESSOAIS
1.1Nome completo: _____
1.2 Filiação: _____
1.3 Nacionalidade: _____
1.4 Naturalidade: _____
1.5 Data de Nascimento: _____
1.6 Estado Civil: _____

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
2.1 Carteira de Identidade e órgão expedidor: _____
2.2 Cadastro de Pessoa Física – CPF: _____
2.3 Título de Eleitor _____ Zona: _____ Seção: _____
2.4 Número do certificado de reservista: _____
2.5 Endereço Residencial: _____
2.6 Endereço Eletrônico: _____
2.7 Telefone residencial e celular: _____
2.8 Outro endereço e telefone para contato ou recado: _____

3. ESCOLARIDADE
3.1 ENSINO FUNDAMENTAL
Instituição de Ensino: _____
Ano de conclusão: _____
3.2 ENSINO MÉDIO
Instituição de Ensino: _____
Ano de conclusão: _____

4. CURSOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA AFIM À FUNÇÃO
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

5. EXPERIÊNCIA
_____

6.INFORMAÇÕES ADICIONAIS:
_____

Independência-RS, .../...../2025.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO II
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

II – Análise de Currículos			
Abertura das Inscrições	5 dias		
Publicação dos Inscritos	1 dia		
Recurso da não homologação das inscrições	1 dia		
Manifestação da Comissão na reconsideração	1 dia		
Julgamento do Recurso pelo Prefeito	1 dia		
Publicação da relação final de inscritos	1 dia		
Análise dos currículos / critério de desempate	3 dias		
Publicação do resultado preliminar	1 dia		
Recurso	1 dia		
Manifestação da Comissão na reconsideração	1 dia		
Julgamento do Recurso pelo Prefeito e Aplicação do critério de desempate	1 dia		
Publicação da relação final de inscritos	1 dia		
TOTAL	18 dias		

Publicado por:
Eliane Neumann Paim
Código Identificador:BD13BD33

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 147, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025. NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE INDEPENDÊNCIA - COMDRI.

EDUARDO MARASCA, PREFEITO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.133, de20 de maio de 1997 e Lei Municipal nº 3.147, de 21 de março de 2023, **NOMEIA** membros, para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Independência - COMDRI, ficando assim constituído:

ENTIDADES / LOCALIDADES	REPRESENTANTES
Secretaria de Agricultura	**Titular:** Jonatan Elizeu Metzhka **Suplente:** Daniela Kresta
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	**Titular**: Josué Leite **Suplente:** Adil Picco
Emater - RS	**Titular:** Paulo Ricardo Sartori **Suplente:** Vera Cristina Minetto Waechter
Associação de Jovens Rurais	**Titular:** Gustavo Copetti **Suplente:** Carlos Glen
Secretaria de Obras e Viação	**Titular:** Jonatas Henrique Kunz **Suplente:** Francieli Redel
ACISAPI - Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agropecuária de Independência	**Titular:** Luana Butzke **Suplente:** Marciane Jost Schakofski Redel
Localidade São Valentim	**Titular:** Gabriel Koscrevik **Suplente:** Luciano Pedro Demboski
Localidade Ponte Queimada/Pinto Bandeira/ Esquina Mota	**Titular:** Jeferson Redel **Suplente:** Daniel José Signori
Localidade Alto Da União	**Titular:** Henrique Pagé Siepmann **Suplente:** Sandro Ludwig
Localidade Conquistadora / São Francisco	**Titular:** Dionatan Cenedese Chrischon **Suplente:** Daniel Motta Leite
Localidade Lajeado Silva	**Titular:** Adilso Picco **Suplente:** Ronald Rost
Localidade Lajeado Bonito	**Titular:** Dionatas Hernandes **Suplente:** Marcos Simon
Localidade Esquina Budel/ Ponte Schimit	**Titular**: Marcos Deckmann **Suplente:** Rui Wasmentel
Localidade Lajeado Encantado	**Titular:** Oneide Moreira de Paula **Suplente:** Amandio Leubleen
Localidade Esquina Krever	**Titular:** Rodrigo Link **Suplente:** Luis Mota
Localidade Lajeado Pessegueirinho / Lajeado Pessegueiro	**Titular:** Jaime Auzani **Suplente:** Gilmar Borges Teixeira
Localidade Esquina Scholz/ Esquina Sutil / São Miguel	**Titular:** João Vitor Meller **Suplente:** Claudio Damski
Localidade Rincão Farias	**Titular:** Volnei Boz **Suplente:** Ricardo Baungartem
Localidade Esquina Salete	**Titular:** Giovani Cadore Zamo **Suplente:** Claudinei Capeletti
Localidade São Roque	**Titular:** Ito Camera **Suplente:** José Telmo de Medeiros Faresin
Localidade Colônia Medeiros / Cinco Esquinas	**Titular:** Elivelto Baungarten **Suplente:** Gabriel Boz
Localidade Esquina Araújo	**Titular:** Gilberto Marasca **Suplente:** Domingos Daniel Colvero
Localidade Colônia Glória/ Esquina Bonfim	**Titular:** Jeter Cunha **Suplente:** Valdir Valandro da Silva
Localidade Rinção Mormaço	**Titular:** Marcos André Machado **Suplente:** Francisco Kosloski
Rincão Faccin	**Titular:** Aldair Reis **Suplente:** Onório Mendonça

Fica revogada a Portaria n.º 145, de 03 de dezembro de 2025.
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05 de dezembro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO DE INDEPENDÊNCIA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

EDUARDO MARASCA
Prefeito Municipal

MAURI GUILHERME RICHTER
Secretário de Administração

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Publicado por:
Camila Signorini
Código Identificador:AF3A2BB3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 547/2025 – CP – EDITAL DE ABERTURA Nº 134/2019

1. O MUNICÍPIO DE PELOTAS, através da **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS,** conforme Parágrafo único do Art.18º da Lei Municipal nº 3.008 de 19 de dezembro de 1986, tendo em vista o não comparecimento e/ou desistência dos candidatos, torna sem efeito as nomeações abaixo relacionadas:

CARGO	**ENFERMEIRO – CONCURSO N° 16/19**
CLASS.	**CANDIDATO**
111°	LISIANE SILVA DE LIMA

CARGO	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM – CONCURSO N° 08/19**
CLASS.	**CANDIDATO**
116°	ROSANE FREDES FARIAS SCHROEDER

2. O MUNICÍPIO DE PELOTAS, através da **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS, NOMEIA**, em **08/12/2025**, conforme Decreto Nº 1673, de 08 de dezembro de 2025, para cargo público, os candidatos abaixo relacionados:

REPOSIÇÃO DO EDITAL N° 538/2025

CARGO	**ENFERMEIRO – CONCURSO N° 16/19**		
CLASS.	**CANDIDATO**	**DATA DA ADMISSÃO: 12/12/2025**	
		HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME MÉDICO	HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME PSICOLÓGICO
151°	JULLIANI QUEVEDO DA ROSA	08:30	08:10

CARGO	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM – CONCURSO N° 08/19**		
CLASS.	**CANDIDATO**	**DATA DA ADMISSÃO: 12/12/2025**	
		HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME MÉDICO	HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME PSICOLÓGICO
158°	VERIDIANE SOARES MÜLLER	08:30	08:50

NOMEAÇÃO

CARGO	**ENFERMEIRO – CONCURSO N° 16/19**		
CLASS.	**CANDIDATO**	**DATA DA ADMISSÃO: 12/12/2025**	
		HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME MÉDICO	HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME PSICOLÓGICO
152°	JOSE RICARDO GUIMARAES DOS SANTOS JUNIOR	08:40	08:10

CARGO	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM – CONCURSO N° 08/19**		
CLASS.	**CANDIDATO**	**DATA DA ADMISSÃO: 12/12/2025**	
		HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME MÉDICO	HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME PSICOLÓGICO
159°	ALEXANDRA ALVES LOURENÇO	08:40	08:10

CARGO	**ADMINISTRADOR – CONCURSO N° 09/19**		
CLASS.	**CANDIDATO**	**DATA DA ADMISSÃO: 12/12/2025**	
		HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME MÉDICO	HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME PSICOLÓGICO
07°	THAIS HELENA KRUMREICH BLANK	08:50	08:10

CARGO	**ECONOMISTA – CONCURSO N° 15/19**		
CLASS.	**CANDIDATO**	**DATA DA ADMISSÃO: 12/12/2025**	
		HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME MÉDICO	HORÁRIO ADMISSIONAL EXAME PSICOLÓGICO
13°	DIONE HENRIQUE PETER	08:50	08:10

•OS EXAMES MÉDICOS E PSICOLÓGICOS OCORRERÃO NAS DATAS E HORÁRIOS AGENDADOS NESTE EDITAL.

•NO DIA AGENDADO, O CANDIDATO DEVERÁ COMPARECER MUNIDO DOS EXAMES LABORATORIAIS E JÁ TER ENVIADO A DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO PELO E-MAIL SARH.ADMISSAO@PELOTAS.RS.GOV.BR**.**

•NÃO HAVENDO INTERESSE NA VAGA, O CANDIDATO DEVE COMUNICAR, IMEDIATAMENTE, PELO E-MAIL SARH.ADMISSAO@PELOTAS.RS.GOV.BR**.**

•A DOCUMENTAÇÃO DEVE SER ENVIADA IMEDIATAMENTE PELO E-MAIL SARH.ADMISSAO@PELOTAS.RS.GOV.BR

•A CÓPIA DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA DEVE SER ENTREGUE NO ATO DA ADMISSÃO.

2.1. DA NOMEAÇÃO

2.1.1 Os candidatos nomeados deverão encaminhar, em formato "pdf", os documentos especificados (frente e verso), em **e-mail único para sarh.admissao@pelotas.rs.gov.br,** constando no **resumo de assunto do e-mail "Nome Completo + Nomeação + Cargo"** e no corpo do e-mail, deverão transcrever a declaração, devidamente preenchida, conforme modelo do Anexo I deste Edital. **Os arquivos devem ser anexados separadamente, estar nomeados de acordo com a lista abaixo e ter o tamanho máximo de 2MB, a cópia de toda documentação também deve ser entregue no ato admissão:**

a) Carteira de Identidade;
b) Comprovante de situação cadastral no CPF, disponível no site:
https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp;
c) Título de eleitor;
d) Certidão de quitação eleitoral, retirada pelo site: http://www.tse.gov.br;
e) Carteira de trabalho + PIS/PASEP ativo;
f) Certificado de quitação militar;
g) Certidão de nascimento dos dependentes declarados no anexo III deste Edital;
h) Carteira de vacinação (filhos menores de 5 anos);
i) Comprovante de frequência escolar dos filhos até 14 anos;
j) Certidão de casamento, divórcio ou união estável (nesse caso, deverá ser anexado também o documento de identidade do (a) companheiro (a);

k) Comprovante de residência atual no nome do candidato (água, luz ou telefone fixo) ou comprovante de residência atual com declaração simples do titular da conta acrescida da cópia do seu documento de identidade (água, luz ou telefone fixo);
l) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso, conforme exigência do cargo:
I) Para os cargos de nível técnico: Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Técnico;
II) Para os cargos de nível superior: Diploma ou Certificado de Conclusão de Graduação, com habilitação específica do cargo.
m) Comprovante de inscrição e regularidade no Conselho Profissional, conforme exigência do cargo;
n) Alvará judicial de folha corrida expedido pelo Foro, retirada pelo site: https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes//;
o) Certidão Judicial Criminal expedido pelo Foro, retirada pelo site: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
p) Certidão de antecedentes policiais, expedida pela Polícia Civil e retirada pelo site: http://www.pc.rs.gov.br;
q) Declaração de bens, conforme modelo anexo;
r) Certidão negativa de processo administrativo disciplinar, no caso de candidato que tem ou já teve vínculo de cargo ou emprego público, nas esferas municipal, estadual e/ou federal;
s) Foto em formato 3x4;
t) Comprovante do número de agência e conta-corrente no Banco Banrisul. Na hipótese de ainda não ter conta bancária junto ao Banrisul, favor informar;
u) Declarações disponíveis no Anexo II deste Edital;
v) Ficha de Identificação disponível no Anexo III deste Edital;
x) Exames laboratoriais e demais documentos para o exame de saúde, considerando:
I) hemograma com plaquetas;
II) glicemia de jejum;
III creatinina;
IV) EQU;
V) VDRL;
VI) VHS;
VII) vacinas: tríplice viral (até 49 anos); tétano, hepatite b e Covid 19.
2.1.2 Os candidatos que tem ou já tiveram vínculo em cargo ou emprego público com o Município de Pelotas deverão solicitar a emissão de certidão negativa de processo administrativo disciplinar, emitida pela Procuradoria Geral dos Municípios, situada na Av. Ferreira Viana, nº 1135.
2.1.3 Toda a comunicação para o processo admissional dar-se-á exclusivamente para o e-mail recebido dos candidatos, ficando estes cientes e responsáveis pelo acompanhamento das informações e procedimentos que serão encaminhados.
2.1.4 Os candidatos deverão comparecer na data agendada, acompanhados de todos os documentos originais, inclusive exames laboratoriais, ou seja, devem apresentar os documentos físicos no ato da admissão.
2.1.5 Os exames admissionais, médico e psicológico, ocorrerão na Secretaria de Recursos Humanos, Rua General Osório, nº 938. Após a realização dos referidos exames, os candidatos deverão dirigir-se ao Setor de Admissão de Pessoal, situado na rua General Osório, nº 918, horário de funcionamento das 08:00h às 14:00h, portando os laudos de aptidão médica e psicológica.
2.1.6 O prazo de posse se encerra em **27 de dezembro de 2025**, conforme estabelecido no Artigo 18 da Lei Municipal nº 3.008/86 (Estatuto) e nos termos das Leis Municipais nº 3.775/93 e nº 6.518/17. Os candidatos só serão empossados, na forma da lei, se preencherem os requisitos exigidos para o cargo e apresentarem toda a documentação, informações e laudos de aptidão da avaliação médica e psicológica até a referida data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pelotas, 08 de dezembro de 2025.

RENATA DE VARGAS RIBEIRO
Diretora de Recursos Humanos

CARLA DA SILVA CASSAIS
Secretária de Recursos Humanos

Publicado por:
Luciane Maria Medina Avila
Código Identificador:8F1F2FA1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I COMPLEMENTAR – TERMO DE FOMENTO N° 33/2025

Trata-se de anexo referente ao "TERMO DE FOMENTO 33/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO E LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ", conforme o Processo Administrativo nº 1435/2025.

LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ

Santana do Livramento/RS

Fone:(55) 93300.2589

CNPJ:89.422.653/0001–72

Utilidade Pública Municipal Le inº 2.612 de 12/01/1990

PLANO DE TRABALHO

PARTE 1: DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC

I. DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC	
Nome da parceria: "ACONCHEGO 2025"	
Nome da OSC: LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ	
Endereço completo: Rua Moisés Viana nº 300, Bairro Hidráulica, Santana do Livramento/RS	
CNPJ: 89.422.653/0001-72	
Site,Rede Social, outros: @lardainfancia_danielalbornoz	
Telefone fixo:	Telefone celular:(55) 93300.2589
E-mail da OSC: lardainfanciadanielalbornoz@gmail.com	

II. DADOS DA CONTA BANCÁRIA DA OSC

Titular da conta: LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ
Banco: Banco do Brasil
Agência: 0035-3
Conta-Corrente: 68204-7

III. REPRESENTANTE LEGAL DA PARCERIA		
Nome do(a) representante legal: LÚCIA FREITAS MARQUES		
Cargo:Diretora Presidente		
RG: 1013175581	Órgão expedidor: SSP/RS	CPF: 352.331.680-49
Telefone fixo:	Telefone celular: (55) 99704.6946	
E-mail do(a) responsável: luciamarques098@gmail.com		

IV.DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO PROJETO	
TÍTULO DO PROJETO:"ACONCHEGO 2025"	
PERÍODO DE EXECUÇÃO:2 MESES APÓS LIBERAÇÃO DO RECURSO	
INÍCIO: NO RECEBIMENTO DO RECURSO	TÉRMINO:2 MESES APÓS O RECEBIMENTO DO RECURSO
JUSTIFICATIVA: A vida de crianças institucionalizadas é marcada por rompimentos afetivos, sendo que além da ruptura com o núcleo familiar, outros lutos importantes ocorrem como o rompimento de relacionamento e convívio com outras crianças acolhidas, com as quais construíram um vínculo afetivo, e também com os cuidadores sociais, o que pode ocasionar ou agravar o sentimento de abandono e desproteção. Devido a toda a complexidade e fragilidade emocional que se encontra a criança do acolhimento institucional, faz-se necessário mencionar a importância do papel da instituição no desenvolvimento dos protegidos, uma vez que ela passa, ainda que de forma passageira, períodos significativos de seu crescimento e infância na entidade. É imprescindível que a instituição promova um ambiente acolhedor às crianças, que não reproduza as experiências de violência vivenciadas em casa, o que é indispensável para que o processo de reinserção social das mesmas se dê da forma mais saudável (CARVALHO et al 2015). De acordo com Siqueira & Dell'Aglio (2006), as instituições assumem lugar central na vida das crianças e adolescentes acolhidos, e por este motivo, é necessário investir neste espaço de socialização. Torna-se determinante investir em relações mais estáveis e afetuosas neste ambiente. É necessário que a instituição faça parte da rede de apoio social e afetivo, que forneça recursos de enfrentamentos de situações negativas, além de modelos identificatórios positivos, segurança e proteção. Com tudo isso, o ambiente estará propício para fornecer às crianças e adolescentes acolhidos um pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo (ÁLVARES; LOBATO, 2013, p.154). A realidade anteriormente vivida por algumas, se não a maioria das crianças, é de ter vivido em um ambiente físico e social bastante empobrecido e desordenado, e a instituição, nestes casos, pode atuar como uma recuperação e crescimento psicológico das crianças envolvidas nestas situações (Bronfenbrenner Apud ÁLVARES; LOBATO, 2013). Diante do exposto, há de se considerar acerca do importante papel que a instituição de acolhimento desempenha neste momento tão delicado vivenciado pelos infantes, que é considerado um lugar de falta, dor e respectivas perdas. O Educador Social, que lida com a criança diariamente em período integral, desempenha importantíssimo papel para a saúde da criança, "não apenas no ato de alimentar, auxiliar com a higiene, espaço de lazer, mas em todas as necessidades básicas, como proteção, cuidado, carinho e estabelecimento de um vínculo estável" (CARVALHO et al 2015). Entendendo que nos últimos dois anos a instituição esteve com sua capacidade máxima de vagas preenchidas e em alguns momentos chegou a extrapolar sua lotação sua infra-estrutura física e material foram utilizadas em sua plenitude, portanto é necessário para continuar garantindo um ambiente adequado com segurança conforto e cuidado que bens, móveis e utensílios sejam renovados. É fundamental ressaltar que uma instituição de acolhimento deve operar ininterruptamente, 24 horas por dia, durante todos os 365 dias do ano. Para garantir a proteção e o bem-estar dos acolhidos, é imperativo que a instituição observe rigorosamente a legislação vigente, incluindo a Nota Técnica da NOB-SUAS - Orientações Técnicas para o Acolhimento institucional do Sistema Único de Assistência Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Constituição Federal e demais regulamentações aplicáveis. Tal conformidade legal não apenas assegura os direitos dos acolhidos, mas também reflete o compromisso da instituição com a qualidade dos serviços prestados.	

DETALHAMENTO DAS AÇÕES:

Adquirir equipamentos e material de expediente, para garantir o bom funcionamento da Instituição;
Restaurar brinquedos da pracinha a fim de proporcionar mais segurança aos acolhidos;
Apresentação de relatório de execução do objeto e de execução financeira, com descrição dos itens adquiridos,apresentação das notas dos produtos e ainda fotos dos ambientes onde estão os bens adquiridos.

OBJETIVOS E METAS:

Objetivo geral: Que as crianças e adolescentes possam usufruir de um ambiente acolhedor, protetivo e seguro.
Adquirir equipamentos e material de expediente para garantir o bom funcionamenrto da instituição;
Restaurar brinquedos da pracinha a fim de garantir maior segurança aos acolhidos.

PÚBLICO-ALVO BENEFICIADO:
Crianças e adolescentes de 0 (zero) à 18 (dezoito) anos incompletos.

CONTRAPARTIDA:

Contribuição dos Associados; Contribuição de Voluntários; Convênios: Fundo Municipal de Assistência Social; Projetos: COMDICA; Eventos Sociais e atividades realizadas na instituição.

VALOR GLOBAL DA PARCERIA:
CONFORME ORÇAMENTO ANEXO

V.MODALIDADE DE APOIO		
Tipo de apoio:	X	Emenda Parlamentar à Lei Orçamentária nº 199 Vereador Luis Eduardo Reis do Amaral
		Justificativa de Dispensa ou Inexigibilidade:

VI. RECURSOS COMPLEMENTARES		
Existência ou ausência de recursos complementares:		Inexistência de recursos complementares
	X	Existência de recursos complementares -Contribuição dosAssociados;Contribuiçãode Voluntários;Convênios:FundoMunicipalde Assistência Social; Projetos: COMDICA; Eventos Sociais e atividades realizadas na Instituição

VII. ANEXOS (OBRIGATÓRIOS)		
	X	1. Ofício do parlamentar (formulário anexo)
	X	2. Plano de Trabalho de Termo de Fomento
	X	3. Cópia do estatuto registrado e suas alterações
	X	4. Comprovante de que o CNPJ da Organização tem mais de um ano.
	X	5. Comprovante de endereço de funcionamento da Organização

	X	6. Certidão geral de débitos federal ATUALIZADA
	X	7. Certidão geral de débitos estadual ATUALIZADA
	X	8. Certidão geral de débitos municipal ATUALIZADA
	X	9.Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ATUALIZADO
	X	10. Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre com o disposto no inc. XXXIII do art.7º da Constituição da República;
	X	11. Declaração, sob as penas da Lei, de que não incorre no previsto no art.39 da Lei Federal nº13.019, de 2014;
	X	12. Apresentação de conta bancária especifica para manter e movimentar os recursos
	X	13. A Organização não possui, entre seus dirigentes, administradores ou associados com poder de direção, cônjuge,companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público com cargo em comissão ou função de confiança lotado na OSC e não realizará pagamento a servidor ou empregado público com recursos da parceria.
	X	14. A organização possui experiência prévia, capacidade técnica, instalações e condições materiais para desenvolver o objeto da parceria, inclusive quanto à salubridade e à segurança necessária para realização do objeto

VIII. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE
Declaro que:

[X] A A Organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art.39 da Lei nº13.019/2014.

[X]A Organização não possui, entre seus dirigentes, administradores ou associados com poder de direção, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público com cargo em comissão ou função de confiança lotado no LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ, e não realizará pagamento a servidor ou empregado público com recursos da parceria.

[X]A Organização possui experiência prévia, capacidade técnica, instalações e condições materiais para desenvolver o objeto da parceria, inclusive quanto à salubridade e à segurança necessárias para realização do objeto.

[X]A Organização respeita a vedação ao trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18anos, e a qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (a partir de 14 anos), em cumprimento com o disposto no inc. III, art.7º da Constituição Federa1.
Data:28/03/2025

PARTE 2: PLANEJAMENTO E GESTÃO DA PARCERIA

APRESENTAÇÃO

A parceria consiste em executar o serviço de Acolhimento Institucional conforme normativa descrita na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de2009, SUAS, considerando a demanda e necessidade do municipio de Santana do Livramento. Com a capaciade de oferecer até 20 vagas.

JUSTIFICATIVA

A vida de crianças institucionalizadas é marcada por rompimentos afetivos, sendo que além da ruptura com o núcleo familiar, outros lutos importantes ocorrem como o rompimento de relacionamento e convívio com outras crianças acolhidas, com as quais construíram um vínculo afetivo, e também com os cuidadores sociais, o que pode ocasionar ou agravar o sentimento de abandono e desproteção.
Devido toda a complexidade e fragilidade emocional que se encontra a criança do acolhimento institucional, faz-se necessário mencionar a importância do papel da instituição no desenvolvimento dos protegidos, uma vez que ela passa, ainda que de forma passageira, períodos significativos de seu crescimento e infância na entidade.
É imprescindível que a instituição promova um ambiente acolhedor às crianças, que não reproduza as experiências de violência vivenciadas em casa, o que é indispensável para que o processo de reinserção social das mesmas se dê da forma mais saudável (CARVALHO et al 2015).
De acordo com Siqueira & Dell'Aglio (2006), as instituições assumem lugar central na vida das crianças e adolescentes acolhidos, e por este motivo, é necessário investir neste espaço de socialização. Torna-se determinante investir em relações mais estáveis e afetuosas neste ambiente. É necessário que a instituição faça parte da rede de apoio social e afetivo, que forneça recursos de enfrentamentos de situações negativas, além de modelos identificatórios positivos, segurança e proteção. Com tudo isso, o ambiente estará propício para fornecer às crianças e adolescentes acolhidos um pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo (ÁLVARES; LOBATO, 2013, p.154).
A realidade anteriormente vivida por algumas, se não a maioria das crianças, é de ter vivido em um ambiente físico e social bastante empobrecido e desordenado, e a instituição, nestes casos, pode atuar como uma recuperação e crescimento psicológico das crianças envolvidas nestas situações (Bronfenbrenner Apud ÁLVARES; LOBATO, 2013).
Diante do exposto, há de se considerar acerca do importante papel que a instituição de acolhimento desempenha neste momento tão delicado vivenciado pelos infantes, que é considerado um lugar de falta, dor e respectivas perdas. O Educador Social, que lida com a criança diariamente em período integral, desempenha importantíssimo papel para a saúde da criança, "não apenas no ato de alimentar, auxiliar com a higiene, espaço de lazer, mas em todas as necessidades básicas, como proteção, cuidado, carinho e estabelecimento de um vínculo estável" (CARVALHO et al 2015).
Entendendo que nos últimos dois anos a instituição esteve com sua capacidade máxima de vagas preenchidas e em alguns momentos chegou a extrapolar sua lotação sua infra-estrutura física e material foram utilizadas em sua plenitude, portanto é necessário para continuar garantindo um ambiente adequado com segurança conforto e cuidado que bens, móveis e utensílios sejam renovados.
É fundamental ressaltar que uma instituição de acolhimento deve operar ininterruptamente, 24 horas por dia, durante todos os 365 dias do ano. Para garantir a proteção e o bem-estar dos acolhidos, é imperativo que a instituição observe rigorosamente a legislação vigente, incluindo a Nota Técnica da NOB-SUAS - Orientações Técnicas para o Acolhimento institucional do Sistema Único de Assistência Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Constituição Federal e demais regulamentações aplicáveis. Tal conformidade legal não apenas assegura os direitos dos acolhidos, mas também reflete o compromisso da instituição com a qualidade dos serviços prestados.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

O projeto será executado através da aquisição de equipamentos, material de expediente para o bom funcionamento da Instituição e restauração dos brinquedos da pracinha para oferecer mais segurança aos acolhidos. Será realizada a compra no período de até 90 dias após o recebimento do valordoprojeto.
PÚBLICO ALVO: Crianças e Adolescentes de 0 à 18 anos incompletos.

CONTRAPARTIDA

A contrapartida será realizada em conformidade com o orçamento anexado, que inclui a contribuição dos associados, voluntários, convênios estabelecidos, além da captação de recursos por meio de eventos sociais e atividades realizadas na Instituição.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Atividades previstas

Adquirir equipamentos e material de expediente, para garantir o bom funcionamento da Instituição
Renovar equipamentos e brinquedos da pracinha com o objetivo de oferecer mais segurança aos acolhidos;

DETALHAMENTO DAS METAS E INDICADORES

Metas da Parceria:
Acolhimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, garantindo todos os direitos fundamentais.
Atendimento psicossocial e educativo para100% dos acolhidos.
Manutenção da estrutura física e humana da instituição para suporte adequado às 20 vagas disponíveis,com aquisição de móveis e utensílios proporcionando a melhoria contínua nas condições de acolhimento.

Parâmetros para aferição das metas
Meta 1: O número de crianças acolhidas deverá ser mantido, preenchendo até 20 vagas com acompanhamento contínuo.
Meta 2: Todos os acolhidos devem receber acompanhamento psicológico, médico e pedagógico, com relatórios trimestrais das equipes técnicas.
Indicadores:
Taxa de ocupação das vagas: Percentual de ocupação das 20 vagas disponíveis.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

O projeto será executado através da aquisição de equipamentos, material de expediente e restauração dos brinquedos da pracinha . Será realizada a compra e a restauração, no período de até 90 dias após o recebimento do valor do projeto.
PÚBLICO ALVO: Crianças e Adolescentes de 0 à 18 anos incompletos.

CONTRAPARTIDA

A contrapartida será realizada em conformidade com o orçamento anexado, que inclui a contribuição dos associados, voluntários, convênios estabelecidos, além da captação de recursos por meio de eventos sociais e atividades realizadas na Instituição.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Atividades previstas

Adquirir equipamentos e material de expediente para garantir o bom funcionamento da Instituição
Restaurar brinquedos da pracinha a fim de oferecer maior segurança aos acolhidos.

DETALHAMENTO DAS METAS E INDICADORES

Metas da Parceria:
Acolhimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, garantindo todos os direitos fundamentais.
Atendimento psicossocial e educativo para100% dos acolhidos.
Manutenção da estrutura física e humana da instituição para suporte adequado às 20 vagas disponíveis,com aquisição de móveis e utensílios proporcionando a melhoria contínua nas condições de acolhimento.

Parâmetros para aferição das metas
Meta 1: O número de crianças acolhidas deverá ser mantido, preenchendo até 20 vagas com acompanhamento contínuo.
Meta 2: Todos os acolhidos devem receber acompanhamento psicológico, médico e pedagógico, com relatórios trimestrais das equipes técnicas.
Indicadores:
Taxa de ocupação das vagas: Percentual de ocupação das 20 vagas disponíveis.
Número de atendimentos psicossociais realizados: Quantidade de atendimentos realizados por mês.
Indicador de qualidade do acolhimento: Avaliação da satisfação das crianças e adolescentes por meio de observações qualitativas e relatórios da equipe técnica.

QUADRO GERAL

Fase	**Meta**	**Indicadores**
Atualização de orçamentos e aquisição dos equipamentos e material de expediente	Aquisição de equipamentos, material de expediente e restauração de brinquedos da pracinha	Utilização conforme justificativas

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma a seguir descreve os períodos de realização das principais ações:

Etapa	Ação	Duração	Previsão de início	Previsão de término
Manutenção Operacional	aquisição de equipamentos, material de expediente e rastauração de brinquedos da pracinha	2 meses após o recebimento do recurso	No recebimento do recurso	2 meses após o recebimento do recurso

PARTE 3: PLANEJAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA DA PARCERIA
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
Item	Descrição	Quantida de	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
	Material Permanente				
01	Impressora Multifuncional Tanque de Tinta	01	Un	1.439,10	1.439,10
02	Caixa de som portátil	02	Un	309,90	619,80
03	Telefone celular	01	Un	1.828,00	1.828,00
04	Forno Elétrico	01	un	726,00	726,00
05	Fritadeira Elétrica	02	Un	539,10	1.078,20
06	Notebook	01	Un	1.799,10	1.799,10
07	TV 55”	01	Un	2.593,77	2.593,77
08	Balança para cozinha	02	Un	530,56	1.061,12
09	Datashow	01	Un	749,90	749,90
10	Aquecedor a óleo Mondial	03	Un	449,91	1.349,73
11	Calculadora com bobina	01	Un	485,00	485,00
12	Roçadeira gasolina	02	Un	547,19	1.094,38
	Total				**14.824,10**
**	**Frete**				**183,70**
	Material de expediente				
01	Fita adesiva transparente larga	10	Rolo	7,90	79,90
02	Fita adesiva transparente média	10	rolo	4,00	40,00
03	Suporte para fita adesiva	02	Un	29,90	59,80
04	Folha A4 pacote com 500 fl	30	Pacote	26,00	780,00
05	Folha 180 gr pacote com 50 fl	10	Pacote	14,85	148,50
06	Grampeador	03	un	24,75	74,25
07	Tesoura grande	06	Un	17,00	102,00
08	Fita para calculadora CASIO	02	Un	14,90	29,80
09	Pasta plástica transparente com elástico 2cm	20	Un	5,60	112,00
10	Pasta plástica transparente com elástico 4cm	20	Un	7,50	150,00
11	Envelope para correspondência - craft A4	100	Un	0,60	60,00
12	Envelope para correspondência - craft ofício	100	Un	0,65	65,00
13	Envelope para correspondência - craft meio ofício	100	un	0,40	40,00
14	Pasta suspensa	100	Un	4,50	450,00
15	Livro de ata 200 folhas	06	un	35,90	215,40
					2.406,65
01	Tinta para impressora	03	Conjunto	106,06	**318,18**
01	**Restauração de brinquedos pracinha**				**2.460,00**
	TOTAL				**20.192,63**
	VALOR EMENDA				**20.000,00**
	CONTRAPARTIDA DA INSTITUIÇÃO				**192,63**

JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO DOS ITENS, RENOVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA PRACINHA

Seguem, abaixo, as justificativas individualizadas
Impressora Multifuncional Situação: Aquisição Justificativa:
Será destinada exclusivamente ao uso da equipe técnica. Atualmente, o equipamento existente é compartilhado com o setor educacional (Escolinha Olga Albornoz) e com os setores de gestão, coordenação e projetos, o que prejudica a agilidade e a organização dos serviços. A multifuncional é essencial para a impressão de relatórios, documentos, Planos Individuais de Atendimento (PIAs), documentos destinados ao Poder Judiciário, Ministério Público, Conselhos Tutelares e órgãos de controle, garantindo eficiência e qualidade nos registros administrativos.
Caixa de Som Portátil Situação: Aquisição inédita Justificativa:
Necessária para o desenvolvimento de atividades socioeducativas, rodas de conversa, oficinas culturais e recreativas, momentos de integração, apresentações artísticas e outras atividades coletivas. O equipamento contribui para a promoção da convivência comunitária, expressão cultural e lazer, alinhando- se às metas de desenvolvimento integral das crianças e adolescentes acolhidos.

Telefone Celular Situação: Aquisição Justificativa:
O telefone atualmente em uso é destinado exclusivamente a contatos emergenciais, plantões e comunicação com órgãos da rede (Conselho Tutelar, CREAS, Judiciário, familiares, profissionais externos) e para o acompanhamento dos acolhidos em atendimentos externos. A aquisição do novo aparelho destina-se ao uso exclusivo dos acolhidos, permitindo-lhes realizar videochamadas, enviar mensagens via aplicativos ou redes sociais para suas famílias e amigos, sempre sob monitoramento da equipe técnica e educadoras sociais, garantindo segurança e preservação dos vínculos familiares e comunitários.
Forno Elétrico Situação: Aquisição inédita Justificativa:
Será utilizado em oficinas de culinária e no curso "Saberes e Sabores", que integra o programa de capacitação para a vida independente oferecido pela instituição. Também atenderá à preparação de pequenas refeições e lanches, sem necessidade do uso constante do fogão a gás, proporcionando maior segurança e praticidade no preparo dos alimentos. O equipamento está vinculado às metas de desenvolvimento de habilidades para autonomia dos adolescentes.
Fritadeira Elétrica (02 unidades) Situação: Aquisição inédita Justificativa:
Destinada ao preparo de alimentos de forma mais saudável e segura, evitando frituras em óleo. As duas unidades atenderão, respectivamente, a cozinha central, o Curso "Saberes e Sabores" e as oficinas culinárias realizadas com os acolhidos, alinhando-se às ações de promoção de hábitos alimentares saudáveis, oficinas pedagógicas e atividades voltadas à autonomia e à convivência familiar e comunitária.
Notebook Situação: Substituição Justificativa:
O equipamento atual está lento e inadequado para operar sistemas essenciais da instituição, como prontuários, relatórios, sistemas de prestação de contas, entre outros. A aquisição de um novo notebook permitirá maior agilidade na elaboração de documentos, relatórios e registros exigidos pelos órgãos de controle e parceiros, além de viabilizar o trabalho remoto, quando necessário.
Destino do equipamento antigo: Encaminhamento para descarte ou doação, caso esteja em condições de uso.

TV 55"
Situação: Aquisição
Justificativa: Destinada ao Setor de Educação – Escolinha Olga Albornoz, para promover momentos de lazer, sessões de cinema, transmissões de eventos culturais e educativos. A TV contribuirá para ações de recreação, integração grupal, oficinas temáticas e acompanhamento de conteúdos pedagógicos, fundamentais para o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, alinhando-se às metas de promoção do direito ao lazer e à cultura.

Balança para Cozinha Situação: Aquisição inédita
Justificativa: Indispensável para precisão no preparo das refeições, controle de porções e elaboração de cardápios balanceados, aspectos cruciais no contexto do acolhimento institucional, que exige atenção às necessidades nutricionais específicas das crianças e adolescentes. Contribui para metas relacionadas à promoção da saúde e segurança alimentar.

Datashow Situação: Substituição
Justificativa: O equipamento atual encontra-se obsoleto, apresentando falhas que inviabilizam o uso e não possuem reparo viável. O datashow é essencial para formações internas, reuniões de equipe, capacitação dos colaboradores, além de atividades pedagógicas, educativas e apresentações destinadas aos acolhidos. Vincula-se às metas de qualificação do serviço e às ações pedagógicas do acolhimento.
Destino do equipamento antigo: Descarte ambientalmente adequado ou avaliação para possível doação.

Aquecedor a óleo
Situação: Aquisição inédita
Justificativa: Necessário para o aquecimento dos ambientes como salão de recreação, refeitório e banheiros, especialmente nos períodos de baixas temperaturas. O aquecedor a óleo proporciona calor de forma segura, sem emissão de fumaça ou cheiro, contribuindo para o conforto e bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos, prevenindo problemas de saúde associados ao frio, como doenças respiratórias. Está vinculado à meta de garantir condições dignas de habitabilidade e bem-estar no acolhimento institucional.
Obs.: Foi acrescentado o aquecedor no lugar do ítem 10 – Fritadeira Elétrica, erroneamente duplicada na planilha orçamentária.

Calculadora com Bobina Situação: Aquisição
Justificativa: Necessária para registros e conferências financeiras, prestação de contas e cálculos volumosos relacionados à gestão administrativa da instituição. Sua aquisição está vinculada à meta de eficiência e transparência na administração financeira.

Roçadeira a Gasolina (2 unidades) Situação: Aquisição inédita
Justificativa: A instituição possui área externa extensa, exigindo manutenção periódica dos gramados para garantir segurança, higiene e bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos. A aquisição de duas unidades justifica- se pela grande área a ser atendida e para assegurar a continuidade dos serviços caso um dos equipamentos necessite de manutenção. Vincula-se às metas de cuidado com o ambiente institucional, prevenindo riscos de acidentes e a presença de animais peçonhentos. Anexo: fotos do terreno e planta com a metragem total da área da instituição.

**** Frete**
Situação: Aquisição vinculada às compras
Justificativa: Refere-se ao custo do transporte e entrega dos materiais adquiridos, fundamental para garantir que os itens cheguem em segurança à instituição. Está diretamente vinculado às aquisições descritas e é imprescindível para a execução das metas do Plano de Trabalho.

A restauração da pracinha, a ser realizada pela empresa JULIANA CAPILHEIRA RODRIGUES, CNPJ 39.249.1490/0001-10, é um medida muito impoortante. Com o CNPJ mencionado e a experiencia prévia na confecção dos brinquedos – adquiridos com os recursos da Nota Fiscal Gaúcha – será possivel transformar a pracinha em um espaço que não apenas oferece diversão, mas também reflete o cuidado e a atenção que as crianças e adolescentes realmente merecem.
Resssalta-se que não foram encontrados outros profissionais que oferecem o serviço. O CNPJ mencionado é a única empresa no município de Santana do Livramento que oferece manutenção, restauração e venda dos produtos.

PAGAMENTOS EM ESPÉCIE
Não serão feitos

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
Item	Descrição	Quantida de	Unidadede medida demedida	Valor unitário	Valor total
	Material Permanente				
01	Impressora Multifuncional Tanque de Tinta	01	Un	1.439,10	1.439,10
02	Caixa de som portátil	02	Un	309,90	619,80
03	Telefone celular	01	Un	1.828,00	1.828,00
04	Forno Elétrico	01	un	726,00	726,00
05	Fritadeira Elétrica	02	Un	539,10	1.078,20
06	Notebook	01	Un	1.799,10	1.799,10
07	TV 55”	01	Un	2.593,77	2.593,77
08	Balança para cozinha	02	Un	530,56	1.061,12
09	Datashow	01	Un	749,90	749,90
10	Aquecedor a óleo Mondial	03	Un	449,91	1.349,73
11	Calculadora com bobina	01	Un	485,00	485,00
12	Roçadeira gasolina	02	Un	547,19	1.094,38
	TOTAL				**14.824,10**
**	**Frete**				**183,70**
	Material de expediente				
01	Fita adesiva transparente larga	10	Rolo	7,90	79,90
02	Fita adesiva transparente média	10	rolo	4,00	40,00
03	Suporte para fita adesiva	02	Un	29,90	59,80
04	Folha A4 pacote com 500 fl	30	Pacote	26,00	780,00
05	Folha 180 gr pacote com 50 fl	10	Pacote	14,85	148,50
06	Grampeador	03	un	24,75	74,25
07	Tesoura grande	06	Un	17,00	102,00
08	Fita para calculadora CASIO	02	Un	14,90	29,80
09	Pasta plástica transparente com elástico 2cm	20	Un	5,60	112,00
10	Pasta plástica transparente com elástico 4cm	20	Un	7,50	150,00
11	Envelope para correspondência - craft A4	100	Un	0,60	60,00
12	Envelope para correspondência - craft ofício	100	Un	0,65	65,00
13	Envelope para correspondência - craft meio ofício	100	un	0,40	40,00
14	Pasta suspensa	100	Un	4,50	450,00
15	Livro de ata 200 folhas	06	un	35,90	215,40
	TOTAL				**2.406,65**
01	Tinta para impressora	03	Conjunto	106,06	**318,18**
01	**Restauração de brinquedos pracinha**				**2.460,00**
	TOTAL				**20.192,63**
	VALOR EMENDA				**20.000,00**
	CONTRAPARTIDA INSTITUIÇÃO				**192,63**

II. EQUIPE DE TRABALHO

ANEXOS
[x] EQUIPE DE TRABALHO (OBRIGATÓRIO) ANEXO I
[ ]PLANO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS COMPLEMENTARES (SE HOUVER)
[ ] OUTROS (especificar):
Santana do Livramento, 11 de julho de 2025.

Presidente

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:F79D1B3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I – TERMO DE COLABORAÇÃO N° 05/2025

Trata-se de anexo referente ao “TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANT’ANA DO LIVRAMENTO E A LIESA - LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA”, conforme o Processo Administrativo nº 8466/2025.

PLANO DE TRABALHO

PARTE 1: DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC

DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC	
Nome da parceria:	
Nome da OSC: LIESA - LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA	
Endereço completo: RUA GENERAL CAMARA, 2038	
CNPJ: 03.348.312/0001-89	
Site, Rede Social, outros: @liesalvto	
Telefone fixo:	Telefone celular: 55 99611-2723
E-mail da OSC: admliesalvto@gmail.com	

DADOS DA CONTA BANCÁRIA DA OSC
Titular da conta: LIESA - LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA
Banco: BANRISUL
Agência: 0280
Conta-Corrente: 06.137163.0-4

REPRESENTANTE LEGAL DA PARCERIA		
Nome do (a) representante legal: JAIME RUIZ DOS SANTOS		
Cargo: PRESIDENTE		
RG: 40331440516	Órgão expedidor: SSP	CPF: 475.953.610-87
Telefone fixo:	Telefone celular: 55 99611-2723	
E-mail do (a) responsável: jaimeruizdossantos1970@gmail.com		

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO PROJETO	
TÍTULO DO PROJETO: Carnaval de Santana do Livramento 2026	
PERÍODO DE EXECUÇÃO:	
INÍCIO: a partir do recebimento do recurso	TÉRMINO: 90 DIAS
JUSTIFICATIVA: A LIESA – LIGA INDEPENDENTE DAS ESOLAS DE SAMBA é uma organização sem fins lucrativos com atuação cultural continuada, dedicada à promoção de eventos e formações nas artes populares. Este Plano de Trabalho visa planejar, organizar e realizar o desfile carnavalesco de 20 e 21 de fevereiro de 2026, consolidando o retorno do Carnaval de rua no município após sua retomada em 2023/2024, com impacto social, cultural e turístico.	
DETALHAMENTO DAS AÇÕES: Governança e Produção executiva Segurança Produção Artística e Fortalecimento das Escolas Comunicação, Promoção e Registro Monitoramento, Avaliação e Satisfação do Público Segurança, saúde e acessibilidade Fortalecimento das escolas	
OBJETIVOS E METAS: 7 escolas apoiadas e desfilando em conformidade com o regulamento local. 6 oficinas realizadas; ≥150 participantes certificados (≥25 por oficina). Infraestrutura completa instalada até 18/02/2026; 100% das licenças obtidas. 0 incidentes graves; ambulância e equipe atuando durante todo o período. ≥40 peças de comunicação; alcance ≥150 mil (estimativa). 2 noites realizadas com pontualidade (tolerância ±10 min) e fluxo contínuo (sem interrupções >5 min). Entrega de banco de 150 fotos e vídeo de 3–5 min.	
PÚBLICO-ALVO BENEFICIADO: O público-alvo abrange moradores de Sant'Ana do Livramento e região, com foco em famílias, jovens e integrantes das comunidades ligadas ao samba e à cultura negra. A expectativa é atingir aproximadamente 20.000 (vinte mil) pessoas, estimulando o sentimento de pertencimento e o reconhecimento do samba como patrimônio imaterial da cidade.	
CONTRAPARTIDA: Organização integral do desfile com as escolas (mobilização, ensaios, operação de pista, apoio artístico e técnico). Comprovação por relatórios, listas, fotos/vídeos, documentos de repasse às escolas e pesquisa de satisfação.	
VALOR GLOBAL DA PARCERIA: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)	

MODALIDADE DE APOIO		
Tipo de apoio:		Emenda Parlamentar à Lei Orçamentária
		Justificativa de Dispensa ou Inexigibilidade:

RECURSOS COMPLEMENTARES		
Existência ou ausência de recursos complementares:	x	Inexistência de recursos complementares
		Existência de recursos complementares

ANEXOS (OBRIGATÓRIOS)		
		Ofício do parlamentar:
	x	Plano de Trabalho de Termo de Fomento
	x	Cópia do estatuto registrado e suas alterações
	x	Comprovante de que o CNPJ da Organização tem mais de um ano.
	X	Comprovante de endereço de funcionamento da Organização
	x	Certidão geral de débitos federal ATUALIZADA
	x	Certidão geral de débitos estadual ATUALIZADA
	x	Certidão geral de débitos municipal ATUALIZADA
	x	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ATUALIZADO
	x	Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre com o disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição da República;
	x	Declaração, sob as penas da Lei, de que não incorre no previsto no art.39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
	x	Apresentação de conta bancária específica para manter e movimentar os recursos
	x	A Organização não possui, entre seus dirigentes, administradores ou associados com poder de direção, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público com cargo em comissão ou função de confiança lotado na OSC e não realizará pagamento a servidor ou empregado público com recursos da parceria.
	X	A Organização possui experiência prévia, capacidade técnica, instalações e condições materiais para desenvolver o objeto da parceria, inclusive quanto à salubridade e à segurança necessária para realização do objeto.
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE		
Declaro que:		

[X] A Organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014.
[X] A Organização não possui, entre seus dirigentes, administradores ou associados com poder de direção, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público com cargo em comissão ou função de confiança lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer/Prefeitura Municipal de Santana do Livramento e não realizará pagamento a servidor ou empregado público com recursos da parceria.
[X] A Organização possui experiência prévia, capacidade técnica, instalações e condições materiais para desenvolver o objeto da parceria, inclusive quanto à salubridade e à segurança necessária para realização do objeto.
[X] A Organização respeita a vedação ao trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, e a qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (a partir de 14 anos), em cumprimento com o disposto no inc. III, art. 7º da Constituição Federal.
Data: 01/12/2025,
Assinatura do (a) dirigente da OSC: _____

PARTE 2: PLANEJAMENTO E GESTÃO DA PARCERIA

APRESENTAÇÃO

LIESA – LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA, foi fundada em 26 de fevereiro de 1999, com sede na rua Gal. Câmara, 2038, S. do Livramento, CEP 97.573-180. É uma associação sem fins lucrativos, constituída para cumprir a finalidade de objetivos carnavalescos, culturais, educacionais, recreativos e beneficentes, com o propósito de estreitar a colaboração com as demais entidades e Poderes Públicos constituídos.

JUSTIFICATIVA

A LIESA – LIGA INDEPENDENTE DAS ESOLAS DE SAMBA é uma organização sem fins lucrativos com atuação cultural continuada, dedicada à promoção de eventos e formações nas artes populares. Este Plano de Trabalho visa planejar, organizar e realizar o desfile carnavalesco de 20 e 21 de fevereiro de 2026, consolidando o retorno do Carnaval de rua no município após sua retomada em 2023/2024, com impacto social, cultural e turístico.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

O presente projeto visa estruturar as escolas de samba filiadas à LIESA, por meio da aquisição de instrumentos musicais, fantasias, adereços, acessórios e oferta de oficinas de formação nas áreas de percussão, confecção de adereços e evolução/coreografia, fortalecendo a cadeia cultural do carnaval santanense e promovendo sua sustentabilidade e qualidade artística.

CONTRAPARTIDA

Organização integral do desfile com as escolas (mobilização, ensaios, operação de pista, apoio artístico e técnico). Comprovação por relatórios, listas, fotos/vídeos, documentos de repasse às escolas e pesquisa de satisfação.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

• 7 escolas apoiadas e desfilando em conformidade com o regulamento local.
• 6 oficinas realizadas; ≥150 participantes certificados (≥25 por oficina).
• Infraestrutura completa instalada até 18/02/2026; 100% das licenças obtidas.
• 0 incidentes graves; ambulância e equipe atuando durante todo o período.
• ≥40 peças de comunicação; alcance ≥150 mil (estimativa).
• 2 noites realizadas com pontualidade (tolerância ±10 min) e fluxo contínuo (sem interrupções >5 min).
• Entrega de banco de 150 fotos e vídeo de 3–5 min.

DETALHAMENTO DAS METAS E INDICADORES

Governança e Produção executiva
• Gestão do projeto, compliance com o Termo, prestação de contas, compras e contratações com economicidade.

Segurança
• Segurança privada.

Produção Artística e Fortalecimento das Escolas
• Ajuda de custo às escolas, cronograma de ensaios técnicos.

Comunicação, Promoção e Registro
• Identidade visual, campanha informativa (mídias sociais, rádio, impressos), sinalização de acesso, registro audiovisual e fotográfico.

Monitoramento, Avaliação e Satisfação do Público
• Pesquisa de público, contagens, relatórios de metas, indicadores e impacto sociocultural/turístico.

Segurança, saúde e acessibilidade
• Resumo: Vigilância privada: Público geral, PCDs e idosos.
• Metodologia & Equipe: Plano de segurança e pontos de apoio.
• Duração: 20–21/02/2026.

Fortalecimento das escolas
• Resumo: Subvenção/ajuda de custo + calendário de ensaios técnicos. Público: 7 escolas.
• Metodologia & Equipe: Termos de repasse com metas (tempo de desfile, alas, harmonia), checklists de figurino/alegorias.
• Duração: Dez/2025 a Fev/2026.

Oficinas técnicas
• Resumo: 6 oficinas (harmonia, bateria, evolução, alegoria, adereços, segurança de pista). Público: 25–40 participantes por oficina (≥150 no total).
• Metodologia & Equipe: Instrutores locais e/ou regionais; certificação simples.
• Duração: Dez/2025–Jan/2026.

Comunicação e promoção
• Resumo: Identidade do evento, plano de mídia e conteúdo, mapas de acesso, campanhas educativas. Público: Comunidade fronteiriça.
• Metodologia & Equipe: Conteúdo 360º (redes, rádio, impressos); calendário editorial.
• Duração: Jan–Fev/2026.

Registro e memória
• Resumo: Foto/vídeo, banco de imagens, mini documento de memória. Público: Poder público, escolas, imprensa.
• Metodologia & Equipe: Equipe de audiovisual; autorização de uso de imagem.
• Duração: Fev/2026.

Operação do evento
• Resumo: Condução das 2 noites de desfile (20 e 21/02). Público: Desfilantes, público e imprensa.
• Metodologia & Equipe: Direção de palco; cronometragem; comissários de pista.
• Duração: 20–21/02/2026.

Pós-evento e prestação de contas
• Resumo: relatórios e prestação de contas.
• Público: Administração pública.
• Metodologia & Equipe: Relatórios técnico e financeiro; conciliações e comprovantes.
• Duração: 22/02 a 31/03/2026.

QUADRO GERAL

Etapa	**Descrição**	**Indicador**
1	Planejamento e mobilização das escolas	Relatório técnico
2	Oficinas de formação artística e técnica	Lista de presença
3	Cobertura de ensaios e eventos públicos 2025/2026	Registro audiovisual
4	Despesa de prestação de contas	Notas fiscais

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Período	Ação	Responsável
Semana 1	Repasse	Presidente
Semana 2 – 6	Oficinas	Instrutores
Semana 7 – 11	Preparação	Escolas
Semana 12	Preparação e desfiles	Escolas

CRONOGRAMA DE TRABALHO

A proposta a ser submetida deve conter proposição de cronograma de trabalho para o período de meses de desenvolvimento da parceria.

Etapa	Ação	Duração	Previsão início	Previsão término
1	Termo de repasse de verbas	40 dias	01/12/2025	09/01/2026
2	Oficinas	40 dias	01/12/2025	09/01/2026
3	Comunicação de produção	30 dias	20/01/2026	21/02/2026
4	Registro e memória	21 dias	01/02/2026	21/02/2026
5	Operação do evento	1 dia	20/02/2026	21/02/2026
6	Segurança e saúde	1 dia	20/02/2026	21/02/2026
7	Pós evento	30 dias	22/02/2026	21/03/2026

PARTE 3: PLANEJAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA DA PARCERIA

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
Item	Descrição	Quantidade	Un. Medida	Valor unitário R$	Valor total R$
01	Estruturação das escolas de samba	1	Un.	40.000,00	40.000,00
02	Estruturação das escolas de samba	5	Un.	72.000,00	360.000,00
TOTAL					400.000,00

PAGAMENTOS EM ESPÉCIE

O pagamento deve ser feito por transações eletrônicas - TED, PIX.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
Item	Descrição	Quantidade	Un. Medida	Valor unitário R$	Valor total R$
01	Estruturação das escolas de samba	1	Un.	40.000,00	40.000,00
02	Estruturação das escolas de samba	5	Un.	72.000,00	360.000,00
TOTAL					400.000,00

Equipe de Trabalho

JAIME RUIZ DOS SANTOS
Presidente

DANILO DA FONTOURA GOMES
Vice-Presidente

LUIS ANTONIO GONZALES
Secretário

Presidentes das 07 Escolas de samba e suas diretorias.

ANEXOS
[] EQUIPE DE TRABALHO (OBRIGATÓRIO)
[] PLANO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS COMPLEMENTARES (SE HOUVER)
[] OUTROS (especificar): _____

Assinatura do representante da OSC:_____

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:416D598B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo 1Doc nº 6.631/2025
Processo Administrativo nº 371/2025
Pregão Eletrônico autuado sob nº 121/2025
Validade: 01 (um) ano
O Município de Triunfo/RS, expressa a publicação das Atas de Registro de Preços destinada às **futuras e eventuais locações de sanitários químicos convencionais (masculino/feminino), sanitários químicos, lavatórios portáteis ecológicos e container modelo fraldário futuras e eventuais locações de sanitários químicos convencionais (masculino/feminino), sanitários químicos, lavatórios portáteis ecológicos e container modelo fraldário**, conforme especificado abaixo.
Para a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 81/2025,** a empresa **JNS MULTI TRANSPORTES E SERVICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 35.377.203/0001-86, os seguintes itens:

Lote	Item	Descrição	Qt.	Un	Valor Unit.	Valor Total
1	1	Sanitarios Quimicos Portateis produzidos em polietileno de alta densidade, com medidas aproximadas sendo: altura 2,30, largura 1,10m, comprimento 1,20, 75kg, capacidade do tanque aproximada de 227 litros, com mictório, caixa de dejetos com assento, porta objetos, suporte para papel higienico. Os sanitarios Quimicos Portateis devem estar montados e em perfeitas condições de uso em ate um dia antes do inicio do evento.	500	diária	240,00	120.000,00
2	2	Sanitarios Quimicos PNE's - produzido em polietileno de alta densidade, com medidas aproximadas sendo: altura 2,30m, largura 1,10m,comprimento 1,20m, 75Kg, apacidade do tanque aproximada de 227 litros, com mict6rio, caixa de dejetos com assento, porta objetos, suporte para papel higienico. Os Sanitarios Quimicos PNE's devem estar montados e em perfeitas condições de uso **um** dia antes do inicio do evento.	50	diária	360,00	18.000,00
3	3	Lavatório Portátil Ecológico, com caracteristicas: tanque reservat6rio de agua residual, no minimo dois tanques reservatórios com capacidade de no minimo 65 Litros cada, dois reservat6rios para sabonete liquido, dois reservat6rios para papel toalha.	50	diária	400,00	20.000,00
4	4	Container modelo fraldário - com medidas aproximadas de 2,0m x 2,0m, altura 2,30m, fabricado em perfil estrutural com chapa galvanizada, fechamento de paineis de PVC, com no minimo 02 janelas basculantes, uma porta em PVC com fechadura, piso de compensado naval revestido com manta vinilica impermeavel de fácil limpeza, uma bancada revestida com material impermeavel de facil higienização de no mínimo 0,40 X1,30m, minimo de 01 tanque de fibra para higienizacao com no minimo 01 torneira, mínimo 01 lixeira com aproximadamente lO0L, minimo de 02 lampadas fluorescente compactas aproximadamente de 60 Watts, minimo de 02 tomadas de entrada universal de 220 volts (a empresa devera realizar o aterramento eletrico da estrutura) Os fraldários devem estar montados e em perfeitas condicões de uso um dia antes do inicio do evento.	20	diária	500,00	10.000,00
5	5	Sanitários Químicos Portáteis - produzido em polietileno de alta densidade, com medidas aproximadas sendo: altura 2,30m, largura 1,10m, comprimento 1,20m, 75Kg, capacidade do tanque aproximada de 227 litros, com mict6rio, caixa de dejetos com assento, porta objetos, suporte para papel higiênico. Os Sanitários Químicos Portáteis devem estar montados e em perfeitas condições de uso **um** dia antes do inicio do evento. **LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUIMICOS PORTATÉIS - MENSAL**	7	Mensal	2.571,42	17.999,94
6	6	Sanitarios Quimicos PNE's - produzido em polietileno de alta densidade, com medidas aproximadas sendo: altura 2,30m, largura 1,10m, comprimento 1,20m, 75Kg, capacidade do tanque aproximada de 227 litros, com mict6rio, caixa de dejetos com assento, porta objetos, suporte para papel higienico. Os Sanitarios Quimicos PNE's devem estar montados e em perfeitas condições de uso um dia antes do inicio do evento. **LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUIMICOS PORTATÉIS - MENSAL**	5	Mensal	3.300,00	16.500,00
7	1	Sanitarios Quimicos Portateis produzidos em polietileno de alta densidade, com medidas aproximadas sendo: altura 2,30, largura 1,10m, comprimento 1,20, 75kg, capacidade do tanque aproximada de 227 litros, com mictório, caixa de dejetos com assento, porta objetos, suporte para papel higienico. Os sanitarios Quimicos Portateis devem estar montados e em perfeitas condições de uso em ate um dia antes do inicio do evento.	1.500	diária	220,00	330.000,00
8	2	Sanitarios Quimicos PNE's - produzido em polietileno de alta densidade, com medidas aproximadas sendo: altura 2,30m, largura 1,10m,comprimento 1,20m, 75Kg, apacidade do tanque aproximada de 227 litros, com mict6rio, caixa de dejetos com assento, porta objetos, suporte para papel higienico. Os Sanitarios Quimicos PNE's devem estar montados e em perfeitas condiçoes de uso **um** dia antes do inicio do evento.	150	diária	313,33	46.999,99
9	5	Sanitarios Quimicos Portateis - produzido em polietileno de alta densidade, com medidas aproximadas sendo: altura 2,30m, largura 1,10m, comprimento 1,20m, 75Kg, capacidade do tanque aproximada de 227 litros, com mict6rio, caixa de dejetos com assento, porta objetos, suporte para papel higienico. Os Sanitarios Quimicos Portateis devem estar montados e em perfeitas condições de uso **um** dia antes do inicio do evento.**LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUIMICOS PORTATÉIS - MENSAL**	23	mensal	2.673,91	61.499,93

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, em 5 de dezembro de 2025.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Machry de Castro
Código Identificador:758814C5

O PLANETA
AGRADECE

AO PUBLICAR NO DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS O GOVERNO POUPA O DESMATAMENTO E DIMINUI O CONSUMO DE PAPEL.



PARA INFORMAÇÕES
(51) 3230-3137
informatica@famurs.com.br

FAMURS
É no município que tudo acontece.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DOS SINOS

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.02

Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, São José do Hortêncio, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, Sta. Maria Do Herval, Sapiranga e FSNH.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.02 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **Altermed Material Médico Hospitalar LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, localizada na Estrada Boa Esperança, n° 2320, bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/ SC, CEP: 89.163-554, telefone n° 047 3520 9000 e e-mail altermed@altermed.com.br, neste ato representada pelo Sr. Maicon Cordova Pereira, CPF nº 015.886.939-70, RG nº 3.242.195 emitido por SSP/SC, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 10/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fabr icante	Valor Uni.	Valor Tot
0001	700	uni	Adaptador De Agulha Para Coleta Múltipla - Dispositivo Para Liberação Rápida Das Agulhas	Cral Mod. Hs- 250	Cral	R$ 0,33	R$ 231,00
0002	3.140	CX	Agulha 25mm X 0,6mm C/ 100 Un - Agulha Hipodérmica Estéril De Uso Único (Descartável). Tamanho: 25mm (1") X 0,6mm (23g). Atóxica E Apirogênica. Canhão Em Polipropileno Colorido, Respeitando Padrão Universal De Cores, Compatível Com Conexão Luer Lock (Rosca). Cânula De Aço Inoxidável, Siliconizada, Com Parede Fina E Bisel Trifacetado. Embalada Individualmente Em Papel Grau Cirúrgico Com Abertura Tipo Pétala. Caixa Com 100 Unidades.	Sr Mod. 25x06	Sr	R$ 5,77	R$ 18.117,80
0004	1.500	UN	Agulha Para Coleta Múltipla 25 X 0,80 Mm	Cral Mod. 25x8 21g	Cral	R$ 0,28	R$ 420,00
TOTAL	**R$ 18.768,80 (Dezoito Mil E Setecentos E Sessenta E Oito Reais E Oitenta Centavos).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.
2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização

de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:
3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei

n.º 14.133, de 2021);
3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.
3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;
3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;
3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;
3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;
3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;

3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);
3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de
prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;
3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;
3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;
CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES
4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.
4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.
4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;
4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;
4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;
4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;

4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega. CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.

5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA

6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:

7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do

art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:

8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.

8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:

8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;

8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;

8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:

9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.

9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos,

seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as

condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou

contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa

jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.
11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Ite m	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJ H	SMH	CPSINOS
1	Adaptador de agulha para coleta múlti- pla - disposi- tivo para libe- ração rápida das agulhas	20 0	200	100	0	0	0				100	100
2	AGULHA 25MM X 0,6MM C/ 100 UN - Agulha Hipodérmica Estéril De Uso Único (Des- cartável). Ta- manho: 25mm (1") X 0,6mm (23G). Atóxica E Api- rogênica. Ca- nhão Em Poli- propileno Co- lorido, Res- peitando Pa- drão Universal De Cores, Compatível Com Conexão Luer Lock (Rosca). Câ- nula De Aço Inoxidável, Si- liconizada, Com Parede Fina E Bisel Trifacetado. Embalada In- dividualmente Em Papel Grau Cirúr- gico Com Abertura Tipo Pétala. Caixa Com 100 Uni- dades.	80 0	200	800	200	0	30	0	0	10	800	300
4	Agulha para coleta múlti- pla 25 x 0,80 mm	20 0	500	300	0	0	0	0	0		300	200

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do

edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:

15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.
Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários .

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE-
Presidente CP Sinos

MAICON CORDOVA PEREIRA-
Altermed Material Médico Hospitalar LTDA- Compromitente

Testemunhas:

1)
RG:

Testemunha:
2)
RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

CHIELE E CHIELE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C –
OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:DDC2226A

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.03

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.03 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E BIMEX RS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **BIMEX RS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 42.040.380/0001-38, domiciliado na rua Alameda Tres de Outubro, nº 785, Bairro Sarandi, Porto Alegre/RS, CEP 91130-470, telefone 51-981161233, e-mail licitacao@bimexrs.com.br, neste ato representada pelo Sr. TIAGO COLETTI, inscrito no CPF nº 006.585.250-85, RG nº 1080727199 emitido por SSP/DI RS, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 10/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fa bricante	Valor Uni.	Valor Tot
0007	47.150	uni	Escalpe N. 23 - Cateter Periférico Agulhado Tipo Escalpe. Calibre: 23 G. Com Asa	M2life	M2life	R$ 0,17	R$ 8.015,50

			De Fixação Flexíveis ("Butterfly"), Agulha De Aço Siliconizada Com Bisel Trifacetado, Tubo Extensor Em Pvc Transparente, Conector Padrão Com Tampa. Estéril, De Uso Único (Descartável), Embalagem Individual				
0008	5.000	uni	Escalpe N. 25 - Cateter Periférico Agulhado Tipo Escalpe. Calibre: 25 G. Com Asa De Fixação Flexíveis ("Butterfly"), Agulha De Aço Siliconizada Com Bisel Trifacetado, Tubo Extensor Em Pvc Transparente, Conector Padrão Com Tampa. Estéril, De Uso Único (Descartável), Embalagem Individual	M2life	M2life	R$ 0,18	R$ 900,00
TOTA L	**R$ 8.915,50 (Oito Mil E Novecentos E Quinze Reais E Cinquenta Centavos).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.

2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:

3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;

3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;

3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;

3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;

3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;

3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);

3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;

3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;

3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.

4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;

4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;
4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;
4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;

4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega. CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.
CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:

7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:

8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.

8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:

8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;

8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;

8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:

9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.

9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.

9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;

f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3. Multa:

a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.
11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
7	Escalpe n. 23 - cateter periférico agulhado tipo escalpe. Calibre: 23 g. Com asa de fixa- ção flexíveis ("butter- fly"), agulha de aço sili- conizada com bisel tri- facetado, tubo exten- sor em pvc transpa- rente, conector padrão com tampa. Estéril, de uso único (descartá- vel), embalagem indivi- dual.	6.000	4.000	10.000	2.000	1.000	1.000	5.000	3.000	150	10.000	5.000
8	Escalpe n. 25 - cateter periférico agulhado tipo escalpe. Calibre: 25 g. Com asa de fixa- ção flexíveis ("butter- fly"), agulha de aço sili- conizada com bisel tri- facetado, tubo exten- sor em pvc transpa- rente, conector padrão com tampa. Estéril, de uso único (descartá- vel), embalagem indivi- dual.	500	800	0	400	100	100	2.000	300		0	800

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.

14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:

15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.
Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE-
Presidente CP SINOS

TIAGO COLETTI-
Bimex RS Comercio De Medicamentos LTDA-
Compromitente

Testemunhas:1) RG:

Testemunha: 2) RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Chiele e Chiele Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:D177A8D4

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.04

Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, São José do Hortêncio, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, Sta. Maria Do Herval, Sapiranga e FSNH.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.04 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, domiciliado na BR 480, N° 795, Barão De Cotegipe /RS, CEP 99740-000, telefone n° 54-35232700 e e-mail medicamentos@centermedi.com.br/eletronico@centermedi.com.br, neste ato representada pelo Sr. Edivar Szymanski -Administrador, inscrito no CPF nº 670.481.290-34, RG nº 5051132966 emitido por, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.

O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fa bricante	Valor Uni.	Valor Tot
0003	1.810	CX	Agulha 30mm X 0,8mm C/ 100 Un – Agulha Hipodérmica Estéril De Uso Único(Descartável). Tamanho: 30mm (1") X 0,8mm (21g). Atóxica E Apirogênica. Canhão Em Polipropileno Colorido, Respeitando Padrão Universal De Cores, Compatível Com Conexão Luer Lock (Rosca). Cânula De Aço Inoxidável, Siliconizada, Com Parede Fina E Bisel Trifacetado. Embalada Individualmente Em Papel Grau Cirúrgico Com Abertura Tipo Pétala. Caixa Com 100 Unidades.	Agulha Descart ável	DESCARPA CK	R$ 6,14	R$ 11.113,40
0012	2.222.000	CPR	Ibuprofeno 600 Mg Comprimido	Algy- Flander il	VITAMEDI C	R$ 0,11	R$ 244.420,00
TOTAL	**R$ 255.533,40 (Duzentos E Cinquenta E Cinco Mil E Quinhentos E Trinta E Três Reais E Quarenta Centavos).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.

2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização

de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:

3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou

para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;

3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;

3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;
3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;
3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório

para a execução dos serviços;
3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);
3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de
prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;
3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;
3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES
4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.
4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.
4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;
4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;
4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;
4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;

4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;
8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou

reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:
9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do

pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com

o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
3	AGULHA 30MM X 0,8MM C/ 100 UN - Agulha Hipodérmica Estéril De Uso Único (Descartável). Tama- nho: 30mm (1") X 0,8mm (21G). Atóxica E Apirogênica. Canhão Em Polipropileno Colo- rido, Respeitando Pa- drão Universal De Co- res, Compatível Com Conexão Luer Lock (Rosca). Cânula De Aço Inoxidável, Silico- nizada, Com Parede Fina E Bisel Triface- tado. Embalada Indivi- dualmente Em Papel Grau Cirúrgico Com Abertura Tipo Pétala. Caixa Com 100 Unida- des.	800	200	150	50	150	100	0	0	10	150	200
12	Ibuprofeno 600 mg comprimido	80.000	400.000	400.000	200.000	40.000	50.000	0	450.000	0	400.000	202.000

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP Sinos

EDIVAR SZYMANSKI
Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares LTDA
Compromitente

Testemunhas:1)
RG:

Testemunha: 2)
RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

CHIELE E CHIELE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C –
OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:B5B1172A

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.06

Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, São José do Hortêncio, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, Sta. Maria Do Herval, Sapiranga e FSNH.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.06

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.06

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E CONQUISTA DISTRIBUIDORA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **CONQUISTA DISTRIBUIDORA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.418.191/0001 -95, domiciliado na ROD BR 101, N° 131, KM 131 Bairro Varzea do Ranchinho, Camboriú, CEP 88.349-175, Santa Catarina/RS, telefone n° 4733667867e email Conquistamedicamentos@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. Adriano Rodrigues da Silva, inscrito no CPF nº 143.179.058-33, RG nº 25.042.642-0 emitido por SSP/SP, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Uni.	Valor Tot
0019	122.100	uni	Seringa 1 Ml Sem Agulha - Bico Luer Slip. Características:Confeccio nada Em Polipropileno, Estéril, Transparente, Atóxica, Apirogênica, De Uso Único (Descartável). Com Cilindro Siliconado (Lubrificado). Com Escala Externa Gravada, Nítida E Precisa, Com Traços No Mínimo A Cada 0,1ml. Escala Em Mililitros, Não Deve Ser Em Unidades Internacionais (Ui). Embalagem Individual Com Abertura Tipo Pétala. Com Selo Do Inmetro E Registro Na Anvisa.	Seringa	SR	R$ 0,11	R$ 13.431,00
TOTAL	**R$ 13.431,00 (Treze Mil E Quatrocentos E Trinta E Um Reais)**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.
2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO
3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:
3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.
3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;
3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;
3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;
3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;
3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;
3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);

3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;
3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;
3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES
4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.
4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.
4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;
4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;

4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;
4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;

4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou
6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:

8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.

8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:

8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;

8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;

8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:

9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.

9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.

9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;

f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3. Multa:

a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
19	SERINGA 1 ML SEM AGULHA - Bico Luer Slip. Características: Confeccionada Em Po- lipropileno, Estéril, Transparente, Atóxica, Apirogênica, De Uso Único (Descartável). Com Cilindro Silico- nado (Lubrificado). Com Escala Externa Gravada, Nítida E Pre- cisa, Com Traços No Mínimo A Cada 0,1ml. Escala Em Mililitros, Não Deve Ser Em Uni- dades Internacionais (UI). Embalagem Indivi- dual Com Abertura Tipo Pétala. Com Selo Do Inmetro E Registro Na Anvisa.	10.000	20.000	20.000	0	0	1.000	40.000	0		20.000	11.100

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;

13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP SINOS

ADRIANO RODRIGUES DA SILVA
Conquista Distribuidora
Compromitente

Testemunhas:
1) RG:

Testemunha:
2) RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Chiele e Chiele Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:2C5315AF

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.07

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.07

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.07 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda,** pessoa jurídica

de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 44.734.671/0022-86, localizada na Rod Monsenhor Clodoaldo de Paiva, KM 46,2, S/N, SP 147, Lot. Nações Unidas, Itapira/SP – CEP 13.974-908, e-mail: taila.cavallari@cristalia.com.br, telefone: (19) 3863-9742, neste ato representada pelo Sr. Adriano Gomes Dos Santos, CPF nº 281.036.848-13, RG nº 30.329.399-8 emitido por SSP/SP, doravante denominado COMPROMITENTE**,** para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fabr icante	Valor Uni.	Valor Tot
0018	7.500	FR	Risperidona 1 Mg/Ml Sol Oral Fr 30 Ml	Risperid on 1mg/Ml Sol Oral - Fr 30ml	Cristália	R$ 9,29	R$ 69.675,00
TOTAL	**R$ 69.675,00 (Sessenta E Nove Mil E Seiscentos E Setenta E Cinco Reais).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.
2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO
3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:
3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.
3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;
3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;
3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;
3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;
3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;
3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);
3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de

prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;
3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;
3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.
4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.
4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;
4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;
4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;

4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou
6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que

despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;
8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:
9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da

parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21,

bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.
11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
18	Risperidona 1 mg/ml sol oral fr 30 ml	2.000	3.000	0	0	0	0	0	1.800	0	0	700

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do

edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP SINOS

ADRIANO GOMES DOS SANTOS
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos LTDA
Compromitente

Testemunhas:
1)
RG:

Testemunha:
2)
RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

CHIELE E CHIELE
Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:43009B3D

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.10

Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, São José do Hortêncio, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, Sta. Maria Do Herval, Sapiranga e FSNH.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.10

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.10
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E GENIAL PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **GENIAL PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.316/0002-86, domiciliado na rua Rua Astrogildo De Azevedo, n° 99, bairro Boqueirão, Passo Fundo/RS, CEP 99032-200, telefone (54) 99141-5106 e-mail licitacao.filial@genialrs.com.br, neste ato representada pelo Sr. Vanderlei Caresia, inscrito no CPF nº 574.016.320-04, RG nº 9049336937 emitido por SSP/RS, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fa bricante	Valor Uni.	Valor Tot
0005	6.110	UNI	Curativo De Alginato Com Prata 10 X 10 Cm - Curativo De Hidrofibra De Carboximetilcelulose, Estéril, Com Alginato De Cálcio E Prata Iônica Que Libera Ions De Prata Na Presença De Exsudato Proporcionando Uma Cicatrização Rápida, E À Medida Que O Exsudato É Absorvido O Alginato Forma Um Gel Coeso Que Auxilia O Desbridamento Autolítico, Mantendo Um Ambiente Úmido Ideal Para Cicatrização. Tamanho 10x10cm. ("Biatain Alginato Ag" Ou Equivalente)	Casex	Casex	R$ 17,50	R$ 106.925,00
TOTAL	**R$ 106.925,00 (Cento E Seis Mil E Novecentos E Vinte E Cinco Reais).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.
2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO
3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:
3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.
3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;
3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;
3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;
3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;
3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;
3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);

3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;
3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;
3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES
4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.
4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.
4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;
4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;
4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;
4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;

4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou
6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;
8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:

9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
5	CURATIVO DE ALGI- NATO COM PRATA 10 X 10 CM - Curativo De Hi- drofibra De Carboxime- tilcelulose, Estéril, Com Alginato De Cál- cio E Prata Iônica Que Libera Ions De Prata Na Presença De Exsudato Proporcionando Uma Cicatrização Rápida, E À Medida Que O Exsu- dato É Absorvido O Al- ginato Forma Um Gel Coeso Que Auxilia O Desbridamento Autolí- tico, Mantendo Um Ambiente Úmido Ideal Para Cicatrização. Ta- manho 10x10cm. ("Bi- atain Alginato Ag" Ou Equivalente)	100	100	1.000	200	50	50	0	3.000	10	1.000	600

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:

15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP SINOS

VANDERLEI CARESIA
Genial Produtos Para Limpeza LTDA
Compromitente

Testemunhas:
1) RG:

Testemunha:
2) RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Chiele e Chiele Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:8950CBA9

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.12

Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, São José do Hortêncio, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, Sta. Maria Do Herval, Sapiranga e FSNH.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.12
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.12
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E INOVAMED HOSPITALAR LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **Inovamed Hospitalar LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, localizada na Rua Dr. João Caruso, nº 2115, bairro Industrial, Erechim/RS, CEP: 99706-250, telefone n° 54 2106 7930 e e-mail rulian.c@inovamedhospitalar.com, neste ato representada pelo Sr. Sedinei Stievens, CPF nº 004.421.050-70, RG nº 1089436834 emitido por SJS/RS, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Uni.	Valor Tot
0014	50.600	CPR	Metoprolol (Succinato) 25 Mg Comprimido	Cimed	Cimed	R$ 0,22	R$ 11.132,00
TOTAL	**R$ 11.132,00 (Onze Mil E Cento E Trinta E Dois Reais).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.

2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:

3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;

3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;

3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;

3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;

3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;

3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);

3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de
prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;

3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;

3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.

4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;

4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;

4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;

4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;

4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;

4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;
4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português;
As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. **Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.**

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA

6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 **As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.**
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou
6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:

7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:

8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;

8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:

9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:

11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.6.3. Indenizações e multas.
11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO

13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
14	Metoprolol (succinato) 25 mg comprimido	1.000	0	0	0	0	0	0	45.000	0	0	4.600

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi-nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:

15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.
Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP Sinos

SEDINEI STIEVENS
Inovamed Hospitalar LTDA
Compromitente

Testemunhas:1)
RG:

Testemunha: 2)
RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Chiele e Chiele Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:7A9C1F2D

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.13

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.13 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 94.389.400/0001-84, localizada na RSC 287, KM 109+500 S/N, Bairro Industrial, CEP 96880- 00, Vera Cruz/RS, e-mail: equipelicita@mcwdistribuidora.com.br/licita4@mcwdistribuidora.com.br, telefone: 51 3740-1450, neste ato representada pelo Sr. Augusto Henrique Weis, CPF nº 036.915.060- 3, RG nº 8104848109 emitido por SJS/RS, doravante denominado COMPROMITENTE , para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fa bricante	Valor Uni.	Valor Tot
0011	150.250	Uni.	Frasco Para Coleta De Urina 80 Ml - Estéril, Embalagem Individual.	Cral	Cral	R$ 0,36	R$ 54.090,00
TOTAL	**R$ 54.090,00 (Cinquenta E Quatro Mil E Noventa Reais).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.
2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO
3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:
3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.
3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;
3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;
3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;
3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;
3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;
3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);
3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;
3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;
3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES
4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.
4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.
4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;
4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;
4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;

4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;

4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou
6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;
8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:
9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa

jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.
11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
11	Frasco para coleta de urina 80 ml - estéril, embalagem individual.	5.000	0	200	1.000	0	100	120.000	10.000	50	200	13.700

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP SINOS

AUGUSTO HENRIQUE WEIS
MCW Produtos Médicos E Hospitalares LTDA
Compromitente

Testemunhas:1) RG:

Testemunha: 2) RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Chiele e Chiele Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:2157CE23

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E MED3 COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **MED3 COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.464.907/0001-99, domiciliado na Rua José Milani, Nº 27, bairro Roça Grande, Cep. 83.402-050, Colombo/PR, telefone (41) 3055-2934 e-mail licitacoes@med3pr.com.br, neste ato representada pelo Sr. EUNICE MARCHIORO RAMOS, inscrito no CPF nº 562.048.339-87, RG nº 3.685.780-3 emitido por SSP/PR, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fa bricante	Valor Uni.	Valor Tot
0006	10.300	UNI	Equipo Macrogotas Para Bomba De Infusão - Modelo Universal, Embalado individualmente, Estéril, Transparente, Indicado Para Administração De Soluções Parenterais Em Bomba De Infusão.	Equipo	Hartmann	R$ 4,50	R$ 46.350,00
TOTAL	**R$ 46.350,00 (Quarenta E Seis Mil E Trezentos E Cinquenta Reais)**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.
2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:

3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;

3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;

3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;

3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;

3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;

3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);

3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;

3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;

3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.

4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;

4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;

4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;

4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;

4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;

4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;

4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;

4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou
6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;
8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:
9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.
11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
6	Equipo macrogotas para bomba de infusão - modelo universal, embalado individual- mente, estéril, transpa- rente, indicado para administração de solu- ções parenterais em bomba de infusão.	5.000	2.000	100	1.000	0	100	0	1.000		100	1.000

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP SINOS

EUNICE MARCHIORO RAMOS
Med3 Comercio De Produtos Hospitalares LTDA
Compromitente

Testemunhas:

1)
RG:

Testemunha:
2) RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

CHIELE E CHIELE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C –
OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:859C567E

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.15

Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, São José do Hortêncio, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, Sta. Maria Do Herval, Sapiranga e FSNH.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.15 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E MED4 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **MED4 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 42.227.547/0001-74, domiciliado na Rua Lajeado, n° 1385, bairro Niteroi, Canoas/RS, CEP 92.120-090, telefone 51 98196 0419 e-mail samuel@med4.com.br, neste ato representada pelo Sr. Samuel da Silva Gomes, inscrito no CPF nº 013.646.050-07, RG nº 6096272809 emitido por SSP/RS, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fa bricante	Valor Uni.	Valor Tot

0020	305	FR	Solução De Schiller 500ml - Corante Para Uso Em Exame De Colposcopia (Teste De Schiller). Solução Aquosa Com Iodo Inorgânico 2% E Iodeto De Potássio 4%. Preparado Conforme Formulário Nacional Da Farmacopeia Brasileira De 2012. Frasco Âmbar Com 500ml. Validade Mínima De 18 Meses Na Entrega.	Renyla b	Renylab	R$ 83,00	R$ 25.315,00
TOTAL	**R$ 25.315,00 (vinte e cinco mil e trezentos e quinze reais)**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.

2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:

3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos

quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;

3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;

3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;

3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;

3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;

3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);

3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de
prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;

3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;

3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha

contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.

4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;
4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;
4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto

pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;
4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:
5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em

conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.
5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador,

desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou
6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;
8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:
9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.
9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos,

seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.
9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de

impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.
11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
20	SOLUÇÃO DE SCHIL- LER 500ML - Corante Para Uso Em Exame De Colposcopia (Teste De Schiller). Solução Aquosa Com Iodo Inor- gânico 2% E Iodeto De Potássio 4%. Prepa- rado Conforme Formu- lário Nacional Da Far- macopeia Brasileira De 2012. Frasco Âmbar Com 500ml. Validade Mínima De 18 Meses Na Entrega.	30	15	30	50	0	0	0	50		30	100

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.
14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.

14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP Sinos

SAMUEL DA SILVA GOMES
Med4 Importadora E Distribuidora LTDA
Compromitente

Testemunhas:

1)
RG:

Testemunha:

2)
RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

CHIELE E CHIELE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C –
OAB/RS n° 835 –
Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:7DECACF9

DIRETORIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.16

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11. 2025.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11.2025.16 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E MEDMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI

Compromisso celebrado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS – CP SINO**S, situado na ERS-239, nº 2755, Universidade FEEVALE, Campus II, Prédio Bicolor, Sala 106, CEP 93.534-635 – Novo Hamburgo/RS, CNPJ Nº 88.254.891/0001-53, doravante denominado CP SINOS, e **MEDMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.064.557/0001-08, domiciliado na Rua 456, Nº 365, Bairro Jardim Praiamar, Itapema/SC, CEP: 88220000, telefone (47) 3269-1801, e-mail licitacao@medmedhospitalar.com.br e licitacao1@medmedhospitalar.com.br, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Fernandes Martins, inscrito no CPF nº 032.060.999-51, RG nº 2958888 emitido por SSP/SC, doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira– do objeto.
O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, regendo-se em especial pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, correlatos e medicamentos, para manutenção dos municípios consorciados, conforme descritos e especificados abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Uni.	Valor Tot
0009	770	UNI	Estetoscópio Rappaport - Estetoscópio Adulto Com Tubo Duplo Para Ausculta Mais Precisa; Inclui Olivas E Diafragmas Para Conversão Em Diferentes Formas De Uso; Diafragmas De Alta Sensibilidade; Cor Preto; Modelo Rappaport; Uso Adulto; Dimensões: 4.0 Cm X 13.2 Cm X 30.0 Cm (C X L X A) Peso Mínimo: 0.24 Kg; Garantia: 12 Meses. Registro Na Anvisa	Premiu m	Estetosco pio	R$ 21,99	R$ 16.932,30
TOTAL	**R$ 16.932,30 (Dezesseis Mil E Novecentos E Trinta E Dois Reais E Trinta Centavos).**						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura da ata de registro de preços, sendo assinatura digital, contará a data da última assinatura.
2.2 O prazo da referida ata poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante formalização de termo aditivo, ocorrendo neste caso a renovação do quantitativo total estimado do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO
3.1 A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:
3.1.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
3.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
3.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
3.1.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

3.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
3.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
3.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
3.1.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.
3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;
3.1.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação;
3.1.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;
3.1.16 Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;
3.1.17 Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;
3.1.18 Fornecerá equipamentos, combustíveis e operador (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);
3.1.19 Providenciará a imediata substituição do veículo, que não apresentar condições de prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;
3.1.20 Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;
3.1.21 Utilizará, na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantenha contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES
4.1. A CP SINOS terá o direito de contratar, por meio dos Municípios consorciados, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, o objeto desta Licitação.
4.2. O Compromitente terá o direito de ser contratado pelos Municípios Consorciados do CP SINOS que utilizarem o Pregão Eletrônico Registro de Preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.
4.3. É obrigação do CP SINOS, por meio dos Municípios consorciados, contratar com aquele que detém o Preço Registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo, se contratar por outra forma;
4.4. O Detentor da ata de registro de preços deverá atender, nas condições estabelecidas no edital e na presenta Ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços. Obrigatoriamente entregará o objeto licitado conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Anexo I – Termo de Referência deste edital, e em consonância com a proposta de preços;
4.5. Manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4.6. Providenciará a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
4.7. O fornecedor arcará com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;
4.8. Os itens sejam inteiramente novos, jamais utilizados para qualquer fim, inclusive testes, e em perfeito estado de conservação;

4.9. Que os itens sejam de fabricação nacional ou importados, advenham de empresa(s) devidamente regularizada(s) na forma da legislação vigente, com selo de qualidade aposto pelo Governo Federal, por seu órgão competente, e obedeça as determinações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT e/ou INMETRO, conforme o caso;
4.9.1. Que os itens tenham certificado de conformidade com as normas NBR (se for o caso), ou o equivalente do país de origem do produto, desde que reconhecida, se o mesmo for importado;
4.9.2. Todos os itens que forem importados o respectivo recebimento e pagamento somente serão liberados após a apresentação, pela licitante contratada, além da documentação fiscal necessária a circulação do produto no território nacional, de cópia da Declaração de Importação formulada no Siscomex, e do pertinente Desembaraço Aduaneiro, ambos termos exigidos pela instrução normativa SRF 680/2006 e alterações, mantendo-se a vedação dos, remanufaturados ou que não sejam novos;
4.10. Entregará o objeto, devidamente embalado (quando for o caso) e acompanhado das respectivas orientações técnicas de utilização, fornecidas pelo fabricante e em português; As embalagens, quando for o caso, dos produtos não estejam violadas, amassadas, danificadas, molhadas e/ou com qualquer outro elemento estranho ao solicitado, estando, de qualquer sorte, sujeitas à análise laboratorial;
4.11. Que não serão aceitas mercadorias de marcas e/ou modelos diferentes daquelas constantes na proposta vencedora, bem como se não atenderem as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, podendo o fornecedor, por consequência disso, sofrer as sanções previstas no edital;
4.12. Que em caso de a qualidade e/ou quantidade dos materiais ofertados não corresponda às especificações do Edital, ou ocorra alguma avaria na carga e descarga ou no transporte, estes não serão recebidos pelo Serviço de Fiscalização;
4.13. Que a entrega dos itens deverá ser nos endereços disponibilizados por cada Município consorciado, devendo a empresa certificar-se do local antes da entrega.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Consorciada e solicitante, diretamente ao Fornecedor, em até 30 (trinta) dias após o liquidação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.

5.2. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGP-M, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA
6.1. O Consórcio deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
6.2.1 As solicitações de Reequilíbrio ou de Cancelamento devem ser enviadas diretamente ao Consórcio no e-mail: cpsinos.adm@gmail.com.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias- primas, componentes ou de outros documentos.
6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
6.9.1. por razão de interesse público; ou
6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:
7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo digital contará a data da última assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES:
8.1. A detetora da ata de registro de preços responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.
8.1.1. Responsabilizar-se-á ainda:
8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no Anexo I - Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços;
8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;
8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:
9.1. Cada Município consorciado designará os(as) Servidores(as), devidamente habilitados a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.

9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.

9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3. Multa:
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
b) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:
11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.
11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.
11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
13.1 A quantidade estimada para cada Município integrante do consórcio é:

Item	Descrição	Ar.	C. B.	D. I.	E. V.	L. C.	M. R.	N. H.	Sap.	SJH	SMH	CPSINOS
9	Estetoscópio rappa- port - estetoscópio adulto com tubo duplo para ausculta mais precisa; inclui olivas e diafragmas para con- versão em diferentes formas de uso; diafrag- mas de alta sensibili- dade; cor preto; mo- delo rappaport; uso adulto; dimensões: 4.0 cm x 13.2 cm x 30.0 cm (c x l x a) peso mínimo: 0.24 kg; garantia: 12 meses. Registro na an- visa.	100	50	50	100	15	0	100	200	5	50	100

13.2. Caso algum Município utilize a totalidade de seu quantitativo, porém ainda possua demanda, desde que exista saldo com o fornecedor, poderá formalizar ao consórcio seu pedido de readequação da quantidade;
13.3. Essa Ata de Registro de Preços permite a participação de municípios e entes da admi- nistração indireta que vierem a se consorciar, ainda que posteriormente a publicação do edital, ou da assinatura da referida ata, como órgão participante, podendo utilizar-se das atas que vierem a ser firmadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
14.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
14.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.

14.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir- se-á o dia do vencimento.
14.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias Municipais dos Municípios adquirentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:
15.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Novo Hamburgo, 18 de novembro de 2025.

GASPAR BEHNE
Presidente CP SINOS

RODRIGO FERNANDES MARTINS
Medmed Comércio De Materiais Hospitalares EIRELI
Compromitente

Testemunhas:1) RG:

Testemunha: 2) RG:

Esta Ata se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Chiele e Chiele Advogados Associados S/C - OAB/RS n° 835 - Assessoria Jurídica.

Publicado por:
Michele Recktenwald
Código Identificador:27ABF92F

É LEGAL
PUBLICAR

AS PUBLICAÇÕES VEICULADAS NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS CUMPREM TODOS OS REQUISITOS DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E POSSUEM A MESMA VALIDADE LEGAL QUE AS PUBLICAÇÕES IMPRESSAS.

PARA INFORMAÇÕES
(51) 3230-3137
informatica@famurs.com.br



FAMURS
É no município que tudo acontece.